

«A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido»:

o sistema de informação das Ordens Militares no século XVIII

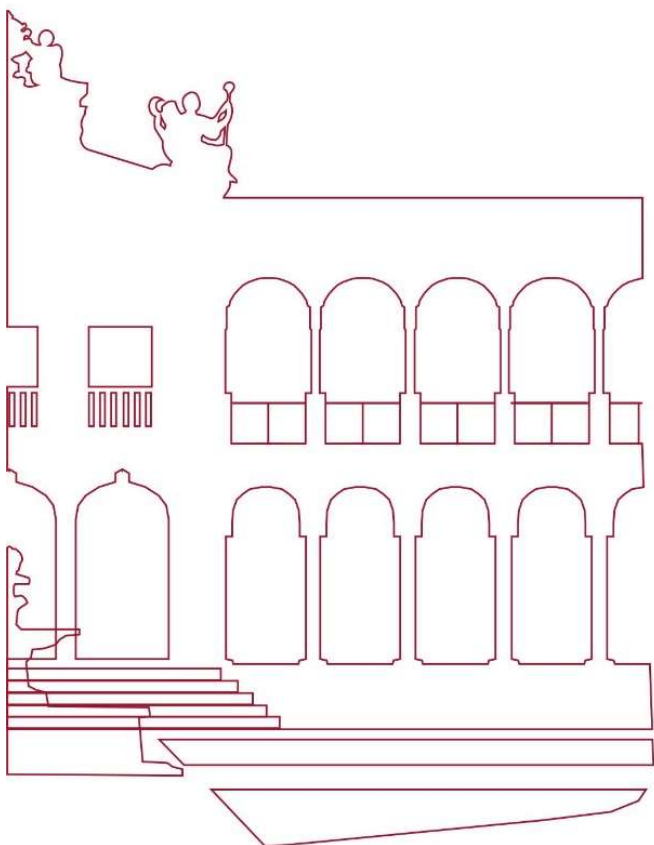
Nelson Manuel Cabeçadas Vaquinhas

Orientadora: Prof^a Doutora Fernanda Olival

Co-orientador: Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do
Grau de Doutor em Ciências da Informação e da Documentação

Évora, 2018





UNIVERSIDADE DE ÉVORA

«A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido»: o sistema de informação das Ordens Militares no século XVIII

Nelson Manuel Cabeçadas Vaquinhas

Évora, 2018

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO
AVANÇADA

*Se deste trabalho resultar alguma utilidade consigo o fim por que o tomei:
se parecer inútil, ao menos livrei-me da ociosidade no tempo que nele me ocupei.*

Lázaro Leitão Aranha

*(Mesa das três Ordens Militares de Cristo, Santiago e Avis, tomo 1.º, c. 1749.)*¹

¹ ANTT, MCO, liv. 302, fl. III.

Índice

Resumo	7
Abstract	8
Agradecimentos	9
Introdução	11

Parte I

A instituição e o seu *corpus* documental

1. Estudo orgânico-funcional	25
1.1. A Mesa da Consciência no sistema polissinodial	25
1.2. As competências e os regulamentos	29
1.3. O ofício de escrivão como observatório de funcionalidades	47
2. Legado arquivístico: lacunas e história custodial	62
2.1. As compilações de Lázaro Leitão Aranha	65
2.2. O terramoto de 1755	69
2.3. A extinção da Mesa da Consciência e Ordens e as incorporações na Torre do Tombo	80

Parte II

Gestão da Informação: ensaio de abordagem

1. Habilitações para a obtenção de hábitos	90
1.1. A <i>pátria comum</i>	97
1.2. Para muitos, o início do processo	106
1.3. O despachar dos <i>negócios e papéis</i> . Pagamentos	114
1.4. As inquirições	120
1.5. A apreciação dos autos	132
1.6. Memoriais e estudos genealógicos	138
1.7. Embargos no processo	140
1.8. Ofícios mecânicos	149
1.9. Menoridade e maioridade	154
1.10. Falta de notícias	156

1.11. Ser accionista das companhias pombalinas	158
1.12. Os donativos	160
1.13. Mesa <i>versus</i> Rei	164
1.14. As entropias	166
1.15. Malogros	170
1.16. Fim do processo	175
1.17. Do lançamento do hábito à profissão	177
1.18. Transitar de uma Ordem para outra	180
2. Nomeação de comissários e escrivães	184
3. Provimentos de oficiais	190
3.1. A propriedade do ofício	195
3.2. “Nomeação” de ofício patrimonializado	202
3.3. Nomeação para um ofício não patrimonializado	215
3.4. A serventia de ofícios	217
3.5. Os escrivães das Ordens Militares	226
4. Provimentos em igrejas e benefícios	243
4.1. O padroado das Ordens Militares	243
4.2. A carreira eclesiástica de muitos párocos	254
4.3. <i>Ponha-se a concurso</i>	257
4.4. O início do processo	271
4.5. As habilitações e as dispensas de impedimentos	283
4.6. O exame	292
4.7. Da consulta ao auto de posse	300
5. Análise tipológica e diplomática	315

Parte III

Sistema de Informação

1. Sistemas de informação	335
1.1. A Mesa e as secretarias	339
1.2. Conventos das Ordens Militares	350
1.3. Secretaria das Mercês	352
1.4. Santo Ofício	355
1.5. Desembargo do Paço	358

1.6. Ordinários e párocos	362
1.7. Torre do Tombo	366
1.8. Os cartórios de outras instituições em <i>casas de morada</i>	370
2. Subsistemas de informação	373
2.1. Os conventos	373
2.1.1. Recursos humanos	378
2.2. Os juízos das Ordens	383
2.3. As igrejas	388
2.4. As visitas	393
2.5. Acesso e comunicação dos documentos	402
2.6. Organização dos cartórios	420
Conclusão	433
Fontes	437
Bibliografia	451
Apêndices	471
Índice das figuras	474

Resumo

A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido: o sistema de informação das Ordens Militares no século XVIII

O objecto desta dissertação, escorado na análise sistémica, centra-se no estudo do sistema de informação das Ordens Militares. Intenta revelar a estrutura organizacional, os circuitos de informação associados aos procedimentos administrativos e as principais tipologias inerentes aos trâmites processuais agenciados sobretudo pela Mesa da Consciência e Ordens. À semelhança do que ocorria em outros órgãos da administração central, também este tribunal se encontrava sob o jugo institucional que exigia o sigilo em todos os seus procedimentos. Era uma instituição que lidava, por vezes, com a honra e, por isso, a confidencialidade era fundamental. Nesta abordagem, destacam-se os processos de concessão de hábitos, pela natureza dos seus inquéritos. Para além destes processos, seleccionaram-se, nesta investigação, os de nomeação de oficiais e os de provimentos em igrejas e benefícios das Ordens Militares.

Analisaram-se, também, as relações internas e externas estabelecidas pela Mesa da Consciência para atingir os seus fins. Em suma, no período Moderno, os tentáculos das Ordens Militares consubstanciavam-se num sistema que se projectava em várias unidades orgânicas, dispersas territorialmente, que sustentavam o fluxo de informação entre as secretarias e os juízos, os conventos/mosteiros, os benefícios eclesiásticos e outras entidades. O protagonismo da Mesa da Consciência e Ordens não ofuscava a relevância dos arquivos dos conventos e de outros cartórios; ao invés, estavam todos teoricamente articulados e a todos eles se apelava com alguma frequência. Além disso, o tribunal das Ordens recorreu a outros sistemas, num ambiente de partilha do recurso informacional, que alimentou as suas actividades. Nesse contexto, estabeleceu-se uma teia de relações, numa constante interacção com o exterior, quer pelos indivíduos que com ela interagem, quer pela estrutura mais global da polissinodia na qual se inseria.

Palavras-chave: Arquivos; Sistema de informação; História institucional; Ordens Militares; Mesa da Consciência e Ordens.

Abstract

The *Mesa da Consciência* shall understand and execute: The Military Orders' information system in the 18th century

The main goal of this dissertation is to reconstruct the Military Orders' information system in the 18th century. It is our purpose to know the organizational structure, the information circuits connected with the administrative procedures and the inherent typology associated with the main processual ways managed by the *Mesa da Consciência e Ordens*. As it happened with other organs of the Portuguese central administration, the *Mesa da Consciência* demanded secrecy in their procedures. Sometimes this institution dealt with honour and therefore confidentiality was fundamental.

In this approach special attention was given to the background investigations for receiving insignias of knights, to the appointment of officials and to the provisioning in churches and benefices. They are the most commons procedures in *Mesa da Consciência* everyday life.

It is also important to analyse the internal and external relations established by the *Mesa da Consciência* in order to attain their goals. The global workflow created a system that projected itself in some organic unities scattered along the Portuguese territory, which supported the information flow among the secretaries, the convents/ monasteries, the *juízos* and the ecclesiastical benefices. In Early Modern Times, the outstanding position of the *Mesa da Consciência e Ordens* did not diminish the relevance of the convents' archives and of other registry offices; on the contrary, all were theoretically articulated and appeals were occasionally made to every one of them. On the other side, the Court of Orders turned to other systems in an atmosphere of sharing information resources that fed their activities. In this context a network of relationships was established in a constant interaction with the outside world, not only by the individuals that interacted with it, but also by a wider structure supported by the Royal Councils of which the *Mesa da Consciência* was part.

Keywords: Archives; Information system; Institutional history; Military Orders; *Mesa da Consciência e Ordens*.

Agradecimentos

A realização deste trabalho contou com vários apoios, individuais e institucionais, que não poderia deixar de referir e aos quais quero expressar o meu reconhecimento e gratidão. Sem esses apoios, esta investigação não teria sido possível.

Em primeiro lugar, à minha família, em especial aos meus pais, por tudo quanto me fez e pelo orgulho que sente pelo meu trabalho.

Uma palavra de especial atenção, reconhecimento e uma profunda gratidão à minha orientadora, Prof^a Doutora Fernanda Olival, pela sabedoria que me transmitiu, pelo testemunho de rigor científico que sempre imprimiu, pela disponibilidade imensa desde os tempos da licenciatura. Mas também pela exigência com que me orientou e por ter sempre acreditado em mim. Sou eternamente devedor da sua generosidade.

Ao Prof. Carlos Guardado da Silva, meu co-orientador, pela competência científica, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo do trabalho, assim como pelas valiosas críticas, correcções e sugestões feitas a este trabalho.

À FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia por ter viabilizado a concretização deste projecto através de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/79796/2011), usufruída durante três anos, no âmbito do QREN-POPH – Quadro de Referência Estratégico Nacional - Programa Operacional Potencial Humano, comparticipada pelo FSE - Fundo Social Europeu.

Ao CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, por ter acolhido e apoiado o meu projecto e pelas excelentes condições de trabalho que me proporcionou para o desenvolvimento desta investigação¹. Devo a este Centro o meu crescimento pessoal e académico, pelas oportunidades de aprendizagem que me propiciou, nos imensos desafios em que participei e que, em muito, enriqueceram este trabalho. Espero ter estado à altura da confiança depositada.

¹ Dissertação desenvolvida no âmbito do Projecto UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

À Câmara Municipal de Loulé por ter consentido a dispensa de serviço durante o período em que assumi o estatuto de bolseiro. Estou grato à sua compreensão e ao exemplo dado, enquanto instituição, no apoio à formação dos seus funcionários.

Aos amigos e colegas que me ajudaram a amenizar as dificuldades que um trabalho de investigação acarreta e estiveram sempre disponíveis às minhas solicitações.

Outros ainda, de um modo ou outro, contribuíram para a realização deste projecto. Na impossibilidade de os nomear a todos, não posso, contudo, deixar de referir algumas das pessoas que me acompanharam de perto e que fizeram das suas instituições a minha segunda casa. Foram várias as instituições que contactei: o Arquivo Nacional Torre do Tombo, nas pessoas do Dr. Paulo Tremoceiro e da Dra. Odete Martins, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca da Ajuda, entre outras. Em Espanha, o *Archivo Histórico Nacional*, na pessoa da Dra. María Jesús Álvarez-Coca González, e a Biblioteca Nacional. Uma palavra de apreço a todos os funcionários do Arquivo Nacional Torre do Tombo que foram inexcedíveis para corresponder aos meus pedidos de consulta, mesmo no período crítico marcado pelas novas políticas de preservação e acesso à informação, aplicadas pela instituição e que condicionaram este estudo, impossibilitando a consulta de vários documentos.

Introdução

Reconstituir um sistema de informação pretérito constitui, desde logo, um desafio a quem avança para tamanho empreendimento. Por vezes, só temos fragmentos. A análise de um sistema pressupõe a existência de fontes de informação que o descrevam nas mais diversas vertentes. Entre elas, a estrutura orgânico-funcional, o quadro normativo, as inter-relações estabelecidas com outros sistemas e um sem número de particularidades expostas pelos fluxos informacionais. São estes que, em grande parte, facultam elementos que a outros se cruzam e fornecem pistas exploratórias, à falta de dados concretos. Se bem que a míngua dessas mesmas fontes, por vicissitudes decorrentes ao longo dos anos, também adiciona mais-valias à investigação¹. Acrescenta, deste modo, quesitos à história institucional e arquivística. O sistema integral é, portanto, composto pela informação que chegou até nós e pela que se dissipou. A par da recolha de dados, impôs-se o respectivo enquadramento dos mesmos no contexto organizacional.

A Mesa da Consciência e Ordens desafia-nos pela sua complexidade. A isto se deve, em muito, à sua composição - organicamente falando - e ao vasto conjunto de *negócios* que lhe eram conferidos, cuja vigência se estendeu por três centúrias. A abordagem que se faz de uma organização, na esfera das suas acções administrativas, dos seus processos de gestão requer uma pesquisa minuciosa. Nem sempre as fontes informacionais são reveladoras neste campo de intervenção. Traduz-se num trabalho inglório quando escasseiam respostas às questões colocadas. São várias as incógnitas que se instalam no itinerário definido. Ao longo do trabalho recorreu-se, amiúde, à formulação de um conjunto de hipóteses, traçaram-se eventuais cenários. Só assim seria possível partir para a reconstituição do sistema. Pouco se sabia acerca da actividade administrativa da Mesa da Consciência enquanto Mesa e das suas secretarias, na perspectiva

¹ Segundo Maria de Lurdes Rosa, é necessário um *exercício rigoroso de reconstituição da orgânica produtora de documentação, para avaliarmos não o que resta mas porque resta (...); e o que não resta, e também porquê*. Cf. "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n.º 9, 2009, p. 13.

da gestão da informação. Neste âmbito existia quase um enorme vazio². Terá sido esta a maior barreira neste projecto de investigação arquivística. A esta somou-se a ampla extensão dos materiais que chegaram até hoje, se bem que muito fragmentários.

A fórmula categórica utilizada no título deste trabalho - *A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido* - representava, na época, uma característica do centro político nos meandros administrativos. Neste caso, dirigida pelo rei enquanto mestre à Mesa da Consciência. No entanto, não só este como os restantes tribunais da administração central eram receptores desta mensagem, como também outros órgãos subalternos, na dependência régia³. De modo imperativo, a rematar um escrito, ressaltava-se para o cumprimento de uma ordem sem levar questões. Este acto revelava o empenhamento na resolução e o poder que esta patenteava (ou podia ter) na acção administrativa. No entanto, o sistema polissinodial era apenas consultivo. Valia o que valia.

A partir da análise organizacional sob o enfoque sistémico, perspectivou-se o estudo da produção e da gestão informacionais praticadas pela Mesa da Consciência e Ordens como pólo nuclear. Interessava captar a informação arquivística não rigorosamente apenas na Mesa da Consciência, mas o que envolvia as Ordens Militares. Delimitou-se assim a temática. No arranque da investigação, colocaram-se as interrogações em torno da instituição central (Mesa da Consciência) e sobre como lidava com o capital informacional, tendo como objecto de estudo o sistema de informação no seu todo⁴. Como funcionava o sistema de informação? Qual a estrutura orgânica e funcional do sistema? Que recursos humanos estavam afectos à gestão da informação em determinados momentos? Que procedimentos sustentavam o poder decisório? Que estratégias ou simples práticas rotineiras usava para organizar, controlar e

² No tema em análise, para a instituição castelhana, dispomos do estudo de María Jesús Álvarez-Coca González, "El Consejo de las Órdenes y el Archivo Histórico Nacional. Historia de una excepción al sistema archivístico de la Administración", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Ricardo Izquierdo Benito, Francisco Ruiz Gómez), vol. II, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha/Cortes de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1235-1268.

³ ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 518, cx. 662.

⁴ Para Armando Malheiro da Silva *um Sistema de Informação é constituído pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte (material e tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela acção na linha do tempo.* - *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, Porto, Edições Afrontamento/CETAC, 2006, p. 162.

recuperar informação eram intimadas? Sistema e subsistemas estavam integrados numa mesma lógica de funcionamento? Que políticas de acesso, comunicação e confidencialidade subsistiam nos arquivos das Ordens Militares? Que objectivos visava atingir junto de uma clientela interessada no produto da sua actividade? Que sinergias existiam entre a própria Mesa da Consciência e Ordens e todo o aparelho interno das Ordens Militares e demais sistemas com afinidades de actuação?

Os regimentos, as “colecções documentais” como as compilações produzidas por Lázaro Leitão Aranha e os conjuntos denominados *papéis diversos* tiveram particular relevância neste estudo. Constituíram o ponto de partida. Pretendeu-se, essencialmente, como abordagem, escrutinar matrizes e dinâmicas. Consistiu numa primeira aproximação à realidade administrativa e arquivística das Ordens Militares. Nem sempre se afigurou tarefa fácil este trabalho, tendo em conta o contexto, pelo manancial de actividades desenvolvidas por diversos intervenientes, no decurso do exercício das funções deste tribunal. Deu-se seguimento à pesquisa pelas resoluções régias, avisos, decretos e consultas, quer através dos seus registos, quer pelos próprios originais, organizados, facticiamente, em colecções. Nesta circunstância, explanam apenas uma actividade pertencente ao todo. Enveredou-se, em seguida, pela senda dos processos. Pelos mais reveladores, no tocante às inter-relações entre sistemas e subsistemas, centro e pontos periféricos, ou seja, os seus circuitos de informação. Disso são exemplo os dos provimentos em cargos e ofícios, em igrejas e benefícios e os processos de habilitação para a obtenção de um hábito de uma Ordem Militar. Estes, em particular, permitiram-nos compreender, de forma distinta, os conceitos de dados, informação e conhecimento. Os dados como matéria-prima da informação, o que se recolhera nos inquéritos. A informação como interpretação e tratamento desses dados para avaliar os postulantes. Por fim, o conhecimento acerca do que se analisava, os requisitos do candidato e da sua parentela. Ao invés, o desconhecimento e a falta de notícias travaram, em alguns casos, percursos de quem ambicionava ostentar uma insígnia ao peito. A informação no *negócio* constituía qualquer facto, rumor ou especulação que pudesse ser armazenado na organização e usado para tomar decisões. Em suma, a sentença dependia de uma correcta gestão, desde os dados ao conhecimento. Tanto, na fase administrativa

corrente, como na de conservação, em arquivo. Só assim era possível cumprir a missão do tribunal das Ordens e, assim, justificar e fazer perdurar a sua existência.

Paralelamente, exploraram-se documentos pouco conhecidos, acondicionados em maços, num vasto número de caixas, pertencentes aos sistemas Mesa da Consciência e Ordens e Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. A pesquisa foi efectuada em busca de informação relevante para os problemas atrás enunciados. Atente-se que urge um tratamento arquivístico mais detalhado destas unidades de instalação. Existe apenas um levantamento genérico das peças/tipologias temáticas, o que não denuncia uma grande parte do que contêm. Para um trabalho desta natureza é necessário apurar todos os indícios, toda a informação possível. Um verdadeiro trabalho de detective. Por isso, foi inevitável examinar todas as unidades. Nesta óptica, não houve qualquer margem para amostras.

Quanto às habilitações para a concessão de um hábito, dado o extenso universo destes processos, optou-se por seleccioná-las. Decidiu-se pelas dos pretendentes do mestrado de Cristo, cujos nomes próprios começavam com a letra M, N e T. Ou seja, uma letra de amplo espectro (sobretudo fruto do antropónimo Manuel) e duas com poucos processos (N e T). De igual modo, os do mestrado de Santiago com a letra M. Porém, ao longo da investigação também se consultaram, aleatoriamente, outras letras e inclusive alguns processos da Ordem de Avis. Este foi o caminho calcorreado na análise do sistema de informação das Ordens Militares.

A estrutura de uma engrenagem como a da Mesa das Ordens era oleada por um dos recursos, indiscutivelmente, necessário para a suster: a informação. À semelhança do que ocorria em outros órgãos da administração central, também a Mesa da Consciência se encontrava sob o jugo institucional que exigia o sigilo em todos os seus procedimentos administrativos. Tal foi possível apurar através de uma análise comparativa. Apostou-se em tratar o Santo Ofício como contraponto em algumas situações. Mas não só. O *Consejo de Órdenes* forneceu-nos hipotéticas pistas que foram depois aplicadas ao caso português. A realidade castelhana apresentava algumas semelhanças com a congénere portuguesa.

Os estudos de António Manuel Hespanha são essenciais para compreender as estruturas administrativas das instituições para a época em causa, designadamente o sistema polissinodial⁵. No entanto, para o período em estudo também tiveram a sua importância os secretários de Estado⁶. Participaram nos circuitos de informação em processos das ordens militares, enquanto interlocutores do centro político.

A análise da teoria e da prática arquivísticas de épocas pretéritas e, em especial, no período que os historiadores classificam de “Moderno”, ainda constitui um tema pouco tratado. Desconhece-se, quase por completo, a organização e o funcionamento dos sistemas de informação existentes nesta época⁷. Contudo, os estudos desta índole vêm ganhando crescente atenção por parte dos investigadores, não obstante constituírem ainda curtos passos. Anseiam-se pelos resultados de investigações em curso. Escasseiam, assim, trabalhos neste campo da arquivística⁸. A era digital domina actualmente as preocupações dos académicos.

Esta investigação assenta num plano tricotómico entre a história, a arquivística e a diplomática. Em boa verdade, respeita um formato que reúne

⁵ O sistema polissinodial correspondia ao governo por conselhos formado por um conjunto de tribunais da Coroa. Vide *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982. *Idem, Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. *Idem, As vésperas do Leviathan - Instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994; António Manuel Hespanha, «O Governo dos Áustrias e a “Modernização” da Constituição Política Portuguesa.», *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n.º 2, 1989, pp. 49-74.

⁶ Vide, a título de exemplo, André da Silva Costa, *Os secretários e o Estado do rei: luta de corte e poder político. Sécs. XVI-XVII*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa [Edição policopiada], 2008. Vide também Cristina Hermosa Espeso, “En torno a la secretaria de Estado de Felipe IV (1661-1665: un bosquejo de los secretários”, *Cuadernos de investigación histórica*, Madrid, n.º 26, 2009, pp. 159-191.

⁷ Cf. Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos *et al*, *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, 2.ª ed., vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 2002 [1ª ed. 1999]; Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, *Das «ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto, Edições Afrontamento, 2002; ainda de Armando Malheiro da Silva, *Op. cit.* De Fernanda Ribeiro, “Os Instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Porto, Universidade do Porto, 2006, pp. 307-320.

⁸ Vide Fernanda Ribeiro, “Como seria a estrutura primitiva do arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?”, in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Universidade do Porto, 2003, pp. 1401-1414. Ana Canas Delgado Martins, *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*, [Lisboa], Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, [D. L. 2007]; no Brasil, por exemplo, o estudo de Josemar Henrique de Melo, *A ideia de arquivo: a Secretaria do Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809)*, Porto, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Edição policopiada], 2006.

estas três áreas. Seria inconcebível desassociá-las. A história dita institucional da Mesa da Consciência e Ordens encontra-se, parcamente, narrada. Ainda é um tema muito silenciado. O que existe resume-se a um capítulo da dissertação de doutoramento de Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz⁹ e um texto de João Figueirôa-Rêgo¹⁰. Por sua vez, o inventário da Torre do Tombo, da autoria de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e de Anabela Azevedo Jara, consagra a apresentação deste instrumento para explicar a organização do arquivo¹¹. Guilherme Pereira das Neves analisou a actuação da Mesa da Consciência e Ordens no Brasil. Em um dos seus capítulos, dedicou especial atenção ao quadro jurídico que sustentava as actividades deste instituto¹². Mais recentemente Giuseppe Marcocci estudou os primeiros tempos da Mesa da Consciência¹³. Até agora a perspectiva a partir da qual foram abordadas as estruturas organizacionais do período Moderno não ultrapassam, a maior parte das vezes, a da historiografia não atenta à produção do próprio arquivo¹⁴. Embora, igualmente, se faça sentir a escassez de estudos sobre a história institucional de outras organizações do período Moderno. O capital

⁹ Cf. *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. II, [Lisboa], Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 7-63.

¹⁰ "The Holy Office and the Mesa da Consciência e ordens: social networks and the granting of offices (seventeenth and eighteenth centuries)", *Portuguese Studies Review*, Peterborough, vol. 18, n.º 2, 2010, pp. 9-28.

¹¹ Cf. *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Direcção de Serviços de Arquivística, 1997, pp. XI-LII. Para o caso espanhol, existem os artigos de María Jesús Álvarez-Coca González, "Los fondos de las Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional. Aportaciones a la historia de los archivos", *Boletín de la ANABAD*, Madrid, Tomo XLVI, n.º 1, 1996, pp. 95-118; *idem*, "La Orden de Montesa: una jurisdicción especial en el Antiguo Régimen. Aproximación a la organización de la documentación judicial del Archivo Histórico Nacional", in *La administración de justicia en la historia de España - Actas de las III Jornadas de Castilla-La Mancha sobre investigación en archivos*, Guadalajara, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999, pp. 457-491; *idem*, "La Orden de San Juan de Jerusalén en el Archivo Histórico Nacional: aproximación general a sus fuentes. El archivo del Gran Priorato de Navarra", *Huarte de San Juan. Geografía e Historia*, Pamplona, n.º 17, 2010, pp. 97-118.

¹² Cf. *E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil - 1808-1828*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

¹³ *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

¹⁴ Refira-se a tese de doutoramento de José Manuel Louzada Lopes Subtil sobre o Desembargo do Paço que contraria essa tendência. Na sua investigação, enveredou pelo estudo das estruturas orgânico-funcionais e administrativas, pela história custodial e arquivística e pela análise das séries documentais daquele tribunal. Cf. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A., 2011. Do mesmo autor, *O terramoto político (1755-1759) - Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A., [D.L. 2007]. Nesta obra o autor analisa o impacto do sismo a nível político, nomeadamente nas instituições do poder régio. Vide, ainda, do mesmo autor "Governo e Administração", in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. IV, [Lisboa], Círculo de Leitores, [D.L. 1993], pp. 157-193.

informacional detido e valorizado por estas instituições, que dele dependiam para sobreviverem, também não granjeou, até hoje, o merecido destaque por parte da investigação arquivística¹⁵. Para Jean Pierre Dedieu, a história institucional tende a ser feita sem contemplar os fluxos de informação. De realçar ainda, que este autor destaca a importância da análise dos processos nos estudos sobre a administração. Defende que os processos se dividem em operações elementares, as etapas e estas, por sua vez, se decompõem em *inputs* e em *outputs*. Cada etapa pode subdividir-se, ainda, em subetapas e sucessivamente. Tudo depende do fim proposto em cada etapa. Esta é, sem dúvida, uma perspectiva diferente de estudar as instituições, valorizando os processos administrativos, os intervenientes e a informação¹⁶. Em Espanha, existem mais estudos sobre o *Consejo de Ordenes*¹⁷. Em específico, sobre os processos de habilitação e os procedimentos anteriores desde o despacho das mercês, em Portugal, destaca-se o livro resultante da tese de doutoramento e alguns textos de Fernanda Olival¹⁸. A limpeza de sangue e a rede de comissários

¹⁵ Fernanda Ribeiro, na sua tese de doutoramento, apresenta-nos, de forma abrangente, a história arquivística das instituições portuguesas. Foca o prisma na investigação sobre os sistemas de arquivo. Cf. *O acesso à informação nos arquivos*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

¹⁶ Segundo Jean Pierre Dedieu, a única função legítima de uma instituição é servir de canal aos fluxos de informação. Cf. “Procesos y redes. La historia de las instituciones administrativas de la época Moderna, hoy”, in *La pluma, la mitra y la espada. Estudios de Historia Institucional en la Edad Moderna* (eds. Juan Luis Castellano Castellano, Jean Pierre Dedieu e María Victoria López-Cordón Cortezo), Madrid-Barcelona, Universidad de Burdeos, 2000, pp. 17 e 26-29.

¹⁷ Veja-se María Jesús Álvarez-Coca González, “El Consejo de las Ordenes Militares”, *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n.º 15, 1994, pp. 297-323. Elena Postigo Castellanos, *Honor y privilegio en la Corona de Castilla. El Consejo de las Ordenes y los Caballeros de hábito en el siglo XVII*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1988.

¹⁸ Cf. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, [D.L. 2001]. *Idem*, “Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos-novos na Ordem de Cristo (1581-1621)”, in *As Ordens Militares em Portugal - Actas do I Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1991, pp. 233-244. *Idem*, “Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)”, *Análise Social*, Lisboa, 4.ª série, vol. XXXVIII, n.º 168, 2003, pp. 743-769. *Idem*, “Mercês, Serviços e Circuitos Documentais no Império Português”, in *O Domínio da Distância: Comunicação e Cartografia* (coords. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, pp. 59-70. *Idem*, “Inquiring about Honour in the Portuguese Military Orders (sixteenth to eighteenth centuries)”, in *The Military Orders: politics and power* (ed. Peter W. Edbury), Surrey, Ashgate, 2012, pp. 427-436. Em co-autoria com Inês Versos, “Modelos de Nobreza: a Ordem de Malta e as três Ordens Militares portuguesas: uma perspectiva comparada (séc. XVII-XVIII)”, in *Nobleza Hispana, Nobleza Cristiana: la Orden de San Juan* (coord. Manuel Rivero Rodríguez), vol. II, Madrid, Polifemo, 2009, pp. 1127-1157. Vide também Aldair Carlos Rodrigues, “Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro”, *Revista de fontes*, São Paulo, n.º 1, 2014, pp. 28-40. Em Espanha, vide María Jesús Álvarez-Coca González, “La concesión de hábitos de caballeros de las Ordenes Militares: procedimiento y reflejo documental (s. XVI-XIX)”, *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n.º 14, 1993, pp. 277-297. Domingo Marcos Giménez Carrillo, “Los caballeros de las Órdenes

ao serviço da Mesa das Ordens não têm sido descuradas, nestes últimos anos, pela mesma autora¹⁹. Refira-se também o recrutamento para lugares de topo em dois tribunais que apuravam a honra, o da Mesa da Consciência e o do Santo Ofício²⁰. Note-se que, desde sempre, o estudo das Ordens Militares na época Medieval tem angariado mais investigadores, reflectindo-se esta preferência na produção científica.

A diplomática medieval segue a ganhar pontos à das restantes épocas. Continuam a valer para o período em estudo as obras de Jose Joaquin Real Diaz²¹ e de Antonia Heredia Herrera²². Para além destes autores merecem destaque outros trabalhos com a chancela espanhola²³. A diplomática régia,

Militares. Nuevas perspectivas de investigación”, in *De la tierra al cielo. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna – Actas I Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Moderna* (coord. Eliseo Serrano Martín), Zaragoza, Institución «Fernando el Católico» y Universidad de Zaragoza, 2013, pp. 745-756. Do mesmo autor, *Las Órdenes Militares Castellanas en el siglo XVIII. Caballeros, pretendientes y mediadores*, Almería, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Almería [Edição policopiada], 2014.

¹⁹ “Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos-novos na Ordem de Cristo (1581-1621)”, in *As Ordens Militares em Portugal - Actas do I Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1991, pp. 233-244. *Idem*, “Comissários das Ordens Militares e Comissários do Santo Ofício: dois modelos de actuação”, in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes), vol. I, Palmela, GEsOS / Município de Palmela, 2012, pp. 477-490. Sobre a limpeza de sangue *vide* da mesma autora, “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, n.º 4, 2004, pp. 151-182. *Vide* também João de Figueirôa-Rêgo, «A honra alheia por um fio». *Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão Ibérica (sécs. XVI- XVIII)*, Braga, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Edição policopiada], 2009. Também do mesmo autor, “A violência no contexto dos processos de limpeza de sangue (séculos XVII e XVIII)”, in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 408-415.

²⁰ João de Figueirôa-Rêgo, “The Holy Office and the Mesa da Consciência e ordens: social networks and the granting of offices (seventeenth and eighteenth centuries)”, *Portuguese Studies Review*, Peterborough, vol. 18, n.º 2, 2010, pp. 9-28.

²¹ Cf. *Estudio diplomático del documento indiano*, Madrid, Dirección de Archivos Estatales, 1991 [1ª ed. 1970].

²² Cf. a introdução da obra *Catalogo de las consultas del Consejo de Indias*, Tomo I, Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972, pp. 1-15. *Idem*, *Recopilación de Estudios de Diplomática Indiana*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1985. *Idem*, “La serie de Consultas del Consejo de Indias, en un proyecto del 92”, *Boletín de la ANABAD*, Madrid, Tomo 44, n.º 4, 1994, pp. 39-54.

²³ Cf. Alberto Tamayo, *Archivística, Diplomática y Sigilografía*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1996. Pedro Luis Lorenzo Cadarso, *La documentación judicial en la época de los Austrias: estudio archivístico y diplomático*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1999; *idem*, *El documento real en la época de los Austrias (1516-1700)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001; *idem*, *Estudio diplomático de la evolución del expediente administrativo en el Edad Moderna: el ejemplo del nombramiento de corregidores de Badajoz*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2009. Heloísa Liberalli Belloto, *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Ángel Hernández García, “Clasificación diplomática de los documentos reales en la Edad Moderna”, *Norba. Revista de historia*, Cáceres, n.º 15, 2001, pp. 169-186. Margarita Gómez Gómez, “La documentación

notarial e municipal já reúne um conjunto considerável de trabalhos. Em Portugal, nesta área, falta desbravar um campo imenso. Além de mais, seria profícuo um estudo comparado, identificar tipologias comuns e específicas de cada realidade institucional. As similitudes e as singularidades explanam as características dos sistemas, em função dos seus conteúdos funcionais.

O friso cronológico desta investigação reporta-se ao século XVIII. Sobre esta escolha pesou, inevitavelmente, a informação que existe para um trabalho desta envergadura. Somos confrontados para o estudo em causa com um dos maiores obstáculos que aqui se pode colocar: a perda de documentos. Ao terramoto de 1755 e ao incêndio que se seguiu se deve o desaparecimento de uma parte do acervo da Mesa da Consciência e Ordens, as séries incompletas e a dispersão da informação. De tudo isto saíram mais prejudicados os cartórios da Mesa enquanto Mesa, das secretarias das Ordens de Cristo e Santiago. Muito do que se produziu e do que poderia constituir fonte relevante neste trabalho não chegou até nós. Para anos mais recuados seria mais notória esta perda. A catástrofe setecentista e a posterior incorporação na Torre do Tombo vieram a marcar para sempre a história arquivística deste instituto, comprometendo o deslinde da sua organização primitiva. A composição originária do sistema de informação das Ordens Militares continua envolvida em mistério. No entanto, também se “vasculhou” em documentos dos séculos XVII e XIX. Subverteu-se, assim, o corte estabelecido, sempre que se justificou. Na falta de “séries” para os respectivos anos, ampliou-se o corte temporal na análise da documentação. Por vezes, também por insistência em querer encontrar dados que ajudassem a reconstituir o sistema. Exploraram-se as fontes de informação possíveis, talvez mais do que é exequível para o prazo exigido no programa de doutoramento. Desde início do projecto, havia conhecimento destes obstáculos.

A esmagadora maioria da informação sobre as Ordens Militares encontra-se no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Para além daquela, também foi alvo de consulta a que está dispersa pelo Arquivo Histórico do Tribunal de Contas e em bibliotecas patrimoniais (Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Biblioteca da Ajuda). A história custodial deste fundo não é clara e traduz-se numa grande dispersão. Para o caso espanhol, o *Archivo*

real en la época moderna. Metodología para su estudio”, *Historia. Instituciones. Documentos*, Sevilla, n.º 29, 2002, pp. 147-161.

Histórico Nacional e a *Biblioteca Nacional de España*, em Madrid, foram outras instituições desbravadas.

Para os recursos bibliográficos, valeram as incursões às bibliotecas Tomás Navarro Tomás - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, da Casa de Velazquez, da Facultad de Ciencias de la Informacion da Universidad Complutense e da Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación da Universidad Carlos III de Madrid.

O trabalho que agora se apresenta subdivide-se em três partes.

A primeira delas trata da história institucional e do legado arquivístico. Pretende-se dissertar, sucintamente, sobre a estrutura do sistema de informação, ou seja, a origem e a evolução do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens ao longo da sua existência. Desta feita, traçam-se os principais momentos desta organização. Neste contexto, ressalta também a análise orgânico-funcional da Mesa da Consciência e Ordens. Assim sendo, configuram-se os elementos que compõem a organicidade da estrutura e o seu conteúdo funcional.

No segundo ponto da parte I, traçam-se algumas linhas sobre a história custodial e arquivística. Segue-se o rasto deste volume informacional para compreender o passado da informação produzida e recebida pela Mesa da Consciência e Ordens. Identificar o seu percurso é crucial. Neste, um dos factos marcantes fora o terramoto de 1755. Assolou a integridade do conjunto. Desconhece-se a organização primitiva do sistema de arquivo e o seu funcionamento. São marcos da sua história custodial e arquivística a transferência, a reorganização do arquivo e, mais tarde, a sua incorporação na Torre do Tombo, passando esta a ser a detentora do mesmo, a partir de 1833²⁴. Preservado no seio da organização que o gerou até esse momento, viria a perder a sua autonomia. Pouco se sabe sobre a lógica intrínseca à estrutura originária e a sua dimensão de outrora. São vagos os elementos sobre esta matéria.

A segunda parte deste trabalho é dedicada à materialização das funções da estrutura do sistema de informação. Pretende-se examinar um conjunto de

²⁴ As relações assinadas por Cristiano José de Carvalho, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, que acompanharam as várias remessas de documentos enviadas para a Torre do Tombo, datam de 1833-1835. Cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Op. cit.*, p. XI.

actividades executadas pelo tribunal das Ordens com vista a um produto ou a um serviço. Elegemos apenas alguns processos. Seria impossível enfatizá-los todos. Escolheram-se os que oferecem um maior número de procedimentos administrativos.

O primeiro capítulo centra-se nas habilitações para a obtenção de hábitos. Eram processos sobrevalorizados, na estrutura do sistema de informação, pela natureza dos seus inquéritos. No arquivo, havia especial atenção na sua guarda. De igual modo, por quem se candidatava ao criarem enormes expectativas naquela informação. Estamos perante a esfera da promoção social, a honra dos indivíduos e o poder simbólico dominante na época. Para muitos era a hipótese de serem portadores de um novo estatuto social. Pelo interesse administrativo destes processos, descreve-se a sequência das suas operações. Analisam-se os trâmites conducentes à decisão final. São vários os procedimentos, os circuitos, os intervenientes e as tipologias documentais associados. A recolha da maioria dos dados era protagonizada pelos comissários e escrivães. As suas inquirições eram determinantes. Baseavam-se em relatos orais, fundados em conhecimento de causa ou *de ouvida* dos depoentes, que passavam para o processo escrito. O resultado das suas diligências gerava a informação que fluía na organização. Por sua vez, as candidaturas para agentes das Ordens Militares eram bem mais simples. A nomeação para comissário e escrivão de diligências não implicava tantas acções administrativas. Fizemos jus à pertinência destes processos, dedicando o segundo capítulo a esta matéria.

O capítulo seguinte debruça-se sobre os indivíduos com responsabilidades na organização e no controlo da informação. Tinham uma participação activa no suporte administrativo das Ordens Militares. O corpo de oficiais exercia um papel relevante no sistema de informação pelos serviços que nele desempenhavam. Por isso, a pertinência em averiguar os seus conteúdos funcionais. De igual modo, os trâmites processuais próprios da nomeação destes agentes. Seguidamente, traçar o perfil social dos detentores destes ofícios e analisar até que ponto a patrimonialização permitia “fechar” ou circunscrever o universo de recrutamento destes lugares. Sondar as remunerações obtidas: valores e situações em que as contrapartidas equivaliam apenas aos emolumentos.

O texto que se segue aborda os provimentos em igrejas e benefícios das Ordens Militares. Estes concursos eram muito frequentes no século XVIII e obedeciam a regras e a prazos. Tinham o seu início ao afixarem-se os editais com as vacaturas. A partir daqui apresentavam-se as oposições aos lugares. Mesmo que implicasse ficar colocado a muitas léguas das “suas pátrias”. As propostas eram examinadas de forma escrupulosa. Em algumas ocasiões, concorria-se, estrategicamente, no anseio de ser provido em local próximo do seu domicílio. A mobilidade estava bem patente nas carreiras dos eclesiásticos que acumulavam concursos no seu *curriculum*.

Associados aos processos estão os procedimentos administrativos e, por sua vez, as tipologias documentais. Dentro do conjunto de actividades desenvolvidas pela Mesa da Consciência e Ordens existe um leque de documentos que serão identificados. Alguns destes, embora poucos, fazem parte das particularidades do sistema, outros são comuns e transversais nas relações estabelecidas com outras instâncias organizacionais. Este estudo convoca a análise tipológica e diplomática²⁵. O último capítulo versa, assim, sobre este propósito. Considerou-se fundamental destinar um capítulo para a análise da forma dos documentos e da informação neles contida.

A terceira e última parte é reservada à gestão do sistema de informação das Ordens Militares. Este era constituído por várias componentes, os seus subsistemas, que actuavam dinamicamente em conjunto para atingirem finalidades comuns. Desta integração, coordenação e interacção emergia a troca de elementos entre si. Estabeleciam-se fluxos de informação em fase activa e inactiva. Deste sistema descentralizado, onde se articulavam as partes, existiam arquivos pluricelulares. Importa caracterizar os locais onde eram depositados fisicamente os documentos. Neste âmbito interessa apreender como se produzia, processava e arquivava a informação. Dentro desta dinâmica, em específico, o tratamento a que era sujeito esse recurso. De igual modo as estratégias de recuperação e de acesso à informação. Por fim, os instrumentos de descrição utilizados na altura como ferramentas para localizar a informação

²⁵ Para Heloísa Liberalli Belloto o *objeto da Diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, enquanto o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Cf. Op. cit., p.19.*

materialmente existente. Em torno da sua guarda estava a confidencialidade. Era imposta desde a criação e à passagem por escrito, muitas vezes sob juramento dos Santos Evangelhos para ser intransmissível a informação oral ou redigida. Por seu turno, eram poucos os que tinham acesso aos espaços consignados para arquivo e os que participavam directamente nos circuitos de informação das Ordens Militares. A memória institucional com vista à sua conservação para fins correntes e futuros consolidava a estrutura do sistema de informação. Em última análise, a imprescindibilidade do capital informacional que perdurou ao longo dos séculos para a prossecução da actividade do tribunal das Ordens. Como se denota, para destrinçar tudo isto e tentar reconstituir o sistema de informação envolvido a análise sistémica teve um peso forte, complementada pela história institucional e pela diplomática.

Parte I
A instituição e o seu *corpus* documental

1. Estudo orgânico-funcional¹

O ângulo de abordagem deste capítulo é de aproximação macro-estrutural. Usa diferentes escalas de análise e parte do geral para o particular. Pretende constituir uma primeira aproximação às unidades orgânicas e funções da Mesa da Consciência e Ordens. Quais eram as repartições que compunham este tribunal? Quais eram as competências desta instituição criada em 1532 e que persistiu até 1833?

1.1. A Mesa da Consciência no sistema polissinodial

Para Manuel M. Martín Galán, *una de las principales características del desarrollo del Estado moderno fue la organización de un aparato burocrático progresivamente más complejo y tecnificado, acorde con las necesidades cada vez mayores de la acción del Gobierno. Y así, mediante instituciones y figuras de nueva creación o bien heredadas de la Edad Media, mas modificadas totalmente o sólo en la medida necesaria para hacerlas útiles a la nueva situación, se fue conformando un sistema del que fueron piezas centrales los órganos colegiados denominados Consejos – de ahí que se hable de régimen o sistema polisinodial -. Junto a ellos, los secretarios, enlaces entre los Consejos y el monarca, y otros organismos menores, las Juntas, que proliferaron sobre todo en el siglo XVII, constituyen el entramado básico de lo que puede denominarse administración centra²*. Para o autor, este aparato foi o resultado das necessidades concretas da prática política ao desempenhar tarefas e ao resolver problemas que se apresentavam cada vez mais intrincados e que, por sua vez, requeriam uma maior especialização, ultrapassando a capacidade de resolução por parte dos organismos, alguns de origem medieval. A consequência de tudo isso foi a multiplicidade de normas e regulamentos, nem

¹ Para o presente capítulo, *vide* fig. 7, nos apêndices.

² “La administración central de la monarquía hispánica en la época de los Austrias”, in *El patrimonio documental: fuentes documentales y archivos* (coords. María de la Almodena Serrano Mota e Mariano García Ruipérez Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1999, p. 25.

sempre claros, relativamente a determinadas matérias e à inexistência de fronteiras demarcadas para os conteúdos funcionais dos organismos, multiplicando-se, entre estes, os conflitos de concorrência ou de competência³.

A Mesa da Consciência e Ordens integrava-se no conjunto de instituições portuguesas da época Moderna, cujas estruturas administrativas formavam o sistema polissinodial⁴. A Mesa da Consciência equivalia ao *Conselho das Ordens*⁵. O rei representava o garante da aplicação da justiça, assistido por conselhos que o auxiliavam nas suas tomadas de decisão. O monarca encabeçava o sistema como o único titular da soberania e depositário do poder, um poder que se definia como independente face ao exterior, superior a todos no interior e teoricamente não sujeito ao direito⁶.

Os conselhos inseriam-se no poder régio, mas em nenhum caso eram titulares desse poder que era decisório. A actuação dos conselhos era delegada pelo monarca, de quem dependiam directamente, competindo-lhes executar as decisões régias. A comunicação político-administrativa entre o centro político e os conselhos passou a ser efectuada, em especial, através da consulta. *Ouvir os tribunais e conformar-se com as consultas eram o modelo de bom governo*⁷. As relações estabelecidas com o rei efectuavam-se por meio de consultas, documentos em que se recolhia o parecer do conselho sobre um determinado assunto, à margem do qual o monarca anotava a sua decisão. Os conselhos, que elaboravam as consultas e elevavam-nas ao rei para que este decidisse, eram órgãos colegiados, compostos quase sempre por um presidente, vários conselheiros, secretários e pessoal subalterno. Assessoravam o rei nos

³ Cf. Dolores del Mar Sánchez González, "Las Juntas en la Edad Moderna ¿uso o abuso de la práctica consultiva?", in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. I: El Estado Absoluto y la Monarquía, Granada, Universidad de Granada, 2012, p. 866.

⁴ Para Juan Luis Castellano Castellano, *el soberano, pues, há de tomar consejo. O, lo que es lo mismo, en un plano institucional, gobernar «por consejo»*. En el caso de la monarquía española por el conjunto de Consejos, que forman lo que se há dado a llamar el gobierno polisinodial, un régimen administrativo que cuaja en el reinado de Carlos V. (...) [El rey] tiene la obligación de tomar consejo, del mismo modo que el Consejo la tiene de dárselo; una obligación que se objetiviza en la consulta. *Sociedad, conflicto y poder en el Antiguo Régimen*, Granada, Universidad de Granada, 2013, p. 45. Para a realidade castelhana vide também José Antonio Escudero, *Administración y Estado en la España Moderna*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2002, pp. 125 e seguintes; Dolores del Mar Sánchez González, art. cit., pp. 864-876.

⁵ ANTT, Ministério do Reino, liv. 365.

⁶ Cf. Manuel M. Martín Galán, art. cit., p. 25.

⁷ António Manuel Hespanha, "O Governo dos Áustrias e a «Modernização» da Constituição Política Portuguesa", *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Lisboa, n.º 2, 1989, p. 59.

assuntos da sua competência e desfrutavam, dependendo dos casos, de atribuições legislativas, administrativas e judiciais⁸. Note-se que os juristas marcavam presença na maior parte das instituições da administração central. Segundo Nuno Camarinhas, o sistema dos grandes conselhos constituía um reflexo da pluralidade normativa e da forte autonomia jurisdicional que assinalou a política moderna em Portugal. No seu estudo, o autor coloca no primeiro plano, o Conselho de Estado, seguindo-se o Conselho da Guerra, o Conselho da Fazenda e, em quarto, a Mesa da Consciência e Ordens. Depois deste tribunal, estava o Conselho Ultramarino e, por último, o Conselho Geral do tribunal do Santo Ofício⁹.

Para José Subtil, *a área da «justiça» é a área em que dominam os órgãos ordinários de governo (tribunais, conselhos, magistrados e oficiais), com «competências bem estabelecidas» na lei, obedecendo a um processo «regulado» de formação de decisão, normalmente «dominados por juristas»*¹⁰.

A Mesa da Consciência tinha uma componente de tribunal de última instância, relativamente aos processos que envolviam os membros das Ordens Militares e também era um *tribunal de graça*: tinha a capacidade de perdoar ou comutar penas aplicadas aos cavaleiros das Ordens. Controlava igualmente a atribuição de hábitos das Ordens e as suas admissões. Quanto às matérias de consciência sob a sua jurisdição, a Mesa da Consciência compreendia a inspecção da Universidade de Coimbra, a gestão dos encargos pios da realeza (jurisdição sobre os cativos e os defuntos, a administração das capelas dos reis antecessores, particularmente as de D. Afonso IV, catecúmenos, os assuntos dos hospitais e albergarias ou a autorização de entrada para os conventos de Santos e da Encarnação)¹¹.

Nas palavras de José Subtil, *a «graça», que consiste na atribuição de um bem que não competia por justiça, nem comutativa, nem distributiva (...) é um dom dependente da liberalidade régia, na outorga do qual o rei não é obrigado a*

⁸ Cf. Ana Belén Sánchez Prieto, "La administración real bajo los Austrias y la expedición de títulos nobiliarios", in *IV Jornadas Científicas sobre Documentación de Castilla e Indias en el siglo XVI* (dir. Juan Carlos Galende Díaz), Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2005, p. 379.

⁹ *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010, pp. 59-68.

¹⁰ "Governo e Administração", in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. IV, [Lisboa], Círculo de Leitores, [D.L. 1993], p. 157.

¹¹ Nuno Camarinhas, *Op. cit.*, p. 64.

ouvir senão a sua consciência nem a obedecer a qualquer formalidade ou «figura de juízo». A «graça» é, portanto, o mundo do governo informal orientado por deveres de consciência ou por deveres morais, em que as decisões se tomam no círculo mais íntimo da actividade régia (a câmara), pela mão de escrivães da «pureza» ou de secretários. No caso português, algumas matérias de «graça» em matéria de justiça, que eram instruídas para decisão régia pelo Desembargo do Paço, e também do domínio (particularmente sensível) de assuntos que envolviam relações com o poder eclesiástico, cuja decisão é preparada pela Mesa da Consciência e das Ordens¹². No século XVIII, a menos que a falta de documentação permita uma visão distorcida, este tipo de intervenções da Mesa seriam escassas ou já nulas, ao contrário do que acontecia no século XVI, como estudou Giuseppe Marcocci¹³. Também no caso da atribuição por mercês, havia duas formas de as obter: as que eram “por via da graça” (doações por mera liberalidade, dispensa das leis, perdão, comutar das penas) e as que eram por “via da justiça”¹⁴. Esta distinção era estruturante da relação político-jurídica da Monarquia portuguesa com os súbditos e, assim, tanto marcava os assuntos que eram tramitados pela Mesa como em outras instituições. Aliás, estes princípios aplicavam-se em outras unidades políticas com a mesma matriz jurídico-cultural do Direito Comum.

A Mesa da Consciência é o exemplo de uma relação híbrida entre a jurisdição real e a jurisdição eclesiástica, em que se pronunciava em *negócios* das Ordens Militares, capelanias, vigairarias, informação e julgamento do comportamento de clérigos e priores, visitas, supervisão das obras eclesiásticas, entre outros¹⁵. Não é de estranhar que os provimentos em igrejas e benefícios pertencentes ao padroado das Ordens Militares tenham originado a produção de um volume informacional bastante significativo. A própria figura do rei-mestre, a partir de 1551, é o expoente máximo dessa quase simbiose.

¹² *Op. cit.*, pp. 157-158.

¹³ *Vide A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

¹⁴ Cf. Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, [D.L. 2001], p. 22.

¹⁵ CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. II, [Lisboa], Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, pp. 7-8.

Adstrita à estrutura orgânica e funcional está a mobilidade e a ascensão daqueles que pertenceram aos quadros institucionais, regidos por um sistema hierárquico nos organismos e nos cargos. Para Ana Belén Sánchez Prieto, *con el tiempo, sin perjuicio de su entidad autónoma, quedan ordenados en un sistema trabado y jerárquico. Ello se manifiesta, de un lado, en que bastantes personas forman parte de varios Consejos distintos cuya sede es la Corte, mientras estos tribunales se envían y devuelven los asuntos para emitir dictamen sobre numerosos problemas que les son comunes. De otro, en que la ordenación jerárquica lleva consigo que presidentes, consejeros, secretarios y el conjunto del personal, pasen de los Consejos menos importantes a los que lo son más, configurándose en ciertos oficios un determinado régimen de ascensos que presta unidad a la estructura del régimen polisinodial en su conjunto*. Esta era uma situação que ocorria, igualmente, na Mesa da Consciência e Ordens, onde alguns presidentes, deputados e secretários provinham de outras instituições e podiam, posteriormente, integrar-se em outras de maiores ou menores valências. A mobilidade era um dado comum nas suas carreiras. Por outro lado, também se registavam, em alguns casos, carreiras marcadas por uma ascensão no organismo em que se trabalhava.

1.2. As competências e os regulamentos

A Mesa da Consciência, como inicialmente era designada, correspondia a um tribunal criado em 1532, por D. João III, com o objectivo de tratar dos encargos pios da Coroa. Para Fábio Fidelis de Oliveira, a Mesa da Consciência e Ordens era um órgão do aparato jurisdicional voltado para o controle moral das acções do Estado¹⁶. Depois de 1551, com a anexação das Ordens à Coroa, pela bula apostólica de final de Dezembro, o tribunal passou a administrar os mestrados das Ordens de Cristo, Avis e Santiago e viu alterada a sua nomenclatura para Mesa da Consciência e Ordens. O tribunal passou também a assessorar o rei nas matérias eclesiásticas. *Sendo as Ordens Militares destes Reinos uns Corpos de tanta consideração que mereceram que o Senhor Rei D.*

¹⁶ “A Mesa da Consciência e Ordens e o “Universalismo Europeu”. Uma abordagem institucional da Segunda Escolástica Peninsular em Portugal”, *Lusíada. Direito*, Lisboa, n.º 14, 2015, p. 40.

*João 3º quisesse unir perpetuamente à Real Coroa o seu Governo e os seus Mestrados: sendo os ditos Corpos de tanto esplendor, e de tanto Monumento que com as suas insígnias, e com os seus bens se remuneram os serviços mais importantes*¹⁷. Pela bula de Pio IV de 6 de Fevereiro de 1563, D. João III e, depois, D. Sebastião ordenaram que, na Mesa da Consciência, se tratassem as causas das Ordens Militares e, legitimamente, se designasse Mesa da Consciência e Ordens. Quando o papa Júlio 3º uniu os mestrados à Coroa, concedeu que *os reis como mestres os pudessem administrar, assim por pessoas religiosas das mesmas ordens, ou de cada uma delas, como por clérigos seculares letrados*¹⁸. Nesta composição, onde dominavam os clérigos, a Mesa da Consciência diferenciava-se do *Consejo de Órdenes* castelhano, instituição em que os cavaleiros tinham, em geral, grande “peso”.

O primeiro regimento surgiu em 24 de Novembro de 1558, confirmado pelo Papa e por D. Sebastião de Portugal em 1563, tendo sido reformulado em 12 de Agosto de 1608. Para este estudo foi utilizado o regimento de 1608. A escolha recaiu neste diploma por ser o último e mais próximo da cronologia deste estudo.

Em 1808, estabeleceu-se uma Mesa da Consciência no Rio de Janeiro, quando da instalação da Corte portuguesa no Brasil. Aquela foi extinta pela Lei de 22 de Setembro de 1828¹⁹ e, na metrópole, pelo Decreto de 16 de Agosto de 1833. Também se falava da Mesa da Consciência de Goa, sem que se conheçam documentos sobre o grau de institucionalização destas funções na Ásia. Faria parte do duplicar de organismos que o “Estado da Índia” acabou por contemplar.

Em 1821, nas Cortes, debatia-se a proposta para a necessidade de extinguir a Mesa da Consciência. Por indicação de um deputado, no parlamento, declarava-se que a Mesa da Consciência fora instituída para regular a

¹⁷ ANTT, MCO, OST, CP, mç. 39, mct. 3249.

¹⁸ Cf. BN, Cód. 13216, fls. 104-105.

¹⁹ Sobre o funcionamento da Mesa da Consciência e Ordens no Brasil *vide* Guilherme Pereira das Neves, *E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil – 1808-1828*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997. *Vide* também Maria do Carmo Pires, *Juízes e Infratores: o tribunal eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*, São Paulo/Belo horizonte, Annablume/PPGH/UFGM/Fapemig, 2008. Sobre a administração colonial *vide* Maria Fernanda Bicalho, “Entre a teoria e a prática: dinâmicas políticoadministrativas em Portugal e na América Portuguesa (séculos XVII e XVIII)”, *Revista de História*, São Paulo, n.º 167, 2012, pp. 75-98.

consciência de D. João III e pela lógica deveria ter cessado as suas funções com a morte do monarca. Por sua vez, em 1821, entendia-se que a Mesa das Ordens fora instituída para cuidar dos privilégios dos freires e aconselhar o rei como governador e administrador das Ordens²⁰.

De acordo com o regimento de 1608, a Mesa da Consciência era composta por um presidente e cinco deputados, teólogos e juristas, uns eclesiásticos e outros cavaleiros professos das três Ordens Militares. Também constava nos quadros do tribunal um escrivão da câmara da Mesa, três escrivães da câmara das três milícias e um chanceler das Ordens Militares²¹.

Nos finais do século XVII, o tribunal das Ordens era constituído por um presidente, sete deputados (um de capa e espada e seis togados), quatro escrivães (das repartições da câmara, da Ordem de Avis, da Ordem de Cristo e da Ordem de Santiago), um procurador geral das Ordens²², um porteiro, vários contínuos, um meirinho dos cavaleiros, um juiz geral das Ordens, um escrivão das Ordens, um juiz dos cavaleiros e o seu escrivão²³. Para além destes oficiais, o chanceler das Ordens Militares²⁴, o provedor dos resíduos, o conservador das Ordens Militares e o escrivão da conservatória²⁵. No mesmo século, o *Consejo de Órdenes* era composto *en su estrato superior de un presidente, seis consejeros, un fiscal y un secretario, todos los cuales debían estar cruzados caballeros de alguna de las tres Ordenes. El resto del personal dependiente del*

²⁰ Debate parlamentar de Novembro de 1821. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.c1821&diary=a1821m11d19-3145&type=texto>

²¹ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. I. O mesmo afirmou Manuel Coelho Veloso: *Tem este Tribunal hoje por instituto na forma do novo regimento um Presidente, cinco deputados e um escrivão da câmara que é também do despacho da Mesa, como sempre houve e três escrivães da câmara do Mestrado das três ordens militares.* BN, Cód. 10887, fl. 8.

²² *Estes dois lugares de Promotor Fiscal e Procurador das três ordens Militares do tempo da União delas à Coroa destes Reinos até o ano de 1621 andaram em pessoas distintas: Os Promotores Fiscais eram partes contra os Comendadores, Cavaleiros e Freires das três Ordens nas causas crimes pela justiça e dos Procuradores gerais nas matérias dos bens das Igrejas, Comendas e mais coisas das Fazendas das Ordens, como nas causas tocantes a residências observância dos privilégios e mais coisas da utilidade das mesmas Ordens, e a União destes lugares se fez a imitação do que se praticava no conselho de Ordens em Castela e se passou Provisão desta União dos dois cargos a uma só pessoa.* BN, Cód. 10887, fl. 469.

²³ Cf. António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan - Instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 254-255.

²⁴ *O cargo de chanceler das três ordens Militares é dos de grande preeminência e sempre depois da União delas à Coroa o tem servido pessoas de maior graduação em letras, e lugares dos Tribunais.* BN, Cód. 10887, fl. 465.

²⁵ Em 1724, o juízo da conservatória era composto pelo conservador e pelo escrivão, *não há mais escrivães ou oficiais neste Juízo.* - ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 64.

*Consejo estaba integrado por un contador mayor -que también debía ser de hábito-, dos escribanos de Cámara, dos relatores, dos cancilleres, dos contadores de medias annatas, dos contadores de la razón, dos agentes fiscales, tres procuradores generales, un tesorero, un alguacil mayor, un cronista, un archivero y cuatro porteros*²⁶.

Para o século XVIII, o regimento dos ordenados de 1754 destrinça as várias unidades orgânicas da Mesa da Consciência e Ordens²⁷. Para os anos de 1755-1759, José Subtil anota a existência de um presidente e de seis deputados²⁸. António de Oliveira Freire refere, igualmente, a existência de um presidente, seis deputados (três deles do Desembargo e três de capa e espada) com um escrivão do despacho geral da Mesa, um da câmara e mestrado da Ordem de Cristo, um escrivão da câmara da Ordem de Santiago e um escrivão da câmara da Ordem de Avis com os seus oficiais maiores e *outros muito subalternos*. Da composição da Mesa faziam parte também um procurador geral, um porteiro, os contínuos, um meirinho dos cavaleiros e um escrivão de sua vara, um juiz geral das Ordens, um juiz dos cavaleiros com o seu escrivão e um chanceler. Acrescenta, ainda, que ao tribunal estavam subordinadas as contadorias dos mestrados²⁹.

No século XIX, o suplicante Domingos Mendonça Ferreira, que fora oficial maior da secretaria da Ordem de Cristo, referiu na sua petição que o tribunal tinha cinco secretarias, as quais tinham oficiais e praticantes para o expediente dos seus *negócios*. Na secretaria de Santiago, existira um praticante supranumerário, sem vencimento, que chegara a praticante efectivo da secretaria da Ordem de Cristo. Esta ascensão serviu de argumento ao peticionário para suplicar o lugar de praticante supranumerário numa das secretarias, em particular na do Comum das Ordens, em consideração ao facto de ser filho também de um oficial³⁰.

²⁶ Feliciano Barrios, *Los Reales Consejos. El gobierno central de la Monarquía en los escritores sobre Madrid del siglo XVII*, Madrid, Sección de Publicaciones de la Universidad Complutense - Facultad de Derecho, 1988, pp. 271-272.

²⁷ Vide no final do presente capítulo.

²⁸ Cf. *O terramoto político (1755-1759) – Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A., [D.L. 2007], pp. 76-77.

²⁹ *Descripçam corografica do reyno de Portugal*, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, 1739, p. 101.

³⁰ Cf. ANTT, MCO, cx. 644 (provisória).

Em 1724, a Mesa ordenou que se passassem provisões *para cada um dos juizes subordinados a este Tribunal pela repartição a que toca* a fim de obter uma lista de todos os officios, salários e emolumentos que cada um tinha e que considerava justo vencer. As unidades orgânicas visadas, na Mesa da Consciência e na Mesa das três Ordens Militares, foram as seguintes:

Fig. 1 - Repartições da Mesa da Consciência e Ordens

Mesa da Consciência
Juízo da mamposteria mor das capelas
Juízo dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos
Juízo dos defuntos e ausentes das viagens da Índia
Contos e executória deles subordinados ao tribunal
Juízo das capelas de D. Afonso IV
Mesa das Ordens
Juízo geral das Ordens
Juízo geral dos cavaleiros
Chancelarias das Ordens
Juízo da conservatória das Ordens
Contadorias dos mestrados das Ordens

O tribunal era composto pelo juiz geral das Ordens, o juiz dos cavaleiros, o chanceler das Ordens, os contadores dos três mestrados, o procurador dos contos, o mamposteiro mor de capelas e o executor dos contos³¹. Em outro documento pertencente ao mesmo processo anotaram-se: o juiz geral, o chanceler, o juiz dos cavaleiros, o conservador das Ordens, o provedor das capelas de D. Afonso IV, o provedor dos contos, o executor dos contos, o provedor dos resíduos, o mamposteiro mor das capelas, o tesoureiro das viagens da Índia, o tesoureiro geral de defuntos e ausentes, o tesoureiro da rendição e

³¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 61.

quartos da ordem de Cristo e colégio dos militares da Universidade de Coimbra, o provedor das capelas³². Em 1724, em uma lista de ofícios do juízo das Ordens constavam o juiz geral das Ordens, o procurador geral das Ordens, o escrivão das três Ordens Militares, o meirinho geral das Ordens³³ e o escrivão do meirinho geral. Interessante o desabafo do juiz geral das Ordens pela falta de um caminheiro: *Também é preciso haver um Caminheiro no Juízo para as muitas diligências que há do serviço de El Rei sobre os sequestros que se mandam pôr nas Comendas de que os Comendadores não fazem Tombos, como também para levarem os mandados para os Freires culpados se virem livrar, e para os Juizes das Comarcas fazerem algumas diligências e informações secretas sobre inquirições e outras matérias semelhantes, e de não haver o dito Caminheiro próprio do Juízo resulta o não se achar quem facilmente leve as ditas ordens, e alguns Caminheiros que as tem levado nem as entregaram, nem deram mais conta delas*³⁴.

Quanto ao juízo dos cavaleiros, era composto pelo juiz dos cativos que, por sua vez, tinha dois homens da vara, procurador geral das Ordens, escrivão do juiz dos cavaleiros, inquiridor, contador, meirinho geral das Ordens (meirinhos e alcaides), escrivão do meirinho e pelo agente das Ordens³⁵.

O juiz da Ordem do Algarve, Gaspar Luís Taborda, também foi um dos receptores da provisão para o envio de uma lista ou pauta dos honorários e emolumentos que tivessem os oficiais de justiça que, no Algarve, lhe fossem subordinados. Na resposta, o juiz referiu que não existiam oficiais da Ordem em todas as comarcas do Algarve que estivessem subordinados a si, apenas na cidade de Tavira, cabeça da comarca, onde residia, porque aí havia um meirinho da Ordem e um escrivão. No entanto, o juiz, o meirinho e o escrivão não tinham ordenados e emolumentos, por se tratar de um juízo da Ordem com um índice reduzido de causas ou litígios com algum freire e a escrita feita pelo escrivão orçava pelo contador geral dos Juízos, em conformidade com o regimento dos tabeliães do judicial. Quando assinava algum mandado para citação, levava de

³² *Ibidem*.

³³ Este oficial desempenhava funções em várias unidades orgânicas: *O Meirinho geral das Ordens que juntamente o é do Tribunal das mesmas, deste Juízo [das Ordens], do dos Cavaleiros das Três Contadorias dos Mestrados, e dos demais juízos subordinados ao Tribunal*.

³⁴ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 65.

³⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 62.

assinatura 10 réis, e assinando precatório ou outra ordem semelhante levava 20 de assinatura e 30 de selo. Nas devassas de visitas feitas nas comarcas, existindo culpados, estes pagavam-lhe 10 tostões por dia, ao escrivão 500 réis e ao meirinho 400 réis. Mas não havendo culpados, o que era o habitual, nem o juiz, nem os oficiais auferiam de salário pela diligência, ficando as despesas às custas desses oficiais, *sendo que é considerável porque em 24 ou 25 léguas de distância que tem este Algarve, onde alcança a minha jurisdição se gastam muitos dias, não parece justo que eu e os oficiais além do trabalho pessoal vamos à nossa custa a visitas, e a outras diligências que ocorrem sem salário nem ordenado*. Este caso é um exemplo da amplitude do quadro de oficiais subordinados ao tribunal das Ordens que se fazia representar territorialmente. No entanto, a comunicação entre a sede e as periferias apresentava ter algumas falhas graves, a avaliar pelas palavras do referido juiz: *A primeira ordem que tive de Vossa Majestade sobre este particular respondi logo, e sem dúvida se perdeu a carta nos Correios, o que muitas vezes sucede, e assim me não tenho havido com omissão nesta matéria*³⁶.

Da estrutura orgânica faziam parte também as repartições que tratavam das funções administrativas como a secretaria da Mesa e Comum das Ordens e as secretarias dos mestrados das Ordens de Avis, Cristo e Santiago. À tutela de cada uma das milícias encontravam-se, ainda, os conventos e os mosteiros. No caso da Ordem de Cristo, também a Colegiada de Nossa Senhora da Conceição dos Freires, em Lisboa. Para além destas unidades, havia a secretaria das arrematações e o juízo da executória das dívidas das comendas³⁷.

Em 1724, a chancelaria das três Ordens Militares tinha um chanceler para as três milícias, um escrivão da chancelaria para cada mestrado, um tesoureiro de todas as três milícias, um porteiro da Ordem de Cristo e outro porteiro das duas Ordens de Avis e Santiago³⁸. Os oficiais das secretarias podiam ocupar parte do seu tempo no desempenho das funções de escrivão das chancelarias,

³⁶ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 47.

³⁷ Vide Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Direcção de Serviços de Arquivística, 1997, p. XXI.

³⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 58. O mesmo consta na relação de rendimentos dos oficiais das chancelarias das três Ordens Militares de 1752. Cf. AHTC, Contos do Reino e Casa, *Relações de Rendimentos dos oficiais das Repartições Públicas Centrais*, liv. 42.

acumulando dois ofícios. Em 1789, Januário António da Silva Castro, oficial da secretaria de Avis, dedicava três dias da semana a desempenhar funções de escrivão na chancelaria. Também o seu filho, Joaquim Marcos da Silva Castro, que fora admitido pelo seu pai, se encontrava a servir nas duas unidades orgânicas³⁹. Em 1793, por resolução régia, os oficiais da secretaria das Ordens de Avis e Santiago deixaram de servir nas chancelarias, no impedimento dos respectivos escrivães da câmara. Os ofícios de escrivães dessas secretarias estavam anexos aos da chancelaria⁴⁰.

Sabe-se que, em 1747, havia o provedor, o executor, os contadores e os oficiais dos contos do tribunal⁴¹.

A contadoria do mestrado da Ordem de Cristo era formada pelo contador, pelo escrivão dos contos e pelo porteiro. As contadorias dos mestrados das Ordens de Avis e Santiago teriam os mesmos oficiais, exceptuando o caminheiro⁴². A contadoria da Ordem de Avis não tinha caminheiro⁴³, o ofício fora criado para as contadorias das Ordens de Cristo e de Santiago. Em 1767, Manuel Mendes Freire era caminheiro da contadoria do mestrado da Ordem de Avis, da executória dos contos e das pensões do Real Colégio dos Militares de Coimbra. Na petição que apresentou para ser caminheiro do número, pediu esse ofício, à semelhança do que existia *no Juízo do Mestrado da Ordem de Cristo e da Ordem de Santiago da Espada há caminheiros do número do dito Juízo*⁴⁴. Em 1772, foram extintos os caminheiros nas contadorias dos mestrados das Ordens

³⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 383, mç. 138.

⁴⁰ Cf. ANTT, MR, mç. 452, cx. 566, n.º 43.

⁴¹ Cf. ANTT, MR, mç. 406, cx. 509.

⁴² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 57.

⁴³ Em 1762, Domingos Cerqueira da Silva requereu a mercê da propriedade do ofício de caminheiro do número da contadoria do mestrado da Ordem de Avis que, segundo ele, ainda se encontrava vaga desde o falecimento do anterior proprietário, no terramoto de 1755. Alegou que, na falta desse ofício havia grande prejuízo na execução das ordens que se expediam e na arrecadação das dívidas e mais diligências da mesma contadoria, o que não acontecia nas contadorias dos mestrados das Ordens de Cristo e de Santiago porque tinham caminheiros do número. No entanto, o contador do mestrado da Ordem de Avis refutou as informações prestadas pelo peticionário, afirmando inclusive que já havia dito, várias vezes, por ocasião de outros requerimentos de semelhantes opositores, que, na sua contadoria, nunca houve caminheiro do número e que António Pereira Levada era da Ordem de Santiago e servia na contadoria de Avis pelo facto do escrivão da contadoria de Avis ser também o da contadoria de Santiago. O contador aproveitou para explicar o funcionamento da sua unidade orgânica, em que as ordens da sua contadoria eram mandadas por diversos caminheiros e que o serviço era bem prestado. Não se opôs ao requerimento, assim como também o procurador geral das Ordens entendeu que a contadoria de Avis deveria ter caminheiro do número como as de Cristo e de Santiago. A Mesa não considerou o mesmo e escusou a pretensão. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 342, mç. 98.

⁴⁴ ANTT, MCO, OA, cx. 346, mç. 102.

de Cristo e Santiago para se evitarem as grandes extorsões de salários que os mesmos caminheiros indevidamente assalariados praticavam com as pessoas a que se dirigiam as execuções⁴⁵.

Por força do Alvará de 2 de Junho de 1774, assistiu-se a uma alteração na estrutura orgânica do tribunal, quer ao nível de repartições, quer ao nível de alguns ofícios a elas pertencentes com a extinção dos *contos da Mesa da Consciência e Ordens, as contadorias dos mestrados das três Ordens Militares, e a tesouraria geral dos cativos; com todos os ofícios, e incumbências; de administrador, e provedor dos contos, de executor, contadores e escrivães deles, de escrivães das execuções, de praticantes do número e supernumerários, de porteiro e guarda livros dos mesmos contos, de tesoureiros e contadores dos mestrados, de escrivães das suas receitas e despesas, de tesoureiro geral dos cativos, de escrivão de sua receita e despesa, e de quaisquer outros oficiais da fazenda de todas as sobreditas repartições*⁴⁶. Inicialmente, também estaria compreendido, neste rol de ofícios, o de solicitador da fazenda e negócios pertencentes às Ordens. No entanto, este ofício era considerado indispensável, na medida em que as suas funções permaneceriam após a sua extinção. De entre elas, vigiar sobre as execuções e todas as causas que corriam perante o juízo geral das Ordens e contadorias dos mestrados para tomarem as informações necessárias e comunicá-las ao procurador geral das Ordens que, por sua vez, respondia às causas e requeria o que entendesse ser preciso. Em parecer da Mesa, os deputados pediram que se mantivesse o ofício e que o rei criasse um só solicitador de todas as três Ordens Militares, em vez dos três solicitadores, com o ordenado equivalente e correspondente ao que auferiam os três, em atenção ao trabalho de servir todos os *negócios* das três milícias com um só ofício⁴⁷.

A Mesa da Consciência passou a estar incumbida da arrematação das comendas vagas e depois da administração geral das que não se arrendavam até à administração geral de todas as comendas vagas⁴⁸. Nesta sequência, é criado o ofício de escrivão geral das arrematações, dos tombos das comendas,

⁴⁵ ANTT, MR, liv. 367, fls. 28v.-29v.

⁴⁶ ANTT, MNEJ, mç. 70, n.º 1.

⁴⁷ Cf. ANTT, MR, mç. 452, cx. 566.

⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, cx. 36-A, mç. 37.

cartórios, e mais *papéis* relativos às três Ordens Militares. A este novo oficial exigia-se que escrevesse as arrematações no tribunal da Mesa das Ordens, na mesma conformidade que, no Conselho da Fazenda, se expediam pelos seus escrivães todos os despachos, termos e *papéis* pertencentes às arrematações. Teria a mesma graduação que a dos escrivães das outras repartições. Por inerência destas mudanças surgem também alterações nos procedimentos administrativos: *Mando que pelo que respeita à administração futura das referidas rendas dos bens das Ordens, e das recebedorias de rendimentos aplicados para resgates de cativos, e de quaisquer contribuições aplicadas para as despesas da Mesa da Consciência, nos requerimentos, dependências, e causas, que verterem sobre a arrecadação, e percepção dos ditos rendimentos, nomeações de recebedores, arrendamentos das referidas rendas, e execuções contra os devedores, que forem sequestrados pelo Real Erário, fique pertencendo toda a jurisdição, assim voluntária, como contenciosa, à dita Mesa da Consciência e Ordens*⁴⁹.

Em um documento da 2.^a metade do século XVII sobre o pagamento dos novos direitos são enumerados vários ofícios: o juiz dos cavaleiros, o escrivão dos cavaleiros, o procurador e promotor fiscal, o agente da Ordem de Cristo, o arquitecto das três ordens militares, o contador do mestrado de Avis, o escrivão da chancelaria e ouvidoria do mestrado de Santiago de Azeitão, o meirinho do mestrado de Santiago, o ouvidor das comendas da Casa de Aveiro das vilas e mestrado de Santiago, o feitor da Ordem da vila de Sesimbra, o escrivão das três Ordens Militares, o porteiro da chancelaria da Ordem de Santiago, o contador do mestrado de Santiago, os deputados da Mesa da Consciência, o provedor dos contos da Mesa da Consciência, o recebedor da chancelaria das três Ordens Militares, o tesoureiro dos três quartos das comendas, tenças, igrejas, e benefícios da Ordem de Cristo e o ofício de requerente das Ordens dos mestrados de Santiago e Avis⁵⁰.

⁴⁹ ANTT, MNEJ, mç. 70, n.º 1. Refiram-se os motivos que levaram a estas alterações: (...) *as intoleráveis desordens e descaminhos que têm havido nas entradas e saídas dos Cofres dos Mestrados das Ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, de Santiago da Espada e de S. Bento de Avis, a confusão em que flutuado, por falta de método, as informes contadorias dos ditos mestrados e a inutilidade da existência dos Contos da Mesa da Consciência e Ordens, onde em lugar de se tomar conhecimento das ditas desordens e das Contas, que nunca se deram em termos competentes, das receitas e despesas dos referidos Cofres, e de outros da subordinação da dita Mesa, estão grassando naquelas três repartições.*

⁵⁰ Cf. BA, 50.V.39.

No orçamento da despesa da Mesa da Consciência e Ordens, apresentado em 1828 para o ano seguinte, dispomos de uma série de oficiais repartidos por cada uma das unidades orgânicas do tribunal. Embora seja um documento do século XIX, não poderá ser descurado, neste estudo, por representar as várias repartições e oficiais que compunham o tribunal e, que não estaria muito afastado da realidade da centúria anterior.

Fig. 2 - Repartições/Oficiais e respectivas despesas com ordenados⁵¹

<i>Empregados</i>	Ordenados
Tribunal	
Presidente: 2:400.000 réis e 6 Deputados a: 1:200.000	9:600.000
Deputado aposentado com ordenado por inteiro	1:200.000
Três deputados aposentados com meio ordenado	1:800.000
Um deputado aposentado	450.000
Secretaria da Mesa	
Escrivão da câmara, oficial maior, 2 oficiais e 1 praticante	1:460.000
Secretaria da Ordem de Cristo	
Escrivão da câmara, oficial maior, 2 oficiais e 2 praticantes	950.000
Secretaria da Ordem de Avis	
Escrivão da câmara, oficial maior, 1 Oficial e 1 praticante	820.000
Secretaria da Ordem de Santiago	
Escrivão da câmara, oficial maior, 1 oficial e 1 praticante	750.000
Secretaria da fazenda das comendas	
Escrivão da câmara, oficial maior, 2 oficiais e 1 praticante	2:380.000
Diversos Empregados	
Capelão, porteiro, meirinho e o seu escrivão e 2 cursores	820.000
Fiscais	
Conservador geral das Ordens, juiz geral das Ordens, procurador geral das Ordens e provedor dos resíduos	380.000
Praça	
Porteiro das arrematações e solicitador das comendas vagas	310.000
Diversos	
Tesoureiro da Junta dos Enjeitados	160.000
Oficiais dos contos extintos e religiosos da Santíssima Trindade da cidade de Coimbra	92.000
TOTAL	21:172.000

⁵¹ Cf. ANTT, MNEJ, mc. 133, n.º 3.

Em 1817, António José Guião teceu alguns predicados respeitantes ao ofício de porteiro, que podia ser desempenhado em regime de acumulação de serviço: *ofício em todos os Tribunais de muita graduação, delicado pela sua natureza e pelo exercício que tem, e que neste Tribunal carece de grande inteligência em razão dos outros ofícios que promiscuamente exercita, quais o de Tesoureiro dos Depósitos para as Habilitações dos Hábitos e dos Oficiais do Mestrado e o de Distribuidor*. Em 1756, os ofícios de tesoureiro e de depositário do tribunal andavam anexos ao de porteiro⁵². Sobre os cursores do tribunal, referiu que, para além da assistência diária prestada no tribunal para levarem as ordens que fossem precisas, tinham uma enorme responsabilidade e muito trabalho. Por sua vez, o meirinho do tribunal e o seu escrivão também eram o meirinho e o escrivão do juízo geral das Ordens, o que aumentava sobremaneira o trabalho, as despesas e os privava da sua liberdade. Em 1754, o meirinho da Mesa e o seu escrivão eram obrigados a servir *nos contos e suas executórias*⁵³. Nas considerações que teceu sobre o ofício de solicitador da fazenda da executória da Mesa, António José Guião referiu que *além de ter muito pouco em que se exercite (...) não inabilita o sujeito que houver de o exercitar de ter outro qualquer meio de procurar a sua mais abundante subsistência sem prejuízo do Real Serviço (...)* E quando se tratasse neste Juízo de alguma contemplação então deveria ela principiar pelo Juiz Executor que é sempre um Deputado da Mesa, que tem o encargo de preparar com os seus despachos os processos para depois os julgar, e nem por isso tem ordenado que se iguale ao do Solicitador do Juízo. Atente-se na apreciação de António José Guião relativamente a outros ofícios e juizes subalternos do tribunal, em que incluiu o *Escrivão do Juízo Geral das Ordens que é o é também da Mesa, os Solicitadores das três Ordens Militares, e na classe dos Juizes, o acima já referido Juiz Executor, o Juiz dos Cavaleiros, o Conservador das Ordens, o Procurador Geral delas, aos quais pelo menos deveria assinar-se o dobro do ordenado que ora percebem e ultimamente deveria lembrar muito principalmente o aumento dos ordenados para os Deputados desta Mesa, pois que tendo exercido as despesas com a variedade dos tempos não é possível que eles possam sustentar a Dignidade de seus importantes Empregos com o pequeno ordenado de um conto*

⁵² Cf. ANTT, MR, liv. 365.

⁵³ Regimento dos ordenados de 23 de Março de 1754, Cap. V, § XV.

e duzentos mil réis sem que onerem as suas casas para melhor sustentar o decoro do lugar que por Vossa Majestade lhes é confiado. A rematar o seu parecer, sugeriu que os tribunais do Conselho de Ultramar e do Conselho da Fazenda servissem de exemplo nos montantes de remuneração, em que foram assinados ordenados mais elevados do que os dos tribunais do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens⁵⁴. A insatisfação pela falta de equidade nos honorários vencidos, comparativamente aos do Desembargo do Paço e do Conselho da Fazenda, era bastante antiga. Em 1600, os deputados da Mesa da Consciência reivindicavam o aumento dos ordenados: *os muitos negócios que correm neste tribunal da Mesa da Consciência e Ordens nos obriga a continuar nele todos os dias, não tendo por obrigação de vir a ela mais que três dias de cada semana e porque crescendo trabalho é justo que se acrescente o estipêndio, nos fará Vossa Majestade mercê ser servido que os Deputados desta Mesa hajam trezentos mil réis de ordenado que são mais cem mil réis do que até agora tinham havendo Vossa Majestade respeito a terem outro tanto de ordenado os Desembargadores do Paço, e os do Conselho da Fazenda, que não têm maior trabalho, nem os negócios que despacham são de maior qualidade, e ser razão que os tribunais sejam iguais no ordenado, e assim o ter*⁵⁵.

Num documento produzido após a extinção da Mesa da Consciência e Ordens são apresentadas as repartições subalternas enquanto tribunal régio e eclesiástico. Como Mesa da Consciência e tribunal régio indicam-se as capelas, as mercearias, os hospitais, os recolhimentos e os colégios que pertenciam à administração, protecção, inspecção ou arrecadação das rendas das Ordens Militares⁵⁶. Estava-se no período de transição das suas funções para outros organismos. Aliás, algumas funções superentendidas pela Mesa da Consciência já tinham sido transferidas para outras instituições.

Analisemos o documento em causa que inicia com o juízo das capelas de D. Afonso IV com as respectivas mercearias. Neste âmbito, existia um provedor das capelas que devia prestar contas na forma do regimento de 3 de Janeiro de 1562, debaixo da inspecção da Mesa, a que estava cometido o governo e provimento das várias capelas e mercearias. Também era da sua competência

⁵⁴ ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2.

⁵⁵ ANTT, MR, mç. 406, cx. 509.

⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, cx. 36-A, mç. 37.

os provimentos nos hospitais, albergarias e gafarias. Contudo, na altura da extinção já só tinha a seu cargo a administração das rendas do hospital de Nossa Senhora dos Prazeres, no sítio da Luz. O tribunal inspeccionava, igualmente, o cumprimento de dotes e missas, deixadas em testamento, nas capelas dos monarcas. Neste particular, há muito que apenas mandava dizer, somente no dia 9 de Dezembro, por ocasião do aniversário da morte de D. Pedro II, as 500 missas de esmola, por ter sido a Mesa encarregue desse legado.

Em 1772, quando da reforma da Universidade de Coimbra e pelos alvarás de 2 de Junho de 1774 e de 4 de Dezembro de 1775, que extinguiram os mamposteiros mores e deram nova forma à arrecadação, saíram todas estas atribuições do âmbito da inspecção da Mesa.

A Mesa da Consciência tinha também a seu cargo os recolhimentos para o amparo dos desvalidos. Destes institutos faziam parte o de Nossa Senhora da Encarnação para órfãos nobres, o de Nossa Senhora do Amparo para órfãs e o de Nossa Senhora dos Anjos para viúvas pobres. Os dois primeiros deixaram de estar sob alçada da Mesa em 1822.

Quanto aos colégios, a Mesa da Consciência tinha à sua responsabilidade o colégio dos Catecúmenos, o colégio de Nossa Senhora da Conceição (para residência interina de 13 clérigos pobres), o colégio de São Patrício, o colégio de Jesus (para 34 órfãos desamparados, de preferência naturais de Lisboa) que foi encarregado à Mesa por Decreto de 14 de Novembro de 1797 e refundido na Casa Pia pela Resolução de 7 de Janeiro de 1827, que somente deixou à Mesa a administração das rendas.

Em matéria de defuntos e ausentes, a arrecadação era efectuada pelos provedores, tesoureiros e escrivães em toda a fazenda dos que faleciam no ultramar *sem deixarem herdeiros na terra, na dos que falecem em os Navios de viagem, na fazenda das Naus, que dão à costa, e finalmente na de quaisquer pessoas, que forem ausentes, e não tivessem procurador na terra (...) cuja execução se achava confiada à Mesa, que na forma desses Alvarás, apenas chegadas as remessas do dinheiro, letras, ou quaisquer efeitos com os respectivos Inventários e Testamentos fazia entregar tudo no Depósito Público (...) e chamar por Editais nas terras deles os legítimos herdeiros, que habilitando-se no Juízo das Justificações Ultramarinas com apelação para a Mesa, quando o interesse das heranças excede a 80 réis iam depois requerer no Depósito*

*Público o seu pagamento com a sentença e Despacho da Mesa. Na falta de herdeiros pertence à Fazenda o produto arrecadado*⁵⁷.

Tocava, ainda, à Mesa, como tribunal régio, o provimento de todos os ofícios, quer no reino, quer no ultramar, sobre a arrecadação da fazenda dos defuntos, ausentes, capelas e resíduos, incluindo o ofício de escrivão da receita e despesa da fazenda dos defuntos e ausentes no depósito público.

Enquanto Mesa das Ordens e tribunal eclesiástico é referida, na estrutura orgânica, a conservatória das Ordens, o juízo dos cavaleiros, o juízo geral das Ordens, a chancelaria das Ordens e o juízo da executória das dívidas das comendas vagas.

*À conservatória das Ordens, como juízo, tocava a defesa da jurisdição, preeminências, rendas, direitos e tributos das Ordens, que no princípio do século 16º andava unido ao juiz geral delas. (...) As atribuições deste Juízo ficam por sua natureza pertencendo aos Fiscais da Coroa, em que as Ordens desde a união dos Mestrados a ela, se incorporaram logo, sem que se possa manter mais semelhante distinção, que só durou tanto, porque o tribunal das mesmas Ordens, para existir, as fazia também existir assim separadas*⁵⁸.

O juízo dos cavaleiros andou unido ao do crime da Corte no princípio do século XVI. Destinava-se às causas crimes dos cavaleiros, passando a tratar somente de casos relativos a cavaleiros com tença. O juízo geral das Ordens, onde se incluíam os juízes das Ordens nas comarcas (em que eram como outros tantos vigários da vara), ocupava-se, em primeira instância, de todas as causas cíveis, que tocassem às *Ordens, e Pessoas delas, das de o Padroado respectivo, e das Comendas etc.*, e por apelação conhecia depois a Mesa em 2.^a instância: *havia ainda uma 3^a (igual nos efeitos à Revista) em que Sua Majestade decidia imediatamente as causas com certo número de juízes que se consideravam como assessores. Os processos pendentes hão-de passar igualmente para os juízes do cível*⁵⁹.

O juízo da executória das dívidas das comendas vagas, criado em 1777, executava as contas que, no Erário, se extraíam contra os rendeiros.

⁵⁷ *Ibidem.*

⁵⁸ *Ibidem.*

⁵⁹ *Ibidem.*

Pela chancelaria *transitavam todos os diplomas, cartas, alvarás, provisões, sentenças e mais papéis que se expediam pela Mesa e pelos juízos subalternos, como privativo das Ordens: os direitos que aí se recebiam, eram entregues mensalmente no Tesoureiro Público, e os mais avultados procediam da 4ª parte do rendimento de um ano, que pagavam pelo encarte das Comendas os comendadores professos em hábito da Ordem diferente daquela à que pertenciam as mesmas comendas (porque do contrário pagavam somente 5\$600 réis) e bem assim da 4ª parte, que igualmente satisfaziam as pessoas do sexo feminino pelo encarte das Comendas com que eram agraciados, e por último dos 5 por cento, que pagavam todos os providos em ofícios, priorados, benefícios etc*⁶⁰.

Os *negócios* referentes aos conventos, mosteiros e colégios das Ordens também eram tratados na Mesa da Consciência e Ordens.

Em 1608, já eram muito diversos os assuntos despachados, no tribunal, em dias repartidos e devidamente estipulados da seguinte forma: às segundas feiras, os provimentos e requerimentos dos prelados e beneficiados das ilhas e África e os da provedoria mor dos cativos e resgates. Nas quartas feiras, estavam na ordem de trabalhos os *negócios* e os *papéis* da provedoria mor dos defuntos que morreram fora do reino e dos ministros da mesma, os *negócios* da casa dos órfãos da cidade de Lisboa. Nas sextas feiras, os *negócios* das capelas de D. Afonso IV, das mercearias, dos hospitais, das gafarias, das albergarias e da Universidade de Coimbra. Os sábados eram dedicados aos feitos por apelação e agravo. As terças e quintas feiras eram dias reservados às petições sobre qualquer matéria⁶¹.

Em traços gerais, à Mesa da Consciência pertencia, no plano das suas funções alicerçadas pelo regimento, todos os *negócios* das Ordens Militares de Avis, Cristo e Santiago, dos que possuíssem o hábito destas milícias, dos seus ministros, beneficiados, e *tudo o que convém ao seu bom estado e governo, no espiritual e temporal, assim dentro destes Reinos como fora deles, nas Índias Orientais, Estados do Brasil, e mais partes ultramarinas do Senhorio desta Coroa*, à excepção das comendas das Mesas Mestrais por tocarem ao Conselho da Fazenda. Também era da incumbência do tribunal das Ordens tudo o que

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Caps. VI-X.

respeitasse à *provedoria dos cativos, seus resgates e seus tesoureiros, mamposteiros e os ministros deles, e a boa arrecadação da fazenda da redenção, e o que toca à provedoria-mor dos defuntos, que morrem fora destes reinos, e nas viagens da Índia e Mina, provedores, tesoureiros e mais ministros da arrecadação das fazendas, que deles ficam, que se ordenou para bem de suas almas e proveito de seus herdeiros*⁶².

Era vasto o quadro das competências da Mesa da Consciência, estendendo-se ao governo e superintendência da Casa das Órfãs e Meninos da cidade de Lisboa, à distribuição dos dotes e matrimónios deixados em testamentos por alguns defuntos; o governo e o provimento das capelas e das mercearias de D. Afonso IV e de D. Beatriz, sitas em Lisboa, e o provimento das mercearias de D. Catarina e do infante D. Luís, ordenadas nos mosteiros de Belém, de Óbidos e Torres Vedras, ordenadas por D. Leonor e das mercearias de Alenquer e do mosteiro da Trindade da cidade de Lisboa; o provimento em hospitais, gafarias e albergarias que estivessem sob alçada do tribunal; os *negócios* da Universidade de Coimbra; os ofícios de escrivão dos resíduos, contador e oficiais da vila de Caldas, os ofícios de tesoureiros dos cativos e seus escrivães, e os dos defuntos e ausentes, dos lugares ultramarinos, os ofícios de mamposteiros menores e seus escrivães, os ofícios de recebedores dos três quartos e meias anatas das Ordens de Cristo e de Avis, dos terços da Ordem de Santiago, os ofícios de provedores dos cativos e cartas de ermitanias, nas terras das Ordens Militares⁶³.

Além dos conteúdos funcionais descritos no regimento de 1608, acima expostos, o mesmo diploma refere a existência de outras matérias que estavam contempladas no regimento de D. Sebastião e *outras coisas de que algumas se não tratam neste tribunal e outras vão caindo em esquecimento*. Sobre estas decidiu-se dar conhecimento: a visitação das capelas de D. Dinis que jaz no mosteiro de Odivelas e dos reis que jazem nos mosteiros da Batalha, Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra e as de outros reis, príncipes e infantes sepultados nos mosteiros de Belém e de Nossa Senhora da Luz. Também o cumprimento dos testamentos que fossem aceites pelo rei ou já aceites anteriormente pelos seus antecessores, das bulas das Ordens Militares que tocassem à jurisdição que

⁶² *Ibidem*, Caps. XIV-XV.

⁶³ *Ibidem*, Caps. XVI-XVII.

nelas tivesse a Mesa⁶⁴. Dar resposta à correspondência remetida pelos prelados das ilhas e das partes da Índia e da Guiné, relativa à conversão dos infiéis, ao acrescentamento do Culto Divino e bem das suas prelazias. As visitas aos conventos e às igrejas, as provas de limpeza de sangue e mais requisitos para a concessão de hábitos das Ordens Militares. As confirmações dos prazos das comendas das Ordens Militares, as quitações dos três quartos e meias anatas passavam pelo despacho da Mesa da Consciência e Ordens.

Ainda no âmbito das competências do tribunal das Ordens estava o provimento dos mestres da gramática e canto, de ler e escrever e dos pregadores e tangedores de órgãos⁶⁵.

O regimento reconhecia a enorme quantidade de processos sob a alçada da Mesa da Consciência: *porque os negócios que pertencem a este tribunal são muitos e de muita consideração*⁶⁶. Neste particular, era exigido o regime de exclusividade aos deputados, exceptuando-se as situações concedidas pelo monarca. Dedicavam-se unicamente ao que lhes era destinado para melhor gestão do expediente. Entendia-se que só assim era possível a tramitação e despacho dos documentos em tempo útil. Impunha-se a maior brevidade no despacho e que este não se destinasse às petições que poderiam ter resolução pela via ordinária, nos casos cíveis e crimes. Estes deviam ser encaminhados para a justiça secular. Aliás, o diploma regimental estabelecia quais eram as petições que não deveriam ser atendidas, mencionando-as⁶⁷. Desta forma, diminuía-se os documentos a resolver. Face à máquina administrativa complexa que alimentava a Mesa da Consciência, havia uma preocupação em aliviar o trabalho, rentabilizando-se os recursos humanos e delimitando o campo de acção deste tribunal para melhor expediente dos seus *negócios*.

Em resumo, desde 1608 – se não mesmo desde 1558 – eram muito vastas as atribuições da Mesa da Consciência, quer do ponto de vista dos conteúdos específicos, quer do ponto de vista geográfico. Mesmo assim, podemos condensar as suas áreas de intervenção a três: encargos pios a cargo da Coroa; Universidade de Coimbra (até à reforma pombalina) e Ordens Militares. No

⁶⁴ *Ibidem*, Caps. XVIII-XX.

⁶⁵ *Ibidem*, Caps. XXII-XXIV.

⁶⁶ *Ibidem*, Cap. LIV.

⁶⁷ *Ibidem*, Caps. XL-XLIII.

entanto, especialmente as Ordens Militares recobriam um vasto campo de actuação e obrigavam a interagir com diversos conventos que, até 1551, eram entidades autónomas. Refira-se que, na Idade Média, os conventos já tinham o seu sistema de informação⁶⁸ e esse foi reorientado com a integração das Ordens Militares na Mesa da Consciência, em dois sentidos: novos fluxos informacionais, em que estes passaram a estar cada vez mais orientados pelo facto do poder de decisão estar em Lisboa⁶⁹; e a aproximação das tipologias e das práticas de uma Ordem à de outra, tendo em vista a uma crescente uniformização.

1.3. O ofício de escrivão como observatório de funcionalidades

Em 1768, foi expedida uma ordem para todos os escrivães das Ordens Militares. Na lista de destinatários estavam incluídos o escrivão das três Ordens, o escrivão do juízo dos cavaleiros, o escrivão do mestrado da Ordem de Cristo, o escrivão do mestrado da Ordem de Santiago e o escrivão do mestrado da Ordem de Avis, o escrivão das execuções das três Ordens e o escrivão da ouvidoria da prelazia de Tomar⁷⁰. Estes oficiais formavam o corpo de escrivães da Mesa da Consciência e Ordens, responsáveis pela redação, cópia e expedição de documentos. No âmbito das suas funções, tramitava por eles documentos com matérias de enorme sigilo pelo *inviolável segredo dos*

⁶⁸ *La aparición del expediente, preñada de consecuencias diplomático-documentales, rompe la etapa medieval, caracterizada por la discontinuidad y la espontaneidad al ritmo de acontecimientos sobrevenientes a la Corte (su reflejo documental más emblemático es el documento «suelto») e inaugura la etapa moderna, caracterizada por una acción gubernativa continua, permanente, estable. Esta continuidad se refleja clarísimamente en la producción documental: ahora ya no sólo existe el último documento de la acción gubernativa (la resolución en forma de cédula, provisión o carta) sino los pasos administrativos previos necesarios para madurar la decisión del monarca. A la resolución se une la tramitación. Emerge, pues, la «linealidad» de la producción documental administrativa. Esta «revolución» administrativa produce, cuando menos, un aumento cuantitativo de la documentación en los archivos. Es una novedad documental propia de la época moderna, del estado moderno (...) - José Luis Rodríguez de Diego, "Archivos del Poder, archivos de la Administración, archivos de la Historia (s. XVI-XVII)", in *Historia de los archivos y de la archivística en España* (coord. Juan José Generelo e Ángeles Moreno López), Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico de la Universidad de Valladolid, 1998, pp. 35-36.*

⁶⁹ Vide Fernanda Olival, "As Ordens Militares Portuguesas sob os Áustrias: as mudanças e as continuidades", in *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e de conflito* (orgs. Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha), Lisboa, CHAM, CIDEHUS, CHES, RED COLUMNARIA, 2013, p. 178.

⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

*negócios*⁷¹. Não passaria despercebida a sua acção na produção manuscrita e no poder que lhes era confiado no acesso à informação⁷². Por estas razões, debruçamo-nos sobre a integração dos indivíduos no grupo dos escrivães da Mesa da Consciência e Ordens. É um cargo chave para antever a orgânica e o leque de competências efectivas da Mesa da Consciência. Na realidade, o que passava pela pena do escrivão denunciava de forma muito aproximada o quadro de funcionamento da entidade que o ocupava.

Em 1749, Domingos Pires Bandeira, escrivão da câmara e do despacho ordinário do tribunal das Ordens, apresentou uma petição a requerer o aumento do número de oficiais papelistas para o expediente dos *negócios* da Mesa face à necessidade que se fazia sentir. Solicitou ao rei a criação de mais três lugares de oficiais com os mesmos ordenados e propinas que eram praticados com os oficiais do Conselho da Fazenda, Ultramar e mais tribunais.

Segundo Domingos Pires Bandeira, a secretaria do tribunal tinha apenas um oficial que auferia 1.000 réis de ordenado e para o expediente dos *negócios*, como se designava na altura, que àquela unidade orgânica pertenciam, necessitava de mais oficiais. Nas suas palavras, os que lhe tinham antecedido dispuseram sempre de dois e três oficiais, os quais serviam sem emolumentos, *só com a esperança de serem despachados com serventias de ofícios como se praticava com muitos deles e que como no tempo presente se dificultava este despacho em razão de Vossa Majestade as prover por seus Reais Decretos*⁷³. Deste modo, era difícil para o suplicante ter quem quisesse servir na secretaria por não terem rendimentos indirectos, decorrentes dos emolumentos ou propinas. Diga-se que estes oficiais eram animados por uma ideologia de serviço⁷⁴. Naquele tempo, tinha três oficiais, para além daquele que recebia o ordenado, contribuindo-lhe com algumas ajudas de custo da sua renda para que o suplicante o pudesse conservar. No entanto, o valor era diminuto para a ajuda da sustentação de alguém. O suplicante referiu que não tinha a obrigação de

⁷¹ ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

⁷² Sobre o ofício de escrivão vide Leonor Zozaya Montes, *De papeles, escribanías y archivos: escribanos del Consejo de Madrid (1557-1610)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011.

⁷³ ANTT, MCO, liv. 38, fls. 253v.-254v.

⁷⁴ Cf. recensão crítica de Pedro Cardim sobre o estudo de José Manuel Louzada Lopes Subtil sobre o Desembargo do Paço em *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXIV, n.ºs 151-152, 2000, pp. 755-760.

pagar a oficiais e nem era justo ter essa despesa para o expediente do serviço do rei e das partes.

Nas palavras do peticionário, o monarca tinha concedido oficiais a todas as secretarias dos outros tribunais como o Conselho Ultramarino, que tinha oito ou nove, o Conselho da Fazenda em cada uma das repartições tinha três e quatro, o Desembargo do Paço tinha dois e três, até na altura do requerimento os escrivães da câmara dos mestrados das Ordens Militares a quem concedeu o rei um oficial em cada uma delas. Note-se que constituía uma prática corrente os oficiais fazerem-se valer de exemplos de outras instituições congêneres, exigindo o recrutamento de mais activos e os valores equivalentes em ordenados, emolumentos e propinas.

Domingos Pires Bandeira alegava que sendo a secretaria da Mesa muito mais activa, laboriosa que todas as três referidas achava-se esta só com um oficial.

O monarca pediu que a petição fosse vista no tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e se consultasse. Sendo tudo visto, pareceu à Mesa que se concedessem mais dois oficiais dos três que pedia, a saber: um para os *negócios* do tribunal como régio e outro para o comum das três ordens, com 40.000 réis de ordenado e propinas⁷⁵.

Ainda, em 1749, o rei pediu à Mesa da Consciência que consultasse uma petição de Feliciano Velho Oldemberg, escrivão da câmara de Sua Majestade e do mestrado da Ordem de Cristo. Este solicitara mais três oficiais para a sua secretaria, atendendo à grande necessidade de recursos humanos que padecia. À semelhança do que tinha sido concedido, em resolução de 26 de Fevereiro de 1749, ao escrivão da câmara, Domingos Pires Bandeira, exemplo que referiu. Embora considerasse as suas razões mais vigentes.

Na sua secretaria e com o mesmo ofício não tinha mais que um oficial pago pelo rei. A descrição que fez do volume de trabalho e das condições em que se encontrava merece a transcrição do texto: *o qual só não podia expedir os papéis que se lavravam na sua secretaria, pois eram muitos os negócios que pertenciam à sua repartição que para maior expedição estava satisfazendo a dois oficiais mais que se ocupavam sempre em contínuo trabalho, não só em*

⁷⁵ ANTT, MCO, liv. 38, fls. 253v.-254v.

lavar Provisões e outras ordens em virtude do despacho deste Tribunal, mas também no registo de todas as Consultas, Decretos, e avisos e Provisões Definitivas, ficando o oficial criado por Vossa Majestade, com todo o trabalho contínuo e bem notório de todos os Alvarás e Cartas para os Cavaleiros da Ordem despacharem cartas de apresentação de todos os Benefícios daquela mesma ordem não só os que havia neste Reino, mas nas ilhas e em todas as conquistas ultramarinas, cartas de ofícios, e de comendas, e outros Alvarás, e cartas de diferentes negócios, que para se expedirem se precisava de muito trabalho e especial cuidado, e também as multiplicadas consultas que continuamente se faziam e que todos aqueles papéis iam à Real presença de Vossa Majestade para as assinar e por aquela causa se fazia mais laboriosa que todas as que havia neste Tribunal a secretaria do suplicante e que todas as dos mais Tribunais o que a Vossa Majestade constaria da assinatura que continuamente fazia, e que além de todo aquele trabalho, se faziam todas as cartas de confirmações de Prazos que para a sua expedição se ocupavam três pessoas de fora, por não poderem os ditos dois oficiais lavrá-las, a quem o suplicante pagava⁷⁶. Por esta descrição minuciosa é possível observar que eram múltiplas as tipologias documentais que tramitavam⁷⁷.

Feliciano Velho Oldemberg⁷⁸ considerava não ter a obrigação de pagar aos dois oficiais, a quem estava satisfazendo ordenados para a boa expedição da sua secretaria. No seu entender esses oficiais teriam de ordenado e propinas o mesmo que se praticava no Conselho da Fazenda e que fossem pagos pelo rendimento dos três quartos por se tratar da secretaria da Ordem de Cristo e

⁷⁶ ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mc. 244, cx. 918, n.º 3.

⁷⁷ Também os oficiais papelistas da Mesa do Desembargo do Paço se faziam valer de argumentos muito semelhantes: *que sendo este Tribunal o mais egrégio, e as ocupações dos suplicantes as mais laboriosas entre todas as dos mais Tribunais, são também igualmente entre todas as mais miseráveis, e pobres, pois tendo principalmente os Oficiais maiores a obrigação de assistirem todas as manhãs no Tribunal para a expedição das Ordens, e Consultas que se lhe mandam lavar, e as tardes nas Secretarias arrumando e juntando papéis, fazendo bilhetes, e dando expedição às partes com um excessivo trabalho pela variedade dos génios de cada uma; e sendo desta sorte preciso aos suplicantes o trabalharem quotidianamente, assim de noite, como Domingos, dias santos, e feriados, sem poderem ter outro algum emprego para a expedição das Provisões, Alvarás, e Cartas, e lavar Consultas, assim do serviço de VM como a requerimentos das partes e sendo este exercício tão laborioso como continuado (...)* - ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mc. 518, cx. 662.

⁷⁸ Feliciano Velho de Oldemberg obteve a mercê da propriedade do ofício de escrivão do mestrado da ordem de Cristo, em 1719, que vagou por morte de Luís de Sousa de Carvalho, de quem não ficaram filhos. Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 128. Encontra-se também em BN, Cód. 6504, fl. 174v.

trabalharem os oficiais para o rendimento deles. Isto porque todo o recebimento do cofre provinha dos papéis que se lavravam naquela secretaria e, por isso, a despesa que se fizesse com esses oficiais podia advir dos valores arrecadados no cofre. O mesmo se praticava com o juiz executor, o escrivão da câmara supernumerário, o provedor dos contos, o guarda deles e o porteiro do tribunal, os quais levavam os seus ordenados na folha que se fazia pela secretaria do suplicante para serem pagos pela despesa do mesmo cofre. O mesmo poderia ser aplicado não só nos seus ordenados, mas também nas propinas, na medida em que, para o recebimento do dito cofre, tinham de trabalhar. O suplicante entendia ser justo que fossem satisfeitos pelo cofre por serem oficiais da Ordem de Cristo e *que estando o dinheiro do cofre dos três quartos aplicado para a fábrica do convento de Tomar, por Bulas Pontifícias, se entendia também que deles se havia de pagar a quem trabalhasse para o rendimento do mesmo e se os ditos eram pagos daquela maneira, claro estava que o deviam ser os oficiais que ele suplicante pedia e na falta fossem satisfeitos pelo rendimento da chancela mor do Reino e Portagem, ou pelo rendimento da Alfândega e em último lugar pelas despesas da Mesa, ainda que ele reconhecia estarem bastante gravadas*⁷⁹.

No parecer da Mesa o pedido merecia ser atendido, no sentido de conceder mais dois oficiais para a secretaria da Ordem de Cristo e, neste contexto, também mais um oficial para as secretarias de Santiago e de Avis. Do mesmo modo, considerou que se deveria conceder também ao escrivão da câmara da Mesa um oficial para o registo. Por sua vez, o voto do presidente defendeu um acréscimo de 20.000 mil réis aos ordenados de todos aqueles oficiais para receberem 60.000. Para os deputados Fernando de Castro e Filipe de Abranches Castelo Branco a pretensão do suplicante não era de justiça. Isto porque, na Ordem de Cristo, o ofício de escrivão não fora criado com a obrigação do monarca pagar os oficiais. Os antecessores do suplicante satisfizeram à sua custa até 1732, ano em que o rei fez a graça de mandar pagar um com 40.000 réis em cada uma das quatro festas do ano, pelo rendimento da chancelaria das Ordens⁸⁰.

⁷⁹ ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mç. 244, cx. 918, n.º 3.

⁸⁰ *Ibidem*.

A questão do pagamento dos recursos humanos era, muitas vezes, colocada aquando das nomeações. As custas dos honorários podiam ser imputadas a quem era concedida a faculdade para poder nomear um oficial para auxiliar nas suas tarefas. Em 1761, Simão Fernandes Branco, escrivão do registo dos testamentos da cidade de Lisboa, em resposta à sua petição, recebeu a mercê para poder nomear um oficial papelista, pelo qual ficaria responsável e seria pago à sua custa⁸¹.

Ressalte-se, igualmente, a figura do escrivão extravagante da câmara de Sua Majestade, ofício que fora criado para servir nos impedimentos e ausências de qualquer escrivão da câmara dos mestrados. Estaria nessa condição enquanto não entrasse na propriedade do ofício que, legitimamente, vagasse. Em 1738, Vicente Gomes de Araújo e Sousa, a quem o rei fez a mercê da propriedade do ofício de escrivão extravagante, no qual se encartou e tomou posse, ganhava o mesmo ordenado e propinas do escrivão da Ordem de Cristo⁸². Em 1747, o rei ordenou à Mesa que os escrivães das três Ordens militares não servissem uns pelos outros nem subscrevessem mais papéis que aqueles que se lavravam respeitantes à sua Ordem. Relembrou que, para evitar tais procedimentos, havia criado o ofício de escrivão extravagante⁸³.

Era comum os oficiais solicitarem o aumento do corpo de oficiais nas suas repartições, alegando a diminuta capacidade dos recursos humanos para o excesso de trabalho, assim como também os pedidos de subida de ordenado. Alegava-se, muitas vezes, os prejuízos causados às partes que padeciam com os atrasos que se faziam notar. Em 1787, o rei atendeu ao pedido de aumento do ordenado de José Joaquim Oldemberg, escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Cristo e à criação de mais oficiais nessa secretaria. A repartição da Ordem de Cristo era considerada como *a mais laboriosa e de maior expediente pela dilatada extensão de jurisdições, bens, e regalias que a mesma Ordem possui, não só no continente deste Reino e ilhas, como também em todo o ultramar tinha sido servida pelo oficial maior e por outro oficial segundo, e ainda assim não podiam suprir a escrita das cartas, de confirmação dos prazos das*

⁸¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 98, fls. 4-4v.

⁸² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 28, mct 2, doc. 50.

⁸³ ANTT, MCO, liv. 100, fl. 177v. Encontra-se também em ANTT, MCO, cx. 642, fl. 55v. e em BN, mss.3, n.º 28, fl. 8.

comendas que eram lavradas por pessoas estranhas que percebiam parte do emolumento. Deste modo, o peticionário considerava necessário para a pronta expedição dos *negócios*, na sua secretaria, um terceiro oficial papelista.

No momento já se encontravam imensas consultas por lavrar e com atrasos significativos, algumas já assinadas pela Mesa para se registarem, ao mesmo tempo que se iam acumulando com outras. O envio dos *papéis* do expediente do tribunal também se encontrava bastante atrasado. Nos seus lamentos, José Joaquim Oldemberg referiu, ainda, que o seu ofício era o mais decadente no rendimento porque não auferia o ordenado de escrivão da chancelaria da Ordem de Cristo, por ser um ofício separado e por lhe faltar muitos emolumentos que constituíam a principal fonte do seu rendimento. Do ordenado que recebia e dos emolumentos incertos, em média, totalizava o valor de 420.000 réis⁸⁴, *o que não podia chegar para o decente tratamento que pedia o lugar de Escrivão da Câmara de Vossa Majestade considerada a carestia dos tempos e a obrigação de ter uma Casa para Secretaria e ir todos os dias ao Tribunal*⁸⁵. No século XVIII, a casa do escrivão de um conselho da administração era muitas vezes uma extensão da própria instituição. Devia estar disponível para as funções burocráticas e com o aparato que o cargo exigia, em virtude de se estar numa sociedade estruturalmente hierárquica e desigual.

É de notar, todavia, que estes lugares de escrivães não eram postos menores do ponto de vista dos rendimentos e das oportunidades que ofereciam. Um bom exemplo é o de Domingos Pires Bandeira que apresentara, em 1749, o requerimento atrás referido ao rei. Nasceu em Lisboa, em 1701, e morreu na mesma cidade no ano de 1761. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício tal como o seu pai⁸⁶. Era filho de Domingos Pires Bandeira, seu homónimo, que nasceu em 1670 e neto por esta via de António Pires que era sapateiro. Sabe-se que o seu progenitor era um negociante, natural da vila de Viana, que veio muito novo para Lisboa, onde, ao que parece, teve êxito nos

⁸⁴ Para uma análise comparativa, a fim de avaliar o montante em causa, utilizemos o valor de 25.000 réis referente ao rendimento anual de uma família de camponeses, em Santa Margarida do Sado, de acordo com um inquérito efectuado por um pároco, em 1787. Deste modo, o montante de 420.000 réis auferidos pelo escrivão, em honorários e emolumentos, corresponderia, aproximadamente, a 17 anos de rendimento da referida família. Cf. Jacques Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d' Évora (1770-1814)*, Paris, Centro Cultural Português, 1978, p. 143.

⁸⁵ ANTT, MCO, liv. 40, fls. 8v.-12.

⁸⁶ Cf. ANTT, CG, *Habilitações do Santo Ofício*, Domingos, mç. 24, doc. 468.

negócios em que se envolveu e que, em poucos anos, obteve uma considerável fortuna. Era considerado um indivíduo abonado e rico. Viveu na rua dos Escudeiros⁸⁷, e mais tarde, no seu palácio da Calçada do Salitre, que mandou construir. Casou com D. Tomásia Maria Felizarda Diniz⁸⁸, irmã de D. Teresa Maria de Jesus Diniz que era casada com Manuel Coelho Veloso. Faleceu em Sintra, poucos dias após o terramoto de 1755.

Voltemos uma vez mais ao Domingos Pires Bandeira que apresentou o requerimento ao rei. Foi gentil-homem do Inquisidor-Geral, o cardeal da Cunha, e escrivão da câmara e do despacho ordinário da Mesa da Consciência e Ordens, cargo que obteve em dote, em 1736, pela sua primeira mulher, a sua prima D. Ana Isabel da Fonseca Veloso, filha única de Manuel Coelho Veloso que também foi familiar do tribunal da Inquisição e proprietário do ofício de escrivão da câmara de Sua Majestade e do despacho ordinário do tribunal da Mesa da Consciência⁸⁹. Este ofício fora comprado por Manuel Coelho Veloso por 42.500 cruzados, ou seja, 17:000.000 réis. Atente-se que Domingos Pires Bandeira era sobrinho e genro de Manuel Coelho Veloso, contratador das cartas de jogar⁹⁰. Em 1729/30, já servia o ofício nos impedimentos do seu tio quando este apresentou uma petição queixando-se dos achaques que o incapacitavam de poder servir quotidianamente no trabalho que exercia, no despacho do tribunal, como no da secretaria, em função da ocorrência das partes e *negócios*, pelo aumento de trabalho⁹¹.

D. Teresa Maria de Jesus Diniz, mulher de Manuel Coelho Veloso, era irmã de D. Tomásia Maria Felizarda Diniz, mãe de Domingos Pires Bandeira, que servira o ofício de escrivão de sua câmara e do despacho ordinário do tribunal da Mesa da Consciência das mesmas três Ordens Militares por mais de 22 anos.

⁸⁷ ANTT, CG, *Habilitações do Santo Ofício*, Domingos, mç. 24, doc. 462.

⁸⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra D, mç. 6, n.º 1.

⁸⁹ Cf. ANTT, RGM, D. João V, liv. 29, fls. 375-375v.

⁹⁰ Vide Bruno Lopes, "Punição e controlo social: jogo e Inquisição em Lisboa nos séculos XVI a XVIII", in *Jogos em perspectiva: de Lisboa a Macau - 3.ªs Jornadas de História dos Jogos em Portugal* (orgs. Fernanda Frazão, Jorge Nuno Silva e Lúcia Fernandes), Lisboa, Apenas Livros, 2014, p. 101.

⁹¹ Cf. BN, Cód. 6504, fl. 207 e ANTT, RGM, D. João V, liv. 19, fls. 480-480v. (...) *entrou a servir nos impedimentos de seu tio Manuel Coelho Veloso a 18 de Janeiro de 1730, por Alvará de 10 de Dezembro de 1729.* – BN, Cód. 10887.

Domingos Pires Bandeira casou pela segunda vez com D. Gerarda Maria Inácia Xavier Monteiro de Sampaio e Castro, filha de Francisco Monteiro da Cunha de Sousa e Sande, também familiar de Santo Ofício, considerado *nobre e muito rico*.

Do primeiro enlace matrimonial Domingos Pires Bandeira teve uma descendente que morreu nova. Do seu segundo casamento teve cinco filhos. De entre estes Domingos Pires Monteiro Bandeira, filho varão, nascido em Lisboa, no palácio do Salitre, em 1747. Domingos Pires Monteiro Bandeira exerceu o cargo de deputado no tribunal da Mesa da Consciência e Ordens⁹².

Em 1762, pediu para se encartar no ofício de escrivão da real câmara e do despacho ordinário do tribunal da Mesa da Consciência das mesmas três Ordens Militares pelo direito consuetudinário do reino por seu pai ter sido proprietário do mesmo, pedindo que lhe concedessem a mercê do ofício⁹³. Em 1769, tomou o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo⁹⁴. Em 1778, D. Maria I tomou-o por fidalgo de Sua Casa com 1.600 réis de moradia por mês de fidalgo cavaleiro e um alqueire de cevada por dia. Foi *Mestre das Cerimónias da direcção das Festividades das Ordens assim das dos Grão-Cruzes e Comendadores, como das dos Oragos*⁹⁵.

Em 1791, foi condecorado com a comenda do Vale de D. Inês da Ordem de Santiago, em sua vida somente, em remuneração dos serviços que prestara. Valeu-lhe a dispensa na falta de serviços em África e ser cavaleiro da Ordem de Cristo⁹⁶. Em 1796, a rainha fez-lhe mercê de um lugar de deputado do tribunal das Ordens para o servir juntamente com o *cargo de escrivão da câmara, vencendo o ordenado e votando em todos os Negócios ou consultivos ou do expediente à excepção dos Judiciais*⁹⁷.

Em 1801, o rei concedeu-lhe a mercê do título do seu Conselho com o qual gozava de todas as honras, prerrogativas, autoridades, isenções e franquezas⁹⁸.

⁹² Cf. ANTT, MCO, liv. 99, fl. 115 e ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 3, fl. 110v.

⁹³ Cf. ANTT, RGM, D. José I, liv. 17, fls. 261-261v.

⁹⁴ Cf. ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 293, fls. 19v.-21 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra D, mç. 6, n.º 1.

⁹⁵ Cf. ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 3, fls. 109-110.

⁹⁶ Cf. ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 3, fl. 110.

⁹⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 99, fl. 115 e ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 3, fl. 110v.

⁹⁸ Cf. ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 29, fl. 102.

Analise o perfil social de Domingos Pires Bandeira, o que era sobrinho e genro de Manuel Coelho Veloso. As fontes documentais como os processos de habilitação do Santo Ofício, de habilitação da Ordem de Cristo, o registo geral de mercês, a Chancelaria da Ordem de Cristo, os decretos e as consultas da Mesa da Consciência, as séries designadas de *papéis diversos* e de *ofícios* abrem-nos portas para construir o percurso desta família. Para além destas, não se descurou a de enorme importância para a análise em causa, o inventário orfanológico de Domingos Pires Bandeira. Isto deveu-se aos filhos serem menores de 25 anos, para os quais nomeou por tutora e administradora de suas pessoas e bens a sua mulher, Dona Gerarda e o seu irmão José Rodrigues Bandeira e, na falta destes, os seus sobrinhos Custódio José Bandeira e Manuel Joaquim Bandeira. Domingos Pires Monteiro Bandeira tinha 14 anos naquele momento⁹⁹.

Trata-se de um processo volumoso, de grandes dimensões, que ronda os 2000 fólios. Tal a dimensão do processo que nele consta o seguinte desabafo: *Eis aqui a definição deste processo que infesta à vista e pela sua má digestão passa a infestar os entendimentos*. Em virtude da viúva, D. Gerarda Maria Inácia Xavier Monteiro Sampaio e Castro, como cabeça de casal e por estar em posse dos bens de Domingos Pires Bandeira por seu óbito, se ter queixado da formalidade com que se fez o inventário e partilha dos bens de seu marido constantes nos autos. Considerou excessiva a avaliação que foi feita. Segundo a viúva, houve muita falta nas declarações do inventário porque ela encontrando-se clausurada no convento de Marvila, valeu-se de mandar ao escrivão do inventário em diferentes papéis as declarações que ela devia fazer, daí talvez o escrivão tivesse confundido alguns dos tais papéis, no seu cartório, que estavam em seu poder, ou por esquecimento que ele tivesse tido. Derivado a isso foram feitas 2 avaliações.

No inventário constam oito hábitos de Cristo com valores que oscilam entre os 480 réis e os 1:073.200 réis. O hábito mais valioso era de uma só face com uma asa de ouro guarnecido pela frente com 72 diamantes brilhantes, o

⁹⁹ Vide Fernanda Olival, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in *História da Vida Privada em Portugal* (dir. José Mattoso), vol. II, [Lisboa], Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 244-275. A autora faz referência ao inventário orfanológico produzido na morte de Domingos Pires Bandeira.

maior pesava, mais ou menos, cinco quilates, e os outros eram de vários tamanhos todos cravados em prata.

Também podemos encontrar neste arrolamento um retrato do Cardeal da Cunha, Inquisidor-Geral, de quem Domingos Pires Bandeira foi gentil-homem, avaliado com a quantia de 12.800 réis. Esta proximidade com a figura proeminente do Santo Ofício era de conhecimento geral. Os vários depoentes do processo de habilitação de Domingos Pires Monteiro Bandeira são prova disso ao testemunharem com expressões como as que se seguem: que o pai *era criado dos de maior autoridade do Cardeal da Cunha, criado de maior distinção do Cardeal da Cunha e que fora criado dos de maior estimação do Cardeal da Cunha*¹⁰⁰. Refira-se que o rei havia dado ao cardeal da Cunha, em 1711, na altura capelão mor, a mercê de conceder faculdade para que, em vida ou por morte, pudesse renunciar uma tença de 400 réis que lograva assentada no Almojarifado do Pescado da cidade de Lisboa. A escolha recaiu no Conde de Povolide e em Domingos Pires Bandeira para as quantias de 300 e 100 réis, respectivamente. Estas nomeações foram confirmadas em testamento¹⁰¹. Este acto demonstra a elevada estima do cardeal por Domingos Pires Bandeira, não obstante as suas funções.

Ainda, relativamente ao processo orfanológico, eram várias as peças em ouro, entre elas anéis, pulseiras, botões e brincos. Tinha uma biblioteca bastante considerável, composta por várias obras. Era detentor de quintas e fazendas, destacando-se a Quinta dos Gorizos, localizada na freguesia de São Bartolomeu da Charneca, a Quinta da Godinha e a Quinta da Gansa¹⁰².

Este é um quadro interessante de ascensão social se analisarmos o percurso desta família desde António Pires, com a ocupação de sapateiro, até Domingos Pires Monteiro Bandeira, que chegou a deputado da Mesa da Consciência e Ordens, em 4 gerações. Em consideração ao zelo, inteligência e préstimo de Domingos Pires Bandeira – segundo rezava a carta de atribuição - foi-lhe feita mercê de um lugar de deputado do tribunal das Ordens para o servir juntamente com o dito cargo de escrivão da câmara. É pouco provável que este

¹⁰⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra D, mç. 6, n.º 1.

¹⁰¹ Cf. ANTT, RGM, D. José I, liv. 1, fl. 160v.

¹⁰² Cf. ANTT, *Inventário Orfanológico*, letra D, mç. 4, n.º 4.

fosse caso isolado. Oldemberg, acima referido, teve também um percurso que merece ser estudado.

Note-se que escrivão era um cargo que recobria uma vasta panóplia de instituições e responsabilidades muito desiguais entre si.

Depois deste quase excuro, importa voltar à questão central. Afiguram-se algumas dificuldades na definição da matriz orgânica da Mesa da Consciência e Ordens. Algumas das suas componentes não são assumidas nos diplomas que regem a organização deste tribunal, nem as fontes documentais analisadas para este estudo as revelam de forma clara. Alguns estudos já lançaram alguns dados¹⁰³. Contudo, ainda falta apreender a complexidade, no seu todo, da estrutura organizacional da Mesa da Consciência e a sua evolução administrativa pelos séculos em que perdurou, sem grandes alterações excepto a saída dos assuntos respeitantes à Universidade de Coimbra. A somar a isso refira-se que alguns agentes asseguravam as actividades inerentes às suas funções, nomeadamente nas periferias, como se fossem repartições do tribunal. Por isso, os ofícios e os núcleos administrativos podiam, por vezes, confundir-se. Neste sentido, não procuramos espaços, fisicamente, delimitados porque os conteúdos funcionais poderiam estar adstritos a um indivíduo ou serem executados fora das “quatro paredes” da sede do tribunal, nas respectivas casas dos oficiais. Não obstante isso, os oficiais desempenhavam os seus cargos numa malha que interagia e convergia entre os restantes núcleos do organograma.

Falta, ainda, uma investigação que consiga reunir todas as funções e actividades efectivadas à Mesa da Consciência e Ordens. Eram imensas. Esta dissertação pretende contribuir para isso.

¹⁰³ Vide Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Op. cit.*, p. XXI. Vide também José Subtil, “Governo e Administração”, *in Op. cit.*, pp. 167-169.

Fig. 3 - Composição da Mesa da Consciência e Ordens, em 1754¹⁰⁴

Tribunal

Presidente

Deputados

Porteiro do tribunal, tesoureiro (das despesas e dos depósitos dos habilitandos) e distribuidor (dos autos) andavam juntos na mesma pessoa

Cursor do tribunal

2.º cursor

Meirinho da Mesa e do Juízo Geral das Ordens

Escrivão do meirinho

Secretaria da Mesa e Comum das Ordens

Escrivão da câmara do despacho da Mesa da Consciência e Comum das Ordens

Oficial maior do escrivão da câmara da Mesa e Comum das Ordens

2 oficiais papelistas da secretaria da Mesa da Consciência e Comum das Ordens

Escrivão extravagante da câmara das Ordens

Secretaria do mestrado da Ordem de Cristo

Escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Cristo

Oficial papalista do escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Cristo

Podia ter 2.º oficial papalista

Secretaria do mestrado da Ordem de Santiago

Escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Santiago

Oficial papalista do escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Santiago

Podia ter 2.º oficial papalista

Secretaria do mestrado da Ordem de Avis

Escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Avis

Oficial papalista do escrivão da câmara do mestrado da Ordem

Podia ter 2.º oficial papalista

Juízo dos cativos

Juízes dos cativos

Promotor dos resíduos e procurador geral dos cativos

Mamposteiro mor dos cativos

Escrivão do mamposteiro mor

¹⁰⁴ Regimento dos ordenados de 23 de Março de 1754.

Procuradores do juízo
Tesoureiro geral do rendimento dos cativos
Escrivão do tesoureiro geral do rendimento dos cativos
Tesoureiro das viagens da Índia
Escrivão do tesoureiro das viagens da Índia

Juízos subordinados à Mesa das Ordens

Juiz conservador das três Ordens Militares
Escrivão da conservatória das três Ordens Militares
Juiz Geral das três Ordens Militares
Procurador geral das três Ordens Militares
Escrivão do juízo geral das Ordens
Tesoureiro das condenações do juízo geral das Ordens
3 agentes das Ordens Militares
Juiz dos cavaleiros
Escrivão do juízo dos cavaleiros
Tesoureiro das despesas do juízo dos cavaleiros
Agente do juízo dos cavaleiros
Tesoureiro dos três quartos da Ordem de Cristo
Escrivão do tesoureiro dos três quartos da Ordem de Cristo
Tesoureiro e executor do colégio das Ordens Militares
Escrivão do executor do colégio das Ordens Militares

Contos subordinados à Mesa da Consciência e Ordens

Contador dos contos da repartição da Mesa da Consciência
Contador dos contos da repartição das Ordens Militares
Executor dos contos da repartição das Ordens Militares
Escrivão do contador da repartição da Mesa da Consciência
Escrivão do contador da repartição da Mesa das Ordens
Escrivão das execuções e fianças da repartição da Coroa
Escrivão das execuções e fianças da repartição das Ordens
Porteiro e guarda-livros dos contos
4 praticantes do número da primeira criação dos contos
2 praticantes da segunda criação
Podem ter dois praticantes supernumerários
Solicitador e agente das execuções dos contos
Moço dos contos

Juízo das capelas de D. Afonso IV

Provedor e administrador da fazenda real das capelas

Escrivão da provedoria, ouvidoria, receita e despesa das capelas
Procurador fiscal
Solicitador
Tesoureiro da fazenda das capelas
Contador das custas do juízo

Estações várias

Tesoureiro e escrevão da receita, despesa e entrega das heranças dos defuntos e ausentes
Provedores de órfãos, capelas e resíduos
Chanceler
Oficiais da chancelaria das três Ordens Militares

Contadoria do mestrado da Ordem de Cristo

Contador
Escrivão da contadoria
Solicitador da contadoria
Porteiro da contadoria
Caminheiro da contadoria

Contadoria do mestrado da Ordem de Santiago

Contador
Escrivão da contadoria
Porteiro e solicitador
Caminheiro da contadoria

Contadoria do mestrado da Ordem de Avis

Chancelaria das três Ordens Militares¹⁰⁵

¹⁰⁵ O Chanceler e os Oficiais da Chancelaria das Três Ordens Militares foram providos na repartição da Mesa Mestral do Conselho da Fazenda, no Alvará de 29 de Dezembro de 1753, Cap. 35. E do mesmo modo o contador e Oficiais da Contadoria do Mestrado da Ordem de São Bento de Avis, no Cap. 36. - Regimento dos ordenados de 23 de Março de 1754, Cap. VII, § II.

2. Legado arquivístico: lacunas e história custodial

Face ao estado de fragmentação em que se encontra hoje o arquivo da Mesa da Consciência e Ordens, é indiscutível o desejo de encontrar lógicas de organização primitiva desse arquivo, ou seja, compreender a ordem original em que foi concebido. A história custodial poderá responder a algumas questões, na medida em que revela as responsabilidades na guarda, tratamento e no destino traçado para este património arquivístico. Nesta matéria, muito terá contribuído, paradoxalmente, o que José Mattoso apontou como sendo resultado da incúria e da incompetência arquivística¹. A somar a isto outras vicissitudes, como as condições ambientais inadequadas onde esteve depositado, ao longo dos séculos², ou até o desgaste e as intempéries a que estavam sujeitos os

¹ Cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Mesa da Consciência e Ordens Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Direcção de Serviços de Arquivística, 1997, p. IX. Pedro A. d'Azevedo e António Baião referem a existência de furtos isolados de documentos e outros que se perderam, por muitos irem para casas de particulares. Em 1621, já faltavam imensos. De entre estes, *papéis tocantes às três Ordens Militares. (...) e isto por descuido dos oficiais que até gora forão fiarem as chaves da ditta casa de seus criados, não sómente estes livros e papeis faltarão, senão também outros de muita importancia, que por ordem dos mesmos Senhores Reys se entregarão a Secretarios e a chronistas mayores pera se ajudarem d'elles em suas occupações, e Officios até se tornarem a entregar nella, o que não fizeram em suas vidas, e não se sabia depois de mortos, em cujo poder estavam. (...) Livros, chronicas, papeis, e cartas de importancia, Instrucções, e avisos que andavam na Recamara do Senhor Rey Dom Henrique ao tempo de seu falecimento, que pelas alterações que se logo seguirão, se furtarão, e perderão, e os Livros e papeis, e cartas de importancia que acertarão de ter os guarda-móres e Escrivães que até gora forão da ditta Torre em suas casas ao tempo de suas mortes, principalmente os immediatos aos que de presente servem, por se entender que seus parentes, e criados lançarão mão de muitos delles e os venderão a pessoas curiosas, cujos nomes se não se sabião*. Os autores apontam outros casos de negligência cometidos pelos próprios oficiais do Arquivo. - *O Archivo da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Commercial, 1905, pp. 16-19.

² Para a documentação da Ordem de Santiago, Maria Teresa Lopes Pereira refere: *as condições em que o arquivo chegou até nós evidenciam uma constante precaridade da sua conservação e do seu acondicionamento. A mudança para Palmela tornou evidente o mau estado de conservação de muitos documentos. Naquela época, era frequente haver documentos desfeitos, roídos pelos ratos, comidos pelos insectos, colados pela humidade, manchados por vinho, azeite e água, meio queimados num descuido de leitura. Muitos estariam quase ilegíveis e outros crivados de buracos*. Para esta autora o novo cartulário santiaguista, para além de outras razões explicativas, ser uma consequência directa do estado precário em que a documentação mais importante da Ordem se encontrava aquando da mudança do cartório de Alcácer para Palmela. *D. João II considerou, sem dúvida, que era necessário preservar o cartório, mandar transcrever os documentos essenciais para a conservação da memória da Ordem, dos seus privilégios e dos seus bens*. - Maria Teresa Lopes Pereira, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal (século XII a fins do século XV)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015, pp. 207-209. Veja-se a descrição sobre as condições oferecidas pelo Mosteiro de São Bento, no século XIX, enquanto local de arquivo: *As condições deste edifício não podem ser mais deploráveis; os únicos meios de destruição que estão fora de prejudicar as collecções são a chuva e o roubo; todos os mais, porem, se dão ali as mãos para reduzi-las*. - Pedro A. d'Azevedo e António Baião, *Op. cit.*, p. 8.

documentos em fase de tramitação³ e o impacto do terramoto de 1755. A esta catástrofe se deve o desaparecimento de uma parte significativa do fundo arquivístico da Mesa da Consciência e Ordens, as séries incompletas e a dispersão de documentos. De tudo isto saíram mais prejudicados os cartórios da Mesa enquanto Mesa e das secretarias das Ordens de Cristo e Santiago. O arquivo da Inquisição, por exemplo, teve maior sorte neste particular, apesar das muitas séries incompletas. Mesmo assim, importará estudar os esforços empreendidos, na época, para recuperar parte do arquivo. No séc. XIX, na sequência da extinção do tribunal da Mesa da Consciência, o seu cartório foi desmembrado e incorporado, em estádios distintos, no Real Arquivo da Torre do Tombo.

A dispersão e a mobilidade dos arquivos, alguns em casas de particulares, durante o desempenho de um ofício, também não ajudam na reconstituição plena do fundo desta instituição. Nos cartórios do registo dos testamentos chegaram a sair papéis quando se solicitava a confirmação de dados. O interessado nessa informação podia ser o mamposteiro mor dos cativos, a quem o escrivão do registo dos testamentos levava os livros, mesmo que fosse de mau grado. Sabia-se dos perigos que se corria como o descaminho de documentos e, por isso, este acto conferia uma pena de prisão e suspensão do ofício se fosse cometido sem ordem superior⁴. Os secretários da Mesa levavam, inclusive, documentos para as suas casas, pondo em risco o sigilo da informação que lhes era imposto, onde familiares e criados podiam ter acesso a esses materiais⁵.

Outros sinistros ocorreram, para além do terramoto de 1755 e do incêndio que se seguiu. Estes, por certo, distinguiram-se dos demais pelos efeitos devastadores. Vale a pena ter presente também o incêndio de 1836, no Palácio do Rossio, e os fogos nas residências que sucediam com alguma regularidade. Com efeito, o cartório da secretaria da Ordem de Santiago, que foi instalado no Tesouro Público após a extinção do tribunal, *foi completamente queimado no*

³ Longe de querer tomar o todo pela parte, mas a anotação, datada de 1687, deixada no processo de habilitação da Ordem de Cristo de Cosme do Couto Barbosa poderá ser uma evidência de que alguns documentos se terão perdido, ao longo dos séculos, pelo seu mau estado de conservação: *O original desfez-se em pó por estar podre*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra C, mç. 12, n.º 103.

⁴ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 19. É exemplo o ofício de escrivão do registo dos testamentos.

⁵ Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 478.

*incêndio do dia 16 de Julho de 1836 do Palácio do Rossio*⁶. Segundo consta em outro testemunho, muitos documentos pereceram nesse fogo⁷.

A tramitação de um processo ou documentos avulsos implicava passar de mão em mão, por vários espaços, inclusivamente em domicílios de quem dava parecer, lavrava certidões ou reconhecia a letra e sinais de quem redigia, entre outros⁸. Durante estes percursos correr-se-iam também riscos de perda ou deterioração dos documentos.

Importa realçar que as invasões das tropas francesas também fizeram estragos avultados. Em 1812, o escrivão do arquivo do convento de Cristo, fr. Manuel de S. Francisco de Assis, referiu que as milícias se instalaram no cenóbio, durante cinco meses, até ao mês de Março de 1811, provocando a perda de todos os livros de matrícula anteriores ao que tinha diante de si, este livrara-se do destino dos outros, tendo passado incólume ao ataque⁹. Em 1823, o frei João Cipriano Xavier de Sousa, freire capitular da Ordem de Cristo, guardamora do arquivo do convento de Tomar, anotou, numa certidão lavrada por si, que o tombo da comenda de Cem Soldos se achava *traspapelado na invasão das Tropas Francesas no ano de mil oitocentos e dez, e por isso lhe faltam algumas folhas*¹⁰. Algumas das igrejas do padroado das Ordens Militares assistiram também à usurpação dos seus pertences como alfaia, metais preciosos e documentos¹¹. Outros institutos, como o convento de Nossa Senhora da Luz da

⁶ IDD L377. Este episódio é mencionado no inventário da Mesa da Consciência e Ordens. Cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Op. cit.*, p. 69.

⁷ Cf. ANTT, AA, n.º 42, cx. 16.

⁸ Relativamente a uma consulta de 1732, em que se desconhecia o seu paradeiro e se *supõem perdida no incêndio que houve na casa do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real*. O documento não baixou à Mesa, não se encontrava nas secretarias das Mercês ou do Estado. Em 1741, os deputados pediram que a consulta fosse reformada. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 39, n.º 48.

⁹ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 237 e ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36. *O grande Arquivo da Ordem, em que se guardavam preciosos monumentos e originais desde o princípio da Monarquia Lusitana, e os tombos das comendas da Ordem, do qual só se pôde salvar o mais precioso por falta de transporte; só nas estantes, gavetas, portas e janelas se avalia o prejuízo em – 400\$000. O coro e a livraria também não ficaram ilesos: Os livros do Coro, dos quais eram 26 muito grandes. Todos de pergaminho fino com iluminações e dourados, chapeados com chapas douradas, que todos continham o psaltério e missas, capituleiro, 8 breviários e outros manuais, feitos com muito asseio – 1200\$000 (...) A livraria que era muito grande com magníficas estantes de pau do Brasil, toda cheia de livros de todas as Faculdades e uma grande parte deles de boa escolha, que toda ficou destruída – 16.000\$00. - Manuel da Silva Castelo Branco, “Inventário dos prejuízos causados no Convento de Cristo, em Tomar, durante a III invasão francesa”, *Boletim Cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, Tomar, n.º 13, 1989, pp. 31-44.*

¹⁰ ANTT, MNEJ, mç. 7, mct. 1.

¹¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 429, mç. 182.

Ordem de Cristo, receberam por aviso, a mando do rei, para se tirarem as alfaias de prata¹².

Merecem destaque, neste capítulo, as compilações de Lázaro Leitão Aranha¹³ para o conhecimento da documentação mais relevante da Mesa da Consciência e Ordens. Mencione-se, igualmente, o trabalho de Manuel Coelho Veloso¹⁴. Sem eles, os pontos negros seriam ainda maiores.

2.1. As compilações de Lázaro Leitão Aranha

A obra do cónego Lázaro Leitão Aranha (1678-1767) tomou corpo quando este ocupou o lugar de deputado na Mesa da Consciência, em 1716. O próprio reconheceu que precisava, desde logo, de se inteirar das matérias inerentes às Ordens Militares. Assumiu não ter os conhecimentos e a experiência suficientes para dominar assuntos que julgou serem complexos. A obra surgiu, assim, de uma necessidade premente e, neste sentido, o autor achou profícuo compilar um conjunto de diplomas. A utilidade dos mesmos justificava o empreendimento¹⁵. O universo era imenso face à dimensão do arquivo e ao estado de desarrumação em que o encontrou, tendo a árdua tarefa de *desempenhar maços e maços de Consultas, Decretos, Bulas, Breves, Juntas e Assentos e de tudo resumido e distribuído em método claro, a compor de tudo relação exacta em matérias distintas e separadas em forma que com pouca leitura e em poucos instantes se pode saber em qualquer matéria o que nela se tem passado*¹⁶. Para o primeiro tomo analisou 22.000 consultas, decretos, alvarás e assentos¹⁷. O préstimo deste trabalho foi inegável durante o tempo em que vigorou o tribunal e,

¹² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2, fl. 31.

¹³ Vide ANTT, MCO, livs. 302-306, BP, Fundo Geral 10888-10890; BP, Pomb: 153-155; 156; 256, 498-500; 609. Sobre esta matéria vide Manuel da Silva Castelo Branco, “Os trabalhos de D. Lázaro Leitão Aranha sobre as três ordens militares de Avis, Cristo e Santiago”, in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 63-78.

¹⁴ Vide BN, cód. 10887. Manuel Coelho Veloso, escrivão da câmara e do despacho da Mesa da Consciência e Ordens, produziu a obra *Notícia Histórica da Mesa da Consciência e Ordens*. Esta é uma fonte imprescindível para o estudo da história institucional da Mesa da Consciência e Ordens.

¹⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 26, mct 5, doc. 109.

¹⁶ ANTT, MCO, liv. 306.

¹⁷ Cf. BA, 51.VI.52, fls. 11-13.

actualmente, ainda perdura a sua relevância para o estudo desta instituição, uma das mais importantes do período Moderno. Outros instrumentos como índices foram produzidos, fazendo referência ao trabalho de Lázaro Leitão Aranha¹⁸. Ainda, nos últimos anos de existência do tribunal, buscavam-se informações nos tomos desta obra¹⁹. Os volumes que a formaram eram compostos por decretos, resoluções e mercês de despachos da Mesa da Consciência.

Lázaro Leitão Aranha descreveu o curso da sua investigação, referindo que tivera uma licença do tribunal para consultar todos os livros das bulas, breves, assentos e consultas. No início do seu projecto, deparou-se logo com o decreto de 6 de Maio de 1686²⁰, no qual se ordenava que, em todos os tribunais, se fizesse um *index* alfabético de todos os decretos, alvarás e provisões. Para o efeito, era necessário escolher um ministro em cada tribunal para levar avante este trabalho. Na Mesa da Consciência foi nomeado o deputado Martim Monteiro Paim. Deste diploma, pareceu-lhe não ter surtido qualquer resultado, quer na Mesa da Consciência, quer nos outros tribunais implicados, não obstante a importância do decreto. Se tivesse sido executado, teria contribuído para uma gestão bem mais eficaz e eficiente das instituições no aproveitamento dos seus recursos informacionais. De acordo com Lázaro Leitão, a multiplicidade de leis, decretos, e resoluções, originava confusão²¹. Não ter um instrumento de descrição tornava mais difícil gerir a informação.

Segundo o autor dos tomos, a variedade e o número de *negócios* originaram, ao longo do tempo, uma imensidão de leis, assim como também muitos decretos e resoluções. Para além da confusão, por se encontrarem amontoados, repetiam-se as consultas que não eram lidas pelos ministros *porque nem podem, nem devem ir às Secretarias estudá-las nem os Secretários*

¹⁸ Vide Legislação constante dos livros de Registo da Secretaria da Ordem Militar de São Bento de Avis desde o ano de 1544 em diante na Mesa da Consciência e Ordens. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

¹⁹ Em 1829, sobre a igreja da Anunciada de Setúbal e, em 1831, sobre os ofícios de escrivães dos juízos das comarcas. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 449, mç. 202 e ANTT, MCO, OA, cx. 454, mç. 207.

²⁰ Por ser conveniente à boa administração da que em todos os Tribunais haja um Livro de Registo particular das Resoluções de consultas que contém determinação geral, e dos Decretos, Alvarás e Provisões que sou servido passar e que assim este como os mais Livros do Registo tenham seus Index para se saberem as matérias das ordens e despachos que neles se acham registados e que de todos se faça em outro Livro separado um index geral (...). ANTT, MCO, liv. 315, fl. 55. Encontra-se também em: BN, cód. 6504, fls. 81-81v. e em ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

²¹ Cf. BA, 51.VI.52, fls. 11-13.

*as sabem, pois o grande número de negócios apenas lhes deixa tempo para a expedição dos que correm, ficando impossibilitados para reverem os que passaram*²².

Em 1716, recebeu de D. João V a mercê de um lugar de deputado da Mesa da Consciência e Ordens pelo merecimento e letras²³. Tomou posse por um procurador, a 23 de Novembro. Antes, havia sido desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação. Em 1727, Lázaro Leitão Aranha, enquanto principal da igreja patriarcal de Lisboa, ofereceu um tomo completo do seu Índice do Arquivo da Mesa da Consciência ao rei e outro exemplar ao tribunal, referentes aos anos balizados entre 1532 e 1726²⁴. Bem mais tarde, em 1749, entregou outros quatro que formavam novo conjunto²⁵. Nesta data, as palavras de Lázaro Leitão Aranha ilustram a metodologia e a pertinência do seu trabalho:

*No ano de 1727, sendo ainda Deputado deste Tribunal, tive a honra de oferecer a Vossa Majestade o primeiro tomo que compus de todos decretos, resoluções, bulas, breves e assentos, que pertencem a este Tribunal como Mesa da Consciência desde a sua criação até aquele tempo e prometi segundo tomo pelo que toca ao mesmo Tribunal como mesa das ordens militares: sendo porém muito mais frequentes as questões e requerimentos das ordens militares, cresceram muito mais as resoluções delas em forma que foi preciso dividi-las em quatro tomos: 1º e 2º pelo que toca às ordens militares nestes Reinos: 3º pelo que toca ao ultramar: 4º pelo que toca às habilitações neles estão lançadas em suma as bulas, breves, decretos, resoluções e assentos dividido tudo em matérias separadas e distintas em forma que em qualquer matéria, com pouca leitura se acharão as resoluções que tem havido nela desde a criação do Tribunal das Ordens: da estimação que Vossa Majestade fez do 1º tomo da mesa da Consciência tendo-o sempre sobre a Mesa do mesmo Tribunal para achar pronta a notícia para os casos que o ocorrerem, espero não desestimaré para o mesmo efeito estes quatro tomos em que foi muito maior o trabalho e o estudo: e entendo será maior a utilidade*²⁶.

²² BA, 51.VI.52, fls. 11-13.

²³ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 118v.

²⁴ Decretos, resoluções de consultas e alvarás, assentos e juntas de ministros.

²⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 26, mct 5, doc. 109.

²⁶ *Ibidem*.

Por infortúnio, no incêndio de 1755, queimaram-se, na livraria do rei, os cinco tomos e também, no mesmo tribunal, outras cópias que existiam destes cinco volumes de que os oficiais se serviam, regularmente, para resolver ou consultar as matérias de que, muitas vezes, tinham pouca notícia. Perante o desalento de se perder um índice tão vantajoso para a actividade administrativa do tribunal das Ordens, acedeu a *renová-los ainda que com grande trabalho a fim de que se não percam de todo as notícias que o tempo e o fogo consumiram*²⁷. Reduziram-se a cinzas não só os meus cinco tomos, mas o que mais era, se tinham também queimado no mesmo Tribunal os originais das *Bulas, Breves, Assentos, Juntas, Consultas e todas as provanças que tudo estava nos armários do mesmo Tribunal e até nas secretárias se tinham queimado especialmente na da Ordem de Cristo e da Mesa e na de Santiago grande parte das que tinham nas suas secretarias*.

Na sequência do incêndio, foi contactado pelo presidente da Mesa da Consciência e Ordens, o marquês de Valença, para saber se conservava os originais ou o borrão dos livros e para que os emprestasse ao tribunal que, por sua vez, os mandaria trasladar. No entanto, em 1758, tomou, por sua conta, copiar os cinco livros que arderam e, no término do trabalho, entregá-los no tribunal. Quanto aos da realza:

*O que suposto devia eu agora visto se terem queimado na livraria de Sua Majestade os mesmos cinco tomos no modo que me fosse possível restituir-lhos, mas como os originais, isto é, as mesmas Bulas, Breves, Decretos, Consultas, Juntas e Assentos, tudo originais nada disto já existe porque o fogo queimou tudo, e as cópias não tem igual fé nem crédito, pareceu-me melhor restituir a Sua Majestade o meu mesmo original ou borrão por ser mais legal sendo a maior parte dele da minha mesma letra e na mesma forma em que compus os referidos cinco livros e com o acrescentamento de mais sete tomos de matérias pertencentes ao mesmo Tribunal de papeis jurídicos, Memoriais de direito, Propostas, Notícias, Alegações e Documentos também ao Tribunal pertencentes e em cada tomo o Index do que nele se contém*²⁸.

²⁷ BA, 54.IX.24 (n.º 247).

²⁸ BN, liv. 256 ou ANTT, MCO, liv. 306.

2.2. O terramoto de 1755

A maior catástrofe natural que alguma vez ocorreu, em Portugal, ficaria para sempre conhecida como o terramoto de primeiro de Novembro de 1755, ou simplesmente, o terramoto de 1755. Os prejuízos registados foram incalculáveis. O Palácio Real - o Paço da Ribeira - situado na margem do rio Tejo, ficou destruído. O relato da devastação é impressionante:

Padeceram a mesma desgraça os grandes edifícios de Alfândega Real, Casa da Índia, Vedoria, Consulado, contos do Reino, Sete Casas, Terreiro do Pão, Ribeira das Naus, e Armazém dela, Casa do Tesouro ao Arco da Consolação; e os Tribunais do Desembargo do Paço, Junta dos Três Estados, Conselho da Fazenda, Conselho Ultramarino, Mesa da Consciência, Casa de Bragança, Contadoria Geral de Guerra, Tenência, Armazéns com as suas grandes Secretarias e as de Estado do Reino, Guerra e da Marinha, cujos Tribunais estavam no recinto do Paço, nos quais se perderam Cartórios, numerosíssimos livros e papéis, com grande detrimento da Fazenda Real, e da dos particulares: queimaram-se também as duas Cadeias Eclesiásticas, do Aljube e a Cadeia do Tronco.

Entre as muitas preciosidades que o fogo consumiu, foi muito sensível aos Eruditos a perda de muitas e numerosas Livrarias. Tem o primeiro lugar a Biblioteca Real, que era numerosíssima e selecta: o Senhor Rei D. João V a tinha aumentado com grande número de Livros modernos, e todos os antigos, que se descobriram pela Europa: e uma grande cópia de manuscritos, assim originais, como cópias bem escritas, tudo efeitos da sua sabedoria, e magnificência²⁹.

Nem o edifício da Torre do Tombo ficou imune à catástrofe, o castelo de S. Jorge não resistiu à trepidação. A torre desmoronou. O estado de ruína em que esta já se encontrava, antes do terramoto, contribuiu para esse desfecho. O arquivo ficou, por completo, debaixo dos escombros, mas afortunadamente, livre dos incêndios que deflagraram. O espólio arquivístico, ao que parece todo salvo,

²⁹ *Gabinete historico: que a Sua Magestade fidelissima o Senhor rei D. Miguel I em o dia dos seus felicissimos anos*, Tomo XIII, Lisboa, Impressão Régia, 1829, fls. 63 e seguintes.

foi levado para uma barraca de madeira com duas casas, a partir dos destroços do antigo edifício. Construiu-se uma outra barraca que serviu de casa da guarda das sentinelas. Em 1757, passou para uma parte do edifício do mosteiro de São Bento da Saúde³⁰. Permaneceu aí até 1862, ano em que foi transferido, no mesmo edifício, para o lado da praça de São Bento³¹.

A documentação setecentista revela-nos o alcance deste abalo, seguido de um incêndio de enormes proporções que veio marcar, indubitavelmente, a narrativa histórica, pós-terramoto, pela devastação das fontes primárias. Muitos dos edifícios e equipamentos públicos, onde funcionavam os organismos centrais, nomeadamente a Mesa da Consciência e Ordens, foram afectados de forma drástica³². A par das perdas humanas, o índice de destruição dos seus arquivos foi manifestamente considerável. Instalou-se um hiato entre o terramoto e o retomar normal do ritmo administrativo. Para além disso, foi necessário tempo para as instituições voltarem a organizar os documentos que resistiram ao sismo³³. As residências de particulares também sucumbiram a este sinistro.

A violência do terramoto foi tanta que, nas palavras de alguns, terá durado quase um quarto de hora, seguido de um outro com igual impacto³⁴. Os dias que se seguiram foram de sobressalto pelas sucessivas réplicas que se fizeram sentir de dia e de noite. Em Dezembro, ainda continuavam a ocorrer os tremores de terra. Os relatos mencionam o do dia 21 em que *caíram casas até aí reputadas*

³⁰ Pedro A. d'Azevedo e António Baião, *Op. cit.*, pp. 6-7 e 40. Os autores colocam a hipótese de terem desaparecido documentos por ocasião do terramoto: *Todo o Archivo ficara debaixo do entulho proveniente da queda das paredes e telhado da torre, entulho que foi preciso afastar segunda vez para obter 38 livros da Chancellaria de D. Afonso V, que se não encontravam. Um livro do archivo foi encontrado na costa do Castello por alguém que o transportou até Telheiras, onde se conseguiu salva-lo. Esta circunstancia faz pensar na existência de extravios que os narradores omitiram por ventura nas suas noticias.*

³¹ Cf. António Baião, *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional [Edição policopiada], 1929, p. 6.

³² Cf. José Vicente Serrão, "Os impactos económicos do terramoto", in *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos* (orgs. Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro et al.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 141-163.

³³ Cerca de 1757, na habilitação do capitão Manuel José de Lima para um hábito da Ordem de Cristo, requereu-se uma certidão a emitir pelo Conselho Geral do Santo Ofício. Foi de todo impossível responder ao solicitado, por se *acharem os livros e papéis antigos embaraçados por causa do Terramoto sucedido, e se necessitar de largo tempo para se dividirem na ordem necessária*. O pai e o irmão do habilitando foram cavaleiros da Ordem de Cristo, mas os seus processos queimaram-se no incêndio, *visto ter consumido o fogo o cofre das três chaves*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mc. 1, n.º 15.

³⁴ Cf. BN, mss. 220, n.º 34.

*ilesas, e acabaram de cair muitas das que tinham princípio de ruína, com muitas perdas das vidas*³⁵.

As pessoas socorriam-se com a oração das preces dos terramotos, pedindo a *Deus perdão para os que temem, sem que o peça para os que o não temem*. As chamas do incêndio propagaram-se sem qualquer piedade, reduzindo a cinzas tudo aquilo que pudessem arruinar. A descrição de Manuel José da Silva Thadim ilustra a extensão dos danos causados pelo fogo: *E depois do terramoto se ateou improvisamente das próprias ruínas um horrível fogo, que queimou muita gente, e incendiou os templos, mosteiros e palácios, secretarias, cartórios, ouro, prata, tapeçarias, quanto havia de maior consideração. Durou este fogo seis dias sem haver quem o atalhasse*³⁶.

O tormento apoderou-se do estado de espírito dos indivíduos que, inquietantemente, tentavam, a muito custo, voltar à normalidade do seu quotidiano.

*Oito Ministros, Senhor, em cujo número entram aqueles que têm trabalhado todos os dias no Tribunal, estão consternados, aflitos e de tal sorte preocupados deste veemente temor que têm por certo não poderem metidos entre paredes conservar o sossego e acordo necessário para perceberem e resolverem os negócios e poderem retirar-se, acertando com as portas de que agora há muitos exemplos, o mesmo acontece aos Secretários da Mesa e a todos os oficiais maiores e menores das Secretarias e dos Contos*³⁷. Para Mark Molesky, o fogo foi mesmo mais destruidor do que o resto dos factores deste episódio de 1755. Grande parte do dano causado em Lisboa não foi resultado directo do terramoto, nem do tsunami, mas do fogo que se seguiu, que começou quase imediatamente após os tremores iniciais e durou por mais de uma semana³⁸.

³⁵ ANTT, MR, liv. 365.

³⁶ *Collecção dos factos mais memoraveis de que se fazem menção neste Diario Bracarense*, 1786, fls. 378-380, *apud* Maria Luísa Braga, "O terramoto de 1755: sua repercussão, a nível ideológico, em Portugal e no estrangeiro", in *História de Portugal* (Dir. João Medina), vol. III, Amadora, EDICLUBE, [D.L. 1995], p. 350.

³⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 121.

³⁸ Cf. "The great fire of Lisbon, 1755", in *Flammable Cities: Urban Conflagration and the Making of the Modern World* (eds. Greg Bankoff, Uwe Lübken e Jordan Sand), Madison, University Of Wisconsin Press, 2012, p. 147. *Vide* do mesmo autor "The Vicar and the Earthquake: Conflict, Controversy, and a Christening during the Great Lisbon Disaster of 1755", *E-Journal of Portuguese History*; vol. 10, n.º 2, 2012, pp. 76-94.

O pânico manteve-se por algum tempo. Na verdade, foram anos e séculos marcados por esta catástrofe lembrada como um memorável e *infaustíssimo* dia³⁹. Nos anos imediatos, em Lisboa, a vida, nas suas diversas dimensões, nunca mais voltaria a ser igual.

As pesquisas efectuadas à documentação da Mesa da Consciência não deixam dúvidas quanto aos entraves colocados pela ausência dos seus escritos. Nas habilitações para a concessão de hábitos, os requerentes depararam-se com buscas infrutíferas na tentativa de encontrar os testemunhos que versavam sobre a honra dos seus parentescos. O recurso informacional a que muitos acorriam, por norma, passou a estar em falta. Os cartórios perderam grande parte das suas provas⁴⁰. Os arquivos paroquiais sofreram danos irreparáveis no seu capital informacional a que muitos se recorriam nas habilitações⁴¹. Em resultado, as murmurações entre conhecidos não se faziam esperar ao tardar as boas notícias de uma habilitação. Os efeitos colaterais também se sentiam nas pretensões, quando se viam impossibilitados no pagamento de donativos, resultantes dos pedidos de dispensa. A perda de bens materiais que poderiam garantir a sustentabilidade dos indivíduos deixou-os desamparados. Passou a ser a justificação apresentada para o não cumprimento do que era exigido como moeda de troca⁴². Mesmo em outros arquivos como eram os registos de mercês, cuja informação era solicitada em processos das Ordens Militares, por se terem incendiado os seus livros impossibilitou a emissão de certidões⁴³.

Os arquivos das secretarias⁴⁴, das contadorias⁴⁵, das habilitações⁴⁶ e os cartórios dispersos em casa de oficiais das Ordens Militares⁴⁷ sucumbiram à força das chamas. João Pedro Ludovice, contador do mestrado da Ordem de Cristo, guardava os livros no *cofre do seu recebimento*, onde se queimaram⁴⁸.

³⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 13, fls. 241-243 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 6, n.º 5.

⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 23, n.º 9.

⁴¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 6, n.º 5.

⁴² Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 66v.-67 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 7, n.º 9.

⁴³ ANTT, MCO, liv. 315, fl. 54v. Encontra-se também em ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 31, mct. 6, doc. 109 e em BN, cód. 6504, fls. 80-80v.

⁴⁴ Cf. ANTT, MR, liv. 368, fls. 186v.-188v., ANTT, MR, liv. 367 e ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12, fl. 35v.

⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 358, mç. 114 e ANTT, MCO, OA, cx. 385, mç. 140.

⁴⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 23, n.º 9.

⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

⁴⁸ Cf. ANTT, MR, mç. 410, cx. 513.

António da Costa mandou desentulhar as ruínas queimadas da sua casa, onde encontrou dinheiro respeitante a despesas da Mesa da Consciência⁴⁹. Em 1778, José Joaquim Oldemberg, escrivão da repartição da Ordem de Cristo informou não ter notícia, nem assento sobre o ordenado e as propinas relativos ao seu ofício, antes da regulação de 1754, nem na sua casa, nem na sua secretaria, por ambas se terem incendiado por ocasião do terramoto⁵⁰.

Os que ficaram sem tecto e detinham, nos seus domicílios, documentos emitidos pela Mesa da Consciência e Ordens em seu nome ou de algum parente como garante de um hábito, cargo, ofício, emprazamento ou comenda ficaram sem os mesmos. Seguir-se-iam os pedidos de segunda via dos documentos como prova dos seus direitos⁵¹.

No ano de 1765, em resposta a um pedido de certidão, Francisco Luís de Assis, escrivão da contadoria geral da Ordem de Santiago, informou terem-se *queimado todos os livros e clarezas do cartório*⁵². A tudo isto somaram-se também os tombos dos bens e propriedades da milícia espatária. Na época, classificaram como um prejuízo grave à Ordem⁵³. Assim, os impactos imediatos não se circunscreviam a Lisboa. Em 1777, o marquês de Alvito referia que não era possível obter a avaliação da comenda de Santa Maria da Represa por ter ardido o cartório do escrivão da contadoria da Ordem⁵⁴. Em 1768, Marçal dos Santos e Abreu mencionou que não podia certificar os emprazamentos mais antigos em razão do cartório da contadoria de Avis se ter queimado no terramoto⁵⁵. Em 1769, José António Duarte Franco, escrivão da executória dos contos da Mesa da Consciência e das suas fianças certificou que *em dois Livros que serviram de registar as Fianças que dão nas Contadorias dos Mestrados das Três Ordens Militares os rendeiros das Comendas Vagas das mesmas Ordens, que escaparam ilesos com alguns processos deste Cartório às ruínas do Terramoto*⁵⁶.

⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 124.

⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct 1, doc. 6.

⁵¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 1 e ANTT, MR, mç. 410, cx. 514.

⁵² ANTT, MCO, OST, CP, mç. 31, mct. 2552.

⁵³ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 32, mct. 2640.

⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 36, mct. 2897.

⁵⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 26, mct 2, doc. 39.

⁵⁶ ANTT, MCO, OST, CP, mç. 34, mct. 2745.

O testemunho registado na folha de rosto do livro do alfabeto das inquirições é revelador do desfecho de alguns documentos:

Livro e Alfabeto das Inquirições que pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens se mandam fazer às pessoas providas nos hábitos das três Ordens Militares e as que se carregam neste livro são as que se achavam na Secretaria algumas das quais tinham vindo para ela do Cofre que estava em uma Casa contígua à do despacho do dito Tribunal; porquanto todas as que se achavam no mesmo Cofre queimou o fogo sucessivo ao Terramoto do primeiro de Novembro de mil setecentos cinquenta e cinco, em que pereceram também os livros e papéis nos Armários da Casa do mesmo despacho, se conservavam de que só existem alguns que estavam na dita Secretaria⁵⁷.

O desaparecimento dos documentos não incidiu apenas nos que já se encontravam depositados como processos findos ou organizados em colecções, mas também nos correntes, em tramitação administrativa, quer os requerimentos, quer os documentos originais que os acompanhavam⁵⁸. As rotinas diárias, regidas pelo relógio de areia que fora também consumido pelo incêndio⁵⁹, foram interrompidas e demoraram a retomar o seu vigor⁶⁰. Pelos vários locais atingidos a adversidade deu lugar ao desentulho na tentativa de recuperar, ainda, alguns pertences, dinheiro e documentação. António Rodrigues Maia relatou, em Dezembro de 1755, que se procuravam todos os livros ou papéis que se achassem e fossem entregues na barraca do capitão da guarda que se encontrava perto do lugar que se desentulhava⁶¹.

⁵⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 328.

⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12, fls. 23v.-24v.

⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 1, doc. 1. Por ser necessário o relógio, em conformidade com as disposições regimentais, e não havendo quem o fizesse em Lisboa, mandou-se vir um de Londres. Foi transportado no Navio Príncipe Real que acabou por naufragar na costa de França. Contudo, o relógio ainda resistiu ao afundamento do barco, tendo ficado em poder de Norvel, principal do almirantado da vila de Bolonha de França. Aquando do resgate do relógio, contactou-se o ministro que duvidou a restituição, alegando que todos os bens dos naufrágios pertenciam a Sua Majestade. Porém o sobrescrito na caixa e o letreiro que trazia o relógio comprovava pertencer ao tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Pediram-se diligências junto do ministro, representante de Portugal, que estava na Corte de Paris, ordenando-lhe que nela representasse o referido e requeresse ordem para que o caixote fosse restituído e remetido a Portugal.

⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 97, fl. 38.

⁶¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 124.

O decreto de 22 de Março de 1756 ordenou que a Mesa relatasse o estado em que se encontravam todos os cofres e armazéns da sua repartição, para que os tesoureiros, almoxarifes e mais recebedores declarassem o que se salvou depois do terramoto. Determinou aos contadores e outros tesoureiros que tinham os seus cofres numa casa contígua ao tribunal, que cada um deles com o seu escrivão e o mesmo tribunal vissem o desentulho. Mandou-se, igualmente, lançar em novos livros toda a arrecadação resultante da busca do dinheiro⁶². Foi assente que a despesa que se fizesse com o desentulho para se tirarem os cofres das contadorias dos mestrados fosse pelo dinheiro que se achasse nos mesmos cofres, repartido em três partes iguais para cada um dos contadores dos mestrados⁶³. Em Junho de 1756, a Mesa da Consciência pediu aos tesoureiros que mandassem, logo, fazer cofres com três chaves para recolherem o dinheiro do seu recebimento a entregar cada um deles na Casa da Moeda. O despacho foi dirigido aos seguintes destinatários: contador do mestrado da ordem de Cristo, contador do mestrado de Avis, contador do mestrado de Santiago, tesoureiro dos três quartos, tesoureiro geral dos cativos, tesoureiro da convalescença das caldas, depositário dos contos, depositário dos resíduos e capelas, mamposteiro mor e tesoureiro⁶⁴.

Os documentos que sobreviveram foram recolhidos e alguns *reformados*. Vários livros de registo da chancelaria da Ordem de Cristo foram encadernados. Cerca de 1775, Agostinho José Peleja, livreiro da Mesa da Consciência e da chancelaria das Ordens requereu licença para dar continuidade à referida reforma. Nas patologias enunciadas referiu que os livros tinham as encadernações arruinadas e estavam traçados por bichos. No entanto, o seu pedido foi escusado⁶⁵. No caso do Conselho da Fazenda, os regimentos originais da fazenda real, que se encontravam na Casa do Assentamento e nas mais repartições, não sobreviveram. Para recuperar algum exemplar de forma a imprimir, de novo, recomendou-se que se fizesse diligência por todos os que o pudessem descobrir em mãos de particulares. Foi possível através do

⁶² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 119. Para análise das respostas ao decreto, do que se encontrou e o que o fogo consumiu *vide* ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 120.

⁶³ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 124.

⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 119.

⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

desembargador José António de Oliveira Machado e, eventualmente, poderia também ter um livro de memorial de resoluções de consultas antigas sobre várias matérias pertencentes à boa arrecadação da fazenda real. Havendo essa posse, seria possível suprir a falta das consultas e dos seus registros⁶⁶.

Logo no mês de Novembro de 1755, tomaram-se medidas para estabelecer interinamente o tribunal da Mesa da Consciência, procuraram-se casas sem que desacomodassem as pessoas que nelas morassem. A prioridade era a expedição dos *negócios*, com maior urgência os de Ultramar, por estar a frota de Pernambuco a sair, assim como outras partidas, cujas datas se aproximavam. Pela distância em que se encontravam os ministros, o rei considerou ser mais útil que fossem ao tribunal apenas cinco em cada dia, no período da tarde, para garantir o despacho do expediente. Deveriam, assim, fazê-lo todos os dias⁶⁷. Deste modo, evitavam-se atrasos nos despachos, visto que as demoras eram consideradas prejudiciais aos interesses das partes.

Em inícios de Dezembro seguinte, exigia-se a maior brevidade no exercício do tribunal das Ordens. No dia 6, os ministros reuniram-se para determinarem as providências relativas ao estabelecimento da Mesa da Consciência para que fosse possível, a 9 do mesmo mês, o primeiro dia de despacho⁶⁸. A compra de uma barraca em lona foi a solução para albergar, provisoriamente, o despacho do tribunal das Ordens, que viria a ser feito, por muitos meses, nessa estrutura, no sítio do Senhor Jesus da Boa Morte. Para a vigilância, residia nela, dia e noite, um homem que cuidava de a guardar e limpar, *a quem se pagava 200 réis por dia para as varrer e limpar e livrar de algum insulto*⁶⁹. Em 1762, mantinha-se o pagamento deste guarda. Entretanto, esta instalação bastante precária demonstrou ser insuportável, adjectivada como incómoda e indigna para o tribunal. A alternativa passou pela construção de uma barraca estável com anexos. Em Agosto de 1756, já estava a ser usada, não obstante a obra ainda se encontrar por concluir. Já se havia despendido 4.944,000 réis, faltando ainda desembolsar 700.000 réis, o que tudo perfazia a

⁶⁶ Cf. ANTT, CF, Repartição do Reino, mç. 5, cx. 5. Sobre os efeitos do terramoto no Conselho da Fazenda *vide* também ANTT, CF, *Consultas originais*, mç. 2, cx. 51.

⁶⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 125.

⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 124.

⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

importância de 5.644,000 réis⁷⁰. Isto num período em que as receitas a favor da Mesa da Consciência escasseavam e, por conseguinte, era notória a falta do rendimento para custear estas despesas. As contribuições pagas pelos habilitandos para as Ordens Militares e das dispensas dos impedimentos, os dois por cento das comendas vagas, *tudo tem quase cessado na falta dos habilitandos e por estarem a maior parte das Comendas providas*. De acordo com o orçamento do arquitecto das Ordens, faltava a quantia de 2.700,000 réis para concluir os trabalhos. Em utilização estava a *casa do tribunal, secretarias do comum e expediente da Mesa, como as mais da Ordem de Cristo, Santiago, e Avis, casa do porteiro, sala de espera, casas de oficiais e outras precisas ao mesmo Tribunal, têm os Mestres empreiteiros recebido por parcelas 4.944,000 réis e poderá importar o resto que se lhe faltam de vários caixilhos, forros e janelas, em 700.000 réis pouco mais ou menos, não entrando aqui a obra móvel de bancos etc*⁷¹.

Ainda se equacionou instalar-se o tribunal nas casas do deputado da Mesa da Consciência, Manuel da Costa Mimoso, sitas num local denominado Curral, por sua sugestão. Para aquele ministro, o sítio era o mais conveniente às partes e aos deputados, considerando as distâncias em que cada um deles vivia⁷², à semelhança do que se fez com o tribunal do Conselho de Ultramar nas casas do desembargador Alexandre Metelo. Fez-se consulta sobre esta matéria, datada de 19 de Dezembro de 1755. O tribunal das Ordens viria a recusar a proposta do deputado pelos inconvenientes da distância e por não oferecer condições de segurança. Analisou-se também a hipótese de utilizar as casas do provedor da Moeda, menos arruinadas das que foram oferecidas pelo referido deputado. Contudo, optou-se pela permanência do tribunal, da forma em que se encontrava, numa estrutura estável, na expedição interina dos *negócios, pois o ponto principal é não se faltar ao despacho, como se não falta*⁷³. Em Novembro de 1755, as madeiras para a construção estavam embargadas, sem que houvesse ainda a demarcação para a obra, nem os contadores dos mestrados sabiam até ao momento o lugar onde colocar os seus cofres⁷⁴. Era necessário

⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 118.

⁷¹ Cf. ANTT, MR, liv. 365.

⁷² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 121.

⁷³ Cf. ANTT, MR, liv. 365.

⁷⁴ Cf. ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mç. 244, cx. 918.

saber o destino dos cofres que estavam na Mesa da Consciência caso os desentulhassem, porque a casa de madeira a construir não iria ter a capacidade para tanto a colocar e a ir para lá necessitava de sentinelas para os guardar⁷⁵.

Não tendo os tesoureiros um lugar seguro para recolherem os seus cofres, o monarca mandou que os depositassem na Casa da Moeda com um letreiro para que não se confundissem com os que já lá estavam⁷⁶.

A barraca para o despacho da Mesa localizava-se no Senhor Jesus da Boa Morte, no mesmo sítio em que foram fabricadas as do Conselho da Fazenda e do Desembargo do Paço. Alguns ministros, escrivães de câmara e oficiais começaram a fazer barracas interinas, a procurar casas baixas e terrenos nas vizinhanças. O deputado que servia de presidente estava abarracado em Belém, considerado *mais vizinho e pronto para receber os avisos e acudir ao Tribunal*. A expedição dos *negócios* fez-se na terça feira, 9 de Dezembro, primeiro dia de despacho na referida barraca, com outra contígua em que escreviam e assistiam o porteiro e os oficiais. Tratava-se de uma situação provisória. Pretendia-se avançar para a construção de uma barraca estável, em madeira, no sítio destinado pelo Duque Regedor, já demarcado pelo arquitecto das Ordens e com planta feita, defronte da que se fez para o Desembargo do Paço e nas vizinhanças da do Conselho da Fazenda. O desejo do rei era que os três tribunais estivessem juntos para comodidade das partes⁷⁷.

Em Dezembro, num universo de 12 ministros que compunham o tribunal, havia dois que ainda não tinham comparecido ao serviço, um tinha ido apenas três ou quatro vezes e outro apenas fora uma⁷⁸.

O que é certo é que, em Janeiro de 1756, ainda se alertava para o perigo a que estava exposta a documentação, sendo urgente providenciar um espaço para a depositar. Domingos Pires Bandeira, escrivão da câmara e do despacho ordinário, foi o principal rosto desta inquietação, alertando para o facto dos documentos correrem o risco de se perderem e da necessidade de os organizar, na medida em que o tribunal se fazia valer diariamente *daqueles papéis, livros, breves e mais documentos que só assim podem pôr-se em termos de se*

⁷⁵ Cf. ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mç. 244, cx. 918.

⁷⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 122.

⁷⁷ Cf. ANTT, MR, liv. 365 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 123.

⁷⁸ Cf. ANTT, MR, liv. 365.

buscarem e servirem. A segurança dos documentos era premente pelo seu valor administrativo. O relato feito pelo escrivão traça a história do salvamento do volume documental, desde o seu recobro debaixo do entulho, outros expostos ao tempo, sem resguardo, até ao montão que se formou, afligindo-o por atrair outros inimigos do papel: os ratos. Os documentos foram objecto de particular cuidado por parte deste oficial. O seu testemunho é sublime: *caíram as casas em que eu vivia a S. Lázaro e nela se compreenderam as duas em que fazia a secretaria deste Tribunal, uma que era dos negócios e papéis de maior importância e segredo, na qual trabalhava somente com o oficial maior e a outra dos papéis do expediente em que trabalhavam os mais oficiais, ficando por este sucesso a maior parte dos ditos papéis expostos ao tempo e debaixo de pedras e entulho das paredes e telhados*. Sentiu a obrigação de livrar os documentos da secretaria do estado em que se encontravam, uma parte deles sumida, outra sujeita à acção do fogo que lavrou em casas contíguas. No seu discurso relatou que pôs a salvo a documentação que estava nas duas casas, enfrentando o cenário de ruínas e mandando recolher tudo numa casa que se manteve em pé e com telhado. Ficou a aguardar que o rei determinasse o local *para estabelecer o tribunal para que nele procurar casa com capacidade para se recolherem e porem em ordem os papéis e em que trabalhassem os oficiais*. O parecer dos deputados da Mesa da Consciência foi favorável à súplica do escrivão, no sentido de ocupar umas casas, que indicara para lá colocar os documentos⁷⁹.

Em Fevereiro desse mesmo ano, os deputados da Mesa reconheceram não ser possível expedirem-se os *negócios* pertencentes às frotas da Bahia e do Rio de Janeiro, nem dar continuidade ao despacho das provanças e habilitações dos providos nos hábitos das Ordens Militares por se acharem os documentos todos confundidos. Os *negócios* das frotas e das partes que exigiam brevidade estavam parados⁸⁰.

Em 1757, a comunidade dos freires da Ordem de Santiago ainda se mantinha na Quinta dos Caracóis, em Palmela, local para onde se refugiaram e se abarracaram por ocasião do terramoto que deixou o convento arruinado⁸¹.

⁷⁹ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 120.

⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 120.

⁸¹ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 32, mct. 2592.

No século XVIII, o tribunal da Mesa da Consciência ainda passaria a estar instalado na praça do comércio⁸².

2.3. A extinção da Mesa da Consciência e Ordens e as incorporações na Torre do Tombo

O decreto de 16 de Agosto de 1833 pôs termo, em definitivo, à actividade da Mesa da Consciência e Ordens. O Desembargo do Paço havia encerrado, oficialmente, as suas portas poucos dias antes e o Conselho da Fazenda seguir-lhe-ia os passos no mês imediato. Após a extinção do tribunal das Ordens, o seu cartório foi desmembrado em três conjuntos documentais, os quais foram remetidos para a Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional e a Direcção Geral dos Próprios Nacionais, respectivamente⁸³. Os escritos pertencentes ao mestrado da Ordem de Cristo foram entregues à Direcção Geral dos Próprios Nacionais e desta foram para a Torre do Tombo, de acordo com as portarias de 26 de Novembro de 1863 e 24 de Agosto de 1864. Por sua vez, o cartório do mestrado da Ordem de Santiago foi enviado para a repartição da Fazenda do distrito de Lisboa e depois mandado incorporar na Torre do Tombo, por força da portaria de 29 de Março de 1865, tendo dado entrada em 1883. Relativamente à documentação do convento de Avis, uma parte esteve à guarda do Governo Civil de Portalegre⁸⁴, que depois a remeteu para o Arquivo Real, outra foi incorporada na Biblioteca Nacional, tendo sido entregue à Torre do Tombo, em 1912. Na sequência do incêndio, em 1836, no arquivo dos Próprios Nacionais, no Palácio dos Estaus, parte da documentação salva, pertencente à Mesa da Consciência

⁸² Vide Cristina Dias, "Real Praça do Comércio: momentos de construção e ocupação de D. José a D. João VI", in *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de um Espaço Urbano* (coord. Miguel Figueira de Faria), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, pp. 271-301.

⁸³ Cf. <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4223364> [consultado a 1 de Julho de 2017].

⁸⁴ Vide ANTT, AA, n.º 26, cx. 10. Da relação de documentos vindos do Governo Civil de Portalegre arrolaram-se:

-21 caixas contendo 23 maços (sendo 21 com 1445 documentos, dos quais 727 são em pergaminho e 718 em papel e 2 com 9 livros)

-18 livros (com os 9 já mencionados) - 27 livros

-3 rolos (dos quais 2 são em pergaminho e 1 em papel)

-9 forais

-9 cadernos (atados num maço)

e Ordens, foi remetida para o Governo Civil de Lisboa, dando entrada no Arquivo Nacional, em 1843 e na década de 60 do mesmo século. Quanto aos tombos das comendas e ao cartório da Mesa, foram depositados no Tesouro Público⁸⁵ e só entraram no Arquivo em 1898 e, já no século XX, esta documentação foi incorporada, sendo as remessas provenientes do Tesouro Público e do Ministério da Instrução Pública⁸⁶.

Toda a restante documentação das Ordens Militares foi incorporada directamente na Torre do Tombo. Esta porção correspondia à maioria do património arquivístico. Pela portaria de 20 de Agosto de 1833, foi ordenada a elaboração de um inventário deste conjunto para ser remetido à Torre do Tombo, tendo sido Cristiano José de Carvalho, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, encarregado de o fazer, embora as remessas dessa incorporação se tenham prolongado até 1835⁸⁷. O instrumento de descrição documental L377 contém as relações de documentos alvo de incorporações. Nestas guias de remessa detalham-se as unidades de instalação que deram entrada no Arquivo Nacional⁸⁸.

No século XVIII, quando João Pereira de Azeredo Coutinho foi provido no cargo de guarda mor do Real Arquivo da Torre do Tombo, por carta patente de 29 de Abril de 1774, examinou o estado em que o Arquivo se encontrava e nele não achou inventário dos seus documentos, à excepção do livro 18 da Chancelaria de D. Manuel, uns conhecimentos da receita e entrega de vários livros e papéis avulsos que o escrivão do Arquivo, Fernão das Naus, fizera para o guarda mor Fernão de Pina no ano de 1532. Perante esta lacuna, mandou elaborar um *inventário de todos os volumes, maços e documentos* com uma argumentação legítima, pensando no presente e no futuro, *não só para se fazer por ele entrega do Real Arquivo aos Guardas Mores, que ele sucederem, e se facilitarem as buscas, mas que breve e sumariamente se conheça o que nele se acha depositado, e se façam firmes os Documentos nos seus próprios e*

⁸⁵ Vide o *Inventário dos Livros e mais Papéis que existiam na Secretaria do Mestrado da Ordem de Cristo* respeitante aos documentos entregues ao Tesouro Público a 18 de Fevereiro de 1833, em ANTT, MNEJ, cx. 71, mç. 83, mct. 1.

⁸⁶ Tratava-se de uma grande quantidade de tombos das comendas das Ordens Militares, a maior parte deles eram considerados antigos. Cf. ANTT, AA, n.º 31A, cx. 17. Cf. <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4223364> [consultado a 1 de Julho de 2017].

⁸⁷Cf. <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4223364> [consultado a 1 de Julho de 2017]. Vide os inventários dessa data em ANTT, MNEJ, cx. 71, mç. 83, mct. 1.

⁸⁸ Cf. ANTT, IDD L377.

respectivos lugares, em virtude dos Números e Notícias que os ligam, não se podendo tirar alguns deles sem que prontamente se conheça a sua falta. O inventário, datado de 1776, foi dividido em seis partes, abrangendo todas as colecções e fundos que integravam o Arquivo da Casa da Coroa. Na segunda parte mencionou-se *um livro com 215 folhas intitulado = Mestrados = que contém doações, Privilégios, Bulas, Contratos etc pertencentes às Ordens Militares de Cristo, Santiago e Avis; com seu Índice ao princípio*⁸⁹. Não muito mais directamente relacionado com a Mesa da Consciência.

Um relatório não datado, posterior à extinção dos tribunais da administração central do Estado (Santo Ofício, Mesa da Consciência e Ordens, Desembargo do Paço e Conselho da Fazenda) e das ordens religiosas, descreve um cenário de desnorteio aquando das suas incorporações. Enfatizou-se o quão difícil foi gerir a avalanche de documentos provindos de vários cartórios e repartições, sem que existisse um plano de acção, uma linha condutora que instituisse ditames para a recolha, organização e acesso à informação. Note-se que a Torre do Tombo foi o destino da esmagadora parte dos documentos. Se antes de 1834 o Arquivo Real já contava com um volume documental deveras considerável à sua guarda e era considerado um dos mais importantes da Europa, viria a conhecer, após essa data, um crescimento exponencial da sua documentação, aumentando para o quádruplo do que era. Já no reinado de D. Manuel I era considerado *o depósito mais precioso e rico de antiguidades*, comparativamente aos de igual nível, em outros *Estados da Europa*.

Transferido em desordem para o local onde se acha, depois do Terramoto de 1755, recebera aí uma certa organização por esforços do seu infatigável Guarda mor Manuel da Maia: mas essa organização apressadamente feita estava longe de ser completa e de satisfazer a todas as condições de arranjo e ordem que deve haver num estabelecimento desta natureza. Alguns trabalhos de reorganização e classificação se foram realizando com o decurso do tempo, mas esses trabalhos que o diminuto número de empregados, a acessão contínua de novos documentos, e o serviço de expediente só consentiam que progredissem com lentidão extrema, pouco avultavam ainda, quando o arquivo recebeu o inesperado aumento posterior a 1834. Pouco mais se conseguiu fazer para além

⁸⁹ ANTT, AA, n.º 27, cx. 10.

de colocar os livros e *papéis* de modo a que não se arruinassem e ordenar as notas para os índices dos registos e documentos modernos, para satisfazer eventuais pedidos do Estado e de particulares. Os recursos eram escassos perante a imensidão de um trabalho a ser realizado.

Em 1835, relatava-se o estado do arquivo no ano transacto e presente com bastante preocupação, *achava-se o Arquivo quase reduzido a uma perfeita aniquilação por falta de braços (como ainda existe), tendo sido 3 Empregados demitidos e 4 aposentados, além de 2 doentes, e isto quando tinham crescido os trabalhos consideravelmente já pela união da Secretaria e expediente do Registo Geral das Mercês já pelos inumeráveis Papéis e Livros que tinham sido e continuavam a ser recolhidos no Arquivo vindos das Repartições extintas, a saber, do Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens, Desembargo do Paço, Chancelaria Mor do Reino, Junta do Tabaco, e Junta do Comércio*⁹⁰. O processo da incorporação não se livrou de críticas naquele documento: *O modo como se recolheram esses pergaminhos e papéis mostra bem que no meio de outros negócios que se reputavam mais importantes, não se pensou em coligir, guardar e dispor convenientemente essa quantidade enorme de documentos, que, se em parte eram títulos da fazenda pública, eram, em porção mais avultada, monumentos históricos de diversas espécies que não só interessavam à geração presente mas também à posterioridade*. O texto foi rasurado e colocaram-se alguns acréscimos. Inicialmente referia que os cartórios dos conventos de Cristo e de Santiago foram depositados na Torre do Tombo e o de Avis no Governo Civil de Portalegre. Fez-se a emenda mencionando que *dos Cartórios dos três conventos das ordens militares de Cristo, de Avis e de Santiago, o primeiro e terceiro e do segundo a parte que abrange até o ano de 1600 depositaram-se na Torre do Tombo. Este facto indica bem a falta de plano e sistema que presidiu à remoção e colocação dos cartórios das ordens religiosas. Os dos tribunais extintos entraram na Torre do Tombo, mas não integralmente, parte dos papéis de alguma delas ficaram por diversas estações públicas sem que seja fácil de explicar racionalmente os motivos dessa divisão. Mas apesar de não se haver lançado no arquivo geral do Reino senão uma parte dos documentos que nele deverão ter sido recolhidos, ainda assim entrou*

⁹⁰ ANTT, AA, n.º 32, cx. 17.

naquela estação um avultado número deles. Além dos cartórios das diversas inquirições, abrangendo perto de 40 000 processos, e dos de muitos tribunais extintos como o Desembargo do Paço, Mesa da Consciência, Junta do Comércio etc. entraram aí o de São Vicente de Fora célebre pelos seus documentos dos séculos X e XI, o do opulento Mosteiro de Alcobaça, os dois já mencionados da Ordem de Cristo e de Santiago, e os diversos mosteiros e conventos do distrito de Lisboa, e ainda, em parte, do distrito de Santarém, ficando, como já se disse, uma porção deles espalhados por outras estações⁹¹.

O ano de 1834 é tido como o de maior fluxo de aquisições na Torre do Tombo. As incorporações mais significativas foram a do Desembargo do Paço, parte do arquivo do Ministério da Guerra, a da Intendência Geral da Polícia, a do Ministério do Reino, a das provedorias de Santarém, Setúbal e Tomar, a da Casa do Infantado, a da Casa das Rainhas, a do Conselho da Fazenda, a da Mesa Censória, entre outras⁹².

Em 1848, o Arquivo Real aumentou para 18.199 *maços de documentos e a 6.100 livros manuscritos (mais do que o antigo Arquivo, daqueles 17.148, destes 3.920) tendo-se aumentado muito o seu número de então para cá, e ultimamente com uma boa parte do Cartório da Ordem de Avis e deve ainda enriquecer-se com todos os que dos extintos Conventos pela reforma de 1833 ali devem incorporar-se o que se não tem podido efectuar completamente em razão dos obstáculos próprios de tão volumosa incorporação⁹³. No ano de 1848, o oficial maior da Torre do Tombo, José Manuel Severo Aureliano Basto, chamou a atenção para a *necessidade absoluta de certos e urgentíssimos trabalhos, como Índices e Reformas de Documentos antigos, além do Expediente de Partes, que foi aumentado pela junção da Secretaria do Registo Geral das Mercês ao Arquivo; o que tudo é impossível fazer-se com quatro Oficiais e quatro Amanuenses, motivo porque se torna indispensável aumentar o número dos Empregados com alguns mais a fim de se poderem efectuar os ditos trabalhos; evitando assim a confusão e dificuldade nas buscas dos Documentos, e ocorrendo com as reformas indispensáveis à conservação dos mesmos⁹⁴.**

⁹¹ ANTT, AA, n.º 42, cx. 16.

⁹² Pedro A. d'Azevedo e António Baião, *Op. cit.*, p. 40.

⁹³ ANTT, AA, n.º 42, cx. 16.

⁹⁴ ANTT, AA, n.º 32, cx. 17.

Em 1862, do cartório do convento de Cristo era incorporada documentação na Torre do Tombo, em virtude do decreto-lei desse ano⁹⁵. Este diploma abrangia somente os documentos anteriores ao ano de 1600. O oficial diplomático encarregado do governo, Roberto Augusto da Costa Campos, foi incumbido, por portaria do Ministério do Reino, de coligir e entregar no Real Arquivo todos os documentos anteriores ao ano de 1600 existentes nos cartórios dos conventos de Lisboa e suas imediações. Em 1863, no convento das comendadeiras de Santos o Novo, ficou impressionado com o cartório, não só pela sua antiguidade, mas também pela quantidade de pergaminhos e documentos anteriores e posteriores ao ano demarcado. Lamentou que o decreto não autorizasse a incorporação dos restantes documentos, posteriores àquela data, para o Real Arquivo. No seu entender os documentos posteriores ao ano de 1600 eram tão importantes, para o Arquivo e para o público em geral, como aqueles que estava a recolher nos cenóbios. Para si era conveniente que não permanecessem nos conventos e que se retirassem todos os cartórios por

⁹⁵ Cf. ANTT, AA, n.º 31A, cx. 17. Veja-se o Decreto-lei n.º 238 de 21 de Outubro de 1862:

Artigo 1.º Os arquivos ou cartórios de todas as igrejas e corporações religiosas, compreendidas no artigo 5.º da lei de 4 de abril de 1861, serão transferidos para o arquivo nacional da torre do tombo e nele incorporadas.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo antecedente começará a ter lugar desde já pela forma estabelecida neste decreto, com relação aos documentos anteriores ao ano de 1600 ou seus traslados, ainda que de data mais moderna. Quanto aos documentos posteriores ao dito ano, por uma nova resolução será fixada a época em que a dita transferência deverá começar a ter lugar.

Art. 3.º A entrega dos respectivos documentos será ordenada especialmente a cada uma das mencionadas igrejas e corporações, à proporção que dever ter lugar, por uma portaria expedida ao competente prelado diocesano, pela direcção geral dos negócios eclesiásticos. Em cada portaria será designada a pessoa encarregada da recepção dos respectivos documentos.

Art. 4.º O guarda mor da torre do tombo designará, com aprovação do ministro e secretário de estado dos negócios do reino, as pessoas que houverem de ser encarregadas, com relação a cada uma das referidas igrejas e corporações, da recepção dos respectivos documentos e sua entrega no arquivo nacional. Desta designação se dará conhecimento pelo ministério dos negócios do reino ao dos negócios eclesiásticos e de justiça.

Art. 5.º As pessoas designadas se apresentarão, munidas do diploma de sua nomeação, às pessoas encarregadas da administração dos bens usufruídos pelas referidas igrejas e corporações, para que delas obtenham a entrega dos respectivos documentos.

Art. 6.º Dos documentos que deverem ser entregues far-se-á um inventário do qual se tirarão duas cópias conformes. O inventário e cópias serão rubricados e assinados pela pessoa que houver de receber os documentos, e pela pessoa ou pessoas que houverem de fazer a entrega deles.

§ único. O inventário original deverá ficar acompanhado de um recibo em poder da igreja ou corporação que fizer a entrega dos documentos. Uma das cópias acompanhará os mesmos documentos para o arquivo nacional, e a outra será remetida para o ministério dos negócios eclesiásticos e de justiça. (...) - in José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Colecção Official da Legislação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863, pp. 303-304.

completo, para que estes não corressem riscos de diferentes eventualidades e descaminhos. Até porque as comendadeiras admitiram já faltar muitos documentos do cartório. Devia-se ao facto de os documentos dos conventos saírem em demandas, para serem examinados pelos advogados e procuradores, não regressando aos seus locais de origem. No ano de 1867 reiterou a sua opinião sobre a metodologia e os critérios aplicados na recolha dos documentos. Entre os vários cenóbios que aludiu, como o de Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora do Seixo do Fundão, Nossa Senhora de Marvão, Nossa Senhora da Penha de França, Santíssima Trindade de Lousã, São Francisco de Lisboa, Piedade de Cascais, São Francisco de Tavira, Carmo da Lagoa, Ordem terceira da penitência de Faro, referiu terem vindo os cartórios incompletos para a Torre do Tombo, pelo extravio de documentos, ao longo dos anos. Também se devera ao facto de ficarem de fora do objecto das portarias do Ministério da Fazenda de 26 de Novembro de 1863, 24 de Agosto de 1864 e 20 de Março de 1865, os que eram *estranhos à administração dos bens nacionais, e aqueles anteriores a 1600, que são importantes para a história ou notáveis pela sua antiguidade*. Na sequência destas incorporações, no ano de 1866, Roberto Augusto da Costa Campos entregou à Torre do Tombo 41.442 documentos, sendo a maior parte deles provindos do cartório da extinta patriarcal de Lisboa⁹⁶.

Enfatize-se também a documentação à guarda de outras instituições como a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Alguma enviada, em 1835, para a Torre do Tombo, como os 37 maços de documentos vindos da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça pertencentes à Mesa da Consciência e Ordens e à secretaria do mestrado da Ordem de Avis⁹⁷. Ainda hoje, alguns dos documentos da Mesa da Consciência encontram-se no fundo correspondente ao da referida secretaria pelas funções que herdara do então extinto tribunal. O Ministério do Reino é outro exemplo⁹⁸.

⁹⁶ Cf. ANTT, AA, n.º 32, cx. 17. Nesta unidade de instalação consta uma "Relação dos documentos pertencentes ao cartório do Mosteiro de Santos o Novo que, em virtude do Decreto de 2 de Outubro de 1862, são transferidos para o Arquivo da Torre do Tombo", de 2 de Outubro de 1863. Esta relação encontra-se dividida em pergaminhos e papéis, com o número dos maços e o número dos documentos em cada maço, assim como a quantidade por século (desde o XIII até ao XVI).

⁹⁷ Cf. ANTT, AA, n.º 32, cx. 17.

⁹⁸ Em ANTT, COM, cx. 644 consta uma folha redigida por algum técnico da Torre do Tombo em que refere: *Este maço veio da documentação enviada pela Secretaria de Estado do Reino em 1860*. Em outra folha: *Este maço estava no C. 29 juntamente com os maços referentes ao*

Encontram-se, ainda, documentos pertencentes às Ordens Militares integrados em outros fundos ou conjuntos arquivísticos⁹⁹. Em resumo, um caos, fruto destas incorporações parcelares.

Portugal veio a conhecer um outro episódio que marcaria a sua narrativa no século XIX: a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Temia-se uma invasão dos franceses. A saída da realza para o Rio de Janeiro acarretou a expedição de vários documentos do Real Arquivo, livraria e documentos do Paço. O arquivo, como garante da administração e instrumento essencial para a tomada de decisões, acompanhou o trono para o outro lado do Atlântico, transportado em vários caixotes apetrechados pela Torre do Tombo. A par da valorização dos escritos como prova dos direitos da Coroa e dos seus vassallos, estava também a salvaguarda do património documental da Torre do Tombo. Vejamos que documentos das Ordens Militares rumaram em direcção ao Brasil, nas caixas competentes. Estas, ao todo, eram 45¹⁰⁰. No caixote 31: oito livros da chancelaria da Ordem de Cristo; no 32: um maço do rendimento do mestrado da Ordem de Cristo; no 35: um maço de autos sobre direitos Reais e da Ordem de Cristo e 44 livros da chancelaria da Ordem de Cristo; no 36: 35 livros da chancelaria da Ordem de Cristo; no 37: 40 livros da chancelaria da Ordem de Cristo; no 38: 36 livros da chancelaria da Ordem de Cristo; no 39: 38 livros da chancelaria da Ordem de Cristo; no 41: 22 livros da chancelaria da Ordem de Cristo e 7 da chancelaria da Ordem de Santiago; no 42: 25 livros da chancelaria da Ordem de Santiago, 18 da chancelaria da Ordem Militar de Avis e um da chancelaria da Ordem de Cristo; no 43: 20 livros da chancelaria da Ordem Militar de Avis¹⁰¹.

Juramento da Constituição e Carta Constitucional e outros vindos do Ministério do Reino. Por ser documentação da Mesa da Consciência e Ordens foi posta junto a esta.

⁹⁹ Um conjunto de escritos como o emprazamento de uma horta em Casével, da Ordem de Cristo, diversos alvarás e cartas de quitação relativas ao padre João do Souto Rocha (freire professo da Ordem de Santiago), como prior da Igreja Matriz de Casével, quitação da meia anata, prior da igreja Matriz da vila de Entradas, benefício na igreja matriz da Messejana, cuja capilha antiga refere “*Veio do Cartório Notarial de Lisboa*”, e interroga se poderá pertencer à Mesa da Consciência e Ordens. Cf. ANTT, *Documentação de conventos por identificar*, cx. 10. <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1383584> [consultado a 2 de Julho de 2017]. Cf. ANTT, *Documentação de conventos por identificar*, cx. 13.

¹⁰⁰ Cf. Ana Cannas da Cunha, “Salvaguardar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as invasões francesas”, in *A Torre do Tombo na viragem do milénio*, 3.ª ed., Lisboa, Direcção Geral de Arquivos/Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2001, p. 75.

¹⁰¹ Cf. ANTT, AA, n.º 31A, cx. 17.

Deste modo, a reconstituição do arquivo da Mesa da Consciência e Ordens não se afigura como tarefa simples. A organização original dada pelo produtor, no âmbito das suas funções e na sequência das suas actividades, não é revelada nos seus escritos¹⁰². Escasseiam instrumentos de descrição, feitos na época, que denunciem os critérios aplicados na organização intelectual e física. Apenas conhecemos inventários ou listagens em jeito de índices sem que os mesmos esclareçam a organização intelectual e os mecanismos topográficos de acesso à informação. Nesta abordagem importa entender as regras e a metodologia aplicadas na gestão da informação. Este é um terreno complicado para se calcorrear quando se buscam pistas num profundo silêncio das fontes.

A história custodial desta instituição é marcada pela dispersão, destruição e separação dos seus documentos ao longo da vigência deste tribunal. Passou por vários espaços e viagens. Face à perda irremediável da informação, chegamos, fatalmente, um arquivo incompleto, muito incompleto. José Mattoso refere os sucessivos desmembramentos e as várias incorporações a que esta documentação foi sujeita. Refere, ainda, que *o fundo estava em grande parte desconjuntado, não só ao nível das séries, mas também, ao nível dos próprios códices, pois a muitos deles tinham sido arrancadas folhas*¹⁰³.

O termo “confusão” aparece, por vezes, nos documentos para definir o estado em que se encontravam alguns dos cartórios das Ordens Militares.

Conhecer a atribulada história custodial do fundo da Mesa da Consciência após o sismo e, sobretudo no século XIX, é fundamental para compreender as enormes lacunas do mesmo, hoje maioritariamente concentrado no Torre do Tombo. Com efeito, através desta investigação, espera-se ter contribuído para desvendar o intrigante mistério da falta de documentação das secretarias das Ordens de Cristo e de Santiago, tanto anterior a 1755 como posterior. As pistas lançadas abrem também as portas para pesquisas minuciosas, tendo em vista localizar eventuais materiais dispersos.

¹⁰² Sobre os princípios da proveniência e ordem original *vide* o trabalho de Vanderlei Batista dos Santos que analisa e sintetiza as posições de vários teóricos sobre as bases da arquivística, *A Arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos*, Salvador, 9Bravos, 2015, pp. 147-156.

¹⁰³ Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Op. cit.*, p. IX.

Parte II
Gestão da Informação: ensaio de abordagem

1. Habilitações para a obtenção de hábitos

A habilitação promovia a honra e vice-versa. Os processos de concessão de hábitos formavam a documentação mais protegida do *corpus* à guarda da Mesa da Consciência. Este trato não constituía um exclusivo das Ordens Militares. Também outras instituições do período Moderno reconheceram o valor sigiloso das suas provas de limpeza de sangue. Estas envolviam de sobremaneira a honra do habilitando e dos seus vínculos familiares. A sua importância residia no facto de se tratar de documentação que valia muito mais do que uma outorga ou não, na candidatura para obter o título de cavaleiro ou de freire conventual e uma venera a exhibir ao peito. Em suma, não se resumia a uma benesse e a um despacho. Era muito mais do que isso, era informação de interesse, quer no presente, quer nas próximas gerações. Constituía um manancial informativo de natureza genealógica com todos os juízos de valor associados que daí adviessem, formulados por testemunhas, comissários, deputados e monarcas, entre outros actores. Eram dados que suportavam uma organização que dependia dos seus efectivos. Por outro lado, comprometeriam uma sociedade que ansiava por merecimentos e distinções. *Naqueles tempos, todo o bom cristão se ufanava da sua pureza de sangue e, quando a não tinha, fazia por escondê-la*¹.

Vangloriavam-se os símbolos de distinção social que materializassem a concordância e o respeito para com os valores mais elevados na época, a honra e a limpeza de sangue. Este apreço decorria desde logo com a mercê atribuída, *a incomparável e vaidosa honra da mercê do hábito*². Ao obtê-lo assegurava a sua supremacia social, assentava a nobreza dos seus antepassados e deixava um legado para a sua descendência³. Os hábitos conferiam distinção aos

¹ Nuno Daupiás, “À margem do Processo de Habilitação de um Cavaleiro de Cristo”, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Tomar, vol. III, 1959, p. 162.

² Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 380, fl. sem numeração.

³ Cf. Yolanda Aranburuzabala Ortiz de Zárate, “Caballeros de las Órdenes militares en Álava, Bizkaia, Gipuzkoa y Navarra en el siglo XVIII: Procedencia geográfica y aproximación social”, *Sancho el Sabio: Revista de cultura e investigación vasca*, Vitoria-Gasteiz, n.º 30, 2009, p. 13.

indivíduos. A posse do hábito de cavaleiro de uma Ordem Militar representava a materialização máxima da honra⁴.

Para além dos serviços prestados à Coroa, a pureza e a nobreza constituíam os eixos primordiais no acesso às milícias militares e, porventura, à promoção social. As provas de sangue e os “costumes” eram fundamentais. Seguiam-se depois os outros parâmetros exigidos na candidatura.

As ordens enobreciam. Para quem não era nobre, cujo nascimento não o havia abonado de tal estatuto e fortuna, passava-o a ser com a aprovação. Tudo dependia da informação recolhida. Esta perpetuava-se no tempo. Tanto mais pelo seu valor de prova, no apoio às decisões. Na teoria, a razão e a justiça estavam na base dessas deliberações e só na pessoa do rei, enquanto mestre das Ordens, o poder *legislativo e decisivo*⁵.

A procura pelo hábito de Cristo demarcava-se superiormente da preferência pelos das outras ordens. Distinguia-se o seu valor emblemático. A Ordem tomarense constituiu o mestrado com maior número de admissões. Era considerada como a primeira Ordem do reino de Portugal⁶. Quando o alcance àquela insígnia não era possível, face aos impedimentos, apesar da respectiva mercê a consagrar, havia a hipótese da Mesa da Consciência substituir pela de outra Ordem de menor cotação, considerada inferior⁷. Era condição para se

⁴ Cf. Antonio Irigoyen López, “Sociedad murciana y Órdenes Militares (siglos XVII-XVIII): Ceremonias de toma de hábito”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, p. 1972. Para Yolanda Aranburuzabala Ortiz de Zárate, em Espanha, *los hábitos de las Órdenes Militares desde su creación, fueron símbolos de honor de primera magnitud, portadores de un prestigio que se incremento, a pesar de que desde el siglo XVI, perdieron su razón de ser y más bien se convirtieron en un instrumento de discriminación social. Así en la Edad Moderna pasaron a tener una función bien definida consistente en conservar a la nobleza.* - “Caballeros de las Órdenes militares en Álava, Bizkaia, Gipuzkoa y Navarra en el siglo XVIII: Procedencia geográfica y aproximación social”, *Sancho el Sabio: Revista de cultura e investigación vasca*, Vitoria-Gasteiz, n.º 30, 2009, p. 12. Para Francisco José Aranda Pérez, *la posibilidad de obtener un hábito de Caballero de alguna de las Órdenes Militares era una de las mayores aspiraciones en la imparable carrera por aumentar el prestigio y el privilegio en una sociedad cada vez más ávida de honores.* - “Caballeros de hábito y oligarquías urbanas”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica-Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, p. 2050.

⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mc. 26, mct 1, doc. 19, fl. sem numeração.

⁶ Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças, liv. 70, fls. 66v.-67.

⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mc. 45, n.º 65.

dispensar. A de Avis seguir-se-ia no *ranking* da representatividade destes institutos⁸. Depois de 1789, Avis será a segunda e Santiago a terceira.

O receio dos aspirantes sobrevinha mais na repulsa da habilitação do que na reprovação do processo. Desde que esta fosse justificada socialmente, sem conotação a mácula no sangue. Ser mal reputado entre os vizinhos pela impureza era um dos maiores prejuízos deste empreendimento⁹. Traria consequências nefastas. Para si, para os seus filhos e gerações vindouras. Outro dos efeitos era a exclusão, praticada em instituições adeptas do puritanismo, *julgados por infames e considerados incapazes para honras, dignidades, cargos e ofícios*¹⁰. Passavam a ter cadastro e a “estar na boca” da comunidade.

O rei era servido nobilitar os indivíduos por alvará de lei. A partir daqui a falta de qualidade era, relativamente, insuspeitada. A não ser que outras informações surgissem e refutassem-na. Calcorreava-se num terreno movediço, onde novos dados, verídicos ou calúnias, e injúrias podiam alterar a sentença formulada.

Estamos perante uma relação de conveniência, mutuamente sustentada, entre uma organização e um conjunto de pessoas que partilham do mesmo empenho. A satisfação do mesmo implicava o retorno pelos desempenhos realizados. A denominada economia de mercê¹¹. Não actuariam de forma desinteressada. Por um lado, o tribunal das Ordens, como interposto, ao serviço do poder político que concede um bem simbólico, a tão cobiçada mercê de hábito, com vista ao uso efectivo da insígnia e, por outro, aqueles que a procuravam alcançar como recompensa, pelos serviços prestados à Coroa, em contexto bélico ou na ocupação de cargos. Tratava-se de um prémio retribuído

⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 31. Segundo Pedro Reis, estimava-se a Ordem de Santiago, seguidamente à de Tomar. Cf. *Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra [Edição policopiada], 1987, p. 103. Para Fernanda Olival este posicionamento hierárquico registou-se com maior incidência na década de 40 do século XVII, em que a Ordem dos espatários apresentava-se, algumas vezes, atrás da de Cristo. Cf. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, [D.L. 2001], p. 173.

⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 3.

¹⁰ Vide João Manuel Vaz Monteiro de Figueirôa-Rêgo, «A honra alheia por um fio». *Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Braga, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Edição policopiada], 2009, p. 29; e Fernanda Olival, “Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos-novos na Ordem de Cristo (1581-1621)”, in *As Ordens Militares em Portugal - Actas do I Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1991, pp. 233-244.

¹¹ Vide Fernanda Olival, *Op. cit.*, [D.L. 2001].

pelo poder régio aos seus vassallos, reconhecendo publicamente os serviços prestados. Estes não podiam deixar de ser remunerados, nem os dotes de serem logrados, nas palavras dos pretendentes¹². Não faria sentido. Mais ainda quando as benesses eram renunciadas, na iminência de não virem a ser gozadas. Para além da concessão através da mercê, por via da justiça, o monarca também poderia atribuir hábitos, embora raramente, por via da graça régia. Provinha de um gesto voluntário do soberano¹³. Refira-se, ainda, outra forma de obtenção de mercês, por via da renúncia, da compra e de dote, sem que o usufrutuário efectivo haja, provavelmente, favorecido a Coroa com algum desempenho.

O Regimento das Mercês não declarava a qualidade dos préstimos a gratificar. Uma lacuna que veio a demonstrar inconvenientes, por se viabilizarem também os que não eram merecedores de uma recompensa. Tal facto trouxe a restrição deste universo. Pelo decreto de 13 de Agosto de 1706, D. Pedro II prescreveu que não requeressem remuneração de serviços que não fossem *feitos na Guerra, Embaixadas, Enviaturas, Secretarias, Letras e nos Tribunais e serviços do Paço, e não se admitam os de serventia ou propriedades dos ofícios de carta, nem dos Officiais das Ordenanças, salvo os que fizerem na Guerra, e nos Exercícios militares no tempo dela*. No ano seguinte, já com D. João V, declarou-se que aquele decreto não tivesse lugar nas Ordenanças, salvo os que assistissem nas conquistas, nas missões e na navegação da Índia. Ainda, em 1706, veio a limitar-se o prazo para requerer a satisfação dos préstimos, de forma a pôr cobro às práticas fraudulentas e aos lapsos cometidos. Após 30 anos da sua realização, os serviços prescreviam, à excepção de algumas situações legalmente contempladas¹⁴. Até ao limite do termo, uma reprovação no processo não significava de todo a caducidade da mercê. Não podendo o titular desta efectivar a venera por falta de dinheiro, de qualidades ou outras circunstâncias impunham-se várias alternativas: não lograr o despacho e deixar a acção aos herdeiros; com os mesmos desempenhos, pedir outro pagamento ao centro político; renunciar ou vender os serviços a outrem; ou, a título particular,

¹² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 61.

¹³ Cf. Inês Versos e Fernanda Olival, "Modelos de Nobreza: A Ordem de Malta e as três Ordens Militares portuguesas. Uma perspectiva comparada (séc. XVII-XVIII)", in *Nobleza Hispana, Nobleza Cristiana: la Orden de San Juan* (coord. Manuel Rivero Rodríguez), vol. II, Madrid, Polifemo, 2009, p. 1130. Vide também Fernanda Olival, *Op. cit.*, [D.L. 2001], p. 22.

¹⁴ Cf. BN, cód. 9450, fls. sem numeração.

converter a benesse em outra, nem que fosse a dinheiro¹⁵. Tudo isto exigia a aprovação do rei. O titular da mercê podia, em vista disso, nunca vir a corresponder ao beneficiário efectivo do símbolo de uma das Ordens Militares. Partindo desta premissa, abriam-se, portanto, oportunidades a outros protagonistas.

O usufruto do hábito concorria, frequentemente, a título de uma tença, pensão, renda, comenda ou renda em capela¹⁶. Nem sempre a documentação alude a estes suplementos.

Desde a concessão da mercê de hábito até à sua provisão de lançamento era necessária a aprovação das respectivas habilitações quando estas não eram dispensadas pelo soberano. O processo era conduzido pela Mesa da Consciência e Ordens, que assumia a função de consultora do poder régio. Apenas isso, não lhe cabia *apurar serviços*, nem conceder hábitos. Era a instituição responsável pela coordenação dos processos de habilitação apenas. Terá sofrido influências castelhanas, do *Consejo de Órdenes*¹⁷, onde foi beber muita da experiência deste organismo, a avaliar pelas semelhanças nos procedimentos, tipologias e intervenientes.

Consistia num processo com várias encruzilhadas e condicionantes, assim como de grande perseverança e insistência por parte dos habilitandos. Mas com contrapartidas no desfecho. Quando não era necessária uma dispensa, nas habilitações, era um dado que revertia a favor do candidato e a submissão às provas enaltecia-o. *É claro que por cavaleiros das mesmas Ordens se não entendem aquelas pessoas que de Cavaleiros não têm mais que o simples uso do distintivo exterior, ou Insígnias das mesmas Ordens, não tendo sido nelas*

¹⁵ Fernanda Olival, "Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)", *Análise social*, vol. XXXVIII (168), 2003, pp. 748-749.

¹⁶ Vide, como exemplo, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 1, n.º 1, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 4, n.º 3, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 22 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 69.

¹⁷ *A mediados del siglo XVI quedó ya claro que la entidad que ofrecía unas garantías más sólidas en cuanto a la nobleza, la limpieza de sangre y la limpieza de oficios de los candidatos era el consejo de las Órdenes.* - Antonio Domínguez Ortiz, "Valoración social de los hábitos de las Órdenes Militares", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, p. 1162. *Para el siglo XVII el Consejo de Órdenes ya se había establecido como el principal tribunal garante de limpieza y nobleza.* - Domingo Marcos Giménez Carrillo, "El oficio de linajudo. Extorsión en torno a hábitos de Órdenes Militares en Sevilla en el siglo XVII", *Chronica Nova*, Granada, n.º 37, 2011, p. 332.

*legitimamente incorporadas, mas somente aquelas pessoas que havendo sido admitidas por Graça e Mercê dos Senhores Grãos Mestres, têm feito as suas competentes habilitações, têm professado nas Ordens e satisfeito a todas as formalidades que as Leis e Estatutos delas requerem, o que só pode constar à vista dos títulos que necessariamente devem ter, aqueles, que só desta maneira se podem considerar verdadeiros Cavaleiros das Ordens Militares*¹⁸.

Os ritmos e os fluxos documentais registavam-se de forma diferenciada consoante a época e as necessidades. Os casos de ultramar, por exemplo, impunham celeridade pela partida das naus em época certa¹⁹. Contrariamente a outros processos que podiam tardar a conhecer o seu desenlace²⁰.

A Mesa era mais cautelosa na atribuição dos hábitos comparativamente ao centro político. Apresentava uma postura reticente a muitos dos exemplos tolerados e fomentados pelo mestre. Em virtude da banalização que marcou estes processos, a Mesa instava que os mesmos deveriam ser estimados e se fazer por merecê-los, por serem uma *grande parte do Património da Coroa Real*²¹. Do universo de pretendentes a uma condecoração, faziam parte indivíduos pertencentes a realidades sociais distintas. Desde o mais pobre que vivia de esmolas, sem recursos financeiros para satisfazer os dispêndios do processo, até às altas esferas da administração como os inquisidores, passando pelos oficiais de Secretarias de Estado ou os detentores de títulos nobiliárquicos²². Um quadro demasiado complexo e heterogéneo para conseguir traçar perfis e padrões sociais dos habilitandos. Apesar das desigualdades, todos eles tinham em comum um investimento em serviços e pediam em troca as devidas recompensas por essas “ações”.

Nem sempre foi fácil a posição do mestre das Ordens face à retórica aplicada nos escritos dos aspirantes. Empregava-se a cultura do exemplo com

¹⁸ ANTT, MR, mç. 415, cx. 520, mct. 4.

¹⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 97.

²⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 9, n.º 6, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 2 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 30, n.º 56.

²¹ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 18.

²² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 29, n.º 58, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 2, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 29, n.º 39, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 20, n.º 1, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 10, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 8, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 29 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 22.

astúcia. Dissertava-se, desde logo, com outros casos de natureza semelhante ou aparentemente idênticos e bem-sucedidos. Quando o despacho não tinha o mesmo êxito, os habilitandos confrontavam o monarca com a incoerência nos procedimentos. Arrazoavam por não fazer sentido atribuírem-se mercês para mais tarde se virem impedidos de receber os respectivos hábitos. Outrossim, as dispensas de renúncia concedidas, embora depois fossem desvalorizadas as candidaturas por não apresentarem afazeres próprios²³.

Nem mesmo os indivíduos com ocupações próximas da Casa Real escaparam aos impedimentos para receber o hábito. Manuel da Silva Moreira Paizinho era médico da família real²⁴. O que estava em causa era a remuneração de serviços prestados e não a propinquidade com o centro político.

A maior estratégia para contornar as vicissitudes burocráticas inerentes a estes processos foram as dispensas régias, aplicadas a determinados contextos. Estas serviam para isentar o cumprimento dos definitórios, sem que, desta forma, menosprezassem a moldura normativa sobre as habilitações. Nos finais do século XVIII e no decorrer do século XIX, as concessões de hábito tornaram-se menos complexas ao nível do seu processo administrativo. O rei condescendia, com maior frequência, à dispensa de entraves e abdicava da apresentação de *papéis* que outrora moviam necessariamente os trâmites burocráticos. Ao ponto de conseguir ser dispensado das averiguações habituais e que caracterizavam estes processos. Os desígnios de quem pretendia ostentar a insígnia expressava sem pudor o desejo de aparecer o mais brevemente condecorado. As frotas deixam de ser o argumento mais explícito para obter a venera num ápice.

Para além das candidaturas ao título de cavaleiro, coexistiam as de freire conventual ou freire clérigo. Eram dinâmicas processuais muito semelhantes ao nível dos procedimentos, mas com algumas diferenças. Nas segundas, candidatava-se a um lugar no convento. O aspirante alegava que o mesmo havia-lhe sido dado pelo prior mor do cenóbio da milícia a que concorria. Estava sujeito à vacatura desse lugar que, entretanto, podia vir a ser ocupado por outros pretendentes. Por isso, receava-se ser preterido pelos de maior antiguidade²⁵.

²³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 7, n.º 9.

²⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 5, n.º 2.

²⁵ Cf., a título de exemplo, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 3, n.º 16.

Estes processos encontram-se organizados no final de cada letra, ou seja, seguiam-se aos das habilitações para cavaleiros.

Como se desenrolavam as habilitações enquanto expediente documental? Eis o assunto das próximas páginas.

1.1. A pátria comum

Do início do processo de candidatura à obtenção de um hábito das Ordens Militares fazia parte a apresentação da petição e (cópia) da portaria do despacho régio²⁶, em sede do tribunal da Mesa da Consciência. Decerto, na maior parte das vezes, entregues, em mãos, ao porteiro da Mesa da Consciência e Ordens²⁷. Em alternativa, eram remetidas ao tribunal. Em outros casos, a petição seria elaborada aí, o que não significava que fosse pelo próprio habilitando²⁸.

No século XVIII, o peticionário também poderia fazer-se acompanhar, desde logo, da certidão do seu assento de baptismo, se a tivesse, validando à partida essa informação. Era o documento com valor jurídico aceite e que servia de prova. Exigia-se *legalidade* nos testemunhos²⁹. Desta forma, as certidões tinham de estar reconhecidas em *forma provante*. Quando tal não acontecia, para as de baptismos e casamentos, pedia-se aos comissários para as conferirem com os respectivos livros³⁰. Face aos limites de idade impostos para ingressar nas Ordens Militares, era necessária uma prova desses dados³¹. Solicitava-se esta tipologia aos párocos e em processos que envolviam eclesiásticos poder-se-ia requerer esse documento à Câmara Eclesiástica, por constar nos autos de habilitação de *genere*³². Este procedimento também se

²⁶ Também designada de Portaria de mercê, Alvará de mercê. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 11, n.º 2.

²⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 35, n.º 6. Vide Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. XXXVIII.

²⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 33.

²⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 6, n.º 7.

³⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 9, n.º 4.

³¹ Manuel Pereira de Faria apresentou uma *certidão* em que constava a sua idade, mas o documento não fez prova do que se pretendia, pelo que a Mesa ordenou que se juntasse ao processo outra certidão em *forma provante*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 8, n.º 15.

³² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 13.

aplicava aos naturais de fora do reino, que podiam facultar documentos do seu país de origem. Coligia-se uma série de documentos.

O pedido de certidões e atestados por parte dos requerentes marcaria, na maior parte das vezes, a fase preliminar do processo de obtenção da carta de hábito. Isto é, antes da entrega da petição e da portaria, no tribunal, o pretendente a um hábito solicitava às respectivas instituições a emissão de documentos que atestassem a sua exposição e até, em algumas situações, valorizassem a mesma, como se de uma carta de referência se tratasse³³. Estas situações ocorriam sobretudo quando o candidato almejava beneficiar de alguma excepção ou quando tinha alguma insegurança sobre os seus predicados.

Nuno Prestes da Silva reuniu um conjunto de atestados, em que obteve lisonjeadas palavras, pelo exercício do ofício de solicitador dos feitos e negócios da Coroa³⁴.

³³ Os atestados e as certidões constituem tipologias documentais que seriam entregues, no tribunal das Ordens, em qualquer fase administrativa do processo de habilitação. Vejamos, como exemplo, o atestado pertencente a Nicolau Rodrigues Moura, datado de 1765. Este documento foi apresentado quase no término do processo. O habilitando teve *fábrica de escravos* de que pagava os quintos à real Fazenda e dirigia a casa de fundição da vila de Príncipe, onde era trabalhado o ouro extraído pelos mineiros. Transcrevemos parte do documento: *José Pereira Sarmento Cavaleiro professo na Ordem de Cristo Ouvidor Geral da Comarca do Serrofrío, e nela Intendente do Ouro da Real Casa da Fundição da Vila do Príncipe etc Atesto e faço certo que Nicolau Rodrigues de Moura assistente no Contrato dos Diamantes desta Comarca com a ocupação de Administrador de uma das Companhias dele é homem Mineiro com fábrica de mais de quarenta ou cinquenta escravos que possui, tendo também terras minerais, em que tira ouro, de que paga os 5^{os} a Sua Majestade Fidelíssima como é costume nesta dita Comarca; e nas mais das Minas, o que cede em utilidade da Real fazenda: e por ser homem abonado em razão da dita fábrica de mineração e administração que ocupa no dito Contrato há muitos anos, lhe foi lançado proximamente em derrama a quantia de 35/8^{os} de ouro que satisfaz pela parte que lhe tocou, na que se lançou ao Povo da mesma Comarca pela falta que houve no ano 12^o para se inteirar a Cota das Cem arrobas de ouro que os moradores das quatro Comarcas das Minas Gerais anualmente contribuem. Passa o referido na verdade; o que sendo número afirmo pelo juramento do hábito de Cristo que professo. (...)*. Mais tarde, em 1767, foram reconhecidos, pelo tabelião, a letra e o sinal do produtor do atestado. Possivelmente porque terá sido exigido aquando da apresentação da petição, pedindo ao rei que o aliviasse da multa de 800.000 réis aplicada no impedimento causado pelas ocupações mecânicas reveladas na sua família. O habilitando não referiu, no início do processo, as ocupações dos seus ascendentes, apenas a última que exerceu o seu pai, antes de falecer, a de tesoureiro ou cobrador da décima. Note-se que a designação utilizada para atestado era *atestação*, à qual se fez referência em outros documentos deste processo. Cf. ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 2.

³⁴ Somaram-se, após os interrogatórios, as certidões dos assentos do seu baptismo, dos pais, avós paternos e avó materna, dos assentos de casamento dos pais e dos avós maternos, em resposta ao que lhe foi solicitado. Quanto ao assento do recebimento dos avós paternos, não conseguiu obter por não saber em que freguesia terão contraído o matrimónio. Interessante o argumento que usou na sua petição em que se justificou pelo descuido dos párocos e menos arrecadação que antes havia nos assentos. Disso tinha como exemplo o facto de não constar em livro, por negligência do pároco, o assento de baptismo de seu pai que veio a ser feito, posteriormente, por ordem do vigário geral. Para além desses documentos, apresentou ainda a cópia da provisão régia por ocasião do seu provimento no referido ofício e respectivo termo de juramento. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 6.

No caso de Nicolau Kopke, homem de negócio, apresentou um atestado, havendo, no entanto, requerido uma certidão³⁵ à Junta de Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que provava o lugar que ocupou de vice-provedor desta instituição, no biénio de 1776-1777. Este atestado veio a servir de documento de suporte à pretensão de *pátria comum*, no Porto. Isto porque, nessa cidade, viveram os pais do requerente e existiam testemunhas que pudessem facultar as informações necessárias sobre aqueles. Quanto aos seus avós, paternos e maternos, naturais da cidade de Hamburgo, já falecidos em tempos remotos, onde as informações sobre os mesmos excediam a memória dos presentes - nas palavras do candidato -, impetrou este a licença de falta de notícias. Segundo Nicolau Kopke, estava hábil para que se lhe concedesse o seu propósito pelo *privilégio* que consistia em ter ocupado o lugar de Vice-Provedor da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Mas, os contornos administrativos e os trâmites processuais não se praticavam nestes moldes. No entender da Mesa da Consciência e Ordens, as habilitações realizavam-se na Corte e não na cidade do Porto. No que tocava às informações sobre os avós, na impossibilidade de as obter em Lisboa, esgotada essa via por se demonstrar improfícua, poderia o suplicante, a partir daí, requerer licença, por via de uma petição, para a dispensa da falta de notícias³⁶. A engenharia dos procedimentos assim o impunha.

O caso de Nicolau Maria Raposo de Amaral, assistente na Corte, não divergia muito do anterior, na medida em que também se socorreu do pedido de *pátria comum*. No entanto, os meios utilizados eram outros. O pretendente apresentou um atestado redigido pelos tabeliães de Ponta Delgada, que

³⁵ Apesar de Nicolau Kopke ter rogado que lhe passassem, por certidão, o teor do parágrafo 39 da instituição da Companhia e também como havia sido nomeado para o lugar de vice-provedor da mesma, apenas se deu resposta à segunda solicitação, expedindo-se o atestado a comprovar o cargo que ocupou. O secretário da Junta da Administração da Companhia que produziu o documento declarou os anos em que o peticionário exerceu o lugar de vice-provedor e a data da sua nomeação por Carta Régia de Eleição da Junta. Aliás, foi este documento, guardado no arquivo da referida Junta da Administração, que serviu de base às informações expressas no atestado. O mesmo sucedeu com Nicolau Maria Raposo de Amaral que solicitou uma certidão. Em resposta, os tabeliães de Ponta Delgada emitiram um atestado: *Nós os Tabeliães desta Cidade de Ponta Delgada Ilha de São Miguel abaixo assinados atestamos debaixo do juramento dos nossos ofícios (...)*. Contudo, na certificação das assinaturas dos tabeliães, feita pelos homens de negócio da Praça de Ponta Delgada, estes referiram-se ao documento produzido pelos tabeliães como certidão. – Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 2, n.º 1.

³⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 5.

comprovava a inexistência de cavaleiros professos na Ordem de Cristo na Ilha de São Miguel, local de sua naturalidade. Era-o também de sua mãe e de seus avós maternos. Não foi necessário esse documento comprovativo para a situação do pai e dos avós paternos, naturais de Génova, por entender que não existiriam comissários fora do reino. Mas nem sempre seria essa a realidade quanto à rede de comissários³⁷. Pelos argumentos usados e prova dos mesmos, solicitou através de petição que as suas habilitações se realizassem na Corte, onde era morador³⁸.

O pedido de anuência do rei para a concessão da *pátria comum* antecedia o primeiro pagamento de despesas inerentes às habilitações propriamente ditas. Disso é exemplo o revés na actuação de Nuno da Cunha de Ataíde, no início do seu processo. Por portaria do Secretário de Estado, de 8 de Março de 1642, D. João IV fez-lhe a mercê do hábito da Ordem de Cristo e, a 13 do mesmo mês, precedendo a petição do habilitando com declaração dos nomes e *pátrias* dos seus pais e avós, deu-se despacho para que efectuasse o depósito para as provanças. Todavia, a demora no embolso fez-se notar na Mesa, para que foi

³⁷ No processo de Manuel de Arevalo, para receber o hábito da Ordem de Santiago, o monarca deliberou, em 1628, que as provanças fossem feitas em Valladolid, cometidas ao cavaleiro da mesma Ordem que existisse mais próximo daquela cidade. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 9. Nem sempre se recorria a cavaleiros. No processo de Manuel de Azevedo, atribuiu-se a realização das provanças ao corregedor de Valladolid. – Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 10. Em 1682, a Mesa emitiu parecer para que as inquirições de Manuel Daça se realizassem em Castela, por se achar na Corte de Madrid o enviado Mendo Fóios. De nada valeu assim o argumento do peticionário para que o rei o dispensasse, a exemplo de outros processos que enumerou, para que se realizassem, em Lisboa, as inquirições dos seus avós paternos, naturais de Castela. – Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 78. No caso de Manuel Delgarte da Costa, pareceu à Mesa que o rei não devia deferir o seu pedido e muito menos atender o exemplo que deu a seu favor, o de Luís Honorati Florentino. Isto porque a situação que alegou era distinta da sua por não haver cavaleiro que pudesse tirar as habilitações do pai e avós de Luís Honorati Florentino, enquanto, em França, de onde seus avós eram naturais, estava, naquele momento, o enviado Salvador Taborda, que poderia fazer a diligência naquela Corte. Segundo a Mesa da Consciência e Ordens, este enviado já tinha feito muitas diligências desta natureza. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 81. Manuel Ferreira da Silva também pediu que as habilitações do seu avô materno, natural de Balduque, fossem efectuadas em Lisboa. O rei pediu ao tribunal das Ordens que o informasse sobre a existência de algum cavaleiro naquele território para remeter a diligência. Em resposta, a Mesa informou não saber se existia algum cavaleiro das Ordens Militares em Balduque. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 41, n.º 34. Este devia ser o procedimento sistemático quando os peticionários requeriam licença de *pátria comum*, o de saber primeiro se, nas naturalidades em causa, existiam cavaleiros ou enviados a quem cometer as diligências. Em 1779, José Luís de Sousa também quis a mercê da *pátria comum*, mas a Mesa não considerou que este fundamentasse o seu pedido ao ponto de merecer a desejada dispensa, até porque as naturalidades eram da província do Minho e outras do reino da Galiza onde também costumavam entrar os comissários da raia vizinha. Cf. ANTT, MCO, *Registo de consultas*, liv. 54, fls. 46-46v.

³⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 2, n.º 1.

remetida uma outra petição com o decreto régio de 23 de Setembro de 1644³⁹. Nesse documento, Nuno da Cunha de Ataíde pediu ao monarca para que as suas habilitações tivessem lugar em Lisboa. Daqui se conclui que a prioridade do peticionário passou a centrar-se no local de realização das provanças, antes de qualquer pagamento. A Mesa considerou, no seu parecer, que os definitórios não davam lugar ao que se pedia, nem as causas que alegava eram suficientes para dispensar neles e muito menos quando as naturalidades se localizavam no reino e não muito distantes⁴⁰.

Quer isto dizer que se solicitava, previamente, ao monarca, enquanto governador e administrador das Ordens, a dispensa das habilitações em determinadas localidades de origem dos citados na petição, para que as diligências dos inquéritos tivessem lugar na Corte, em que seria possível, em princípio, recolher as informações necessárias para o processo. Tal se devia, em grande parte, ao facto de os pretendentes saberem à partida que, neste contexto, as despesas imputadas aos salários dos comissários resultavam em valores in comportáveis financeiramente pelas distâncias das naturalidades. No seu todo, o processo revelar-se-ia uma sobrecarga agónica. A delonga na tramitação do processo era outro dos argumentos sólidos utilizados para requerer a tal licença. A acrescer a isso, saberem que existia, na Corte, quem pudesse testemunhar a seu favor⁴¹. Podia-se pedir certidão do requerimento de algum parente habilitado, se fosse o caso, onde constassem as naturalidades, para reforçar o pedido⁴². Ter parentelas habilitadas no mesmo tribunal favorecia o pedido do

³⁹ Analisemos novamente o processo de Manuel Ferreira da Silva, em que se constou nas suas habilitações que o seu avô materno era natural de Balduque, pelo que teve despacho para depositar o dinheiro necessário para as respectivas diligências. Sem satisfazer ao que se lhe ordenou, recorreu com uma petição para o rei lhe conceder *pátria comum*, alegando ser pobre e não ter o dinheiro suficiente para o depósito. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 41, n.º 34.

⁴⁰ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 31.

⁴¹ Sobre as implicações, vide Thomas Glesener, “Poder y sociabilidad: las élites flamencas en España a través de los expedientes de las Órdenes Militares (siglo XVIII)”, in *España y las 17 provincias de los Países Bajos: una revisión historiográfica (XVI-XVIII)* (coords. Manuel Herrero Sánchez e Ana Crespo Solana), vol. I, Córdoba, Universidad de Córdoba - Serv. de Publicaciones, 2002, pp. 169-188.

⁴² António Serrão de Oliveira pretendia ocupar o lugar de freire conventual em Avis. Pediu uma certidão do requerimento que o seu tio Nuno de Faria fez quando se habilitou para o hábito da Ordem de Cristo. Não quis que as inquirições se realizassem na cidade de Angra, na ilha Terceira. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 3, n.º 16.

suplicante, em virtude de as informações necessárias constarem em outras inquirições. Mas nem sempre⁴³.

Embora não fosse prática corrente, havia quem avançasse logo com sugestões de eventuais testemunhas⁴⁴. Esta atitude podia ser interpretada como um plano engendrado, envolvendo suborno aos inquiridos. A *pátria comum* não era bem acolhida pela Mesa, pelo facto de as partes anteverem quem iria ser interrogado⁴⁵. Também era reticente às segundas diligências, mesmo que envolvessem as mesmas testemunhas. Até para não encetar precedentes, *abrindo caminho a fraudes com injúria grave das Ordens*. Pelo extremo e inviolável sigilo exigido nestes processos, não podia haver margem para troca de informações entre habilitandos e testemunhas⁴⁶. Eram as chamadas negociações entre as partes e as testemunhas⁴⁷. O suborno poder-se-ia manifestar⁴⁸. Aliás o sistema da concessão de hábitos não estava livre de esquemas montados, desde logo na obtenção das mercês. Nada de extraordinário para quem lidava com este tipo de processos⁴⁹.

A *pátria comum* não oferecia, à partida, quaisquer garantias de que fosse possível alcançar as informações essenciais na habilitação. Existiram casos em que esta mercê pouco ou nada valeu para o processo. Assim, após as diligências

⁴³ Manuel Xavier de Sousa de Macedo, governador da praça de Vila Viçosa, era irmão de um cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo, o Visconde de Mesquitela, e de outro cavaleiro e comendador da Ordem de S. João de Malta. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 31, n.º 108.

⁴⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 19.

⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 2. Também o *Consejo de Órdenes* mostrava ser contra a aplicação da *pátria comum* porque podia ser solicitada para ocultar qualquer mácula. Cf. Domingo Marcos Giménez Carrillo, *Las Órdenes Militares Castellanas en el siglo XVIII. Caballeros, pretendientes y mediadores*, Almería, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Almería [Edição policopiada], 2014, p. 198.

⁴⁶ Cf. ANTT, MR, liv. 365, fl. 1 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 49, n.º 99.

⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 41 e LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 4, n.º 2.

⁴⁹ Veja-se um excerto do documento emitido, em 1727, por Diogo de Mendonça Corte Real: *Sendo-me presente que algum dos soldados e oficiais que voluntariamente assentam Praça para ir servir ao Estado da Índia costumam requerer mercês de hábitos e tenças, alegando a este fim serem nobres por pais e avós, não o sendo e valendo-se de testemunhas falsas nas justificações que fazem no Juízo de Índia e Mina (...)* ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 4, n.º 1. Trata-se de um escrito que aparece em outros processos. Por exemplo, em 1732, o mesmo Secretário de Estado, volta a referir o mesmo. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 24, n.º 5.

na Corte, foi necessário empreender novas inquirições, mas desta feita nas respectivas naturalidades⁵⁰.

Nem sempre o rei concedia licença para que as habilitações se realizassem em Lisboa. O aval dependia da assistência dos agentes nas *pátrias* envolvidas. Provavelmente existira, na Mesa, algum registo sobre os comissários residentes em outros países, que se consultava antes da tomada de decisão sobre esta matéria⁵¹. O que não significa que fosse um método eficaz, porque a experiência demonstrou que, em alguns casos, não se tinha conhecimento.

Em que situações o mestre consentia a graça da dispensação? Havendo guerra nesses territórios, não se efectuavam inquirições lá fora, passando a ser feitas na Corte⁵² ou na localidade mais próxima daqueles⁵³. Outros parâmetros para o veredicto: quando existia uma causa justa, notória qualificação da pessoa, conveniência do serviço de Sua Majestade ou da Ordem⁵⁴. Pretendia-se que a dita dispensa fosse um exclusivo dos sujeitos ilustres, nobres ou estrangeiros. Teoricamente, apenas as que fossem conhecidas na Corte. Parece ter existido, assim, uma preocupação por parte das Ordens Militares para que a *pátria comum* não fosse uma prática vulgarizada⁵⁵. Porém, confundia-se o ser-se amplamente conhecido pelas suas qualidades e o ser-se conhecido por alguns indivíduos, apenas no seu grupo de relações sociais.

Ter apelido estrangeiro era meio caminho andado ou todo o itinerário já assegurado para merecer a dispensa de *pátria comum*⁵⁶. Outro dos critérios para a concessão desta mercê resultava destas diligências serem feitas apenas fora do reino ou em espaço ultramarino⁵⁷. A lonjura também tinha um enorme peso nas decisões. Era inquestionável realizar as provanças nos confins das terras do

⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 23, n.º 16.

⁵¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 12.

⁵² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 44.

⁵³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 24.

⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 53v.

⁵⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 19-19v.

⁵⁶ No seu pedido de dispensa das habilitações em terras de origem, Luís Carlos de Claviere não declarou as naturalidades dos pais e dos avós. A falta de informações não obsteu o seu intento. O parecer da Mesa foi de que *como pelo seu mesmo nome se depreende serem Estrangeiros, está nos termos de Vossa Majestade lhe conceder a graça da dispensa de Pátria Comua*. É de notar que solicitou, na mesma petição, mais duas dispensas, uma para tomar o hábito no convento da Luz e outra pela falta de notícia que pudesse haver sobre os seus avós. Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 20-20v.

⁵⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 23v.-24.

oriente, como a China, por exemplo⁵⁸. Muitas vezes solicitava-se esta mercê para as naturalidades em Portugal, em função das distâncias e dos anos, por há muito tempo já viverem na Corte. O território insular, como Açores e Madeira, era dado, muitas vezes, como um espaço longínquo, nas palavras do aspirante a um hábito. O século XVIII parece ter sido mais compassivo nos seus despachos quanto a esta matéria⁵⁹.

Um dos problemas tocante às inquirições no estrangeiro residia no facto de não se saber, por vezes, ao certo, os locais de origem dos ascendentes. Para tal, nem sempre era necessário recorrer às habilitações na Corte como *pátria comum*. Quando se era descendente de alguém já aprovado nas Ordens Militares, poder-se-ia socorrer do respectivo processo. Era uma alternativa viável. Sabia-se da sua principal vantagem, a de agilizar os procedimentos⁶⁰. Tanto mais que, na existência de habilitações pelos tribunais do Santo Ofício e do Desembargo do Paço aquelas serviam de argumento para requerer a *pátria comum*⁶¹.

O pedido de concessão de *pátria comum* ocorrera também em outros tribunais da administração central, como o Desembargo do Paço. Os procedimentos para a requerer eram idênticos aos das Ordens⁶². E também se solicitava em processos de nomeação de deputados, em que se exigia o hábito de um dos mestrados⁶³.

Manuel Sanches requereu igualmente a licença de *pátria comum* pelo facto de os avós terem vindo de Ciudad Rodrigo e de Vilar del Servo, em Castela, assim como também de Vale da Mula, zona de raia, para onde os seus pais

⁵⁸ Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 204, fls. 61-61v.

⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 27; ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 2; ANTT, MCO, liv. 54, fls. 37v.-38.

⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 6.

⁶¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 23v.-24.

⁶² Cf. a título de exemplo, ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 1004 e ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 518, cx. 662. Esta era uma realidade transversal a que alguns habilitandos já haviam experienciado directa ou indirectamente. Francisco Luís de Sequeira da Gama foi aceite para um dos lugares de Freire Conventual da Ordem de São Bento de Avis. Este pediu para que as inquirições por parte de sua mãe, natural da vila de Santos, Brasil, se tirassem na Corte como *pátria comum*, graça concedida pelo rei a seu irmão o Desembargador António de Sequeira da Gama para ler no tribunal do Desembargo do Paço. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra F, mç. 3, n.º 11.

⁶³ Manuel de Matos já se encontrava habilitado para os lugares de letras pelo Desembargo do Paço, para deputado pelo Santo Ofício e para Cónego Doutoral da Sé de Viseu. Em virtude de serem necessários ministros para o despacho da Mesa e ao que o suplicante alegou, foi habilitado para receber o hábito da Ordem de Cristo. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 26, n.º 15.

foram viver e moraram muitos anos. No seu pedido alegou não ter condições económicas para fazer frente às despesas das habilitações e não haver notícias dos seus antepassados nos locais referidos. Ao tribunal das Ordens pareceu sempre, nas consultas, que não convinha facilitar-se tanto em semelhantes provanças e o máximo que poderia fazer era mandar realizá-las na vila de Almeida e lugares vizinhos, por neles talvez haver quem o conhecesse e tivesse mais informações dos seus ascendentes e de suas origens. No entender da Mesa, a concessão da *pátria comum* poderia dar azo ao dano e ao descrédito das Ordens, porque, por este meio e o facto de se não poder observar o segredo convenientemente sucedia poderem entrar pessoas defeituosas e de menos qualidades do que era permitido pelos definitórios. Ao deputado António de Mendonça pareceu que, para evitar defeitos, gastos e diligências em Lisboa e na fronteira, se deveria pedir ao habilitando a memória das pessoas que, em Ciudad Rodrigo e no lugar del Servo, em Castela, o conheciam e podiam dar notícia dos seus ascendentes. Assim ordenou o rei em decreto lavrado na consulta. Do rol entregue foram seleccionadas e chamadas ao tribunal três pessoas⁶⁴.

Interessante o processo de João Tomás. Este, os seus pais e avós eram todos naturais do Rio de Janeiro. Por isso, conforme os procedimentos, realizaram-se as provanças nessa cidade. Não parece que isso tenha inquietado o habilitando, ao contrário de muitos outros que as tentavam evitar nos locais de origem. Todavia, recorreu também ele, mais tarde, ao pedido de *pátria comum*. Isto porque, na sua vinda à Corte, foi informado que as ditas inquirições não se encontravam na secretaria. Nesta unidade apenas constava parte do processo, a petição que fez e outros documentos que deram início aos procedimentos. Apontaram-se como razões para o sucedido o descaminho na ocasião da remessa efectuada pelos comissários ou se ter perdido na mudança da dita secretaria pela ausência do secretário Domingos Pires Monteiro Bandeira. Perante a falta das provanças, bastante consternado e não se achando culpado pelo sucedido, João Tomás pediu ao rei que lhe concedesse a mercê da *pátria comum*. Na verdade, não podia ser penalizado por um erro de que era alheio. Para isso já bastavam os atrasos no processo, mais de cinco anos desde o seu

⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 73.

requerimento e, por conseguinte, o *indizível vexame do suplicante e do seu crédito*. Mais o prejuízo inerente às despesas praticadas. Até porque os comissários já haviam sido ressarcidos da diligência. Note-se que a nova inquirição era possível, pelo facto de muitos, na Corte, conhecerem o habilitando e os seus progenitores⁶⁵.

Em algumas situações, como as que envolviam as frotas, alegava-se o prejuízo em realizar as inquirições nas origens, pela demora que as mesmas causavam no andamento do processo até estarem concluídas. Nem sempre a Mesa concordava com os decretos emanados pelo rei em matéria de *pátria comum* em processos que envolviam embarcações para a Índia. O procedimento habitual era a dispensa das habilitações nas naturalidades. Segundo o tribunal, existiam inconvenientes e estes eram sempre relatados ao rei. Interessante a posição da Mesa da Consciência que, em algumas situações, admitia que respeitava as ordens do rei para não faltar ao que este decidia. A contragosto, portanto. Era um subterfúgio para não serem habilitados nas terras de origem, não se saber ao certo sobre a limpeza, nem descobrirem os defeitos. Os seus e os das suas famílias⁶⁶.

1.2. Para muitos, o início do processo⁶⁷

Uma vez deferido o pedido de *pátria comum*, o postulante ou o seu representante legal entregavam a portaria e a petição. Para muitos, os seus processos apenas iniciavam neste momento, por não carecerem de dispensas para realizar os inquéritos na Corte. Aqueles que requereram essas dispensas declaravam, por conseguinte, nas petições, que já as tinham obtido, juntando, por vezes, o respectivo decreto como prova desse procedimento. Após esta fase, era possível realizar as habilitações e o depósito para as despesas da candidatura.

⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra J, mç. 65, n.º 34.

⁶⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 39, n.º 89.

⁶⁷ Vide fig. 8, nos apêndices. O fluxograma apresentado nessa figura representa apenas os circuitos e tipologias documentais considerados mais significativos.

Nem sempre a portaria dos serviços consta, nos nossos dias, no conjunto documental da habilitação. Apenas temos a menção no final do processo de quem a produziu e a respectiva data e na petição com a referência *como consta da Portaria junta*. Este documento fazia parte do conjunto que o requerente poderia solicitar, *a posteriori*, a sua devolução para fins de uso futuro em outros processos. Esta prática ocorreu também com as certidões que, hipoteticamente, fossem apresentadas ao longo da tramitação processual. Assim sendo, os habilitandos exigiam, por via de um requerimento, a restituição de documentos por eles facultados, pertencentes ao seu processo. Em caso de anuência, os papéis eram disponibilizados mediante recibo que comprovava a entrega dos mesmos aos interessados. Neste, referia-se quem entregava os documentos e assinava, assim como quem os levantava. Por vezes, discriminavam-se as tipologias entregues. Em boa verdade, esta prática veio a desprover os processos de alguns documentos que legitimaram e representaram os actos administrativos nesta matéria. As habilitações encontram-se, assim, “incompletas”, falhando tipologias documentais que, efectivamente, contribuíram nas suas várias fases para a tramitação administrativa.

A portaria era enviada para o tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e, por norma, fazia-se referência disso no canto inferior esquerdo do documento. Durante a evolução do processo, podiam ser emitidas mais portarias⁶⁸, com o histórico dos desempenhos e cargos que marcassem a carreira do pretendente, de algum seu familiar que nele renunciasse a mercê do hábito com a devida *faculdade régia*, a que se denominava o acto de *revalidar a mercê*⁶⁹. O habilitando podia reivindicar, para si, os afazeres de outrem⁷⁰. De igual modo,

⁶⁸ Em 1750, a Mesa da Consciência e Ordens advertiu para que não se recebessem das partes cópias de portarias de mercês se não fossem passadas pelos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e assinadas pelo oficial maior da mesma. Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 238.

⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 3-3v.

⁷⁰ Manuel Mendes de Azevedo obteve a mercê do hábito pelos serviços do seu cunhado, feitos no decurso de 37 anos nas guerras do reino, em que faleceu, nas do Brasil, armadas e cativo de mouros, em que esteve 8 anos até se resgatar à sua custa. A pedido da viúva concedeu-se a mercê do hábito da Ordem de Santiago, tendo efeito em Manuel Mendes de Azevedo para amparar a sua irmã pela situação de pobreza em que se encontrava, pelas despesas cometidas pelo marido ao longo dos anos de serviços que prestou, o gasto de sua fazenda. Refira-se que o habilitando também tinha serviços próprios. Serviu 7 anos na Secretaria das Mercês. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 54. Tomás Brum da Silveira foi agraciado com a mercê do hábito da Ordem de Cristo pelos consideráveis desempenhos do seu avô, fidalgo da casa de Sua Majestade e Capitão mor da Ilha do Faial. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 24.

atribuir-se a mercê do hábito, por nomeação, a quem o titular entendesse. Isto é, o rei concedia a mercê a detentores de títulos e a fidalgos que, por sua vez, podiam indigitar outras pessoas desde que preenchessem os requisitos exigidos pelos definitórios. Esta prática veio a revelar-se duvidosa. Tudo porque, contrariamente ao determinado, poder-se-iam vender mercês a sujeitos inábeis⁷¹.

Entre outros, dentro do corpo de servidores da Coroa, tais como os escrivães da câmara e do despacho da Mesa, eram gratificados com a mercê do hábito da Ordem de Cristo. O tribunal era a favor desta compensação por parte de quem tratava administrativamente das matérias das Ordens Militares, inclusive as provanças e as habilitações⁷².

A mercê também podia advir por via de um dote, em que a mulher era titular da mesma, cujo hábito passava a pertencer à pessoa que casasse com ela⁷³. Desta forma, reputavam-se os desempenhos como próprios. Era reclamada após o recebimento da filha. Mas também existiram casos em que a mercê ficara a aguardar a passagem para o consorte da neta⁷⁴. Nessas situações de dote, reclamava-se depois a titularidade da mercê do hábito. Eram constituídos os autos de justificação. Por este documento demonstrava-se que o habilitando estava legitimamente casado, em conformidade com o Concílio Tridentino. A partir daqui emitia-se nova portaria ao futuro titular da mercê do hábito. Os autos ficavam arquivados no cartório do juízo das justificações. Sempre que necessário, o habilitando requeria uma certidão com o visto da sentença dada nesses autos ao escrivão do dito juízo⁷⁵. Tal como a renúncia e a venda, o objecto do dote era a mercê, o direito à mesma. Se não casassem ou ingressassem num convento pediam licença para a renunciar. Enquanto as mercês eram alienáveis, os hábitos eram intransitivos depois de efectivados. Independentemente do modo de aquisição, o novo titular da mercê sujeitava-se

⁷¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 14 ou LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 204, fls. 23v.-24. Sobre este assunto *vide* também os fls. 11v.-12 e 18v.-19v.

⁷² LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 379, fls. sem numeração.

⁷³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 74.

⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 6, n.º 5.

⁷⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 72.

ao processo de habilitação para usar a insígnia⁷⁶. Uma realidade idêntica à das Ordens Militares da vizinha Castela⁷⁷.

Por seu turno, voltava-se a lavrar na portaria, quando de um aditamento. Sempre que necessário, averbava-se nesta tipologia. Referia-se, por exemplo, que, mesmo tendo expirado a sua validade, o documento continuava a ter efeito ou para mencionar que a mercê do hábito não se havia concretizado durante o termo assentado⁷⁸. Algumas reuniam vários averbamentos⁷⁹.

Para além da portaria, o candidato também podia entregar uma patente ou *carta patente*⁸⁰. Em traços gerais, consistia num documento que expunha o posto que se ocupava ou os serviços prestados. Também podia ser anexada ao processo depois das inquirições⁸¹. Existia ainda a fé de ofícios. Estas três tipologias confundem-se pela proximidade das suas funções. Por vezes, o habilitando solicitava a cópia da fé de ofícios e entregavam-lhe a certidão da portaria, extraída do livro de registo das mesmas. Em outras ocasiões, acusava-se, distintamente, que junto à consulta seguia a cópia da portaria e a fé de ofícios.

O requerente apresentava a petição, dirigida ao rei, declarando sucintamente os seus dados pessoais como o nome⁸², a naturalidade, o domicílio, o baptismo e a filiação. Acrescentava ainda os dados dos pais e avós quanto aos locais de baptismo, recebimento e morada⁸³. Por vezes, também a

⁷⁶ Cf. Fernanda Olival, *Op. cit.*, [D.L. 2001], p. 244 e *idem*, art. cit., 2003, p. 747.

⁷⁷ Cf. Domingo Marcos Giménez Carrillo, *Op. cit.*, 2014, pp. 106 e 132.

⁷⁸ No processo de Manuel Nunes da Costa Gentil registaram-se cinco aditamentos na portaria. Os quatro primeiros por ter passado o tempo, datados de 1741, 1747, 1750 e 1751, pelo Secretário de Estado Pedro da Mota e Silva. O quinto, lavrado em 1792, por não ter tido efeito. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 29, n.º 58.

⁷⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 10, n.º 12.

⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra J, mç. 1, n.º 23 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 64.

⁸¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 46.

⁸² Manuel Gonçalves Chaves declarou na sua petição que fora baptizado com o nome de Gonçalo e que no crisma alterou-o para Manuel. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 12, n.º 2.

⁸³ Por vezes, no decurso do processo, também eram necessários os dados dos bisavós e outros comprovativos. Veja-se o exemplo de Manuel de Oliveira de Abreu e Lima em que lhe foi pedido que *juntasse Certidão do baptismo de sua avó paterna o que junta, e também a do casamento da mesma avó que também junta, e a do casamento de seus bisavós Bernardo Ramires Esquível, e D. Maria Bocarra que também junta, e a do baptismo da dita sua bisavó Maria Bocarra, e o testamento por onde consta que é filha de Diogo Bocarro, legitimada, o que também mostra pela carta de legitimação, e só não junta a certidão de baptismo de Bernardo Ramires Esquível por ser Biscainho como consta da Certidão do casamento do dito Bernardo Ramires Esquível, e também junta a Árvore por onde se mostra o parentesco, e o grau em que esta D. Maria Bocarra com Francisca Bocarra mãe do avô paterno, e pela Certidão do casamento de D. Helena Esquível com Manuel Lopes de Oliveira*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 9, n.º 6. Segundo Francisco José Aranda Pérez, nas provas castelhanas, as

ocupação do peticionário e dos seus ascendentes, mas apenas os do género masculino.

Qual a origem das informações que constavam na petição? Certamente que a memória humana não as conseguia alcançar passados muitos anos. Por isso, nem sempre era possível declarar todos os dados, principalmente os que eram relativos aos avós, pela sua antiguidade, mas tentava-se dar as referências possíveis. Talvez para evitar vãs interpretações ou suspeitas de existência de má-fé por parte do pretendente em omiti-las. Baltazar de Almeida Pimentel não tinha quaisquer informações sobre os seus avós paternos, mas assegurava veemente que não eram hebreus e de seu pai, estrangeiro, natural de África, tinha *infalível certeza* de que não era mourisco⁸⁴.

Recorria-se com maior incidência aos mais próximos, familiares ou não, para angariar essas informações. Manuel António Tavares declarou o que algumas pessoas lhe transmitiram quanto aos nomes e às naturalidades dos seus avós de ambas as partes. Todavia, mais tarde, passou a certo, por parentes seus e muito chegados, que algumas declarações prestadas na petição anterior estavam inteiramente trocadas e erradas. Nestas condições, o habilitando receava que tais informações assolassem a concessão do hábito e, por isso, declarou os novos dados e pediu que as provanças, por sua vez, assentassem nestes últimos que facultara⁸⁵.

Apesar da idade ser um critério relevante, na análise da candidatura, raramente os habilitandos a declaravam na petição. Talvez fosse escusável pela entrega da certidão do assento de baptismo. Contudo, quando referiam a idade, a Mesa não dispensava facilmente a entrega do documento lavrado pelos párocos. A não ser quando, na ausência de informação, pela antiguidade, não fosse mesmo possível aceder ao escrito⁸⁶.

O estado civil do pretendente era outra das informações relegadas à margem. Se era solteiro ou não e com quem era casado parece que pouco

informações não se ficavam pela terceira geração, os avós do pretendente ou até mesmo dos bisavós. Era frequente pedirem-se também dados sobre os tetravós. Cf. "Caballeros de hábito y oligarquías urbanas", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, p. 2055.

⁸⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 11, n.º 2.

⁸⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 20, n.º 2.

⁸⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 9-9v.

importava nesta fase processual. Por vezes, o estado civil e até as ocupações dos pretendentes eram dados obtidos, posteriormente, nos autos de habilitação⁸⁷. Tal aconteceu no processo de Mateus Valente de Couto. A informação lavrada pelo comissário, no final do interrogatório, refere que era casado. Nem a sua petição alude ao facto dos seus três ascendentes serem professos na Ordem de Cristo⁸⁸. Parece que, nas Ordens Militares, os habilitandos não eram tão rigorosos na descrição da sua pessoa no plano social e académico como no Santo Ofício. Talvez se devesse ao facto de julgarem o hábito como adquirido a partir da emissão da portaria.

Nuno da Cunha de Ataíde tinha portaria datada de 8 de Março de 1642 e, logo ao dia 13 desse mês, precedendo petição sua se lhe deu despacho para que depositasse o valor consignado para as provanças⁸⁹. Mas nem sempre o titular da mercê do hábito apresentava a sua petição num período imediato à recepção da portaria. Quando considerasse oportuno fazia-o. Por isso, o tempo que mediava de um procedimento ao outro era variável. Bernardino José Pereira Goulão, por exemplo, fê-lo, aproximadamente, quatro anos após a emissão daquele documento⁹⁰. Mais valia tarde que nunca. O prémio pelos serviços não deveria cair em “saco roto”, sem que dele fruissem⁹¹. Mesmo que sobre eles tivessem passado muitos anos, como o caso de bisnetos requererem a remuneração de afazeres dos seus antepassados⁹².

Como mais-valia para o processo fazia-se referência aos parentes já habilitados nas Ordens Militares. Em algumas famílias a obtenção de insígnias marcaria gerações. Por sua vez, estes ingressos estimulariam outras candidaturas como trunfo a seu favor. Nicolau de Ataíde de Mascarenhas Viseu era filho do capitão Francisco Carvalho Sovereira, cavaleiro da Ordem de Cristo.

⁸⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 1, n.º 9.

⁸⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 18, n.º 6.

⁸⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 31.

⁹⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 1, n.º 5.

⁹¹ André Machado considerava-se velho, mas mesmo assim quis desfrutar da insígnia da Ordem de Avis. Pelo seu desejo parecia querer ter uma prova de que tudo o que havia experienciado tivesse valido a pena. Pelos 21 anos de serviços que pessoalmente fez nas guerras da Província do Entre Douro e Minho, em praça de Soldado, Cabo de Esquadra, Sargento, Alferes e Capitão, participando em todas as ocasiões de peleja que se ofereceram no decurso do dito tempo. Assim também pelos serviços e morte de seu filho António Machado, que foi soldado de cavalo no período de seis anos e seis meses. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 9.

⁹² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 30, n.º 56.

Era também neto, pela parte paterna, do sargento mor Jorge da Fonseca Sovereira, cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, e, pela parte materna, de Nicolau de Ataíde Mascarenhas, cavaleiro da Ordem de Cristo⁹³. Outro exemplo é o de Nicolau Xavier de Figueiredo e Bulhões Castelo Branco, filho de João Pedro de Figueiredo Bolhões, neto paterno de Nicolau Figueiredo e materno de António Carlos de Seixas Castelo Branco, todos cavaleiros professos na Ordem de Cristo⁹⁴. No requerimento não se ficavam pelos escólios da ascendência directa⁹⁵.

Quanto às habilitações do Santo Ofício, nem sempre os pretendentes a um hábito as referiam, inicialmente, na petição, embora tivessem um efeito positivo. Alguns omitiam essas informações e outros faziam-se valer de todas as habilitações que pudessem valorizar a sua candidatura⁹⁶. Uma certidão do requerimento apresentado no Santo Ofício e uma certidão de como se era agente desse tribunal contra-arrestava, na sentença da Mesa, por exemplo, os depoimentos nocivos ao habilitando⁹⁷.

Quando o pretendente se fazia representar por outra pessoa, aquele fazia uma procuração. Esta era apresentada no acto da entrega da petição, como prova de que o titular da mercê do hábito conferia poderes à pessoa que nomeava, para que este o representasse e agisse em seu nome. Manuel Correia nomeou como procuradores o padre Manuel Marques das Neves e Plácido da Rocha, explicitando a permissão concedida, para que em todos os seus *requerimentos* assinassem, tanto na Secretaria de Estado como na Mesa da Consciência, fizessem depósitos, firmassem os respectivos termos e tudo o mais que era confiado pelo outorgante. O documento foi produzido e assinado pelo

⁹³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 1.

⁹⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 10.

⁹⁵ Manuel Florim declarou que era primo de Lourenço de Guimarães Pinto, cavaleiro da Ordem de Cristo, e que ouvira dizer que o seu avô Manuel de Lima de Carvalho fora cavaleiro da Ordem de Santiago ou de Avis. Anunciou ainda que o seu avô paterno André Correia Florim teve um irmão, António Florim, que fora cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Para além das Ordens Militares, teve dois tios religiosos na Companhia de Jesus, o Padre Francisco de Lima e o Padre Manuel de Lima. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 26.

⁹⁶ Manuel Bernardo de Andrade Freire era filho de um familiar do Santo Ofício. Referiu esse dado na sua petição. Contudo, não mencionara que o tio, irmão do pai, era comissário do Santo Ofício nem que tinha dois irmãos religiosos. Foram as testemunhas a dar essa informação. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 7, n.º 8.

⁹⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 34, n.º 4.

próprio constituinte que expressou assim a sua vontade, no âmbito das actividades que determinou⁹⁸.

A referência ao procurador era feita sempre que este assumia-se como signatário da petição e quando efectuava o depósito, por constar o seu nome no conhecimento. Porém, mesmo que raramente, o seu nome podia constar no início do texto da petição, como por exemplo, *Diz António Gomes de Oliveira como procurador do Capitão Manuel Vaz de Oliveira*⁹⁹. No processo de Bento António Duarte de Carvalho fez-se referência ao domicílio do seu procurador¹⁰⁰.

A procuração era apenas conferida no tribunal e excepcionalmente arquivada no processo. A figura do procurador também existia no Santo Ofício, até mesmo quando o recém-empossado não podia participar na cerimónia de juramento¹⁰¹.

Nas Ordens Militares assinavam-se as petições, o que não acontecia nas do Santo Ofício. Todavia, em ambos os casos não se datavam estes documentos, como aliás, era habitual na época¹⁰².

Não raras vezes, a assinatura era redigida após o reparo da Mesa em despacho lavrado na petição. Assim sendo, para executar o solicitado pelos deputados, voltava-se ao documento para o completar com o dado em falta.

A petição constituía a tipologia documental que se repetia com maior incidência ao longo do processo de habilitação das Ordens Militares¹⁰³.

⁹⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 17.

⁹⁹ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 37, n.º 1.

¹⁰⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 1, n.º 2.

¹⁰¹ Cf. Nelson Vaquinhas, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS-UE, 2010, p. 53.

¹⁰² Em 17 de Novembro de 1650, foi exarado um decreto para se pôr data em todas as petições que se fizessem ao rei ou aos tribunais, mas não teve grande êxito. Cf. ANTT, MCO, *Ordens Militares, Papéis diversos*, mç. 32, mct. 2, doc. 19. Encontra-se também em: ANTT, MCO, liv. 315, fl. 15v. e BN, cód. 6504, fls. 23v.-24.

¹⁰³ Apresentava-se a petição ao Santo Ofício para pedir uma certidão que comprovasse a habilitação do requerente ou de um familiar seu, para solicitar elementos como nomes e naturalidades que constassem em inquirições e, ainda, para copiar certidões existentes em processos à sua guarda. À Inquisição também se pediam informações sobre uma eventual prisão ou penitência do habilitando ou de um membro da sua família. Por se terem queimado os livros de registo de baptismos, Nicolau Teixeira de Aguiar Figueiredo, familiar da Inquisição de Lisboa, pediu, em 1761, ao Conselho Geral do Santo Ofício a cópia das certidões dos assentos de baptismo, a do próprio e a de sua mulher, que se encontravam arquivadas nas diligências feitas aquando da sua habilitação para o referido cargo e nas de sua mulher, por altura do casamento, em processo apenso àquele. Noutra petição, apresentada um ano e alguns meses após, pediu novamente ao Santo Ofício uma certidão dos nomes e baptismos dos seus pais, avós e bisavós, paternos e maternos, mencionando, desde logo, o local de depósito - o secreto - e o número da cota do processo de habilitação de seu pai, também este familiar do Santo Ofício. Às Câmaras Eclesiásticas remetiam-se as petições para se obter as cópias das sentenças de *genere* do

1.3. O despachar dos *negócios e papéis*. Pagamentos

Na petição era aposto o despacho interlocutório para que se depositasse uma quantia determinada para o prosseguimento dos trâmites processuais. No caso de obtenção da *pátria comum*, efectuava-se o pagamento das *contribuições* antes do referido depósito como condição *sine qua non*. Ao contrário dos depósitos, o valor das contribuições não era referido no despacho. Era comum, neste escrito, rubricado pelos deputados do tribunal das Ordens, exigir-se algum documento ou procedimento em falta no acto da apresentação da petição. Isto porque nem sempre se cumpriam os requisitos necessários na elaboração do formulário ou se entregavam todos os documentos que comprovavam o que na petição se declarava. Por exemplo, a assinatura do peticionário ou do seu representante legal, a apresentação de uma certidão de baptismo, de folhas corridas, a menção a uma naturalidade ou de onde se era morador¹⁰⁴. Em 1748, os deputados da Mesa exigiram, no processo de Bernardino José Pereira Goulão, que se acrescentasse no documento donde este era morador, a assinatura do procurador, a certidão de baptismo, que se reformasse a portaria e o depósito de 40.000 réis¹⁰⁵.

Havia quem não atendesse prontamente ao solicitado no despacho, como demonstram os casos de Manuel Cardoso de Meneses e de Manuel José de Figueiredo, que não juntaram logo as suas certidões de baptismo aos processos. No despacho lavrado na petição do primeiro habilitando, em Março de 1759,

próprio ou de um seu familiar. O mesmo acontecia quando era necessário recolher provas junto de algumas instituições em que se tivesse laborado.

As certidões eram lavradas na própria petição, em baixo e no verso do documento.

Pedia-se, mediante uma petição, dispensa de menoridade ou maioridade (menos de dezoito e mais de cinquenta); para que na Corte, como *pátria comum*, se fizessem as inquirições, em virtude da distância geográfica, por ter familiares em partes remotas ou nestas não existirem comissários para as diligências; dispensa de apresentação de algum documento em falta; dispensa nas ocupações mecânicas (muitas vezes alegava-se que o impedimento não era sórdido ou já dado por esvanecido com o falecimento do ascendente ou já não ter a profissão impedida).

¹⁰⁴ No processo de Bernardo José Lobo, a Mesa mandou declarar a naturalidade e donde era morador o suplicante, assinar o documento e efectuar o depósito. É visível o acréscimo do texto, em que os deputados também pedem as freguesias donde eram baptizados os naturais da Corte. Em resposta, foi o procurador a fornecer os dados em falta, adicionando-os na petição apresentada pelo habilitando. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 1, n.º 7.

¹⁰⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 1, n.º 5.

pediu-se o documento, reiterando-se em Junho do mesmo ano¹⁰⁶. Ao segundo pretendente, pediu-se em Maio e fez-se um outro reparo em Julho de 1778¹⁰⁷.

Em princípio, a consignação era calculada em função das informações prestadas pelo habilitando na petição, no que respeitasse aos locais de naturalidade. As distâncias tinham forte efeito nos cálculos das despesas inerentes às diligências a realizar. A Mesa regulava-se por um tabelamento, pelo valor de 10.000 réis, em aproximado, por cada naturalidade. Do depósito efectuado, segundo os cálculos de dividendos, cabia aos tesoureiros quatro por cento, ao escrivão da câmara um e meio, ao relator 1.200 réis, o mesmo ao escrivão da câmara do despacho, aos ministros e presidente 600 réis cada um. Outra parcela, para a provisão consertada porque era impressa, custava 60 réis. Assim era na década de 30 do século XVIII¹⁰⁸.

Dos processos analisados, o valor mais baixo encontrado foi de 8.000 réis, correspondente a um processo do século XVII, cujas naturalidades do suplicante, pais e quatro costados eram todas de Lisboa. Nas habilitações seiscentistas as quantias depositadas mais comuns estavam, *grosso modo*, entre os 12.000 e os 20.000 réis. Na 2.^a metade da centúria seguinte, os montantes já atingiam, na sua larga maioria, os 50.000 e os 60.000 réis. Estes eram os valores do primeiro depósito. Para muitos foi o único. No entanto, para outros habilitandos seguir-se-iam mais depósitos para liquidar as despesas que o processo acarretava ao longo da sua tramitação.

Manuel Barbosa Regote referiu que se deu despacho na sua petição para que depositasse 500.000 réis pelo facto da mãe e dos avós maternos serem naturais de Sabóia, dinheiro esse que não tinha por ser pobre. A súplica foi atendida pelo rei, por naquela terra não haver ministro nem pessoa que pudesse fazer as inquirições e pela falta de dinheiro¹⁰⁹. A situação apresentada por João Roberto Freire de Miranda, em 1732, era diferente. Depositou duas vezes, na primeira 80.000 réis e na segunda 36.000 réis. Posteriormente foi notificado pelo Provedor de Portalegre, por ordem do tribunal, para efectuar o segundo depósito,

¹⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 6, n.º 7.

¹⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 26, n.º 11.

¹⁰⁸ Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças, mç. 812.

¹⁰⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 39, n.º 71.

o já referido¹¹⁰. Os pagamentos estariam na ordem do dia para a tramitação dos processos, fase marcante para ambas as partes, tribunal e pretendentes.

Com o depósito feito, lavrava-se o conhecimento da respectiva receita, passado pelo escrivão da câmara da Mesa e assinado pelo tesoureiro dos depósitos, a quem se entregavam as quantias estipuladas no despacho.

O conhecimento fazia referência ao número do livro de receita do tesoureiro dos depósitos para os hábitos das Ordens em que ficavam carregadas as ditas quantias. Por norma, o conhecimento era lavrado no verso da petição. Também assim o era no Desembargo do Paço¹¹¹. Em processos com pedido de licença de *pátria comum* era paga a contribuição e emitido, de forma idêntica, um conhecimento, nos mesmos moldes. Contudo, este desembolso ficava assente em outro livro de receita, no do tesoureiro das despesas da Mesa. Na habilitação de Nuno da Cunha de Ataíde Varona e, provavelmente, quase sempre, o ofício de tesoureiro dos depósitos para os hábitos das Ordens e o ofício de tesoureiro das despesas da Mesa recaíam sobre a mesma pessoa. Neste caso, foi António da Costa que recebeu os 40.000 réis do depósito e os 10.000 réis das contribuições¹¹².

Também se produzia esta tipologia quando se fazia um donativo para superar um impedimento, anotando-se os dados referidos e o destino que se daria ao dinheiro. No processo de Tomé de José Correia Liso constam três conhecimentos e um destes é relativo ao donativo, no valor de 400.000 réis, a ser aplicado nas obras do Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa¹¹³. Nesta habilitação, foi registado no livro da receita do tesoureiro das despesas da Mesa, mas na de Tomás Colaço foi assentado no livro da receita da Coroa. Destinava-se às despesas dos marinheiros da Índia, por despacho do Conselho da Fazenda¹¹⁴.

No processo de Manuel José Pereira, o donativo de 500.000 réis para uma obra pia foi entregue ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real,

¹¹⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 117.

¹¹¹ Cf. ANTT, DP, *Leitura de bacharéis*, letra A, mç. 31, n.º 17.

¹¹² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 18. O despacho na petição e os conhecimentos foram produzidos no mesmo dia. No caso de Tomás José Codmor, os conhecimentos foram emitidos dois dias após o despacho. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 1, n.º 8.

¹¹³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 1, n.º 1.

¹¹⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 25.

que passou o recibo por se ter satisfeito aquele valor¹¹⁵. Ou seja, a Coroa podia receber directamente.

Nos finais do século XVIII e na centúria seguinte, predominava a produção dos conhecimentos em formulário impresso. É provável que esta prática fosse interrompida quando, casual e pontualmente, estariam em falta os documentos impressos nas secretarias. Na Ordem de Avis, por exemplo, nos anos de 1801 e 1802, os conhecimentos foram lavrados integralmente por um punho.

No Santo Ofício, o pagamento efectuava-se após a expedição das listas, da recepção das certidões e das diligências extrajudiciais. Esta modalidade de interrogatório era pouco praticada nas Ordens Militares. Só muito esporadicamente se pediam informações antes dos inquéritos¹¹⁶.

Sempre que se efectuavam *acrescentamentos de depósitos*, no processo, lavravam-se os respectivos conhecimentos como prova da entrega desse dinheiro. Também era produzido o bilhete de ajustamento de conta, tendo os vários *itens* de despesa. Outrossim podia constar o valor depositado e o que estava em dívida. Este ficaria nos contos da Mesa da Consciência e seria este o documento produzido pelo contador após examinadas as contas e que, por sua vez, viabilizava os respectivos pagamentos do tesoureiro.

As receitas e as despesas deviam coincidir, ou seja, o dinheiro em cofre entregue pelo habilitando deveria cobrir os dispêndios do processo. O que nem sempre acontecia. Por vezes, os comissários reivindicavam o pagamento dos seus honorários, pela prestação de serviços em diligências efectuadas, e não se lhes pagava até que novo depósito não fosse satisfeito, exigido ao habilitando ou ao seu procurador¹¹⁷. O caso de Dionísio Carvalho de Abreu, cavaleiro professo

¹¹⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 11, n.º 1.

¹¹⁶ Cf. Fernanda Olival, "Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, n.º 4, 2004, p. 177.

¹¹⁷ A petição podia ser apresentada em nome dos dois intervenientes na diligência. Assim o fizeram fr. Tomás da Cunha da Silveira e fr. José da Silva para que o rei ordenasse ao Juiz de fora da cidade do Porto para contactar o habilitando, António Leite de Almeida, a reforçar o depósito, no prazo que se estipulava. Rondaria os 20 dias. A notificação seguia sob a forma de provisão, após despacho dos deputados do tribunal. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 115 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 102. João Lenseno Mexia Leitão requereu na sua petição que o tesoureiro fizesse a conta para apurar o que devia o habilitando colocar no depósito e que o notificassem para esse efeito. Os deputados da Mesa pediram que o tesoureiro dos depósitos informasse da quantia em causa. Assim o fez António da Costa. Em seguida, a Mesa ordenou que o escrivão do meirinho notificasse o titular da mercê, ou o seu procurador, para depositar o valor declarado pelo tesoureiro. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 107. As figuras locais assumiam um papel importante na comunicação entre a Mesa da Consciência e Ordens e os visados nas provisões. Através destas

na Ordem de Cristo, morador na Bahia, escrivão numa das diligências, no processo de Manuel de Araújo de Aragão, ilustra este género de vicissitudes. Em Lisboa, o dito requerente apresentou uma petição por lhe deverem os seus salários pelo serviço feito ao tribunal das Ordens, numa das inquirições. Segundo o peticionário, as contas do tesoureiro Manuel da Costa estavam nos contos do tribunal. Para confirmar essa informação foi necessário que o contador Francisco Xavier Mourato examinasse o livro número cinco do tesoureiro Manuel da Costa onde se encontrava o registo do depósito do habilitando, juntamente com a conta da despesa das três diligências efectuadas na Bahia. Destas inquirições sabia-se que da primeira e da terceira, em que o dito peticionário não havia sido interveniente, já se tinham pago aos respectivos cavaleiros e freires. Provavelmente terá participado, na segunda diligência, mas era um dado ainda a confirmar com o escrivão da câmara da Mesa da Consciência, Manuel Coelho Veloso, que poderia assegurar essa informação, recorrendo aos documentos dos interrogatórios. De todas as formas, pelo livro do tesoureiro constatou-se que a despesa excedeu o depósito em 3.664 réis e que, no cofre, o remanescente era de apenas 536 réis. O contador, na sua opinião, achava que ainda estava em débito o valor de 4.200 réis ao freire, ou ao cavaleiro escrivão, da segunda diligência. Ora, a confirmar-se ainda que a quantia a pagar pertencia a Dionísio Carvalho de Abreu, o valor em falta, 3.664 réis, teria de ser cobrado

recebiam ordens para os notificar. Enunciemos alguns intermediários: o escrivão do meirinho, o juiz de fora, o corregedor da comarca, o ouvidor, entre outros. Também eram responsáveis pela remessa do dinheiro que lhes era entregue, a enviar para o tesoureiro dos depósitos. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 99, ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 94 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 91. Vejam-se, a título de exemplo, os trâmites associados à notificação, no processo de José Plácido do Couto. Os lesados produziram uma petição dirigida ao mestre das Ordens, cujo despacho foi dado pelos deputados da Mesa que ordenaram ao tesoureiro dos depósitos para se pronunciar sobre a matéria em causa através de uma informação. A partir daqui, os deputados mandaram que se elaborasse a provisão, em nome do rei, enquanto governador e administrador das Ordens Militares para o seu destinatário, neste caso o corregedor da comarca de Elvas. A provisão era feita pelos escrivães e depois passava pela chancelaria. Registou-se à margem da referida petição a data da provisão. Esta chegou ao seu remetente que, por sua vez, notificou ou delegou tal tarefa a outrem, ao habilitando, para que efectuassem a entrega do dinheiro no Juízo. Foi o depositário geral que recebeu a quantia. Este, seguidamente, foi citado pelo escrivão da correição da cidade e comarca de Elvas para que remetesse o dinheiro ao tesoureiro dos depósitos do tribunal. Para prova destas fases processuais o dito escrivão da correição lavrou uma certidão, à qual se juntou uma carta ou informação do corregedor da comarca. Embora parecesse simples, tratava-se de um processo que envolvia vários intervenientes. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 94.

ao habilitando com novo depósito¹¹⁸. Os documentos referidos, onde se assentavam os depósitos, denominavam-se, na altura, de livros de lembrança. Eram frequentemente consultados pelos tesoureiros para confrontar as importâncias apresentadas, em certidão, pelos comissários¹¹⁹.

Por norma, desde que o dinheiro estivesse em depósito, remuneravam-se, celeremente, os comissários e os escrivães. Pelo menos o valor em cofre. Assim determinaram os deputados quando o tesoureiro António da Costa duvidou pagar por ter apenas uma parte da importância. Quanto ao que faltasse, exigir-se-ia ao habilitando¹²⁰. Mais difícil seria para as diligências realizadas fora de Portugal, quando os intervenientes não podiam cobrar aí os valores em falta¹²¹. Pelos que não assistissem na Corte pagaria o tesoureiro por procurações aos seus correspondentes, figura que saldaria as despesas por conta de outra pessoa em localidade distinta.

Em situações extremas, o pagamento dos salários aos cavaleiros responsáveis pelas inquirições podia levar algum tempo, mesmo anos¹²². Uma situação lesiva para os delegados da Mesa. Na pior das hipóteses, podia ocorrer a morte do habilitando¹²³. A Mesa da Consciência e Ordens não assumia essa despesa. Caso faltasse dinheiro, era necessário reforçar o depósito. Nesta situação, cabia aos herdeiros arcarem com as custas das diligências realizadas. Para este efeito, notificavam-se os progénitos para reforçarem o pagamento¹²⁴. Mas, se as diligências ainda não tivessem sido feitas, restituíam o dinheiro aos

¹¹⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 14. Interessante este caso para o estudo dos acessos à documentação. O contador tem acesso à documentação do tesoureiro, mas quanto à inquirição ficou a aguardar a informação do escrivão da câmara que, entretanto, ainda ia consultar a inquirição em causa. Após a informação do dito escrivão, o contador informaria os deputados da Mesa acerca da forma do pagamento, a fim de dar resposta ao despacho emanado pelo tribunal da Mesa da Consciência e Ordens para que se passasse uma certidão, feita a conta pelo contador, do que se estava a dever a Dionísio Carvalho de Abreu.

¹¹⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 89.

¹²⁰ Cf. *ibidem*.

¹²¹ O padre João Rodrigues de Figueiredo, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, realizou as diligências de Bento Correia de Lima na cidade da Bahia e fora desta. Falou com o tesoureiro para receber a quantia, mas foi informado que o depósito estava em falta. Face ao exposto, apresentou uma petição para se passar provisão a Bento Correia de Lima para ser citado na dita cidade de Coimbra, onde era morador, para efectuar o depósito, o quanto antes, através do tesoureiro. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 108.

¹²² Cf. ANTT, MCO, *Offícios*, mç. 11.

¹²³ Os cavaleiros que fizeram diligência no processo de António José Xavier Soares de Vasconcelos, morador no Rio de Janeiro, requereram o pagamento dos seus salários, dado que passara mais de cinco anos. A distância geográfica e o falecimento do habilitando terão contribuído para o atraso da cobrança. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 91.

¹²⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 113.

familiares. Assim era em Espanha¹²⁵. Nos casos de falecimento de habilitandos no estrangeiro, procurava-se saber se o mesmo estava representado, por cá, por algum procurador. Bastava ver quem assinara a petição. No processo de António José Xavier Soares de Vasconcelos, morador no Rio de Janeiro, deu-se um prazo de 24 horas ao seu procurador para assumir o pagamento. O escrivão do meirinho teria de o citar. Não constando um representante, como foi o caso, seriam os herdeiros¹²⁶.

Domingo Giménez Carrillo refere que alguns comissários pediam ajudas de custo antes das diligências se concretizaram, em locais distantes. Só assim as podiam realizar¹²⁷.

Feito o pagamento, voltava-se ao processo, particularmente à petição para nela se averbar o número do livro da receita pertencente ao tesoureiro dos depósitos para os hábitos das Ordens Militares e respectivos fólhos, nos quais se lançava a quantia depositada pelo habilitando ou pelo seu procurador¹²⁸. O mesmo sucedia ao livro de receita em que eram carregados os valores das contribuições, assentando-se o número e os fólhos, na petição.

1.4. As inquirições

Seguia-se a nomeação dos agentes para as *diligências secretas*¹²⁹, mas nem sempre era um procedimento imediato¹³⁰. A proximidade geográfica do domicílio dos comissários relativamente ao local da diligência determinava a escolha destes. Os peticionários assim o pediam, por vezes, devido aos

¹²⁵ Cf. Domingo Marcos Giménez Carrillo, *Op. cit.*, 2014, p. 168.

¹²⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 91.

¹²⁷ Cf. *Op. cit.*, 2014, p. 183.

¹²⁸ No processo de António Pereira, especificou-se o destino a dar ao dinheiro depositado para os gastos das diligências e expressou-se quem as faria. Em outros casos, colocava-se apenas a localidade e o nome do agente à frente. Note-se que, neste caso, foram lavrados os três documentos, datados de 1659, no verso da petição, o despacho da Mesa para o depósito, o conhecimento e o outro despacho quanto à designação dos agentes para a diligência. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 33.

¹²⁹ Encontra-se esta designação no processo de Manuel de Oliveira Abreu e Lima. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 9, n.º 6.

¹³⁰ No caso espanhol, era o presidente do *Consejo de Órdenes* que normalmente os nomeava. Cf. Domingo Marcos Giménez Carrillo, *Op. cit.*, 2014, p. 171 e María Jesús Álvarez-Coca González, "La concesión de hábitos de caballeros de las Órdenes Militares: procedimiento y reflejo documental (s. XVI-XIX)", *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n.º 14, 1993, p. 291.

encargos¹³¹. Passou a ser obrigatório, desde 1597, realizar as provanças nas terras de origem do habilitando, pais e avós. Por inerência desta alteração de método inquiritorial, aumentaram os dispêndios das diligências, custeados pelo pretendente¹³².

O tribunal das Ordens tinha uma rede de comissários em todo o reino e ultramar, desenvolvida a partir dos definitórios saídos do capítulo geral de 1619¹³³. Em locais remotos, não havendo um representante da Ordem Militar a que se candidatava o habilitando, não existia inconveniente destinar as diligências a um comissário professo noutro mestrado¹³⁴. Em 1640, ordenou-se que, não havendo cavaleiros da Ordem Militar correspondente à mercê do hábito, se cometeriam as diligências a um comendador ou a um cavaleiro de outra milícia. O mesmo se aplicava aos freires que serviam de escrivães¹³⁵. O problema era quando não existiam cavaleiros e freires da mesma Ordem e os de outra não podiam participar por serem familiares do pretendente. Foi o caso de Baptista do Vale Ferreira que tinha ascendência, pela via materna, na Ilha Graciosa. Aí não havia representação da Ordem de Avis e os dois cavaleiros da milícia tomarense das ilhas vizinhas não podiam intervir no processo, por serem o meio irmão e o primo do justificante. De igual modo, se descartaram os eclesiásticos a quem se podia cometer as diligências por serem seus parentes¹³⁶.

No processo de Baltazar de Abreu Cardoso, o comissário Manuel Ferreira da Costa substituiu o que havia sido escolhido pela Mesa para levar a cabo a diligência. Esta troca deveu-se ao facto de o cavaleiro Francisco Gomes Ribeiro morar distante da cidade a que teria de se deslocar e foi o próprio que encarregou a diligência a Manuel Ferreira da Costa¹³⁷.

Era possível recuperar a informação sobre a actividade dos escrivães dos cavaleiros, no tribunal das Ordens, mediante os registos existentes¹³⁸.

¹³¹ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 64.

¹³² Cf. Fernanda Olival, art. cit., 1991, p. 234.

¹³³ Cf. *idem*, art. cit., 2004 p. 161 e *idem*, *Op. cit.*, [D.L. 2001], p. 287.

¹³⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 1, n.º 1.

¹³⁵ LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

¹³⁶ LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 204, fls. 44-45.

¹³⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 11, n.º 1.

¹³⁸ Fr. Francisco da Rosa Machado, freire professo da Ordem de Avis, beneficiado curado na matriz da vila de Albufeira requereu uma certidão em que constasse que se encontrava servindo a Mesa da Consciência como escrivão das diligências dos Cavaleiros. Na certidão referiu-se que

Enumeravam-se os locais e os nomes dos respectivos agentes, o comissário e o freire, nas petições ou em fólio à parte. A partir daqui lavrava-se uma provisão¹³⁹, ou mais, dependendo dos locais de origem distintos do habilitando e dos seus ascendentes. O documento era produzido com base nas informações prestadas na petição, declarando os nomes e as naturalidades. Para além da função de examinar a idoneidade dos indivíduos, a provisão servia para confirmar os dados lançados no requerimento.

Pedia-se aos tribunais e aos seus agentes, a quem se cometiam as diligências, para não demorarem a realizá-las¹⁴⁰.

Na diligência efectuada pelo comissário Fr. Henrique Freire de Andrade, a escolha recaiu sobre um beneficiado, por falta de cavaleiro¹⁴¹. Fora da metrópole a escolha do escrivão ficaria, provavelmente, a cargo do comissário. De igual modo, quando se deparasse com a ausência do freire nomeado¹⁴².

A provisão tinha o objectivo de aferir com todo o segredo a naturalidade, a qualidade, a limpeza de sangue e os procedimentos do pretendente, de seus pais e avós, por via dos interrogatórios, em que se inquiriam, pelo menos seis testemunhas¹⁴³, afastadas de qualquer suspeita, que deveriam ser das pessoas mais velhas, dignas de fé, nobreza, crédito e confiança. Notificavam-se as pessoas, como testemunhas do processo, para serem inquiridas debaixo de juramento dos Santos Evangelhos, cada uma delas, individualmente, pelos interrogatórios que lhes eram lidos. Este documento era assumido como veículo de comunicação entre o monarca, os tribunais da administração central e as comunidades locais.

já havia sido nomeado diversas vezes e especificou-se a data da primeira nomeação. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 264, mç. 29.

¹³⁹ Por vezes a provisão também é designada de comissão. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 35, n.º 9. Note-se que nem sempre os mestrados utilizavam o formulário impresso, em especial a Ordem de Avis.

¹⁴⁰ Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

¹⁴¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 35, n.º 9.

¹⁴² Fr. José António da Rocha Sarmento Pimentel recebeu a notícia que o freire José Mendo Pereira se achava fora da província e para não demorar a diligência elegeu o reverendo Caetano de Moraes Ferreira de Castro. Explicou as razões da sua escolha: *por ser pessoa de distinta nobreza, capacidade, crédito, e expedito nos termos judiciais pelo ter exercitado já em semelhantes, e no Eclesiástico em várias comissões que se lhe tem expedido (...)*. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 20, n.º 7.

¹⁴³ Número muito semelhante ao que era exigido pelo Desembargo do Paço, pelo menos sete testemunhas. Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 518, cx. 662.

No Desembargo do Paço, o documento era expedido ao ouvidor da comarca que, juntamente, com um escrivão interrogava as testemunhas sob juramento dos Santos Evangelhos. Em documentação impressa, preenchiam-se os dados respeitantes ao processo em causa. Os tribunais da administração central funcionavam de forma muito semelhante nas suas provas de habilitação. De igual modo, no final das inquirições, a provisão era reconduzida ao tribunal com os autos de habilitação, entregues ao escrivão da câmara e do despacho da Mesa do Desembargo do Paço¹⁴⁴.

No final, nem todos os depoimentos se materializavam. O das testemunhas extrajudicialmente inquiridas, no âmbito da mesma provisão, ficavam fora deste naipe. Em bom rigor, eram estes agentes que tinham a maior dose de responsabilidade no apuramento da confiabilidade da informação.

Os interrogatórios acompanhavam sempre a provisão. Da nomenclatura de perguntas constavam em primeiro lugar as que avaliavam os níveis de conhecimento das testemunhas acerca do justificante, dos seus pais e avós, se conheciam as pessoas referidas na provisão, os seus nomes, naturalidades e domicílios. Não bastava revelar esses dados pessoais, havia que justificar também como se era detentor de tais informações. Esta seria, provavelmente, uma técnica para apurar o grau de proximidade entre as testemunhas e os envolvidos na provisão. Acresciam as perguntas sobre a existência ou não de relações de parentela, por sanguinidade ou afinidade, entre inquiridos e habilitando, pais e avós. Havendo parentesco até ao terceiro grau, não se podia testemunhar. Até as relações de amizade e inimizade, promessas de algo, actos de suborno ou de ameaça deviam ser declarados para que os mesmos não influenciassem a diligência. Seguiam-se as questões sobre a nobreza, a legitimidade do matrimónio dos pais do habilitando, sobre uma hipotética fama proveniente de algum caso que tivesse ocorrido. As questões sobre a religião e a qualidade eram tónicas especiais nestes interrogatórios. Rematava-se a diligência com os dados sobre o estado civil, a robustez e a idade do habilitando.

No Desembargo do Paço, também se indagavam as testemunhas ao nível do conhecimento que tinham acerca do processo, do habilitando e da sua família. Se estes eram cristãos-velhos, limpos e sem raça de cristão-novo, mouro, mulato

¹⁴⁴ Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 518, cx. 662.

ou de qualquer infecta nação. Outrossim se inquiria sobre a fama e os rumores que pudessem ter e se exercitaram ofícios mecânicos. Por fim, se o habilitando era pessoa de boa vida e costumes, solteiro ou casado com mulher de limpo sangue, e sem raça. Os interrogatórios constavam na própria provisão¹⁴⁵.

Todos estes procedimentos eram realizados com o maior sigilo e sob juramento dos inquiridores e inquiridos. A partir da década de 70 do século XVIII, com a eliminação oficial da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos em Portugal, ocorrida em 1773, registou-se uma alteração no formulário das Ordens Militares, que passou de 15 para 10 questões e integrou um novo documento, a instrução. Nesta premuniavam-se as rotinas a ter em conta. O comissário devia acusar a recepção da provisão, num prazo estipulado, ao escrivão da câmara que a havia subscrito, assim como informar os casos de doença ou de impedimento para realizar a diligência, da sua parte ou do *companheiro que lhe for nomeado para escrever*. Este tipo de situações devia ser apresentado directamente ao tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, pela mão do referido escrivão da câmara, porque nada podia embaraçar ou retardar a execução da provisão. Na habilitação de Tomé Álvares de Carvalho ocorreu a morte do comissário nomeado para as diligências. Este facto obrigou a Mesa a remeter uma nova provisão, agora a Francisco Álvares da Silva, com dois propósitos. O primeiro, que este averiguasse a veracidade da morte de António Gomes Mena e o segundo, caso confirmasse o dito falecimento, passaria a assegurar a continuidade e o término da diligência. Assim aconteceu e Francisco Álvares da Silva com o escrivão nomeado desde início deram sequência às inquirições a partir do momento em que foram interrompidas. O atestado data de 31 de Dezembro de 1755, o despacho elaborado pela Mesa é de 19 de Janeiro do ano seguinte, a provisão de 23 de Janeiro e o término da diligência de 24 de Fevereiro de 1756.¹⁴⁶ Refira-se que quando falecia um agente responsável por uma diligência era expedido à Mesa um atestado que comprovava a ocorrência, mencionando o local e a data do óbito. A letra e o sinal de quem produzia o documento tinham de ser, oficialmente, reconhecidos.

Ao comissário António de Macedo Pimentel foi cometida a diligência do habilitando Manuel Rosado, na qual inquiriu testemunhas em Mourão, Monsarás

¹⁴⁵ Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 518, cx. 662.

¹⁴⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 1, n.º 3.

e Reguengos. Quando se preparava para continuar em Évora, Borba e Vila Viçosa, recebeu ordens para marchar com o seu regimento para o Ribatejo. Para finalizar a diligência, sugeriu à Mesa o comissário Miguel Álvares Faleiro que actuaria com o mesmo escrivão¹⁴⁷.

Nem sempre as testemunhas se mostravam disponíveis para colaborar. As inquirições já faziam parte do quotidiano de algumas pessoas e, por conseguinte, estas aperceber-se-iam com maior facilidade de alguma diligência em curso na sua localidade. Quando se preenchiam os requisitos exigidos para ser testemunha, estava-se sujeito às notificações para participar em processos desta natureza. Alguns esquivavam-se aos depoimentos logo que avistassem os inquiridores. Tal como referiu o comissário fr. Manuel da Costa de Carvalho Borges de Vasconcelos, *se refugiavam sendo preciso ir pessoalmente procurá-las às suas lavouras, e ainda assim custou muito o quererem depor*¹⁴⁸. É provável que os rumores também ajudassem a tomar conhecimento destas inquirições no terreno.

A instrução expunha, ainda, indicações sobre o encerramento e a remessa das habilitações, a tabela de salários dos intervenientes na diligência e o termo de contas. À semelhança da provisão e dos interrogatórios, também a instrução era impressa e era restituída à proveniência. Estes formulários eram iguais nos três mestrados. O que não aconteceu nas Ordens Militares castelhanas quanto ao questionário. No território vizinho, os delegados estavam munidos, nas diligências, de um instrumento que contemplava as diretrizes a ter em conta nas inquirições. Seria uma espécie de manual de procedimentos para a normalização das práticas¹⁴⁹. É provável que, em Portugal, também existisse um documento que apoiasse os agentes na logística das provas inquiritoriais.

No século XVII, encontram-se referências de que o comissário deveria deslocar-se ao tribunal das Ordens e entregar em mão as habilitações. Provavelmente, seria assim nas diligências realizadas em Lisboa, onde se situava a Mesa da Consciência¹⁵⁰. Ocorreria o mesmo nas proximidades. No século XVIII, com a instrução, mencionava-se que as habilitações deveriam ser

¹⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 7, n.º 1.

¹⁴⁸ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 104.

¹⁴⁹ Cf. Domingo Marcos Giménez Carrillo, *Op. cit.*, 2014, p. 178.

¹⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 43, n.º 86.

remetidas seguras pelo correio. Assim o fizeram, em 1781, os cavaleiros comissário fr. Alberto António de Brito Medeiros Aboim e o beneficiado José de Moura e Sequeira que as enviaram pelo *correio do Reino do Algarve* para que fossem entregues a Domingos Pires Monteiro Bandeira¹⁵¹.

Em 1730, o Desembargo do Paço analisou os procedimentos utilizados pelos tribunais da Mesa da Consciência e Ordens e do Santo Ofício em matéria de processos de habilitação. Ao que parece, as questões de mecânica e de pureza de sangue eram tratadas de ânimo leve por aquele tribunal nas habilitações dos bacharéis e, por isso, o sistema implementado no tribunal das Ordens e no da Inquisição agradava ao do Desembargo do Paço, quer pelas questões administrativas, quer pelo crédito institucional. Nesta análise, apontou-se que *são as ditas ordens impressas, e com elas todos os Itens e interrogatórios também impressos, como se vê da Ordem inclusa, e só os nomes dos Pais e*

¹⁵¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 88. Interessante o impasse que se instalou, em 1781, entre o tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e o Correio. Veja-se a informação produzida por Domingos Pires Monteiro Bandeira, em resposta à ordem emanada pelos deputados do tribunal, na petição apresentada. O documento elucida-nos sobre os procedimentos tidos em conta na recepção da correspondência. Ao que parece, eram contestados, quer pelos comissários, quer pelo tribunal das Ordens, por implicarem atrasos no pagamento das diligências e alterações no protocolo com eventual extravio de documentos.

Começando a servir a Vossa Majestade em 7 de Novembro de 1769 achei neste Tribunal o costume dos Contínuos dele irem buscar as Cartas do Serviço ao Correio que lhe entregava além das outras, as que vinham seguras cada uma com o seu respectivo bilhete abado, os quais eu e os outros Secretários meus Companheiros cada um na sua Repartição; e na falta de algum, uns pelos outros conferíamos com a respectiva Carta, e sendo conforme assinávamos o recibo no Conhecimento de Seguro que os Contínuos levavam ao Correio para sua descarga. De alguns anos a esta parte se interrompeu este método, e indagando a causa me responderam os Contínuos nascer de haver novos Oficiais no Correio que lhe não queriam fiar as Cartas sem que primeiro lhe levassem os Recibos assinados nos Conhecimentos; ao que eu e meus Companheiros bem que contra vontade nos sujeitámos, por não levantar questões trabalhosas, e que poderiam passar na consideração de muitos por simples Etiqueta.

Aconteceu, porém, ultimamente que, esperando-se no Tribunal uma informação que se mandou tirar pelo Juiz de Fora de Vila Real, e tardando esta ele talvez presumindo o acusavam de moroso, mandou o Conhecimento da sua entrega assinado por um dos meus Companheiros, porém a Carta nem o que assinou o Conhecimento a recebeu, nem na minha Secretaria por onde a ordem se expediu foi entregue. Quais foram as consequências deste sucesso, como se passaram dentro do Tribunal, não as torno a repetir, e para atalharmos nos não acontecesse outro semelhante, concordámos em não assinar Conhecimento de Seguro, sem o confrontarmos com a sua respectiva Carta, do mesmo modo que antigamente se praticava.

Nestes termos como o Correio não quer remeter as Cartas juntamente com os Conhecimentos para a referida conferência, os Contínuos não têm autoridade de as abrir para a fazerem, e nós não devamos ficar obrigados por aquilo que não recebemos, pois muitas vezes em lugar das Cartas respectivas aos Conhecimentos nos vem outras diferentes, e até para diferentes Tribunais, como no em que tenho a honra de servir eu mesmo já mostrei; sobrestámos na Resolução por nós Concordada, da qual só nos poderá mudar (quando Vossa Majestade lhe não dê outra providência) uma positiva determinação em que se nos declare ser do Real Agrado de Vossa Majestade continuemos em assinar os Conhecimentos como ultimamente, ficando nós desobrigados de todo o descaminho que tiverem as Cartas a eles pertencentes.

Avós em branco, que o Secretário da Mesa com os nomes que lhe dão acrescenta da sua letra e pelos mesmos Tribunais se remetem àqueles ministros competentes, obrigando primeiro as partes a fazer um depósito nos tais Tribunais na mão dos Tesoureiros deles e tudo quanto para esta habilitação se faz é sem ir pelas mãos das partes, de sorte que só o sabem quando se lhe diz estão correntes e para conveniência das mesmas partes, como os Ministros vão com o salário que se lhe arbitra conforme a distância se considera mais breve a diligência; o que suposto entende a Mesa ser este o único meio e o mais conveniente tanto para o serviço como para crédito do mesmo Tribunal e melhor expediente das partes quando Vossa Majestade seja servido determinado assim¹⁵².

Da provisão resultava o auto de habilitação, à responsabilidade do cavaleiro comissário, que interrogava as testemunhas e, por sua vez, um freire que, acompanhando-o, lavrava os depoimentos com a destreza exigida. Estes davam corpo às palavras expressas na provisão.

As boas práticas indicavam que o auto de habilitação deveria ter as folhas numeradas, estar cerrado e selado com o sinete das armas do comissário, para ser remetido à Mesa da Consciência e Ordens, sem que ficasse qualquer cópia em poder de quem lavrasse esse documento. As inquirições eram realizadas em espaços como misericórdias, igrejas, pousadas locais, entre outros. No Santo Ofício, por exemplo, o local mais frequente era a casa do próprio comissário.

A actividade em torno das inquirições traduzia-se em *grande trabalho* para os comissários e escrivães, a avaliar pelas palavras de André Rodrigues Xavier da Silva e Eusébio da Costa Lemos, responsáveis pela condução das diligências no processo de Nuno da Cunha de Ataíde Varona¹⁵³. Quando necessário trabalhava-se nas inquirições todos os dias da semana, sendo que não havia obrigação de as fazer nos dias santos. No processo de Manuel de Campos e Sousa mencionou-se que o rei mandou abrir o tribunal em dias feriados. Note-se o carácter de urgência na resolução do processo, já que o habilitando estava prestes a embarcar para a Índia. A partir da consulta de conta pediu-se de imediato a dispensa do impedimento do habilitando, à semelhança do seu irmão,

¹⁵² ANTT, DP, Repartição das Justiças, mç. 812.

¹⁵³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 18.

*evitando-se o circuito de outra consulta sobre a dispensa*¹⁵⁴. Um procedimento irregular. Nos casos que oferecessem alguma urgência, lavrava-se o advérbio *logo* no verso do último fólio da consulta¹⁵⁵. Este enformava a parte exterior do documento quando se dobrava¹⁵⁶. O uso da referida palavra era um procedimento comum, também usado em outras instituições¹⁵⁷. A falta de tempo para se realizarem as provanças em casos que envolviam uma embarcação para longas distâncias nem sempre servia de desculpa para contornar os trâmites processuais de uma habilitação. Havendo a devida antecedência que permitisse a realização das provas, caíam por terra os argumentos dos habilitandos¹⁵⁸.

No final das inquirições, os agentes das diligências apresentavam as contas relativas aos seus honorários. Para isso produziam uma certidão com os valores implicados, a entregar no tribunal. Foi assim que procedeu fr. António Teixeira Pinto de Melo e Castro, em 1772. Fora escrivão de uma das diligências do processo José de Oliveira Pinto Botelho e Silva. Numa primeira abordagem junto à Mesa, foi informado que as inquirições ainda não se encontravam no tribunal e, por isso, não lhe rubricaram a certidão. Quando se firmou o documento, foi possível levá-lo ao tesoureiro para que finalmente recebesse o seu salário. Contudo, foi surpreendido com o facto de José de Oliveira Pinto Botelho e Silva já ter tomado o hábito e ajustado a conta. Por esquecimento do tesoureiro, não se contemplou o dinheiro em falta. Assim sendo, os trâmites processuais haviam findado, em 1771. Na petição pediu que o habilitado remetesse ao tribunal a quantia em dívida¹⁵⁹.

Fr. Fernando de Moura de Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo, realizou uma das inquirições do processo de Matias Rebelo Cerveira. Desta gastou 11 dias e meio de ida, estadia e vinda, nos quais venceu, juntamente com o escrivão, o padre José da Silveira e Araujo, 28.000 réis. Face à cobrança que se fez tardar requereu-a. Porém, foi informado que havia sido feita a mesma

¹⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 10.

¹⁵⁵ Em Espanha, utilizava-se o termo *priessa*. Cf. José Antonio Escudero, *Felipe II: El Rey en el despacho*, Madrid, Editorial Complutense, 2002, p. 51.

¹⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 77.

¹⁵⁷ Cf. ANTT, MR, mç. 415, cx. 520, mct. 2.

¹⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 27.

¹⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 102. A diligência realizada por António Teixeira Pinto de Melo e Castro juntamente com o cavaleiro Francisco de Paulo de Carvalho teve início a 30 de Outubro de 1771. O termo de encerramento data de 2 de Novembro de 1771. A certidão de hábito foi passada a 5 de Dezembro de 1771. Cf. ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra J, mç. 44, doc. 4.

diligência, cometida a outro comissário que também a concretizou, cuja conta foi apresentada. Em petição fr. Fernando de Moura de Sousa mostrou-se indignado, porque executara a solicitação do rei e mesmo que se pedisse a outro, não o podiam privar do *direito da cobrança dos seus salários, quando podia ser para melhor averiguação da verdade a repetição da diligência*. Instou, no seu requerimento, que fosse pago e se o depósito não chegasse para a cobrança se exigisse que o habilitando fizesse reforço no termo de 24 horas, sob pena de penhora e prisão¹⁶⁰.

Poder-se-á dizer que os intervenientes na diligência estariam muito atentos ao sistema de pagamento. Havendo dilações, requeriam logo o embolso.

No final do auto de habilitação, o comissário e o escrivão lavravam a sua informação sobre as inquirições. Dava-se espaço à opinião desses delegados. Os agentes mais aplicados nesta matéria indicavam, no documento, de forma metódica, o número da testemunha e do fólio em que constavam as referidas situações, de forma a agilizar a pesquisa da informação. Nem sempre o escrivão participava nesta tipologia, a avaliar pela ausência da sua assinatura no documento. O mesmo acontecia de forma deliberada nas do Santo Ofício.

Se alguma testemunha declarasse, por exemplo, que um dos visados do interrogatório não fosse natural do lugar mencionado na provisão, os agentes

¹⁶⁰ Na informação do tesoureiro António da Costa, este alegou não ter pago porque assim havia determinado o rei. Segundo a análise do escrivão da câmara do despacho, Custódio José Bandeira, sobre este processo de habilitação, foi expedida a provisão em 18 de Junho de 1764 para o comissário João Jaques Salinas. Iniciou a diligência a 2 de Junho de 1765 e terminou-a a 25 de Novembro do mesmo ano. Como a demora excedeu o período de um ano, expediu-se nova provisão ao comissário Fernando de Moura e Sousa, no dia 18 de Julho de 1765. Este principiou a diligência a 4 de Agosto do dito ano e finalizou-a a 27 do dito último mês e ano. Pelas contas do escrivão, enquanto o primeiro comissário demorou 17 meses e 7 dias, o segundo apenas 39 dias. Referiu ainda que, nos despachos do processo, não consta a ordem que o tesoureiro argumentou ter recebido, nem tão pouco o motivo por que se preferiu a diligência que tardou a chegar. Acrescentou que, passados 16 dias de remeter as inquirições para o tribunal, João Jaques Salinas enviou-lhe uma carta a informar que desconhecia o estilo que não cumprira, o de dar conta particular sobre a diligência, por não lhe ter advertido o freire, mas sim o Definitório. Apenas nessa ocasião declarou ter achado um rumor pela parte paterna do habilitando, mas que o mesmo era falso pela análise que fez de documentos jurídicos e autênticos e de papéis de natureza genealógica. Este fora o motivo pelo qual não apresentara o facto.

Dada a demora que o comissário João Jaques Salinas teve em executar a diligência e de a conservar em seu poder mais de um ano, dando lugar a uma provisão ao comissário Fernando de Moura e Sousa, mandou-se pagar a este pela diligência que fez. Quanto ao primeiro comissário passou-se ordem, por provisão, ao corregedor para o citar, para que no termo de 24 horas restituísse ao tesoureiro das despesas do tribunal a quantia que recebera da diligência. Esta punição foi aplicada apenas ao comissário que foi considerado culpado na omissão, livrando-se o escrivão. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 98.

das Ordens teriam de se deslocar até ao local referido para dar seguimento às diligências.

Para certificar a limpeza de sangue de Manuel Veles de Meira, repetiram-se seis vezes os inquéritos, na cidade de Portalegre, no decurso de quatro anos. Estas habilitações envolveram um elevado número de testemunhas. Mas o tormento do habilitando não ficaria por aqui. Após ser julgado por cristão-velho e limpo de toda a raça, apurou-se que o seu pai tivera ocupação mecânica. A dilação do processo, a repetição de diligências, o número de testemunhas inquiridas e o impedimento do pai contribuíram, nas palavras do pretendente, para a suspeita da infâmia pública na limpeza e na honra que se confirmaria caso não lhe concedessem o hábito¹⁶¹. Assim se manifestava o receio pelo poder da informação e da falta desta. Nem sempre as diligências eram frutíferas. Por vezes, a informação não era obtida nas inquirições, mas na documentação arquivada no tribunal das Ordens. Das provanças de Manuel António Pinheiro da câmara, provido com o hábito da Ordem de Cristo, não resultou qualquer informação sobre as naturalidades dos seus avós paternos, *nem ainda do seu conhecimento mais que por três testemunhas*. Graças às habilitações do pai e do irmão, na mesma Ordem, cujos processos reuniam a informação em causa, foi possível o suprimento da *falta de notícia*¹⁶².

As habilitações podiam gerar sérias dúvidas e algumas controvérsias por parte dos habilitandos que descredibilizavam, quer os agentes envolvidos, quer as informações recolhidas quando estas não abonavam a seu favor. A resposta de Miguel de Andrade da Gama não se fez esperar, sentindo-se lesado, contestou as diligências por constarem que pela via paterna tinha parte de cristão-novo e o seu avô paterno ter ocupação mecânica. Na impugnação, referiu que foi à Embaixada de Castela e lá achara que as suas provanças, erroneamente feitas, não estavam em conformidade com as exigências das definições. Razões: o comissário não lhe era afecto e inquirira testemunhas inaptas, menos dignas de fé, as quais não tinham declarado tudo o que sabiam. Para apurar a verdade, pediu ao rei que cometesse nova diligência a outro comissário. No parecer solicitado pelo monarca, a Mesa informou que as habilitações do processo foram confiadas a cavaleiros e freires de toda a

¹⁶¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 61.

¹⁶² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 2.

satisfação, cujas diligências, extrajudicial e judicialmente realizadas, seguiram os preceitos dos definitórios. Quanto às 14 testemunhas, todas eram consideradas idóneas e as mais antigas. No parecer, os deputados manifestaram a sua absoluta relutância. Estes consideraram que a sentença, dada conforme os autos legalmente processados, de que o pretendente estava incapaz de entrar na Ordem, deveria ser irrevogável. Isto porque, de maneira alguma se devia continuar a dar semelhantes e prejudiciais exemplos, o de conceder segundas provanças. A reacção dos ministros da Mesa não se ficou por aqui, porque insurgidos, acusaram as partes, que nestes casos, colidiam e colocavam em causa o segredo das diligências e intentavam o descrédito da Ordem Militar. Contudo, esta opinião não era partilhada por todos os deputados. Para Inácio Pereira de Sousa e António da Silva e Sousa, o rei devia anuir à solicitação do habilitando, a exemplo de outros processos. Em decreto, o monarca determinou a execução destes dois votos¹⁶³.

Assim como no Santo Ofício, ultimada a diligência, toda a documentação era restituída à origem, remetida para a sede do Conselho das Ordens. Nem originais, nem cópias ficavam na posse e acesso dos agentes. Mencionava-se isso nos autos. A excepção estaria nas diligências realizadas em espaço ultramarino, como na Inquisição. Da mesma forma, expediam-se para a metrópole as cópias das inquirições¹⁶⁴.

Toda a documentação relativa à diligência era acondicionada para impedir o acesso a qualquer informação que nela constasse. O sigilo imperava nestes processos. Enfatizavam-se as práticas impostas pela Mesa. Dobravam-se os papéis, formando um invólucro. Externamente, numa das faces, mencionava-se o destinatário. Era dirigida sempre, em primeira instância ao rei, representado nestas matérias pela Mesa da Consciência e Ordens, em que se seguia a sua menção. Depois o nome do escrivão a quem se faria a entrega, em mão. Por fim, o nome do remetente. Neste caso, o do cavaleiro comissário. Era este o modelo e esta a ordem que se dava para esta correspondência. Podia ainda fazer referência ao sistema de confidencialidade através do fecho e do lacre, ou seja, à linha e quantos pingos por banda cerravam o conjunto documental. Esta lauda

¹⁶³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 100.

¹⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 26.

equivalia quase sempre ao verso do fólio onde constava a apresentação da provisão e ao auto de juramento¹⁶⁵.

Este modelo de acondicionamento da correspondência era crucial para a organização física dos documentos até no processo, em que os autos de habilitação determinavam a junção das peças e dos vários conjuntos. Esta união dos cadernos constituía o processo, a coser com cordel do primeiro ao último documento.

1.5. A apreciação dos autos

As provanças que se faziam pelos cavaleiros e freires eram entregues no tribunal das Ordens, incluindo a provisão e os interrogatórios, sem que ficasse cópia de qualquer um dos documentos que a constituíam. Teoricamente, a entrega era feita pelo comendador ou pelo cavaleiro ao presidente, ou a quem estivesse a substituí-lo, e saíam¹⁶⁶. Na descrição feita por Marcos Rodrigues Tinoco, em 1637, sobre a entrega das provanças realizadas em Montemor-o-Velho, foi o freire que as trouxe ao tribunal, dando-as ao respectivo porteiro. Este, por sua vez, deu-as ao presidente, o Doutor António Mascarenhas, na presença do freire e de um dos deputados¹⁶⁷.

As habilitações deveriam estar sempre no cofre de ferro de três chaves, das quais teria uma o presidente, outra o deputado mais antigo e outra o escrivão da câmara, donde se tiravam para que fossem lidas e depois de sentenciadas se depositassem nele novamente. O cofre encontrava-se localizado numa casa contígua à do despacho da Mesa da Consciência e Ordens¹⁶⁸. Era o local onde se arquivava esta série documental relativa aos cavaleiros. Quanto à documentação dos hábitos dos freires conventuais ia para os respectivos conventos¹⁶⁹. Em Castela, as provas estavam guardadas no *archivo secreto*,

¹⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 22, n.º 1, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 19, n.º 14 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 8, n.º 11.

¹⁶⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 43, n.º 86.

¹⁶⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 228, mç. 1.

¹⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 328.

¹⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 5, n.º 6 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 6, n.º 31.

localizado no *Consejo de las Órdenes*, de onde eram transferidas regularmente para os *archivos de pruebas*, nos conventos das respectivas milícias¹⁷⁰.

Até os habilitandos com parentelas aprovadas referiam nas suas petições que os processos estavam guardados no tribunal. Presume-se que o volume das habilitações produzidas até ao terramoto fosse considerável. A avaliar pelas buscas efectuadas, no cofre, em 1753, para encontrar as inquirições de Manuel da Fonseca. Não foram localizadas¹⁷¹. Em 1724, também se procuraram inquirições de um habilitando, de cujo nome já não se lembravam, e por não se saber se foi aprovado, reprovado ou de se tratar de um processo pendente, os deputados ordenaram as buscas na secretaria de Manuel Coelho Veloso. Em alternativa, deviam perguntar ao seu antecessor, Manuel Teixeira de Carvalho¹⁷².

Em 1647, o rei ordenou à Mesa que advertisse o escrivão Marcos Rodrigues Tinoco para que declarasse sempre nas cartas de hábito que as provanças ficavam no cofre das três chaves e não em seu poder¹⁷³.

As inquirições eram vistas primeiro pelo juiz geral das Ordens que as levava à Mesa, onde eram lidas¹⁷⁴. Assim era o estilo utilizado e o costume que se guardava, para que tudo se visse e examinasse pela Mesa com a maior consideração. Por se tratar de uma matéria que lhes era cara, de enorme autoridade. Talvez por isso aguçasse a curiosidade dos demais no tribunal. Em 1655, o rei foi informado que os escrivães da câmara da Mesa da Consciência apresentaram uma petição para estarem todos presentes no despacho das provanças. Retorquiu que não deviam estar mais que aquele a que pertencia.

¹⁷⁰ Cf. María Jesús Álvarez-Coca González, "El Consejo de las Órdenes y el Archivo Histórico Nacional. Historia de una excepción al sistema archivístico de la Administración", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1240-1242, *idem*, "Los fondos de las Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional. Aportaciones a la historia de los archivos", *Boletín de la ANABAD*, Madrid, t. XLVI, n.º 1, 1996, p. 111 e *idem*, art. cit., 1993, pp. 281.

¹⁷¹ Manuel da Fonseca, dado como cavaleiro professo na Ordem de Cristo, era irmão do avô paterno do habilitando. Alternativamente, por este ser irmão do padre José da Fonseca e Sousa, recorreu-se à Câmara Eclesiástica do Porto para consultar o seu processo. Por esta pesquisa e por algumas testemunhas, apurou-se que o avô paterno fora guarda do Santo Ofício. Em suma, a informação, que poderia ser consultada internamente, teve de ser recolhida em outra instituição. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 33, n.º 8.

¹⁷² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 37, n.º 11.

¹⁷³ Cf. BN, cód. 6504, fl. 17 e ANTT, MCO, liv. 315, fl. 11.

¹⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 18.

Ou seja, o secretário da Mesa, à semelhança do que se praticava há anos¹⁷⁵. Os ministros não podiam estar presentes no despacho de processos relativos a familiares ou amigos¹⁷⁶.

Às provanças juntavam-se a petição e, provavelmente, outros documentos já reunidos no processo. Estando em forma, votava-se. Sentenciava-se o *negócio*. Aprovando o pretendente, colocava-se o veredicto nas inquirições pelo escrivão da câmara do despacho da Mesa e assinavam presidente, deputados e juiz das Ordens, da qual sentença se passavam as provisões necessárias pelo escrivão da câmara para irem assinar ao mestre. Esta seria uma das matérias em que o juiz geral das Ordens teria voto.

O despacho final era formulado pelos deputados da Mesa num discurso breve e protocolar, quando este se apresentava vantajoso para o habilitando. O documento em causa referia-se à aprovação do justificante nos requisitos exigidos pelos definitórios dos mestrados quanto às partes pessoais, qualidade e limpeza de sangue, pela parte paterna e materna. Neste sentido, julgavam-no como habilitado para receber a insígnia da Ordem Militar que lhe havia sido concedida em portaria e, como tal, ordenava-se que se lhe passassem a certidão¹⁷⁷. Existiam outras condições necessárias para o desfecho favorável do processo, como conhecer a idade e a naturalidade do habilitando, sendo que a da procedência era extensível aos seis ascendentes.

O despacho era produzido, primeiramente, em fólio único, solto, em jeito de rascunho, sem estar assinado, quase sempre rasurado pelas emendas que se efectuariam até aprimorar o texto para depois ser transcrito. Esta tipologia era, em seguida, lavrada no final do processo. No caso de uma reprovação, o despacho era mais extenso no seu conteúdo, por se particularizarem as situações contraproducentes. Quando se ordenavam novos procedimentos e/ou documentos, utilizava-se, no discurso, a forma verbal *mandam* e na margem colocava-se, respectivamente, como referência, a letra *m*.

Nem sempre os votos dos deputados eram unânimes, em virtude das interpretações que eram dadas sobre as matérias em causa. Em situações de

¹⁷⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 19v., ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 32, mct. 8, doc. 187 ou BN, cód. 6504, fls. 29-29v. Vide também BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609, fl. 11.

¹⁷⁶ Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

¹⁷⁷ Mencionava-se no verso do último fólio do processo que se havia passado a certidão, assim como a respectiva data.

divergência de votos, descrevia-se cada um destes, agrupando-os por partilha de uma mesma opinião, para dar conhecimento ao monarca que, por sua vez, tinha o poder decisório. Era proibido declarar, nos despachos da Mesa, a discrepância de pareceres¹⁷⁸: *E sendo caso que a dois Juizes pareça que se há-de fazer mais alguma diligência se fará, posto que os mais sejam de contrário parecer*¹⁷⁹.

Não era permitido que um deputado votasse nas provanças de um familiar seu ou até mesmo estar presente no acto de as sentenciar. Da mesma forma, as situações de inimizade ditavam também o afastamento de um deputado no processo. Fosse este contra o habilitando ou alguém da sua família, ou seja, lhe fosse *mal afecto*. Nas habilitações de António de Castilho de Mendonça, consideraram-se suspeitos os deputados Dom Leão de Noronha e André Franco. Para além destes, também o escrivão da câmara, Marcos Rodrigues Tinoco. Julgados pelo chanceler das Ordens por suspeitos ao habilitando, Dom Leão de Noronha e Marcos Rodrigues Tinoco, determinou-se que tudo se anulava no tocante à participação destes ministros nas provanças e mais procedimentos a partir destas. Quanto a André Franco, não houve *suspeição por bastantemente provada*¹⁸⁰.

Sendo necessários três deputados, na forma do Regimento, cabia ao rei nomear um ministro que tivesse o hábito de uma das Ordens Militares. Este deslocava-se até ao tribunal e dava o seu parecer¹⁸¹. Desta forma, o rei concedia a jurisdição para que o ministro pudesse votar. Ao que parece apenas tomava conhecimento, em detalhe, do processo, na Mesa da Consciência, onde lhe era apresentado o processo¹⁸².

O voto por escrito era permitido. Esta modalidade sucedia quando os ministros da Mesa não podiam estar presentes. Redigiam, num fólio, o seu parecer que era datado e rubricado, para depois se reproduzir *ipsis verbis* na consulta com os restantes votos. No século XVII, o rei ordenou à Mesa que

¹⁷⁸ *He prohibido declarar nos Despachos da Meza da Consciencia discrepância de votos, e havendo-a deve consultar-se para se evitar a violação do segredo da Justiça, Carta Regia de 31 de Dezembro de 1603 cap. 2.º* - Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*, Tomo terceiro, Lisboa, na Impressão Régia, 1827, *sub voce* “voto”.

¹⁷⁹ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 43, n.º 86.

¹⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 18.

¹⁸¹ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 23, n.º 1.

¹⁸² Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 128v. ou BN, cód. 6504, fl. 175.

mencionasse nas consultas o nome dos deputados que votassem separadamente, à semelhança do Conselho da Fazenda¹⁸³.

As habilitações podiam ser anuladas, no acto do despacho. Aconteceu em 1682 com as provanças de Manuel do Souto Tenreiro, realizadas na Índia. Facto que se deveu a não terem sido tiradas pelo cavaleiro a quem foram cometidas. Este delegara aos padres da Companhia de Jesus. Os deputados julgaram-nas nulas, procedendo a novas inquirições, de acordo com os definitórios¹⁸⁴.

Quando não era aprovada a pessoa do justificante, por defeito de limpeza no sangue (mourisco, judeu, cristão-novo) ou outro embargo que o inabilitasse (ocupação mecânica, ter menos de dezoito ou mais de cinquenta anos, não constar a naturalidade de algum dos seus antepassados), dava-se conta ao rei, em segredo, por via da consulta de conta. Assim ordenavam os deputados. Esta consulta originava o primeiro despacho decisório, redigido no próprio dia ou nos subsequentes. Alguns processos conheceram apenas esta deliberação por desistência dos habilitandos.

Em 1778, determinou-se que as consultas de conta, que se davam ao rei, poderiam ser lavradas pelo oficial maior da secretaria da Mesa ou outro oficial da mesma secretaria, no seu impedimento. Para tal, o mesmo secretário deveria fechá-las com a data, excepto as que fossem de impureza de sangue, porquanto, nos outros casos, como se tornavam públicos pelas petições que os habilitandos apresentavam para a dispensa não se conseguia garantir o sigilo, que era tão recomendado. Mas nas consultas envolvendo impureza, deveria o presidente da Mesa entregar imediatamente ao rei, não se descuidando no segredo de forma alguma, devendo o dito secretário lavrá-las de mão própria e não confiá-las a outra pessoa¹⁸⁵.

Os reis não podiam, teoricamente, dispensar na habilitação de sangue. Contudo, havendo Breve Pontifício, ainda que não estivessem obrigados, podiam aceitar, mediante licença¹⁸⁶. Em 1604, advertiu-se para não se isentar

¹⁸³ Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

¹⁸⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 36, n.º 8.

¹⁸⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 108, fl. 2v. *E se o Agraciado fica impedido por algum defeito que se encontre se dá parte a Sua Majestade em Consulta que deve ser lavrada pelo Escrivão da Câmara do Despacho da Mesa, quando o impedimento for de impureza de sangue e quando provier de outra qualquer inabilidade pode ser escrita pelo Oficial Maior nos termos do Assento de 17 de Junho de 1778*. ANTT, MNEJ, cx. 179, mç. 98 (2.ª incorporação).

¹⁸⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 21.

nesse defeito e que a Mesa não recebesse nem consultasse as petições sobre tais dispensações¹⁸⁷. Outrora os reis tinham faculdade para dispensar a impureza de sangue através da *cláusula ex certa ciência*. Esta passou a ser posta em exclusivo pela Sua Santidade o Papa¹⁸⁸. Em 1592, o rei fixou que apenas as questões de sangue impunham o breve pontífice¹⁸⁹. Em Espanha, este era necessário também para outras dispensas¹⁹⁰. As provisões dos hábitos relativas às pessoas dispensadas por Sua Santidade no defeito de cristãos-novos também tinham tratamento especial. Em 1597, o rei determinou que não se deveria usar de tanto rigor como nas restantes. Ainda para mais com pessoas *que as leis fazem nobres e qualificadas*. Ordenou que *bastava que nas sentenças e provisões se diga por cláusula geral, vista a dispensação que para este caso se houve de Sua Santidade, sem se declarar mais em particular pois bastara ficar acostada aos autos, o Breve em que tudo se especifica*¹⁹¹. Enunciava-se o defeito. Foram muitos os que beneficiaram da dispensação apostólica¹⁹². A Mesa demonstrou ser categórica, em alguns processos, em não

¹⁸⁷ Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

¹⁸⁸ Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 500.

¹⁸⁹ Cf. *ibidem*. Vide Fernanda Olival, “«Sob o jugo da dispensa de sangue». Alguns elementos sobre a reprovação nas Ordens Militares portuguesas (séculos XVII-XVIII)”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, p. 2022.

¹⁹⁰ Cf. Domingo Marcos Giménez Carrillo, *Op. cit.*, 2014, p. 187 e Francisco Marcos Burgos Esteban, “Las pruebas de limpieza y honor en los siglos XVI y XVII: fuentes para el estudio prosopográfico de las élites locales de poder”, *Cuadernos de investigación histórica*, La Rioja, n.º 15, 1994, p. 196.

¹⁹¹ ANTT, MCO, liv. 100, fl. 46 ou ANTT, MCO, cx. 642, fl. 27.

¹⁹² Manuel Fernandes Vieira obteve a mercê do hábito para o ter a título da comenda de Santa Eugénia Dala, que vagou por seu pai. Era clérigo, filho ilegítimo e a sua avó materna foi do gentio da Guiné. Neste quadro de embaraços, o primeiro veio a ser suprimido pela Sé Apostólica, através do breve. Os outros dois, pertencentes à esfera do mestre, também foram dispensados. Mas até à concretização dos suprimentos colocaram-se dúvidas quanto aos mesmos. De acordo com a Mesa, a ordem das dispensações teria de ser em primeiro a de ser clérigo. Isto porque os clérigos só eram recebidos nas Ordens Militares a título de freires conventuais ou de igrejas e os seculares a título de cavaleiros que servissem na guerra contra os infiéis. Desta forma, os cavaleiros não podiam obter benefícios e igrejas, ainda que com licença dos mestres recebessem ordens sacras. O mesmo se passava com os clérigos para as comendas. Dado que o habilitando era clérigo só podia ter mercê do hábito de freire a título de benefício e não o de cavaleiro a título de comenda. Por isso era necessário obter primeiro a dispensa de Sua Santidade, *pois ficaria impróprio dispensar Vossa Majestade agora com o suplicante nos impedimentos da ilegitimidade, e de sua avó materna, a título do hábito de Cavaleiro que Vossa Majestade lhe não pode dar, nem ele receber, armando-se Cavaleiro repugnante ao estado Sacerdotal e quando ele consiga esta graça da Sé Apostólica será muito justo ache na Real grandeza de Vossa Majestade a mercê da dispensa que pretende nos mais impedimentos por ser filho de João Fernandes Vieira, tão singular em seus grandes serviços que o fazem digno de toda a mercê*. Para o deputado Lourenço Pires Carvalho, o rei devia dispensar os ditos embargos e nas provisões mencionar se era impedimento para ser comendador, por ser clérigo, dado que nem a portaria declarava como

se admitir o defeito de limpeza de sangue, mesmo com a apresentação do rescrito pontifício¹⁹³. Em vez do breve papal, seguido de uma suposta dispensa régia, os habilitandos podiam optar pelas contraditas¹⁹⁴.

1.6. Memoriais e estudos genealógicos

Recorria-se aos genealogistas para que consultassem os livros das famílias do reino. No entanto, nem todas as estirpes eram retratadas nesses escritos, apenas as que nascessem no *Mundo Ilustre*¹⁹⁵. Passariam a constar por via do casamento se a outra parte fosse de famílias insignes. A partir do consórcio eram incluídos nos nobiliários e, por conseguinte, toda a sua descendência.

Muitos dos equívocos cometidos nas inquirições provinham dos nomes. Os apelidos dos habilitandos ou dos seus parentes¹⁹⁶ e os epítetos que lhes

havia de ser tomado o hábito nem o habilitando declarava se o queria tomar como cavaleiro ou como freire. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 41, n.º 24. Noutro documento o discurso diverge do anterior: *Pareceu que ao suplicante lhe não é necessário Breve de dispensa de ser Eclesiástico, porquanto neste Tribunal se não acha Breve nem Definição alguma que encontre poderem os clérigos ter os hábitos de Cavaleiros das Ordens, antes nele há de presente e houve sempre e em todo o tempo Ministros Eclesiásticos com os hábitos das Ordens que tomaram como Cavaleiros, a títulos de pensões, e patrimónios, por não haver ordem alguma em contrário, e que assim deve Vossa Majestade dispensar, sendo servido com o suplicante nos outros impedimentos que tem para poder receber o hábito, e lograr a comenda de que Vossa Majestade lhe tem feito mercê, pelos serviços de seu pai que foi tão benemérito a esta Corte.* ANTT, MNEJ, mç. 168, n.º 1.

¹⁹³ No processo de Manuel da Costa Brandão, descendente da nação hebreia, o tribunal mostrou sempre a sua discordância a uma possível habilitação. Primeiro porque o habilitando impediu a verdade da sua limpeza de sangue logo que entregou a portaria da mercê. Depois porque propôs que se lhe mandasse lançar logo o hábito e que quando viesse o breve faria a profissão. Não convinha *abrir-se a porta a semelhante introdução*. Este procedimento nunca antes praticado indignou os deputados que, à luz dos definitórios, antigos e modernos, não se admitiam aos hábitos das Ordens Militares indivíduos que fossem da nação ou tivessem fama disso. Lembraram ao rei que outros indivíduos considerados mais autorizados e com mais serviços, com menos parte da nação se não lhes atendera a dispensação, de alguns anos àquela parte, em 1644. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 18.

¹⁹⁴ Cf. Luiz de Bivar Guerra, “Facilidades na habilitação para a Ordem de Cristo no Século XVII”, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. II, Tomar, s.d., p. 207.

¹⁹⁵ A família de Pedro de Melo de Ataíde, filho de Luís Correia da Paz, não teve a felicidade de nascer no *Mundo Ilustre* para poderem seus avós dar escritos nos Livros das famílias e por esta causa se não acham neles, porém como casou com uma Senhora ilustre por seus pais e avós, se acha a sua descendência neles, e daqui em diante se achará também a sua descendência nos ditos livros. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 500, fls. 144-144v.

¹⁹⁶ As testemunhas informaram que o avô materno de Manuel Caldeira do Crato Castelo Branco era da família Caldeira, infamada de cristã novice. Embora fosse natural daquela cidade, veio a esclarecer-se que não pertencia àquela estirpe. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 23, n.º 12.

eram atribuídos no quotidiano traía-os, em algumas ocasiões, abrindo espaço para dúvidas e especulações sobre a sua pureza de sangue. As testemunhas afirmavam ou desconfiavam de ligações familiares a quem tivesse mácula. Bastava que se tivesse ouvido. Rumores na base do “diz que disse”, *não houve conhecimento ocular, mais que de ouvida*. Difamavam-se os visados com ou sem intenção. Quando a suspeita se proporcionava, os candidatos ensombrados entregavam, na Mesa, memoriais a seu favor. Nestes fundavam-se os laços de sanguinidade e de afinidade entre os membros em causa, explorando em minúcia as suas ramificações e entroncamentos. E afastavam-se as personagens tidas erradamente como próximas. Para a sua defesa, em alguns casos, apetrechavam-se os processos de vários documentos para provar os factos. Luís José de Vasconcelos não se deu por vencido e entregou uma quantidade significativa de certidões, sentenças e cartas¹⁹⁷.

¹⁹⁷ A certidão em como o seu pai fora Provedor da Misericórdia de Elvas, certidões dos genealogistas em como o habilitando era notoriamente fidalgo e limpo de sangue infecto, e que o rumor que havia contra a sua bisavó D. Brites Coronel era falso e mal fundado, certidão de outro instrumento de testemunhas tirado na cidade de Segóvia no ano de 1606 por Luís Gomes Coronel, 3.º avô do habilitando, e sentença de justificação do Doutor Gregório Lopes Madeira, corregedor da Corte por comissão especial do rei, em que prova a sua ascendência até Fernão Peres Coronel Regedor de Segóvia, certidão de outro instrumento de testemunhas tirado em Madrid por Diogo Coronel no ano de 1633 em que se prova ser o dito Fernão Peres Coronel cavaleiro de sangue e da família dos Coronéis antigos, descendentes dos Imperadores Romanos, certidão de um Brasão tirado em Madrid por Violante Gomes Coronel e seu filho Diogo Peres Coronel, moradores em Lisboa no ano de 1633, em que se prova o mesmo, sentença de desagravo de Manuel Soares Saraiva Coronel descendente por varonia do dito Fernão Peres Coronel, em que se prova ser falsamente metido na finta dos cristãos-novos e se manda riscar dela, sentença de desagravo de Duarte Soares da Costa irmão do sobredito em que se manda riscar de outra finta por provar ser cristão-velho e injustamente metido nela, carta testemunhável de Manuel Soares Coronel em que prova ser filho do sobredito Manuel Soares Saraiva e irmão de André Soares Saraiva e serem cristãos-velhos, carta de Brasão tirada pelo mesmo André Soares Coronel Saraiva em que prova ser descendente do referido Fernão Peres Coronel Regedor de Segóvia, breve executorial com uma sentença dada na Cúria de Roma em que se julga ser o mesmo Fernão Peres, e seu 4.º neto Luís Gomes, Coronel, 3.º avô do habilitando cristão-velho, e nobre sem raça nem infecção alguma, e se manda que seus descendentes possam ser admitidos a todas as honras das Ordens Militares e a Inquisidores, e familiares do Santo Ofício, certidão do Marquês das Minas D. António Luís de Sousa em que jura ouvir ao Senhor Cardeal de Lencastre, Inquisidor Geral que tinha por cristão-velho, e sem raça alguma ao dito Fernão Peres Coronel, e lhe mostrava alguns papéis por onde se provava, carta de Familiar da Inquisição de Toledo dada a Rui Lopez de Veiga, 5.º neto do mesmo Fernão Peres, carta por onde o mesmo foi nomeado Notário do Santo Ofício, certidão de como tomou juramento destes cargos, carta por onde o mesmo Rui Lopes da Veiga foi nomeado Agente do Tribunal do Santo Ofício de Portugal na Corte de Madrid, certidão do Secretário da Mesa da Consciência em que se prova ser este Rui Lopez da Veiga neto de Maior Nunes Coronel, certidões e Árvores genealógicas em que se prova ser este Rui Lopez da Veiga 5.º neto do sobredito Fernão Peres Coronel e primo 2.º de D. Brites Coronel, bisavô do habilitando, certidão dada na Religião de S. Domingos a favor de Fr. Manuel da Silva provando a limpeza do mesmo Fernão Peres Coronel, seu 8.º avô, sentença dada a favor de D. João da Silva, 7.º neto do dito Fernão Peres Coronel, julgando-o habilitado para poder receber o hábito da Ordem de Cristo por uma Junta de Ministros nomeados pelo Ser.mo Senhor Rei D. Pedro 2.º, certidão da Secretaria das Mercês com a Cópia

O tribunal também pedia, em sentença, que o habilitando criasse a *árvore de geração* ou *de família* para a análise dos seus parentescos e respectivos graus¹⁹⁸. Esta seria apresentada na Mesa juntamente com outros documentos para esclarecer as dúvidas e, por sua vez, dar seguimento ao processo.

1.7. Embargos no processo

Quando o despacho não era benéfico ao habilitando, desencadeavam-se os pedidos de licença, estipulados nos definitórios, ou outros procedimentos para se chegar à verdade dos factos. Encetavam-se, assim, novas diligências em busca de informações que eram apreciadas na forma de uma consulta, originando uma nova provisão e auto de habilitação, respectivamente. Entretanto, o habilitando poderia apresentar petições para angariar novos elementos que o pudessem abonar no processo. Até mesmo documentos para esclarecer as dúvidas¹⁹⁹. Após junção de todos os papéis lavrava-se novo despacho. Tudo isto dava lugar a novas diligências e a mais trâmites processuais, elevando as despesas da candidatura. A insistência dos habilitandos era tanta que, por vezes, os deputados davam ordens para não se aceitarem mais as suas petições de recurso e assim darem por concluído o processo²⁰⁰. *Os negócios e consultas se multiplicam em forma que sobre cada um deles se fazem muitas petições, sem as partes se quererem desenganar com*

do registo da Resolução que o dito Senhor foi servido tomar sobre a sentença e parecer da dita Junta, em que como mestre Governador perpétuo da Ordem de Cristo, revogou a sentença dada na Mesa da Consciência contra D. João da Silva, e o julgou por habilitado, certidões e Árvores em que se mostra descenderem o dito D. João da Silva e o habilitando de dois maus nascidos ambos de um mesmo pai e de uma mesma mãe. Em apêndice, a carta de D. Luís de Salazar e Castro Cronista do Rei Católico fiscal do Conselho de Ordens que o Secretário Diogo de Mendonça, e atestação sua, carta da Duquesa de Aveiro a Senhora D. Maria de Guadalupe, certidão do Duque de Cadaval, certidão da sentença do Padre António de Andrade Leitão, vigário da Sertã, sobre a limpeza dos Coronéis e de seu bisavô Diogo Coronel descendente de Fernão Peres Coronel. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 500, fls. 138-139v.

¹⁹⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 22, n.º 3 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 7, n.º 6.

¹⁹⁹ Manuel de Matos Lobo Cabeças entregou um escrito intitulado *Clareza*, onde menciona os dados que costumavam ser facultados na primeira petição: locais de naturalidade, de baptismo e de recebimento. Não se sabe em que contexto este documento foi produzido, visto que não se pediram essas informações na petição que o suplicante apresentou, nem na sentença. Será que lhe foi pedido oralmente? Nem tudo seria expressamente solicitado? Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 7, n.º 3.

²⁰⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 64.

os despachos, que se lhe dão²⁰¹. No decreto de 1641, o monarca ordenou que por nenhum caso se lhe consultassem dispensações, suprimentos de leis, regimentos e ordens gerais, sem que o mesmo mandasse expressamente. Só ao rei cabia tomar essa decisão de ordenar a consulta. Nas referidas circunstâncias, a Mesa passou a não dar o seu parecer. Transmitia ao suplicante, *Requeira a Sua Majestade*²⁰². Tal a quantidade de documentos apresentados pelos candidatos, o volume dos seus processos e, por conseguinte, o tempo consumido na tramitação²⁰³.

Parece ter sido incontestável a notória qualidade e nobreza de Nuno Aleixo de Sousa Silva Meneses e Albuquerque, valendo-lhe diversas dispensas concedidas pelo soberano: nas provanças e habilitações, na maioridade, na falta de folha corrida e da certidão de baptismo, assim como poder professar na igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz²⁰⁴. Miguel Franzini obteve uma série de dispensas para obter a comenda de Elvas, da Ordem de Cristo. Pelo facto de ser estrangeiro, ser maior de idade, nas provanças e habilitações, na falta de apresentação de quaisquer certidões e folhas corridas e para que na igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz pudesse receber e logo professar o hábito²⁰⁵.

Era comum os postulantes confrontarem o rei com exemplos bem-sucedidos de processos idênticos aos seus para se fazerem valer das suas pretensões²⁰⁶. Documentação relativa a familiares, como pais e irmãos,

²⁰¹ BN, cód. 6504, fl. 3v.

²⁰² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 8.

²⁰³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 41.

²⁰⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 19.

²⁰⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 30, n.º 62.

²⁰⁶ A questão dos exemplos que se davam era extremamente delicada nestes processos pelas suas repercussões. Enumerar outras situações e nomes de aprovados, nos requerimentos, pareceres e despachos condicionava os decretos e as resoluções emitidos pelo mestre, apelando à justiça e à equidade das suas decisões. Tinha forte impacto nos procedimentos. O tribunal das Ordens pronunciou-se, por diversas vezes, quanto ao perigo de se abrirem e incrementarem precedentes. A partir do momento em que os mesmos eram consentidos superiormente, alertava sempre no sentido do que estava em causa já havia sido concedido. Porém, também a Mesa, em alguns momentos, sentiu aquela necessidade. A expressão *graça especial e sem exemplo* demonstra que as excepções à regra eram particulares, únicas e irrepetíveis. Cf. ANTT, MNEJ, cx. 145, mç. 73 (2.ª incorporação). Contudo, alguns exemplos eram refutados. Manuel Delgarte da Costa alegou que o rei já tinha concedido a mercê da *pátria comum* a outros sujeitos e enunciou a seu favor o caso mais recente, o de Luís Honorati Florentino. O tribunal realçou que eram situações diferentes, porquanto não havia cavaleiro para as provanças do pai e avós de Luís Honorati Florentino, nas suas origens. Em França, donde eram naturais os avós de Manuel Delgarte da Costa havia na altura o Enviado Salvador Taborda que era cavaleiro e que podia naquela Corte fazer a diligência à semelhança de outras que já tinha realizado. É de referir que o monarca despachou a favor das pretensões do habilitando, contra o parecer da Mesa. Talvez por ter sido provido no cargo de ouvidor geral na ilha de Cabo

dispensados dos mesmos impedimentos e aprovados pelas Ordens Militares²⁰⁷. Nestes casos utilizavam a seu favor a filiação e a fraternidade²⁰⁸. Também se sentiam retratados em processos de indivíduos que se sabia terem logrado da mercê da dispensa.

Conquanto existisse um outro plano de decisões, o da beneficência. Assim considerado pelos deputados por serem *matéria de graça*. À margem dos definitórios. O rei, complacente, despachava a favor dos intentos do candidato quando algum dado se destacava no seu *curriculum*, indultando os impedimentos²⁰⁹.

Os embargos podiam ser ultrapassados por cargos que se ocuparam ou serviços que se prestaram. Bastava serem considerados merecedores de uma dispensa²¹⁰. Quer isso dizer, relevantes. Nestas ocasiões, o pretendente expunha o seu *curriculum*, apelando à reconsideração²¹¹.

Referir situações de risco que se correram, colocando a vida em perigo, em serviços prestados, tinha embate nas decisões²¹². Mais ainda quando a vida

Verde, *atendendo ao serviço que no dito lugar vai fazer fora do Reino e, conquista tão perigosa de que muitos se escusaram*. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 81. No processo de Manuel Botelho do Amaral também se enunciaram as semelhantes ocasiões, em 1660. O tribunal deixou bem claro que o exemplo dado era muito distinto, por ser qualidade bem notória a da outra pessoa, cujos pais e avós eram bem conhecidos, o que não acontecia com Manuel Botelho, nem com seus pais e avós. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 39, n.º 89.

²⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 66.

²⁰⁸ Joaquim Guilherme da Costa Posser era oficial supranumerário da secretaria de Estado dos Negócios do Reino, filho de Gaspar da Costa Pover, oficial da mesma secretaria de Estado e irmão de José Teotónio da Costa Posser Oficial da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ambos cavaleiros professos na Ordem de Cristo. Na sua petição, pediu a dispensa da diligência pelo seu avô materno, natural de Espanha, e de sua avó paterna, natural da Grã-Bretanha, onde não podia ser habilitado, nem mesmo na Corte como foram seus pais e irmão por haver nesse tempo muitas pessoas que tinham conhecimento próprio da sua família, mas que haviam falecido e a única que restava era um negociante inglês. Perante este cenário pediu que o dispensassem *na rigorosa formalidade dos Estatutos*, que pelas habilitações do pai e do irmão se fizessem as suas, pela notória filiação e fraternidade. Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 18-18v.

²⁰⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 9.

²¹⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 23, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 30.

²¹¹ A título de exemplo, o beneficiado Clemente José da Cunha que, para além de ser sacerdote, era capelão e secretário de Cortes do cardeal da Cunha e havia sido durante muito tempo do cardeal Patriarca Dom Francisco de Saldanha. Era secretário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, fora oficial maior da Secretaria da Academia Real da História Portuguesa e praticante muitos anos por Alvará Régio da Secretaria da Fazenda da Sereníssima Casa de Bragança sem vencimento de ordenado ou propina. Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 15v.-16.

²¹² Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 26-26v., ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 44 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 26.

se perdera²¹³, a do titular da mercê ou de alguém muito próximo²¹⁴. Era dar a vida pela Coroa, participar em enormes proezas, nos campos de batalha. Constituía uma matéria valorizada para despachos favoráveis. Os serviços de *guerra viva* distinguiam-se dos restantes. Mas também pelejas consideradas de grande valor, em ocasiões importantes e de vários anos²¹⁵. Tudo isto era informação que constava na portaria das mercês.

Ser filho natural era um entrave nas Ordens Militares que se dava conta ao rei. O cargo de governador do Estado do Maranhão, por exemplo, supria aquele defeito, o da ilegitimidade. Manuel Francisco Mira era filho ilegítimo, tinha mais de 50 anos, os avós paternos e maternos foram trabalhadores e lavradores de jornal e seareiros. Com efeito, para suprir estes embargos, recorreu com uma petição, alegando que estava servindo na Índia, desde 1666 até àquele ano, 1694. Nesse tempo fora praça de soldado, sargento, alferes, ajudante, capitão de infantaria e de mar e guerra, almirante e capitão mor. Foi atendido na sua pretensão, por seus *próprios serviços, e serem feitos na Índia, em grandes postos, e em boas ocasiões*²¹⁶.

A limpeza estava num patamar superior e a qualidade seguir-se-ia, como mais importante na hierarquia. Mesmo assim era discutível o grau de importância em alguns casos.

No discurso utilizado pela Mesa, aquando do relato de um defeito, era usual a expressão *por ora*, pressupondo não ser algo definitivo, peremptório, o que inabilitava. Mesmo no defeito de sangue, o rei incluía no seu discurso a fórmula *enquanto não apresentar dispensação de Sua Santidade*²¹⁷. Em muitos casos a reprovação era relativa quando se julgavam os indivíduos. Era apenas o início de uma nova fase processual. Os entraves podiam ser supridos. Dados os particularismos dos processos, poder-se-á utilizar a frase feita de que “cada caso era um caso”, não obstante as regras. Alguns existiram em que a Mesa esgotou as possibilidades pelos vários recursos que foram interpostos, inviabilizando as pretensões.

²¹³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 70.

²¹⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 35.

²¹⁵ Cf. ANTT, MNEJ, cx. 145, mç. 73 (2.ª incorporação), ANTT, MCO, liv.183 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 41, n.º 17.

²¹⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 42, n.º 18. Vide também ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 48.

²¹⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 18.

Ter parentelas habilitadas e ser estudante na universidade de Coimbra atenuava os empecilhos, por exemplo²¹⁸. O facto de os afazeres servidos não serem remuneráveis também favorecia a dispensa dos defeitos²¹⁹.

A secretaria da Mesa dispunha de um livro para se registarem as consultas de conta de impedimentos e dispensa destes relativos aos que pretendiam habilitar-se para cavaleiros e freires das Ordens Militares²²⁰. Constituíam uma forma de controlo sobre estas ocorrências.

Por vezes, era necessário reperguntar as testemunhas, as mesmas ou até outras²²¹. Para tal emitia-se nova ordem ao mesmo comissário para que efectuasse nova diligência. Houve quem não escapasse à crítica dos deputados, apontando-se incorrecções na forma como se realizaram os inquéritos. Faziam-se reparos à pouca exacção dos comissários na averiguação da verdade²²². O acto de reperguntar testemunhas era, todavia, normal. Servia para esclarecer algum dado lançado pelos inquiridos e que oferecia algum tipo de dúvidas. Assim como para recolher informação em falta quanto aos requisitos exigidos aos habilitandos.

A consulta constituía o documento que resultava do exame e da discussão protagonizados pelos deputados, que se reuniam para esclarecer ou deliberar sobre algum *negócio* da competência do tribunal das Ordens, em resposta ou não ao pedido de parecer emanado pelo rei. Neste documento eram expostas as opiniões dos ministros da Mesa, de forma autónoma, demarcadas dos juízos do soberano. Na contingência de existir a consulta de conta nos procedimentos do processo esta antecedia sempre a outra consulta. Este documento, que não era vinculativo, fazia-se também por ocasião de umas segundas provanças ou dos outros novos documentos que se juntavam ao processo, tais como petições, atestados e certidões.

²¹⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 81.

²¹⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 20, n.º 4 e ANTT, MCO, liv. 54, fl. 44v.

²²⁰ Cf. ANTT, MNEJ, cx. 145, mç. 73 (2.ª incorporação) e ANTT, MCO, liv. 54. O primeiro livro proveio de uma segunda incorporação do fundo do MNEJ, datada de 1988, em que não existe ainda um inventário sobre este conjunto documental. Tem como datas: 1755-1763 e no primeiro fólio apresenta-se como o primeiro. O livro 54, pertencente ao fundo da Mesa da Consciência e Ordens, vai desde 1778 a 1823.

²²¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 27, n.º 5 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 3, n.º 7.

²²² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 18, n.º 3.

Uma única consulta podia tratar mais de que um processo pendente²²³. No verso deste documento lavravam-se símbolos convencionados nestas rotinas e que faziam parte do conjunto de códigos utilizados tacitamente por quem geria a informação. As letras A, C e S correspondem à milícia gestora do processo. O risco na vertical, em baixo, é característico em muitos documentos e apontaria para um *negócio* ainda pendente, desfavorável ao pretendente por algum entrave. Quando se traçava em forma de sinal mais (“+”) seria o indicador de que fora superado o embaraço e, por conseguinte, concluído o processo. A letra D poder-se-á dizer que é dos poucos elementos contemplados em regimento. Significava uma dúvida²²⁴. Ainda poderá constar nesses mesmos papéis, no canto inferior direito, um código formado por algarismos posicionados sequencialmente, sem que os mesmos se repitam. Será plausível pensar que cada um destes poderia representar um deputado da Mesa, aquando da participação na consulta.

À semelhança dos despachos, também os pareceres eram lavrados, inicialmente, em forma de minuta, à parte do processo, para depois serem transpostos, *ipsis verbis*, na estrutura da consulta. Mesmo nessa primeira redacção do escrito, os deputados apunham as suas rubricas nos pareceres que correspondiam ao seu voto. Depois, na composição final da consulta, os deputados assinavam como meio de validação do documento por ordem hierárquica, o presidente em primeiro lugar. A minuta podia ser datada ou não e serviria de rascunho, a avaliar pelas rasuras apresentadas. Na habilitação de Manuel Correia, a minuta foi elaborada a 14 de Junho de 1741 e a consulta efectuada no dia seguinte, com o mesmo número de rubricas e assinaturas²²⁵. É um exemplo entre muitos.

Numa das petições, a do pedido de *pátria comum* de Teodoro André Arvem, lavrou-se o resultado da consulta no dia 18 de Junho de 1749, sendo que esta parece ter sido produzida ou finalizada no dia seguinte²²⁶. O mesmo se verifica no processo de Teodósio Manuel de Lima, em que se redigiu, no verso da petição, a fórmula retórica *Consulta a seu favor*, um dia antes da feitura do

²²³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 77.

²²⁴ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. XI.

²²⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 17.

²²⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 3, n.º 6.

parecer da Mesa²²⁷. O contrário designava-se de consulta negativa. No processo de Tomé da Costa Barros Pereira de Abreu a informação *Consulta a seu favor* e a respectiva consulta datam do mesmo dia, 30 de Março de 1762²²⁸. Isto ocorria pelo facto do objecto em análise, na reunião dos deputados, ser a informação contida na petição e, por isso, lavrava-se logo, neste documento, o deferimento ou não, do que havia suplicado o peticionário. Estes três casos demonstram o que poderia ser a sequência dos procedimentos, atendendo que a data que consta na consulta não correspondia efectivamente ao dia da votação dos deputados. Esta prática confirma-se pelo facto do local e da data serem lavrados pela mão de outra pessoa que não aquela que produziu a consulta. Assim denuncia a grafia e a tonalidade da tinta empregue. O mesmo ocorreu no *Consejo de Indias*²²⁹. Só depois os ministros da Mesa ratificavam o documento e mencionava-se, sempre, a falta de alguma assinatura.

Durante toda esta tramitação, seria normal os pretendentes ao hábito ou os seus procuradores passarem, por sua iniciativa, pelo tribunal das Ordens, para se inteirarem do estado em que se encontrariam os seus processos, dada a avidez no desfecho dos mesmos para receber a desejada insígnia²³⁰. Por outro lado, podiam ser notificados aquando da resolução²³¹. Nessas ocasiões eram informados dos documentos e informações em falta e dos impedimentos apurados. Assim como os trâmites processuais²³². Em teoria, o conteúdo dos actos do processo não era divulgado, assim como o teor dos obstáculos. Era uma situação que se mantinha sob sigilo. O habilitando não conhecia a natureza da obstrução; apenas tinha conhecimento que a mesma existia²³³. As informações deviam ser parcas e sob uma enorme reserva. Criava-se, deste modo, um cenário propício à especulação sobre os obstáculos em causa.

²²⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 3, n.º 2.

²²⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 2, n.º 8.

²²⁹ *La fecha que lleva la consulta es la de su puesta por escrito y no la del día en que se acordó por el Consejo elevar consulta a su majestad. Más aún, la consulta se fecha cuando ésta ha alcanzado su perfección diplomática, es decir, cuando incluso ha sido validada. Por esta razón esta cláusula – sobre todo el día y el mes – aparece generalmente escrita de otra? mano o de otra? tinta que el resto del documento. La razón es obvia: cuando se hacía en limpio el documento no se podía prever el momento en que la firmarían los consejeros; así se dejaba en blanco esta fórmula y después se rellenaba.* – Antonia Heredia Herrera, *Catálogo de las consultas del Consejo de Indias*, vol. I, Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972, p. 7.

²³⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 12.

²³¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 65.

²³² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 14.

²³³ Cf. ANTT, MR, mç. 410, cx. 514.

Associado a isso também as autorias dos defeitos e infâmias. Voltavam-se as atenções para os depoimentos das testemunhas, fundados em inimizades²³⁴. As declarações falsas tinham o intuito de denegrir a qualidade do pretendente e a sua boa reputação. Devassava-se a vida privada. A vingança e o ódio moviam-se por trás destes comportamentos dos depoentes²³⁵. Mas, também da parte de quem, *in loco*, realizava as inquirições²³⁶. Passava a estar em causa o pedido de novas diligências, a abertura de conclusão do processo²³⁷. Foram muitos os habilitandos que requereram esta prática administrativa, uma graça a autorizar pelo mestre, precedida de parecer dos deputados e do juiz geral das Ordens quando este tinha voto na matéria.

A abertura de conclusão das inquirições representava o procedimento tomado quando o processo já se encontrava julgado. Quer envolvesse defeitos

²³⁴ Na habilitação de Manuel Soares Velho é notória a fama antiga de cristã novice originada pelas inimizades das testemunhas à família do habilitando, que a queriam macular e impedir a habilitação. Já se havia verificado anteriormente no processo das ordens menores do seu irmão, Francisco Vaz Guerreiro. Segundo a informação que corria era de que este não saíra habilitado. Para se averiguar foi necessário transcrever as ditas inquirições (todos os depoimentos, despachos e sentenças) depositadas no Cartório Eclesiástico de Évora. Perante as provas documentais, constatou-se que fora habilitado para se ordenar de clérigo, sentenciado por puro e cristão-velho. Mesmo depois da sentença da habilitação se fez sentir a oposição dos inimigos. Foi necessário proceder a novas diligências, que não acresceram nada de negativo ao processo. A razão pela qual não tomara ordens *foi porque falecendo seu pai ele logo se casara, mas não porque sobreviesse, ou se descobrisse impedimento, ou defeito depois das sentenças proferidas a seu favor*. Outras histórias e equívocos que prejudicaram esta família são relatados no processo. Perante os factos, o tribunal da Mesa da Consciência e Ordens julgou Manuel Soares Velho por limpo de sangue e habilitado para receber o hábito da Ordem de Cristo. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 5, n.º 6. No processo de Matias Guerreiros Alvelos, algumas testemunhas depuseram que o habilitando era mulato, o seu pai tinha a cor baça e o cabelo encarapinhado, mas não declararam se o pai ou avô paterno tinham ascendência de negro ou de negra. Para além deste defeito, também se lhe atribuiu o de cristã novice, por parte do seu pai e do avô paterno. Para os depoentes esta era uma informação muito antiga, já ouvida dos antigos. Segundo o comissário, existiam ódios e inimizades para com a família do habilitando. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 38, n.º 15.

²³⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 20, n.º 5.

²³⁶ Manuel Inácio Ferreira de Sousa atribuiu, com quase total certeza, as culpas do atraso das suas provanças ao comissário que as realizou e que era um antigo inimigo da sua família. Para além deste, outros inimigos seus, ou do seu pai, que os deslustraram por falta de nobreza. Pediu que se averiguasse uma segunda vez, cometendo a diligência a outro comissário. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 6, n.º 9.

²³⁷ Tomás Francisco dos Santos apresentou petição para requerer nova abertura de conclusão. Desconfiava que os inquiridos menos afectos *lhe maquinassem os tais defeitos nos depoimentos de sua habilitação, ou por ignorância, e tem documentos por onde pode mostrar o contrário, para o que precisa nova abertura de conclusão*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 4, n.º 2.

de sangue²³⁸, quer de qualidade²³⁹. Também quando passava a haver acções de companhias pombalinas e, por conseguinte, a apresentação da respectiva certidão. O princípio da abertura de conclusão era simples, uma sentença só era anulada por outra²⁴⁰.

Curioso o pedido de Manuel Tomás Peixoto de Azevedo Machado, cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Este pensara que fora dispensado no empecilho de ser filho ilegítimo, até ver a sua certidão. Mas não, a dispensa adviera por ser filho de um eclesiástico. Na verdade, o pai recebera as ordens sacras após o seu nascimento. Não quebrara o voto de castidade, quando não estava coagido a isso. Tanto mais que, na altura, não estava impedido de contrair matrimónio com a sua mãe. Recorreu ao tribunal para juntar documentos aos autos do seu processo já sentenciado, passado em coisa julgada, como a certidão de ordenação do pai. Pretendia que se declarasse no processo a ilegitimidade que tinha e não a que supunha, para não lhe resultar prejuízo futuramente no tocante à sucessão de bens em que seria descendente. Era filho natural e não sacrílego. No entanto, decidiu-se não ser necessário proceder-se à abertura de conclusão, bastava ficar declarado no processo²⁴¹.

Os *embaraços* travavam os procedimentos administrativos. Foi o que aconteceu com Mateus Veloso de Sequeira por não se saber a naturalidade da mãe e de que parte do Reino de Castela viera a avó materna. Ao habilitando ordenou-se que declarasse as ditas *pátrias* para dar continuidade ao processo. Entretanto estava impedido de entrar na Ordem de Santiago. No sentido de desbloquear a falta de notícias que lhe eram exigidas, o habilitando pediu que sentenciassem as inquirições no estado em que se encontravam, apresentando a certidão de familiar do Santo Ofício do seu avô materno. Após escassos dias

²³⁸ O avô paterno de Manuel de Sande Salema Coutinho Soares Pereira era infamado de cristão-novo e saíra penitenciado pelo Santo Ofício, em auto, por culpas de judaísmo. Tratava-se de uma matéria grave. Foi autorizada a abertura da conclusão. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 52.

²³⁹ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 28.

²⁴⁰ Cf. ANTT, MNEJ, cx. 145, mç. 73 (2.ª incorporação), ANTT, MR, liv. 365, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 4, n.º 2, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 7, n.º 17 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 28.

²⁴¹ Nos três despachos lavrados pela Mesa, no ano de 1754, referiu-se o facto de ser filho sacrílego. No último, em 1755, a partir da petição de Manuel Machado sobre este assunto, foi esclarecida a questão, o de ser filho natural. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 13.

recorreu com uma nova petição, pedindo o suprimento da falta de notícias em consideração aos serviços prestados pelo seu sogro²⁴².

O número de impedimentos podia variar entre um e vários e possíveis que se apontassem em consulta. Por exemplo, Manuel Francisco Mira era ilegítimo, tinha mais de 50 anos e os seus avós paternos e maternos tinham exercido ocupações mecânicas²⁴³. Dom Nuno Álvares Pereira de Melo, bastardo, tinha 11 anos, a mãe e os avós maternos foram comediantes²⁴⁴. Manuel da Silva era espúrio e adulterino, o pai no seu princípio fora luveiro, o avô paterno trabalhador, a avó paterna padeira e parteira, o avô materno sapateiro e depois cevadeiro que vendia cevada e a avó materna padeira²⁴⁵. Marcava-se uma diferença entre a prática de um ofício mecânico nos inícios de uma carreira profissional, *em seu princípio*, e o exercer do mesmo na altura das inquirições e num período já duradouro. A segunda lesava muito mais.

Consideravam-se desvanecidos os obstáculos com o falecimento dos titulares do defeito, como se apagasse o passado, ou seja, o impedimento²⁴⁶.

1.8. Ofícios mecânicos

A informação sobre as ocupações do postulante e dos seus ascendentes era investigada a pente fino. Era fornecida, na petição, pelo candidato ao hábito e confirmada ou indagada pelos comissários, no apuramento de supostos inconvenientes à candidatura. A qualidade era uma exigência do tribunal das Ordens, a mando do rei, na avaliação do indivíduo e da sua estirpe. Constituía assim uma matéria valiosa no processo, um requisito relevante. É de notar que se discriminavam as actividades manuais. Eram consideradas inferiores às demais e, deliberadamente, apontadas como um defeito. Opunham-se ao princípio e à matriz assaz privilegiados, o de viver à lei da nobreza, tratar-se com

²⁴² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 96.

²⁴³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 42, n.º 18.

²⁴⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 30.

²⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 70.

²⁴⁶ Pedro José de Sampaio mencionou, numa petição, que os entraves que lhe obstavam eram insignificantes e já tinham terminado com a morte dos seus avós. Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fl. 25. O mesmo discurso utilizou José Nunes Colares na sua petição, argumentando que os embargos que lhe resultaram tinham cessado por já terem falecido os seus pais e avós. *Ibidem*, fls. 32v.-33.

luzimento. Assim sendo, julgavam-se incapazes de entrarem nas Ordens quem possuísse ofícios mecânicos. Não obstante a firmeza e a circunspecção que se oferecia, nas consultas de conta, quanto a este defeito a que muito poucos se escaparam, por ele quase não se reprovava²⁴⁷.

Nem sempre era fácil provar o trato nobre do habilitando ou dos seus familiares, pelo que o julgavam, nessas ocasiões, de estado médio. Era mais fácil nessa condição obter a dispensa²⁴⁸. Quando era um dado adquirido, procurava-se também saber junto das testemunhas se tinham algum género de nobreza que os tirasse desse estado médio. Caso contrário, ficavam classificados, qualitativamente, nessa categoria²⁴⁹. No entanto, não escapavam ao impedimento. Outrossim, existiram os que representavam à época e na sua localidade como pertencente às principais famílias. Mas, os seus percursos profissionais desviaram-se no exercício de actividades incompatíveis com a nobreza herdada. Mancharam-na. Foram reputados, desde logo, de estado médio²⁵⁰.

Sinalizar um ofício de natureza mecânica nos pergaminhos de uma família era muito mal acolhido. Tinha uma conotação depreciativa. Disso se reportava em consulta a que se dava conta ao monarca. Quase sempre dava lugar ao recurso.

Para além do sangue, tinham de ser limpos de mãos. Ditame pouco relevante nas habilitações do Santo Ofício que centrava as suas atenções na pureza de sangue e nos costumes do habilitando e dos seus antepassados. Nas Ordens Militares ampliava-se este exame às mulheres quando o postulante era casado ou pretendia contrair matrimónio.

Na avaliação das ocupações apresentadas no requerimento pairavam, por vezes, algumas dúvidas. Na ausência de uma lista de ofícios que fossem ou não mecânicos, nem sempre era tácita a essência e classificação de uma ocupação. Era imprescindível saber, em concreto, o tipo de actividade a que se dedicavam, as especificidades da ocupação²⁵¹. Tornava-se demasiado vago, por

²⁴⁷ Cf. Fernanda Olival, *Op. cit.*, [D.L. 2001], p. 193.

²⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 26, n.º 12 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 25, n.º 9.

²⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 28, n.º 34.

²⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 30, n.º 56.

²⁵¹ Os avós paternos de Nicolau Rouxinol eram cabeleireiros. Recorreu para solicitar dispensa do impedimento, alegando que os avós não faziam cabeleiras pelas suas mãos, mas mandavam-

exemplo, enunciar que se vivia do seu negócio, agência, e indústria²⁵². O mesmo que lavrador: trabalhava em propriedades alheias por jornal ou nas suas próprias terras?²⁵³ O exercício do seu trabalho exigia as mãos ou não? Era trabalhador ou tinha obreiros sob a sua alçada? Aprendera a arte e exercitou-a? Apenas

nas vir de França por contrato. O pai e um tio, filhos do mesmo avô, tinham o hábito da Ordem de Cristo, e esse mesmo avô tinha o foro de cavaleiro fidalgo. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 21. João António de Azevedo também recorreu para obter a mercê da dispensação na falta de qualidade que lhe foi apontada. Conservava a sua fábrica de cerieiro, mas nunca trabalhara nela. No parecer dos deputados afirmou-se *ser reputado cirieiro da Casa Real com o ofício dela não tendo o suplicante o mecânico trato de vender pessoalmente o dito género, mas sim entregue à Fábrica que dele conserva a pessoas que lha administram*. Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 33v.-34. Manuel da Fonseca foi bastante explícito no seu recurso, de que o facto de ter tido uma loja de sedas, não deveria constituir um obstáculo à mercê do hábito, por já não existir e por não ser ofício mecânico em seu entender. Isto *porquanto ele nunca teve mais exercício que de homem de negócio, e suposto tivesse a loja assistiam nela seus caixeiros, e se tratou sempre nobremente com seu cavalo, de mais de haver nesta Cidade muitos homens de negócio que são Cavaleiros das três Ordens, sem lhes ser impedimento a tal ocupação*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 35. Manuel de Sousa supunha que o seu impedimento se devesse ao facto de ter *aprendido a arte de pintura, e porque o suplicante não a exercitou, e só a aprendeu com um seu irmão e na aplicação e estudo de uma arte nobre e liberal não contraiu o suplicante mecânica, pois o estudo das artes liberais é louvável e estimável nas pessoas que as sabem, e enquanto ao uso delas por ofício e granjearia poderá ser impedimento que prove de nobreza, porém este uso e exercício não teve o suplicante*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 82. Manuel de Sousa Pinto apresentou uma justificação para demonstrar que não era sangrador, mas cirurgião. Já o era na praça de Mazagão, razão pela qual o rei lhe concedera a mercê do hábito por este serviço. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 34. Manuel da Cruz de Carvalho, familiar do Santo Ofício, era boticário, assim como o seu pai. Não considerava ser ofício mecânico, antes ciência que estudou na Universidade de Coimbra, onde fora aprovado e do partido. Para o mesmo era ocupação julgada por nobre e assim se praticava no Desembargo do Paço. Pelo facto de ser boticário do Hospital Real desta Cidade, considerava-se merecedor de receber o hábito. Eram os seus quatro ajudantes que faziam todos os medicamentos, sem que ele pusesse as suas mãos para fazer algo a não ser dar ordens. Juntou à petição de recurso um registo de uma carta de hábito da Ordem de Santiago, que o rei Dom Henrique no ano de 1579 mandou lançar ao seu boticário, Bartolomeu Henriques. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 20.

²⁵² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 8, n.º 8.

²⁵³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 23, n.º 14. Em 1622, considerava-se que a lavoura não dava nobreza a quem pretendia um dos hábitos das Ordens Militares. Era uma questão de descendência. Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração. Na década de 20 do séc. XVIII, sobre a questão de serem ou não considerados nobres os lavradores que não tivessem abegoaria, a Mesa respondeu negativamente. Para o tribunal, os lavradores, seus filhos e netos necessitavam de dispensa para poderem receber os hábitos das Ordens. Na resolução, o rei determinou que todo o lavrador que lavrasse as suas terras e não por jornal, ainda que não tivesse abegoaria fosse reputado por nobre, se por outro respeito não tivesse mecânica. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 26, mct 1, doc. 21. Esta decisão de D. João V passou a constar nos argumentos dos habilitandos quando se confrontavam com esta questão. O padre Basílio Francisco dos Santos recorreu *porque ainda que o seu pai trouxesse algumas fazendas de renda, nunca nelas trabalhou pessoalmente e as mandava agricultar por criados e jornaleiros, e as tomara de renda tão somente por lhe estarem próximas de outras avultadas, e suas próprias que herdara de seus pais, avós do suplicante*. Desta forma, acrescentou que, se assim avaliassem os postulantes, muitas pessoas consideradas ilustres e tituladas no reino também teriam defeito de mecânica. Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 82v.-83.

manteve no seu princípio? Determinados sectores da sociedade estavam mais propícios a isso.

Em matéria de mecânicas era necessário saber que ocupações realmente estariam contempladas no universo das que se consideravam como motivo de embaraço para receber um hábito das Ordens Militares. No ano de 1722, apresentou-se ao mestre a dúvida sobre o ofício de moço da Estribeira. Isto porque era julgado, até ao momento, no tribunal da Ordem, como obstáculo, de *abatida reputação que comumente se tem deste ofício*. Esta incerteza foi despoletada quando se tomou conhecimento que era ofício dado em carta assinada por Sua Majestade²⁵⁴.

Um dos pontos que suscitavam maiores dúvidas, relativamente a ser considerada ou não ocupação mecânica, era a de caixeiro. Fazendo-se até comparações sobre o privilégio das companhias. Por diversas vezes a Mesa da Consciência pediu esclarecimentos às dúvidas que lhe oferecia esta questão, por nela não se ter um preceito certo. Numa resolução assentou-se que os caixeiros de casas de negócios grandes, desde que não fossem das que vendessem a côvado, não fossem impedidos para receberem o hábito das Ordens Militares. Isto por ser nobre o exercício de aprender o negócio que nelas tivessem, por isso não ser considerado mecânico. O comércio grosso era tido como nobre e honorífico, em 1765²⁵⁵, por se considerar uma arte útil ao Reino. Mas a dispensa, neste caso, não supria o pagamento de um donativo.

²⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 26, mct 1, doc. 23.

²⁵⁵ Veja-se a exposição do tribunal das Ordens, datada de 1765: (...) *os habilitandos têm as qualidades precisas, lhe não sirva de impedimento o ter sido Caixeiro, ou como se explicam ter aprendido o negócio em aquelas casas de negócio grande; e todas as vezes que as casas não forem daquelas, que vendem a côvado, em que os mesmos Caixeiros vendem por medidas, ou retalho. Por quanto sendo negócio de si nobre, não pode induzir mecânica em quem o exercita, e sendo Ofício nobre, não pode ser perito no Ofício quem se não instruir nos seus princípios, nem deve servir de embaraço aos ditos Caixeiros o terem parte no mesmo negócio, ou receberem salários dos donos das Casas, pois é preciso que tenham de que vivam. E se um criado grave de qualquer Cavaleiro, Ministro, ou de outra qualquer pessoa graduada lhe não serve de impedimento o receber o salário de seu amo, mal pode servir de embaraço, quem por aquele princípio de Caixaria se vai habilitar para uma ocupação nobre, e poder ser útil ao serviço de Vossa Majestade, e à República, fazendo cada vez mais florente o Comércio. E se Vossa Majestade, atendendo só a um ramo do Comércio pela sua Real Grandeza foi servido em favor do mesmo Comércio livrar da mecânica a todos aqueles que com dez acções se interessassem nas Companhias do Alto Douro, Maranhão e Pernambuco, parece, que os que se habilitam pelos princípios ponderados, têm justo motivo para esperarem que Vossa Majestade declare que não necessitam de dispensa pelo título de Caixeiros, o mesmo favor a respeito do negócio concedeu Vossa Majestade aos Lavradores, que lavrassem pessoalmente as suas próprias terras, vivendo delas a maior parte do ano, e vivendo estes Caixeiros todo o ano do que granjeiam no negócio, têm duplicados motivos para esperarem a declaração que a Mesa pede e necessita para se tirar*

Existiam ofícios que nobilitavam os seus proprietários. Os moedeiros tinham honras de cavaleiros e nobres, por carta de D. João I. Neste caso, o estatuto permitia apenas a dispensa da falta de qualidade, não compreendia a de pagamento de donativos. Recorria-se ao livro dos privilégios e liberdades dos moedeiros, depositado na Casa da Moeda para aferir sobre esta matéria²⁵⁶.

As inquirições baseavam-se nos ditos de terceiros. Nada melhor que o candidato para clarificar o que lhe tivesse sido imputado. Por sua iniciativa usava o recurso para contestar o veredicto proferido. Era-lhe assistido esse direito de acção. Pretendia uma reanálise do processo, uma nova decisão para o seu caso. Assumia a aclaração do que contrariava ser um provável impedimento. Esclarecimentos ou artimanhas no recurso, em muitos casos garantiam a anulação da sentença anterior, alcançando a habilitação.

A falta de qualidade e de notória nobreza condicionaram muitas candidaturas ao seu malogro. A situação piorava se o defeito residisse no habilitando. A carga era maior que nos ascendentes, cuja probabilidade de ser exercida na altura do processo era menor. Quem tivesse brasão de armas apresentá-lo-ia²⁵⁷.

Poder-se-á afirmar que, a par da ausência de informações, designadas de *notícias*, a falta de qualidade terá sido o embargo mais pronunciado no tribunal das Ordens²⁵⁸. Não foram poucos os que o sentiram na pele. Até indivíduos bem colocados, institucionalmente falando²⁵⁹. Bem menos pesado que a mácula no sangue, é certo. Inequívoco que o monarca dispensava, na larga maioria das

de dúvida, e viver em uma regra certa. (...). O despacho do rei: *Como parece*. Em 1768 continuavam as dúvidas do tribunal das Ordens sobre este assunto. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 26, mct 1, doc. 19 e LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 380, fls. sem numeração.

²⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 44.

²⁵⁷ Cf. ANTT, MR, mç. 415, cx. 520, mct. 2.

²⁵⁸ Vide as estatísticas relativas a dispensas apresentadas por Fernanda Olival em *Op.cit.*, [D.L. 2001], p. 182.

²⁵⁹ Manuel Godinho de Nisa era oficial supranumerário da secretaria das Mercês e Expediente. Os defeitos de qualidade vinham dos seus avós. O paterno teve uma loja de luvas e o materno vivia de umas hortas que trazia de renda. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 42, n.º 37. Manuel de Sousa Ribeiro também era oficial da secretaria das Mercês. Contudo, fora no seu princípio escrevente de um advogado. No seu recurso explicou que assistiu somente em sua companhia. Brás de Carvalho, prior, tivera escritório de advogado, atestou que *em todo o tempo que na minha companhia assistiu o não tratei por meu criado, nem lhe dei soldada ou salário algum, antes lhe dei sempre toda a estimação como praticante e companheirismo pois assim o merecia o seu bom procedimento e préstimo*. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 36. Manuel da Silva Pereira era oficial maior tribunal do Desembargo do Paço, na Repartição das Províncias do Minho, e Trás-os-Montes. Fora no seu princípio sapateiro. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 5.

vezes, neste sobressalto. Os serviços, considerados relevantes, fariam mais alto.

Até obter a mercê da dispensação o candidato inquietava-se com o estigma de que, aos olhos dos outros, deixara de receber o hábito por defeito de sangue. Em causa estava a sua reputação e de toda a sua estirpe²⁶⁰. Comprometia a sua honra. Os deputados nos seus pareceres também referiam isso, a dúvida que se instalava, de que fosse por impureza de sangue²⁶¹. Este sentimento também era partilhado pelos candidatos em outros processos de habilitação, nomeadamente os do Santo Ofício e do Desembargo do Paço. Aliás, neste, em candidaturas para servir nos lugares de letras, se os habilitandos tivessem exemplos de dispensa do mesmo defeito de mecânica em parentes aprovados nas Ordens Militares usavam essa informação como trunfo²⁶². A Mesa do Desembargo do Paço era transigente a essa situação por questões de equidade. Não faria sentido não honrar alguém quando outro já fora agraciado, envolvendo a mesma causa.

1.9. Menoridade e maioridade

A idade mínima e a máxima consentidas para o ingresso nas Ordens Militares eram de 18 e 50 anos, respectivamente. No mestrado de Avis, os definitórios de 1631 ainda tentaram impor os 16 anos²⁶³. A classificação etária para o recrutamento estava interligada ao exercício das armas e à guerra contra os infiéis. Já se consideravam capazes de pelejar ou ainda em idade para tal, pelas condições físicas.

Apesar de os limites impostos quanto à faixa etária dos pretendentes, nem sempre se cumpriam os definitórios. Logo de tenra idade se podia abraçar a este desafio, o de obter um hábito, com 6 ou 7 anos, por exemplo. Para ser admitido nas milícias militares com menos de 18 anos pressupunha forçosamente uma

²⁶⁰ *Na demora padece o crédito do suplicante*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 30, n.º 23.

²⁶¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 16.

²⁶² Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, mç. 1025.

²⁶³ Cf. *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis*, Lisboa, por Jorge Roijz, 1631, Tít. III, Cap. VIII.

dispensa. Nem sempre foi fácil a obtenção da mesma. Recorria-se à mesma por algumas vezes. O correr do tempo jogava a favor do postulante menor. Alegava-se que o aspirante somara mais tempo desde o último pedido, diminuía os que lhe restavam e que até ao despacho adicionaria mais algum²⁶⁴. Do outro lado, chegaram a estar os sexagenários e os septuagenários que não deixaram de ser agraciados, mediante a devida dispensação. Era mais fácil a dispensa de maioridade do que a de menor²⁶⁵.

Ter qualidade ou ser considerada uma pessoa de qualidade superava faltas anunciadas. As da menoridade²⁶⁶ e as da maioridade²⁶⁷ eram exemplo disso. Neste defeito de menor de idade o rei também era condescendente com os filhos dos ministros que eram nobres e limpos²⁶⁸. O mesmo se aplicaria aos filhos de secretários da Mesa²⁶⁹.

²⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 15 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 30.

²⁶⁵ Cf. Fernanda Olival, "Cavaleiros que eram «crianças»; cavaleiros que eram «velhos»: questões etárias no acesso às Ordens Militares portuguesas (séc. XVI-XVIII)", in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente – Actas do V Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/GEsOS, 2009, p. 345.

²⁶⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 30. Por sua vez, quando não se tinha a idade mínima imposta pelos definitórios e este constituía o único entrave na candidatura, as probabilidades eram maiores para que se concedesse licença de dispensação ao habilitando. – Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra J, mç. 1, n.º 15. Contudo, serviços relevantes eram decisivos para isentar a menoridade. – Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 17. Os préstimos poderiam ser praticados por um titular que passara a mercê do hábito ao menor ou até por este. A carreira de serviços prestados à Coroa começava bem cedo. – Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 39. Ter só o embaraço da menoridade era facilmente atendido no pedido de dispensa quando se era natural, morador ou feito serviços na Índia. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 15.

²⁶⁷ As provanças de António de Freitas Tisnado confirmaram as qualidades, partes e limpeza do habilitando e de sua família. O único impedimento era o de ter 60 anos. Num quadro tão satisfatório em requisitos, foi dispensado da maioridade, mesmo ultrapassando a barreira da idade em 10 anos do que era exigido pelos Definitórios. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 49, n.º 56. Vejamos outros exemplos: Tomé de Gouveia de Sá e Queiroga, 61 anos. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 1, n.º 2. Manuel Barrocas Aguio tinha 70 anos. Também foi dispensado. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 39, n.º 78.

²⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 42, n.º 67.

²⁶⁹ Na informação lavrada no verso do último fólio da consulta consta que Manuel de Faria Severim e Francisco de Faria de Meneses, menores de idade, eram filhos do secretário Gaspar de Faria. Em outros processos nunca se referencia a filiação. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 41, n.º 8.

1.10. Falta de notícias

Nem sempre a recolha da informação desejada era frutífera. Pelo espaço e pelo tempo. Quando possível, o primeiro era contornado pela dispensa das habilitações nas *pátrias*, podendo na Corte ser reavida. O segundo, pela antiguidade dessas informações nem sempre se apresentava fácil para os candidatos no preenchimento da petição. Nem tão pouco na recolha das certidões. António Lobo da Costa Gama já tinha 59 anos, os seus avós tinham falecido há mais de um século. *Pela grande antiguidade e distância de tempo*, não existiam testemunhas que pudessem dar informações sobre a naturalidade e a qualidade dos seus avós²⁷⁰. Manuel Soares Dourado duvidava de que as testemunhas soubessem a naturalidade do seu avô por este ter falecido com 70 anos, havia mais de 65. Perfazia, assim, o total de mais de 130 anos²⁷¹. D. Miguel da Cunha não pôde satisfazer com a certidão de baptismo do seu pai, porque já passava de 120 anos, não se encontrara o assento onde ouviu dizer que fora baptizado. Das duas uma, ou não tinha a informação correcta do local ou por se terem queimado no incêndio de 1651. Também não conseguira reunir as certidões do baptismo e recebimento dos seus avós, de que não tinha notícia pela sua antiguidade, assim como a certidão do primeiro casamento de seu pai que casara muito novo, nas Alagoas do Sul, no Brasil²⁷².

Neste particular, quando se tinha familiares condecorados pediam-se os respectivos processos para que na Mesa se consultassem as suas provanças²⁷³. Nestes casos mandavam-se *juntar* as inquirições para esclarecer as dúvidas ou colher informações. Inúmeras vezes, procurava-se provar *com clarezas*. Depois de consultadas voltavam a ser arquivadas. Também se podia preceder a essa consulta, apresentando a carta de hábito do seu ascendente, quando a tivessem²⁷⁴. Eram alternativas. Mas só resultava se o defeito em causa não recaísse no próprio habilitando²⁷⁵. Da mesma forma se analisavam outros

²⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 9-9v.

²⁷¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 19.

²⁷² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 31, n.º 114.

²⁷³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 12 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 2, n.º 5.

²⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 23.

²⁷⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 2, n.º 7.

processos, mesmo que estes não fossem de parentelas, mas cujo denominador comum fosse o defeito²⁷⁶.

Quando já se estava habilitado pelo Desembargo do Paço, apresentava-se uma certidão deste tribunal com os dados em falta e como os mesmos não causaram, outrora, embaraço ou impedimento algum²⁷⁷. Até para as questões de mecânica se pediam certidões. Era informação que se ia buscar ao livro dos assentos dos bacharéis²⁷⁸.

O tribunal das Ordens insistia sempre para que os habilitandos informassem sobre as *pátrias*. Em alguns processos, por diversas vezes. A juntar-se uma suspeita de mácula no sangue, por um costado, era suficiente para se ficar inábil, enquanto não se apurasse a dita fama e se achasse a certeza das origens em falta²⁷⁹. Segundo Luiz de Bivar Guerra, era nódoa que alastrava como azeite em papel passento²⁸⁰. Quando ficava esclarecida a pureza de sangue, o fardo passava a pesar bem menos com a falta de informação sobre a naturalidade. Manuel Rodrigues Raposo era moço de guarda roupa do rei e servia-lhe no mesmo foro nos Paços de Sintra. A sua ocupação ajudou-o na dispensa de falta de notícia sobre as origens do seu avô paterno²⁸¹.

À falta de informação, o processo ficava pendente de novos dados. Pedia-se ao candidato para que o desembaraçasse com as notícias em falta²⁸².

²⁷⁶ Em 1751, na habilitação de Nicolau da Mota Lobato, neto de avó que fora exposta. Para a Mesa esclarecer a dúvida se os enjeitados constituíam um entrave ou não pediu a consulta de processos que também envolvessem expostos. Desta feita, verificou que os justificantes foram dispensados, mas apenas pela falta de notícia. Por força do direito, os enjeitados eram reputados de puro sangue. No caso de Nicolau da Mota Lobato, existiam notícias sobre a sua avó nos processos dos seus dois irmãos. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 9.

²⁷⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 16, n.º 7.

²⁷⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 10, n.º 12.

²⁷⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 52.

²⁸⁰ Cf. *Op. cit.*, p. 208.

²⁸¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 42.

²⁸² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 96.

1.11. Ser accionista das companhias pombalinas²⁸³

Estava estipulado que todos os que serviam uma companhia nos cargos de provedor, deputados, conselheiros, administradores, caixeiros e os que tivessem no mínimo dez acções gozavam do privilégio de nobreza. Por força da lei, ser titular dessas acções equivalia a ser-se nobre, a ter o mesmo trato. Era concedido pelo monarca através de alvarás de lei, especificamente para cada companhia. A da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro regia-se pelo alvará de 10 de Setembro de 1756, a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão pelo alvará de 10 de Fevereiro de 1757, por exemplo. De acordo com as necessidades reformulavam-se, ao longo do tempo, estes diplomas com as devidas alterações. Pedia-se para que, no momento de receber os hábitos, não tivessem exercícios incompatíveis com a nobreza e que a graça concedida fosse pessoal e intransmissível. Conceitos alargados ao seio da família. Passando as acções a terceiros, por compra, doação ou qualquer outro título, não poderiam gozar do privilégio que era restrito aos accionistas originários, fundadores das companhias²⁸⁴. O rei determinava o cumprimento destes e outros termos pelo Desembargo do Paço, regedor da Casa da Suplicação, Conselho da Fazenda, Conselho Ultramarino, Mesa da Consciência e Ordens, assim como pelos governadores da Casa do Cível, das Relações da Bahia, Rio de Janeiro, vice-rei, capitães, generais do Brasil, ouvidores gerais e todos os desembargadores, corregedores, juizes, e justiças de seus reinos e senhorios²⁸⁵.

Os habilitandos solicitavam, em petição aos provedores e deputados das companhias, a emissão de uma certidão que confirmasse que nelas

²⁸³ Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, Companhia Geral das Pescarias Reais do Algarve.

²⁸⁴ Cf. ANTT, MR, liv. 365.

²⁸⁵ *Com tanto que ao tempo, em que os houverem de receber, não tenham exercícios incompatíveis com a Nobreza, e que esta graça e a da Aposentadoria, sejam somente Pessoais a favor dos Originários Accionistas, sem que deles possam passar às Pessoas, que por venda cessam, ou qualquer outro título lhe sucederem nas ditas Acções originais, e da primeira fundação da sobredita companhia.* ANTT, MCO, OOMM, Papéis diversos, mç. 26, mct 1, doc. 20.

desempenhavam um cargo e/ou fossem accionistas das mesmas²⁸⁶. A certidão era lavrada por um secretário da companhia, cujo sinal era reconhecido por instrumento tabeliônico. Nela constava a informação extraída dos livros das apólices dos accionistas. Apresentavam à Mesa da Consciência esta prova de titularidade das acções pela certidão de apólice. O documento qualificava-os como accionistas originários, sob pena de não ser válido sem tal designação²⁸⁷. Por força dos diplomas, estes accionistas estavam em pleno gozo de uma mercê e privilégio que lhes assistia por lhes ser concedido o serem julgados como habilitados para receber os hábitos, sem dispensa de mecânica²⁸⁸. Esta acção tinha, assim, efeitos na falta de qualidade do habilitando e compreendia também a de seus pais e avós, não obstante os impedimentos, estes desvaneciam²⁸⁹. Assim como também todas as multas e contribuições provenientes do mesmo embargo. Em todo e qualquer defeito daquela natureza²⁹⁰. Outra falta não estaria contemplada, como a menoridade ou a maioridade, por exemplo²⁹¹. Os filhos, netos dos nobilitados e respectivas consortes também ficavam hábeis, por alvará, para gozarem da nobreza, uma vez adquirida pelos seus pais ou avós²⁹².

Tratou-se de um procedimento que favoreceu muitos dos que estariam nos termos de estarem *embaraçados* pelos meandros burocráticos destes processos de habilitação. Aliás, esse facto ficava registado no processo, de que na forma dos definitórios estariam nos termos de se julgarem impedidos, inábeis, mas pela certidão de apólice ficavam habilitados para receber o hábito da Ordem Militar²⁹³. Sem multas ou contribuição alguma.

Alguns dos candidatos ao hábito já eram proprietários destes títulos à data de início dos seus processos. Mencionava-se nas petições. No entanto, em outras candidaturas só fariam referência aos mesmos após a consulta de conta. Nesta detectavam-se, numa primeira instância, os impedimentos. Com a

²⁸⁶ Manuel Eleutério de Castro era accionista de dez acções da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e estava servindo de deputado da mesma. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 15, n.º 13.

²⁸⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 28, n.º 44.

²⁸⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 14, n.º 11.

²⁸⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 30, n.º 35, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 21, n.º 10 e ANTT, MR, liv. 365.

²⁹⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 28, n.º 37.

²⁹¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 10, n.º 9.

²⁹² Cf. ANTT, MR, liv. 365.

²⁹³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 15, n.º 13 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 5, n.º 9.

apresentação da certidão de apólice dava-se o *volte-face* nos trâmites processuais²⁹⁴. Pedia-se que o requerimento e a certidão fossem incorporados no processo e pelo privilégio de accionista originário para ser dispensado e aprovado para o hábito. Poder-se-á presumir uma estratégia? Uma aquisição de acções após o registo do impedimento de forma a contorná-lo? Na verdade, até o próprio monarca admitia que a documentação era apresentada no momento dos embargos, nas sentenças proferidas pelos deputados. Perante os novos elementos, cabia à Mesa reformar os ditos despachos²⁹⁵.

A maior parte dos habilitandos era detentora de 10 ou de 12 acções, no valor de 400.000 réis cada uma. Era o número mínimo de títulos exigido. Também se podia patentear na petição o número de acções de um familiar. Tomé Correia de Araújo expôs no seu documento que possuía 10 acções da Companhia de Pernambuco e o seu pai tinha 26 acções da mesma companhia²⁹⁶.

Parece que o privilégio não fora extensível a todas as companhias, no mesmo período. Em 1764, António de Araújo Lima, accionista de 10 acções da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, contestou o facto de não ter sido concedido a esta o mesmo privilégio atribuído à de Pará e Pernambuco. O habilitando pretendia ser dispensado enquanto accionista para receber o hábito da Ordem de Cristo²⁹⁷.

1.12. Os donativos

As multas ou donativos resultavam de um pedido de dispensa de impedimentos apresentado pelo habilitando como recurso à decisão tomada em consulta. A troca de dinheiro, marinheiros ou serviços. O mestre das Ordens

²⁹⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 26, n.º 16.

²⁹⁵ Cf. ANTT, MR, liv. 365.

²⁹⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 5, n.º 5.

²⁹⁷ Cf. ANTT, MR, liv. 366, fls. 21v-22. Vide Fernanda Olival, "O Brasil, as companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de Setecentos", in *Anais da Universidade de Évora*, n.ºs 8-9, 1998-1999 [2001], pp. 73-97. Da mesma autora, vide o capítulo que trata das dispensas através das acções das companhias pombalinas em *Op. cit.*, [D.L. 2001], pp. 202-206. Vide também Roberta Stumpf, *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das Ordens Militares nas Minas Setecentistas*, Brasília, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Brasília [Edição policopiada], 2009.

consentia esta modalidade de permuta, face aos apelos que lhe dirigiam. A partir de finais de seiscentos, as dispensas transformaram-se num mecanismo financeiro favorável ao centro político²⁹⁸.

Não existiam índices ou tabelas para o emprego de multas. Nada estava fixado neste ponto. Tratava-se de uma análise particular sobre cada caso, numa base de avaliação subjectiva. Aplicava-se a multa em função da qualidade, da quantidade²⁹⁹ e da natureza do defeito. Apontavam-se outros factores determinantes para o despacho como o tipo de serviços³⁰⁰, se eram próprios ou de outrem, remuneráveis ou não, serem os impedimentos sórdidos ou insignificantes, vis, já se estar nobilitado na família, o falecimento do titular do defeito, ter pequenos ou grandes negócios e o confronto com outros exemplos. Exercer ofício mecânico era um obstáculo sórdido. Ser filho ilegítimo consistia num impedimento de pouca consideração³⁰¹. Mas também dependia do entendimento de cada deputado³⁰². Semelhantemente quando se era exposto. Aqui, a falta residia em não ter notícias, desconhecer quem eram os progenitores, a sua família. Declarava-se, desde logo, na petição, esse facto³⁰³. Existiam demasiadas variáveis que podiam concorrer ou não no habilitando. Em

²⁹⁸ Cf. Fernanda Olival, *Op. cit.*, [D.L. 2001], pp. 186-187.

²⁹⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fl. 25v.

³⁰⁰ O beneficiado Clemente José da Cunha era, para além de sacerdote, capelão e secretário de Cortes do Cardeal da Cunha e fora muitos anos do Cardeal Patriarca Dom Francisco de Saldanha. Era também secretário do Santo Ofício na Inquisição de Lisboa; fora oficial maior da Secretaria da Academia Real da História Portuguesa e praticante, durante muitos anos, da secretaria da Fazenda da Casa de Bragança, sem vencimento de ordenado ou propina alguma. No parecer dos deputados, pesaram os serviços prestados nas várias repartições, mas destacaram o de secretário do Santo Ofício relativamente aos demais. Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 15v.-16.

³⁰¹ Nuno Álvares Botelho era filho ilegítimo. No seu recurso expôs que estava servindo no Estado da Índia, filho do Conde de São Miguel, Dom Francisco Botelho. Estes dados não terão interferido também na dispensação? Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 4, n.º 27 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 39, n.º 77.

³⁰² Manuel de Noronha Manuel era filho bastardo, nascido de uma relação do seu pai com uma criada. Sobre o seu pedido de dispensa deste embaraço os deputados deram o seu parecer. Rui de Moura Teles e António de Tavares e Carvalho consideraram que se dispensasse o suplicante no impedimento de ser bastardo para receber o hábito aos dezoito anos. Martim Monteiro e Paim e o Monteiro Mor presidente foram de opinião que devia ser dispensado nos dois obstáculos, dado que não tinha outro e no da bastardia já estar legitimado pelo rei. Quanto à falta de idade, também devia ser dispensado por se achar com mais de 12 anos e o rei já ter dispensado com outras pessoas de menos idade. Por sua vez, Luís Vieira da Silva referiu que o defeito da ilegitimidade é um dos que proibia os definitórios e que não era de tão pouca consideração para ser suprido sem o merecimento de alguns serviços e nessa matéria o suplicante não os tinha executado. Desta forma, considerava que o rei não deveria conceder a dispensa requerida. No despacho, o rei seguiu-se pelo parecer de Martim Monteiro Paim e de Monteiro Mor presidente. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 6.

³⁰³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 25.

algumas ocasiões, o pretendente teve de reunir mais anos de serviço após o último despacho³⁰⁴.

Os embargos, por vezes, eram supridos em troca de um donativo (marinheiros para a Armada Real, dinheiro para uma obra pia, despesas da Mesa³⁰⁵, despesas dos socorros da Índia, etc.) proposto pelo rei, pela Mesa ou até pelo próprio habilitando na ânsia de ser condecorado. Nem sempre o monarca concordou com a aplicação de uma multa, em donativo, proposto pela Mesa ou por alguns dos seus deputados. No caso de Nuno Prestes da Silva, os deputados propuseram o donativo de dois marinheiros e o rei entendeu que deveria ser um simples quantitativo em dinheiro. No processo de Tomé Correia Soares, este propôs oferecer um donativo de dois marinheiros para a Armada Real, o que foi indeferido pelo rei. Assim, o habilitando aumentou a fasquia para três marinheiros. O valor da dispensa dos impedimentos acabou por ser de 4.000 cruzados para uma obra pia³⁰⁶. Tomé Moreira de Araújo ofereceu um donativo de oito marinheiros para a Índia, mas a Mesa, no seu parecer, sugeriu a troca de pagamento de 8.000 réis para as obras e sustento do Colégio dos meninos órfãos. Contudo, o rei decretou o donativo de 4.000 cruzados³⁰⁷. Manuel de Lima Souto pagou 2.400.000 réis para as despesas da Mesa³⁰⁸. Porventura o habilitando também podia oferecer, por sua iniciativa, anos de serviço, fossem seus ou de outrem, para ser dispensado³⁰⁹. Ou em despacho da Mesa se decidir os anos cativos. Os serviços feitos até à data podiam assim ser cassados. Em alguns casos assumia-se uma espécie de dívida de serviços, correspondente

³⁰⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 63.

³⁰⁵ O pagamento de multas constituiu uma fonte de obtenção de liquidez para fazer face à situação financeira do tribunal das Ordens. Em 1739, a Manuel Ribeiro da Silva pediu-se o donativo de 2.000 cruzados para as despesas da Mesa que se achavam exaustas. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 67. A Manuel Soeiro de Anreade aplicou-se, em 1740, o donativo no valor de 240.000 réis para as despesas que se encontravam quase *exaustas sem haver por onde se possam pagar as propinas aos Ministros e mais oficiais*. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 20. Sabe-se que, em 1745, as despesas continuavam a encontrar-se *exaustas e com dívida*, nas palavras dos deputados. Por diversas vezes, já tinham dado conhecimento da situação ao monarca. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 44. Neste âmbito, os valores entregues pelos habilitandos ao tribunal eram aplicados no pagamento dos dispêndios correntes e propinas. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 7, n.º 9.

³⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 56.

³⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 67.

³⁰⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 25.

³⁰⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 20, n.º 4.

aos anos que viria a fazer no futuro, num período determinado ou até ao fim da vida³¹⁰.

Pela avaliação feita, os numerários de 20, 50 moedas, 500.000 réis eram considerados como multa moderada³¹¹. Podia ainda recorrer a uma dispensa gratuita, sem pagamento ou a uma atenuação da multa ou donativo. Por vezes, era o próprio habilitando que apresentava o valor que conseguia pagar de multa. António Lopes da Fonseca, familiar do Santo Ofício, quis ser aliviado do donativo de 10.000 cruzados em que fora multado pela dispensa para receber o hábito da Ordem de Cristo. Uma exorbitância para aquilo que podia liquidar. Pediu que a multa fosse minorada para 3.000 cruzados. Os valores eram, por vezes, negociáveis face às conveniências entre as três partes. De um lado, o monarca para sustentar a sua máquina de servidores e reforçar as redes de fidelidade. Do outro, o tribunal, para cobrir as suas despesas. E por fim, o pretendente com imensas mecânicas, incluindo na sua pessoa, ávido de uma venera. António Lopes da Fonseca asseverou que só conseguiria pagar essa quantia, mesmo esta a muito custo, em virtude dos estragos que tivera com o terramoto de 1755. Tanto mais, pela duração do processo, era pessoa vexada pelas especulações da vizinhança, por ainda não receber o hábito da Ordem de Cristo. A Mesa fixou o valor da multa em 6.000 cruzados. Passados alguns meses, o habilitando efectuou o pagamento³¹².

Para obter a dispensa gratuita era necessário que os serviços justificassem ou que o habilitando apresentasse outros motivos de relevância, caso contrário teria de pagar algo ou cassarem-lhe anos de serviço³¹³.

Neste panorama, muitos alegaram não terem condições para assumir o pagamento³¹⁴. Aconteceu com maior regularidade com o terramoto de 1755, onde muitos dos aspirantes a um hábito perderam os seus bens. Salientavam-se, igualmente, as despesas cometidas nos serviços. Em tom calamitoso, expressavam o investimento de todas as suas finanças no emprego das guerras.

³¹⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 45, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 4, n.º 7 e ANTT, MCO, liv. 54, fls. 32v.-33.

³¹¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 16-16v., 27 e 33v.-34.

³¹² Cf. ANTT, MNEJ, cx. 145, mç. 73 (2.ª incorporação).

³¹³ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 8-8v., 25v., 26-26v., 28v.-29 e 41v.-42.

³¹⁴ Manuel Pereira Cavaleiro estava sem cabedais para suportar o encargo de pagar quatro marinheiros. Em jeito negocial, ofereceu-se para servir no Estado da Índia para que lhe fosse concedida a dispensa na falta de qualidade, embarcando na monção *presente*. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 45.

Por consequência, não tinham como liquidar a multa aplicada. No entanto, nem sempre as exposições realizadas pelos titulares das mercês de hábito lhes eram favoráveis, revertiam contra os mesmos. Dizer que não se tinha dinheiro para pagar uma multa pressupunha não ter suficiência, não se tratar com a decência exigida com que deviam todos aqueles que ostentavam o hábito de cavaleiros de uma das Ordens Militares. Paradoxalmente, podia ser encarado como prova de lealdade, despendar a sua fazenda ao serviço da Coroa. Uma contradição neste sistema de mercês de hábitos.

Mesmo quando um dos requisitos para a entrada nas Ordens Militares era a sua robustez física, aceitava-se a entrada de indivíduos com defeitos corporais, incapazes de servirem na guerra³¹⁵. Em alguns casos exigia-se maior exame sobre as limitações que os candidatos poderiam apresentar.

Imperava a imagem estereotipada do agraciado pelos definitórios. Este quadro normativo era usado como filtro selectivo. O ser-se habilitado pelas Ordens já se tornara uma cultura geracional para algumas estirpes³¹⁶. Os obstáculos que não eram de sangue, de uma forma ou de outra eram superados.

1.13. Mesa versus Rei

Já se tem destacado algumas situações em que o tribunal das Ordens, nos seus pareceres, tem demonstrado um cumprimento estrito dos definitórios. Postura que não era partilhada com o mesmo rigor pelo rei. Jogavam os interesses políticos. Em alguns casos, estava-se perante um contraste de opiniões. Por um lado, os deputados do tribunal que escrupulosamente executavam o que o regimento determinava, por outro, os monarcas que cedem aos pedidos de dispensa, aos apelos e às dificuldades enunciados pelos habilitandos. A *pátria comum* era o que mais inquietava a Mesa. Em 1658, a Mesa expôs a situação ao rei, D. Afonso VI. O que estava em causa era que *por nenhum modo, nem em nenhum caso se pode alterar, por ser lei, e por Vossa Majestade a haver jurado guardar e fazer guardar, e o contrário tem muitos*

³¹⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 40, n.º 44.

³¹⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 29, n.º 1.

inconvenientes, se se faltar à ordem e à disposição da mesma Lei, que Vossa Majestade deve mandar se guarde, e se não inove nela coisa alguma.

Na opinião da Mesa, era preferível o habilitando ir para a Índia sem hábito que transgredir com um exemplo adverso. O que era respeitado pelos monarcas anteriores, o costume. Enumerou uma série de situações em que se praticara “à risca” os definitórios, mesmo envolvendo partidas para a Índia. Nem com o Infante D. Duarte se deixou de ir a Madrid para não quebrantar os definitórios. Ao ponto de referir um caso em que se despachou favoravelmente, de cuja decisão se arrependeu o monarca D. João IV, pedindo este, mais tarde, que *jamais servisse de exemplo, e que dali em diante se não admittissem requerimentos desta qualidade, antes em todos se pusesse perpétuo silêncio, o que de tal maneira se guardou.* Dos exemplos dados, mostrou que seguidamente se escusaram pedidos daquela natureza. No mesmo documento, a Mesa frisou os trâmites a que o rei deveria dar atenção para estes casos. (...) *sempre convirá muito, antes de Vossa Majestade ser servido tomar Resoluções semelhantes, mandar remeter à Mesa os requerimentos das partes, porque informado Vossa Majestade dos Estatutos, e Estilos, do Tribunal que por ofício tem o saber o que nele passa, se ajustem as Resoluções que mais convierem, lembrando mais a Vossa Majestade que nesta matéria das Inquirições, importa ainda muito mais toda a vigilância e exame sobre as pessoas que houverem de entrar na Ordem, que é o mesmo que os Senhores Reis predecessores de Vossa Majestade encomendaram sempre muito a este Tribunal.*

Em resposta, o monarca referiu que, sem embargo de seu pai ter executado na forma que a Mesa mencionara, pelos fundamentos bem justificados que apresentara e reconhecer que se devesse cumprir os definitórios, *contudo os tempos alteravam muitas coisas.* No processo em causa, foi peremptório, era para cumprir o seu decreto e noutras ocasiões que não fossem tão justificadas como esta se guardariam os definitórios, *posto que nos tempos passados se dispensava neste com facilidades.* Desta forma, aceder ao pedido do habilitando pelos feitos da guerra. Uma verdadeira troca de palavras em que se marcaram posições, a do rei e a da Mesa da Consciência e Ordens³¹⁷.

³¹⁷ Trata-se de uma cópia relativa ao processo de Dom Jerónimo Manuel, que consta no de Manuel Nunes Leitão. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 10.

1.14. As entropias

Os processos de concessão de hábitos também conheceram episódios de falsários, extorsores e mendazes. À semelhança do que se registava em outras instituições no período Moderno, como no Santo Ofício³¹⁸, também nas Ordens Militares praticaram-se esquemas ludibriosos. Também em Espanha³¹⁹. Não se olhavam a meios para atingir os fins. Registaram-se alguns desvios provocados por infracções, incorrendo em penas graves. Desde a adulteração de documentos, passando pela extorsão de dinheiro, à falsa identidade dos intervenientes.

O processo de Filipe Costa Pessoa é um bom exemplo disso. A própria Mesa reconheceu, em 1722, não ter outro caso idêntico. Efectuaram-se todos os trâmites prescritos, desde a apresentação da portaria da Secretaria das Mercês e Expediente, a petição do habilitando, a ida dos comissários às naturalidades para as inquirições até ao despacho final, sem defeitos, quer de sangue, quer de mecânica. Estava aprovado. Seguiu-se o protocolo habitual, passaram-se as cartas e o habilitando recebeu o hábito no Convento de Tomar. Findos os procedimentos da concessão do hábito, constou, por informação secreta, no tribunal das Ordens, a existência de irregularidades no processo. Denunciou-se a ocultação das mecânicas do pai e as dos quatro avós nas inquirições. Para apurar a veracidade daquela informação, emitiu-se uma provisão para que o administrador da prelazia de Tomar averiguasse acerca do dito Filipe da Costa Pessoa e dos seus ascendentes. Nesta diligência confirmaram-se os dados, o pai fora no seu princípio criado de servir por soldada, depois barbeiro. Quanto aos avós paternos, trabalhador e lavandeira, os maternos, alfaiate e mulher humilde. A informação divergia assim dos testemunhos recolhidos nas inquirições. Nestas e na consulta de conta afirmou-se serem nobres, sem prática de ofícios mecânicos. Havia que apurar as responsabilidades, sobre quem recaíam as culpas do sucedido. Nas testemunhas que não depuseram, nos comissários que não souberam inquirir ou

³¹⁸ Vide Nelson Vaquinhas, *Op. cit.* e João Furtado Martins, *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2015.

³¹⁹ São bastante elucidativos os casos apresentados por Domingo Marcos Giménez Carrillo. Vide *Op. cit.*, 2014, pp. 158-161.

até mesmo, na má-fé, se adulteraram os seus ditos. Para obter uma resposta, lavrou-se nova provisão, esta para o corregedor de Santarém, cavaleiro da Ordem de Cristo, para com o prior da colegiada de Alcáçova de Santarém investigassem os ofícios e ocupações dos visados. Para isso, escolheram novas testemunhas e reperguntaram todas as outras das primeiras inquirições. Quanto a estas, leram-lhes os seus depoimentos para averiguar a fidelidade dos mesmos.

Certificou-se serem verdadeiras as mecânicas e os ofícios humildes. Quanto às testemunhas reperguntadas, estas informaram não terem sido inquiridas por um cavaleiro, mas sim pelo freire clérigo Manuel Coelho Valadares. Este indagara-lhes e escrevera. Apenas as inquiriu acerca da limpeza de sangue. Não as questionou sobre a nobreza dos pais e avós do habilitando, mas elas por si declararam os seus ofícios. Aliás, perguntando-lhes teriam respondido o que sabiam sobre a matéria por serem públicas as mecânicas que tinham. Se a informação não constara nas inquirições era a prova de que o padre omitira e deturpara as informações. Para o efeito, como procedimento, as testemunhas afirmaram não terem sido subornadas nas inquirições.

Era um quadro demasiado complicado para quem engendrara todo aquele cenário. O tribunal decidiu a prisão do freire fr. Manuel Coelho Valadares, no Limoeiro, considerando-o mais culpado. Seria interrogado sobre a falsidade da inquirição. A mesma sorte teve o cavaleiro José da Mota Silva, para a cadeia de Torres Novas.

Encarregou-se o juiz geral das ordens de indagar o freire. Este confessou que o cavaleiro lhe entregara a provisão, na sua casa em Torres Novas, sem que este o acompanhasse nas diligências, em Tomar. Actuara sozinho nas inquirições. Depois de realizadas, entregou-as ao cavaleiro, o qual assinara os depoimentos das testemunhas e fizera a conta. Admitiu não ter recebido qualquer suborno ou maquinação da parte do habilitando. Embora assim fosse, não escapara à culpa quando se provou ter forjado os ditos das testemunhas. Mais, por malícia, não as questionara convenientemente.

Provadas as mecânicas, os ofícios humildes e a habilitação falsa de Filipe da Costa Pessoa, aplicou-se a pena de privação do hábito de Cristo. Ordenou-se que sobre isto se colocassem verbas nos livros de registo da secretaria da câmara da Ordem, Chancelaria e do convento de Tomar. Faça-se notar que a

punição aplicada não se encontrava expressa nos Definitórios da Ordem de Cristo, mas era conforme o direito e se achava nos Definitórios da Ordem de Santiago e nos da Ordem de Avis e, por isso, igualmente praticada nos habilitados com inquirições falsas para o hábito de Cristo. Quanto aos comissários da diligência, ficaram privados do exercício de as cometer e obrigados a restituir os salários que *contaram* e cobraram ao tesoureiro dos depósitos.

Por ser considerado mais culpado no processo da habilitação falsa, ao fr. Manuel Coelho determinou-se a sua suspensão (da sua igreja durante cinco anos) e dois anos de degredo para o couto de Castro Marim. E o Cavaleiro José da Mota Silva pela culpa de não realizar a diligência, de a assinar e por dar a conta no tribunal contra a verdade, aplicou-se a pena de suspensão da cobrança da sua tença por três anos, degradado por dois para o dito couto de Castro Marim³²⁰.

Cerca de 1781, chegou outra denúncia ao tribunal das Ordens, por carta, de uma habilitação falsa. Nem o cavaleiro, nem o freire fizeram a inquirição. A diligência foi assumida pelo padre António do Couto, portador de uma venera ao peito pendente de uma fita verde. Não era cavaleiro, mas clérigo do hábito de São Pedro. Foi visto à porta do pai do habilitando, de onde saiu o irmão deste, o padre José Luís Pinto. Na botica de um vizinho, onde se encontravam algumas pessoas, estas foram levadas por aquele a jurar diante do padre António do Couto, como comissário do Santo Ofício, para serem inquiridas sobre o seu irmão que queria ser familiar da Inquisição. Passados pouco dias, descobriam-se que era para cavaleiro da Ordem de Cristo, assim como se desconfiou da estranheza da habilitação. O irmão do habilitando, o padre José Luís Pinto, foi preso, considerado autor de toda a falsidade. Havia compactuado com o abade da Sé do Porto, Manuel Ramos Vieira, na entrega de 15 cartas. Na base da artimanha estava um lucro de 705.000 réis. Instruíam-se as testemunhas para que, ao serem inquiridas, soubessem responder e jurar sem equivocação.

O comissário António Bernardo Álvares de Brito e o freire escrivão Francisco de Viterbo e Sousa foram implicados nos crimes de falsários, ladrões e perjuros. Foram considerados falsários por fazerem a habilitação em sua casa, declarando a terem feito nas naturalidades. A juntar a isso, o padre António do Couto, como

³²⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 168, n.º 1.

comissário que perguntara algumas testemunhas, inquirindo-as falsamente, mencionando o nome delas, inclusive de uma pessoa já falecida há 46 anos. Constavam ditos de testemunhas mortas e de outras que nunca existiram. Mais o facto de considerarem o habilitando nobre e sem defeito de mecânica, quando era filho de um alfaiate e de uma torneira, neto de uma vendeira. Foram chamados de ladrões pela conta da diligência que apresentaram, incluindo idas, vindas e estadas, sem saírem de casa. Mais a parte que recebessem do abade no ajuste e a repartição que havia de fazer com eles, como assim ao padre José Luís Pinto. E, no crime de perjuros, por não respeitarem os Estatutos da Ordem ao jurarem ambos que executaram a provisão, assinando os autos, que, na verdade, não a cumpriram. Pelo contrário, enveredaram pela corrupção e pelo suborno.

O tribunal exigiu penas severas a todos os envolvidos neste esquema de falsidade. E não eram poucos³²¹.

Havia comissários oportunistas que se aproveitavam das funções que ocupavam para extorquir dinheiro aos habilitandos. Em 1767, a Mesa da consciência deu conhecimento ao mestre das Ordens dos actos de corrupção praticados pelos agentes do Porto. Tratava-se de uma matéria considerada grave, o de subtrair, indevidamente, donativos consideráveis às partes³²².

Outro dos problemas que surgiam nestes processos eram as falsificações de documentos, com apurada ardileza. Na maior parte dos casos, eram cometidas pelos párocos nas certidões que lavraram sobre baptismos e casamentos³²³.

No século XVII, o rei ordenou a existência de um livro para o lançamento das petições dos aspirantes aos hábitos. O objetivo era controlar as fases inerentes a cada processo, saber quem tinha efectuado as diligências e as datas dos trâmites associados. Na falta destes registos, alguns daqueles que saíram reprovados na sua candidatura, maliciosamente, tentavam novas provanças, omitindo a existência das anteriores. Trata-se de uma estratégia fraudulenta em

³²¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 77v.-79v.

³²² ANTT, MR, mç. 408, cx. 511.

³²³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 168, n.º 1, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 32, n.º 9.

que os postulantes depositavam alguma expectativa, *fiados no esquecimento que o largo tempo traz consigo e na falta de ministros*³²⁴.

Em 1746, a Mesa informava acerca de uma série de situações de delito quanto ao uso de distintivos, sobre os quais se ordenou ao corregedor do crime da Relação do Porto que averiguasse. Enunciemo-las. O padre Francisco Moreira de Magalhães, que não era cavaleiro, usava publicamente o hábito da Ordem de Cristo havia mais de 5 anos. Apesar de já ter sido repreendido, não deixara de o fazer. João Ferreira, boticário, também usava o hábito de Cristo. Nas procissões de Corpo de Deus, vestia o manto branco com cruz vermelha no lado, sem diferença dos verdadeiros cavaleiros. Desculpava-se que não se tratava de uma venera da milícia tomarense, mas um esporão que mandara vir de Itália, onde era irmão de uma confraria. Francisco Gomes, Abade da freguesia de Cristelos do Bispado do Porto, e o Padre Abade reservatário da mesma freguesia usavam do mesmo hábito do esporão, trazendo-os pendentes em fitas vermelhas. Eram veneras de ouro, esmaltadas de branco, semelhantes às de Malta, *na Cruz umas riscas vermelhas, e azuis, e um ténue sinal de Esporão no remate, e fundo da dita Cruz*. Bernardo de Beça Leal, cavaleiro de Santiago, usava o hábito de Cristo em vez do da sua ordem há muitos anos. Era longo o rol de crimes contra as ordens³²⁵. Segundo o Procurador da Coroa, a Ordem de Cristo em Itália era reputada em pouco. Tinha uma conotação pejorativa. Tratava-se de uma verena concedida pelos pontífices a *pessoas muito ordinárias e que não têm nobreza*. Apesar das diferenças no desenho da cruz, havia quem usasse a insígnia, iludindo ser um cavaleiro português³²⁶. Era frequente o uso de hábitos ou medalhas que não fossem das Ordens Militares do reino de Portugal e de Malta com o intuito de as aparentar.

1.15. Malogros

A história dos ingressos nas Ordens Militares não se fez apenas de êxitos, mas também de infortúnios. Para além dos reprovados, registaram-se os que

³²⁴ Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 478, fl. 127.

³²⁵ Cf. ANTT, MR, mç. 452, cx. 566, n.º 27.

³²⁶ Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças, liv. 70, fls. 66v.-67.

não alcançaram a cobiçada insígnia por falecimento e, por fim, os que não a souberam dignificar no decurso pós nomeação, os prevaricadores. Nos casos mal-sucedidos, os processos recebiam a indicação, no final, que se destinavam ao cofre³²⁷.

Quando não se conseguia refutar as informações reunidas nos interrogatórios nem obter as devidas mercês de dispensa invalidavam-se as candidaturas. As provas eram essenciais. Muitos dos postulantes ficavam *empatados* logo na fase da avaliação dos interrogatórios. Era difícil preencher todos os requisitos exigidos pelos definitórios. Não é de admirar o número excessivo de candidatos considerados inaptos após as averiguações nas naturalidades. Os pareceres dos deputados da Mesa nas consultas de conta são prova disso³²⁸. O estrito cumprimento das directivas não dependia em exclusivo do justificante, mas também da sua estirpe. Pior que as certezas eram a falta de informação e os rumores. Arrastavam no tempo os trâmites processuais. Apenas uma pequena parcela de candidatos terá ficado apta numa primeira fase do processo. No entanto, estes não se deixavam ficar pela primeira recusa. A honra constituía o capital simbólico dominante na vida do indivíduo, no período Moderno. A imagem patenteada por uma família perante uma sociedade não se compadecia com compassos de espera e com despachos desfavoráveis. Perfilava-se que se era merecedor de ostentar, na lapela, a insígnia de uma das Ordens Militares. Nos moldes teóricos, não tendo informação porque se era julgado negativamente restava ao candidato apresentar provas do contrário. Estas também podiam ser rogadas pela Mesa. A reprovação dava-se em cenários de muita complexidade, onde se reuniam múltiplas mecânicas e falta de notícias, onde os motivos positivos apresentados não compensavam os pontos negativos.

Em outros casos, seriam razões de cariz económico que limitariam as acções dos pretendentes, no curso da sua defesa. O ingresso nas milícias militares ficaria para trás, com todos os inconvenientes que daí pudessem advir à sua pessoa e a toda a sua família. Decerto uma marca que comprometeria as próximas gerações até se diluir.

³²⁷ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 1, n.º 4.

³²⁸ A título de exemplo, cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 53, n.º 3.

Até a impureza de sangue podia ser isentada pelo papa. Os pedidos de dispensa dominaram a burocracia destes processos. Em 1779, o secretário de Estado, o Visconde de Vila Nova da Cerveira, Francisco António Marques Geraldês de Andrade, remeteu ao tribunal das Ordens 24 consultas de conta, juntamente com a relação destas. Era documentação despachada pelo rei e pertencente aos processos de habilitação em curso. O denominador comum destes *papéis* era o pedido de dispensa que tinha subido para resolução régia³²⁹.

As referências dadas sobre a morte dos habilitandos constam nos averbamentos lavrados nas portarias. Declarava-se que as mercês do hábito concedidas pelas portarias ficavam sem efeito³³⁰. Também no final do processo anotava-se que havia falecido. Outra das formas era quando alguém reclamava para si a mercê do hábito de quem falecera sem receber a insígnia³³¹.

Ninguém estava imune a que se lhe retirasse o hábito. As inquirições não eram irrevogáveis. Bastava algum indivíduo reprovar por defeito de cristã novice, que entroncasse na família, na mesma linha, de um outro já habilitado. Este podia ficar desapossado do seu hábito³³². Deste modo, significava estar privado das honras e direitos adquiridos outrora pela venera.

Em 1817, Gomes Freire de Andrade, comendador e cavaleiro da Ordem de Cristo, Manuel Monteiro de Carvalho e Pedro Ricardo de Figueiró, cavaleiros da Ordem de São Bento de Avis, foram processados pelo *crime de Lesa*

³²⁹ Relativos aos processos de Manuel Martins Couto, José Cordeiro Pereira, Venâncio José de Oliveira, José Ventura Fortuna, João José de Almeida, Carlos Cabral Teixeira, António José da Costa, Manuel Álvares Couceiro, José Antunes, Fernando da Costa Pacheco, Francisco António de Faria, Doutor Simão Pires Sardinha, Beneficiado Bonifácio Gomes, Bacharel José Dinis de Oliveira, Padre Correia de Carvalho e Cunha, Bacharel José Manuel Ribeiro Pereira, Bacharel Manuel Inácio da Gama, Desembargador António Dinis da Cruz, Manuel Dias de Carvalho, Doutor Inácio Xavier da Silva Palma, José António Domingues, Bacharel António Brandão Pereira, Bacharel António José Godinho e de António Calisto Orlandi. Cf. ANTT, MCO, liv. 96, fls. 31v.-32.

³³⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 46, n.º 4.

³³¹ Mariana da Costa, viúva do capitão Manuel Moniz de Almeida, requereu uma certidão em que constasse se efectivamente se havia mandado ou não lançar o hábito ao seu marido e se lhe haviam feito as inquirições a partir da respectiva portaria, datada de 20 de Maio de 1669. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 43, n.º 93.

³³² António Carneiro Coelho, cavaleiro do hábito da Ordem de Avis, viu o seu primo reprovar por cristã novice. As suas inquirições, aprovadas, foram de novo consultadas e, desta vez, sentenciadas por defeito de cristão-novo. Deu-se conta ao rei com a cópia da sentença e ordenou-se ao corregedor da comarca que o notificasse para que fizesse a entrega das provisões e não usasse mais hábito. Os primos recorreram com vários documentos e o monarca deu por nula a sentença da Mesa, ordenando novas inquirições. Desta feita, o rei ordenou ao tribunal que o promotor fiscal das Ordens agisse contra António Carneiro para efeito de ser privado do hábito. Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 500, fl. 4 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra J, mç. 87, n.º 62.

Majestade de primeira Cabeça, Alta Traição. Relativamente ao segundo, como exemplo, emitiu-se uma sentença a desautorizá-lo e a expulsá-lo da Ordem, tirando-lhe a insígnia de cavaleiro de que era considerado indigno. Enunciada por portaria, donde se extraiu a relação dos réus. João Maria Soares de Castelo Branco, cônego da Basílica de Santa Maria e freire conventual da Ordem de Avis foi quem recebeu as ordens pelo tribunal e executou o veredicto final que recebera por cópia. Conforme as instruções do tribunal levaria consigo o escrivão do juiz geral das Ordens para lavrar o termo da diligência, a assinar também por dois freires e na falta destes por dois cavaleiros que o deviam acompanhar na diligência. Para além destes procedimentos, prescreveu-se que se riscassem todos os assentos, onde constasse ser cavaleiro e o relaxassem à justiça secular para receber a respectiva punição. Assim o fez João Maria Soares de Castelo Branco, informando, no final, o cumprimento das ordens. Dirigiu-se à cadeia do Limoeiro e aí desautorizou os réus. Duvidou se Pedro Ricardo de Figueiró já tivesse professado ou usado a insígnia, mas mesmo assim declarou-lhe a privação de quaisquer honras e direitos que lhe pudessem provir da mercê concedida. Exemplo de que a graça outorgada pelo monarca já constituiria uma prova dos privilégios que lhes assistiam. A Mesa da Consciência que conduziria o processo subsequente levaria à confirmação do uso pleno dessas honras e direitos.

Posteriormente ter-se-á feito nota do sucedido no Convento de Avis, na igreja da Encarnação, nos livros da secretaria da Mesa, da secretaria da Ordem de Avis, na Chancelaria da Ordem, nos livros do assentamento da sua tença e *em qualquer parte onde se tenha autorizado sua pessoa e Nome ficando extinta até a memória de haver sido Cavaleiro*³³³.

³³³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 425, mç. 178. Outro caso de sentença de relaxação, expulsão e exautoração, na Ordem de Cristo, proferida no tribunal, foi a de João Francisco de Oliveira, nos inícios do século XIX. Atente-se aos procedimentos e às tipologias documentais envolvidas. Mandou-se, no convento de Tomar, pelo prior mor, *riscar e averbar sem demora a Carta de noviço, o Alvará, e a fórmula da Profissão, que fez o Médico João Francisco de Oliveira, Cavaleiro professo que foi da dita Ordem, e o Assento ou Assentos que se lavraram em nome dele no livro da Matrícula que com os referidos Carta, Alvará e fórmula existem no Convento de Tomar: tudo em Execução da Sentença que na forma das Ordens de Sua Alteza Real se proferiu neste Tribunal (...)* Esta ordem foi trasladada, no convento de Cristo, no Arquivo dos Cavaleiros, e *Maço das Cartas dos mesmos, no ano de mil setecentos noventa e quatro (...)* Também ao chanceler se ordenou *riscar e averbar nos livros da Chancelaria da Ordem de Cristo os registos da Carta de Noviço, Alvarás de Profissão, e Cavaleiro e Carta de quitação que se lhe concedeu a título da do Hábito da dita Ordem (...)* De igual modo pediu o escrivão da câmara do mestrado da Ordem de

Quanto ao outro réu, Gomes Freire de Andrade, enunciado na mesma relação, António José Guião foi incumbido de riscar e averbar os assentos que existissem nos livros de matrícula dos cavaleiros que receberam e professaram o hábito de Cristo na igreja do convento de Nossa Senhora da Luz. De maneira a que não ficassem legíveis. Na pesquisa efectuada no cartório consultaram-se os livros entre 1750 e 1817, mas nada se encontrou. A hipótese levantada para o sucedido é que o réu tivesse professado no convento de Cristo ou em outra igreja em virtude de uma dispensa. Sobre isto mandou António José Guião lavrar um termo por baixo da portaria, registar no livro do registo do cartório e no livro do registo daquele Juízo³³⁴.

Luís António de Brito de Melo, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, fingiu ser cristão-novo observante da lei de Moisés. Saído no auto público da fé, foi condenado pelo Santo Ofício, em sete anos de degredo para Angola. No parecer do tribunal das Ordens, datado de 1754, pedia-se que o juiz dos cavaleiros se deslocasse à cadeia do Limoeiro para notificar o réu, a fim de este não usar mais o hábito, sob pena de ser gravemente castigado, assinando este um termo. Para além disto, que se alertasse o governador, ouvidor e juiz de fora de Angola que, chegando o degredado àquele Reino, o encontrassem a usar o hábito que o prendessem e lhe tirassem a insígnia, *assim se evita a indecência*

Cristo, José Joaquim Oldemberg, ao escrivão da câmara do despacho do tribunal da Mesa da Consciência e Comum das Ordens, Domingos Pires Monteiro Bandeira, *faça riscar, e averbar o Decreto que dispensou ao Médico João Francisco de Oliveira das provanças, e habilitações para o Hábito da sobredita Ordem; e para o receber, e professar no Convento da Luz; a sentença da Mesa que o houve por dispensado em observância do referido Decreto, e todas as receitas das Contribuições que o mesmo Réu pagou para a recepção do dito Hábito*. Faça-se notar que João Francisco de Oliveira conseguira transitar, anteriormente, do hábito da Ordem de Santiago para o de Cristo, em 1794. Também se fizeram buscas no cartório do convento de Palmela. (...) *porquanto nem nos livros da Matrícula e Registo se acha o seu assento, nem no Cofre chamado de semelhantes encontro a Carta em virtude da qual se lançam os hábitos aos Cavaleiros à vista do exposto como não podia riscar, nem averbar assentos que não existem me deliberei a trasladar no livro do registo a Portaria da Mesa da Consciência e Ordens: Creio Ilustríssimo Senhor que este é do número daqueles Cavaleiros que conservaram sempre o hábito sem professarem, ou dos que professaram em Santos e que não enviaram para este Convento a Certidão de haverem professado, e os Alvarás para se praticar o que neles se lhe ordena, contentando-se unicamente com a Certidão que o Prior de Santos lhes passa (...) o mesmo Prior de Santos nada poderá dizer a este respeito, porquanto ainda que o tal Médico lá fosse professar me persuado que somente lhe passa a Certidão nas costas do Alvará sem que deixe ficar registo (...) ANTT, MCO, Habilitações da Ordem de Cristo, letra J, mç. 64, n.º 25, ANTT, MCO, OC, CT, liv. 10 e ANTT, MCO, OST, CP, mç.40, mct. 3420.*

³³⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2, fls. 67-67v. O livro a que se referia é o que consta no fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, de onde se extraiu essa informação, "Livro 4.º de Informações e contas do Juízo Geral das Ordens, que teve princípio em 14 de Fevereiro de 1815".

e injúria que resultaria à ordem de usar do hábito um Réu penitenciado pelo Santo Ofício por culpas tão enormes, saindo no Auto público da fé, abjurando de suspeito nela. Não obstante a gravidade do caso, só lhe tirariam o hábito se voltasse a usá-lo³³⁵.

Em 1641, D. João IV ordenou à Mesa da Consciência que notificasse todos aqueles que tivessem hábitos das Ordens Militares concedidos pelo rei de Castela, a partir de 1 de Dezembro do ano transacto. O objectivo era a restituição dos mesmos, assim como a destruição das provisões que tivessem, participando aos escrivães das matrículas dos conventos de Tomar, Palmela e Avis, que não registassem provisões daquela natureza e tendo-o já feito rasgassem os seus assentos³³⁶. De igual modo se registaram casos em que tiraram os hábitos a indivíduos que os ostentavam sem que estivessem autorizados³³⁷. Trata-se de um período delicado, em virtude da situação de guerra entre os dois reinos. Em 1643, não se faziam habilitações em Castela. No processo de Alonso de Buitrago, a Mesa determinou, à semelhança de outros casos, não realizar as diligências no território vizinho, por não haver ordem nem meio de as fazer. Em alternativa, em Lisboa e em Setúbal³³⁸.

1.16. Fim do processo

Inúmeras vezes, as habilitações só podiam ser aprovadas se houvesse dispensa dos impedimentos, o que nem sempre se concretizava e arrastava-se no tempo o desfecho do processo.

Mesmo para quem estava habilitado pelo Santo Ofício, ou alguém da sua parentela, não era fácil a habilitação nas Ordens Militares³³⁹. Não bastava a pureza de sangue, a qualidade também era importante, apesar de poder ser

³³⁵ Cf. ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mç. 244, cx. 918.

³³⁶ Cf. BN, cód. 6504, fl. 6.

³³⁷ Disso é exemplo o padre António dos Santos Coelho do bispado de Leiria em que o rei mandou tirar o hábito da Ordem de S. Bento de Avis, por portaria de 28 de Maio de 1796. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 401, mç. 156.

³³⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra A, mç. 2, n.º 3.

³³⁹ Cf. a título de exemplo ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 16, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 17, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 21 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 34, n.º 4.

dispensada pelo monarca. Tratava-se de um requisito forçosamente exigido pelo tribunal e muitas vezes escusado no deferimento da candidatura. Na tentativa de suprimir a falta de qualidade, pelas muitas mecânicas que tinha, Manuel Bitona da Mata apresentou os seus desempenhos, os do sogro e do seu avô materno³⁴⁰.

Para os que não oferecessem serviços que valessem a demarcação do obstáculo poderiam fazê-lo futuramente, se houvesse autorização para que ficassem cassados. Havia quem os apresentasse anos mais tarde, acumulando com os que já haviam sido apresentados primeiramente³⁴¹. Os serviços compensavam a falta de nobreza desde que os julgassem merecedores da mercê da dispensa. Isto, no entender dos deputados e do mestre das Ordens. Para isso convinha serem próprios e as mecânicas não serem vis. Os habilitandos sabiam desta valorização. Sempre que possível, referiam nas suas petições que tinham sido despachados pelos seus próprios serviços³⁴².

Na consulta, era apostado o despacho régio. Porém, nem sempre existia a concordância entre o rei e o Conselho das Ordens e nem sempre o monarca seguia o parecer da Mesa na sua decisão. Refira-se que a consulta podia começar a ser produzida bem antes desta fase processual, durante um pedido de licença para *pátria comum*, por exemplo. Vejamos, Tomás José Codmor apresentou uma petição, requerendo ao rei que lhe concedesse *pátria comum* pelo facto dos seus pais e avós serem naturais da Irlanda. Para tomar uma decisão o monarca pediu o parecer à Mesa da Consciência e Ordens, dando lugar à consulta elaborada por este tribunal³⁴³.

No final, era lavrado o despacho decisório, rubricado pelos deputados. Um processo poderia alcançar vários despachos ao longo da sua tramitação administrativa, resultantes dos impedimentos ou falta de notícias. No processo de Marçal Pereira Galvão lavrou-se um total de oito despachos, o que obrigou a um reforço do depósito a partir do sexto, para as diligências ainda a realizar³⁴⁴. O término do processo dependia das contas encerradas. Estas eram ajustadas no final. A prova disso passaria a constar no início do processo. Documento lavrado pela mesma pessoa que assinava o conhecimento. Assumiria uma

³⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 39, n.º 86.

³⁴¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 48.

³⁴² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 66.

³⁴³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 1, n.º 8.

³⁴⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 37, n.º 3.

função de carácter administrativo e contabilístico. Referia o facto do habilitando ter satisfeito as diligências, mencionando os locais onde as mesmas se realizaram.

1.17. Do lançamento do hábito à profissão

Após a aprovação pela Mesa da Consciência e Ordens seguiam-se outras formalidades. A próxima etapa seria tomar o hábito e professar. O candidato recebia três documentos: um alvará para ser armado cavaleiro, uma provisão para o lançamento de hábito e outra para professar.

Seguia uma provisão para registo na chancelaria da Ordem respectiva, da qual o habilitando ficava com uma cópia³⁴⁵. Este documento era lido na cerimónia de lançamento do hábito. Tratava-se de um ritual solene que assinalava a entrada nas milícias militares, após a aprovação nas habilitações. Depois era feita a profissão.

De acordo com os definitórios, as profissões eram feitas nos conventos, cabeças das Ordens. Antes de 1551, eram os mestres que faziam as profissões, como verdadeiros e próprios prelados ordinários das milícias. Contudo, a partir dessa data, a da anexação das Ordens à Coroa, foram cometidas não só aos priores mores, mas a qualquer freire quando aqueles estavam ocupados.

O rei mandava correr folha e passar a provisão para se professar no respectivo convento. Eram documentos essenciais para serem admitidos à referida profissão. O prazo de apresentação destes papéis era de seis meses, a contar da sua produção. Expirado esse tempo seria necessário uma nova folha corrida e uma nova provisão. Isto porque alguns cavaleiros tentavam professar após muitos anos de terem esses dois documentos. Segundo o Dom prior do convento tomarense, em 1620, estava em causa o facto de eventualmente se cometerem, passado aquele tempo, culpas e crimes. Nesses casos, de acordo

³⁴⁵ Cf. Fernanda Olival, "Em torno da religiosidade dos freires cavaleiros (séculos XVI-XVIII)", in *Ordens Militares e religiosidade: homenagem ao Professor José Mattoso* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/GEsOS, 2010, p. 52.

com as definições da Ordem de Cristo, não podiam ser admitidos à profissão. Pediu ao rei que assim mandasse³⁴⁶.

A apresentação da folha corrida era obrigatória, salvo quando o rei dispensava por decreto. A partir dos finais do século XVIII, avolumaram-se os pedidos de dispensa de entrega de certidões e folhas corridas. Muitas vezes, também a eito as habilitações e outras diligências, assim como os pedidos para se receber o hábito e logo professar no convento ou em outro espaço autorizado³⁴⁷.

Tornou-se prática corrente ao longo dos tempos os reis dispensarem os cavaleiros, apenas estes, de irem professar nos conventos, onde residiam os priores mores. Podiam-no fazer em outros cenóbios das mesmas ordens, catedrais e igrejas do reino. As dispensas eram concedidas pelo rei, enquanto mestre, por decreto, ordenando ao tribunal das Ordens mandasse expedir as provisões do estilo, em seu nome. Nestas cometia-se o acto da profissão aos priores dos conventos e nas igrejas catedrais a qualquer pessoa eclesiástica que tivesse o hábito da Ordem³⁴⁸.

Manuel Pires Correia, estante no aral de Pernambuco, pediu que fossem cavaleiros da Ordem de Cristo a lançar-lhe o hábito, em virtude de não haver os de Avis. Em consulta de 1636, os deputados sugeriram ao rei que em lugar dos dois cavaleiros lhe assistissem dois religiosos de São Bento, por haver menos inconvenientes que terem cavaleiros de outra Ordem³⁴⁹.

Em 1644, a Mesa fez lembrança ao rei para não se despacharem mercês sem a certidão de folha corrida. Assim se praticava há uns anos. Era obrigatório³⁵⁰. Nem na Secretaria das Mercês, nem nos tribunais se tomasse petição em que se pedisse mercê de graça sem a apresentação dessa folha corrida. Este era um procedimento que tinha como objectivo reprimir e evitar crimes. Os nobres estavam sujeitos a cometê-los, devido ao exercício militar e à ociosidade a que alguns se ocupavam. Segundo o rei, os pretendentes despachados apresentavam as suas folhas corridas aos fiscais e sem estas não

³⁴⁶ Cf. ANTT, Colecção Especial, cx. 47, n.º 103.

³⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra J, mç. 2, n.º 41 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Avis*, letra R, mç. 1, n.º 9.

³⁴⁸ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2, fls. 13v.-15.

³⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 228, mç. 1.

³⁵⁰ Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

se decretava, nem se resolvia. Havendo descuidos, era na folha corrida que se deveria pedir também pelo juízo dos cavaleiros³⁵¹.

Para os cavaleiros casados exigia-se que as respectivas consortes dessem licença para os mesmos professarem. Para o efeito apresentava-se um documento assinado pelas mesmas, validado por um tabelião ou escrivão do público judicial das notas³⁵².

Por decreto de 30 de Abril de 1793, por ocasião do nascimento da princesa Dona Maria Teresa, o poder político concedeu a mercê de usarem logo as insígnias aos que foram condecorados com um dos hábitos das três Ordens Militares. Estavam compelidos a entrar e a professar no termo de três meses. Ao que parece muitos dos agraciados não o fizeram no período determinado. Por isso, em 1797, o príncipe ordenou que o tribunal das Ordens mandasse afixar editais para que recorressem à Mesa, com as devidas portarias, a fim de realizarem as suas habilitações. Teriam de o fazer no prazo de três meses e para os que estivessem no ultramar no termo de seis meses, sob pena de se lhes mandar tirar os hábitos e não poderem entrar nas Ordens sem nova mercê³⁵³. Nessa altura, os reis concediam a faculdade para que pudessem usar livremente do hábito de uma ordem, sem a terem ainda recebido e professado. Através de uma portaria lavrada por um secretário de Estado para que fosse apresentada à Mesa da Consciência e Ordens. Teriam de se habilitar dentro de três meses contados da data da referida portaria³⁵⁴.

Ao tribunal das Ordens chegavam vários pedidos de licença para receber e professar em outros locais que não no respectivo convento. Tanto no reino como em espaço ultramarino³⁵⁵. Alegavam-se as distâncias, os motivos de doença³⁵⁶ e o facto de se estar sobrecarregado com os serviços que ora desempenhavam³⁵⁷. Podiam apresentar comprovativos daquilo que lhes obstava, como por exemplo, certidões, junto ao requerimento. Nas situações deferidas seguia uma provisão à pessoa que fizesse o lançamento e a profissão

³⁵¹ Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 498, fl. 24.

³⁵² Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 19.

³⁵³ Cf. ANTT, MCO, liv. 99, fls. 157-157v.

³⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra J, mç. 88, n.º 41 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 31, n.º 100.

³⁵⁵ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 3, n.º 69 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 3, n.º 68.

³⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 233, mç. 4.

³⁵⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 242, mç. 12.

do hábito. Nem sempre o rei concedeu a mercê dessa dispensação. Aliás, em 1612, o rei ordenou que a Mesa não aceitasse tais petições, porquanto o recebimento dos hábitos não poderia ser fora dos lugares definidos³⁵⁸.

Em 1671, Jerónimo de Brito de Melo, morador em Tavira, pediu alvará para não ser armado cavaleiro na Corte, cuja distância era de 50 léguas e maiores as despesas. Preferia no convento de Avis, onde iria tomar o hábito³⁵⁹.

Note-se que, em 1652, o capitão Lourenço Travaços de Carvalhosa estava servindo num forte, em Tavira. Não podia interromper as suas funções, ao serviço de Sua Majestade. Pediu para que nessa cidade, em vez de ir ao convento de Avis, tomasse a insígnia. Na igreja Matriz havia o prior que era da mesma ordem e que, por provisão, lhe lançasse o hábito³⁶⁰.

Por vezes, o argumento de estar ocupado só era válido se fosse na guerra³⁶¹, em serviços relevantes, de enorme façanha³⁶².

1.18. Transitar de uma Ordem para outra

Os monarcas concederam a faculdade a muitos cavaleiros para transitarem de uma Ordem Militar para outra. Ao que parece, com maior intensidade, a partir dos finais do século XVIII. Até esse momento, sabe-se que existira esta prática, mas, terá sido em circunstâncias mais reservadas e específicas.

A transição constituía uma forma de distinguir e remunerar os cavaleiros professos numa das Ordens Militares. Em recompensa pelo mérito e pelos serviços acumulados após o momento da última concessão de hábito. Por isso, não era um procedimento imediato a este. Incluía-se entre os beneméritos os secretários de todos os tribunais supremos e os oficiais das secretarias e contadorias dos mesmos tribunais. Da mesma forma, os almoxarifes foram

³⁵⁸ Cf. LC, *Portuguese Manuscripts*, mss. 418, fl. sem numeração.

³⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 245, mç. 15.

³⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 233, mç. 4.

³⁶¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 183 e ANTT, MCO, OA, cx. 233, mç. 4.

³⁶² Vide Fernanda Olival, "Em torno da religiosidade dos freires cavaleiros (séculos XVI-XVIII)", *in Op. cit.*, pp. 53-55.

merecedores desta mercê de transição de Ordem, entre outras pessoas. Às vezes, assumia a forma de promoção.

Terá sido, eventualmente, para muitos, a possibilidade de realizar um desejo antigo. À época em que lhes foi concedida a primeira mercê de hábito aceitaram-nas de bom grado, sem distinção da mesma.

Manuel Joaquim de Oliveira Lage referiu que aceitou a primeira ordem e professou. As palavras transparecem um consentimento forçado³⁶³. Aduz-se um exemplo peculiar. Francisco de Brito Brandão foi agraciado com um dos hábitos, Santiago ou Avis, com 40.000 réis de tença. Contestou a mercê outorgada. Em vez desta ambicionava a do hábito da Ordem de Cristo³⁶⁴. Esta estava melhor posicionada, simbolicamente.

A escolha do hábito de um novo mestrado, pertença do cavaleiro, recaía sempre no da Ordem tomarense. Segundo António José Guião, entre as Ordens Militares não existia *diferença e preferência*. Indignou-se com o requerimento do sargento mor Carlos Miguel da Cunha Vieira, que pretendia transitar da Ordem de Santiago para a de Cristo em remuneração dos seus serviços. Para António José Guião, que servira o cargo de juiz geral das Ordens desde o ano de 1789, experiente em matéria de admissão nas Ordens, declarou nunca lhe chegara um requerimento daquela natureza para informar. *Deve ele ser indeferido, e só a Real Clemência de Vossa Majestade e sua Real Piedade poderão relevar o suplicante do justo castigo que merece de ser exautorado da Ordem mesmo que Vossa Majestade o honrou e distinguiu. As Ordens Militares deste Reino são em tudo iguais em direitos e prerrogativas, e pretender passar de uma para outra porque quer título, e muito particularmente em remuneração de serviços é intolerável e escandaloso, e é vilipendiar as mesmas Ordens. A ignorância tão somente é que poderá desculpar o suplicante, limitando a Real Magnanimidade de Vossa Majestade tão somente ao ser indeferimento*³⁶⁵.

Não deixa de ser significativo que também se registaram transições da Ordem de S. Bernardo para a de Tomar³⁶⁶. Ao nível dos clérigos, também se registaram mudanças surpreendentes, sobretudo no final do Antigo Regime.

³⁶³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 29, n.º 22.

³⁶⁴ BA, 52.IX.10, fls. 261-261v.

³⁶⁵ ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2, fl. 75.

³⁶⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 166, n.º 1.

Igualmente curiosa a transição de freire para cavaleiro. Assim foi com a mercê concedida a José António de Oliveira Barreto, freire professo na Ordem de Avis para transitar a cavaleiro da Ordem de Cristo. António José Guião retorquiu também a esta pretensão, em 1824. *Esta qualidade de transições de Freires professos a título de Benefícios das Ordens Militares para Cavaleiros de diferente Ordem são desconhecidas em tempos antigos, em que os Definitórios estavam em rigorosa observância, e os senhores Reis deste Reino Augustíssimos Predecessores de Vossa Majestade raríssimas vezes dispensavam nos mesmos Definitórios, e isto quando a transição era de Freire de uma Ordem para Freire de outra Ordem, mas nunca, segundo me consta, de Freire para Cavaleiro. Nos tempos, porém, mais chegados exemplos há destas transições, e Vossa Majestade como Grão Mestre e Perpétuo Administrador das Três Ordens o tem permitido, dispensando nos Definitórios, e por isso a Graça feita ao suplicante não pode verificar-se, sem que preceda a Mercê da Dispensa*³⁶⁷.

Os procedimentos para obter a nova certidão podiam ser, na sua generalidade, bem mais simples relativamente aos da concessão do anterior hábito. Mas nem sempre.

Apresentava-se uma petição para se dar conhecimento à Mesa da nova mercê concedida pelo rei, pedindo a este tribunal que diligenciasse o que fosse necessário. Antes de mais, dispensando os definitórios. Até porque o crivo do rei referia no seu discurso de que era *sem embargo dos Definitórios em contrário*.

Exigia-se, de novo, todo o aparato burocrático e cerimonial que havia sido necessário na primeira habilitação. Similarmente dispensava-se nas habilitações, na apresentação de quaisquer certidões e folhas corridas que se devesse juntar e na profissão. Também era o caso das inquirições na Corte como *pátria comum*³⁶⁸. Por questões de coerência, em algumas situações, dispensava-se o mesmo defeito pela segunda vez, até porque adicionavam-se serviços ao *curriculum* ou perspectivavam-se outros a curto prazo. Na análise dos documentos, fazia-se uso do anterior processo, o qual se mandava juntar na Mesa. Depois eram arquivados separadamente por serem de milícias distintas. Em alguns deles constam os averbamentos. No primeiro processo passava a

³⁶⁷ ANTT, MNEJ, mc. 233, n.º 2.

³⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 128v. e BN, cód. 6504, fl. 175.

constar que se havia transitado para nova Ordem Militar e no segundo, que era cavaleiro de outra milícia³⁶⁹.

No final concedia-se a nova certidão.

Em suma, as notícias inventariadas e descritas eram muitas e todas elas tinham implicações no aparato documental, nos intervenientes e nas tramitações.

³⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra F, mç. 34, n.º 123.

2. Nomeação de comissários e escrivães

O comissário fazia e o secretário escrevia. Eis o que distinguia à partida os conteúdos funcionais destes dois agentes. Na petição de fr. Francisco Pinto da Fonseca corrigiu-se a expressão *comissário para escrever as diligências*. Na emenda lavrou-se, em sobreposição, nos dois *quiproquós*, o que se considerava correcto, *comissário para fazer as diligências*¹. Neste capítulo pretende-se averiguar acerca da nomeação destes agentes. Como eram recrutados?

A nomeação de comissários e de escrivães para as diligências com vista à habilitação para cavaleiro derivava de uma candidatura espontânea por parte do pretendente. Podiam suceder muitos anos após este professar numa das três Ordens Militares². Tratava-se de um processo extremamente simples, em comparação com o do Santo Ofício. Sem muitos detalhes, trâmites e intervenientes. Todavia, convém referir que existiram excepções. Alguns processos deram lugar ao sumário de testemunhas³. Houve inquirições.

Através de uma petição concorria-se para comissário, *juiz comissário*, cargo também designado de inquiridor, ou para escrivão, secretário. Requeria-se para pertencer ao número de comissários destinados a tirar as inquirições, por exemplo⁴. Havia quem se propusesse para comissário, mas em despacho dos deputados da Mesa era-lhe atribuído o lugar de escrivão⁵ ou vice-versa⁶. Havia ainda os que optassem concorrer para os dois lugares, dando a escolher ao tribunal⁷. Por norma, o *emprego* de comissário era preenchido por elementos da sociedade civil, o de escrivão por membros religiosos, os freires. O que nem

¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 32.

² Maximiano de Almeida Dorta foi nomeado comissário após passados quase 40 anos da sua habilitação. Nicolau José Pereira de Araújo e Narciso Leitão de Carvalho depois de 25 anos também foram admitidos como comissários. Em contraponto, Ladislão José Monteiro de Barbuda havia sido habilitado apenas 3 para 4 anos antes desta sua nova candidatura para escrivão. Todos professos na Ordem de Cristo. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 263, ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 269, ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 272 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 62.

³ Pediu-se ao ouvidor de Vila Real para averiguar a qualidade e o préstimo do pretendente Tomás Álvares. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 288.

⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 19. Terá existido efectivamente um *numerus clausus* de comissários e escrivães?

⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 5.

⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 185.

⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 69.

sempre se registou. Esta dupla ter-se-ia iniciado, nestes moldes, a partir do segundo quartel do século XVII⁸.

Os peticionários garantiam ter todos os preceitos para a ocupação a que se disponibilizavam. O principal requisito para esta pretensão era ser-se professo numa das Ordens Militares. O tribunal teria depois em conta outros predicados como a idade, a competência, a inteligência, a nobreza, a abastança, a letra, a perícia, o segredo, a verdade e a lisura⁹. Ser distinto na sua localidade, pessoa dos principais. Ter experiência nestas¹⁰ ou em outras inquirições, como as das Câmaras Eclesiásticas. Ter ascendência que fora comissário ou escrivão. Não ter dispensa na habilitação também ajudaria. O próprio candidato remetia para a consulta desse seu processo, caso se justificasse o confronto de alguma informação. Estes atributos eram evidenciados pelos pretendentes nas suas candidaturas. Não significava que, não os tendo, fosse decisivo para o indeferimento¹¹. É de notar que a preocupação cingia-se em fornecer os elementos-chave para o sucesso das suas propostas.

Não existia uma idade, mínima ou máxima, para o desempenho de funções nos interrogatórios. A retirada de cena dos comissários e escrivães, por exemplo, prendia-se com a morte, a velhice e a fragilidade, em termos de saúde¹². Deixava-se de estar apto para o cumprimento de funções. Outro dos motivos, especificamente para os escrivães que fossem eclesiásticos,

⁸ Cf. Fernanda Olival, "Comissários das Ordens Militares e Comissários do Santo Ofício: dois modelos de actuação", in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), vol. I, Palmela, GEsOS/Município de Palmela, 2012, p. 482.

⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 57, ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 20 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 56.

¹⁰ Frei Diogo Peres de Magalhães, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, já servia há 12 anos de secretário nas habilitações para os cavaleiros das três Ordens Militares, quando apresentou a sua candidatura. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 70. Vide também ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 96.

¹¹ Na informação lavrada sobre António Luís Teixeira Lima, apurou-se que era *muito instruído, e inteligente, foi oficial da reforma da Torre do Tombo, criado grave dos Marqueses de Valença, e Castelo Melhor, hoje não tem ocupação, escreve bem, e é muito pobre, sua mulher e filhas cosem e bordam para fora de casa, tem contraído algumas dívidas que falta a pagar, mas é crível que este defeito resulte mais da sua indigência que de menos verdade*. Refira-se que a tramitação deste processo terá durado, aproximadamente, um ano e meio. No último requerimento apresentado pelo peticionário confirma-se que o mesmo teve conhecimento dos trâmites processuais e respectivas datas. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 6.

¹² Joaquim Bento Raimundo de Melo padecia há anos de um zunido nos ouvidos que lhe causava surdez, impossibilitando-o de exercer a ocupação de comissário das Ordens Militares. Por isso, apresentou uma petição e atestados médicos para requerer que fosse *escusado* da dita ocupação. O seu pedido foi atendido. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 156.

relacionava-se com a mobilidade ao nível das igrejas e dos benefícios. Quando aqueles eram beneficiados aproveitavam as oportunidades para desempenhar o seu cargo nas igrejas e localidades ambicionadas. Estava-se atento às vagas. Sempre que possível concorria-se para outros espaços e em função disso, por inerência, quando se era provido, surgiam as vacaturas para o *emprego e ocupação* de secretário das diligências das Ordens Militares.

Nem sempre as candidaturas eram imediatas à vacância, podiam passar-se anos sem que uma localidade tivesse um representante das Ordens Militares, comissário, escrivão ou simplesmente cavaleiro, para realizar as suas diligências¹³.

Tal a simplicidade da candidatura a agente nas diligências para os hábitos que, na petição, o pretendente requeria de imediato a sua provisão ou o seu *assento no livro onde se costumavam fazer para as ditas diligências*. O início e o término do processo traduziam-se em escassos procedimentos. Também era apresentada a certidão da profissão de cavaleiro, lavrada pelo convento respectivo, quando recebera o hábito¹⁴. Nesta apresentava-se a sua limpeza, qualidade e distinção. A este respeito, a honra estava patente. O documento era devolvido ao seu titular, mediante recibo. Houve quem referisse, na petição, que possuía documentos que comprovavam as suas informações e que sendo necessário os entregaria na respectiva repartição.

As motivações para ingressar na rede de agentes, no espaço periférico e ultramarino, reflectiam-se no discurso, muitas vezes reproduzido, de querer servir as Ordens Militares e ao monarca. Também havia os que concorriam por ser ténue o valor do seu benefício. Por razões de sustentação, pelo baixo valor da cóngrua. Encarava-se, financeiramente, como um complemento¹⁵.

Na exposição das pretensões, alguns especificavam o mestrado a que pretendiam afectar-se e o local onde cobiçavam actuar em nome das Ordens Militares. Nem todos se inquietavam com a localidade, alguns até terão sido colocados longe das suas moradas. O peticionário sabia, por vezes, o número de agentes, numa localidade, no activo e o seu desempenho. Se eram poucos

¹³ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 95.

¹⁴ Não a tendo, pedia a certidão do assento da matrícula ao respectivo convento. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 219.

¹⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 76.

ou nenhuns¹⁶. Eram dados a utilizar como argumento e que contribuíam para potenciar o interesse da sua aspiração. Denunciava-se quando o exercício das funções era considerado diminuto. Acontecia muito com os antigos, condicionados pelos achaques, sendo alvo de alguns reparos¹⁷. Também quando faleciam os anteriores detentores desses lugares. Era o ponto de partida para a candidatura. Nestes casos, poder-se-ia apresentar um comprovativo do falecimento do anterior agente com o assento do óbito, junto ao requerimento e à certidão de profissão. Cabia depois ao secretário da repartição em causa informar com o seu parecer sobre este assunto, o de ter professado na Ordem e sobre a morte daquele agente. Note-se que a petição do falecido era utilizada e depois incorporada de novo no seu processo¹⁸.

Por vezes, nos despachos favoráveis, destinava-se o recém-aprovado a colaborar com os comissários de um local específico¹⁹. Nem sempre acontecia. Subentende-se que os agentes desempenhariam as suas funções, salvas algumas exceções, nas suas localidades de morada e circunvizinhas. Em 1762, fr. Joaquim António Pires Borralho, freire professo da Ordem de Avis, beneficiado na igreja Matriz de S. Maria da vila de Estremoz, conhecia a falta de escrivães naquela vila, na comarca e no distrito da província do Alentejo²⁰. Francisco de Melo Nogueira do Castelo, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, assistente na vila de Santarém, referiu que nesta localidade, em 1779, existiam quatro comissários da referida Ordem e nenhum escrivão em toda a comarca²¹.

Os mestrados recorriam à nomeação de freires de outras Ordens Militares e a eclesiásticos para as diligências, sempre que se viam a braços com a falta de escrivães. Esta carência era sinalizada nas petições pelo justificante para que resultasse a seu favor. Quanto aos comissários, as estratégias de reposição eram diferentes. As distâncias e a forma como os recursos humanos se encontravam distribuídos pelo território eram expostos pelos candidatos. Narrava-se que a escassez ou a falta de comissários implicavam atrasos

¹⁶ Cf. ANTT, MCO, mç. 1, doc. 15, ANTT, MCO, mç. 1, doc. 11 e ANTT, MCO, mç. 1, doc. 5.

¹⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 78.

¹⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 49. Trata-se de um processo do século XIX. Este revela-se mais complexo do que os dos séculos anteriores, com mais intervenientes no processo, como o secretário da Mesa e do Comum das Ordens e o Procurador Geral das Ordens.

¹⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 84.

²⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 51.

²¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 30.

significativos, prejuízo ao serviço das Ordens e, por conseguinte, maiores despesas às partes. Isto porque, deslocar-se-iam às diligências os agentes de uma enorme distância. Os candidatos aos lugares de comissários apresentavam-se, deste modo, como uma alternativa²².

Podia-se também alegar que o comissário vigente tinha várias ocupações e, por isso, não conseguia executar e cumprir as diligências no prazo desejável²³.

Em alguns processos enviava-se a petição ao juiz dos cavaleiros para que este produzisse uma informação sobre a capacidade e a qualidade do concorrente²⁴. No processo do bacharel António Luís Pargana Teixeira e Castro pediu-se uma informação ao corregedor da comarca de Miranda acerca do préstimo e verdade do suplicante, por este ter serviço anteriormente aquele cargo de letras. Era comum mencionar-se quando se estava habilitado para os lugares de letras. Foi lavrada uma provisão dirigida ao dito corregedor para os devidos efeitos²⁵.

Neste universo de pretendentes, encontravam-se comissários, notários e familiares do Santo Ofício. Aludiam esses cargos na petição e demonstravam por certidão²⁶. Faziam referência ao bom desempenho das ordens que lhes eram

²² Fr. José António da Rocha Sarmiento Pimentel, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, morava em Bragança. Nesta cidade e em mais de 12 léguas de distância não existiam comissários das três Ordens Militares, apenas António Gomes Mena, que assistia 8 léguas distante daquela cidade. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 175. José António de Gouveia Magalhães, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, *vive na Quinta do Paço da freguesia de Sendim, situada nos confins da Comarca de Pinhel por onde se divide a de Lamego, nas quais comarcas há tão pouca distância, e separação que suposto sejam duas Correições constitui uma Provedoria, e neles há uma grande falta de Cavaleiros Comissários, pois na de Lamego havia José Sarmiento que já não faz diligências, e consta que há tempos se despediu à Mesa, e André Ferreira da Mota que haverá quase dois anos teve um estupor que o impede para elas, e também dizem se despediu, e na Comarca de Pinhel havia dois Luís Carlos Gonçalves da Fonseca que está capaz, e Carlos José Botelho que mudou a sua casa para a Província do Minho, aonde assiste ficando assim as duas Comarcas com um só Comissário em prejuízo dos serviços das Ordens, por não serem prontamente servidos, e julgar-se inconveniente haver por este modo certeza infalível de pessoa a quem se cometem as diligências, e talvez que por esta razão as costuma ir fazer os Comissários Francisco Coelho da cidade de Viseu, distante mais de dez léguas, ou José Luís Carneiro, da Torre de Moncorvo, ainda em maior distância o que também resulta grande prejuízo às partes não só pela maior demora mas também pelas maiores despesas o que cessarão sendo o suplicante Comissário por ficar em muito menos distâncias*. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 172.

²³ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 152.

²⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 6.

²⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 37.

²⁶ O padre João Martins dos Santos, prior da igreja de São Salvador da vila de Ílhavo, era cavaleiro da Ordem de Cristo e comissário do Santo Ofício. Em 1773 passou também a ser comissário das Ordens Militares. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 147.

mandadas executar, pela Inquisição. Assim como, quando se era habilitado pelo Desembargo do Paço, fazia-se menção disso.

O despacho dos deputados era lavrado na petição. Seguia-se a promessa dos recém-nomeados quanto ao desempenho das suas obrigações, debaixo do juramento dos Santos Evangelhos. No final, emitia-se uma certidão a comprovar que estavam nomeados²⁷.

Nas candidaturas reprovadas, desconhecem-se as razões que terão motivado o indeferimento da petição. Por norma, nesta era apostado unicamente o despacho com o termo *escusado* e respectiva data²⁸.

Para os que alcançavam o lugar de escrivão, poder-se-ia vislumbrar a médio prazo a ocupação de comissário a uma nova candidatura. Em petição alegava-se a experiência adquirida em alguns anos, enquanto secretário, a rectidão no exercício do lugar ocupado e de ser um procedimento comum, a mobilidade, concedida pelo rei²⁹. Esta pretensão manifestava-se, no tempo, de igual modo como havia sido o início do processo para escrivão. Isto é, a entrega do requerimento proporcionava-se devido à condição do detentor do lugar³⁰ ou por livre iniciativa, sem qualquer factor externo.

²⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 78.

²⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 98.

²⁹ O capitão Faustino José da Silveira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, era escrivão das diligências desde 1764. Foi nomeado comissário em 1770. À data da sua petição para solicitar a ocupação de comissário era cavaleiro há mais de 9 anos. Fora habilitado em Abril de 1762. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 79 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra F, mç. 10, n.º 7. Filipe Ferreira de Araújo e Castro, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, servia há mais de 20 anos na ocupação de escrivão das diligências, quando pediu a mercê de nomeação para comissário, por ter *algum incómodo na dita escrita*. Também o seu requerimento foi deferido. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 82. João Nunes da Costa, cavaleiro professo na Ordem de Santiago, nomeado para escrivão há mais de 5 anos, alegou para além do bom procedimento, zelo, rectidão, o muito trabalho que tinha tido. Foi nomeado comissário. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 148.

³⁰ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 1, doc. 144.

3. Provimentos de oficiais

Em traços gerais, este capítulo pretende examinar como se efectuava a transmissão e a criação da propriedade ou da serventia dos ofícios das Ordens Militares. Importa analisar as motivações que estiveram na base dos ingressos nos ofícios, alguns destes patrimonializados. Neste percurso, impõe-se conhecer alguns trâmites processuais próprios da nomeação de oficiais através dos seus documentos e práticas correntes. A análise dos circuitos documentais torna-se indispensável para a identificação dos *papéis* que eram produzidos no decurso do processo de provimento.

Os ofícios podiam ser ocupados pelos proprietários ou por outrem em vida dos seus possuidores e vacantes em situações de falecimento, renúncia espontânea, privação, suspensão dos titulares ou até extintos por acção do rei. Assumir a propriedade por encarte não transpunha o carácter vitalício na sua posse. O rei mantinha o direito e a faculdade de poder retirar um ofício quando lhe parecesse justo¹. Tudo para que os ofícios fossem atribuídos a quem fosse considerado apto e suficiente para os servir, sendo primeiro examinado, declarando-se, no processo, as mais partes e requisitos necessários. Na teoria, exigiam-se, acima de tudo, pessoas idóneas, tidas como dignas para ocuparem os lugares que deveriam representar com a maior honestidade e rectidão. Teoricamente, para poderem encartar-se, era obrigatório estar habilitado e, por isso, os que já eram cavaleiros de uma das Ordens Militares apresentavam as suas sentenças². Julgava-se que a concessão de ofícios em propriedade constituía uma garantia para que fossem ocupados por pessoas mais hábeis³.

Muitos ofícios passavam de pais para filhos, de tios para sobrinhos, entre irmãos, por sucessão ou por renúncia livre⁴. Podiam estar na posse de uma família por várias gerações, dentro de um círculo extramente restrito marcado pelos laços de parentesco. O mesmo será dizer que uma família estava ao

¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

³ Cf. Roberta Stumpf, "Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII", in *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)* (orgs. Roberta Stumpf e Nandini Chaturvedula), Lisboa, Centro de História de Além-Mar. Universidade de Lisboa - Universidade dos Açores, 2012, pp. 285-286.

⁴ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória) e ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

serviço da causa da Coroa e do tribunal das Ordens, por largos e contínuos anos. Quando falecia, sem deixar filhos, o ofício recaía, normalmente, no parente consanguíneo mais próximo deste último proprietário, cuja sucessão o mestre costumava atender⁵. Francisco Coelho de Castro referiu que, no cômputo, por seu pai, avô e tio, tiveram mais de 120 anos de antiguidade no exercício dos ofícios de escrivão do mestrado da Ordem de Santiago e de escrivão do mestrado da Ordem de Avis. O progenitor, Jorge Coelho de Andrade, assistira durante 47 anos. Após o falecimento do seu pai, cerca de 1628, o rei de Castela mandou dividir esses ofícios. Aliás, já se tentara anteriormente, mas o rei permitiu que se mantivessem unidos em vida do proprietário, determinando que, após a sua morte, se dividissem logo para que não permanecessem os dois na mesma pessoa. Segundo Francisco Coelho de Castro, a separação foi prejudicial para si, cabendo-lhe o da milícia espatária, de ténue rendimento, no montante de 200.000 réis, em que entravam os prós e percalços e propinas⁶. A acumulação de ofícios oferecia estabilidade financeira para quem os detinha.

Em 1701, D. Isabel Barbosa relatou que o pai fora proprietário de um dos ofícios de escrivão da provedoria dos resíduos e que obtivera o alvará para poder nomear, por sua morte, um filho ou uma filha no ofício. Em função desse alvará, dotou-a com o ofício, mas o mesmo não teve efeito porque o marido faleceu antes do seu pai. A viúva acabou por pedir a mercê do alvará da propriedade do ofício para o casamento de uma filha, dotando-a por escritura, na falta de filhos do género masculino. Contudo, a adversidade veio marcar, mais uma vez, o destino do ofício sem uma ocupação efectiva por um proprietário. O genro faleceu sem ocupá-lo, deixando dois filhos e uma filha. Este episódio fez com que D. Isabel Barbosa pedisse a mercê para poder nomear, por sua morte, o ofício de que era proprietária, em um neto ou neta, em razão da promessa de dote que havia feito ao genro. Este é um exemplo de um ofício que foi herdado, consecutivamente, por diferentes gerações, sem que fosse servido, por vicissitudes, tal como se idealizara⁷.

O processo de renúncia de um ofício podia ter um desfecho célere, assim como um término marcado por anos até se alcançar o cobiçado alvará de mercê

⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

⁷ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

de renúncia tido como autorização para alienar o ofício. Francisco Coelho de Castro pediu a faculdade de poder renunciar o ofício de escrivão do mestrado da Ordem de Santiago numa pessoa apta e suficiente quando acumulava 22 anos de serviço. Somaram-se mais oito no exercício do mesmo ofício após o seu primeiro requerimento, perfazendo os 30 anos. Numa das consultas, o rei respondeu que lhe fazia mercê para que o pudesse renunciar na pessoa que casasse com a sua filha ou em algum sobrinho, filho de irmão ou irmã, se o tivesse. Denotou-se alguma resistência em desvincular o ofício à parentela. Manuel Vaz Preto Monteiro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, pessoa de qualidade e suficiência, morgado e rico, foi em quem recaiu a renúncia em 1661, por compra. Foi obrigado a apresentar a quitação, no tribunal da Mesa da Consciência, no prazo de dois dias, como prova de ter pago a Francisco Coelho de Castro pelo preço combinado. Caso contrário, ficaria interdito de servir mais, sendo o ofício restituído ao seu dono e castigado, além de perder o donativo que fizera⁸.

As vacaturas podiam ser breves, assim como podiam atingir mais de uma centúria. Quem denunciava esse tempo vasto, sem titulares, reclamava para si a propriedade desses ofícios esquecidos⁹.

Nos casos de incapacidade para assegurar pessoalmente um ofício, por motivos de saúde, era necessário averiguar o estado em que se encontrava o respectivo proprietário através de informações e pareceres, em forma de consulta¹⁰. Em alguns processos, eram apresentadas as certidões médicas¹¹. Só se admitiam *justos impedimentos* para a dispensa de continuarem no trabalho que desenvolviam. Por vezes, eram indivíduos detentores de uma carreira vinculada de décadas de serviço, num final marcado pelo desgaste provocado por azares e perdas de faculdades que os impediam de prosseguir na sua ocupação¹². A velhice era uma das razões mais apontadas para o abandono de uma ocupação, assumida pelos próprios titulares, que reconheciam não

⁸ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 392, mç. 147.

¹⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fl. 18v.

¹¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 17 e ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

¹² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

conseguirem dar continuidade às suas obrigações¹³. Resignados, pediam para passar o testemunho a outra pessoa.

A provisão de um ofício pressupunha a observância da logística imposta para processos de nomeação de que faziam parte a proposta e a consulta. Da vacatura ao provimento *costumava haver uma pequena demora*¹⁴. Nem sempre se tinha o alvará de mercê de um ofício com a brevidade desejada. Roberto Maria de Matos Monteiro Silva Aranha foi nomeado oficial pelo secretário da repartição da Ordem de Santiago, para o qual se passou provimento e se deu juramento. Começou a servir a 1 de Março de 1791 e em 16 de Junho de 1792 teve o alvará de mercê, mandado meter em folha com o seu ordenado a partir desta data, sem observarem o tempo que anteriormente havia servido. Não contemplaram os retroactivos. Reivindicou o pagamento de um ano, três meses e quinze dias, contados a partir do primeiro dia que serviu até ao antecedente em que recebera a mercê do ofício, no valor de 193.750 réis, equivalente ao tempo em que ocupara o lugar com o ordenado de 150.000 réis¹⁵.

Nem sempre se conseguia encartar-se logo nos ofícios. As ocupações e as assistências em que se encontravam dedicados impossibilitavam, muitas vezes, os indivíduos de o fazerem. António Rebelo da Fonseca não conseguiu fazê-lo e foi notificado por um despacho do tribunal para que, no termo de 24 horas, fosse servir o ofício. Para si era impossível cumprir este prazo, estava ocupado na assistência ao rei D. Afonso VI, nos Paços de Sintra¹⁶. Face a outros empenhos, não era possível conciliar com os ofícios que se herdava. Por norma, nesses casos de impedimento, o mestre mandava admitir serventuários nos ofícios enquanto durasse a indisponibilidade do proprietário, pondo-se os éditos para o seu provimento ou através de sugestão de um nome indicado pelo titular. Alguns defendiam não haver vantagens em dar a servir os ofícios que lhes pertenciam, cujos rendimentos eram ténues, consideravam até ser mais conveniente a ocupação por proprietários, em vez de serventuários¹⁷. As contrapartidas no regime de substituição não se ofereciam vantajosas aos titulares.

¹³ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

¹⁴ ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

¹⁵ Cf. *ibidem* e ANTT, MR, liv. 369, fls. 117v.-118.

¹⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

¹⁷ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

Em decreto de 1635, mencionou-se que se deveria resumir as certidões de mercês, mais as que se tinham feito e os serviços que cada indivíduo prestou depois delas, nas consultas dos ofícios¹⁸. Quando se consultava acerca dos ofícios, em satisfação de serviços prestados, deveria ser apresentada a certidão de mercês para certificar se fora feita alguma à pessoa que o requeria¹⁹. Assim era em 1649. Anos mais tarde, em 1682, por se terem queimado os livros de registo de mercês, o rei ordenou que se consultassem as propriedades dos ofícios sem embargo dos pretendentes não apresentarem as certidões de mercês²⁰. Os serviços prestados pelo suplicante e pelos seus ascendentes podiam pesar na decisão de atribuir uma mercê da propriedade de um ofício²¹. Valorizava-se a experiência adquirida, aquando dos serviços por impedimento do proprietário com préstimo e inteligência. O discurso utilizado pelos primogénitos nos seus requerimentos indiciava que os ofícios lhes pertenciam²². Em suma, o costume tinha forte enraizamento na conduta dos indivíduos.

Nos ofícios das Ordens Militares teoricamente não havia lugar ao direito consuetudinário. Os ofícios não passavam para os filhos e muito menos transitavam para as filhas que não os podiam servir²³, embora persistisse a dúvida (por parte da Mesa) quanto à aplicação desse direito nos ofícios das Ordens Militares. No entanto, o rei costumava fazer mercê aos filhos dos proprietários dos ofícios vagos. Em 1765, o parecer da Mesa sobre o pedido de José Martins Fortio para a propriedade dos ofícios de escrivão da câmara, judicial, notas, órfãos e almotaçaria da vila de Benavila referia que *ainda que não tenha neles lugar o Direito Consuetudinário, sempre se faz atendível por equidade, e mera graça, em razão de ser filho, e neto dos últimos proprietários encartados*²⁴.

Os ofícios podiam ser adquiridos por compra com o dinheiro do casal ou por via remuneratória de serviços. Nesta segunda opção, expiravam com a morte do seu possuidor quando não ficassem filhos, e havendo filhas pediam-

¹⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fl. 3. Também se encontra em ANTT, MCO, cx. 642, fl. 1v.

¹⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 12v. Também se encontra em ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 31, mct. 6, doc. 110 e BN, cód. 6504, fl. 22.

²⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 54v. Também se encontra em ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 31, mct. 6, doc. 109 e em BN, cód. 6504, fls. 80-80v.

²¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fls. 169v.-170.

²² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

²³ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

²⁴ ANTT, MR, liv. 366, fl. 77.

nos as mães para a pessoa que com essas descendentes casassem²⁵. Colocava-se também esta situação quando os filhos não tinham capacidades para ocupar o ofício por deficiências do foro psíquico²⁶. A compra da propriedade ou da serventia de ofícios afigurava-se como uma oportunidade para aqueles que ambicionavam lugares que de outra forma não seria possível conquistá-los²⁷.

Este capítulo pretende analisar as situações de ofícios patrimonializados e não patrimonializados das Ordens Militares, bem como o processo de provimento de escrivães da Mesa da Consciência. Haveria especificidades em relação a outros lugares?

3.1. A propriedade do ofício

Os ofícios eram encarados como bens patrimoniais quando os indivíduos que os exerciam tinham descendentes directos ou indirectos.

A provisão de um ofício já existente dependia da vacatura do mesmo. Eram diversas as razões que determinavam a sua vacância e que se invocavam nas petições dos suplicantes. De entre elas, por falecimento do último proprietário que não tivesse filhos²⁸, impedimento, renúncia²⁹ e aposentadoria³⁰ do indivíduo encartado.

Muitas vezes, o possuidor de um ofício solicitava, em função dos bons serviços que prestara, a mercê para fazê-lo passar a um filho ou a uma filha, quando aquele viesse a falecer. Tinha-se em conta o tempo de serviço e a boa prestação do mesmo. Os serviços constituíam um capital de enorme importância na hora de exigir um ofício.

A renúncia era feita em vida ou por morte do seu titular. No caso da filha, a quem se *dava estado*, ou seja, o matrimónio, poderia servir de dote, em que o ofício recaía na pessoa com quem ela casasse ou para a sua entrada num

²⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

²⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 374, mç. 129.

²⁷ Cf. Roberta Stumpf, art. cit., p. 293.

²⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 128. Também se encontra em BN, cód. 6504, fl. 174v.

²⁹ Vide ANTT, MCO, liv. 143.

³⁰ Vide ANTT, MCO, liv. 315, fl. 64v. e ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 14.

mosteiro como religiosa³¹. Nem sempre os consortes se encartavam, alguns até poderiam ambicionar a propriedade do ofício, mas a morte travava-lhes esse intento. Ficavam de fora também os que não fossem considerados capazes³². Para os que deixavam filhos, poderia ser para estes ou para quem casasse com as viúvas³³. Nem sempre o ofício era conduzido pelo pai, em vida, para uma filha através da formalização de um dote para dele usufruir com quem ela contraísse matrimónio. Os procedimentos poderiam ser encetados pela própria ou pela mãe. Se a filha apresentasse bons argumentos para conseguir a mercê da propriedade de um familiar e o seu marido fosse merecedor do encarte e do serviço do ofício poderia ter êxito na pretensão³⁴. A viúva podia requerer a mercê da propriedade do ofício que fora do marido para a sua filha mesmo que esta ainda fosse menor de idade. Seguia-se a apresentação das provas de que era filha única e legítima do falecido³⁵.

O ofício era, por vezes, um recurso essencial para a subsistência de uma família, onde escasseavam os rendimentos para a sua sustentação, em situação de grande indigência. Destituídos de quaisquer bens que os pudesse valer ou escassos meios para o seu sustento, agarravam-se à oportunidade de exercer um ofício e daí arrecadar os seus proveitos³⁶. Renunciavam-se, estrategicamente, entre familiares, os ofícios para socorrer em momentos de dificuldade. Por vezes, os ofícios transitavam para quem tivesse menos bens para poder sustentar-se, mesmo que fosse de pouco rendimento. Sendo das principais pessoas de uma localidade, o gesto de renúncia teria também uma carga social. António de Abreu de Vasconcelos não tinha bens vinculados como o seu irmão mais velho e achava-se com menos renda que este. Qualquer acréscimo seria útil e necessário, ainda que o ofício fosse de ténue rendimento

³¹ Decretou-se, em 1649, *para que se não consultem petições daqueles, que tendo mercê de Ofício para casamento de filha, pedem mercê de renúncia para entrarem religiosas*. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória). Em 1729, Manuel Leitão de Brito apresentou uma petição, dizendo que havia dotado a sua irmã, porcionista no Real Recolhimento do Castelo de São Jorge, com o ofício de escrivão dos órfãos da vila de Alcanede, do mestrado da Ordem de Avis, de que era proprietário. Cf. ANTT, MCO, liv. 59, fl. sem numeração.

³² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 14.

³³ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

³⁴ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 17.

³⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

³⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 17.

por não ter ordenado, cujo emolumento era incerto. Em 1720, Francisco Cosme Varela Pereira pediu a licença para fazer a renúncia no seu irmão mais novo³⁷.

Em algumas famílias, o ofício podia ser um bem atractivo, interpretado como um capital envolvido de interesses, onde o matrimónio poderia ser apenas o meio para atingir o fim. Inclusivamente, em algumas parentelas, geraram-se controvérsias em torno da posse de um ofício. Os últimos desejos do defunto, materializados em testamento, podiam até nem ser atendidos pela sua ordem de preferência. Na hora de seleccionar o mais adequado, os requisitos impostos pelo tribunal das Ordens para o bom exercício do ofício estavam na linha da frente. Luís Nunes era porteiro da Mesa da Consciência e Ordens e conseguiu a mercê em vida para que, por sua morte, fosse nomeado um dos seus filhos no dito ofício de porteiro e nos mais ofícios a ele anexos. Em primeiro lugar, o filho mais velho e depois os demais filhos e filhas que indicara. Esta segunda nomeação seria posta em prática se o filho primogénito, Gaspar Botelho, fosse religioso, o que não se verificou. Na sua petição, cerca de 1629-30, declarou que, no primeiro dia seguinte ao falecimento do pai, Gaspar Botelho foi chamado pelo tribunal para servir o ofício como fazia em vida do pai em que assistiu mais de 13 anos. No entanto, estando a servir o ofício, recebeu a notícia que Francisco Rebelo pretendia casar com uma das suas irmãs para conseguir o ofício por dote. Apresentou logo uma petição ao tribunal para que, em conformidade com a verba do testamento, lhe passassem a carta de propriedade do ofício, a qual não se deferiu, nem às outras que ele e o seu irmão fizeram. Não só Francisco Rebelo casou com a irmã como alcançou a posse do ofício, sob contestação e embargos dos seus cunhados que se defendiam como desamparados e órfãos de pai e mãe, com três irmãs para sustentar, sem terem outro remédio para além do ofício. Diga-se que, a logística em provimentos do referido ofício impunha tomar-se primeiro informação da capacidade do nomeado, ou seja, de Gaspar Botelho, *por ser o mesmo ofício de qualidade que requer pessoa de indústria, e que saiba dar expediente às coisas que tem a seu cargo*. Ao que parece, tinha pouca experiência, em virtude dos poucos dias que servira e, por isso, a nomeação não podia ter efeito nele, mas se deveria cumprir na irmã que também fora uma das nomeadas pelo falecido. Em 1649, Francisco Rebelo, agora referenciado

³⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 59, fl. sem numeração.

também como cavaleiro professo da ordem de Santiago por serviços na Índia, assistia o ofício de porteiro juntamente com o de tesoureiro das despesas do tribunal e depósitos para as habilitações dos cavaleiros havia 20 anos. Pediu para que pudesse, em sua vida ou à hora de sua morte, nomear um filho ou uma filha naqueles ofícios. Foi-lhe concedido o alvará para esse fim. Porém, não o activou nessa ocasião por ainda se considerar capaz de o assistir. Em 1669, já servia há 41 anos e, nessa altura, pediu para continuar porque o filho mais velho encontrava-se na ilha Terceira. Em alternativa, que o filho segundo o ajudasse para o vir *industriando* ou que o rei lhe concedesse a serventia para este descendente. Era preferível o filho a outra pessoa de fora a entrar no ofício. Estas práticas demonstram as estratégias de posse que a todo o custo seguravam os ofícios, preferencialmente, para os primogénitos ou, numa segunda opção, para os restantes filhos, evitando que caíssem em mãos estranhas à família³⁸.

Importava garantir a rentabilidade dos ofícios no seio familiar. Francisco Rebelo Teixeira nomeou, em vida, o seu filho António Rebelo para o ofício de porteiro e tesoureiro das despesas do tribunal e dos depósitos dos hábitos que andava anexo com a condição do outro filho, Pedro Saraiva, o servir. Em 1675, este já o servia há seis anos e, como o pai faleceu, pediu a serventia enquanto o irmão não tirasse a carta de propriedade em seu nome e entrasse a assistir³⁹. Quando António Rebelo da Fonseca foi encarregado pelo rei de ir, em companhia do conde de Vila Maior, embaixador extraordinário, à Corte Imperial, pediu para renunciar o ofício, em sua vida ou à hora da sua morte, em pessoa capaz com a pensão de 60.000 réis para a sua mulher. Na dúvida, sem saber, se regressaria vivo da jornada, preferiu acautelar-se⁴⁰.

Na maioria dos processos, eram os filhos mais velhos que reivindicavam a seu favor o ofício dos seus progenitores. Em alguns casos, os pretendentes a sucessores já tinham servido o ofício em ocasiões marcadas por impedimentos dos seus proprietários. Quando não se tratava de um acto sucessório por via do primogénito justificavam-se as razões dessa transmissão.

Examinemos a passagem da propriedade do ofício de porteiro da chancelaria das Ordens de Santiago e de Avis dentro do grupo familiar, quer dos

³⁸ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

³⁹ Cf. *ibidem*.

⁴⁰ Cf. *ibidem*.

Pimenta de Brito, quer dos Oliveira Tavares. Ao que parece, foram imensas as cartas e alvarás expedidos aos providos no ofício, não só de propriedade, mas também relativos aos provimentos de serventia⁴¹.

Baltazar Pimenta de Brito, natural de Lisboa, era cavaleiro fidalgo de Sua Majestade, filho de Manuel Borges, proprietário do ofício de porteiro da chancelaria das Ordens de Santiago e de Avis. Em 1641, o pai, Manuel Borges, pediu ao rei a licença para renunciar a este ofício, a qual foi-lhe concedida. Ainda antes, a mando do rei, por alvará de mercê, o presidente e os deputados do despacho da Mesa da Consciência examinaram o descendente para avaliar a sua aptidão e, assim, emanar-lhe a respectiva carta. Baltazar, filho único, tornou-se herdeiro da propriedade desse ofício após o falecimento do pai, em 1644⁴². A carta de propriedade foi lavrada a 26 de Abril desse ano e o titular da mesma tomou posse em 30 do mesmo mês. Desde essa data até 1663, sabe-se que, Baltazar, detentor da posse do ofício durante quase 20 anos, nunca o servira. Este recorreu sempre ao provimento por serventia do ofício a terceiros sem parentesco sanguíneo por três razões: pelo ordenado ser muito ténue, no valor de 3.000 réis por ano, pagos pelo rendimento da chancelaria; pelos emolumentos incertos que poderiam importar até aos 30.000 réis; e por ter casa e família na fronteira da Galiza, em virtude de servir o monarca⁴³. Em 1646, o mestre fez mercê a Baltazar de lhe conceder a licença para que António Durão, enquanto serventuário, tivesse o ofício de porteiro no tempo em que Baltazar Pimenta de Brito estivesse afastado⁴⁴. Estamos perante um ofício que estava patrimonializado numa família e que foi ocupado, durante o período em causa, em regime de serventias. Em 1663, o rei concedeu o alvará a Baltazar para que pudesse nomear um dos seus filhos ou genro para que servissem o ofício com menção para que a pessoa nomeada exercesse pessoalmente o ofício⁴⁵. Face ao historial do exercício do ofício por parte de Baltazar era uma forma de evitar que continuassem a colocar em prática as serventias.

Matias Correia foi o proprietário do ofício de porteiro que se seguiu com a morte de Baltazar Pimenta de Brito, em 1674, em que este o havia dotado, com

⁴¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 32, mct. 8, doc. 194.

⁴² Cf. ANTT, RGM, OOMM, liv. 12, fls. 97v.-98.

⁴³ Cf. ANTT, MCO, liv. 143, fls. sem numeração.

⁴⁴ Cf. ANTT, RGM, OOMM, liv. 11, fls. 105-105v.

⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 143, fls. sem numeração.

o consentimento dos seus filhos, por casar com a filha Isabel de Araújo. Perante a apresentação da sentença do juízo das justificações e da informação dada pelo provedor da comarca de Viana sobre as partes, suficiência e bom procedimento do pretendente foi-lhe concedida a mercê da propriedade do ofício que pertencera ao seu sogro. A carta foi redigida a 4 de Julho de 1675⁴⁶.

Pelo óbito de Matias Correia, o ofício ficou vago e foi Manuel Pimenta de Brito que assumiu a titularidade do mesmo, como filho legítimo, desejo do pai que ficou expresso no seu testamento. Para efeitos administrativos, entregou a sentença do juízo das justificações. A somar aos restantes documentos, foi dada a informação do chanceler das Ordens acerca das partes, suficiência e bom procedimento do filho. A carta de propriedade data de 13 de Novembro de 1682⁴⁷.

O falecimento de Manuel Pimenta de Brito comprometeu, em definitivo, a sorte do ofício de porteiro da chancelaria de Santiago e de Avis, até aí na posse sucessiva da sua estirpe e transmissível pelos seus elementos desde alguns anos como um legado patrimonial. Não deixou descendentes e, por conseguinte, deu lugar à vacatura do ofício. A partir desse momento, deu-se o corte da propriedade no seio de uma mesma família até aí assumida pelos Pimenta de Brito. O nome de Gaspar de Amorim é referido nos documentos para o provimento do mesmo ofício⁴⁸. Será Alexandre de Oliveira Tavares a pedir a propriedade do ofício ao rei. A mercê foi-lhe concedida, em 1722, pelos serviços realizados no espaço de 28 anos como reposteiro da câmara, 10 de porteiro das damas e no decurso dos ditos anos ter ido a todas as jornadas que se ofereceram fora da Corte⁴⁹. Sabe-se que, em 1725, Alexandre apresentou um requerimento para que, no seu impedimento, servisse o seu filho Hilário de Oliveira Tavares⁵⁰.

⁴⁶ Cf. ANTT, RGM, OOMM, liv. 13, fls. 312-313.

⁴⁷ Cf. ANTT, RGM, OOMM, liv. 13, fls. 403-403v. e ANTT, RGM, OOMM, liv. 14, fls. 175v.-176v.

⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 32, mct. 8, doc. 194.

⁴⁹ Cf. ANTT, RGM, D. João V, liv. 14, fls. 118-118v.

⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 32, mct. 8, doc. 194. Na sequência deste requerimento, desenrolou-se um episódio que envolveu Manuel Coelho Veloso, escrivão da Câmara de Sua Majestade e do despacho do tribunal das Ordens e António Luís de Azevedo, escrivão da Ordem de Avis. O primeiro apresentou uma petição para que o mestre das Ordens lhe concedesse cinco dias para embargar o alvará que consentia a Hilário de Oliveira Tavares a servir o ofício nos impedimentos do seu pai. Em causa estava o facto de o cargo de Manuel Coelho Veloso lhe permitir lavrar documentos em nome de duas ou três Ordens e em nome do mestre, o que já não acontecia com António Luís de Azevedo. Este não podia expedir validamente, na situação em causa, nas mesmas condições que Manuel Coelho Veloso.

Em 1738, Hilário de Oliveira Tavares pediu a propriedade do ofício de porteiro das chancelarias das ordens de Santiago e de Avis por lhe pertencer e por se achar com todos os requisitos necessários para o exercer. Pediu-se informação e parecer ao chanceler das Ordens, em que referiu que o suplicante mostrara por sentença do Juízo das Justificações ser filho único de Alexandre de Oliveira Tavares que fora proprietário do ofício, o que se confirmava pela carta que oferecia. Deu-se vista ao desembargador procurador geral das ordens⁵¹. Foi passada a provisão a 16 de Maio de 1743 e em resultado da mesma constou ter limpeza de sangue e os requisitos exigidos. A carta de propriedade foi lavrada a 20 de Julho de 1747 e foi feita uma apostila à mesma a 2 de Outubro de 1748⁵². João Jaime de Oliveira Tavares era filho único de Hilário de Oliveira Tavares, tendo servido diversas vezes na serventia do ofício de porteiro no impedimento do seu pai. Foi habilitado e examinado, tendo sido passada a carta a 20 de Dezembro de 1771⁵³.

Em 1790, Francisco Solano de Oliveira Tavares pediu a propriedade do ofício de porteiro, que vagou por morte do seu pai. Na documentação, que apresentou para reivindicar o ofício, alegava que concorriam nele os requisitos necessários para servir o ofício como, à época, servia por portaria do chanceler das mesmas ordens e já o havia servido nos impedimentos do seu pai e era o filho mais velho que dele ficara⁵⁴. Nesse mesmo ano obteve o alvará⁵⁵ e, no seguinte, a carta de propriedade⁵⁶. Em 1793, Bonifácio Francisco de Oliveira Tavares, único filho varão, pediu a propriedade do ofício, que vagou por falecimento do pai Francisco Solano de Oliveira Tavares⁵⁷.

Nem sempre os ofícios eram atrativos pelas suas parcas contrapartidas salariais, sendo uma causa apontada para a existência de certas vacaturas. O rei chegou mesmo a subir os valores, a duplicar as suas importâncias, para colmatar o desinteresse e a falta de procura por esses lugares⁵⁸.

⁵¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 38, fls. 14-14v.

⁵² Cf. ANTT, RGM, D. João V, liv. 34, fl. 10.

⁵³ Cf. ANTT, RGM, D. José I, liv. 25, fl. 24v.

⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 40, fls. 84v.-85.

⁵⁵ Cf. ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 25, fls. 263-263v.

⁵⁶ Cf. ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 26, fls. 73v.-74.

⁵⁷ Cf. ANTT, MR, liv. 370, fl. 6.

⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

3.2. “Nomeação” de ofício patrimonializado

O início do processo de nomeação para a propriedade de um ofício patrimonializado podia ser desencadeado pelo pretendente. Este apresentava a petição e outros papéis com o intuito de obter a nomeação para o ofício, legitimando o seu direito à propriedade. Fá-lo-ia através do alvará de renúnciação do seu antecessor, da verba de testamento, da portaria do chanceler em situações de impedimento do proprietário, ou da sentença do juízo das justificações. Por norma, quando se tratava de uma situação em que o ofício vagava por falecimento do proprietário, o suplicante, sendo seu familiar, referia na petição que o último detentor servira com enorme satisfação sem nunca cometer erros no seu desempenho. Esta componente era a tónica que se enfatizava no discurso.

Em seguida, entregava-se o requerimento ao procurador geral das Ordens que, geralmente, mandava remeter ao chanceler das Ordens Militares para que se pedisse informação e parecer sobre o que havia declarado o peticionário, como por exemplo, se era filho do anterior proprietário, sobre a sua aptidão, suficiência, bom procedimento e confiança que dele se poderia encarregar no serviço do ofício. No fim, aquele agente dava o seu parecer se o rei deveria passar ou não a carta de propriedade. Em algumas situações, voltava a ir ao procurador geral das Ordens para novo parecer sobre a informação produzida pelo chanceler. Em 1748, o rei exigiu que, nas prorrogações das serventias dos ofícios, fosse observado o decreto de 22 de Maio de 1706, para que os provimentos das propriedades e serventias dos ofícios não se expedissem pelos tribunais sem serem ouvidos os procuradores régios e fiscais respectivos⁵⁹.

Todas as informações recolhidas eram expostas, com o resumo das mesmas, na consulta que era produzida pela Mesa da Consciência e Ordens, assinada pelos vários deputados. É neste documento que se analisava se o peticionário detinha os requisitos necessários para obter a graça que solicitava. No final da consulta, era lavrado o parecer da Mesa sobre a nomeação ou não

⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fl. 108v. Também se encontra em ANTT, MCO, cx. 642, fls. 51-51v.

do suplicante. Era de acordo com esse parecer que o rei tomava a decisão final, ou seja, despachar favoravelmente ou não a pretensão do requerente.

O suplicante dirigia-se à chancelaria das Ordens Militares para jurar aos Santos Evangelhos, em que se comprometia a servir bem o ofício, respeitando os preceitos regimentais. Deste acto e posse lavrava-se um assento no verso da carta de propriedade, que era marcada com o selo pendente, assentando-se no livro das chancelarias e no livro do registo das mercês. Havia quem servisse o ofício durante vários anos e que não se tivesse encartado nele⁶⁰. Cabia, ainda, ao recém encartado pagar os novos direitos ao tesoureiro. Sem este desembolso não havia lugar ao exercício das funções no ofício. Assim se decretou em 1678⁶¹. Ao que parece, era hábito esquivarem-se desse pagamento. Em 1690, o rei frisou em decreto que não se colocasse mais em dúvida o pagamento dos novos direitos, consignado em regimento. Era obrigatório para os ofícios das três Ordens Militares, *tendo consideração a serem estes direitos oferecidos em Cortes para a necessidade pública e defesa do Reino*⁶². Em Abril de 1755, o rei ordenou à Mesa da Consciência e Ordens que, na sua repartição, desde o presidente inclusive até ao menor oficial, não servissem sem primeiro tirar carta ou alvará e pagar os novos direitos e, possivelmente, os velhos que devessem, de acordo com os regimentos, regras da chancelaria e resoluções régias tomadas a 9 de Fevereiro e 15 de Abril de 1752. Estavam incluídos também os oficiais nomeados pelo presidente, Mesa, escrivães da Câmara e outras quaisquer pessoas que tivessem poder para os nomear e prover, contanto que os nomeados ou providos auferissem ordenado à custa da Fazenda ou emolumentos à custa das partes. As cartas ou alvarás teriam de ser tirados no termo de três meses, caso contrário não poderiam ocupar os respectivos lugares⁶³.

O ofício era visto como património de uma família, pelos bons e maus motivos que daí acarretassem. Encarado como um bem, podia ser alvo de penhora sobre a totalidade ou parte dos seus rendimentos. Até as dívidas contraídas por anteriores titulares eram concebidas como transmissíveis aos

⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

⁶¹ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

⁶² ANTT, MCO, liv. 100, fls. 69-69v.

⁶³ Cf. ANTT, MCO, cx. 644 (provisória).

herdeiros, após a morte do devedor. Aliás, esses débitos podiam estar relacionados com a compra de ofícios. Não existindo outros bens a executar ou se existissem e os mesmos fossem indispensáveis à sobrevivência da família, a penhora recaía sobre os ofícios. Era uma oportunidade para reaver o dinheiro. O rei chegou a autorizar, em 1751, a penhora aplicada a uma parte moderada dos rendimentos dos ofícios, o que bastasse para se ir pagando os juros e o montante da dívida, em prestações suaves, de modo a que, nem ao herdeiro faltassem os alimentos, nem aos que se devia ficassem prejudicados pelo dano de perderem o que lhes correspondesse⁶⁴.

Francisco Luís de Azevedo Coutinho recebeu a mercê da propriedade do ofício de escrivão da câmara, chancelaria e mais anexas da Ordem de Avis por morte do seu pai António Luís de Azevedo Coutinho, que lhe havia renunciado e que ele já exercera nos seus impedimentos. Contudo, neste encarte, estava obrigado a pagar ao desembargador Filipe de Abranches Castelo Branco e a seus filhos 3.000 cruzados relativo ao resto do preço do mesmo ofício e mais de 400.000 réis de juros vencidos e os que fossem vencendo até ao término da dívida. Em vigor existia a hipoteca da propriedade e rendimento do mesmo ofício, firmada por alvará de 1727. Em boa verdade, por infortúnio, o devedor António Luís de Azevedo Coutinho faleceu sem terminar de satisfazer, nem o valor do referido ofício, nem os juros, e por herança não seria possível a Filipe de Abranches Castelo Branco obter o pagamento em falta e, por isso, pediu ao rei que, constasse no alvará da mercê a passar à pessoa provida no ofício, a obrigação e a hipoteca.

Convém referir que Sebastião Pereira de Figueiredo fora, durante 13 anos, o proprietário dos referidos ofícios de escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Avis e da chancelaria competente. Afastou-se do activo quando perdeu a vista e veio a falecer pouco tempo depois, deixando um filho de 15 meses. Eis a alteração do rumo ao nível da pertença desses ofícios. Para o menor entrar na propriedade dos mesmos e servi-los era necessário esperar 24 anos, ficando durante esse tempo destituído dos seus rendimentos e a viúva, D. Doroteia Luísa da Cunha, privada de meios suficientes para alimentar e educar o filho com a decência necessária. Desta forma, renunciou, com o consentimento

⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

do pai e do tio, o desembargador Manuel da Cunha Sardinha, a propriedade dos ofícios. O produto da renúncia ficaria depositado em mão de pessoa segura e abonada, para daí se empregar em bens de raiz ou juro real para ficar para o menor, seus sucessores e herdeiros sem que se pudesse alhear.

Cerca de 1724, António Luís de Azevedo Coutinho obteve a carta de propriedade do ofício e, em 1743, foi a vez de Francisco Luís de Azevedo Coutinho que passou a ser o proprietário do mesmo⁶⁵.

Um ofício podia ser tudo o que se possuía para transferir em dote. Analisando sob este prisma, a sua transmissão representava a sustentabilidade de quem fosse provido. Para muitas famílias, constituía, igualmente, no plano social, uma garantia para a manutenção do seu estatuto. Em 1703, Lourenço Vaz Preto Monteiro, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Santiago, entregou uma petição para poder dotar a sua filha com o referido ofício e nele se encartar quem casasse com ela. Era um bem que passara de gerações. O pai, Manuel Vaz Preto Monteiro, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, ocupara o mesmo ofício anteriormente e renunciou no filho mais velho, em 1688, que já o servia desde 1679 nos seus impedimentos⁶⁶. Após a morte do pai, não se encartou no ofício por ter uma única filha e a esperança de obter a mercê para a dotar com o ofício, visto não possuir outros bens com que o pudesse fazer, apenas uma capela que não era suficiente para o seu sustento. Desejava ver a sua filha amparada como convinha à sua qualidade, ao invés não a poderia casar⁶⁷.

As viúvas dos oficiais, desamparadas, viam-se a braços após a morte dos seus cônjuges com a gestão dos ofícios. O destino dos mesmos dependia delas, atendendo ao que lhes poderia ser mais favorável em termos de rendimento, dispondo do usufruto dos mesmos. Passavam a auferir de uma pensão paga em suas vidas pelo sujeito a quem se abdicava⁶⁸. As mulheres provaram também

⁶⁵ Cf. *ibidem*.

⁶⁶ Manuel Vaz Preto Monteiro obtivera o ofício por renúncia de Francisco Coelho de Castro, em 1660, tendo pago 500.000 réis em donativo à Coroa. Para além desse valor, estava obrigado a apresentar a quitação de ter pago a Francisco Coelho de Castro. Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10. Em 1687, Manuel Vaz Preto Monteiro já servia o ofício há 26 anos, e o filho, Lourenço Vaz Preto Monteiro, servia nos impedimentos e ausências do pai desde 1679. Segundo o parecer da Mesa, o rei costumava conceder a mercê da renúncia aos proprietários dos ofícios que os serviam no decurso de 20 anos. Cf. ANTT, MCO, liv. 60 e ANTT, MCO, OA, cx. 256, mç. 23.

⁶⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 333, fls. 303-304.

⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

saber lidar com os ofícios à sua responsabilidade, quer arrendando-os a terceiros, quer explorando-os no meio familiar, mesmo quando se encontravam recolhidas⁶⁹. A viuvez, a menoridade e a consanguinidade eram circunstâncias merecedoras da receptividade e piedade do rei⁷⁰. O poder político costumava amparar os órfãos, não lhes tirando os ofícios dos pais.

Os cenários descritos pelas viúvas, em estado de angústia, eram depois alvo de confirmação por via de testemunhas, dando lugar à feitura de um sumário e de uma informação que passava pelo crivo do procurador geral das Ordens, da Mesa da Consciência e do mestre⁷¹.

Em 1724, temos a informação de um decreto para a viúva de um secretário da Ordem de Avis nomear um serventuário⁷². Não podendo elas assumirem os lugares vagos restava-lhes, quando possível, reservá-los para os filhos. Contudo, em situações de menoridade, os ascendentes não os podiam servir pessoalmente. As serventias de ofícios ofereciam, assim, a possibilidade de continuarem a ter a posse durante as menoridades dos providos, detendo as mães e tutoras a faculdade de nomear os serventuários enquanto os filhos não atingissem a idade convencionada para serem encartados. Os substitutos podiam pertencer ao círculo familiar, como eram, por exemplo, os cunhados dos órfãos⁷³.

⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 59, fls. sem numeração.

⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

⁷¹ Assim foi, em 1737, com D. Isabel Josefa Maria de Andrade, viúva do proprietário do ofício de escrivão dos órfãos da vila de Albufeira, que outrora pertencera ao pai do seu marido. Tinha dois filhos legítimos, ambos de menor idade, e que *sendo a suplicante pessoa de conhecida nobreza naquele Reino para conservação de seu Estado, e existência de sua casa para os ditos órfãos dependia de alguma porção do rendimento do dito ofício que não podia ter sem nova mercê de Vossa Majestade no dito seu filho*. Mandou-se que o corregedor da cidade de Lagos, ouvidor da Ordem de Avis, informasse com o seu parecer, inquirindo testemunhas para atestar a veracidade da súplica. Deu-se de tudo vista ao procurador geral das Ordens, que respondeu, passando para a Mesa da Consciência para emitir parecer e, finalmente, o despacho do rei que deferiu o pedido. Cf. ANTT, MCO, liv. 61, fls. 10-11v. Em 1777, em Lisboa, o corregedor da comarca relatou que perante si fez o exame sobre a capacidade e suficiência para bem poder exercer o ofício de escrivão dos órfãos a um candidato, tendo-lhe feito as perguntas que considerou necessárias. ANTT, MCO, OA, cx. 363, mç. 118. Em 1815, o provedor das comarcas do reino do Algarve realizou as inquirições e o exame de aptidão para o encarte do ofício de escrivão dos órfãos da vila de Albufeira a João Xavier da Silveira e Vasconcelos. A isto se deveu ao facto desta localidade estar longe da Corte em 50 léguas e para o suplicante evitar despesas e condições atmosféricas adversas próprias da estação invernal. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 423, mç. 176. Na documentação do século XVII, referia-se também à *grande distância que há deste Reino do Algarve a esta Corte*. A distância condicionava os procedimentos. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 241, mç. 11.

⁷² Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609, fl. 12.

⁷³ Vide ANTT, MCO, OA, cx. 282, mç. 46.

Em 1676, Francisco Álvares Correia foi provido na serventia enquanto António Leitão não tivesse idade para servir o ofício de agente do juízo dos cavaleiros, dando-lhe a terça parte do rendimento⁷⁴. Em 1778, José Januário Fernandes Branco que não podia encartar-se para servir o ofício de escrivão do registo dos testamentos, por ser menor de 19 anos, queixou-se do serventuário por este não querer pagar a renda. Pediu para nomear outro substituto⁷⁵. Quando o serventuário não cumpria com o pagamento da pensão podia ser sentenciado e a viúva ou filhos requererem a serventia do ofício para outro indivíduo. Terminado o tempo do provimento, punham-se os éditos⁷⁶.

Quando o préstimo do serventuário era exemplar, não podia ser preferido por outro, *pelos gravíssimos prejuízos que resultam de admitir serventuários novos à vontade dos proprietários*. Os diplomas legais defendiam a permanência dos serventuários quando não existiam culpas contra eles formadas por erros do ofício. O merecimento particular de quem substituía não podia ser lesado⁷⁷.

As contendas desta índole também se proporcionavam com as filhas dos proprietários falecidos, ainda solteiras, a aguardar pelo matrimónio para ocuparem os ofícios pelos seus cônjuges. Talvez por serem mulheres, entendidas *quiçá* como um alvo mais vulnerável para descuidos e maus intentos desta natureza. Em 1797, D. Ana Joaquina de Castro Correia pediu a graça do alvará de nomeação para poder escolher um serventuário. O actual pagava-lhe a renda pelo que bem entendia e não pela importância justa que lhe deveria contribuir, conforme o rendimento anual ajustado. Deste modo, pretendia *cobrar a renda segundo a sua particular convenção podendo a suplicante removê-lo da serventia todas as vezes que lhe faltar à mesma convenção*. Esta era a condição imposta pela suplicante a fim de se precaver de novos desagrados⁷⁸.

Em 1782, D. Isidora Maria Quitéria geria o ofício de escrivão da provedoria dos resíduos por sua filha ser menor, de quem era tutora, arrendado por um

⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

⁷⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 19. Em 1777, José Januário Fernandes Branco pediu a mercê da propriedade do ofício que vagara por falecimento do seu pai. Tinha 17 para 18 anos. Pela falta de idade, necessitava que o rei o dispensasse, fazendo-lhe, não obstante, ser menor, a mercê da propriedade que suplicava para se encartar e entrar a servir quando completasse a idade legítima ou quando chegasse a que bastava para poder nela ser dispensado pelo tribunal das Ordens.

⁷⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

⁷⁷ Cf. *ibidem*.

⁷⁸ Cf. *ibidem*.

preço muito módico, não chegando para o tratamento decente da proprietária. Por isso, pediu que o ofício fosse ocupado pelo filho que vivia consigo, do primeiro matrimónio, visto ser hábil e capaz para o servir *com utilidade de ficarem na casa dela suplicante todos os interesses do dito ofício*, enquanto a proprietária não casasse com o indivíduo que o fosse servir. Esta seria a forma de concentrar, na mesma casa, o total interesse e lucro da serventia para utilidade da mãe, da filha e do irmão. Em boa verdade, o substituto satisfazia pontualmente as rendas do ofício, mas era limitada a importância que o ofício produzia e segundo aquele, por alvarás e decretos, os serventuários não podiam pagar mais que a terça parte do rendimento⁷⁹. No entanto, alguns chegavam a desembolsar uma importância superior à correspondente a essa tranche⁸⁰.

Em 1827, D. Carlota Joaquina Mascarenhas Valdez obteve o alvará de mercê para nomear um serventuário para o ofício de escrivão da chancelaria da Ordem de Cristo durante a menoridade do seu filho. Era viúva de Francisco José do Canto Castro Mascarenhas, vice-almirante da Real Armada e proprietário do ofício. A mulher e os seus quatro filhos menores ficaram desamparados sem quaisquer recursos para subsistir após a morte do proprietário. D. Carlota Joaquina Mascarenhas Valdez pediu a mercê do ofício, que vagara para o filho primogénito, Manuel do Canto Castro Mascarenhas, com a pensão de 200.000 réis para si. Das pesquisas que foram feitas na época, nomeadamente na Torre do Tombo, constou que o pai do falecido, António do Canto Quevedo Castro Mascarenhas, também fora proprietário encartado desse ofício e que o seu filho tivera a mercê do mesmo, sendo depois havido por habilitado e por suprido o exame para se encartar. Todavia, o agraciado não chegou a encartar-se no ofício, em razão de ter falecido depois de obter o decreto que o habilitava. Atendendo ao facto de nunca se terem cometido erros no desempenho do ofício, correspondeu-se ao solicitado pela viúva. Porém, o filho da suplicante ficou na obrigação de pagar o encarte do pai e de dar a pensão anual da terça parte da lotação do mesmo ofício à mãe. Apenas nessa condição teria efeito o alvará e por este a carta de mercê da propriedade do ofício. Por direito natural, divino e pátrio, os filhos eram obrigados a alimentarem os pais e a morte não extinguiu

⁷⁹ Cf. *ibidem*.

⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

as dívidas de processos mesmo que incompletos. Eram assumidas por quem ficasse⁸¹.

A menoridade podia ser contornada desde que fosse aceite o pedido de licença para servir, dispensando nesse entrave⁸².

Quando as mulheres se viam sozinhas, sem o pai e ainda por se encartarem por falta de recursos financeiros, ansiavam conquistar o alvará de nomeação para poderem colocar um serventuário que fosse competente para exercer o ofício. Era uma forma de poderem canalizar a seu favor alguns dividendos até a um eventual matrimónio que viabilizaria a propriedade no consorte. O encarte podia ter custos administrativos e nem todas tinham posses para os satisfazer⁸³.

Refira-se que a nomeação para a propriedade de um ofício podia ser antecedida de serventias por impedimento do titular, mediante a concessão de um alvará. Assim foi com Francisco Luís de Azevedo Coutinho, em 1737, a quem foi concedido o alvará para servir nos impedimentos do seu pai António Luís de Azevedo Coutinho, escrivão da câmara de Sua Majestade no tribunal das Ordens da repartição de Avis e da chancelaria da mesma ordem. O mesmo ocorrera anteriormente com Lourenço Vaz Preto Monteiro para suprir as faltas do seu pai Manuel Vaz Preto Monteiro de escrivão da câmara da Ordem de Santiago e com Domingos Pires Bandeira para servir nos impedimentos do seu tio Manuel Coelho Veloso escrivão da Mesa⁸⁴.

António Luís de Abreu e Vasconcelos, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, era escrivão proprietário do juízo dos cavaleiros das três Ordens Militares. Em 1751, requereu a renúncia do ofício por se considerar velho para o exercer, por ter uma filha para casar e algumas dívidas a saldar, umas que contraiu para comprar o ofício e outras para acudir à sua casa, as quais desejava satisfazer em sua vida. No seu entender, só com a faculdade de renunciar conseguiria cumprir os seus intentos. Na altura, contava com 21 anos de serviço no ofício, 13 de comissário do tribunal da Mesa da Consciência, e tinha apenas uma filha.

⁸¹ Cf. ANTT, MCO, cx. 644 (provisória).

⁸² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

⁸³ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 14.

⁸⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fls. 176v.-177, ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10 e ANTT, RGM, D. João V, liv. 19, fls. 480-480v.

Foi-lhe concedida a graça de poder renunciar a propriedade do referido ofício⁸⁵. Contudo, não a colocou em prática. Vejamos a alteração de cenário e de actores. Em 1765, a Mesa recebeu uma petição de Alexandre Inácio de Abreu Lima e Vasconcelos, filho legítimo de António Luís de Abreu e Vasconcelos, que fora proprietário encartado do ofício de escrivão dos cavaleiros das três Ordens Militares, das apelações eclesiásticas da prelazia de Tomar e das da contadoria do mestrado da Ordem de Cristo, cujo ofício já servira no espaço de 34 anos. Enquanto comissário foi durante 27 anos, a quem se incumbia as *diligências de maior suposição que havia*, cujo desempenho fê-lo com zelo, segredo e inteireza. Reivindicou a propriedade do ofício que vagara por falecimento do seu ascendente. Apresentou o alvará da dita renúncia, que não tivera efeito em vida de seu pai, e pediu que lhe conferissem a propriedade do dito ofício de escrivão dos cavaleiros por ser o filho mais velho, como mostrou pelos documentos apresentados. Este processo tem dois requerimentos para lhe passarem as certidões, a do seu baptismo e a do óbito do seu pai, o sumário com os depoimentos das testemunhas, a informação e o parecer do juiz dos cavaleiros, a consulta e o comprovativo dos novos direitos. Para Luís Inácio da Silva Duarte, juiz dos cavaleiros, o rei não costumava estender este ofício aos filhos dos proprietários pelo direito consuetudinário. Contudo, considerava que merecia a graça em atenção ao pai por ter servido tantos anos no exercício do ofício sem nota e nas mais diligências de que foi encarregado. Teve a carta em 1766⁸⁶.

O historial, manifestamente, peculiar deste ofício, na pertença desta família, não iria ficar por aqui. Em 1777, D. Josefa Inácia de Vasconcelos, filha legítima de António Luís de Abreu e Vasconcelos, referiu na sua petição que o pai comprara o ofício *com dinheiro do casal* e após o seu falecimento o rei conferira a propriedade aos filhos, Alexandre Inácio de Abreu Lima e Vasconcelos e Pedro Inácio da Fonseca Sequeira e Vasconcelos, os quais faleceram sem se encartarem por não terem idade. Mais informou que Pedro Inácio da Fonseca Sequeira e Vasconcelos pedira, em 1776, antes do seu falecimento, a mercê de poder renunciar o ofício no seu sobrinho, filho da irmã, por ser o único herdeiro da casa dos seus pais. Não tendo obtido resposta quanto ao requerimento do irmão, D. Josefa Inácia de Vasconcelos reiterou o seu

⁸⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

⁸⁶ Cf. *ibidem*.

desejo, para a atribuição da mercê no seu filho ou no seu marido. O pedido foi escusado⁸⁷. Em outra série documental, é possível apurar que, em 1777, António Maria Rodrigues de Abreu e Vasconcelos foi o possuidor seguinte da propriedade do ofício de escrivão dos cavaleiros das três Ordens Militares dos casos crimes e das apelações eclesiásticas da prelazia de Tomar que vagou, ainda, por falecimento de António Luís de Abreu e Vasconcelos⁸⁸. Vinte anos mais tarde, Manuel Caetano de Abreu Lima e Vasconcelos foi dispensado na falta de idade para que pudesse servir o ofício de escrivão dos cavaleiros de que era proprietário o seu irmão António Maria Rodrigues de Abreu e Vasconcelos⁸⁹. Refira-se, ainda, que, paralelamente, a toda a trajectória marcada pela reivindicação da mercê da propriedade do ofício por vários elementos de um clã familiar, sucedia a constante súplica da mercê de serventia desse ofício. João Tibúrcio Barbosa foi serventuário, durante vários anos. A primeira petição após a morte do proprietário, António Luís de Abreu e Vasconcelos, data de 1765. Nessa ocasião, desejava continuar na serventia do ofício por mais seis meses. Por isso, já o exercia anteriormente. Apresentou regularmente, duas vezes por ano, o seu pedido para obter a respectiva provisão até à década de 80, inclusive. Mas, nem sempre foi, assim, tão linear. O seu percurso também foi marcado por uma suspensão de alguns meses na serventia do ofício, em 1780, contra a sua vontade, por uma falsidade ou crime que fora acusado de cometer. Em 1781, denunciou por vago o ofício de escrivão dos cavaleiros, tendo o rei mandado passar alvará de *mercê em vida do suplicante tirando-o à sua custa por demanda ao possuidor dele António Maria Rodrigues*. Porém, esta situação suscitou dúvidas ao escrivão da câmara Domingos Pires Monteiro Bandeira por saber que António Maria Rodrigues de Abreu e Vasconcelos alcançara a mercê da propriedade do ofício por decreto de 19 de Junho de 1777. Tentativa ou não de ludibriar a verdade ao não declarar que o rei tinha feito mercê daquele ofício ao denunciado, acabou por enganar na delação que deu ao considerar vago do proprietário, de que ele era serventuário. Em 1789, encontrava-se preso,

⁸⁷ Cf. *ibidem*.

⁸⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 96, fls. 8-8v.

⁸⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 99, fl. 132v.

deixando a serventia vaga do ofício de escrivão dos cavaleiros, a qual se procurou preencher de imediato⁹⁰.

Até à segunda petição de 1765, o suplicante referiu sempre que estava servindo o ofício de escrivão dos cavaleiros das três Ordens Militares. A partir dessa data, mencionou o ofício de escrivão dos cavaleiros das três Ordens Militares e das apelações do eclesiástico da prelazia de Tomar. Em 1774, voltou a referir apenas o ofício de escrivão dos cavaleiros das três Ordens Militares.

De que forma este ofício entrara no seio dessa família? Foi adquirido em virtude da renúncia que nele fez o último titular, Vicente Pedro, morador na cidade do Porto, casado com D. Brígida Maria da Silva, filha legítima de Francisco Correia da Silva que era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e escrivão proprietário dos cavaleiros das três Ordens Militares. Pela morte do sogro, a sua mulher, D. Brígida, granjeou a mercê da propriedade do ofício na condição de o usar a pessoa que com ela casasse e com a obrigação de pagar aos seus irmãos as tornas que lhe tocassem de suas legítimas, no valor de 722.434 réis. Deste modo, estava obrigado, por cabeça da sua mulher, a pagar aos seus cunhados, que eram pobres, as referidas tornas *que nele tem e lhe foram adjudicadas e os não pode pagar se não pelo valor do mesmo ofício*. Este era considerado de pouco lote por ter sido comprado por 900.000 réis, conforme apontado na certidão de partilhas. No entanto, Vicente Pedro não se quis mudar para a Corte para se encartar e servir o ofício pelo encargo que este acarretava. Em 1730, Vicente Pedro e D. Brígida Maria da Silva conseguiram a faculdade para renunciarem o ofício⁹¹. Coube a António Luís de Abreu e Vasconcelos.

Ainda o exemplo de João Correia Manuel de Carvalho e Aboim. Este, pelas graves moléstias que padecia e que o impossibilitavam de exercer o ofício de escrivão na repartição da Ordem de Santiago, de que era proprietário, viu ser nomeado, em 1777, Manuel José de Lima Pita para serventuário. A este ofício estavam anexos os de escrivão da chancelaria da mesma Ordem e de escrivão dos terços do colégio da Universidade de Coimbra e meias anatas do convento de Palmela. Em 1782, pediu para que o seu filho único, António Correia Manuel de Aboim, de 23 anos, servisse o ofício nos seus impedimentos. O processo envolveu diligências como a que se pediu ao juiz dos órfãos da repartição de

⁹⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

⁹¹ Cf. *ibidem*.

Alfama, que servia de corregedor do cível da cidade, que informasse acerca da idoneidade e aptidão do filho do suplicante. Na sua casa de morada, realizou-se a inquirição e elaborou-se o sumário das testemunhas⁹². Em 1791, João Correia Manuel de Carvalho e Aboim ainda ocupava o lugar de escrivão da câmara do mestrado de Santiago⁹³. Note-se que João Correia Manuel de Carvalho Aboim, fidalgo da Casa Real, recebeu a mercê da propriedade dos referidos ofícios em 1756, em razão do falecimento do seu pai, mas encartou-se apenas em 1768. O que não fizera o avô de António José Correia Manuel de Aboim, Lourenço Vaz Preto Monteiro, que não chegara a encartar-se no mesmo ofício. No livro das fianças que se tomavam na chancelaria dos novos direitos constava uma fiança que se tomou por ordens da Junta dos Três Estados sobre o pagamento dos novos direitos tanto do encarte de António José Correia Manuel de Aboim como também do de seu pai e avô. Em 1755, João Correia Manuel de Carvalho e Aboim afirmou ter a mercê da propriedade do ofício de escrivão da Ordem de Santiago, e como o tribunal se achava com falta de dois escrivães, na altura exercendo, pediu licença, por seis meses, para entrar logo a servir o ofício enquanto não se encartava. O rei concedeu a mercê, mas frisou que era obrigado a encartar-se no ofício no termo de seis meses. Em 1746, António José Correia Manuel de Aboim recebeu a mercê da propriedade dos ditos ofícios, nos quais teria de se encartar no prazo de um ano e de pagar os encartes em dívida⁹⁴. Entretanto, a carta de propriedade, em pergaminho, era apresentada na Mesa para que o conteúdo da mesma fosse idêntico à que fosse produzida para o novo encartado⁹⁵. Por vezes, recuperava-se o exercício de um ofício quando o anterior titular tivesse apenas o alvará da mercê da propriedade, sem que nele se tivesse encartado ou até servido o mesmo, quando não se faziam beneméritos da continuação dele nos ascendentes. Assim fora com Ana Joaquina de Macedo. Esta era filha legítima e única de João de Macedo Pimentel, já falecido, proprietário do ofício de escrivão da provedoria dos resíduos e cativos. O seu pai não servira o ofício, nem tão pouco se encartara nele. Argumentou ser casada com um cabo de esquadra do regimento da

⁹² Cf. ANTT, MCO, liv. 96, fl. fls. 2-2v. e 7v. Encontra-se também em ANTT, MCO, liv. 98, fls. 60v.-61. *Vide* ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

⁹³ Cf. ANTT, MCO, liv. 40, fl. 96.

⁹⁴ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

⁹⁵ Cf. *ibidem*.

primeira armada, de quem se apurou depois, por sumário de testemunhas, ter bom procedimento e costumes, ser um homem hábil e capaz de servir bem o ofício. Alegou, ainda, ser descendente de pais nobres, ter filhos e escassos meios para os sustentar e, por isso, pretendia a propriedade do ofício para nele se encartar e servir o seu marido, que não tinha mais do que o soldo de cabo de esquadra. A sua pretensão foi deferida⁹⁶.

O desempenho efectivo de uma ocupação era precedido, em alguns casos, de uma experiência já adquirida enquanto serventuário. Para demonstrar aptidão convinha já ter adquirido a *prática e inteligência* no ofício.

Também podia ocorrer o proprietário do ofício pedir uma licença para, em regime de renúncia, em sua vida ou por sua morte, poder nomear um filho, na forma de direito e estilo praticado⁹⁷. No caso das filhas, dotavam-se com os ofícios, encartando-se neles as pessoas que com elas casassem. Por costume, nomeava-se o filho varão. Respeitava-se, igualmente, a denominada obrigação de equidade, dando-se o ofício ao primogénito mais velho à semelhança do que se processava com os ofícios do reino pelo direito consuetudinário. Em 1719, Pedro Sanches Farinha de Baena relatou que se praticava desta forma, inalteravelmente, havia mais de 40 anos, nos ofícios das Ordens. No entanto, o costume não era tido como uniforme, existiram casos em que se preteriu o filho mais velho para se atribuir ao *filho mais moço* ou à filha. Era plausível, havendo uma razão de maior equidade que obrigasse a perverter a ordem habitual. Em causa poderia estar a garantia de sustentabilidade do agregado familiar⁹⁸. Em 1771, o desembargador procurador geral das Ordens, José Ricalde Pereira de Castro, referiu que o rei havia removido o abuso com que os filhos mais velhos se arrogavam ao direito de suceder nos ofícios. Esta era uma matéria de *mera graça* só aplicada ao filho mais hábil, que estivesse apto às funções a desempenhar, fosse ou não primogénito, porque o que se valorizava eram as competências necessárias para o exercício do ofício. No entanto, era necessário saber se ambos eram aptos. Por detrás da escolha pelo filho mais novo poderiam

⁹⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 17.

⁹⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 143.

⁹⁸ Cf. *ibidem*.

existir quezílias familiares a sobrepuem-se às aptidões do filho mais velho e, por isso, era necessário indagar⁹⁹.

3.3. Nomeação para um ofício não patrimonializado

O início do processo de nomeação para a propriedade ou serventia de um ofício que não estava patrimonializado, cujo proprietário anterior não deixara descendência directa, fazia-se com recurso à publicação de editais para o seu provimento, dando a conhecer a vacatura daquele ofício. Afixavam-se nas portas do tribunal. Em 1684, o édito para o ofício de porteiro do tribunal e tesourarias a ele anexas esteve exposto durante oito dias¹⁰⁰. Relativamente a vendas de ofício por execução, em 1745, o rei ordenou que se pusessem editais de 30 dias nas partes públicas para quem quisesse comprar a propriedade do ofício de inquiridor e distribuidor do juízo da ouvidoria da alfândega da cidade de Lisboa. As instruções foram bem claras, *com o último lanço que houver fará outrossim correr os pregões na praça e passados os ditos trinta dias irá a ela com o escrivão e promotor Procurador Geral dos Cativos para arrematar notificados todos os lançadores irem a ela em maior lanço que houver mandará tomar e com ele dará conta no Tribunal da Mesa da Consciência para com ordem dele se mandar depois rematar e na carta da rematação se há-de incorporar esta Portaria para o mesmo arrematante em virtude dela requerer o encarte no ofício*¹⁰¹.

Em 1685, por falecimento de Francisco Correia da Silva, vagou o ofício de escrivão do juízo dos cavaleiros das três Ordens Militares, tendo sido postos éditos para o provimento por serventia. À chamada acorreram 19 opositores. O serventuário que ocupava o ofício, que podia ser o preferido, foi excluído, por não cumprir o prazo de entrega da sua candidatura¹⁰².

No entanto, em vida, não tendo filhos, o processo podia ser desencadeado pelo pretendente com a apresentação de uma petição. Era uma candidatura espontânea em que o pretendente, que tencionava ser provido na propriedade

⁹⁹ Cf. ANTT, MCO, Ofícios, mç. 10.

¹⁰⁰ Cf. ANTT, MCO, Ofícios, mç. 11.

¹⁰¹ ANTT, MCO, liv. 101, fls. 103v. e 105-105v.

¹⁰² Cf. ANTT, MCO, Ofícios, mç. 13.

ou serventia de um ofício, alegava que o mesmo se encontrava vago. Também podia ser pelo facto do próprio proprietário reconhecer a sua incapacidade para o servir. Nesta situação, o rei ordenava à Mesa da Consciência e Ordens que visse, com informação que mandaria tomar do estado em que estava o titular do dito ofício, e lhe consultasse o que lhe parecesse.

O edital dava origem à apresentação de propostas por parte dos candidatos, que apresentavam as suas petições e outros documentos, que favorecessem as suas pretensões como os comprovativos dos seus percursos “profissionais” em termos de ocupações e serviços prestados, descritos em anos, meses e dias. O bom procedimento e a capacidade para o desempenho das funções também eram requisitos tidos em conta nos aspirantes¹⁰³.

Pedia-se seguidamente informação acerca dos opositores ao chanceler das Ordens, o qual conferia os elementos fornecidos pelos pretendentes. As informações reunidas eram expostas, com o resumo das mesmas, na consulta que era produzida pela Mesa da Consciência, assinada pelos vários deputados. Analisava-se a candidatura de cada peticionário e escolhiam-se, por ordem, o primeiro, o segundo e o terceiro lugares. Nem sempre a escolha era unânime e, por isso, era necessário discriminar as posições do presidente e dos deputados.

Em 1729, a Mesa da Consciência recebeu um aviso para que consultasse a propriedade dos ofícios e soubesse como o ofício se achava vago, antes de emitir os alvarás. A Mesa não podia passar alvará de ofícios se não aos filhos dos proprietários¹⁰⁴.

Em função do parecer ou pareceres constantes na consulta, o rei determinava em despacho, por decreto ou resolução final, no cimo da consulta.

O suplicante deveria dirigir-se à chancelaria das Ordens Militares para aí jurar aos Santos Evangelhos, em que se comprometia a servir bem o ofício, respeitando o seu regimento. Deste acto e posse se fazia assento nas costas da carta de propriedade que era selada com o selo pendente e se fazia o registo no livro das chancelarias e também no livro do registo das mercês. Convém referir que cabia, ainda, ao recém encartado pagar os novos direitos ao tesoureiro, sem este pagamento não havia lugar ao exercício das funções no ofício.

¹⁰³ Cf. ANTT, MCO, liv. 315.

¹⁰⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fl. 93. Encontra-se também em ANTT, MCO, cx. 642, fl. 44v.

3.4. A serventia de ofícios

As serventias representavam o exercício de ofícios por um tempo determinado, quase sob a forma “de arrendamento”¹⁰⁵. Em algumas situações, duravam enquanto permanecesse o impedimento do proprietário ou enquanto se aguardava para ter a mercê da propriedade com a saída do anterior titular. Para as mulheres solteiras, órfãs ou viúvas era até se casarem¹⁰⁶. No século XVII, dissertava-se que o desempenho de ofícios a cargo de serventuários só deveria existir em situações justificadas, de *urgentíssima causa*¹⁰⁷ ou *causa muito justa*¹⁰⁸. Os impedimentos por moléstias eram facilmente aceites. Em causa estariam as partes que, em detrimento da falta dos proprietários, eram prejudicadas pelo atraso dos seus processos. Impossibilitado de trabalhar, o proprietário desejava ser substituído durante a sua convalescença para acudir às obrigações do seu ofício. Quando o processo de cura era extenso, os enfermos necessitavam de mais tempo para recobrar a saúde e, por isso, a existência de pedidos sequenciais de serventias. Muitas vezes, reforçavam os seus pedidos com exemplos de outros casos enunciados por terem sido bem sucedidos. Para além das doenças, comprovadas por certidões médicas, a prisão representava também um motivo de força maior para não se estar na ocupação de um ofício. António Rebelo da Fonseca assegurava o ofício por serventia porque o proprietário encontrava-se preso nos cárceres da Inquisição¹⁰⁹. O ofício de escrivão da ouvidoria de Avis estava vago em 1705 por António Fernandes da Cruz não se ter encartado por defeito de sangue e por estar preso nos cárceres do Santo Ofício¹¹⁰. Por sua vez, Nicolau de Macedo Pimentel achava-se culpado em erros do ofício¹¹¹. Também podiam ser suspensos por erros enquanto durasse o livramento do proprietário que utilizava esse tempo para se dedicar à sua defesa¹¹². A falta de disponibilidade do proprietário em dedicar-se ao ofício era outra das razões. Estar ao serviço do

¹⁰⁵ Vide ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

¹⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 14.

¹⁰⁷ Cf. BN, cód. 6504, fls. 36-36v. e ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

¹⁰⁸ Vide Roberta Stumpf, art. cit., p. 286.

¹⁰⁹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

¹¹⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 270, mç. 35.

¹¹¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 17.

¹¹² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

poder régio numa ocupação que obrigasse a uma dedicação intensa ou estar fora da sua esfera territorial, a participar numa guerra¹¹³, impossibilitava os sujeitos de abraçarem os seus ofícios. Do mesmo modo, por ausência, para tratar de certas *dependências e negócios urgentes*, em terras longínquas, em que só os próprios poderiam resolver¹¹⁴. Pedia-se o provimento enquanto durasse a ausência do proprietário, por escassos meses ou até anos.

A serventia de um ofício era despontada com a indisponibilidade do seu titular, mas esse impedimento podia também advir não só do proprietário, mas também do seu serventuário, se já existisse. Este não estava livre de algo que o obstasse de cumprir a serventia, desde a doença à prisão¹¹⁵. Nestes casos, entrava a assistir um outro serventuário enquanto durassem os estorvos dos anteriores¹¹⁶. O surgimento de uma outra oportunidade de serventia podia fazer com que o substituto entrasse nessa, largando a que estaria a ocupar caso a tivesse¹¹⁷.

No impedimento do proprietário, este, tendo filhos, esgotaria as hipóteses nos mesmos para ocuparem o seu lugar nas serventias. Não havendo descendentes ou se estes estivessem indisponíveis, seria forçado a indicar um sujeito fora do seu parentesco¹¹⁸.

Os proprietários encartados pediam ao mestre que lhes concedesse a faculdade para poder nomear os serventuários e que fossem admitidos os designados por eles¹¹⁹. Nas suas petições, indicavam o nome de quem desejavam ver no seu ofício¹²⁰. A aprovação competia ao tribunal das Ordens¹²¹.

A candidatura podia ser espontânea, logo que o interessado soubesse da notícia da vacatura da serventia do ofício. Alguns dos suplicantes chegavam a ter como trunfo o consentimento expresso dos proprietários dos ofícios a acompanhar as suas petições¹²².

¹¹³ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

¹¹⁴ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 14.

¹¹⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

¹¹⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 17.

¹¹⁷ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

¹¹⁸ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

¹¹⁹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

¹²⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

¹²¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 14.

¹²² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

Nas serventias exercidas nas unidades orgânicas das Ordens Militares centralizadas em Lisboa, como era o exemplo do juízo dos cavaleiros, eram os deputados a informar e a propor eventuais substitutos ao mestre, em regime de proposta. A extrema necessidade dos oficiais para darem continuidade ao expediente fazia com que agissem de imediato para preencher o lugar vago através de substitutos que poderiam estar disponíveis¹²³.

Ao centro político chegavam notícias que os proprietários não assumiam os seus ofícios e muitos destes estavam alocados a serventias. No século XVII, já constatava que uma parte dos proprietários não servia, efectivamente, esses ofícios. Para corrigir esta conduta, chegava-se a inviabilizar novas serventias, obrigando os indivíduos que tivessem a propriedade desses mesmos ofícios a exercerem as suas funções e a assumirem as suas responsabilidades. Em 1644, o rei impôs ao tribunal das Ordens que, nas informações que os julgadores dessem acerca das renúncias de ofícios declarassem se os proprietários os tinham exercido no decurso da sua posse. Sucedia, muitas vezes, os titulares afirmarem que sempre os serviram desde a tomada de posse, quando, na realidade, eram assistidos por largos anos através de serventias¹²⁴.

Não é de estranhar que o rei pedisse à Mesa da Consciência que solicitasse aos seus ministros uma relação de todos os ofícios assumidos por serventuários, declarando o impedimento ou a causa para os proprietários não os servirem. Nem tão pouco que, em 1648, o decreto para se registarem em livro todas as serventias logo que fossem concedidas. Era um mecanismo de controlo para averiguar se os proprietários os serviam e para dar uma resposta em questões de sucessões de ofícios para filhos¹²⁵.

Em 1701, ordenou-se, em resolução régia, que não se consultassem as serventias de ofícios sem se declararem os impedimentos dos proprietários. Era prática não se mencionarem as razões que determinavam o facto de não assumirem os seus ofícios, apesar das advertências do centro político¹²⁶. No final do mesmo ano, o rei pediu uma relação de todos os ofícios providos por serventuários, em que se declarasse o impedimento ou a causa por que os

¹²³ Cf. *ibidem*.

¹²⁴ ANTT, MCO, liv. 100, fl. 47v. Encontra-se também em ANTT, MCO, cx. 642, fls. 28-28v.

¹²⁵ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

¹²⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 31, mct. 6, doc. 127. Encontra-se também no livro de registo de resoluções régias: ANTT, MCO, liv. 315, fl. 76 e em BN, cód. 6504, fls. 115v.

proprietários os não serviam¹²⁷. Já em anos anteriores, nomeadamente, em 1642, se pedira uma relação dos ofícios e serventias vagas, em que partes e rendimentos¹²⁸. Em 1647, foi lavrado um decreto para se registarem as serventias dos ofícios. O envio de relações com esses registos constituía uma forma de controlo sobre os casos em que os proprietários deixavam de servir os seus ofícios¹²⁹. Em 1687, o monarca referiu que mandara, por diversas vezes, os tribunais fazerem ocupar os ofícios pelos proprietários¹³⁰. Em 1663, o rei determinara que os proprietários dos ofícios servissem e não se anuissem as serventias¹³¹ e, em 1666, afirmava existirem grandes descuidos nos proprietários em não assistirem os seus ofícios e muitos deles terem serventuários¹³². Este cenário demonstra um afastamento dos titulares quanto ao exercício pleno dos seus ofícios. Quando o proprietário não possuía o alvará, que o dispensasse da serventia, era notificado para ocupar o seu ofício num termo estipulado, sob pena de ser colocado a concurso de acordo com a lei e considerar-se vago¹³³. Chegava a haver notificações para que os proprietários servissem os ofícios e que se encartassem neles, caso contrário eram tidos como vagos¹³⁴.

Nos decretos datados de 1681, 1682 e 1686, o rei impediu que se acumulassem dois ofícios, quer de propriedade, quer de serventia. Tanto por mercê que as partes pediam como das renúncias que pretendiam fazer. Se tivessem dois ofícios, teriam de renunciar um deles. Por vezes, pediam-se renúncias de ofícios a favor de pessoas que eram proprietárias de outros, ocultando esse facto nos requerimentos¹³⁵. O decreto de 1644 explicitou que os pretendentes deviam declarar a existência do ofício nas suas petições, quando o mesmo existisse, sob pena de perderem um deles, provendo o mestre naquele que melhor lhe parecesse ou em quem o acusasse, se este fosse apto¹³⁶. Num

¹²⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 31, mct. 6, doc. 128. Encontra-se também no livro de registo de resoluções régias: ANTT, MCO, liv. 315, fl. 76v. e em BN, cód. 6504, fls. 116-116v.

¹²⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 8v. Também se encontra em BN, cód. 6504, fl. 11.

¹²⁹ ANTT, MCO, liv. 315, fl. 12. Também se encontra em BN, cód. 6504, fl. 20.

¹³⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 31, mct. 6, doc. 130.

¹³¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 31, mct. 6, doc. 131. Também se encontra em ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 e em BN, cód. 6504, fls. 44v.-45.

¹³² Cf. BN, cód. 6504, fls. 36-36v.

¹³³ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13 e ANTT, MCO, OA, cx. 260, mç. 26.

¹³⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 260, mç. 26.

¹³⁵ Cf. BN, cód. 6504, fl. 116.

¹³⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

decreto de 1677, determinou-se que, caso o denunciante não apresentasse as qualidades para servir o ofício era-lhe atribuído a terça parte do rendimento. Esta ordem deveria constar nos éditos dos provimentos dos ofícios para que as partes não alegassem ignorar esta resolução¹³⁷. No decreto de 1681, ordenou-se que o indivíduo que tivesse os dois ofícios abdicasse de um, no prazo de seis meses, caso contrário perderia o maior, o qual seria entregue à pessoa que o delatasse¹³⁸. O rei gratificava estes gestos, atendia aos denunciantes quando o ofício estava incorporado na Coroa, fazendo-lhes mercê da coisa denunciada em prémio da notícia. Quando não pertencia ao ónus da Coroa, não tinha lugar a denúncia, nem a mercê¹³⁹. Para alguns, na interpretação da lei, esta proibia apenas a propriedade de dois ofícios, não compreendia as serventias¹⁴⁰. Não convinha a pluralidade de ofícios na mesma pessoa, porque estando desembaraçados de outras ocupações desempenhavam e cumpriam melhor as suas obrigações¹⁴¹. Para outros, quando as serventias dos ofícios não eram incompatíveis podiam-se acumular. António de Queirós Carreira preferiu evitar essas controvérsias que o envolveram, tendo desistido mesmo do provimento da serventia do ofício de escrivão da provedoria dos resíduos e cativos a favor do seu irmão¹⁴².

No século XIX, mantinha-se a interdição à serventia de dois ofícios, em simultâneo, pela mesma pessoa, sem que esta gozasse de uma dispensa para tal. O motivo era o mesmo, para não interferir no empenhamento de quem os acumulava porque *as suas forças têm limites e a multiplicidade de diligências em cada um dos ofícios ao mesmo tempo embarace realmente algumas, ou serve de pretexto a não se fazerem em tempo*¹⁴³. O proprietário podia acumular uma serventia de outro ofício desde que estivesse mais desocupado e fosse apto¹⁴⁴.

Em 1663, o monarca apontava em decreto que, após a morte dos proprietários, muitos dos ofícios eram servidos em todo o reino, principalmente dos menores, por provimento dos corregedores e de outros ministros, sem que

¹³⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fls. 48-48v.

¹³⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 52.

¹³⁹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

¹⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

¹⁴¹ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 184, n.º 1.

¹⁴² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

¹⁴³ ANTT, MNEJ, mç. 184, n.º 1.

¹⁴⁴ Cf. ANTT, MR, liv. 370, fls. 33-33v.

se tratasse da provisão das propriedades. *E também muitos proprietários a quem tenho feito mercê, sem tirarem suas cartas, estão servindo por provimentos, como de serventia. E porque tudo o acima referido é em grande prejuízo da Justiça, e causa confusão.* O decreto proibia as serventias, obrigando os proprietários a servirem com as suas cartas, dispensando os serventuários. Era comum os indivíduos servirem os ofícios sem cartas ou sem as passarem pela chancelaria¹⁴⁵.

Em boa parte dos casos, os indivíduos asseguravam, durante anos consecutivos, o ofício por serventias. As mais comuns tinham um prazo de quatro, seis meses ou de um ano. Sempre que findava ou estava prestes a terminar o provimento com que se estava a servir, requeria-se a prorrogação do mesmo. Esta era uma actuação obrigatória, dado que, sem provimento, não se podia exercer um ofício¹⁴⁶. Colocavam-se editais para as serventias que durassem mais de seis meses¹⁴⁷ e, ao findar o termo, os pretendentes requeriam novo provimento para continuar a exercer o ofício. Vagando outra vez a serventia, o substituto que uma vez assistisse bem, deveria ser escolhido face aos outros candidatos, ou seja, o serventuário que uma vez tivesse a serventia era tido como preferido para todas as vezes que se tornasse a prover até entrar o proprietário¹⁴⁸. A conduta e a reputação eram critérios relevantes na avaliação de um desempenho¹⁴⁹. Em decreto de 1650, privilegiava-se quem fora primeiro a ser provido na serventia. Era considerado *serventuário de ofício com faculdade perpétua, como proprietário alternativo*¹⁵⁰. Os serventuários passam a utilizar nos seus discursos o direito à conservação das suas serventias, na forma da lei do rei D. João IV¹⁵¹.

Manuel da Costa teve a mercê da serventia dos ofícios de porteiro do despacho do tribunal, tesoureiro das despesas e dos depósitos e fábricas das igrejas das três Ordens, enquanto durasse o impedimento do proprietário. Aquando da entrega do bilhete para pagar os novos direitos da mercê, reclamou

¹⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória). Encontra-se também em BN, cód. 6504, fls. 44v.-45 e em: ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1, fl. sem numeração.

¹⁴⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

¹⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 13.

¹⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

¹⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

¹⁵⁰ Cf. BN, cód. 6504, fls. 22v.-23. Encontra-se também em ANTT, MCO, liv. 100, fl. 49, ANTT, MCO, cx. 642, fls. 29v-30 e ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11, fl. sem numeração.

¹⁵¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

a redacção aplicada. O que pedira não correspondia ao que lhe era dado. Requerera a serventia dos ofícios para os servir nos impedimentos do proprietário, como vinha a fazer há muitos anos e não enquanto durasse o impedimento do proprietário. Assim o fizera anteriormente, à medida que terminavam os provimentos de seis meses e o proprietário não reunia as condições para se apresentar, considerando não poder faltar a tão destacados deveres e responsabilidades. Achava esta mercê menos ampla daquela que pedira, uma vez quebrada a serventia pelo ingresso do proprietário, necessitava de nova graça para haver de continuá-la. À primeira vista, aparenta ser um pormenor, mas que faria toda a diferença para quem ansiava assumir-se como *proprietário alternativo* a servir sempre nos impedimentos do proprietário, nas suas várias ocorrências. Embora, para alguns, o decreto de 17 de Maio de 1650 já salvaguardasse esse interesse dos indivíduos¹⁵². Também podia acontecer o inverso, em que o desempenho do serventuário não caíra de todo nas graças do substituído. Ao ponto de o proprietário manifestar esse desagrado e suplicar a recusa de qualquer petição daquele substituto para o provimento no seu ofício¹⁵³.

A serventia poderia ter uma duração mais alargada, por anos, sem que o provimento caducasse a uma regularidade de seis meses ou um ano. Tal se devia à natureza do impedimento. Nas de doença não associadas à velhice, equacionava-se o regresso a curto prazo, assim que as melhoras permitissem. Em 1681, a nomeação para a serventia do ofício de agente das Ordens de Santiago e Avis foi concedida por quatro anos, tempo correspondente ao da ausência do proprietário que partiria para o Brasil. Mencione-se que o titular necessitava, previamente, de uma licença para se ausentar¹⁵⁴.

A concessão de serventias pautava-se por uma estratégia de gratificação através de concessões precárias para o bom funcionamento da estrutura organizacional das Ordens Militares e da acção governativa da Coroa. Entre os pretextos para a prática de serventias, enquanto recurso remuneratório, observe-se o que se revelou em 1685: *neste Tribunal não há outra coisa com que premiar os oficiais papelistas que neles servem com satisfação mais que estas serventias tão limitadas para os entreter e animar a que vão continuando para*

¹⁵² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

¹⁵³ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

¹⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 14.

*que não busquem outros cômodos, indo servir a outras partes, como já alguns têm feito pelo pouco proveito que aqui tem, de que resultará não haver nas Repartições deste Tribunal oficiais práticos, e capazes para o serviço de Vossa Majestade e expediente dos negócios que por ele correm*¹⁵⁵. Até ser serventuário poderia assumir o estatuto de ajudante. Nesta posição era mais fácil obter uma serventia assim que se proporcionasse uma vacatura. Foi o que se passou, em 1823, com Jacob Francisco de Paula Fernandes na serventia do ofício de escrivão do juízo geral das Ordens¹⁵⁶.

Os serventuários continuavam, muitas vezes, a pedir ao rei a provisão do ofício para que pudessem assistir ao mesmo, dando continuidade à serventia, mesmo com a morte do proprietário até ao momento que fosse atribuída a quem pertencesse a respectiva propriedade.

As prorrogações de serventias pertenciam apenas à esfera do poder do rei, enquanto administrador das Ordens Militares, essa competência não competia à Mesa da Consciência. O tribunal das Ordens tinha a função de consultar. Aliás, serventias e propriedades de ofícios subordinados à Mesa, tudo se devia prover por consulta. Passavam pela Mesa *os ofícios de escrivão, dos resíduos, contador e oficiais da vila de Caldas; por razão do hospital; os ofícios de tesoureiros dos cativos e seus escrivães, e assim dos defuntos e ausentes, dos lugares ultramarinos; os ofícios de mamposteiros menores e seus escrivães; os ofícios de recebedores dos três quartos e mais anatas das Ordens de Cristo e Avis, e dos terços da Ordem de Santiago; e os de provedores dos cativos, e cartas de ermitanias, nas terras das Ordens Militares*¹⁵⁷.

A concessão de alvarás para serventias obedecia a formalidades estritas. Cumpriam-se os mesmos rituais como as diligências para averiguar a limpeza de sangue do suplicante e da sua consorte, quando existisse, e as partes requeridas no exercício do ofício, o juramento dos Santos Evangelhos, o pagamento dos novos direitos e o assento nos livros de registo das chancelarias.

O exemplo que aqui se destaca é o de João Capristano da Maia, que começou a servir no tempo em que o seu tio Francisco Xavier era proprietário do ofício de cursor do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Pelo que foi

¹⁵⁵ ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

¹⁵⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2.

¹⁵⁷ Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. XVII.

possível apurar, desde 1755. Dez anos mais tarde, apresentou uma petição para a serventia desse lugar e, a partir de 1770, entregou, consecutivamente, de seis em seis meses, novas petições para dar continuidade à sua ocupação na serventia de cursor. Em algumas delas porque ia acabando o provimento e em outras porque já se achava findo.

Em 1777, por estar vaga a propriedade do ofício de segundo cursor, por falecimento de Francisco Xavier da Cunha, João Capristano da Maia, em razão de o ter servido por mais de 20 anos, obteve a mercê da propriedade do ofício de segundo cursor e agente do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Vencia anualmente o ordenado de 100.000 réis de acordo com o alvará de regulação dos ordenados de 23 de Março de 1754, que lhe foram pagos somente por esta carta¹⁵⁸.

Cabe referir que, em 1767, João Capristano da Maia foi encartado com a propriedade do ofício de procurador agente do juízo dos cavaleiros e juízo geral das Ordens¹⁵⁹. Este é um caso em que os ofícios foram criados separadamente, contudo, por autorização especial do rei, foi possível servi-los juntos. Talvez por isso, após a viúva ter informado que o seu marido havia falecido, apareceram vários pretendentes para obterem a propriedade destes ofícios. Processo que decorreu desta forma por João Capristano da Maia não ter filhos¹⁶⁰.

Ao todo, João Capristano da Maia entregou mais de oitenta petições para provimentos.

Foi possível apurar, ainda, que João Capristano da Maia tivera os ofícios de segundo cursor e de procurador agente do juízo dos cavaleiros e da repartição da Ordem de Cristo. Após a sua morte, os ofícios foram divididos e entregues a duas pessoas. No entanto, a documentação existente demonstra que se voltou a atribuir a propriedade dos ofícios de cursor e agente do juízo geral das Ordens e do dos Cavaleiros, mais uma vez, a uma só pessoa, a Raimundo José de Matos, cujo ordenado de cursor do referido tribunal foi pensionado na terça parte a favor da viúva do falecido proprietário João Capristano da Maia.

¹⁵⁸ Cf. ANTT, RGM, D. Maria I, liv. 1, fl. 95.

¹⁵⁹ Cf. ANTT, RGM, D. José I, liv. 21, fl. 177.

¹⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

Nem sempre se utilizavam as serventias como recurso para contornar os impedimentos dos proprietários. Em 1761, Simão Fernandes Branco, cavaleiro da Ordem de Cristo, proprietário do ofício de escrivão do registo geral dos testamentos, o qual pretendia servir, mas por ser criado particular do rei D. José não conseguia *estar sempre pronto para o aviamento das partes do dito ofício, podendo estas receber alguma demora no seu expediente*. Para evitar prejuízos às partes, apresentou ao mestre uma alternativa, que lhe concedesse a faculdade para nomear um oficial papelista e que este pudesse registar os testamentos e codicilos, assinando juntamente com ele o referido registo e podendo, nos seus impedimentos, assinar as certidões e outros papéis pertencentes ao ofício em causa¹⁶¹.

3.5. Os escrivães das Ordens Militares

O ano de 1775 registou a mudança de procedimentos para as nomeações dos oficiais das secretarias das Ordens Militares com o decreto de 4 de Março. Até essa data, os escrivães das repartições ditavam a selecção dos recursos humanos nas suas unidades orgânicas, sob anuência régia que confirmava a nomeação por alvará de mercê. Daí resultava a provisão de nomeação, o pagamento de novos direitos, se os devessem, e se tirava o alvará de mantimento pelo Conselho da Fazenda. Por norma, entre a vacatura e o provimento não decorriam mais de 24 horas. O processo era bastante célere. Eram as designadas nomeações simples confiadas aos escrivães que davam lugar ao provimento. Pertencia-lhes esse desempenho, evocado por alguns nos seus discursos. Não seria de estranhar quando estes detinham um papel de destaque nas secretarias ao supervisionarem a conduta dos seus oficiais e as tarefas em curso. Nas palavras de Francisco Luís de Azevedo Coutinho Gentil, tinha a obrigação de ter um *particular cuidado no procedimento em que obram os oficiais da minha secretaria*¹⁶².

Aquando da vacatura da ocupação, o escrivão nomeava em seguida, por via de uma apresentação também designada de nomeação, a pessoa que

¹⁶¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 19.

¹⁶² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

reunisse os requisitos necessários e tivesse confiança nela para se empenhar no serviço com cuidado, diligência e verdade. O indivíduo escolhido podia já ter dado provas das suas capacidades, requisitos e partes necessárias ao já estar na secretaria¹⁶³. Januário António da Silva Castro¹⁶⁴ já servia há quase 10 anos quando foi nomeado, em 1764, para oficial maior da secretaria da repartição da Ordem de Avis por Francisco Luís de Azevedo.

Ao nomeado cabia entregar uma petição com a referida apresentação para requerer a provisão ou alvará de confirmação. Para servir a ocupação necessitava da confirmação do rei que a concedia por alvará régio. A intervenção do rei era quase um pró-forma de algo já determinado pelo escrivão. Não havia os pareceres dos deputados da Mesa, em consulta, para apreciação do escolhido.

Por sua vez, a partir do requerimento do suplicante, o escrivão da câmara de Sua Majestade do despacho do tribunal da Mesa da Consciência e Comum das Ordens dava instruções para que se passasse a provisão em que fora nomeado pelo escrivão da câmara de uma das Ordens, cuja ocupação era provida pelo rei. Anotava-se nesse documento o pagamento ou a isenção dos novos direitos.

A nomeação de um indivíduo para um ofício aparentava ser mais simples que uma destituição. Eram encaradas como ocupações perpétuas se não houvesse sido cometido algo que despontasse a destituição. Não se podia remover de um ofício quem não tivesse culpas e não fosse ouvido com conhecimento de causa para que resultasse, eventualmente, uma sentença

¹⁶³ Para María Victoria López-Cordón Cortezo, *el puesto de oficial mayor que, por razones de escalafón y servicios, sólo era accesible a unos pocos. Este grado había existido desde antiguo en las secretarías de los Consejos, pero como aquí las plantillas no eran rígidas, apenas se perciben diferencia de funciones entre ellos y el resto de los oficiales.* - "Secretarios y Secretarías en la Edad Moderna: de las manos del príncipe a relojeros de la monarquía", *Studia Histórica: Historia Moderna*, Salamanca, vol. 15, 1996, p. 123. Segundo Margarita Gómez Gómez, *el "oficial mayor" solía ser el oficial más antiguo de la Secretaría.* - *Forma y expedición del documento en la Secretaría de Estado y del Despacho de Indias*, Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1993, p. 74.

¹⁶⁴ Em 1798, vagou o lugar de oficial maior da secretaria da Ordem de Avis, por óbito de Januário António da Silva Castro. O processo de nomeação do seu filho, Joaquim Marcos da Silva Castro, que o viria a suceder, teve contornos administrativos distintos dos do seu processo de provimento, por força do decreto de 4 de Março de 1775. O procedimento foi apresentado em forma de proposta pelo escrivão Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil. Na altura, Januário António da Silva Castro era segundo oficial da mesma Secretaria, servira nos impedimentos do seu pai, detinha a experiência de muitos anos na expedição dos *negócios* daquela repartição. O escrivão não propôs segundo, nem terceiro lugar, por não conhecer alguém que fosse mais capacitado para desempenhar o lugar.

declaratória da privação ou suspensão. Era necessário justificar os motivos da remoção por culpas que tivessem sido cometidas. Em 1751, o padre Francisco Ferreira de Araújo, oficial papalista da secretaria do mestrado da Ordem de Avis desde 1728, havia 23 anos, foi surpreendido pela nomeação com despacho régio de António de Oliveira para o mesmo lugar que ocupava. Este fora nomeado por Francisco Luís de Azevedo Coutinho Gentil, escrivão da câmara daquela Ordem. Sabe-se que António de Oliveira, cavaleiro da Ordem de Cristo, ficou com a ocupação de oficial maior e que esta ficaria vaga, em 1754, pelo seu falecimento.

Veja-se que Francisco Ferreira de Araújo foi acusado de alguns erros que cometeu. De entre estes, o mau procedimento na sua ocupação, como não guardar segredo e fidelidade na secretaria, levando emolumentos dos papéis que tocavam ao escrivão, não fazendo o expediente preciso, não registando muita da documentação da chancelaria em que as partes haviam pago e apropriar-se do dinheiro que não lhe competia ficar. Tratando-se de um clérigo, só poderia ser castigado com a privação do ofício. Face à punição que se declarou, foi exigido que nunca se provessem clérigos por serem ocupações alheias do ministério para que foram chamados e, delinquindo, não podiam ser castigados¹⁶⁵.

Em 1775, o monarca afirmou a existência de enormes abusos praticados pelos escrivães do tribunal das Ordens. Foi-lhe transmitido que nomeavam despoticamente os oficiais das suas repartições, pagos pela fazenda real. Pelo decreto de Março, tirou-se-lhes o poder e a liberdade que possuíam para nomear os oficiais das suas secretarias. Seria uma forma de controlo directo sobre o

¹⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10. A 27 de Março de 1733, Francisco Ferreira de Araújo obteve provisão régia para continuar a servir na ocupação de oficial maior da secretaria da Ordem de Avis, a partir da nomeação do escrivão António Luís de Azevedo Coutinho e do despacho da Mesa de 23 do mesmo mês. Pagou as custas inerentes e prestou juramento na chancelaria. No entanto, quando apresentou a provisão, os deputados da Mesa consideraram que a mesma tinha sido *incompetente e incurialmente passada*, pelo que se mandou pôr verbas nos livros da chancelaria para que o documento não tivesse efeito e que o suplicante fizesse petição com nomeação simples. Foi, assim, exigido que requeresse com nova nomeação do secretário da repartição da Ordem de Avis, ou seja, do escrivão da câmara, António Luís de Azevedo. Era necessário obter o despacho a partir da petição para expedir o respectivo alvará que, expressamente, reportaria a nomeação e o despacho. Só nestes termos poderia continuar a exercer o ofício e a requerer o vencimento do ordenado e das propinas concedidos aos oficiais da mesma repartição. As formalidades exigidas por Domingos Pires Bandeira, a servir nos impedimentos do seu tio, Manuel Coelho Veloso, não estavam a ser cumpridas. Este até chegou a mostrar, como exemplo, a nomeação feita pelo escrivão da câmara da Ordem de Cristo, que estava conforme a resolução e os despachos exigidos. No momento em que falou com o suplicante, Manuel Coelho Veloso referiu que, se assim o fizesse, lhe passaria logo o bilhete competente, como já havia feito ao oficial da Ordem de Cristo.

recrutamento. Era assente que deviam ser pessoas capazes de conservarem os segredos e os despachos da Mesa, os requerimentos das partes e deviam ser dignos da maior confiança e crédito público. Para as incumbências de oficiais maiores e menores que estivessem vagos ou vagassem, nas secretarias do tribunal, dentro dos números estipulados, os respectivos escrivães deveriam propor três pessoas hábeis, idóneas, de boa reputação, de bom carácter de letra e de “corrente ortografia”. Passaram a estar sujeitos à avaliação, mediante consulta ao rei. *A Mesa, a qual precedendo as informações necessárias nos consultará sem atenção alguma às antiguidades, ou às diversas Repartições, em que servirem, mas sim, e tão somente ao maior préstimo, capacidade, e probidade, subindo com a consulta as letras dos propostos para Eu nomear o que me parecer mais próprio*¹⁶⁶.

O diploma emanado do rei viria a ser contestado, em 1777, pelos escrivães da real câmara de Sua Majestade do despacho do tribunal e comum das Ordens e dos mestrados de Avis, Cristo e Santiago. Reivindicaram a posse em que estavam e a faculdade que tinham para nomearem oficiais para as suas respectivas secretarias. Alegaram que as nomeações feitas por eles dependiam da aprovação do tribunal, caso contrário não era válida. Discordavam, igualmente, quanto à remuneração, porque só o oficial maior da secretaria da Mesa tinha 240.000 réis e os outros da mesma secretaria e das outras repartições auferiam 200.000 e 150.000 réis. Eram considerados valores comedidos, ainda mais para os que tinham família, comparativamente com as importâncias recebidas pelos oficiais dos Conselhos da Fazenda e Ultramar e dos primeiros e segundos escriturários do Erário Régio. Negaram ter nomeado algum oficial para as suas secretarias depois de ocuparem os seus cargos, porquanto o oficial mais moderno que nelas havia com ordenado à custa da Fazenda Real era mais antigo doze anos que o seu respectivo escrivão da câmara¹⁶⁷.

Em 1778, o impasse permanecia. Os escrivães aguardavam que baixasse resoluto uma consulta para que voltassem a nomear os seus oficiais, como já havia sido repostos aos escrivães da Fazenda. Reclamavam a falta de autonomia

¹⁶⁶ ANTT, MCO, liv. 98, fls. 47v.-48. Vide José Manuel Louzada Lopes Subtil, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A., 2011, p. 81.

¹⁶⁷ Cf. ANTT, MR, mç. 410, cx. 513.

para designarem os providos. Desejavam um sistema de provimento, cujas nomeações fossem do escrivão da câmara e dependessem somente da aprovação do tribunal das Ordens. Os novos procedimentos impunham a proposta submetida a consulta para melhor resolução régia sobre o *negócio* em causa. Em caso de deferimento, o escrivão da câmara do despacho do tribunal da Mesa da Consciência e Comum das Ordens redigia o documento de que o rei havia feito mercê do lugar com o ordenado competente e que passaria alvará e que se pagasse o novo direito, se o devesse.

Entretanto, por exemplo, em 1791, André Xavier da Silva Cabral apresentou uma petição para que o rei aprovasse a sua nomeação para oficial da repartição da Ordem de Avis em que era escrivão Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil. No despacho da Mesa, lavrou-se que o suplicante fora aprovado e que houvesse juramento. Este não foi o único caso de uma nomeação simples. Os formalismos não eram unívocos.

Aquando da morte de Miguel de Lobão Carneiro, oficial maior da secretaria do despacho ordinário e comum das Ordens, com 44 anos de serviço, mencionaram o constrangimento de não poderem nomear um oficial. Vejamos o procedimento na altura. Foi Domingos Pires Monteiro Bandeira, escrivão dessa repartição, que deu conta da morte do oficial e, por conseguinte, da vacatura ao mestre. Apresentou logo, nesse momento, uma proposta com três nomes. Em primeiro lugar, Estácio Manuel de Aragão Carneiro, oficial papelista, em segundo, Joaquim José dos Santos Pinheiro, também oficial papelista e, em terceiro, Raimundo Inácio Teles de Aragão Corte Real, oficial supranumerário. Note-se que Estácio Manuel de Aragão Carneiro era sobrinho do falecido oficial maior, tinha 30 anos de serviço naquela secretaria, com a grande experiência de todos os *negócios*, era pessoa muito nobre da província de Trás-os-Montes, o que constou das habilitações para cavaleiro do hábito de Cristo. Também Joaquim José dos Santos Pinheiro era professo na Ordem tomarense e Raimundo Inácio Teles de Aragão Corte Real era filho de um cavaleiro da mesma milícia. Nenhum era desconhecido naquela secretaria, desempenhavam lá funções com ou sem honorários¹⁶⁸. O supranumerário não estava afecto à organização, não auferia de ordenado e de emolumento algum. Para este

¹⁶⁸ Cf. ANTT, MR, liv. 367.

vislumbravam-se hipóteses de ingressar nos quadros da instituição a partir de uma vacatura no *numerus clausus*. Por outras palavras, enveredava-se por esta forma de progressão para granjear um lugar estável e um estatuto remuneratório. O acesso a um lugar falaria mais alto, assumindo mesmo sacrifícios financeiros para depois ser recompensado. Até aí, sem a obtenção de qualquer prémio no desempenho de funções, a seu favor estaria a experiência adquirida no labor daquela repartição face aos opositores. Nas palavras de Amaro José de Pinheiro, oficial praticante na repartição da Ordem de Santiago, tinha servido bem o posto que ocupava e tinha antiguidade de que lhe resultava um direito de habilitação¹⁶⁹. Esta seria a lógica que, *grosso modo*, norteava o acesso aos cargos das secretarias das Ordens Militares. Num primeiro plano, a entrada e, a partir daí, a progressão na carreira, hierarquicamente falando, de oficial menor a maior. Porém, a mobilidade ao nível das ocupações, na estrutura orgânica das Ordens Militares, podia ser diversificada. As petições entregues, ao longo de uma vida, ajudam a seguir o percurso, a entender os objectivos e as ambições dos indivíduos, mesmo depois de obterem os cargos, concorrendo a outros, entre diversas deambulações. Amaro José de Pinheiro é um bom exemplo para entender os meandros dos provimentos em ofícios: os condicionalismos impostos e os enredos de uma malha, muitas vezes, apertada. As suas candidaturas foram sempre atribuladas, fazendo correr muita tinta nos vários fólios produzidos. Começou a servir no tribunal da Mesa da Consciência, em Março de 1787, como oficial menor, lugar que ocupava por mais de 30 meses, para colmatar o impedimento do oficial maior da secretaria de Santiago. Não se ficou só por esse tempo. Durante esse período foi oficial praticante, sem receber ordenado ou prémio, apenas convicto *para animar as suas esperanças e chegar na ocasião do acesso a ser Oficial Papelista*. No entanto, quando faleceu o oficial maior, Agostinho José da Costa, não foi contemplado na proposta elaborada pelo escrivão da câmara da repartição, João Correia Manuel de Carvalho e Aboim. Sobre aquele pesavam acusações de um péssimo serviço prestado e até de graves delitos cometidos, ser subornado pelas partes ou extorquir a estas, a troco de dinheiro, para revelar matérias de segredo sobre processos em curso. Estava, assim, em causa a sua fidelidade e honra. Perante a ausência do seu

¹⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10 e ANTT, MCO, liv. 40, fls. 111v.-123.

nome na referida proposta, recorreu imediatamente ao rei pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino para constar na promoção do lugar a que se pretendia opor a par dos restantes candidatos. Desconhecia os factos que o levaram a ser excluído e preterido na proposta apresentada. Em boa verdade, não existiam provas de culpas, nem testemunhas para os factos que se lhe imputavam, somente a versão do escrivão da câmara sobre os casos que apresentou. Até indivíduos pertencentes à Mesa informaram em sua defesa. Sobressaiu, deste modo, a inocência e a idoneidade do oficial praticante a quem se incumbira tarefas de enorme importância enquanto praticante. Para o procurador geral das Ordens, deveria ser contemplado em primeiro lugar na proposta. O primeiro nome indicado no documento começara a praticar o ofício já depois da morte do oficial papelista, embora fosse considerado hábil e os outros dois nunca tinham servido, nem existia prova alguma da sua inteligência e aptidão. Ao longo da tramitação deste processo referente à súplica de Amaro José de Pinheiro formaram-se os prós e contras deste oficial.

Na consulta, os deputados posicionaram-se, desfavoravelmente, contra Amaro José de Pinheiro. Para os ministros, o serviço que aquele alegava ter exercido não era de consideração, pouco mais de quatro anos, por isso, considerado insignificante. Desvalorizavam o facto de o mesmo dizer que tinha sofrido sem utilidade alguma, pois ainda que não vencesse ordenado certo, tinha recebido a sua parte dos emolumentos, com a qual os outros oficiais se contentavam. Ainda para mais quando já havia sido provido, em cerca de 1789, na ocupação de escrivão da porta do celeiro da comenda de Almodôvar da Ordem de Santiago, com o que se deveria considerar muito bem pago¹⁷⁰.

Em 1799, apresentou uma petição para que lhe fosse concedida a mercê da propriedade do ofício de cursor do mesmo tribunal vaga desde o falecimento de João António de Meneses, do qual não ficaram filhos. Mais uma vez, esteve envolvido em embaraços administrativos, desta vez com procedimentos e datas competentes¹⁷¹.

A carreira construía-se pouco a pouco, não só para aprender, mas para demonstrar que se era indispensável no serviço que o acolhia. O tempo de espera poderia, em alguns casos, ser longo até haver uma vaga. Em 1778,

¹⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

¹⁷¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 12.

Raimundo Inácio Teles de Aragão Corte Real já era oficial supranumerário há 10 anos. Foi colocado em terceiro lugar na proposta apresentada pela morte do oficial maior da secretaria da Mesa da Consciência, Miguel de Lobão Carneiro. Este cenário revela-nos uma ascendência gradual e vertical no posto de trabalho, por patamares, sendo notório que o azar de uns era a sorte de outros na oportunidade de subir de categoria. Respeitava-se a hierarquização destes postos. Seguia-se a *ordem estabelecida dos acessos*¹⁷². Apresentavam-se os nomeados de acordo com a sequência imediata que cada um ocupava¹⁷³. No entanto, a colocar um desses proponentes vagaria, por sua vez, o lugar que um deles ocupava. Neste contexto, apresentou-se, no mesmo documento, uma segunda proposta, também esta com três nomes em que constava, em primeiro lugar, o de Raimundo Inácio Teles de Aragão Corte Real. Chegara a sua vez. Nesta segunda proposta, os três aspirantes, todos filhos de cavaleiros da Ordem de Cristo, reuniam qualidades, mesmo que diferentes entre si. A incluir o supranumerário no quadro definitivo da secretaria, passaria a ficar sem essa categoria nos recursos humanos. Os oficiais supranumerários eram tidos como *indispensavelmente necessários, tanto para a expedição dos negócios como para se irem instruindo na prática deles e fazerem-se hábeis para entrar nos lugares do número*. Por isso, Domingos Pires Monteiro Bandeira também pediu que lhe concedessem três oficiais, supranumerários ou praticantes dos quais um servisse de porteiro e guarda livros, outro de oficial de registo e outro no que lhe fosse encarregado. Cada um deles deveria receber ajudas de custo no valor de 40.000 réis pagos pelo tesoureiro das despesas do tribunal extraídas das multas que ele recebia e pagavam os que tinham impedimentos para receber os hábitos das Ordens, os quais eram dispensados pelo rei¹⁷⁴. Quando o oficial maior Estácio Manuel de Aragão faleceu, tinha este 57 anos de serviço e o que foi proposto em primeiro lugar já contava com 48 anos de casa e o que se posicionou em segundo, Raimundo Inácio Teles de Aragão Corte Real, com 37

¹⁷² Cf. ANTT, MR, mç. 415, cx. 520.

¹⁷³ Em 1793, José Joaquim Oldemberg, escrivão da câmara da repartição da Ordem de Cristo, apresentou uma proposta para os lugares de segundo e terceiro oficiais da sua secretaria, que vagara o primeiro deles por falecimento de António José de Florença, segundo oficial. Propôs para o referido lugar José dos Santos Pato, que era o terceiro oficial papelista dessa secretaria, e para o lugar deste Manuel José Duarte Ferreira, praticante dela que servia sem emolumento ou ordenado algum. Cf. ANTT, MCO, liv. 40, fls. 144-144v.

¹⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 39, fls. 134v.-136v.

anos. A documentação refere que ambos estavam no estado de serem substituídos por outros. Em terceiro, propôs-se o oficial supranumerário mais antigo. Por vagar, deste modo, um lugar de oficial papelista, indicou-se para ocupá-lo o nome de João Camilo da Silva, que era praticante havia 15 anos¹⁷⁵. O acesso aos lugares era lento.

Por ocasião do óbito do escrivão da repartição da Ordem de Avis, Cristóvão Manuel de Sousa, nos inícios do século XVIII, foi emitido um despacho para que o juiz geral das Ordens auxiliado pelo seu escrivão fizessem o inventário dos papéis do ofício que vagou para que fossem entregues ao proprietário. Era necessária a entrega do cartório do ofício, por inventário, ao secretário António Rodrigues da Costa provido naquele¹⁷⁶.

As serventias por impedimentos dos proprietários encartados possibilitavam as primeiras experiências dos filhos, irmãos¹⁷⁷, genros¹⁷⁸ ou netos na área. Devia-se, essencialmente, a muitos dos ofícios serem exercidos em casa e, por isso, aproximava os restantes membros da família no contacto com esses afazeres.

As serventias só podiam ser concretizadas sob licença do rei, que costumava conceder facilmente o alvará¹⁷⁹. Em 1740, António José Correia Manuel de Aboim serviu nos impedimentos do seu avô Lourenço Vaz Preto Monteiro¹⁸⁰. Até era tido por conveniente os filhos dos oficiais aprenderem a servir os ofícios dos pais. Para o efeito não era necessário ter hábito de uma Ordem Militar, o que tornava o processo bem mais ágil¹⁸¹. Quando se era escrivão, não era impreterível ser habilitado e professo na Ordem correspondente à da secretaria em que se trabalhava. João Correia Manuel de Carvalho e Aboim era cavaleiro professo na Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, alcaide-mor da vila de Cabrela e escrivão da câmara e do mestrado da Ordem de Santiago¹⁸².

¹⁷⁵ Cf. ANTT, MR, mç. 415, cx. 520.

¹⁷⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 302, fl. 45v e ANTT, MCO, liv. 100. Também se encontra em ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1.

¹⁷⁷ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

¹⁷⁸ Cf. *ibidem*.

¹⁷⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 143, fl. sem numeração. Também se encontra em ANTT, MCO, liv. 11, fls. 338-338v.

¹⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

¹⁸¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 96, fl. 45v. Encontra-se registado em ANTT, MCO, liv. 98, fl. 111. *Vide* ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

¹⁸² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

A substituição de um oficial para um prazo determinado não acarretava despesas suplementares à Mesa, não havia duplicação de honorários, propinas ou emolumentos¹⁸³. Estes davam-se somente a um deles.

As propostas não tinham necessariamente de designar três candidatos. Talvez, estrategicamente, para dar maior destaque ao nomeado que se pretendia colocar não se apresentavam outros nomes. Afastavam-se deste modo as probabilidades de escolha de outros sujeitos, fora das redes de influência, que fossem indesejados¹⁸⁴. As escolhas poderiam ser tendenciosas, se existissem preferências¹⁸⁵.

O sistema de nomeação dos oficiais a cargo dos escrivães deixava algumas dúvidas, envolvido em redes de interesses que poderia assumir um risco. Deviam contemplar-se nas propostas, em primeiro lugar, os oficiais e praticantes¹⁸⁶ mais hábeis e experimentados que existissem nesta Mesa, sem atenção às antiguidades ou às diversas repartições em que servissem, porque não era justo que, tendo estes servido sem nota, sem ordenado e sem

¹⁸³ Cf. ANTT, MCO, liv. 11, fls. 338-338v e ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

¹⁸⁴ Em 1798, Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil, escrivão da câmara do mestrado de Avis, propôs ao rei para o lugar de oficial maior da sua secretaria, que vagara por óbito de Januário António da Silva Castro, o filho do falecido. Na altura, Joaquim Marcos da Silva Castro era segundo oficial da mesma secretaria e já tinha a experiência de ter servido nos impedimentos do seu pai. Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10 e ANTT, MCO, liv. 56, fls. 71v.-72. Em 1806, já contava com mais de 30 anos de serviço na Ordem de Avis, dos quais 24 como segundo oficial, sem ordenado, por ainda não se ter estabelecido nesse tempo, sobrevivendo à custa de uma pequena parte dos ténues emolumentos que o pai lhe retribuía. Em 1789, requereu a mercê e graça da propriedade do ofício de escrivão do celeiro da comenda de Sousel, tendo obtido a respectiva carta. Seria uma forma para subsistir, apesar do rendimento ser muito ténue. Em 1791, em resposta ao apelo do escrivão da câmara da repartição da Ordem de Cristo quanto à falta de oficiais naquela secretaria, pela moléstia de uns e licença de outros, foi nomeado pelo presidente da Mesa da Consciência para a referida secretaria, onde residiu mais de seis anos, não faltando também ao expediente da de Avis. Até aí tinha sido admitido pelo pai no registo dos papéis da secretaria do mestrado da Ordem de Avis e chancelaria, lugar que ocupou durante anos, sem receber quaisquer emolumentos ou ordenado. O pai não conseguia dar conta do expediente da secretaria por ter ocupadas três tardes da semana na chancelaria, por servir de escrivão da mesma. Em 1798, ocupou o lugar de oficial maior da secretaria da Ordem de Avis, por falecimento do seu pai. Serviu também por diversas vezes de porteiro, tesoureiro e distribuidor do tribunal das Ordens, nas moléstias e licenças do proprietário. Nesse mesmo ano, pediu para ser provido na propriedade do ofício de juiz dos órfãos da vila de Santiago de Cacém, por se encontrar vago por falecimento do oficial maior da Ordem de Santiago, Roberto Maria de Matos Monteiro da Silva Aranha, de quem não ficaram filhos. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 413, mç. 166.

¹⁸⁵ Cf. ANTT, MR, liv. 370, fls. 98-98v.

¹⁸⁶ Para José Subtil, a categoria de praticante representava o *patamar de acesso aos ofícios, uma espécie de tirocínio e estágio*. “As mudanças em curso na segunda metade do século XVIII: a ciência de polícia e o novo perfil dos funcionários régios”, in *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)* (orgs. Roberta Stumpf e Nandini Chaturvedula), Lisboa, Centro de História de Além-Mar. Universidade de Lisboa - Universidade dos Açores, 2012, p. 77. Vide também do mesmo autor, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A., 2011, p. 77.

emolumentos, só com a esperança do acesso, que por todo o direito lhes competia, fossem excluídos e preteridos por sujeitos estranhos ao tribunal a arbítrio dos ditos escrivães da câmara.

A propriedade dos ofícios podia ser despachada a favor de quem patenteasse serviços realizados em prol da Coroa até mesmo como recurso para a sobrevivência face a uma vida mísera. Esta era uma forma de compensar esses esforços a quem fosse merecedor, remunerando-os a título oneroso de serviços. Estêvão Galhardo, cirurgião da casa e da enfermaria dos criados da repartição das cavalaria e algebrista dos ditos criados, foi brindado, em 1734, com a mercê da propriedade do ofício de escrivão da contadoria do mestrado de Avis, entretanto vago, para poder alimentar a sua família. Do seu agregado faziam parte a sua mulher e os seus quatro filhos. Para tal contribuíram os seus serviços e os do seu pai. Assistira no serviço do rei mais de 30 anos, entre os quais mais de 12 participando em jornadas com o rei, assistindo doentes na Casa Real e na enfermaria. Em 1744, apresentou uma petição para que o seu filho mais velho, Manuel de Jesus Galhardo, servisse o ofício nos seus impedimentos¹⁸⁷. O historial de exigências de Estêvão Galhardo, ao longo dos anos, é bastante interessante: pediu o aumento de ordenado no ofício, o hábito da Ordem de Cristo¹⁸⁸ e a propina no recebimento das meias anatas¹⁸⁹. Esteve no activo até ao primeiro de Novembro de 1755, dia factídico marcado pelo terramoto e incêndio subsequente, em que perdeu a vida, a família e todos os seus bens¹⁹⁰. Será o filho, Dâmaso António Galhardo, a seguir as pisadas do pai, sucedendo-lhe no mesmo ofício. Este irá desempenhar as funções até à extinção das contadorias pelo alvará de 2 de Junho de 1774. Este diploma visava a diminuição de ofícios para que conservassem somente os que eram necessários. Retirada a fonte de subsistência, viu-se a braços com dificuldades para manter a sua mulher e os seus oito filhos menores. De acordo com o mesmo alvará, pretendia-se que os proprietários dos ofícios extintos fossem providos em

¹⁸⁷ Vide RGM, *Mercês de D. João V*, liv. 27, fl. 472v.

¹⁸⁸ Vide RGM, *Mercês de D. José I*, liv. 2, fl. 308.

¹⁸⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 143, ANTT, MCO, liv. 11, fls. 420-421, ANTT, MCO, liv. 11, fls. 435-435v. e ANTT, MCO, liv. 11, fls. 454-454v.

¹⁹⁰ Vide inventário dos bens de Estevão Galhardo e sua segunda mulher D. Luísa Bernarda de Morais, cujo inventariante foi o filho Dâmaso António Galhardo, em ANTT, *Feitos Findos, Inventários post mortem*, letra E, mç. 10, n.º 2.

outros de igual lotação ou compensados com 10 anatas¹⁹¹. Relativamente aos serventuários, com metade dos ordenados até serem empregados noutros exercícios da Fazenda. Face ao exposto no alvará, Dâmaso António Galhardo requereu a mercê da propriedade do ofício de corretor da Fazenda das Ordens. A consulta sobre este processo data de 1782¹⁹².

Manuel de Jesus Galhardo, cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade, que substituíra o pai nos seus impedimentos, consta como escrivão da contadoria do mestrado da Ordem de Santiago em 1755¹⁹³.

O apelido Galhardo surge, igualmente, ligado à contadoria da Ordem de Avis por João Soares Galhardo, cavaleiro professo na mesma milícia, proprietário do ofício de escrivão da contadoria daquele mestrado, o qual já era dos seus pais e avós. Em 1691, servia-o como proprietário há 27 ou 28 anos. Nesse mesmo ano, tentou o provimento para o filho mais velho, José Pereira Freire, através de uma serventia por seis meses. Este já havia estado, algumas vezes, no mesmo ofício, por impedimentos. Todavia, a Mesa indeferiu o pedido de serventia, ordenando a vacatura do ofício. Logo de seguida, o suplicante apresentou uma nova petição, desta vez para poder renunciar o ofício no seu filho¹⁹⁴.

Sabe-se da insatisfação deste contador a partir do momento em que as contadorias são deslocadas para a Corte e o próprio teve de sair de Avis. Argumentou auferir de um ordenado ténue e que saíra lesado pelos dispêndios resultantes da mudança do local de trabalho. Para poder sustentar-se na Corte, necessitava de pelo menos de 120.000 réis de ordenado por ano, em vez dos 6.000 réis que recebia¹⁹⁵. Um ano após assistir o ofício nessas condições, aludiu as perdas que tivera na sua casa e nas várias fazendas que possuía, além de que o suplicante era casado e com família e era necessário entregar-lhe o dote, o que não podia fazer dedicando-se ao seu ofício na Corte. Em 1686, foi-lhe concedida licença para que pudesse *arrendar* o ofício, *ficando obrigado ao cofre*,

¹⁹¹ Por exemplo, Diogo Inácio de Pina Manique, proprietário do ofício de escrivão da contadoria do mestrado da Ordem de Cristo, recebeu, em 1774, a mercê da propriedade do ofício de escrivão das arrematações, tombos das comendas, cartórios e mais papéis, vencendo o ordenado anual de 1.600,00 réis. Cf. ANTT, MR, mç. 410, cx. 513. A anata correspondia a metade do rendimento anual de um ofício ou de um benefício.

¹⁹² Cf. ANTT, MCO, liv. 13, fls. 241-243 e ANTT, MR, mç. 410, cx. 514.

¹⁹³ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 1.

¹⁹⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 258, mç. 25.

¹⁹⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 253, mç. 22.

a qual obrigação o suplicante tem feito, em poder do secretário Bernardino de Sousa pelo que toca à sua chave. Foi nomeado para a serventia Pedro da Cunha de Andrade, que já servira anteriormente¹⁹⁶.

Quais os procedimentos no encarte para escrivão de uma das secretarias das Ordens Militares?

A família Coutinho Gentil é indissociável da história das repartições administrativas da Mesa da Consciência. Francisco Luís de Azevedo Coutinho Gentil, proprietário de ofício de escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Avis, entregou uma petição para renunciar o seu ofício, com todas as suas anexas, no filho Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil. Em 1771, contava com mais de 27 anos contínuos nessa ocupação e, por muitas vezes no decurso desse tempo, assumira também a de escrivão da câmara do despacho ordinário nos impedimentos do proprietário, Domingos Pires Bandeira. No requerimento, relatou essa contagem de tempo e o motivo da renúncia: uma moléstia de que sofria, trazendo inconvenientes à sua casa, às partes e ao tribunal por falta de secretário. Passou, depois, à descrição dos predicados do filho: maior de 25 anos, com aptidão, procedimento e *madureza* para assegurar as funções exigidas no ofício¹⁹⁷. À partida, estes seriam requisitos impostos e necessários na formalização do requerimento¹⁹⁸. Para confirmar os dados fornecidos, a Mesa pediu ao corregedor do cível que informasse acerca da capacidade do filho, partindo do princípio que este fosse o mais velho, mas, não o sendo, que averiguasse também sobre a capacidade e aptidão deste. O despacho data de 30 de Abril. Em pouco mais de 15 dias, a 17 de Maio, realizou-se o interrogatório às testemunhas, em casas de morada do corregedor do cível, auxiliado pelo escrivão. Do sumário e informação de 18 de Maio constou que o suplicante não podia continuar o exercício da sua ocupação por falta de saúde e que o filho estava hábil, expedito, tinha partes e idoneidade para exercitá-la com satisfação e com melhor expedição que o filho mais velho, António de Azevedo Coutinho Gentil, o qual também tinha problemas de saúde. Deu-se vista ao

¹⁹⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 256, mç. 23.

¹⁹⁷ Cf. ANTT, RGM, D. José I, liv. 24, fls. 293-293v.

¹⁹⁸ A idade mínima para o exercício de um ofício era idêntica à realidade castelhana, em que Filipe II fixara no território vizinho os 25 anos para examinarem-se os pretendentes. Cf. Leonor Zozaya Montes, *De papeles, escribanías y archivos: escribanos del Consejo de Madrid (1557-1610)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011, p. 172.

desembargador procurador geral das Ordens, que se pronunciou com uma resposta, seguindo-se o parecer dos deputados da Mesa, em forma de consulta, dando lugar à resolução régia favorável à renúncia. Face aos resultados das diligências e dos trâmites administrativos, foi redigida a provisão que aprovava a renúncia da propriedade do ofício de escrivão da câmara do mestrado da Ordem e suas anexas, por uma vida somente. A provisão passou pela chancelaria da mesma Ordem e assentada no respectivo livro, sendo também registada no livro dos ofícios e no das mercês. Por fim, pagavam-se as custas inerentes ao ofício, as que fossem relativas ao chanceler e ao escrivão.

Em Dezembro de 1771, na casa do despacho do tribunal da Mesa da Consciência procedeu-se à habilitação de Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil para ingressar no ofício de escrivão da câmara do mestrado da Ordem de S. Bento de Avis. Averiguou-se se o habilitando detinha todos os requisitos, em conformidade com o regimento. Naquele momento, foram interrogadas três testemunhas, todas elas cavaleiros professos na Ordem de Cristo. Intentava-se saber se conheciam o habilitando e os seus pais, se tinham informações acerca da capacidade, nobreza e limpeza de sangue dos pais e avós. Em 1772, Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil, que já era proprietário do ofício, disse que para o servir devia receber primeiro um dos hábitos das Ordens, na forma do regimento. Foi-lhe concedida a mercê do hábito da Ordem de Avis com 12.000 réis de tença efectiva¹⁹⁹.

Pode-se dizer que as diferenças no provimento de ofícios entre as Ordens e as restantes situações eram escassas. Não era necessário ter o hábito de uma das Ordens Militares.

Alguns ofícios eram encarados como bens de enorme interesse, disputados entre opositores, outros eram de rendimento limitado e até incerto, mal dariam para uma módica sustentação, aliviando ligeiramente as dificuldades económicas sentidas.

Os formalismos para se obterem nomeações para a propriedade ou serventia de ofícios não eram uniformes. As situações eram muito variadas. Em

¹⁹⁹ Cf. ANTT, RGM, D. Jose I, liv. 25, fls. 181-181v.

alguns provimentos não se mencionavam as inquirições nas naturalidades dos parentescos por via de testemunhas.

Eram diversos os ofícios distribuídos na Corte e na periferia de que eram exemplos os escrivães de registo geral dos testamentos, que exerciam funções nas comarcas. O facto de os processos até ao século XVIII apenas conterem as consultas, sem as petições e outros documentos de suporte, dificulta a análise dos trâmites e procedimentos nos ingressos às propriedades e serventias de ofícios. Nos recortes periféricos, era usual a intervenção do tribunal do Desembargo do Paço nos provimentos, o que originava contendas na jurisdição entre os tribunais. Em 1786, dava-se conta que *pela Mesa do Desembargo do Paço se mandaram expedir ordens gerais aos Ministros do Reino, e Ilhas adjacentes para que havendo nas Terras das Ordens Militares alguns Ofícios servidos por provimentos desta Mesa das Ordens, mandassem notificar os serventuários para recorrerem logo a procurá-los pelo Desembargo do Paço, e os não deixassem servir por provimento de outro Tribunal. Da generalidade daquelas ordens se originou a desordem de que pelo Desembargo do Paço não só se provem as serventias, mas se tem consultado algumas vezes as propriedades, pelo que são frequentes os encontros, e embaraços, os quais produzem uma inevitável confusão sobre o expediente de ambos os Tribunais*²⁰⁰. Por exemplo, a emissão das cartas de ouvidores respeitantes às terras das Ordens Militares era da responsabilidade do Desembargo do Paço. *O Título ou costume em que nos fundamos de passar Cartas de Ouvidores dos Mestrados nas terras das Ordens é e tem sido sempre fundada nos Privilégios e Bulas a favor das mesmas Ordens, por muitas vezes disputadas e decididas a favor não só antes da Lei da Extinção das Ouvidorias, como depois da mesma Lei sempre se passaram por Portaria do Desembargo do Paço*²⁰¹. O que é certo é que surgiam dúvidas quanto à tramitação processual, a quem competia consultar, remeter os diplomas e se estes deveriam passar pelas secretarias e chancelarias das Ordens ou pelo Desembargo do Paço. Assim era nos finais do século XVII²⁰². Os atropelos, as discordâncias e os erros cometidos, no âmbito das funções

²⁰⁰ ANTT, MR, mç. 411, cx. 515. Vide também ANTT, MCO, liv.179, fls. 203-204v.

²⁰¹ ANTT, MNEJ, cx. 178, mç. 98 (2ª incorporação).

²⁰² Cf. ANTT, MCO, liv.179, fls. 176-177v. Vide Fernanda Olival, "As Ordens Militares e o poder local: problemas e perspectivas de estudo", in *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2005, pp. 120-124.

destes tribunais, prolongaram-se pelos séculos seguintes²⁰³. Chegou-se a passar alvarás de mercê de ofícios pelo Desembargo do Paço, quando, administrativamente, era da responsabilidade da Mesa da Consciência²⁰⁴.

Em determinados momentos, o rei pressionou os proprietários a ocuparem os seus ofícios, em detrimento da nomeação de serventuários. A gestão dos ofícios era também assumida pelas matriarcas quando os seus pais ou maridos defuntos tinham sido os últimos proprietários.

Os ofícios eram, muitas vezes, ocupados por serventuários e alguns destes fizeram carreiras durante décadas nesta condição precária de renovações constantes de provimentos. João da Silva Morais representa mais um exemplo, entre muitos, de um serventuário que, durante vários anos apresentou petições para prolongar o exercício do ofício com a regularidade de seis meses. Fê-lo pelo menos de 1773 a 1796²⁰⁵.

A experiência ditava o sucesso no ingresso. A somar a isso o direito de preferência, conforme o decreto de 16 de Março de 1650. João Baptista já servira com toda a satisfação o ofício que pretendia ocupar em regime de serventia e, por isso, convinha continuar a fazê-lo durante o impedimento do proprietário, porque se julgou não haver quem tivesse mais notícia do cartório desse ofício que ele, em 1671²⁰⁶.

Dava-se preferência aos filhos do último proprietário e, na falta deles, em sujeitos beneméritos²⁰⁷. A dedicação ao ofício por parte dos ascendentes era tida em conta, ainda mais quando estes serviram durante mais de 20 anos com honra, fidelidade, zelo e desinteresse sem cometer erros ou culpas. Eram critérios que reforçavam os pedidos²⁰⁸. Valorizava-se o mérito de quem servira e dos seus ascendentes, quando também estes haviam integrado o grupo de oficiais como capital que cumulava e influenciava os recursos decisórios.

A cobrança de novos direitos representava uma fonte de receita. Sobre a aplicação dos mesmos elucidou-se que *o pagamento dos novos direitos é certo que é regalia de Sua Alteza das mercês que faz, e as que tocam a seu património*

²⁰³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 270, mç. 35, ANTT, MCO, OA, cx. 423, mç. 176 e ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 16.

²⁰⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 244, mç. 14.

²⁰⁵ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

²⁰⁶ Cf. *ibidem*.

²⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 394, mç. 149.

²⁰⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 242, mç. 12.

*real não carece de argumento o que se paga delas porque quem dá do seu pode ser com as condições que quiser*²⁰⁹. Após o despacho de provimento de uma serventia ou de uma propriedade de ofício era obrigatório custear as despesas, mesmo para ocupações de curta duração como eram as de dois meses²¹⁰. A secretaria competente lavrava o bilhete e entregava-o ao interessado, em virtude do último despacho do tribunal, no qual se mandava passar a carta de propriedade ou a provisão de serventia. Nem todos tinham bens ou meios para fazer face ao pagamento do encarte. Para todos os efeitos, só se era proprietário depois de encartado, caso contrário apenas se observaria que tinha o alvará de mercê. Em 1770, o serventuário do ofício de escrivão da provedoria dos resíduos e cativos recusou-se a pagar a João de Macedo Pimentel o que lhe competia por este não ser encartado. Para resolver o problema, o agraciado pediu para servir o ofício por seis meses, sendo o mesmo obrigado a encartar-se dentro desse tempo para continuar como proprietário na serventia dele²¹¹. Depois de acertadas as contas dos novos direitos, seguiam-se os actos de juramento e posse.

²⁰⁹ BA, 50.V.39, fls. 129-130.

²¹⁰ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

²¹¹ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 17.

4. Provimientos em igrejas e benefícios

4.1. O padroado das Ordens Militares

Os processos de concurso para servir em igrejas e benefícios eclesiásticos, a par dos de concessão de hábitos, terão representado, em arquivo, genericamente “falando”, o maior volume de informação produzida pelas Ordens Militares, a avaliar pela que perdurou no tempo. É essa que vamos conhecer neste capítulo, com as variantes que assumiu. No entanto, aos nossos dias chegou apenas uma ínfima parte do universo desses processos. Os de recrutamento para os templos das Ordens são, numa esmagadora parcela, da milícia de Avis. Mesmo estes apresentam-se incompletos. Foram esvaziados de alguns dos seus procedimentos administrativos, uma vez que faltam tipologias documentais que originalmente os compunham. Neste contexto, à parte do destino que se lhes deu e das contingências naturais e humanas, foi informação que constou nos trâmites processuais e serviu de apoio a tomadas de decisão. Em 1821, a Ordem de Avis contava com mais de 160 igrejas, benefícios e capelas¹. Se se considerar que, em 1631², a ordem teria 158 lugares eclesiásticos, é de salientar a enorme estabilidade dos números globais.

A Mesa da Consciência e Ordens teve um papel de destaque enquanto sustentáculo de uma ampla rede eclesiástica que se formou em territórios administrados pelas Ordens Militares, de norte a sul do país, nas ilhas e nos domínios ultramarinos. O tribunal das Ordens tinha o padroado de um vasto conjunto de igrejas e benefícios, incorporado na Coroa. Os de maior rendimento económico tinham uma forte procura e eram, vigorosamente, disputados pelos sacerdotes. Atraíam a atenção dos escalões intermédios e inferiores da hierarquia eclesiástica. A concorrência fazia-se sentir entre estes membros do clero. Por norma, as nomeações para os lugares dependiam de procedimentos concursais. Desta forma, o tribunal das Ordens gerou informação sobre a suficiência, vida e costumes de inúmeros concorrentes que ambicionaram

¹ Cf. BN, cód. 10323, fls. 1-2.

² *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis*, Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, Tit. I, Cap. XIII.

ingressar ou manter-se no serviço de um benefício de uma igreja das Ordens Militares. Geriu todo o fluxo informativo resultante desta função de colocar párocos, na sua estrutura organizacional. A Mesa arbitrava, assim, o mais digno de ser provido. Em caso de sucesso, depois de examinado, aprovado e consultado, o candidato era julgado idóneo para o lugar que almejava.

Competia às repartições das Ordens a gestão de todos os *negócios* relativos às igrejas e comendas dos mestrados, pelo seu expediente. No tribunal da Mesa também tinham um papel fulcral, nestes processos, as chancelarias, onde transitavam muitos dos documentos expedidos e nelas se pagavam os direitos competentes.

O recrutamento de indivíduos incitou à formação de um quadro marcado por constantes mobilidades geográficas. Assistiu-se a um verdadeiro esquema de transferências protagonizado pelos párocos que transitavam com frequência de um lugar para outro em busca de uma colocação cada vez mais vantajosa para si. Constituíam também um elemento catalisador de comunicação e de informação entre o centro e as periferias. Mantinha, desta forma, uma estrutura assegurada pela comunicação regular em terras superintendidas pelas Ordens Militares. Ao longo do processo de provimento estabeleciam-se diversos contactos, nos vários trâmites administrativos, para recolha e entrega de informação. Feitas as diligências, a circulação dos documentos era feita por portadores e correio. Para além da informação, os candidatos deslocavam-se dos seus domicílios até à Corte para oficializarem as candidaturas e realizarem os exames inerentes ao processo.

Os concursos das igrejas das Ordens Militares não estavam sujeitos à observância dos termos ordenados pelo Concílio de Trento. O provimento dos templos das Ordens Militares não pertencia às instâncias ordinárias³, como eram as igrejas paroquiais. Por serem regulares e, por isso, quase amovíveis, cabia ao rei, investido na figura de grão-mestre das Ordens e seu perpétuo governador e administrador, provê-las, livremente. Eram de sua apresentação e pertenciam-lhe por direito desde 1551. Dele dependia o remate do processo, expresso na resolução tomada em consulta da Mesa da Consciência, conforme os estatutos

³ Cf. Regra da Ordem de Cristo, Parte III, Título XI, § II, in *Definições, e Estatutos dos Cavalleiros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo: com a historia da origem, & principio della*, Lisboa, Officina de Joam da Costa, 1671.

de cada mestrado. Não obstante, seguiam os preceitos do concílio tridentino, ao regularem-se pelos mesmos, tão-somente na escolha dos concorrentes quanto às suas qualidades e requisitos, embora não pela força das disposições do conselho ecuménico. Apenas para se pautarem conforme o *direito e doutrina dos Santos Padres*. Na regra da Ordem de Cristo enunciava-se a preferência pelos que fossem mais dignos na ciência, ou seja, aos mais doutos, aos que fizessem melhores exames. Mas existiam outros requisitos como a *idade, e costumes, doutrina, prudência e mais coisas conducentes, e oportunas para o bom governo da igreja vaga*⁴.

Entendia-se que as igrejas e os benefícios deviam ser entregues aos sujeitos mais capazes e suficientes, daí a escolha criteriosa dos proponentes, ainda que a naturalidade do candidato ditasse com algum peso a resolução final⁵. A Igreja advertia que os empregos eclesiásticos que tivessem cura de almas não permanecessem vagos demasiado tempo. Para além da prontidão do provimento, recomendava ainda mais a discrição e a austeridade na escolha. Para o presidente da Mesa e o deputado Carlos Honório de Gouveia Durão estes *princípios se têm infelizmente desatendido, já na admissão às Ordens, já na promoção aos Empregos eclesiásticos temos visto os progressos desastrosos que a imoralidade e a irreligião têm feito, e farão para o futuro se os Soberanos pela parte que lhes toca tanto como Protectores da Igreja quanto por pessoalmente interessados não as atalharem em uma das suas fontes principais, isto é na má escolha de Pastores*. Receava-se conferir os lugares a indivíduos considerados *incapazes ou por falta de morigeração para exemplo ou por falta de ciência, para instrução de suas ovelhas de maneira que se compararmos os males que da vacatura podem resultar com que resultam de uma escolha má*⁶, este último era mais gravoso.

No plano normativo, quase todos os benefícios das colegiadas e das igrejas das Ordens eram curados e por isso só podiam ser providos em presbíteros, por concurso⁷.

⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 5, mct. 1

⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

⁶ O documento não está datado. ANTT, MCO, OA, cx. 449, mç. 202.

⁷ Cf. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Esboço de hum dictionario jurídico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas e extravagantes*, tomo primeiro, Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1825, *sub voce* "Beneficio".

Muitos presbíteros seculares habilitaram-se a uma venera de uma milícia militar, a título de um benefício. Os hábitos não se obtinham por serviços, senão a título de igrejas⁸. Para estes, além do apuramento da sua aptidão para preencher um lugar, também se qualificavam para receber o hábito. Desejavam empregar-se no serviço das igrejas das três Ordens Militares e para isso era preciso habilitarem-se, mostrando as suas inquirições de *genere*. Muitas vezes já se tinha uma carreira sólida, com vários anos de ordens sacras, quando se tentava ingressar nas Ordens Militares. O padre fr. João Carlos da Cunha Castelo Branco era presbítero há 31 anos e entrou na Ordem de Avis havia 14 para 15 anos. Recebeu o hábito a título da igreja paroquial de Paderne, termo de Albufeira, no emprego de vigário da vara, o que não era um lugar qualquer. Mais tarde, em 1794, concorreu para o priorado da igreja de Santa Maria Maior, matriz da vila de Albufeira⁹. O padre fr. Luís da Gama Pereira e Abreu era professo e conventual da Ordem de Avis, prior da igreja matriz da vila das Galveias, já contava com 35 para 36 anos de hábito, considerando-se como um dos priores mais antigos da Ordem¹⁰.

A partir dos finais do século XVIII, as exigências dos concursos foram perdendo o seu pendor associado à limpeza de sangue. Dispensavam-se os trâmites administrativos como as provanças e habilitações, quando solicitado, julgando os indivíduos por habilitados para os benefícios das três Ordens Militares. Até mesmo quando os candidatos não suplicavam essa graça, apenas a da *pátria comum*¹¹.

À semelhança dos templos seculares, também os das Ordens eram providas por concurso. Neste caso, as vacaturas de igrejas e benefícios eram preenchidas pelo tribunal da Mesa da Consciência. Facto que se registou após a anexação das Ordens Militares à Coroa, em 1551. No processo de provimento actuavam os examinadores, o juiz geral das Ordens, o procurador geral das Ordens e outros intervenientes no plano local. Quando o opositor não detinha hábito e era clérigo secular era habilitado pelo juiz das Ordens¹².

⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 78.

⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 15, fls. 193v.-194.

¹⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 273, mç. 38.

¹¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra D, mç. 4, n.º 14.

¹² Cf. Regra da Ordem de Cristo, Parte III, Título XI, § I, *in Op. cit.*

Nem sempre se abriam procedimentos concursais¹³. O provimento sem a existência de concursos registava-se, apenas e somente, nos casos que envolvessem freires conventuais ou professores que tivessem o hábito. Assim era em 1706, na opinião de António Freitas Soares, Martim Monteiro e Paim e do presidente: *e suposto que Vossa Majestade como Grão Mestre tenha faculdade para prover as Igrejas das Ordens sem concursos por não estarem sujeitas às disposições do Concílio há de ser só quando o provimento for em Freire Conventual ou professo que tenha o hábito*¹⁴.

Os freires de hábito das Ordens Militares eram preferidos para ocupar os lugares. O recrutamento podia confinar-se apenas àqueles. Todavia, os lugares das Ordens Militares também eram aliciantes para os clérigos seculares. Para que os reis provessem em clérigos do hábito de S. Pedro tiveram de obter a graça apostólica, concedida pelo sumo pontífice. Embora, estritamente, no caso em que não concorressem os ditos freires¹⁵. Deste modo, era assente que os eclesiásticos seculares não podiam entrar senão na falta dos freires. Em 1788, nas palavras de D. José de Castro, prelado de Tomar, o rei D. João III pediu ao papa Paulo III o poder de prover os benefícios regulares em clérigos seculares. No seu entender, o monarca fora obrigado a isso, por falta de pessoas idóneas que ocupassem os benefícios e por não haver sacerdotes seculares que quisessem tomar o hábito e fazer a profissão regular. Na mesma linha de acção concederam depois os papas Júlio III e Pio IV. Veja-se o discurso de D. José de Castro:

Porém este é um estilo que sempre se observou e um estilo inalterável, e que necessariamente se deve guardar, porquanto ainda que os Freires das Ordens Militares, segundo a declaração de 10 de Novembro de 1600 da Sagrada Congregação dos Eminentíssimos Interpretes do Concílio Tridentino, não sejam incapazes de Benefícios Seculares; contudo os Benefícios das Ordens Militares, como Benefícios Regulares, se não podem dar aos Clérigos Seculares, e assim tanto por Direito comum, como pelos Estatutos das Ordens eles se não podem conferir a outras pessoas que não sejam Regulares, e daqui vem que se chamam

¹³ Cf. ANTT, MCO, liv. 187 e ANTT, MR, liv. 370, fls. 33v.-34.

¹⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 121.

¹⁵ Cf. *ibidem*.

*primeiro os Freires, e que concorrendo eles se não admitem os Clérigos Seculares*¹⁶.

Os freires conventuais, criados no cenóbio com disciplina e trabalho contínuo deviam ser sempre preferidos aos freires que *não foram conventuais, nem fizeram serviço algum à Ordem, antes somente vem a ela buscar a honra do hábito, e renda dos benefícios*¹⁷. Em 1827, para António Maria de Melo Azevedo Coutinho Gentil esta questão era encarada como um direito adquirido que gozavam *como filhos, e no qual devem ser mantidos, como filhos verdadeiros da Ordem, nela criados com a Disciplina Regular, experimentando o ano de Noviciado, e contínuo trabalho de Coro, e as obrigações a que estão sujeitos os que vivem na clausura, sendo eles por isso os Regulares natos das Ordens, a quem devem ser conferidos os Benefícios delas. Esta preferência pois não é privilégio, como se alega, é sim um Direito adquirido pela habilitação (qual a da Formatura por exemplo para os lugares de Letras) constituída na Profissão que fazem, e no serviço que prestam os Conventuais à Ordem a que pertencem. É também útil e proveitosa ao Estado, porque eles pela experiência, e exercício que tem nos Conventos das coisas espirituais, saem como Ministros de virtude, mais aptos, e idóneas para o serviço das Igrejas, e de melhor exemplo para a edificação dos Fregueses. Defendia-se que esta preferência não trazia prejuízo aos freires professos, porque sendo muito mais em número que os Conventuais os Priorados, Vigararias, Benefícios, e Capelas (única razão que por necessidade fez introduzir os Professos) têm estes muito por onde escolher, maiormente hoje que estando aumentadas as Igrejas se podem todas reputar em geral assaz suficientes para uma parca e decente sustentação, e ainda assim alcançam os Professos de antemão um prémio que é só devido aos Conventuais pelo seu serviço*¹⁸.

O alvará de 1604 e o regimento de 1608 eram claros quanto à predilecção pelos freires conventuais. Os benefícios simples só se proviam nestes freires. Já deveriam ter o hábito antes da vacatura dos benefícios. Sobre isso deviam declarar as cartas de apresentação que se passavam aos agraciados, sob pena

¹⁶ ANTT, MNEJ, mç. 410, mct. 5.

¹⁷ ANTT, MCO, liv. 187.

¹⁸ BN, cód. 10323.

de serem consideradas nulas¹⁹. Os freires professos, considerados suficientes, estavam em vantagem nos concursos para os priorados, reitorias, vigairarias e capelanias das Ordens Militares que tivessem cura de almas. Enquanto os houvesse em oposição não se admitiam os freires noviços, nem os clérigos seculares. Porém, não havendo professos seriam os noviços admitidos e providos em concurso, tendo suficiência. A última opção seria, por exclusão de partes, os eclesiásticos seculares que fossem tidos como os mais dignos para o provimento, possuidores dos atributos exigidos. Sempre, na falta dos professos e dos noviços. Era uma forma de acesso às milícias militares, uma porta de entrada a *outsiders*. Conferia-lhes outro estatuto que as igrejas paroquiais não possibilitavam. O apuramento da honra favorecia-os no plano social. Acrescia a obtenção da venera que ostentariam, distinguindo-os perante os demais da sua comunidade. Sendo nomeados passavam-se-lhes as cartas e provisões para receberem logo o hábito e fazer profissão. Nestas cartas constaria que eram providos por ausência de freires professos como opositores. E os que fossem providos nos benefícios curados eram alvo de diligências qualificadas sobre a sua limpeza e habilitações²⁰.

Nos estatutos das Ordens Militares, por mais partes que tivessem os clérigos seculares, jamais eram admitidos ao concurso das igrejas enquanto existissem freires professos. Relativamente à regra da Ordem de Cristo, quando se provia em clérigos seculares sem hábito, explicava-se pela falta de regulares idóneos²¹. Nas palavras do juiz geral das Ordens, João Maria Soares Castelo Branco, *porque pretendendo estas Igrejas insolidum às Ordens, não devem ser ocupadas se não por indivíduos das mesmas Ordens*. Não terem concorrentes nas oposições das igrejas das Ordens, exceptuando outros freires, era encarado como um direito absoluto adquirido pelos freires professos. Assim explicou o dito juiz geral das Ordens, *cujo direito uma vez adquirido e justamente merecido por serviços já feitos às mesmas Ordens não lhe deve ser tirado, aumentando-lhe o*

¹⁹ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. LIX. Alvará de 1604 disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=94&id_normas=18431&acao=ver [consultado a 22 de Agosto de 2016]. Vide também BGUC, cód. 479, fls. 10-12v. e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 19.

²⁰ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. LX. Alvará de 1604 disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=94&id_normas=18431&acao=ver [consultado a 22 de Agosto de 2016]

²¹ Cf. Regra da Ordem de Cristo, Parte III, Título XI, *in Op. cit.*

número de opositores que posto que por meios legítimos não devam esperar ser atendidos, contudo com empenhos e favor o podem conseguir, e suplantar aqueles que por todos os títulos lhe deviam ser preferidos. O invés reverteria em desfavor dos serviços prestados às Ordens, à Igreja e ao rei, dedicados com menor zelo. Só mesmo um motivo de enorme relevância poderia contrariar esse direito adquirido²².

Segundo António Maria de Melo Azevedo Coutinho Gentil, foi sempre observada no provimento das Igrejas e dos Benefícios Curados uma preferência decidida a favor dos Freires Conventuais, com exclusão dos Professos desde a origem destes, sendo até reconhecida esta exclusiva nos últimos Capítulos Gerais celebrados na Ordem de Avis, e Santiago pelo Mestre D. Jorge, que assim o dispôs por seu Estatuto, como El Rei D. Sebastião, em um Alvará, que foi confirmado em Capítulo Geral segundo acho referido. Embora o alvará de 5 de Abril de 1604 tenha limitado a referida exclusiva, mas apenas aos benefícios simples das três Ordens, não a estendeu aos benefícios curados. Nestes admitia-se a concurso, igualmente, os freires professores. Esta disposição foi confirmada ainda no § 57 do regimento de 1608. Em 1627 e 1630, publicaram-se as novas regras da Ordem de Santiago que, na 25.^a definição, e as de Avis que, na 21.^a definição do título 5.^o expressa a alteração feita pelo alvará de 5 de Abril de 1604, o confirmam somente *aos benefícios simples, estendendo aos curados uma perfeita exclusiva a favor dos conventuais contra os professores.* (...) em 1696 por Sentença que no Juízo Geral das Ordens obtiveram os Conventuais da Ordem de Santiago em 7 de Maio, confirmada na Mesa por apelação em 30 de Julho do mesmo ano se excitou logo a Determinação daqueles Definitórios, assentando à Mesa (como se diz na Consulta por cópia junta de 31 de Agosto de 1730) que quando houvesse alguma vacatura se pusessem primeiro Editais para os Freires Conventuais, e se passado o termo deles, ou não houvesse Conventual, ou havendo-o fosse reprovado se pusessem segundos Editais para os Freires somente professores²³.

Os hábitos dos freires das Ordens de Santiago e de Avis atribuíam-se somente aos que se proviam em benefícios curados²⁴.

²² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mc. 5, n.º 37.

²³ BN, cód. 10323.

²⁴ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. LVII.

O provimento das igrejas do ultramar também cabia à Mesa da Consciência, por aquelas serem da Ordem de Cristo. Os bispos tinham um papel fundamental nas terras de além-mar. As propostas, na forma dos alvarás, chamados de faculdade, enviadas por estes bispos tinham a mesma tramitação das que eram remetidas pelo prior mor da milícia tomarense, no reino. As propostas subiam depois por consultas²⁵. Em 1800, o príncipe regente apontou os inconvenientes do método até aí praticado pela Mesa da Consciência e Ordens nos benefícios ultramarinos. Referia-se às consultas dos requerimentos dos opositores não contemplados nas propostas dos benefícios a que os bispos de ultramar procediam, conforme o alvará das faculdades, que pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos lhe remetiam. Parece que este procedimento não permitia à Mesa conhecer a idoneidade dos candidatos, impossibilitando-a de comparar o merecimento destes com o dos propostos pelos bispos, de forma a consultar com segurança. Nem o príncipe decidia, deste modo, com pleno conhecimento de causa. Assim sendo, ordenou quanto aos candidatos para benefícios ultramarinos, cujos requerimentos mandasse consultar, procedesse a Mesa como se não existissem propostas dos bispos, e feitos os exames, *que serão sempre mais vigorosos do que os que costumam fazer-se perante os mesmos Bispos, a fim de evitar a ausência, a que os referidos opositores podem recorrer para obter sem trabalho as suas pretensões; assim como procedendo à mais escrupulosa indagação da sua vida e costumes, consulte os Propostos pelos Bispos e não Propostos ao mesmo tempo, comparando o merecimento de cada um, para que à vista desta específica informação Eu haja de escolher o que se mostrar mais benemérito*²⁶.

Logo que se tivesse notícia da vacância de dignidades, coneziias, vigairarias, benefícios curados e sem cura afixavam-se os editais para que no termo de trinta dias improrrogáveis concorressem os clérigos, apresentando os seus requerimentos instruídos com todas as certidões e os documentos necessários. Se o benefício vago não fosse curado, nem tivesse cura de almas anexa, findo o termo dos editais eram propostos três opositores considerados mais dignos, atendendo a *naturalidade, nascimento, suficiência de Letras, vida, costumes e serviços feitos à Igreja*. Eram, assim, apresentadas as propostas e

²⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, cx. 36-A, mç. 37.

²⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 99, fls. 197-197v.

em função dos ditos requisitos eram graduados *em primeiro, segundo e terceiro lugar à proporção dos seus merecimentos, sem que para a regulação do vosso juízo haja de proceder algum exame literário*. Sendo, porém, o benefício vago, vigariaria, igreja paroquial, capelania ou curato dado ou mandado dar pelo monarca para a futura natureza colativa, procedia-se a concurso de exames, em observância do alvará de 29 de Agosto de 1766 (obrigava a optar pelos naturais da terra). Assim eram convocados para examinadores três religiosos bem cotados, os de melhor nota em ciência e virtudes, tal como se praticava no Tribunal das Ordens, *não porque Eu [a rainha] seja obrigada a mandar fazer os referidos provimentos por concursos, mas sim pela maior utilidade que deles pode resultar à Igreja. Depois de concluídos os Exames, me proporeis três dos referidos concorrentes na mesma forma acima referida, os quais no vosso conceito forem mais beneméritos, assim pela Ciência que tiverem mostrado, como pelos serviços feitos à Igreja, e pelas outras qualidades determinadas pelos Cânones e Concílio de Trento, no que tudo vos encarrego a Consciência e desencarrego a Minha*. As propostas deviam ser concebidas em forma de simples consultas, assinadas, seladas e acompanhadas de *papéis* que os propostos tivessem instruído os seus requerimentos, incluindo os assentos de baptismo. As propostas eram depois remetidas à Mesa da Consciência. O presidente e os deputados desse tribunal ao receberem as propostas elaboravam a respectiva consulta que faziam subir ao soberano. Após a resolução da consulta baixava à Mesa para expedir a carta de apresentação, passando pela chancelaria. O provido teria um termo de seis meses para se apresentar e tomar posse do benefício. (...) *para que nas Igrejas ou Paróquias que se houverem de prover não falem Ministros que as sirvam enquanto deste Reino se não expedem as Cartas da Minha Apresentação, mandareis para as mesmas igrejas ou paróquias os eclesiásticos que melhor vos parecerem dos que me houveres proposto, os quais, como encomendados as sirvam, enquanto os colados nas ditas igrejas ou paróquias não tomarem posse delas*²⁷.

Eram constantes os litígios, alguns até intensos, entre as Ordens Militares e os cabidos, pela interferência destes na jurisdição das Ordens, sem que respeitassem as leis do tribunal da Mesa da Consciência. Inclusivamente,

²⁷ ANTT, MCO, liv. 110, fls. 60v.-63.

travavam-se lutas pela posse dos templos com recurso à violência²⁸. Registavam-se momentos de agitação, nestes espaços de poder e conflito de interesses. A usurpação de igrejas ao tribunal das Ordens, mais concretamente aos respectivos mestrados, era, por vezes, relatada²⁹. Incriminava-se o Ordinário nestas contendas³⁰. As contrariedades também se faziam sentir quando os candidatos solicitavam documentos ao Ordinário para apresentar nas repartições dos mestrados. Alguns dos eclesiásticos já eram conhecidos na Mesa pelo facto de não facultarem as atestações³¹. Em 1792, Manuel Ferreira Miguéis, presbítero do hábito de S. Pedro, não entregou a atestação de vida e costumes a conceder pelo Ordinário de Évora, na secretaria da Ordem de Avis, aquando do concurso dos benefícios. Tal se devera à recusa daquele em facultar o documento e a proibir que os seus ministros o fizessem. Em alternativa, o eclesiástico entregou quatro atestações do seu procedimento, duas do prior freire conventual da Ordem, seu pároco, passadas em diferentes momentos, uma do pároco de S. Bento do Ameixial que residia na freguesia do justificante e outra do reitor da irmandade de S. Pedro de que o suplicante era irmão na vila de Estremoz. Apresentou, ainda, duas cartas de confessor na sua diocese que atestavam a sua capacidade e suficiência. Esta foi a forma que o pretendente arranhou para suprir a falta da atestação do referido Ordinário. Restava obter a dispensa que veio a requerer, à semelhança do que muitos faziam e, por sinal, eram bem-sucedidos³². Em 1793, também José António da Gama Lobo, presbítero secular da vila de Estremoz, confrontou-se com a mesma dificuldade na diocese de Évora, quando intentou o benefício vago em futura sucessão da matriz de Avis³³.

²⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 245, mç. 15.

²⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 259, mç. 25 e BN, cód. 10323, fls. 1-2.

³⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 179, fls. 15-15v.

³¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 405, mç. 160.

³² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 390, mç. 145.

³³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

4.2. A carreira eclesiástica de muitos párocos

Já não estamos perante um plano ditado pelo prestígio e pela ascensão social tão vincados e ansiados como se inscrevia nos processos de obtenção dos hábitos. Apesar de alguns discursos referirem a dedicação aos conventos, às Ordens, às paróquias, aos paroquianos e ao rei³⁴. Mas, eram poucos os que encaravam ou assumiam a sua candidatura às igrejas e benefícios como uma recompensa³⁵. A maioria dos aspirantes movia-se por outros interesses. A dimensão dos seus propósitos nos provimentos era, eventualmente, distinta. Em primeiro lugar, para muitos já se havia acedido às Ordens. Depois, porque o enfoque residia agora na carreira, no mérito dos opositores e nos seus compromissos familiares. Ao longo da vida saltarilhava-se de igreja em igreja. Somavam-se colocações ao *curriculum*. A proximidade à terra de origem e da família eram razões determinantes para a mobilidade. Os motivos prendiam-se, por vezes, com as obrigações para com os seus parentes que dependiam do amparo destes opositores³⁶. Fr. José de Matos Heitor, professo na Ordem Militar de Avis, era beneficiado curado na igreja matriz da vila de Albufeira. Estava a mais de 60 léguas da sua naturalidade. Quis ser opositor no concurso do benefício da igreja matriz de Sousel. Nesta vila, onde moravam as suas duas irmãs que desejava assistir, ficaria apenas a menos de 10 léguas da sua *pátria*³⁷. Tentava-se, sempre que oportuno, aproximar, cada vez mais, da sua localidade de origem. O padre Manuel José de Brito, diácono do hábito de S. Pedro, era natural da freguesia de Santa Bárbara, opôs-se na futura sucessão do benefício curado da matriz de Albufeira. Segundo o peticionário, esta vila ficava muito perto da sua terra³⁸. Em 1762, fr. Francisco de Vasconcelos e Sande Corte Real, professo na Ordem de Avis, assumiu que deseja opor-se à futura sucessão do priorado do Alandroal *não por ambição porque havendo perto de oito anos que*

³⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 411, mç. 164.

³⁵ Fr. Francisco de Araújo Sampaio Homem de Magalhães, freire conventual da Ordem Militar de S. Bento de Avis, prior da colegiada de Alcanede, explicou *que tem gasto de seus bens nove mil cruzados, além da notória ruína que tem experimentado na sua casa, administrada por criados há 7 anos, fazendo-se o seu merecimento digno de ser premiado pelas mesmas Ordens por não haver memória que outro algum Freire executasse com tanta honra e constância o que o suplicante tem obrado, padecendo indizíveis trabalhos e irreparáveis ruínas (...)* ANTT, MCO, OA, cx. 343, mç. 99.

³⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 282, mç. 46.

³⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150.

³⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 380, mç. 135.

*entrou na Ordem, ainda não mudou do primeiro Benefício em que se colara na cidade de Elvas e nele ainda hoje se conserva, mas sim por não ir desterrado para a Província da Beira onde não tem parentes, nem em tempo algum tivera assistência*³⁹.

Empregavam-se estratégias para encurtar as distâncias. Até passar de uma Ordem para outra. A proximidade podia implicar a mudança para uma Ordem Militar distinta da que se tinha professado. Era inevitável quando se era natural de uma localidade, cuja comarca em toda a sua extensão oferecia apenas igrejas do padroado de outro mestrado. O procedimento impunha uma petição para pertencer a outra Ordem, dando lugar a uma provisão para que o juiz da Ordem da comarca informasse com o seu parecer e, por conseguinte, a uma consulta. Muitos alcançaram a devida licença por justa causa⁴⁰. Quase sempre para fazer oposição às igrejas mais próximas dos seus círculos familiares. Mas também pelos rendimentos a auferir, com o intuito de alcançar uma cônica considerada suficiente. Os interessados alegavam casos de necessidade premente, descritos como cenários de alguma pobreza e um agregado familiar na sua dependência⁴¹. No concurso do priorado do Seixo do Ervedal, da Ordem de Avis, o arcebispo primaz presidente opinou que se repartisse o *pão eclesiástico por todos*. Isto porque dois dos opositores colocados em primeiro lugar nos exames estavam providos em duas igrejas do padroado. Propôs um outro que não tinha *nada de seu*⁴². Por vezes, pertenciam às principais famílias das suas terras, mas por falta de bens patrimoniais não podiam tratar-se decentemente⁴³. Se a família não fosse conhecida fora da sua

³⁹ ANTT, MCO, OA, cx. 342, mç. 98.

⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 282, mç. 46 e ANTT, MCO, OA, cx. 273, mç. 38.

⁴¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150.

⁴² Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

⁴³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 264, mç. 29. Em 1711, frei Ângelo de Figueiredo Proença, freire professo da Ordem de Avis, beneficiado numa futura sucessão de um benefício curado, na matriz de Estremoz, estava ausente da sua *pátria* a uma distância de 45 léguas, servindo a futura sucessão sem ter renda suficiente para o seu alimento, sustentar-se com a limitada cônica. Em virtude dessa ausência e distância, afirmou que não podia prover dos frutos do seu património para se sustentar com a devida decência. Foi à Corte *para melhorar-se de benefício*, entrando no concurso da capela curada de S. Brás de Barrosa, termo de Benavente. Apesar de ter sido aprovado, não foi nomeado. Perdeu para o seu opositor, fr. António Antunes Machado, beneficiado da matriz daquela vila, pela preferência que tinha de hábito e por estar apresentado por encomendado naquela capela. Contudo, o enredo deste concurso não ficou por aqui. Frei Ângelo de Figueiredo Proença teve a notícia que fr. António Antunes Machado não quisera usar a dita mercê, lucrando o rendimento da capela em que estava por encomendado, juntamente com o seu benefício. Para além de *ser contra direito, é também em grave prejuízo dele suplicante, porque por este modo se acha impossibilitado para a sua melhora a que se deve*

terra podia até ser depreciada. Era um indicador para o seu grau de importância⁴⁴.

Era corrente ser opositor às igrejas e benefícios das três ordens em diversos concursos durante a sua vida. Por vezes, em simultâneo, em mais do que uma oposição⁴⁵. Fazia parte da carreira de muitos sacerdotes. Mesmo que infrutiferamente. Veja-se o exemplo do padre fr. Luís de Melo Freire, professo da Ordem de Avis, beneficiado curado na matriz da vila de Albufeira, em que participou em quatro exames para quatro igrejas, nos quais fora sempre aprovado e consultado. Chegou inclusivamente a tentar a sua sorte num priorado que outrora já havia pretendido⁴⁶. Pela forma como se expunha o histórico dos exames parecia ser prática comum fazer-se oposição ao longo da vida. Aliás, o já ter participado em várias oposições com boa aprovação *em muitos territórios* podia reforçar e favorecer a candidatura⁴⁷. Era a prova de quem já tinha sido avaliado na satisfação de bons desempenhos. Chegavam a mencionar, na petição, os documentos entregues nas secretarias dos mestrados, por ocasião de outras oposições, para que os confrontassem. Seria uma forma de evitar a entrega e a multiplicação de *papéis*, agilizando os seus processos, com ganhos de tempo e redução de esforços.

Os provimentos podiam ser efémeros. Fr. Francisco Soares foi nomeado para ocupar o priorado da igreja matriz da vila de Benavente, da Ordem de Avis, a 18 de Dezembro de 1659. Em Fevereiro do ano seguinte, já existiam candidatos examinados e consultados para o mesmo priorado, pela promoção de fr. Francisco Soares⁴⁸. Podia assemelhar-se a uma verdadeira dança de cadeiras.

Por vezes, relatavam a idade e apresentavam em jeito de contagem de serviço o número de anos como sacerdotes, confessores, pregadores e párocos. Tudo devidamente comprovado. Os candidatos também se faziam valer do seu historial nas Ordens Militares, quanto aos anos de hábito e aos serviços

atender vista a limitação da Renda com que está servindo a dita futura sucessão, e fazendo nesta Corte em uma Estalagem gasto inconsiderável há mais de quatro meses, esperando a dita melhora, e sendo Freire pobre não pode continuar nesta assistência, nem duplicar jornadas tão distantes, nem faltar na Residência da dita futura sucessão de Benefício que possui.

⁴⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 88.

⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124.

⁴⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 262, mç. 28.

⁴⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

prestados às milícias, referindo, por inerência, as despesas tidas com os mesmos⁴⁹. Neste plano, podiam ter sido, por exemplo, comissários, examinadores, secretário de inquirições a freires e a cavaleiros ou de visitas⁵⁰. Também podiam ter servido de juiz geral das Ordens no impedimento do proprietário⁵¹. Estes desempenhos eram valorizados nas petições. Merecia o investimento nos empenhos. Mesmo sendo clérigo secular⁵². No caso de frei Manuel Gomes de Oliveira não só a sua participação em várias diligências, mas também a defender-se das violências do Ordinário (referia-se ao conflito que opunha as Ordens Militares e os bispos)⁵³. Sem ter sido alguma vez sinalizado nas visitas. Invocavam-se estes e outros argumentos para ser admitido à oposição.

Quando se era opositor, simultaneamente, em mais do que um concurso e sendo o único a competir era comum abdicar do que era preterido. Apresentavam uma petição para esse efeito. Estrategicamente, seria uma forma de travar os trâmites administrativos quando um já estava assegurado. Isto demonstra que os concorrentes acompanhavam os avanços do processo e que tinham informação do número de adversários. Rodrigo António de Andrade sabia que tinha sido o primeiro a candidatar-se à tesouraria de Santo André da vila de Estremoz⁵⁴. Resultava uma consulta produzida pela Mesa sobre a anuência, ou não, do pedido para desistir e da vacatura do benefício ou do priorado⁵⁵.

4.3. Ponha-se a concurso

Quando nos debruçamos na análise da informação sobre os provimentos das Ordens Militares, confrontamo-nos com uma variedade de provisões para priorados, benefícios, capelas, tesourarias, vigararias, economias, coadjutorias, ermitanias de capelas, em regime de tempo indeterminado ou em futuras

⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 343, mç. 99 e ANTT, MCO, OA, cx. 264, mç. 29.

⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 407, mç. 161.

⁵¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 62.

⁵² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

⁵³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186. Tinha 56 anos, 32 de sacerdote, era confessor e pregador e quase outros tantos anos de pároco em várias freguesias do bispado, 16 anos de hábito e serviço da Ordem de Cristo, em que se ocupou, em várias diligências.

⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124.

⁵⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 59.

sucessões. Às igrejas podiam estar anexos os juizados e, nesses casos, pedia-se para serem providos em ambos. Deviam ser letrados graduados, requisito necessário para ser juiz da Ordem da comarca⁵⁶. A este cargo estava anexo, geralmente, um benefício simples. Isto porque o rei costumava prover os benefícios simples nos juízes das comarcas. Era uma forma do soberano remunerar os serviços feitos por esses indivíduos que lamuriavam as despesas que tinham na execução das ordens que lhes eram dirigidas. Enquanto esse provimento não fosse possível, era atribuída uma tença anual de 30.000 réis no rendimento das chancelarias das Ordens. Assim aconteceu, em 1746, com o frei Caetano José da Rocha, prior da igreja da vila de Benavente e juiz da Ordem da mesma Comarca. Em grande parte, devido ao seu merecimento, pelos serviços prestados às Ordens Militares. Tinha 30 anos de hábito, estudara no colégio das Ordens Militares de Coimbra, fizera grandes actos em cânones à sua custa e, ao recolher-se no convento de Avis, servira de porteiro mor, escrivão da ordem e das comendas, secretário, penitenciário, pregador da ordem e escrivão do cartório. Enquanto juiz da Ordem da Comarca, havia 22 anos, assumia despesas à sua custa para executar as diligências a seu cargo⁵⁷.

O processo de concurso para provimento tinha vários contornos. Primeiro noticiava-se a vacância à Mesa da Consciência através da conta da vacatura. Podia ser o juiz da Ordem da comarca a fazê-lo. Este procedimento, por sua vez, podia desencadear a abertura do concurso se a Mesa assim o entendesse, lavrando o despacho *Ponha-se a concurso*, na referida conta⁵⁸. Na verdade, quando já se estava *in situ*, era mais fácil estar informado da vaga e cumprir os prazos determinados para a nomeação. Constituiria uma vantagem sobre os demais quando, por exemplo, se era ecónomo no benefício que vagava. Quer no acesso à informação, quer no escrutínio da Mesa. Também tiravam maior proveito os designados filhos da terra⁵⁹. Sobre estes tendia a recair a preferência

⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 187. Vide também ANTT, MCO, OST, CP, mç. 30, mct. 2420.

⁵⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 61, fls. 69-70v.

⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 372, mç. 127.

⁵⁹ A Mesa da Consciência propôs, em primeiro lugar, para o benefício curado de Safara o padre João Rodrigues Vaca, *que ainda que pouco mais moderno no sacerdócio tem a circunstância de ser natural da mesma terra e achar-se encomendado no mesmo benefício*. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124. (...) *Pedia a VM fosse servido mandar pôr vago o dito Benefício para que os filhos da terra pudessem ser opositores*. Foi desta forma que suplicou o padre António Rodrigues Vieira, natural de Albufeira, que desejava opor-se ao benefício da matriz dessa dita vila. Cf. ANTT, MCO, liv. 59.

por parte dos paroquianos. Mas existiam outras variáveis. O processo não era tão linear. Dependia também da sua personalidade e conduta de vida, entre outros factores. Em 1792, frei José Manuel Tavares, coadjutor da mesma igreja a que se candidatou, não foi proposto pela Mesa nos três primeiros lugares, no apuramento dos opositores para a vigararia da igreja de S. Maria Madalena da vila de Muxagata. Para isso contribuiu o facto de ter sido considerado um clérigo revoltado, que acusara falsamente o seu próprio pároco e que fora mandado repreender por provisão. Desta forma, os comportamentos eram essenciais na avaliação dos indivíduos. Antes de o parecer da Mesa, tinha sido aprovado pelos examinadores. Sabe-se que a documentação deste candidato passou para uma outra oposição, em 1796. Em jeito de nota remissiva apontava-se esta prática. É a prova que os documentos de um processo poderiam vir a ser incorporados, posteriormente, em outros quando o requerente concorria de novo⁶⁰.

Os lugares vagavam por aposentadoria, promoção, desistência, expulsão⁶¹, demissão, ausência e falecimento do anterior titular.

O monarca podia entender que existia incapacidade por parte de quem exercia as funções de pároco, colocando em causa o bom serviço, por *impedimento perpétuo*⁶². Desta feita, o procedimento concursal destinava-se a ocupar, muitas vezes, um lugar já anteriormente existente. Mas nem sempre.

A aposentação, requerida pelo próprio, era motivada quase sempre por quem não lograva de muita saúde, valetudinário, combalido pelos achaques que o incapacitava nas suas lides profissionais. Para o efeito, tinha de provar as moléstias de que padecia com a apresentação de atestados médicos. Para além destes papéis, para reforçar a sua antiguidade e o bom desempenho das suas obrigações pastorais, mostrava a carta de colação e o termo de posse. O suplicante tentava também assegurar o seu sustento daí em diante. Por antigo costume, reservava-se duas partes da cômputo para o aposentado⁶³. Por norma, emitia-se uma provisão dirigida ao juiz da Ordem da comarca para informar acerca do teor da petição do requerente. O juiz informante correspondia ao solicitado *nas costas* da provisão, tal como lhe era exigido. Dava-se vista ao

⁶⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

⁶¹ Vide ANTT, MCO, liv. 120.

⁶² Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

⁶³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 264, mç. 29.

procurador geral das Ordens e a Mesa lavrava a consulta com o seu parecer, assinada pelos deputados⁶⁴.

Pedia-se para ser nomeado como coadjutor, efectivo e futuro sucessor em priorados e benefícios para auxiliar os respectivos párocos. Sucedia nos priorados, por exemplo, quando o prior estava incapacitado e não tinha nenhum beneficiado na sua igreja. O início do processo também podia ser desencadeado por quem se achava incapaz de cumprir as suas obrigações e requeria a aposentação. Solicitava-se um coadjutor, futuro sucessor, para melhor execução do culto divino e dos desempenhos paroquiais em atenção às causas apontadas pelos suplicantes. Quando não se tinha tesoureiro ou cura, nem existia clérigo algum na freguesia, era penoso ou até mesmo impossível o exercício do culto religioso. Acontecia com maior incidência aos que não logravam de saúde ou tinham uma idade avançada. Nestes termos, a abertura do procedimento concursal poderia apresentar-se como incontornável⁶⁵. Na realidade, podiam ser momentos vividos com grande expectativa até se declarar a vacatura. Havia quem se colocava a caminho da Corte para se propor à oposição quando o edital ainda não tinha sido expedido. Em 1795, fr. Francisco Serrão Caeiro Falcato, beneficiado da igreja matriz de Coruche, da Ordem de Avis, apresentou uma petição. Sabia da resolução a favor da aposentadoria do último proprietário da capela curada de Santo António do Couço, que pretendia. Tinha conhecimento da expedição dos alvarás a conceder a aposentadoria, da tramitação pela chancelaria e da sua entrega ao respectivo procurador havia cerca de um mês. Sem qualquer margem para dúvidas, devia afixar-se o edital para o concurso, no entender do postulante⁶⁶. Em boa verdade, diga-se que a sua atitude despontou o concurso.

Os coadjutores e os capelães pertenciam ao baixo clero, muitas vezes sem colocação fixa. Não é de estranhar a preocupação dos coadjutores para que fossem confirmados na coadjutoria e na futura sucessão. Era uma forma de garantir a possibilidade de suceder ao pároco no futuro⁶⁷.

⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 359, mç. 115.

⁶⁵ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

⁶⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 397, mç. 152.

⁶⁷ Cf. Guilherme Pereira das Neves, *E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil – 1808-1828*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997, p. 67.

Frei Francisco Martins, professo na Ordem de Cristo, com 77 anos, era vigário na freguesia de Santa Maria Madalena da vila de Muxagata. No seu percurso profissional, somava 44 anos a servir benefícios das Ordens Militares. Assistira em benefícios curados, na Ordem Militar de Santiago, durante mais de 20 anos. O primeiro na vila de Coima, outro na igreja matriz de Samora Correia e outro na igreja matriz colegiada de Santa Maria do Castelo da vila de Alcácer do Sal. Na Ordem de Cristo, foi vigário na freguesia de Santa Comba, na colegiada matriz de São Martinho da vila de Pombal e, na altura do requerimento que apresentou, estava na matriz da vila de Muxagata. Pelos achaques que tinha, achava-se incapaz de cumprir as suas obrigações. Na sua petição, suplicou a aposentadoria e que lhe concedessem um coadjutor e futuro sucessor. Por inerência, também a mercê de continuar a usufruir de duas partes da cômputo e o ordenado que tinha a dita vigaria e lhe pagava a comenda para a sua sustentação. A terça parte da cômputo e todo o contingente ficavam para o coadjutor e futuro sucessor⁶⁸.

Querer ser coadjutor, mesmo numa futura sucessão, também era uma forma de contornar o facto de os benefícios serem ténues e insuficientes para se sustentar⁶⁹. Doravante, teria mais hipóteses de assegurar a progressão na carreira eclesiástica.

Quando as igrejas e os benefícios eram de rendimento muito limitado era difícil reunir opositores interessados. Para os quais nem se pretendiam pessoas nobres. Não havia lugar para preciosismos⁷⁰. Abdicava-se dessa qualidade. A falta de pessoas para servir as igrejas e os benefícios das Ordens podia influenciar a resolução⁷¹. Apontava-se também a questão dos clérigos minoristas não poderem ser admitidos⁷². Valia, por vezes, o ser-se natural dessa localidade

⁶⁸ ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 359, mç. 115. Fr. Jerónimo José de Oliveira, freire professo na Ordem Militar de Avis, era beneficiado na igreja de S. Bartolomeu de Vila Viçosa. Na sua petição referiu que os benefícios da Ordem de Avis eram *tenuíssimos e insuficientes para subsistir na companhia de sua mãe pobre, viúva e molesta*.

⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, n.º 106.

⁷¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, n.º 128.

⁷² Cf. ANTT, MR, mç. 409, cx. 512. Em 1772, o rei ordenou à Mesa que declarasse a razão da falta de opositores aos benefícios e capelas da Ordem de Santiago, que estavam em concurso, e o rendimento de cada um deles. O benefício curado da igreja matriz da vila de Coima tinha de mantimento 15.000 réis em dinheiro, um moio de trigo, uma pipa de vinho e pagava de meia anata à Ordem 15.000 réis. O benefício curado da igreja matriz da vila de Grândola tinha de mantimento 10.000 réis em dinheiro, dois moios e meio de trigo, e moio e meio de cevada e pagava de meia anata à Ordem 17.500 réis. O benefício curado da igreja matriz de Alcaria Ruiva

como única alternativa para obter um benefício ou igreja. Nessas situações, quando se era conterrâneo, a Mesa era mais tolerante com os defeitos dos opositores, não era tão exigente como o monarca na escolha da pessoa⁷³. Havendo outro opositor que não tivesse impedimento e com os requisitos necessários não convinha dispensar os outros com defeitos, mesmo que estes tivessem sido admitidos a exame e considerados hábeis. Chegava-se a publicar novos editais para o provimento, na forma do estilo. E quando não se apresentavam outros candidatos considerados capazes havia maior abertura para as dispensas⁷⁴. Até porque se exemplificava com outros processos bem-sucedidos.

No século XIX, subsistiam dúvidas da licitude das aposentadorias. Era uma medida bastante restrita e em casos bem fundamentados. Apenas consentidas em situações de dificuldades graves, após apresentação das devidas provas. Cerca de 1817, Manuel de Almeida Azevedo e Brito, prior da igreja matriz e colegiada de S. Clemente da vila de Loulé, pediu para ser aposentado no priorado. Através de um sumário, informação do juiz da Ordem da comarca e pela atestação do bispo do Algarve, provou-se que cumpria, louvavelmente, as suas obrigações, tinha problemas de visão e em vias de perder a pouca que ainda lhe restava. Estava em risco a sua vida na administração dos sacramentos, por não poder guiar a cavalgadura em caminhos considerados péssimos. O parecer da Mesa foi favorável ao pedido do suplicante, era merecedor da aposentadoria, dando-se um coadjutor e futuro sucessor à igreja, recebendo três partes da côngrua, excluindo a cevada, que toda devia receber o coadjutor e futuro sucessor, que seria provido em concurso,

do termo da vila de Mértola tinha de mantimento 10.000 réis em dinheiro, dois moios de trigo, e moio e meio de cevada, e pagava de meia anata à Ordem de 18.000 réis. O benefício curado da igreja matriz da vila de Mértola de futura sucessão tinha de mantimento 3.333 réis, quarenta alqueires de trigo, e moio e meio de cevada e a quarta parte do pé de altar, e paga de meia anata à Ordem 6.208 réis. A capela curada de São Martinho do termo de Alcácer do Sal tinha de mantimento 10.000 réis em dinheiro, três moios de trigo, e moio e meio de cevada, e pagava de meia anata à Ordem 22.850 réis. A capela curada de Nossa Senhora da Piedade do lugar de Odeceixe era paga pelos fregueses e lhe faziam a sua côngrua de dois alqueires de trigo um coagulado e outro rasado, que perfaziam três moios de trigo. Dava mais cada fogo um alqueire de cevada, meio alqueire coagulado e meio alqueire rasado, o que dava moio e meio de cevada, 45 alqueires coagulados e 45 rasados. Esta Capela tinha cerca de 90 fogos.

⁷³ Cf. ANTT, MCO, liv.179, fls. 14-14v.

⁷⁴ Cf. *ibidem*, fls. 20 e 24-24v.

já que era ele a pegar na cavalgada e a ir levar a extrema unção aos doentes⁷⁵. Aquando da morte do aposentado, o provido na futura sucessão apresentava a certidão de óbito e uma petição para que lhe passassem o alvará em seu nome e com o vencimento por inteiro de toda a cõngrua do defunto. Assim fez o fr. Manuel António do Souto, professo na Ordem de Avis. Para o efeito, apresentou o conhecimento de como já tinha pago a meia anata que devia satisfazer do referido priorado⁷⁶. Nem sempre o sacerdote em futura sucessão aguardava pela vitaliciedade do seu lugar na igreja onde estava. Podia, entretanto, ser promovido ou opor-se a outro benefício ou priorado que estivessem vagos⁷⁷.

Para manifestar o interesse numa desistência, era produzida uma petição com a assinatura do suplicante. Em seguida, pedia-se a confirmação da letra e do sinal do signatário⁷⁸. A desistência traduzia-se num acto de livre iniciativa, tomado pelo próprio abdicante, em que requeria o seu afastamento do lugar que ocupava e que este, por sua vez, fosse provido noutro indivíduo. Caso prescindissem de uma pensão, teriam de possuir património suficiente com que pudessem sustentar-se de forma honrada no estado sacerdotal. Era imperativo viver decentemente com o hábito⁷⁹. Disso fazia prova o juiz da Ordem da comarca com o seu parecer e documentos que apresentava em resposta ao pedido de informação que lhe era dirigido. Contudo, de acordo com o estatuto da Ordem de Avis, a desistência de um benefício forçava também à do hábito quando se havia tomado a título daquele⁸⁰. Foram muitos os que obtiveram o hábito através de um benefício. Em 1804, Manuel de Ataíde Azevedo e Brito, freire conventual da Ordem de Santiago e prior na matriz de Loulé, pediu demissão do mesmo priorado. Em 1812, pediu licença para se recolher no seu convento⁸¹.

A petição dava lugar ao respectivo termo, escrito na correlata secretaria, assinado pelo suplicante e pelo oficial daquela unidade orgânica⁸². Também o

⁷⁵ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 184, n.º 5. Em 1795, na aposentação do fr. Lino da Silva Ribeiro, na capela curada de Santo António do Couço, no termo de Benavente, ficou vencendo metade da cõngrua, isto é, do trigo e dinheiro. A outra metade e a cevada por inteira ficou para o coadjutor e futuro sucessor. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 397, mç. 152.

⁷⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150.

⁷⁷ Cf. *ibidem*.

⁷⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124 e ANTT, MCO, OA, cx. 244, mç. 14.

⁷⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 120.

⁸⁰ Cf. *ibidem*.

⁸¹ Cf. ANTT, MR, mç. 415, cx. 520, mct. 2.

⁸² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124.

podia fazer perante o juiz da Ordem da comarca, cujo termo era feito pelo escrivão da Ordem, assinado pelo suplicante, pelo juiz da Ordem e por duas testemunhas⁸³. Neste documento referiam-se as circunstâncias da nomeação de quem agora resignava, ou seja, como se concedera o seu provimento. Passava-se a esclarecer os motivos para o afastamento. As questões de saúde ou da idade prevaleciam. Cabia ao rei aceitar a desistência de um benefício, fundamentando a sua decisão a partir do termo e da consulta, para se prover em outro sujeito que o servisse eximamente. Em alguns casos subsistia a dúvida entre uma renúncia ou uma ausência mais prolongada do provido, sobretudo nas idas às suas terras de origem. Nesta última circunstância, eram notificados os incautos para que, no prazo de um mês, tornassem a residir nas suas igrejas ou apresentassem a respectiva desistência. Para tal, ordenava-se a um pároco para participar a intimação. Neste âmbito, estabelecia-se uma série de comunicações, por cartas. O juiz da Ordem da Comarca dava conta dos factos⁸⁴. Não havendo regresso ou qualquer resposta, invocava-se a vacatura.

A desistência podia converter-se numa troca. Em 1765, o padre Bernardo de Faria Pessanha, professo na Ordem de Santiago, requereu a desistência do priorado da igreja matriz da vila de Coima. Atendendo à pobreza em que se achava, às virtudes e instrução, pediu que fosse apresentado em dois benefícios simples que se achassem vagos na referida Ordem. Para efectuar a equivalência entre o priorado e os benefícios expediu-se uma lista da lotação e rendimento do dito priorado e de seis benefícios que estavam vagos. Pelas suas qualidades recebeu a mercê dos benefícios simples da igreja de Santa Maria, da vila de Palmela, e da igreja matriz da vila de Ferreira⁸⁵.

⁸³ Cf. ANTT, MCO, liv. 189.

⁸⁴ Cf. *ibidem*.

⁸⁵ Cf. ANTT, MR, liv. 366, fls. 76v.-77. O priorado da igreja matriz da vila de Coima tinha de mantimento 20.000 réis em dinheiro, dois moios de trigo, duas pipas de vinho e o pé de altar pagava de meia anata 24.000 réis. Cada um dos dois benefícios simples da igreja matriz da vila de Sesimbra tinha de mantimento 10.000 réis em dinheiro e dois moios de trigo, pagando de meia anata 15.000 réis. O benefício simples da igreja matriz da vila de Ferreira tinha de mantimento 8.000 réis em dinheiro, dois moios de trigo e pagava de meia anata 13.000 réis. O benefício simples da Igreja Matriz da vila de Mértola tinha de mantimento dez mil réis em dinheiro, e dois moios de trigo, e pagava de meia anata 12.000 réis. O benefício simples da igreja de Santa Maria da vila de Palmela tinha de mantimento 11.370 réis em dinheiro e três moios de trigo. Pagava de meia anata 19.000 réis. O benefício simples da igreja de Santiago da vila de Almada tinha mantimento em dízimos e pagava de meia anata 15.000 réis.

Podia haver, ainda, a permuta, materializada através de um escrito, que juntavam, sobre a convenção, desde que fosse de *igual a igual, de igual rendimento um do outro*, da mesma Ordem e natureza de curados⁸⁶. Caso contrário, a troca podia não ser considerada lícita e válida. Não bastava os aspirantes sustentarem a tese de que a troca contribuía para melhor servir a Deus, à Igreja e às almas dos seus fregueses sob chavões idolatrados de que ficariam melhor remediadas as igrejas em causa. Este era o método muito utilizado para obter o sucesso das suas pretensões. Os motivos pessoais e familiares também podiam constar no rol dos argumentos⁸⁷. A assistência aos pais decrépitos, às irmãs donzelas e aos irmãos menores constituía uma preocupação sobrevalorizada. Em 1726, os padres fr. António Franco Pais, beneficiado curado na matriz da vila de Borba, e fr. José Barreto da Silveira, beneficiado na matriz da vila de Benavente, ambos freires professores da Ordem de Avis, tinham razões para permutarem. O primeiro fora aconselhado pelos médicos a mudar de clima pela pouca saúde que tinha e o segundo porque ficaria a quatro léguas junto da sua *pátria*, onde tinha mãe e avó, ambas viúvas, as quais necessitavam muito do seu amparo⁸⁸. Agia-se em nome de uma melhor comodidade e conveniência no exercício das suas obrigações. Não se admitiam outros interesses ou até pactos entre os visados. Os casos eram analisados a miúdo. Não era para menos. Evitavam-se prejuízos para as igrejas, quando estas, por concurso, poderiam ficar melhor providas. A escolha por via de opositores oferecia maiores probabilidades de êxito, assumida pelo crivo da Mesa e do mestre das Ordens.

⁸⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 60. Mesmo que não fosse assim exactamente analisavam-se as *nuances* dos alvos da permuta. Sobre a permuta de duas tesourarias referiu o juiz da Ordem da comarca de Estremoz que para a permuta ser boa *há-de ser de igual a igual, e a de Benavente tenha mais trinta alqueires de trigo. Contudo muito recompensada fica uma com a outra, em razão do número dos fregueses que a de Santo André passa de mil fogos, e a de Benavente não chega a quinhentos, por onde naquela há mais baptizados*. Os priores do Alandroal e Rio Maior apresentaram uma petição para uma troca. Para além de pretenderem estar mais próximos das suas *pátrias*, pretendiam evitar *algumas emulações que cada um dos suplicantes tem com alguns fregueses*. No documento, referiram, desde logo, a igualdade no rendimento de ambos, embora com algumas diferenças que evocaram. Segundo o juiz da Ordem da comarca, o priorado de Rio Maior era mais diminuto em mantimentos que tinha de ordenado, mas tinha a tesouraria anexa e casas de residência e, por isso, considerou que ficava igual. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 273, mç. 38.

⁸⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 184, fls. 8-8v.

⁸⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 184, fls. 118-120.

Os envolvidos na permuta pediam licença, numa única petição, lavrada em conjunto, para que o intento fosse a avante. Ambos firmavam por seu próprio punho o requerimento. A seguir eram reconhecidas as assinaturas dos permutantes. Pedia-se depois um parecer aos juízes das comarcas dos distritos⁸⁹ ou provedores das comarcas correspondentes a cada um dos permutantes, a partir do sumário de testemunhas que enviavam⁹⁰. Em seguida, dava-se vista ao procurador geral das Ordens. Importa referir que, para efectuar uma troca, era necessário estar professo e na posse do seu benefício.

A permuta podia consistir num estratagema. Opunha-se a um lugar para depois se permutar e alcançar assim o lugar ambicionado. Por exemplo, o fr. Amador de Melo tentou logo uma permuta assim que foi provido e ainda antes de ser colado⁹¹.

Nas situações de morte do último possuidor de um benefício expunha-se a certidão de óbito⁹². Este era o documento exigido para confirmar o falecimento e iniciar, por conseguinte, as diligências da vacância. Recorria-se aos livros dos óbitos, também denominados livros de defuntos⁹³. Interessa ressaltar que os párocos eram essenciais para comprovar essas informações. Podiam ser contactados através de uma portaria régia para que informassem acerca do falecimento de um eclesiástico. Era o desencadear de várias diligências que se seguiam⁹⁴.

O falecimento podia fazer surtir uma encomendação. Nomeava-se logo, por exemplo, para encomendado numa igreja, por carta produzida interinamente. Faltava ser confirmada pelo tribunal das Ordens. Nem estava autorizado a receber a cômgrua correspondente, sem ordem expressa do soberano, expedida pela Mesa da Consciência⁹⁵. Mandava-se passar a provisão dessa

⁸⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 343, mç. 99.

⁹⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 184, fls. 100-101.

⁹¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 343, mç. 99.

⁹² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150.

⁹³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 264, mç. 29.

⁹⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2.

⁹⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 428, mç. 181. Em 1819, o clérigo João José Lázaro, presbítero secular da cidade de Faro, era encomendado na capelania curada da igreja paroquial de Nossa Senhora da Esperança do lugar de Paderne, termo de Albufeira. Pediu que lhe pagassem a cômgrua e que a mesma lhe fosse continuada enquanto se conservasse na encomendação da igreja. Referiu que a cômgrua consistia em 140 alqueires de trigo, 105 de cevada, 15.000 réis em dinheiro e *não pode por modo algum ser suficiente para a sustentação e tratamento decente de um pároco com domésticos e cavalgadas*.

encomendação e em cumprimento dela tomava-se posse. Era uma alternativa enquanto não fosse provida a igreja de um proprietário, considerada a urgência de um sacerdote numa igreja⁹⁶. Frei Caetano José da Rocha era juiz da Ordem da comarca de Benavente e, por falecimento do prior da igreja matriz da vila de Alcanede, deu conta ao monarca, através do tribunal das Ordens, que nomeava logo para encomendado dessa igreja o frei António Ferreira da Ponte. O tribunal mandou passar a provisão da encomendação e em cumprimento dela tomou posse. Mas, ao mesmo tempo, o padre Luís Pedro, clérigo do hábito de São Pedro, familiar do prior defunto que, aliás, já tinha servido de beneficiado encomendado na mesma igreja, recorreu ao Ordinário e este concedeu-lhe também a encomendação do priorado⁹⁷.

Podia-se também propor a criação de um benefício, alegando razões válidas. Assim fez, em 1744, frei João Rodrigues Formoso, freire professo da Ordem de Avis e prior da igreja de São Bartolomeu da vila de Borba. Pediu a criação de um benefício curado na sua igreja. Já o tinha feito há 12 anos e, nesse sentido, inclusive, pedira-se informações sobre o seu requerimento, mas este perdera-se. Em ambas as situações utilizou os mesmos argumentos. Isto é, ser uma freguesia numerosa, excedendo em muito os 300 fogos e mais de 2000 *peças de sacramento*. Por esta razão era difícil a administração dos sacramentos e a orientação espiritual das suas ovelhas por não ter um beneficiado que o ajudasse e suprisse as suas vezes em ocasiões de impedimento. Pediu-se ao juiz da Ordem daquela comarca que informasse com o seu parecer. Era uma forma de averiguar se o requerimento apresentado merecia ser deferido. Também se mandou ao contador do mestrado da ordem de Avis, por estar a comenda vaga, que informasse com o seu parecer. O procurador geral das Ordens foi outro dos intervenientes no processo, dando-se vista ao mesmo. Este, por sua vez, mandou que o juiz da ordem informasse de novo, ouvindo-se o prior da igreja matriz acerca da utilidade do benefício. Também o provedor da comarca de Évora participou no processo, declarando os fogos que compunham aquela freguesia. Para além disso, levou a cabo um sumário de testemunhas, onde demonstrou que a igreja de São Bartolomeu era a melhor da vila de Borba, na observância do culto divino com maior decência.

⁹⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 375, mç. 130.

⁹⁷ Cf. ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mç. 244, cx. 918.

Encontrava-se *adornada de um novo e sumptuoso edifício feito à custa da confraria* do mesmo santo dotado com mais de 1000 cruzados de renda. Tudo isso contribuía para que os fiéis preferissem esta igreja em detrimento da matriz. Para além do sumário, o provedor remeteu ainda certidões do número de fogos e de *pessoas de sacramento* dessa igreja e da matriz para uma análise comparada. Deu-se novamente vista ao procurador geral das Ordens, que se conformou com a necessidade de criar o benefício, referindo, porém, que, se a comenda tivesse já comendador encartado também deveria ser ouvido. Em suma, foram vários os trâmites e os intervenientes até ao parecer da Mesa. O tribunal foi favorável à criação do benefício curado na igreja, pago pelo rendimento da comenda da vila de Borba, na mesma forma que eram os benefícios da matriz⁹⁸.

Em 1767, os moradores da praia de Monte Gordo e da vila de Santo António de Arenilha, pertencentes ao bispado do Algarve, da Ordem de Cristo, requereram a mercê de poderem ter um pároco próprio, em separação da freguesia da vila de Castro Marim. Sobre esta matéria informou o provedor da comarca de Tavira que se deferisse aos suplicantes, mandando pôr a concurso o priorado. Demonstrou que havia grande necessidade da administração dos sacramentos na dita vila e praia. Adiantou que os povos poderiam sustentar o pároco que pediam, aplicando para esta subsistência o mesmo que davam aos padres de Santo António da cidade de Tavira. Isto é, cada fogo dava um tanto e as embarcações de pescar cada uma dava 1.200 réis nos meses de Agosto a Janeiro e fora deles se quisessem missa fariam novo ajuste com esses padres. Um dos motivos para a necessidade de ter um pároco era o facto de muitas pessoas falecerem sem a administração dos sacramentos. No parecer da Mesa das Ordens era de conceder aos suplicantes a licença para que a igreja de Nossa Senhora das Dores, já construída, tivesse um pároco. Na resolução régia ficou explícito que os suplicantes deviam ser obrigados a darem ao novo pároco, além do pé de altar, o mesmo que davam aos religiosos capuchos do convento da cidade de Tavira⁹⁹.

Em 1807, a paróquia do padre Manuel José Gomes, reitor da comenda de Merelim, pertencente à Ordem de Cristo, compreendia mais de 500 pessoas.

⁹⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 11, fls. 336-338.

⁹⁹ Cf. ANTT, MR, liv. 366, fls. 129v.-130.

Segundo este pároco, não podia acudir sozinho à administração dos sacramentos aos seus fregueses, porque além das distâncias, era grande a falta de sacerdotes para o ajudarem. Pediu a criação de um curato. Talvez a contragosto. Isto porque, muitas vezes, recebia os visitantes e estes ordenavam-lhe que requeresse a criação de um curato. Numa dessas visitas, em tom ameaçador, ultimaram-lhe que pedisse um cura, no termo de 30 dias, sob pena de ser suspenso. O seu pedido foi escusado¹⁰⁰.

O prior mor do convento podia propor em capítulo a vacatura de um benefício. Na impossibilidade do prior mor, este delegava no presidente do convento¹⁰¹. Perguntava, entre os freires, se havia quem quisesse ser opositor para se proceder à eleição. Candidatando-se um freire conventual, tomavam-se-lhe os votos da comunidade¹⁰². Para esse efeito, votava-se de acordo com o disposto na definição para que concorresse com os requisitos necessários¹⁰³.

No caso da tesouraria vaga de uma igreja, redigia-se uma petição dirigida ao mestre das Ordens a pedir o seu provimento. Podia ser um sacerdote da localidade a fazê-lo¹⁰⁴. Era expedida uma provisão ou um aviso para que se informasse se existia algum moço das hospedarias que a pretendesse. Cabia ao prior geral da Ordem e do convento ser o destinatário da provisão ou aviso. No definitório de Avis, as tesourarias eram para os moços das hospedarias pelos reconhecidos serviços que prestavam. Em 1767, referiu-se que era justo que os moços dos conventos de Avis e Palmela fossem preferidos para a propriedade das tesourarias das Ordens, assim como também para o mestrado de Cristo os moços chamados fidalgos do convento de Tomar e que nele serviam a Igreja¹⁰⁵.

Em 1768, numa provisão, D. José informava ao presidente geral do convento de Tomar que havia resolvido em consulta do tribunal das Ordens, feita pela secretaria da Ordem de Avis, em 1767, que para as propriedades e serventias das tesourarias da Ordem preferissem os moços fidalgos desse

¹⁰⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 4, mct. 6. *Vide também a criação de um cura para a igreja de Santiago de Caldelas, comenda da Ordem de Cristo. Para o provedor da comarca era indubitável a necessidade da criação de que se tratava, por ser freguesia populosa e extensa, com lugares em distância de meia légua, por caminhos montuosos, e interceptados por abundância de águas no Inverno.* ANTT, MR, liv. 370, fl. 83.

¹⁰¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 279, mç. 43.

¹⁰² Cf. ANTT, MCO, liv. 120.

¹⁰³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 279, mç. 43.

¹⁰⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 242, mç. 12.

¹⁰⁵ Cf. ANTT, MR, liv. 366, fls. 136v.-138.

convento. Estes poderiam requerê-las, estando vagas, com preferência a outro qualquer serventuário, dando a terça parte aos proprietários¹⁰⁶.

Afixava-se o edital no convento, na porta do tribunal, nas das igrejas, nos lugares públicos da comarca respectiva e dentro dos dias prefixos os interessados *davam o seu nome*¹⁰⁷. Em 1826, era de 30 dias¹⁰⁸. Assumia-se assim abertamente o *concurso público geral*¹⁰⁹. No prazo determinado eram remetidos os requerimentos acompanhados de outros documentos ao tribunal das Ordens. Para muitos, a carreira começava pela entrada no convento respectivo como moço das hospedarias e depois na tesouraria de uma igreja. O tesoureiro proprietário podia obter do mestre das Ordens a faculdade de nomear um serventuário¹¹⁰. A obtenção da mercê de um benefício podia vir após uma carreira já preenchida e de muitos anos ao serviço da religião.

Joaquim Leite Homem de Magalhães, freire conventual da Ordem de Avis, prior da igreja matriz de Benavente, era também juiz da Ordem. Já servia o mestrado há mais de 34 anos. No convento, ocupou todos os ofícios dele, como celeireiro, comendatário, mestre de noviços e presidente. Depois saiu do convento para a igreja matriz de Benavente e juizado da Ordem que exercitava há 20 anos¹¹¹. Fr. Luís Graces Palha, freire conventual de Avis, serviu os ofícios de enfermeiro mor, celeireiro, hospedeiro e porteiro. Cerca de 1694, pretendeu o priorado de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa¹¹².

¹⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12, fls. 53v.-54.

¹⁰⁷ *Dar o nome* era uma fórmula muito utilizada neste procedimento. Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

¹⁰⁸ Cf. *ibidem*.

¹⁰⁹ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 250, n.º 1.

¹¹⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 406, mç. 161.

¹¹¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 411, mç. 164. Os deputados da Mesa não tiveram dúvidas sobre a sua preferência pelo fr. Joaquim Leite Homem de Magalhães, na consulta que elaboraram, *pelo procedimento e serviços que com grandes trabalhos e muitas despesas se tem empregado em benefício da Ordem em grande utilidade da mesma*. ANTT, MCO, OA, cx. 343, mç. 99. É interessante acompanhar o trajecto deste clérigo através dos documentos, quer em processos em que foi opositor, quer na documentação que produziu enquanto juiz da Ordem da comarca. É possível recolher informações sobre as intrigas de que foi alvo e sobre a vacatura do priorado da igreja Matriz de Benavente e juizado da Ordem em consequência do seu falecimento. Cf. ANTT, MR, mç. 452, cx. 566, ANTT, MCO, OA, cx. 390, mç. 145, ANTT, MCO, OA, cx. 405, mç. 160, ANTT, MCO, OA, cx. 407, mç. 161, ANTT, MCO, OA, cx. 417, mç. 170.

¹¹² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 261, mç. 27.

4.4. O início do processo

O tribunal geria a informação dos *negócios* das igrejas e benefícios em todas as suas tramitações, produzindo os documentos a partir das instruções do monarca. Assim eram os editais, emanados pelo soberano através do tribunal das Ordens que os emitia. Em 1829, acusava-se o elevado número de editais afixados, anualmente, na porta do tribunal, para o provimento das igrejas, capelas e benefícios da Ordem Militar de S. Bento de Avis¹¹³. Mandaram-se imprimir, na oficina régia, 300 editais para os benefícios que se pusessem a concurso para os freires conventuais e outros 300 para os freires e presbíteros seculares, de acordo com formato dado por cada uma das secretarias, a cada uma das quais se distribuíram 100 exemplares¹¹⁴.

A provisão régia ordenava a um interlocutor em específico que pregasse os *editais da vacatura*, também chamados *editais de chamamento dos opositores*¹¹⁵ e *editais da notícia*, para pôr o lugar a concurso. Os juizes das Ordens eram os responsáveis pela divulgação do documento na sua área de jurisdição, pertencendo a outra comarca já não o faziam¹¹⁶. Aqueles, por sua vez, podiam remeter os editais aos párocos da igreja em causa. Eram afixados em locais públicos, incluindo na porta do tribunal das Ordens, no Paço, para anunciar a vacatura. Mesmo sendo um provimento de recorte periférico, o edital era colocado na Mesa das Ordens. Não é de estranhar porque era o local onde se iniciava o processo. A avaliar por algumas candidaturas que apenas mencionam a porta do tribunal pode parecer que terá sido o único local de afixação. Mas não, também se punham nas várias localidades onde vagavam os benefícios, nas portas das igrejas. Note-se que a conservação dos editais era uma preocupação por parte das Ordens Militares, visto que alguns eram arrancados do seu sítio, bem antes do término da sua validade¹¹⁷.

¹¹³ Cf. BN, cód. 10323, fls. 25v.-26. Duplicavam-se os editais em função de serem para os freires conventuais e para os professores. Tinham um formulário pré-definido, um texto universal, onde apenas se alterava o nome da igreja, capela ou benefício. Em 1829, António Maria de Melo Azevedo Coutinho Gentil propôs que se imprimisse um número suficiente de editais com os espaços necessários para depois se preencherem.

¹¹⁴ Cf. *ibidem*, fls. 25v.-26 e 32v.-33.

¹¹⁵ Vide ANTT, MNEJ, mç. 410, mct. 5.

¹¹⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

¹¹⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 410, mct. 5.

Registava-se em livro próprio o local do concurso, a data de cada afixação e os respectivos prazos de vigência.

A partir do edital os opositores tomavam conhecimento do concurso e apresentavam as suas pretensões no correr da afixação do edital. As candidaturas eram aceites no prazo estipulado, a contar da data da sua publicação em édito. Findo o respectivo prazo de candidatura, desafixava-se o edital. Os termos eram determinantes. Só se podia concorrer durante o período convencionado para a entrega da candidatura. Fr. Joaquim José Segurado, beneficiado da Matriz de Benavila, fez a viagem, por mar, até Lisboa, a uma distância de 28 léguas, no meio de uma tempestade que o atrasou na apresentação da sua proposta. Chegou num domingo, após findar a data limite do edital. Contestou o facto de os prazos não poderem terminar, nem principiar num domingo. Por fim, conseguiu ser admitido na oposição¹¹⁸.

No edital declarava-se o termo de apresentação dos requerimentos. Assim sendo, os candidatos tinham de se opor, impreterivelmente, no tempo dos éditos, sob pena de não serem consideradas válidas as suas propostas. Mesmo expirado o tempo estipulado, por vezes havia quem tentasse a sua sorte. Na verdade, existiam excepções à regra. Eram justificadas as oposições fora do tempo por escusa de ignorância, ausência, impedimento de doença ou outro motivo considerado legítimo. Nos inícios do século XVIII, frei António Mendes Falcato contestou a provisão do padre fr. Manuel Garcia, já nomeado para prior da igreja de Sousel, pertencente à Ordem de Avis. Também ele concorrera para o dito priorado, mas dentro do período de vigência do edital, o que não acontecera com Manuel Garcia. Por isso, considerava nula a nomeação deste pela não observância dos prazos impostos. Pôs embargos ao provimento, conseguindo a revogação da sentença¹¹⁹.

Para comprovar a publicação e a afixação do édito era lavrada uma certidão pelo escrivão do juízo correspondente. Remetiam-se para a Mesa da Consciência¹²⁰ as provisões e as certidões com a conta do juiz da Ordem da comarca, de que se cumprira a provisão¹²¹. O édito constituía, assim, o veículo

¹¹⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

¹¹⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

¹²⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150.

¹²¹ Também descrita como *conta de que se afixara o edital, conta sobre a vacatura*.

que noticiava a vacatura junto da comunidade eclesiástica. Nos conventos, chegava a carta em nome do mestre das Ordens, assinada pelo presidente e deputados da Mesa¹²².

O concurso tinha início com o edital de 20 dias¹²³ para os freires conventuais e, não comparecendo estes, afixava-se, seguidamente, um outro para os freires não conventuais. Na falta destes, apresentava-se outro edital, agora para os clérigos seculares do hábito de São Pedro que estivessem habilitados no número¹²⁴. Esta era a sequência dada para a tipologia do concorrente alvo. De nada valia ao candidato que não era conventual apresentar antecipadamente a petição quando o mesmo não se enquadrava no teor do edital¹²⁵. Face ao referido, em primeiro lugar, estavam os freires conventuais, em segundo, os freires professos e, por fim, os eclesiásticos de São Pedro. Desta sorte resultava que alguns concursos ficavam sem efeito nos dois primeiros editais por falta de opositores com os requisitos exigidos. Neste sentido, acabavam por ser preenchidos por clérigos seculares. Era uma alternativa forçada para que as igrejas não ficassem sem sacerdotes. Desta feita, impunha-se-lhes a obrigação de professarem logo na Ordem respectiva a que pertencessem as igrejas em que fossem providos¹²⁶. No entanto, o facto de não ser vinculado a nenhuma Ordem Militar não significava não se ter prestado até à data, ocasional ou regularmente, serviços às milícias. Alguns seculares mencionavam o desempenho de longos e bons serviços. Em uma consulta de 1730, a Mesa referiu que os freires conventuais de Santiago alcançaram a sentença para que os freires somente professos não concorressem com eles às igrejas e benefícios vagos. O mesmo se observava nos freires de Avis¹²⁷. Não eram bem vistos os que tivessem sido professos em alguma religião fora das Ordens Militares. Ao que parece, não foram poucos os egressos de outras filiações, autorizados a mudar de hábito, que entraram nas milícias militares. Em

¹²² Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. LX.

¹²³ Também existiam editais com validade de 10 e 30 dias. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 449, mç. 202 e ANTT, MCO, liv. 207, fls. 28v.-29.

¹²⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

¹²⁵ Cf. ANTT, MR, liv. 369, fl. 232v. Assim fez o padre Joaquim António de Lima, beneficiado curado na matriz de Loulé, que pediu para ser provido na futura sucessão da vigairaria da igreja de S. Lourenço da cidade de Portalegre, da Ordem de Santiago. Porém, para o procurador geral das Ordens e para a Mesa, o requerimento do suplicante só teria efeito se não houvesse conventuais interessados naquele benefício.

¹²⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 37.

¹²⁷ ANTT, MCO, liv. 59.

1794, o juiz da Ordem, António José Guião expressou a sua opinião sobre esta matéria. Diga-se, que este agente veio a fazê-lo em vários documentos, menosprezando egressos, descendentes de oficiais mecânicos e dispensados em geral.

*(...) sempre se oporá o meu parecer pelo convencimento em que estou de que as Ordens Militares longe de receberem Lustre com a introdução de Egressos, recebem sensivelmente detrimento pelas inovações que esta espécie de indivíduos pretende fazer, e que traz do Claustro donde de ordinário sai em consequência de não querer sujeitar-se às saudáveis e pias disposições de seus Instituidores, e por ver que os seus Prelados lhe não consentem o viver em uma escandalosa Libertinagem*¹²⁸.

No ano seguinte, afirmou que emitira o mesmo parecer, repetidas vezes, no tribunal, persuadido de que as Ordens Militares se achavam *em bastante abatimento com a introdução de dispensados que longe de honrar as Ordens, as vem deslustrar, pela maior parte com os seus procedimentos*. Para o deputado D. Francisco de Almeida, a causa do abatimento em que se achavam as Ordens não se devia à introdução destes dispensados. Apontou algumas razões, como a ignorância do clero e a tenuidade dos benefícios das Ordens. Nesse mesmo processo, o procurador geral das Ordens não votou a favor do pedido de dispensa do suplicante, o padre Amândio José de Gouveia Leitão Rombo, do hábito de S. Pedro, por ter sido religioso do Carmo Calçado, de onde passou para o clero secular por Breve Apostólico e Real beneplácito. Segundo aquele, não fazia *grande conceito* destes egressos. A Mesa subscreveu o parecer do procurador¹²⁹. Em 1807, sobre o padre Joaquim de Santa Ana Soares, egresso da Congregação dos Agostinhos Descalços, que pretendia servir as igrejas das Ordens Militares, mencionou-se o quão nocivo era para as Ordens. Os definitórios encaravam a entrada de egressos como a ruína das Ordens, chegando mesmo a tirar o hábito aos que eram recebidos nelas ocultando a sua qualidade¹³⁰. Em 1821, António José Guião referiu que *nenhuma*

¹²⁸ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra V, mç. 6 (2.^a Parte), n.º 7.

¹²⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 8.

¹³⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 286, n.º 1.

*utilidade tem retirado do serviço de egressos, mas sim muitos males, porque deixando no Claustro as virtudes saem com espírito de fomentar partidos*¹³¹. *Este impedimento sempre tem sido até aqui considerado como uma barreira quase inacessível para a admissão (...) não tendo sido bons Religiosos na Religião em que professaram, mal poderão ser bons Freires. A ideia que eu formo de que de mau Mouro se não pode fazer bom Cristão, a aplico neste artigo aos Frades Egressos*¹³². O merecimento literário do candidato podia, *quiçá*, alterar este quadro pela sua utilidade a favor das Ordens¹³³. Já nos finais do século XIX, António José Guião apontava os males das habilitações, mesmo nos impedimentos de mecânica¹³⁴. Na sua opinião, as Ordens Militares também não tiravam qualquer utilidade nos descendentes de oficiais mecânicos¹³⁵. *Eu serei sempre contrário a semelhantes dispensas, pois estou persuadido que só poderiam ter lugar no único caso de relevante merecimento pessoal e porque por via de regra a experiência me tem mostrado que estes Dispensados ou por mal inclinados ou por defeito da má educação que tiveram são ruinosas ao regime das Ordens Militares*¹³⁶. (...) *a experiência está continuamente mostrando os males que resultam da habilitação de semelhantes sujeitos sem educação e que não cuidam senão em enfatuar-se e perverter o sossego das Igrejas em que por fortuna saem providas, à excepção daqueles que se ornaram de merecimentos tão distintos e provados que até interessa às Ordens o recebê-los*¹³⁷.

António José Guião deixou sempre bem clara a sua posição, no seu jeito frontal, nos vários pareceres que assinou, quanto às dispensas dos definitórios. Considerava serem mais prejudiciais do que úteis às Ordens. Era explícito o seu desagrado para com o desfecho de muitos processos com a conivência do monarca. Ao ponto de ele mesmo considerar que os defeitos podiam ser supridos, dando-se-lhes essa graça *a exemplo de infinitos que a tinham conseguido*. Isto porque o precedente já havia sido criado¹³⁸.

¹³¹ ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2. Vide também outro documento assinado por António José Guião sobre esta matéria, ANTT, MNEJ, mç. 286, n.º 1.

¹³² ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 53.

¹³³ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, n.º 2.

¹³⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 72.

¹³⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, n.º 82.

¹³⁶ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, n.º 139.

¹³⁷ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 72.

¹³⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra S, mç. 6 (2.ª Parte), n.º 11.

Francisco de Vasconcelos e Sande, presbítero do hábito de S. Pedro, mestre em artes e bacharel formado em teologia, opôs-se ao benefício vago da vila de Torrão. Fora colocado pelos examinadores em primeiro lugar. Todavia, os seus adversários objectaram-se, alegando que o mesmo havia sido afastado da Companhia de Jesus e que os estatutos das Ordens Militares proibiam a admissão de expulsos em concurso de benefícios. Mas, ao que parece, saíra da Companhia voluntariamente por razões de saúde, conforme provou por documentos entregues no tribunal. O juiz geral das Ordens, o doutor João de Oliveira Leite de Barros, na sua informação e parecer expôs que os definitórios da Ordem de Cristo, Ordem de Avis e os da Ordem de Santiago excluía dos concursos para benefícios *as pessoas que professassem em outra Religião e dela se saíssem ou os deitassem fora*. Porém, acrescentou que o definitório de Santiago patenteava alguma tolerância nestes casos quando existia eminência na pessoa que poderia ser *útil e de muito proveito à Ordem*. Interessava-lhe os indivíduos letrados e doutos *porque estes na censura de direito se reputavam mais aptos para a defenderem e servirem*. As pessoas doudas eram equiparadas a pessoas sublimes. Tanto o procurador geral das ordens como a Mesa partilharam da mesma opinião de que o soberano podia conceder a dispensa suplicada. Contudo, em 1750, não mereceu o deferimento. Só veio a conseguir o aval em 1754, por ocasião de outro requerimento que apresentou para ser freire conventual. Estava autorizado a entrar em concursos de igrejas de qualquer Ordem Militar e ainda aos dos lugares do convento de Palmela¹³⁹. Na verdade, o impedimento de ser religioso não oferecia grandes dilemas, mesmo no século antecedente. Em 1662, João Correia obteve a dispensa. Também fora religioso da Companhia de Jesus¹⁴⁰.

Os requisitos de admissão do candidato, como por exemplo, o não ter sido dispensado aquando da sua habilitação para entrar na Ordem, podia constar no edital da vacatura. Era a prova da nobreza de seus pais e avós. Em 1633, o tribunal das Ordens determinou, em despacho, que os editais, quando vagasse um priorado que tivesse anexado o cargo de juiz da Ordem da comarca,

¹³⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 70.

¹⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 25.

declarassem os graus que deveriam ter as pessoas que se podiam opor, graduados em canônes ou em teologia¹⁴¹.

O edital detalhava ainda os documentos indispensáveis à pretensão dos candidatos. Deviam apresentar a petição, a carta de ordens que provava estarem legitimamente ordenados, a sentença de habilitação, a carta de provisão, onde mencionava estarem professos na mesma Ordem e há quanto tempo, a atestação da prudência, vida e costumes do seu juiz da Ordem da comarca ou de um pároco¹⁴². Além destes documentos, D. José de Castro, prelado de Tomar, fez saber que exigia aos freires e aos que, na falta destes entravam no concurso, apresentassem as cartas das colações dos benefícios caso possuísssem certidão de residência, folhas corridas, aprovações para confessar e pregar e a certidão dos serviços prestados às Ordens. Tudo isto para ter um perfeito conhecimento das qualidades dos opositores, ao nível do seu procedimento, capacidade e préstimo¹⁴³. Estes eram os documentos que reuniam para o concurso.

Os candidatos, por via de uma petição, mandavam passar a folha corrida para o apuramento de eventuais culpas. Em jeito de registo criminal, na actualidade. O alvará de folha era produzido nos juízos das Ordens, nas dioceses e nos conventos. Os escrivães da Câmara Eclesiástica, dos juizados das Ordens e dos conventos pesquisavam nos seus cartórios a existência de culpas dos indivíduos. Assinavam unicamente com o apelido e, quando não tinham informação nos seus róis de culpados¹⁴⁴, escreviam a palavra *nada*. Por sua vez, o tabelião reconhecia as letras e os sinais dos escrivães, dando fé à informação¹⁴⁵. O prazo de validade da folha corrida, se ainda vigorasse, servia para mais do que uma oposição do candidato¹⁴⁶.

Ao todo podiam ser vários os apensos apresentados para fundamentar o discurso¹⁴⁷. Preocupavam-se, assim, em demonstrar o zelo e a total satisfação

¹⁴¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fl. 184 ou ANTT, MCO, cx. 642, fl. 56v.

¹⁴² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124.

¹⁴³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 410, mct. 5.

¹⁴⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

¹⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 424, mç. 177.

¹⁴⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

¹⁴⁷ Cf. *ibidem*. Fr. Bernardo da Costa Pimenta, formado em Direito Canónico, notário do Santo Ofício, freire professo da Ordem de São Bento de Avis, beneficiado na vila de Veiros, candidatou-se ao provimento da futura sucessão do priorado da Matriz de Santa Maria da vila de Estremoz, a que andava anexo o lugar de juiz da Ordem da comarca de Estremoz. Para a candidatura entregou as cartas de formatura, a carta de pregador, a atestação de procedimento enquanto

do seu ministério nas ocupações tidas ao longo dos seus percursos profissionais. Para além disso, terem vivido com exemplar procedimento, nunca culpados, alvos de nota em visitas, nem tão pouco dispensados de mecânica, o que tudo comprovavam pelas suas cartas, atestações e folhas corridas. Achavam-se, desta forma, capazes de serem admitidos nos concursos. Por vezes, era a palavra do opositor contra a das testemunhas das habilitações, no tocante à falta de nobreza e qualidade¹⁴⁸.

A não entrega de um documento exigido no edital não pressupunha necessariamente a exclusão da candidatura. Não tinha carácter eliminatório, apesar de alguns discursos o afirmarem. Até porque era considerado um requisito recomendável, por exemplo a entrega da atestação da prudência, vida e costumes¹⁴⁹. Na secretaria podia haver alguma resistência em aceitar, num primeiro momento, mas quase sempre o mestre das Ordens concedia a dispensa de apresentação dos documentos exigidos. O aval podia vir em resposta a um requerimento e a uma informação produzida pelo próprio secretário da repartição, que remetia o seu escrito para uma decisão superior¹⁵⁰. Os suplicantes deviam juntar os *papéis* em falta ou recorrer para a obtenção de uma dispensa. Em ambas as situações deviam fazê-lo durante o período do edital.

presbítero, a habilitação nas ordens sem dispensa, a sua profissão, a provisão do benefício de Juromenha, a carta de colação do mesmo benefício, a provisão da encomendação do priorado, a prova que serviu as ditas ocupações com suficiência, a atestação do juiz da Ordem, a carta de notário do Santo Ofício, as atestações de ter advogado nos auditórios de Vila Viçosa e as atestações do seu bom procedimento na vila de Veiros onde se achava, na altura, como beneficiado. Estes documentos foram devolvidos a pedido do fr. Bernardo da Costa Pimenta. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 368, mç. 123. Fr. Sebastião José de Faro e Andrade apresentou 16 documentos com a petição para se opor ao priorado da Igreja Matriz de Vila Viçosa. Entre eles, a título de exemplo, a certidão da sentença da habilitação, a certidão do hábito e profissão da Ordem, a carta de Ordens, a certidão da carta de colação do benefício de que estava de posse, a certidão da posse que tomou do dito benefício, a folha corrida no Juízo da Ordem da comarca de Estremoz, a folha corrida no Juízo Geral da Ordem, a certidão da residência passada pelo reverendo juiz da Ordem onde constava o serviço feito à mesma Ordem no decurso de vários anos, a atestação do reverendo Juiz da Ordem, da ciência, vida, costumes e exemplar procedimento do suplicante, a certidão dos livros de visitas como prova de não ser repreendido por falta alguma e de ser louvado pela satisfação dos seus desempenhos, a certidão de que no decurso de 22 para 23 anos satisfaz as suas obrigações e só por 4 vezes pediu licença e nas ocasiões em que o fez sempre *deixou superabundantes Ministros* que suprissem a sua falta, cujos nomes foram referidos na certidão. Para além destes documentos, constavam outros que foram mencionados num mapa. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 372, mç. 127.

¹⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 179, fls. 55-55v.

¹⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150.

¹⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

Quando tal não era possível, requeria-se mais tempo para conseguir reunir a documentação necessária¹⁵¹.

Cerca de 1773, o padre José Pereira Bravo opôs-se ao benefício da capela curada de Nossa Senhora da Piedade de Odeceixe, depois de fugir do aljube, no Algarve, para Lisboa. Na sua candidatura não apresentou a folha corrida e foi dispensado pela Mesa com o fundamento de se ter habilitado nas Ordens, havia pouco tempo, perante o juiz geral, em que devia ter juntado esse documento. Tratava-se de um curato no Arcebispado de Santarém. Por não haver outro opositor, foi dispensado, consultado e nomeado para o benefício. Nessa altura não chegara a tomar posse. Não tivera tempo suficiente. Apenas tomara o hábito muito apressadamente, a título do mesmo benefício. Para a Mesa, obtivera este privilégio com engano, dolo e fraude e, por isso, devia ser privado do benefício e do hábito. Na altura do relato já se encontrava preso na cadeia do Limoeiro, em Lisboa¹⁵². Ao padre José Martins da Silva, em 1784, suspendeu-se a pena de privação do hábito, restituído ao uso dele. Contudo, o mesmo já não se podia aplicar à restituição do benefício de Oledo por se achar provido com pároco nele colado. Teria de entrar num concurso de outro benefício da Ordem que, entretanto, vagasse. Saíra, assim, lesado e sem possibilidades de reverter, a seu favor, o resultado do processo. Em outro documento faz-se referência de que, mais tarde, fora castigado por mancebia, com reclusão no cárcere do convento de Tomar e que, por crimes de revoltoso, fora preso no Limoeiro, resultando a privação do benefício e do hábito. Passou a não poder concorrer a benefícios que ficassem a um raio de distância considerado próximo da igreja de Oledo¹⁵³. Em 1796, o padre António dos Santos Coelho pediu dispensa da folha corrida da sua naturalidade ou tempo para a apresentar, caso fosse obrigado. Era freire da Ordem de Avis e não queria, assim, entrar no concurso com os mais clérigos do hábito de S. Pedro. Tomou o hábito e professou a título de uma capela, pelo que se colou nela e tomou posse pela carta de colação também junta. Depois pediu a desistência da capela, que foi aceite, mas sem reserva do hábito. O suplicante apresentou várias *folhas corridas antigas e modernas, uma imensidade de atestações de pessoas de*

¹⁵¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 401, mç. 156.

¹⁵² Cf. ANTT, MR, liv. 367, fls. 54-55.

¹⁵³ Cf. ANTT, MR, liv. 368, fls. 103-104.

excepção maior do mesmo tempo. Para Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil, se o suplicante entrasse no concurso do benefício como freire excluiria os outros opositores, os clérigos seculares, não necessitando assim de dispensa, por ter todos os documentos requeridos no edital, mas a entrar como clérigo do hábito de S. Pedro faltava-lhe a folha da sua naturalidade e atestação do seu respectivo prelado. Embora o suplicante tivesse desistido do benefício e o rei autorizado a desistência, não desistiu também do hábito, nem o monarca o mandou privar dele como era necessário por o tomar a título da capela. Foi logo emitida uma portaria para mandar tirar o hábito da Ordem de Avis ao padre António dos Santos Coelho que o usava indevidamente¹⁵⁴.

Um edital podia contemplar em si a notícia do provimento de vários benefícios. E, por sua vez, o postulante podia candidatar-se a vários benefícios postos a concurso, numa só petição, colocando-os pela sua ordem de preferência¹⁵⁵. Em 1793, o padre Joaquim José Copeto, presbítero secular, opositor aos benefícios da Ordem de Avis que estavam a concurso, escolheu em primeiro lugar o de Benavente, em segundo o de Alter Pedroso, em terceiro o de Avis, em quarto o de Albufeira e, em último, a capela curada de Veiros¹⁵⁶. António José Marques, presbítero do hábito de S. Pedro da vila das Galveias, colocou as suas preferências pela seguinte ordem: o benefício da Matriz de Benavente, a capela curada de Santo Amaro de Veiros, o benefício de Alter Pedroso, a futura sucessão do outro benefício da Matriz de Avis e, por fim, a futura sucessão do Benefício da vila de Albufeira. Pediu para ser provido num deles com preferência pela ordem mencionada na petição¹⁵⁷.

Surgiam as oposições, no termo improrrogável, nas respectivas secretarias dos mestrados¹⁵⁸. Entregavam os seus papéis correntes na secretaria da Ordem em mão do respectivo escrivão da câmara. O *projecto de se opor* deslocava os aspirantes até à Corte¹⁵⁹. Quando estes não o podiam fazer, delegavam em outrem¹⁶⁰. A formalização das candidaturas era realizada mediante a entrega do requerimento para admissão ao concurso, devidamente

¹⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 401, mç. 156.

¹⁵⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124.

¹⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

¹⁵⁷ Cf. *ibidem*.

¹⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 402, mç. 157.

¹⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 342, mç. 98.

¹⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, liv.179, fls. 2 e 10v.

acompanhado das outras tipologias. Guardavam-se na secretaria para se juntar aos mais requerimentos que existissem e aos que poderiam, ainda, chegar¹⁶¹. Os freires conventuais, que estavam ainda no convento, entregavam a aprovação de quem fizesse as vezes do prior mor, que qualificava os seus requisitos. Os freires conventuais que se achavam fora do convento, a informação do mesmo prior mor, a carta de Ordens e as folhas corridas da comarca em que assistiam e do juiz geral das Ordens. Para além destes documentos, os freires conventuais que estavam fora do cenóbio, mas providos em igrejas ou benefícios, apresentavam também a carta de colação e as certidões de residência dos prelados ou ministros diocesanos e dos juizes das Ordens das respectivas comarcas. Em 1633, sobre o modo de proceder no provimento das igrejas e benefícios, o monarca ordenou que se pedisse sempre informação aos priores mores acerca das letras, das qualidades, da vida e dos costumes dos pretendentes e a que eles dessem se lhe enviassem originalmente com as consultas, ficando o traslado dela na Mesa da Consciência¹⁶². Sabe-se que se cumpria ainda este procedimento nos séculos XVIII e XIX¹⁶³. Em editais de 1824 e 1827, mencionou-se a entrega da documentação necessária para o processo, nas Ordens de Avis e Cristo. Faziam referência aos freires professos e aos sacerdotes do hábito de São Pedro. Já não eram editais distintos para chamadas em diferentes momentos? Os freires professos apresentavam as petições, as cartas de Ordens e de colação dos seus benefícios, as sentenças de habilitação, os alvarás de profissão, as certidões de residência, as folhas corridas das respectivas comarcas, dioceses e do juízo geral das três Ordens Militares, atestação de vida, prudência e costumes pelos juizes das suas comarcas e pelos prelados ou ministros diocesanos, a licença para confessar e pregar (que tinha um prazo de validade), as certidões de serviços feitos à Ordem ou ao convento dela, ou outro qualquer que declarasse o seu préstimo feito à Igreja ou à Ordem. Os clérigos do hábito de São Pedro apresentavam as cartas de Ordens, as sentenças de habilitação, as folhas corridas das suas dioceses, a atestação da sua prudência, vida e costumes, pelos prelados ou Ministros de suas respectivas dioceses, a licença para confessar e pregar, as certidões de

¹⁶¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 366, mç. 121.

¹⁶² Cf. ANTT, MCO, liv. 62, fls. 89-90v. e BN, cód. 9450.

¹⁶³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 403, mç. 158 e ANTT, MCO, OA, cx. 449, mç. 202.

serviços feitos à Ordem ou ao convento dela e em alguns curatos ou capelanias e outros documentos que qualificassem a sua aptidão¹⁶⁴. A entrega de documentos não se ficava pelo momento da candidatura. Depois, era na mesma secretaria do mestrado que o então provido apresentava a certidão da sua posse, no termo de dois meses contados a partir do dia da resolução do seu provimento.

Os candidatos *ofereciam-se por opositores*, apresentando a petição com argumentos para serem admitidos a exame. Para serem providos muniam-se de *autênticos e verídicos documentos*, os designados *papéis correntes*¹⁶⁵. No seu discurso, estavam convictos que possuíam os requisitos de admissão necessários. Era uma forma de demonstrar confiança nas suas competências. Se estivessem habilitados nas Ordens Militares faziam menção disso, e da antiguidade no hábito. Narravam que preenchiam as condições exigidas no edital e entregavam os seus *papéis correntes*. Nessa documentação faziam-se valer dos seus galões de forma a destacarem-se dos restantes pretendentes. No caso dos freires conventuais, se eram propostos pelo prior mor do convento com todos os votos da comunidade¹⁶⁶.

As trajectórias dos opositores eram vistas a “pente fino”, em conformidade com os documentos apensados. A informação entregue era analisada e confirmada nesse momento. Em algumas situações, por esta ocasião, surgiam dúvidas quanto ao ingresso dos suplicantes nos concursos. Nem sempre eram admitidos à oposição. Os secretários recusavam aceitar os documentos por faltarem outros¹⁶⁷, por juntar todos em pública forma e não originais¹⁶⁸ ou até pelo facto do candidato ser minorista¹⁶⁹. Cabia ao candidato apresentar uma petição dirigida ao mestre das Ordens para que mandasse o secretário da repartição receber os seus *papéis*, sem embargo da falta de algum documento. Só assim entraria no concurso, oferecendo os restantes documentos na forma

¹⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 449, mç. 202.

¹⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 407, mç. 161.

¹⁶⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 190.

¹⁶⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150 e ANTT, MCO, OA, cx. 400, mç. 155.

¹⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 396, mç. 151.

¹⁶⁹ Em 1792, Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil justificou que não aceitara a documentação de um candidato porque tinha indicações régias para não se admitirem minoristas às oposições dos benefícios das Ordens Militares e este era o procedimento observado há anos. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 389, mç. 144.

do edital¹⁷⁰. A recusa em aceitar os documentos podia também resultar de o prazo dos editais já ter expirado. Situação que se prendia, em alguns casos, às distâncias, às muitas léguas que separavam o domicílio da Corte e às intempéries. Nem sempre a súplica feita em petição era deferida. Para o concurso da capela de S. António de Alcôrrego, frei Francisco José Coelho apresentou os seus *papéis*, mas o secretário recusou aceitá-los. Por faltar a carta de colação da futura sucessão do benefício curado de Albufeira, a cujo título tomou o hábito, certidão de residência, folha corrida e atestação do juiz da Ordem. Explicou que, tomando o hábito, no convento de Avis, e querendo colar-se, lhe sobreveio uma doença numa perna de que ainda não se achava convalescido, de que fazia prova por certidão do cirurgião que juntou ao requerimento. Tal o impossibilitara de tomar posse do benefício de Albufeira, que ficava a 44 léguas da sua naturalidade. Em outra petição, referiu que, não tendo tomado posse do seu primeiro benefício, apenas podia juntar folha corrida da comarca de Avis e do juízo geral das Ordens, e como clérigo do hábito de S. Pedro tinha todos os seus *papéis correntes*. Estaria disposto a desistir da futura sucessão em que estava provido para entrar na oposição que pretendia. Ambos os pedidos foram indeferidos¹⁷¹.

4.5. As habilitações e as dispensas de impedimentos

Depois da entrega dos documentos ao secretário da repartição, em que este verificava se os mesmos cumpriam os prazos e os requisitos do edital, seguia-se o momento ditado pela aprovação ou reprovação no concurso através do despacho *oposto estando dentro do termo dos Editais*, ou simplesmente *oposto*.

Por determinação do decreto régio, passava-se à análise da petição e dos mais documentos entregues, como se tratasse de um *curriculum*, quanto a naturalidade, habilitações, experiência profissional, boa vida e costumes,

¹⁷⁰ As contendas entre os opositores e os funcionários da Mesa podiam ocorrer em qualquer fase do processo. Em 1669, frei Francisco Dias capelão da capela de São Bento do Ameixal foi examinado e aprovado para o benefício de S. André de Estremoz. No entanto, o secretário Bernardino de Sousa não lhe quis fazer a consulta. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 244, mç. 14.

¹⁷¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 370, mç. 125.

ingresso nas Ordens Militares, estar livre de crimes ou culpas¹⁷². Quando existia delito, pediam perdão das penas impostas na sentença. Cerca de 1804, o padre José Francisco da Costa Lobo, pároco na capela curada de São Sebastião da freguesia dos Cavaleiros pediu a mercê do priorado da igreja de São Clemente, de Loulé. Foi recusado. Segundo o procurador geral das Ordens, o requerimento era temerário e indeferível enquanto o suplicante não se justificasse do crime de que estava arguido, por sentença que o declarasse inocente¹⁷³. Em 1795, fr. João Ferreira, professo na Ordem de Avis e beneficiado cura na matriz de Estremoz, suplicou o perdão das penas impostas na sentença do seu livramento, seis anos de degredo para Castro Marim e inabilidade para exercer o ofício de distribuidor numa igreja. Obteve o alvará de perdão livre¹⁷⁴.

Para qualquer sacerdote do hábito de S. Pedro, que quisesse entrar no concurso, deveria ser alvo de habilitações de *genere*¹⁷⁵. Devia, previamente, realizar habilitações para receber a respectiva insígnia, provando a limpeza de sangue e de ofícios manuais¹⁷⁶. Eram as designadas provanças realizadas no juízo geral das Ordens a que pertenciam, diante do juiz. O requerimento do eclesiástico tramitava para o juízo.

No século XIX, para uma tesouraria vaga o juiz aguardava os pretendentes que não apareceram¹⁷⁷. Tratava-se de uma fase marcante na candidatura. Ansiava-se a habilitação para os benefícios e hábitos pelo juízo geral das três Ordens Militares. A sentença/despacho de habilitação no juízo geral das três Ordens militares representava um momento determinante no processo¹⁷⁸. O veredicto formulado pelo juiz, traduzido também numa *informação e parecer*¹⁷⁹, constituía uma base de apoio à decisão final. As informações recolhidas sobre as partes pessoais, limpeza de sangue e

¹⁷² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124.

¹⁷³ Cf. ANTT, MR, liv. 370, fl. 256.

¹⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 397, mç. 152.

¹⁷⁵ Cf. Fernanda Olival, "Os concursos destinados às capelanias da Ordem de Avis a sul do Tejo (1680-1689)", in *Actas do 2.º Encontro de História Regional e Local do distrito de Portalegre*, Lisboa, Associação de Professores de História, 1996, p. 234.

¹⁷⁶ Cf. Fernanda Olival, "O clero da Ordem de Avis na região alentejana (1680-1689): concursos e provimentos", in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura – Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999, p. 189.

¹⁷⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2, fls. 67v.-68.

¹⁷⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 61.

¹⁷⁹ Cf. ANTT, CG, MCO/Junta do Tabaco, mç. 244, cx. 918.

qualidade, de que resultavam os autos do sumário, eram depois remetidas ao escrivão de seu cargo¹⁸⁰.

Inquiriam-se as testemunhas, escolhidas dentro do núcleo das pessoas principais, que depunham a respeito do suplicante, na forma dos interrogatórios, nas terras de naturalidade dos avós e pais. Por exemplo, no inquérito do processo do padre António José Gomes Ribeiro, presbítero secular, indagaram-se 13 testemunhas¹⁸¹.

Os interrogatórios para os clérigos não eram tantos em comparação com os que se praticavam para os comendadores e para os cavaleiros. *Quando o Juiz das Ordens cometer as inquirições fora do lugar onde estiver as cometam ao Juiz da Ordem da comarca que as tire, quer seja em limite desta Ordem, quer de outra, e (não o havendo) aos vigários gerais dos Ordinários, se ali onde se forem fazer os houver; e quando os não haja, aos vigários da vara ou a quem à Mesa da Ordem parecer*¹⁸².

Proliferavam as diligências consoante o número de localidades a contactar. As preocupações incidiam com maior vigor sobre os inquéritos de cristã novice por parte do pai, mãe e de todos os quatro costados. Constituía matéria muito sensível em comparação com os impedimentos da falta de qualidade e nobreza. Por norma, estes predicados eram ultrapassados com maior desenvoltura administrativa. Havendo carência de sujeitos para servir os benefícios, até os juízes das Ordens apontavam a conveniência em dispensar nos impedimentos¹⁸³. Entretanto, quando não se conseguia provar ou ter notícias nos lugares indicados pelo suplicante, podia haver um despacho interlocutório. Neste, pedia-se que declarasse algum dado em falta, apresentasse uma certidão ou outro documento que resolvesse a tramitação¹⁸⁴.

¹⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 4.

¹⁸¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 62.

¹⁸² Regra da Ordem de Cristo, Parte 1, Título XIX, §XI, in *Definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de Cristo*, Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1746.

¹⁸³ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 20.

¹⁸⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, n.º 129. Em 1705, no processo do padre Nuno de Faria Castelo Branco, cura da freguesia de S. João Baptista, do termo da vila de Sousel, o juiz geral das Ordens proferiu um despacho interlocutório, pedindo ao suplicante que declarasse a naturalidade do seu avô paterno por não constar nas inquirições. No entanto, o candidato não pôde corresponder ao pedido, pelo facto do seu avô já ter falecido há mais de 80 anos e não haver na vila de Sousel pessoas que pudessem depor acerca da sua naturalidade. Pediu para ser dispensado na falta de notícia, alegando já estar habilitado para clérigo e que o seu pai Manuel Rodrigues Silveiro fora familiar do Santo Ofício e ser o suplicante das *mais*

Aquando de uma mácula, os candidatos procuravam lançar créditos nas suas gerações, enumerando clérigos, frades, juízes de fora nas suas redes familiares¹⁸⁵.

Cândido José Monteiro do Rego Abranches, sacerdote secular, viu a sentença das suas inquirições ser cassada, pelo que ficou sem habilitação durante anos. Isto porque se achou que o escrivão da habilitação do juízo de Tomar *tinha procedido com falta de integridade e exacção, sendo-lhe por esta e outras mais faltas formada culpa, e apreendidos papéis, e processos de seu Ofício*¹⁸⁶.

Os autos de diligências eram entregues ao juiz e podia ser este o portador dos mesmos, trazendo-os ao tribunal para serem vistos e despachados pelo presidente e pelos deputados da Mesa. Se, eventualmente, surgissem rumores de falta de pureza de sangue, após a aprovação do juiz geral, realizavam-se de novo as inquirições e efectuava-se outro depósito para os gastos das diligências. Desta vez, na Mesa da Consciência. O padre António Rodrigues Mouzinho foi habilitado pelo juiz e depois pela Mesa¹⁸⁷. Mas nem sempre era este o procedimento, porque as diligências podiam voltar a ser realizadas nas localidades¹⁸⁸.

O tribunal do juiz das ordens estava subordinado ao da Mesa da Consciência. A sentença de habilitação ou sentença do juízo tinha uma importância fulcral no processo. E quando o opositor apresentava depois uma petição para ser livrado de um eventual impedimento através de uma dispensa dos definitórios, pedia a Mesa uma informação e parecer ao juiz geral das Ordens. Note-se que, em casos de inimizade entre candidato e juiz da Ordem da mesma comarca, a Mesa aconselhava a nomeação do juiz da Ordem que ficasse mais próximo¹⁸⁹.

Em 1641, Simão Vaz da Corda obteve a mercê do benefício curado da igreja de Santo Aleixo, sito no termo da vila de Moura, Faustino de Castro a da capela de Santo Amaro, no termo da vila de Veiros, e Manuel Tavares a capela

principais famílias, quer da referida vila, quer das de Estremoz e Alandroal. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra N, mç. 6 (2.ª Parte), n.º 4.

¹⁸⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 17.

¹⁸⁶ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra C, mç. 3, n.º 6.

¹⁸⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 120.

¹⁸⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 17.

¹⁸⁹ Cf. ANTT, MR, liv. 369, fls. 142-142v.

de Saturninho. Eram clérigos do hábito de São Pedro. Pelos exames que fizeram e pela suficiência que tinham, apontava o sucesso dos seus processos na Ordem de Avis. Porém, fazendo-se-lhes as provanças, conforme as definições, constou serem cristãos velhos, sem raça alguma, mas que eram filhos de oficiais mecânicos. Por isso, entendeu o juiz geral das Ordens inabilitá-los. Não tardaram a pedir dispensa do impedimento que lhes resultara. Contudo, deu-se um *volte-face* nos seus processos ao mandar-se colocar novamente edital para recuperar os opositores da anterior chamada. Pretendia-se, desta forma, que apresentassem, no tribunal, a documentação relativa às suas qualidades, ou seja, se neles também concorria o mesmo defeito. Privilegiava-se, deste modo, a nobreza. Entretanto, ninguém concorreu. No parecer da Mesa, deviam ser dispensados no dito defeito para poderem receber o hábito da Ordem de Avis, a título dos benefícios de que foram agraciados, por serem clérigos, cristãos-velhos, os benefícios serem muito ténues e pelos exemplos de dispensa no mesmo impedimento em outros indivíduos. Não partilhava da mesma opinião o rei que pedia para se proverem os benefícios das Ordens Militares em pessoas nobres, que tivessem os atributos requeridos pelos estatutos. São prova disso os seus decretos de 1641 e 1642¹⁹⁰. Alguns dos votos dos deputados relembram essa posição de não dispensar¹⁹¹. Contudo, também foram providos clérigos pobres e com defeitos de mecânica com a concordância do juiz geral das Ordens, dos deputados e do rei¹⁹². Mas nem sempre a apreciação destes era unânime. Até a opinião dos ministros divergia. Numa consulta de 1651, uns defendiam que estes ofícios não deveriam constituir impedimento para *benefícios tão ténues como eram os das Ordens, e faz em favor disto os interrogatórios da Ordem de Cristo que não proíbem entrar na dita Ordem os clérigos que têm impedimento de mecânico, pois não manda perguntar por isso como manda aos cavaleiros*. Para outros, não existia uma coerência nas resoluções, acusando o rei de dispensar uns antes de serem providos, outros depois e a alguns indeferia. Solicitavam que agisse da mesma forma perante o

¹⁹⁰ ANTT, MCO, liv.179, fls. 2 e 10v.

¹⁹¹ Cf. *ibidem*, fls. 55-55v.

¹⁹² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra P, mç. 6 (2.^a Parte), n.º 3. Numa consulta de 1641, consta que é coisa muito dificultosa achar-se para *benefícios tão ténues clérigos que não tenham alguma parte de mecânico, que foi a razão porque depois das novas definições em que se ordenou que os que tivessem defeito de mecânico não pudessem receber o hábito, sem dispensação*. ANTT, MCO, liv.179, fls. 1-1v. e 11-11v.

ditame que consideravam não ser o mais importante no processo, *porque para as Igrejas serem bem servidas se há-de atender somente a serem cristãos-velhos, de boa vida e costumes, e terem ciência para exercitar o ofício de pároco que é o que convém para melhor serviço de Deus e de Vossa Majestade*. Ainda havia os que defendiam que não deveria dispensar no defeito de mecânica, *por ser em prejuízo dos que estão habilitados, se não quando constasse que foi só Opositor, e neste pretendente ainda tem mais força o sobredito porquanto se quer habilitar para a Ordem de Avis, cujo definitório tem expressa proibição de que não sejam admitidos à Ordem os mecânicos*¹⁹³.

Os filhos de oficiais mecânicos que nascessem após os seus pais terem adquirido a nobreza pelo foro de cavaleiro fidalgo não necessitavam de dispensação por direito¹⁹⁴.

A origem e a posição social através das ocupações dos pais e avós como almocreves, pastores, tecelões, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, forneiros, homens de negócio, cardadores, sapateiros, curtidores, sangradores, barbeiros, entre outras mais, figuravam nas descrições dos pais e avós dos concorrentes. Também se apontava a segunda condição ou estado médio em que viviam os ascendentes.

Os padres Faustino Manuel de Oliveira e José Alvares Pereira eram irmãos, moradores na cidade de Tavira. Tinham o impedimento de falta de qualidade. Assim resultara, nos autos de habilitação para serem opositores aos benefícios das três Ordens Militares, no juízo geral das Ordens. Cerca de 1757, apresentaram o pedido de dispensa na mesma petição¹⁹⁵.

Pedia-se licença para que na Corte se lhe fizessem as suas habilitações para serem opositores às igrejas e benefícios das Ordens. Quando recolher informações relativas às origens dos pais e avós constituía tarefa custosa, pela larga distância e pelos valores envolvidos, requeria-se dispensa para que na Corte, como *pátria comum*, se realizassem as diligências. A falta de comissários em determinados lugares, onde o mais próximo poderia estar a muitas léguas, reforçava o pedido de dispensa das inquirições nas origens dos seus

¹⁹³ ANTT, MCO, liv.179, fls. 34-34v.

¹⁹⁴ Cf. *ibidem*, fls. 35-35v.

¹⁹⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 121.

ascendentes¹⁹⁶. Os peticionários garantiam ter testemunhas que cooperariam no seu processo¹⁹⁷. O que nem sempre acontecia. António Taveira Brum da Silveira, juiz geral das Ordens, mostrava-se reticente quanto à *pátria comum*, por faltarem, em muitas ocasiões, as testemunhas que depusessem com a clareza necessária¹⁹⁸. Mesmo os clérigos seculares obtinham essa dispensa. Embora, por vezes, essa decisão não fosse consensual entre os deputados da Mesa e o mestre indeferisse esses pedidos nos seus decretos. Estava em causa o estrito cumprimento das definições que obrigavam a execução das provanças nas terras de naturalidade dos pais e avós dos habilitandos¹⁹⁹. Segundo António Taveira Brum da Silveira, o soberano costumava dispensar os clérigos que desejavam habilitar-se para os benefícios das Ordens por serem regularmente pobres, para que fizessem as habilitações na Corte, tal como se praticava com os que pretendiam receber o hábito de cavaleiro das Ordens. Deste modo, evitavam-se demoras e despesas²⁰⁰.

A cidade de Lisboa não era o único palco proposto para a realização das inquirições nestes pedidos de *pátria comum*. Foi o que aconteceu, em 1710, com o padre Gaspar de Figueiredo Mascarenhas, clérigo do hábito de São Pedro, natural de Faro, filho do capitão Manuel de Figueiredo Mascarenhas e de Isabel da Fonseca, neto por parte paterna do capitão Gaspar de Figueiredo Mascarenhas e de D. Mariana do Vale, pela materna de Maria da Costa, todos naturais da mesma cidade de Faro e de Ricardo Marção, natural da cidade de Londres do reino de Inglaterra. Afirmou que em Faro havia muitas pessoas que conheceram o seu avô materno e que podiam dar informação da limpeza do seu sangue e dos mais requisitos. Ainda, na sua petição, referenciou exemplos em que o monarca concedera essa mesma graça para realizar as inquirições em

¹⁹⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 90 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 131.

¹⁹⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 42.

¹⁹⁸ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 131.

¹⁹⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 65.

²⁰⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra P, mç. 6 (2.ª Parte), n.º 10. Cerca de 1797, também Pedro Henriques de Campos, presbítero secular, pediu a *pátria comum* pelos seus avós maternos serem naturais do reino de Espanha. Nas habilitações para cavaleiros pediam a colaboração dos comissários espanhóis para as diligências, exceptuando em tempos de guerra. Neste caso, a rainha concedeu a dispensa para que as habilitações fossem realizadas na Corte. Será um indicador de uma desvalorização destas habilitações relativamente às dos cavaleiros? Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra P, mç. 6 (2.ª Parte), n.º 13.

Setúbal, em Portalegre e em Borba²⁰¹. Nestes casos remetiam-se as comissões para os comissários, que ficavam encarregues das diligências²⁰².

Era produzida uma provisão quando o rei atendia às habilitações fora das naturalidades como *pátria comum*. Passava pela chancelaria da repartição respectiva²⁰³.

Quando sobrevinham impedimentos como ser religioso vinculado em outra Ordem, era necessário ter o Breve Apostólico, confirmado com o Real Beneplácito do rei. Recorria-se à Sua Santidade e ao Mestre das Ordens para pedir dispensa do defeito, a fim de serem opositores aos concursos²⁰⁴.

A ilegitimidade também constituía um obstáculo na candidatura. O defeito de *spurius* era ultrapassado pelo Breve de dispensação de sua Santidade. A Mesa solicitava informação e parecer ao juiz geral das Ordens, pelo que este socorria-se dos autos de habilitação feitos por aquele juízo. O resultado dos exames também era tomado em conta na decisão régia. Não sendo defeito pessoal vislumbravam-se maiores probabilidades de superar o entrave. Era mais fácil minorar os impedimentos quando estes não eram considerados sórdidos²⁰⁵. Em 1773, o padre Alexandre Dias Pereira, natural da freguesia de S. Brás, pertencente ao bispado do Algarve, estava impedido por falta de qualidade de nobreza. Os seus pais e avós paternos eram pessoas de estado médio, tendo vivido de uma fazendinha sem trato nobre, o avô materno exercitou o ofício de tanoeiro, a avó materna era de segunda condição. O suplicante usou a fórmula tão comum nestes processos de que o soberano costumava dispensar nestes impedimentos por não serem sórdidos²⁰⁶. O uso de exemplos era frequente como apelo à coerência e à igualdade de tratamento, por parte dos suplicantes e dos deputados. Convém acrescentar que, face a esta prática de referir outros processos, era necessário comprovar se tais exemplos eram verídicos ou congêneres. Por vezes, a interpretação das sentenças estava deturpada. Empregavam-se erroneamente os exemplos, não correspondendo à realidade dos processos em causa.

²⁰¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra G, mç. 4, n.º 4.

²⁰² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 131.

²⁰³ Cf. *ibidem*.

²⁰⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 8.

²⁰⁵ Cf. ANTT, MR, liv. 366, fls. 49-49v.

²⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 6.

A acção do Mestre das Ordens era determinante para o desenlace do processo. O padre Luís Machado Ferreira de Bettencourt, ajudador da freguesia de Estoi, bispado do Algarve, juntou na sua habilitação para opositor aos benefícios das Ordens Militares a *Régia Legitimação* como filho natural havido por legítimo e o Breve Apostólico que considerava dispensá-lo para todos os benefícios eclesiásticos. No entanto, para os devidos efeitos não era o suficiente. Havia sido legalizado apenas pela figura institucional da rainha. Faltava a dispensação e graça especial enquanto grã-mestre, governadora e administradora das Ordens²⁰⁷.

Tal como já foi referido, também se pedia dispensa da apresentação de algum documento em falta. Da mesma forma, a falta de notícias era um impedimento. Por exemplo, não saber a naturalidade dos ascendentes, colocava em dúvida se era limpo de sangue²⁰⁸.

Havia quem pedisse para ser examinado onde residia e não na Corte. O peticionário podia requerer a dispensa por um exame de suficiência de moral, na presença de um prelado ou administrador²⁰⁹, a realizar na sua localidade, isentando-o de o fazer em sede do tribunal das Ordens, por impedimento, justificado pela conveniência de serviço. Foi o que fez António Laurentino Baptista e Pádua com exercício no coro todos os dias. Foram eleitos para examinadores os padres mestres frei Gregório de Tavares Freire, conventual da Ordem de Cristo e o doutor frei José Teotónio Nogueira, promotor fiscal da prelazia de Tomar. Foi-lhes deferido o juramento dos Santos Evangelhos para que, na conformidade da provisão expedida pela Mesa da Consciência, examinassem o suplicante nos casos de Moral²¹⁰. Eram situações correntes sempre que estavam paroquiando. Quando se encontravam doentes, inibidos para se deslocarem até ao tribunal para fazer o exame apresentavam uma petição para que fossem dispensados da prova no seu modelo convencional.

No universo dos impedimentos, sinalizados nas habilitações do juiz geral das Ordens, estava subjacente na opinião de muitos destes agentes de que sendo os suplicantes necessários para o serviço das igrejas não havia

²⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra L, mç. 6, n.º 14.

²⁰⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 179, fls. 216-217.

²⁰⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra B, mç. 3, n.º 11.

²¹⁰ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra A, mç. 3, n.º 66-69.

inconveniente em dispensá-los. Assim expressou o juiz geral, no processo do padre Nicolau de Sousa, clérigo do hábito de S. Pedro, natural da vila de Loulé, por falta de qualidade. O seu pai e o seu avô paterno foram oleiros e o avô materno foi pedreiro²¹¹.

4.6. O exame

Para os indivíduos já professos nas Ordens Militares, os exames realizavam-se logo após a entrega da sua documentação nas repartições dos mestrados, e para os de outras filiações seguiam-se às habilitações de *genre*.

Marcava-se a data do exame e convocavam-se os examinadores nomeados para esse *acto público*²¹² através de um aviso/provisão. Por despacho da Mesa, os opositores também eram notificados a comparecer ao exame. Eram chamados para serem avaliados. Deslocavam-se, assim, até ao tribunal. O tempo que mediava o despacho da aprovação, no requerimento, e a convocatória para o exame devia ser curto. Mais de 10 dias já era extenso para quem concorria. Até porque as deslocações até à sede do tribunal das Ordens para entregar a candidatura e depois para prestar a prova acarretavam despesas. Para alguns opositores, tal obrigava a uma permanência em Lisboa durante esse período. O que trazia incómodos, face aos gastos associados por estarem fora das suas residências. Por isso, exigiam celeridade entre os procedimentos²¹³.

Mas, nem sempre havia exames para o provimento dos benefícios que se achavam em concurso. Era comum a fórmula no despacho para que o candidato fosse ao exame de suficiência, *havendo-os*. Era necessário aguardar a sua realização. Contudo, o suplicante depositava primeiro o respectivo estipêndio. Os pagamentos efectuados aos examinadores pelo seu desempenho eram registados na *folha dos exames das Igrejas e Benefícios das Três Ordens Militares, que se pagam aos Reverendos Examinadores*. Este documento, organizado, cronologicamente, agrupava por examinador, os valores e o

²¹¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra N, mç. 6 (2.^a Parte), n.º 3.

²¹² Vide ANTT, MCO, liv. 61, fls. 223-224 (numeração nossa).

²¹³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 395, mç. 150.

somatório correspondentes às provas das igrejas e dos benefícios de cada um dos mestrados em que participavam. Veja-se o seguinte exemplo. O padre mestre fr. Manuel do Sacramento Garção recebeu 800 réis por quatro benefícios da Ordem de Santiago, 600 por três benefícios da Ordem de Avis e a importância de 1.400 como procurador. Agrupavam, desta forma, os quantitativos por cada mestrado das Ordens Militares. Cerca de 1778, terá o padre fr. António de S. Francisco de Paula assistido aos exames de dez benefícios da Ordem de Cristo correspondente a 2.000 réis, seis igrejas da Ordem tomarense a 2.400, o que perfazia em 4.400. Somava mais os vinte benefícios da Ordem de Santiago em 4.000 réis e as seis igrejas dessa Ordem em 2.400, no total de 6.400. Acresceu o montante relativo aos quinze benefícios da Ordem de Avis em 3.000 réis e as quatro igrejas da mesma Ordem em 1.600 que, somando, dava o valor de 4.600. O cômputo total das três Ordens era de 15.400 réis, a cobrar pelo examinador que assinava como prova do recebimento dessa quantia²¹⁴. Pelas importâncias referidas, os benefícios estavam calculados em 200 réis e as igrejas em 400 cada, em qualquer dos mestrados, no último quartel do século XVIII. Presume-se que existiria uma tabela de valores a aplicar aos candidatos para cada tipo de provimento: coadjutoria de igreja: 600 réis, tesouraria: 1.200 réis, igreja: 1.200 réis, capela: 600 réis, capela curada: 600 réis, reitoria: 1.200 réis, benefício: 600 réis, benefício curado: 600 réis, vigararia: 1.200 réis, priorado: 1.200 réis, deado na Sé: 1.200 réis, futura sucessão de vigararia: 1.200 réis, futura sucessão de benefício: 600 réis, futura sucessão de capela: 600 réis, futura sucessão de coadjutoria: 600 réis e conezia penetenecaria: 1.200 réis²¹⁵.

Lavravam-se os conhecimentos como prova dos montantes pagos nos exames e no imposto da meia anata ou dos três quartos²¹⁶. No que concerne a

²¹⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 205.

²¹⁵ Cf. *ibidem*.

²¹⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 190. Todos os agraciados com comendas, priorados, benefícios e capelas da Ordem de Avis pagavam antes da expedição dos títulos a meia anata que se recolhia num cofre do respectivo convento. Também todos os providos nos priorados, benefícios e capelas da Ordem de Santiago satisfaziam a meia anata que entrava no cofre do convento de Palmela. Relativamente à Ordem de Cristo pagavam-se os três quartos do rendimento de um ano que se entregavam no Erário Régio. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, cx. 36-A, mc. 37. O papa Alexandre VI concedeu por bula que os freires, comendadores e cavaleiros pagassem os três quartos do rendimento de um ano dos benefícios, comendas e tenças que tivessem para sustentação e despesa das obras e fábrica do convento de Tomar. E pudessem dispor livremente, em suas vidas ou em testamentos, *de todos os bens, fazendas, frutos que dos ditos Benefícios, Comendas e Tenças tiverem adquirido e lhes haviam de herdar e suceder seus herdeiros, como se Freires, e Cavaleiros da mesma Ordem não foram: e não tendo os tais*

Avis, pagavam à Ordem, na conformidade da Bula Apostólica do Papa Júlio II a meia anata do rendimento das igrejas em que eram providos. A referida quantia era guardada no cofre. O dinheiro aplicava-se principalmente nas obras do convento de Avis²¹⁷. Em 1784, o frei Carlos Diogo Prata entregou 12.600 réis para completar os 30.000 réis dos três quartos do benefício da igreja de Nossa Senhora da Conceição, do lugar de Alcains, da Ordem de Cristo, em que foi provido. O pagamento foi registado no livro da receita e despesa do tesoureiro mor do Erário Régio, ao abrigo da lei de 2 de Junho de 1774²¹⁸. Tratava-se do alvará de abolição dos contos da Mesa da Consciência e Ordens, incluindo as contadorias das três Ordens Militares, passando a ser administrado pelo Erário Régio. O comprovativo da liquidez pode constar no respectivo processo²¹⁹.

A documentação revela o perfil destes indivíduos a quem se atribuíra a responsabilidade de examinar²²⁰. Eram sujeitos com habilitações académicas, formados em teologia. Alguns pertencentes aos quadros da Inquisição como qualificadores. Em 1741, foram nomeados o padre Bernardo José, mestre em teologia da congregação do Oratório, o padre Manuel Monteiro da mesma congregação, fr. Basílio de Santa Escolástica Agostinho descalço, fr. Nicolau da Conceição, lente de teologia, Agostinho descalço, fr. Manuel de Santa Maria Agostinho descalço e lente jubilado em teologia, qualificador do Santo Ofício, fr. Pedro da Conceição mestre em teologia, qualificador do Santo Ofício da Província de Portugal, o padre Miguel de Amaral, lente de teologia e da Companhia de Jesus, fr. Bernardo de Avintes, lente de teologia e qualificador do Santo Ofício e fr. Boaventura de Barcelos, lente de teologia e qualificador do

herdeiros lhes sucedesse a Ordem; como mais largamente na dita Bula se contém. Por exemplo, o padre frei João António da Guerra Pinto, vigário da igreja de S. Martinho, de Pombal, da dita Ordem de Cristo, pagou 22.500 réis dos três quartos que devia do acrescentamento da cõgrua que a rainha D. Maria I concedeu-lhe. Para além desta quantia, desembolsou as despesas, de registo, selo e oficiais, relativas à secretaria do mestrado da Ordem de Cristo e chancelaria. Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

²¹⁷ Cf. BN, cód. 10323, fls. 1-2.

²¹⁸ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

²¹⁹ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

²²⁰ Candidatavam-se ao cargo de examinador das igrejas e benefícios. Nem todos os que ambicionavam sê-lo conseguiram ter essa ocupação. Para além do conteúdo inserto na petição era necessário que o secretário da repartição ou o escrivão a Mesa da Consciência e Comum das Ordens informasse acerca do justificante. Por sua vez, aqueles confirmavam e recolhiam as informações junto de pessoas consideradas de crédito e religiosas. Captavam-se informações sobre as *letras, virtudes e mais partes* que concorressem nos candidatos. Recebiam a provisão pela chancelaria das Ordens, que valia como carta com duração de mais de um ano, com posse e juramento. Também denominado alvará de examinador das três Ordens Militares. Note-se que havia os examinadores do número das três Ordens Militares. Cf. ANTT, MCO, OC, liv. 96.

Santo Ofício, ambos da Província da Soledade, o doutor fr. Pedro do Santo Tomás, lente de teologia na Universidade de Coimbra, prior do convento de S. Domingos, fr. Boaventura de Castro, lente de teologia e doutor nela da Religião dos Pregadores, fr. José da Conceição, monge de S. Jerónimo, visitador e definidor da mesma Congregação²²¹.

A frequência regular dos examinadores nas provas era notória. Na folha dos exames, tirada no dia 18 de Maio de 1780, assinalou-se que fr. José de Santo António da Silveira esteve presente em 31 provas de benefícios da Ordem de Santiago. Sabe-se, pela folha tirada a 10 de Fevereiro de 1784, que fr. Francisco de Sales também participou em diversos exames. Recebeu 20.800 réis pelos seus serviços de examinador. A saber: 4 igrejas e 7 benefícios da Ordem de Cristo, 11 igrejas e 22 benefícios da Ordem de Santiago, 9 igrejas e 27 benefícios da Ordem de Avis. Na folha feita em 23 de Janeiro de 1787, este examinador voltou a ter um valor mais elevado comparativamente aos seus congéneres: 6 igrejas e 2 benefícios da Ordem de Cristo, 6 igrejas e 38 benefícios da Ordem de Santiago, 11 igrejas e 24 benefícios da Ordem de Avis. No total recebeu 21.800 réis²²².

Fig. 4 - Número de exames para provimento de benefícios e igrejas

		[1779]	18 Mai. 1780	16 Jun. 1781	10 Fev. 1784	23 Jan. 1787	30 Jan. 1790	TOTAL
Ordem de Cristo	Benefícios	43	48	24	30	10	18	173
	Igrejas	40	22	13	18	26	20	139
Ordem de Santiago	Benefícios	96	115	65	111	128	102	617
	Igrejas	26	16	18	42	22	20	144
Ordem de Avis	Benefícios	100	39	6	100	69	92	406
	Igrejas	21	9	----	30	33	23	116

No período compreendido entre finais da década de 70 do século XVIII e 1790, registaram-se mais exames para a ocupação de benefícios pertencentes à Ordem de Santiago. Seguiram-se os da Ordem de Avis e, por fim, os da Ordem

²²¹ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 2, doc. 121.

²²² Cf. ANTT, MCO, liv. 205.

tomarense. A diferença entre o número de exames para provimento de benefícios adquiridos nos distintos mestrados era significativa, 617, 406 e 173, respectivamente. Em relação aos exames para provimento em igrejas, os números estavam mais próximos. A Ordem de Santiago com 144 exames, a Ordem de Cristo com 139 e a Ordem de Santiago com 116.

No livro dos exames, lavrava-se, na margem esquerda, o nome dos examinadores e a abreviatura “pg” (para referir que já havia sido pago) e, na margem direita, os respectivos valores. Os registos tratavam de cada exame em particular e nesses cadernos das folhas dos exames fazia-se o somatório dessas provas. Os nomes dos examinadores repetem-se, independentemente da Ordem Militar e localidade a que o exame dissesse respeito. Referem-se também os exames que não tiveram efeito. Na Ordem de Santiago, mencionou-se, por exemplo, o exame do dia 28 de Janeiro de 1774 para um benefício na matriz de Loulé e, seguidamente, outro de um benefício na mesma igreja, mas que não se concretizara²²³. O regimento refere o livro em que se assentavam os exames de todos os *clérigos e pessoas* se examinarem e proverem de benefícios, respectivas naturalidades e *de que benefícios são providos, e por quanto tempo, e por cujo falecimento vagou*²²⁴.

O opositor era avaliado, presencialmente, pelos examinadores das três Ordens Militares, respondendo às suas perguntas. Servia para apurar se o suplicante tinha a suficiência e a capacidade necessárias para o ofício de pároco²²⁵. Era necessário provar ter largo discernimento nas matérias em causa e ser instruído em ciência moral. Até à primeira metade da década de 20 do século XVII, os exames de suficiência, feitos pelos examinadores, decorriam na casa do presidente da Mesa, na sua presença. E quando este estivesse ocupado ou impedido era substituído pelo deputado mais antigo que cometia as suas vezes, como dispunha o regimento. Depois dessa data, passaram a realizar-se na sala do despacho da Mesa da Consciência e Ordens. No alvará de 1621, D. Filipe III ordenou *que daqui em diante se façam os Exames das Igrejas e Benefícios curados das ditas Ordens Militares dentro da Mesa da Consciência e Ordens às tardes para não haver lugar para se fazerem nas manhãs em*

²²³ Cf. *ibidem*.

²²⁴ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. LXI.

²²⁵ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra E, mç. 4, n.º 4.

*presença dos ditos Presidente e Deputados pelos Examinadores para isso ordenados*²²⁶.

Desempenhavam as suas funções na presença do presidente e dos deputados que votavam nos examinandos para o provimento das igrejas e benefícios. Eram eleitos na Mesa, pelo menos cinco, doutos e graves, para garantir que estivessem no mínimo três. O regimento não consentia menos que esse número para realizar a prova.

Os examinadores votavam na ciência de cada um dos opositores, *achados suficientes*. Também eram apelidados de *juízes da ciência dos examinados*²²⁷. Avaliavam nas letras, saber e suficiência. Igualmente denominados de *exames literários* para avaliar a capacidade e aptidão²²⁸. No final, ordenavam os opositores em função da sua avaliação. Podiam atribuir, em *ex aequo*, o mesmo lugar aos examinados, *pondo ambos iguais* no grau de ciência²²⁹. Uniformemente no pódio, sem vantagens sobre outros. Chamava-se a ordem da aprovação dos examinadores²³⁰. Seria a Mesa depois a propor a ordenação e o monarca a decidir. Em 1683, os examinadores do concurso para provimento do priorado da igreja do lugar do Ervedal aprovaram todos os opositores, colocando os cinco melhores em primeiro lugar com igualdade²³¹. Em 1766, a Mesa considerou que o concurso para a igreja de Alvaiázere foi *a oposição mais igual, e de melhores opositores que têm vindo a esta Mesa*. No parecer do tribunal das Ordens eram 11 os examinados e qualquer um deles era digno de ser provido naquela igreja. Distinguiu-se *com grande vantagem* o padre frei João Álvares Ribeiro²³². Mas, nem sempre o que estava colocado em primeiro lugar na escolha da Mesa era o que acabava por ser nomeado.

Os examinadores não estavam livres de críticas, quanto à sua actuação. Em 1681, o deputado Rui de Moura Teles garantiu ter visto que um dos examinadores, quando perguntava *os casos a frei Diogo de Quintano, lhe fazia com a cabeça demonstração em forma que ele os pudesse acertar*²³³.

²²⁶ BN, cód. 9450 ou BN, cód. 1806 (neste documento a data é de 1625).

²²⁷ Cf. ANTT, MR, liv. 370, fls. 88-88v.

²²⁸ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 4, n.º 1.

²²⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

²³⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

²³¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

²³² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

²³³ ANTT, MCO, liv. 187.

Depois do exame, produziam-se os termos e os autos necessários. Feito o assento, lavrado o auto, assinado pelos examinadores, no livro que havia na Mesa, saíam. Quando os exames não eram realizados no tribunal, o responsável pelos mesmos era incumbido de remeter os termos e os autos com o seu parecer em carta serrada para garantir o sigilo da informação²³⁴. Também era elaborada a declaração da aprovação dos examinados que nem sempre era feita para todos. Podia ser redigida apenas para o opositor aprovado com mais suficiência em relação aos outros²³⁵.

No assento constava a data do exame, o que estava a concurso, o nome dos examinados, o resultado do exame e a assinatura dos examinadores. Seguia a cópia do auto para o mestre das Ordens²³⁶. Por sua vez, o presidente e os deputados proviam em qualquer dos opositores, o que melhor lhes parecesse, tendo em consideração a ciência de cada um e as mais partes que neles concorrerem em *qualidade, virtude, idade, merecimentos, serviços feitos à[s] Orde[ns] e Conventos dela*²³⁷. Ficar aprovado não obrigava à unanimidade dos examinadores. Contudo, sendo por dois, que era a maior parte deles, ficava legitimamente aprovado²³⁸. A não ser que o rei entendesse o contrário, por ser apenas um opositor e não estar aprovado por todos os examinadores²³⁹.

Muitos foram aprovados *cum laude*. Podia até parecer contraditório, ao habilitar-se perante o juiz geral das Ordens e resultar-lhe o impedimento da falta de qualidade nos autos de habilitação feitos no juízo e no exame merecer louvor. Mas não havia incompatibilidade, porque enquanto no primeiro momento dependia dos seus quatro custados, no segundo dependia de si. Assim foi com José Gonçalves Serrano, presbítero do hábito de S. Pedro. O pai e o avô paterno eram lavradores, viviam também do contrato de carne de porcos que vendiam em Lisboa. O avô materno vivia do seu trabalho, sendo a mãe e as duas avós mulheres de segunda condição. No exame foi aprovado *cum laude*²⁴⁰. Francisco

²³⁴ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 35.

²³⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 120.

²³⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 35.

²³⁷ BN, cód. 9450.

²³⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 189.

²³⁹ Cf. *ibidem*.

²⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 54, fls. 6v.-7.

Manuel Álvares de Moraes, presbítero do hábito de São Pedro, teve o impedimento de ilegitimidade e mereceu louvor no exame que fez²⁴¹.

Os deputados podiam votar para que as pretensões do candidato não fossem atendidas sem que este fosse examinado uma segunda vez. Tal acontecia quando entendiam que o suplicante não mostrara, no primeiro exame, suficiência e capacidade requerida para o ofício de pároco²⁴². Constituíam, assim, uma prova que exigia uma preparação prévia do candidato. Em 1723, ao Manuel Antunes de Matos, clérigo de ordens menores, não bastou a sua dedicação. Mandaram-no estudar mais seis meses. Considere-se que as reprovações podiam ter um duplo entendimento. Por um lado, um estímulo, por outro, uma punição²⁴³.

Era produzido um documento referente ao exame. Nele constava em breves palavras *examinámos e aprovámos para a dita Igreja*. No topo do fólio intitulava-se com o nome da igreja²⁴⁴. Caso a Mesa ou algum deputado não concordasse com a aprovação dos examinadores podia refutar a mesma. Em 1766, o deputado D. Nuno Álvares Pereira de Melo duvidou da ciência e da justiça que haviam feito os examinadores aopositor e se *resolveu para sossegar a sua consciência em uma matéria tão grave, a fazer-lhe algumas perguntas e estas tão fáceis que não poderá haver nenhum medianamente instruído que lhe não responda, por serem os principais princípios em que se estabelece a nossa Santa Fé, de que ele nada soube*²⁴⁵.

Havia quem não comparecesse ao exame ou quem reprovasse e voltasse a tentar a sua sorte mais tarde. Quando opositor não aparecia aos exames era mencionado esse facto²⁴⁶. Se considerasse que ainda não estava preparado, mandavam-no estudar por mais algum tempo, geralmente períodos de três e seis meses. Se reprovasse no exame, podia apresentar petição, dirigida ao monarca, para ser admitido a um segundo exame²⁴⁷. O padre Francisco Carvalho reprovou, e, passados três meses, já estava a entregar nova petição²⁴⁸. Sendo

²⁴¹ Cf. *ibidem*, fls. 56v.-57.

²⁴² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra E, mç. 4, n.º 4.

²⁴³ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra M, mç. 6, n.º 13.

²⁴⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

²⁴⁵ ANTT, MR, liv. 366, fls. 99v.-100.

²⁴⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 380, mç. 135 e ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

²⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 59, ANTT, MCO, OA, cx. 260, mç. 26 e ANTT, MCO, liv. 61, fls. 223-224 (numeração nossa).

²⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 260, mç. 26.

freire conventual, ao reprovar, tentava apelar a uma nova oportunidade de admissão a exame, antes que se publicasse novo edital destinado aos freires somente professos ou a suspensão do mesmo²⁴⁹. Em alguns casos, o candidato aguardava até se achar capaz. Também podia haver prorrogação do prazo. O padre Manuel Morato Roma *por se perturbar no exame o penitenciaram os examinadores em um mês de dilação*²⁵⁰.

4.7. Da consulta ao auto de posse

A documentação era entregue na secretaria da respectiva Ordem, com o aviso do secretário de Estado, para ser apreciada pela Mesa, em consulta, de que resultaria o seu parecer. Este era lavrado em documento à parte, rubricado pelos deputados, ordenando os candidatos na classificação dos três primeiros lugares. Depois redigia-se a consulta assinada pelos deputados. Estes ajuizavam e propunham ao mestre das Ordens o mais digno dos concorrentes²⁵¹. Era esta a finalidade quando se mandava consultar. Este documento materializava a análise do processo, condensando a informação reunida e contida até aí em vários *papéis* já produzidos. Descrevia o que cada opositor apresentava nos documentos que entregava sobre o seu *curriculum*. Por vezes, muito extenso. Revertia a seu favor a idade, a antiguidade nas funções e na profissão da Ordem, o exercício de várias ocupações, os serviços feitos, assim como a naturalidade do candidato quando coincidia com a localidade do concurso.

Em 1700, uma resolução régia ordenava à Mesa que declarasse, em todas as consultas, as *pátrias* dos opositores e quanto distava da igreja em concurso²⁵². Em datas anteriores, como em 1683, já se pedira a informação da distância que havia do templo a prover à da igreja onde estavam os opositores.

²⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, liv. 59.

²⁵⁰ ANTT, MCO, liv. 120.

²⁵¹ Num documento não datado, eventualmente, um rascunho que depois acabou por se copiar em outro documento, aludiu que os examinadores tinham o papel de informadores, porque era à Mesa que pertencia ajuizar, confrontando o que eles diziam com o que os opositores respondiam, para propor ou não ao monarca. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 449, mç. 202.

²⁵² Cf. ANTT, MCO, liv. 189.

Em algumas situações não havia essa informação, por exemplo quando concorriam clérigos do hábito de São Pedro que não tinham igreja²⁵³.

A consulta era necessária. Já no século XVI os monarcas ordenavam à Mesa da Consciência que os benefícios não se provessem pelo seu expediente, mas se consultassem. Face ao exposto, o tribunal provia, de modo errado, apenas na *forma do seu regimento, expediente e estilo*. Não obstante isso, devia haver a consulta. Era essa a directiva²⁵⁴. Até 1629, a Mesa indigitava os clérigos sem consultar o monarca²⁵⁵.

O padre Francisco de Carvalho, clérigo do hábito de S. Pedro, era natural e morador na vila de Albufeira. Pretendia ser provido na matriz da mesma vila, num dos benefícios curados. Era da ‘casa’. Jogava a seu favor ser natural da dita vila, baptizado na mesma igreja e nela residir desde que tomou as primeiras ordens, *assim no exercitar os officios divinos com os mais beneficiados, e prior, ajudando-os muito nas Confissões das obrigações das quaresmas*. Fez referência a todos estes elementos na sua petição²⁵⁶.

A voz dos moradores do local do provimento também podia ter influência na sentença. Por vezes, a população pedia para ser nomeado o da sua preferência, o que lhes era mais familiar, que conheciam, atestando a sua boa vida e costumes²⁵⁷. Até mesmo os opositores mencionavam esse apoio popular na sua petição para se destacarem dos outros suplicantes²⁵⁸. Utilizavam a seu favor o facto de serem conterrâneos. Deste modo, achavam-se com *melhor conhecimento dos povos e seus costumes*²⁵⁹. Sabiam que estes vocábulos os distinguiam dos demais.

Em 1711, a carta enviada pelos oficiais da câmara da vila de Albufeira foi relevante para a nomeação do padre fr. Francisco da Rosa Machado. Para além dos 13 anos de serviço à Ordem de Avis, pesou no parecer da Mesa o facto de

²⁵³ Cf. ANTT, MCO, liv. 120.

²⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 302, fl. 34v.

²⁵⁵ Cf. Fernanda Olival, art. cit., 1999, p. 190.

²⁵⁶ ANTT, MCO, OA, cx. 260, mç. 26.

²⁵⁷ No concurso para o benefício da igreja de Nossa Senhora da Conceição, no lugar de Alcains, o frei Carlos Diogo Prata ficou em primeiro lugar no parecer da Mesa, por ser muito mais antigo no presbiterato e na profissão da Ordem. Era natural da mesma localidade do provimento. Para além disso, os moradores pediram que fosse nomeado e atestaram a sua boa vida e costumes. Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

²⁵⁸ Cf. *ibidem*.

²⁵⁹ ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

o considerarem com os requisitos necessários para ser um pároco perfeito²⁶⁰. Em meios pequenos, deveriam saber quem concorria e o *curriculum* uns dos outros. Os concursos podiam ser desencadeados ou reforçados por iniciativa do povo, que se manifestava a favor de um provimento. Não é de estranhar pela importância que a religião tinha na vida das pessoas. Em 1711, o rei pediu ao tribunal da Mesa da Consciência que consultasse o que parecesse sobre uma carta dos oficiais da câmara da vila de Albufeira, em que diziam que o prior da matriz daquela vila requerera a aposentação. Suplicaram, em nome daquele povo, a nomeação do beneficiado frei Francisco da Rosa daquela mesma matriz²⁶¹. Em 1804, o juiz do povo e mais homens da governança do lugar de Constantim, termo de Miranda do Douro, apresentaram uma petição a requerer um cura coadjutor, que assistisse o vigário. Por despacho da Mesa, pediu-se informação ao provedor da comarca de Miranda, para que fizesse as averiguações e diligências necessárias. A partir da cópia da petição e despacho do tribunal das Ordens, elaborou o sumário que remeteu com uma certidão do número de fogos, moradores e almas, relativos à localidade. Por constar na Mesa, na informação do escrivão da Fazenda, que a comenda de São Miguel de Infanes vagou por falecimento do Monteiro-mor do reino, mandou-se dar vista ao procurador geral das Ordens. Este foi categórico na sua resposta, de que *um povo que não é pequeno não pode satisfazer os preceitos da Religião e da Igreja com a assistência de um só Sacerdote, e de uma só Missa, que não podem ouvir todos ao mesmo tempo*. De igual modo pareceu à Mesa sobre a exigência do povo, mas defendeu a nomeação de um cura anual, ao invés de um coadjutor²⁶².

Os votos dos deputados podiam ser díspares. Nem sempre havia unanimidade e podia não corresponder com a ordem da classificação dada pelos examinadores. Até mesmo o sujeito nomeado pelo rei podia não coincidir com o que fora preferido pela Mesa, colocado em primeiro lugar. O rei chegou a nomear o candidato que reunia a minoria dos votos, contrariando os argumentos utilizados pelos deputados. Inclusive a avaliação entre os deputados nem sempre era consensual. Destacavam-se os votos sempre que existiam opiniões diferentes, mesmo que a ordem de preferência fosse a mesma. As escolhas

²⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

²⁶¹ Cf. *ibidem*.

²⁶² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 2 a).

podiam basear-se em razões e critérios distintos. No concurso do priorado da igreja matriz da vila de Benavente da Ordem de Avis, em 1659, separaram-se as apreciações dos doutores Antão de Faria da Silva, Martim Afonso de Melo, Jerónimo da Silva e Azevedo, Luís Delgado de Abreu e de Jorge da Silva Mascarenhas²⁶³. Em 1800, no provimento da igreja de São Pedro de Faro, o deputado D. Francisco de Almeida Melo e Castro discordou do parecer da Mesa e fez voto separado²⁶⁴. Os deputados da Mesa podiam recusar a votar em algum concorrente quando denotavam neste a inaptidão para corresponder aos requisitos exigidos. Fr. Luís Veloso Ferreira, freire conventual da Ordem de Avis, fora castigado e preso. Era conhecido pela sua desobediência e mau procedimento²⁶⁵.

De acordo com o regimento, para se tomar a resolução eram necessários três votos de deputados que o pudessem fazer. Estando impedido algum ministro de votar no provimento de uma igreja por razões específicas e não havendo outros disponíveis no tribunal para reunir o *quorum* exigido, pedia-se ao rei para mandar vir um desembargador de confiança que tivesse o hábito de uma das Ordens Militares. Este votaria com aqueles²⁶⁶.

Colocavam-se os candidatos por ordem de preferência. Eram assim propostos para primeiro, segundo e terceiro lugar. Não seria tarefa fácil destacá-los. Quando concorria apenas um opositor, referia-se sempre no texto que não se propunha segundo, nem terceiro por não haver mais candidatos²⁶⁷.

Note-se que os opositores estavam atentos aos prazos estipulados e à duração dos trâmites. Acompanhavam o rumo do processo. Se a demora se fizesse sentir manifestavam-se com uma petição. O atraso de uma consulta que subisse, sem que viesse resoluta no tempo costumado dava lugar à especulação sobre um suposto descaminho²⁶⁸. Sempre que as consultas tardavam a baixar resolutas passados mais de seis meses, solicitava-se que as mesmas fossem reformadas²⁶⁹.

²⁶³ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

²⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 56, fls. 161v.-164.

²⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 120.

²⁶⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 23, n.º 1.

²⁶⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

²⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 397, mç. 152.

²⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 353, mç. 109.

A nomeação régia era dada em resolução redigida na consulta. Em muitos casos, seguidamente, expediam-se os despachos da Mesa e subindo a assinar pelo soberano baixavam a carta para poder ser recebido na Ordem e ter o noviciado nela a título, por exemplo, de um benefício ou de uma capela, o alvará de profissão na mesma Ordem, o alvará de mantimento e a carta do provimento. Isto quando se recebia o hábito a título de um provimento. Entregavam-se ao interessado, pelo oficial da secretaria respectiva, os documentos assinados pelo rei, passados pela chancelaria e registados. O provido recebia, assim, a carta de hábito e o alvará de profissão para o tomar e professar, apresentando-os ao D. prior geral, no convento²⁷⁰. Dirigia-se para aí, em seguida, com as provisões, para se lhe lançar o hábito de freire clérigo, segundo a forma das definições da mesma Ordem²⁷¹. Era lavrada a verba no livro da matrícula e a certidão²⁷². A carta de hábito dos freires clérigos ficava depositada na arca do convento. Depois de estar professo na Ordem, era redigida a carta de colação, instituição e confirmação a partir da carta de mercê para apresentação do provido²⁷³.

O preenchimento de lugares como o de tesoureiro podia ser feito através da nomeação de serventuários por tempo limitado. Pedia-se licença para a nomeação. Acontecia quando o religioso, proprietário da tesouraria, já não conseguia assistir, ou seja, cumprir as suas tarefas.

Podia-se estar a servir um benefício, por carta de encomendação do Ordinário, confirmada por provisão régia da Mesa da Consciência e Ordens, nos impedimentos do beneficiado empossado. Mas tal não garantia a sua sucessão com a morte deste, ou seja, a propriedade do benefício. Tinha de ser posto a concurso.

A figura do serventuário era comum. Era permitida por provisão até concluir o tempo concedido nesse documento. Sempre que findava a validade requeria-se nova provisão para continuar na serventia do mesmo benefício. Quando o respectivo proprietário não residia era dado como argumento na súplica, dirigida ao rei, para que lhe concedesse a serventia. Esta questão era importante. Os beneficiados tinham de assistir nas suas igrejas, eram obrigados

²⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 59.

²⁷¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 179, fls. 24-24v.

²⁷² Cf. ANTT, MCO, OST, CP, liv. 73.

²⁷³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 13, n.º 1.

a isso. Em 1712, D. João V mandou o juiz da Ordem das comarcas do reino do Algarve informar quais as igrejas que estavam vagas na comarca, pertencentes à Ordem de Avis. Também pretendia que declarassem se todos os beneficiados assistiam nas suas igrejas. Na resposta, informou-se que todas as igrejas existentes no Algarve estavam providas, excepto a de Albufeira que tinha um benefício vago, no qual estava por encomendado um beneficiado da igreja de S. Pedro de Faro²⁷⁴. Muito próximo dessa data, em 1715, fr. Francisco da Rosa, prior de Albufeira, queixou-se de o beneficiado da sua matriz estar a substituir, já há algum tempo, o da igreja de Aljezur. Ressentia-se a sua igreja com a falta do beneficiado, principalmente na quaresma, por serem muitas as ovelhas e escassos os confessores para as assistir. Pediu que o prior nomeado em Aljezur fosse obrigado a regressar à dita igreja, de forma a libertar o seu beneficiado de serviços que não lhe competiam para assim voltar à matriz de Albufeira²⁷⁵.

Nem todos os concursos reuniam opositores. Nesses casos o rei tentava averiguar as razões para o sucedido, pedia que declarassem os rendimentos dos benefícios. Por vezes, já se tinha posto édito por duas vezes, sem haver quem se opusesse por serem ténues os benefícios²⁷⁶. Também por estar em terras de fronteira. A Mesa chegava a pedir para que autorizassem os clérigos minoristas a concorrer, visto não os haver de ordens sacras²⁷⁷, embora a resolução de 4 de Fevereiro de 1765, tomada em consulta de 18 de Janeiro do mesmo ano, tenha ordenado que se não consultassem clérigos que não fossem de ordens sacras²⁷⁸.

Em 1630, foi apenas opositor a uma capela, sita no termo de Elvas, Bento de Sousa, sacerdote do hábito de São Pedro. Era uma capela de pouco rendimento, *que se não fez avaliação dela, para pagar mesada, nem subsídio, e assim se não sabe ao certo mais que ser muito pouco*. Pela mesma razão, a *consulta se há-de despachar no governo, sem ir a Madrid, visto não exceder o Rendimento desta Capela de cinquenta mil réis*²⁷⁹. Em 1643, Pedro Madeira do Basto, clérigo do hábito de São Pedro, natural e morador na vila de Veiros, era

²⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 279, mç. 43.

²⁷⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 281, mç. 45.

²⁷⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 179, fls. 21-22.

²⁷⁷ Cf. ANTT, MR, liv. 367, fl. 30.

²⁷⁸ Cf. ANTT, MR, liv. 366, fls. 157v.-158.

²⁷⁹ ANTT, MCO, liv. 189.

o único opositor para a igreja curada de São Pedro de Almoiro. Das provanças que se mandaram fazer para tomar o hábito de Avis a título da igreja resultou o impedimento de mulato por parte de sua mãe e do seu pai exercitar um ofício mecânico. Por consulta do tribunal das Ordens sobre esta matéria para efeito da dispensação de mulato pela linha materna, o rei foi servido não atender à súplica. Em 1644, voltou-se a consultar, dando cumprimento a um decreto. No parecer na Mesa era atendível o pedido do suplicante visto não haver outro opositor e *ser em utilidade do serviço das Igrejas porque para estas tão ténues não há nunca pessoa da Ordem que se queira opor a elas, e assim convém dispensar Vossa Majestade com os que têm algum defeito quando têm partes e suficiência para servirem bem as Igrejas*. Face ao que o candidato alegou, foi concedida a dispensação²⁸⁰.

Depois de provido, requeriam-se as provisões e alvará de mantimento. Havia quem antes de tirar a carta do seu provimento solicitasse a desistência do mesmo benefício de que assinava termo na respectiva secretaria. Parecia constituir uma particularidade quanto a constar a assinatura na petição quando se tratava de uma desistência²⁸¹.

A carta de mercê, em nome do mestre das Ordens, apresentava o provido à instância que o iria confirmar e aludir quanto ao mantimento, salário, prós e percalços que lhe pertencessem. Tudo passava pela chancelaria da Ordem. A referida carta podia ser patenteada pelo provido. Dava lugar à carta de colação, instituição e confirmação que dava posse, por lei, do benefício de que se fazia auto no verso da mesma. Seguia-se o dito auto de posse, lavrado no verso da carta de colação. O protocolo da investidura na posse era composto pelos reverendos beneficiados e gente do povo que marcava presença. Não havendo impedimento, ficava logo empossado de tudo pertencente ao dito benefício, assinando com o escrivão e as testemunhas o respectivo auto de posse. Era costume ir o escrivão da Ordem por toda a comarca dar as posses aos priores, vigários e mais párocos e beneficiados que tivessem o hábito para lavrar os autos das posses²⁸². O ritual exigia que estes fossem lidos em voz alta e compreensível para dar a oportunidade de se pronunciarem os que quisessem

²⁸⁰ ANTT, MCO, liv. 179, fls. 14-15v.

²⁸¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 370, mç. 125.

²⁸² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 405, mç. 160.

impedir a posse do beneficiado. Não existindo qualquer impedimento, o clérigo era empossado. Este e as testemunhas assinavam a documentação relativa a este acto²⁸³. Entregava-se a carta de provimento e quitação ao agraciado pelo oficial da secretaria. Passava pela chancelaria e era registada. Note-se que os nomeados podiam opor-se em outros concursos até tomarem posse. O padre fr. Jacinto Lopes Coelho, freire professo da Ordem de Avis e beneficiado de S. Estevão da Ribeira de Canha, *ainda não tomou posse, em razão de vir a esta Corte ordenar-se de Missa, cujas ordens tomou a semana passada, e porque se pôs vaga uma Capela na Casa Branca a que o suplicante quer ser opositor, o que não tem impedimento por não ter o suplicante posse ainda do benefício em que foi provido*. Desculpava-se por ainda não ter sido empossado, não por dolo, mas por falta de tempo, pois apenas teve para ir tomar o hábito e professar, e vir a esta corte com reverenda para se ordenar de Missa, em cujos termos parece não ter impedimento para ser opositor aos referidos Priorados, visto se não achar ainda de posse do benefício. Em outra petição, referiu que queria ser opositor ao priorado de Santo Aleixo e ao de Santa Maria de Alcáçova da cidade de Elvas e *suposto ainda não diga Missa se acha com Ordens de Evangelho e para brevemente tomar as últimas por cuja razão não tem ainda tomado posse do dito benefício em que por Vossa Majestade foi provido*²⁸⁴.

Paga a meia anata à Ordem de Avis ou à Ordem de Santiago ou os três quartos à Ordem de Cristo, expediam-se as cartas de apresentação, hábito, quitação, alvarás de profissão e mantimento²⁸⁵. Só assim obtinham os diplomas para receber e tomar o hábito, colarem-se e estarem na posse do benefício²⁸⁶. Ocorria, por vezes, a equivocação no nome em provimento, expressa na carta de apresentação. Em 1796, o padre João Inácio Romeiro viu o seu nome ser substituído por Inácio José Romeiro²⁸⁷.

Podia-se requerer a devolução dos documentos entregues, pessoalmente ou por um procurador em representação do seu constituinte. Estes declaravam e assinavam a boa recepção. Os documentos poderiam vir a ser incorporados, posteriormente, em outros processos quando o requerente concorria de novo.

²⁸³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 13, mct. 1, J.

²⁸⁴ ANTT, MCO, OA, cx. 300, mç. 64.

²⁸⁵ Cf. ANTT, MR, liv. 370.

²⁸⁶ Cf. BN, cód. 10323, fls. 115v.-116.

²⁸⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 110, fl. 63v. Vide também outras ocorrências nos fls. 64, 78v. e 86.

Até em situações de promoção²⁸⁸. Os que eram preteridos nos concursos mais correntemente solicitavam a restituição dos *papéis*. Fr. Joaquim José Segurado expôs que os seus *papéis* não precisavam ficar na repartição²⁸⁹. Isto porque eram as secretarias que arquivavam estes processos. Os secretários das repartições entregavam a documentação, mediante um recibo para comprovar o levantamento dos *papéis*, assinado pelo suplicante ou pelo seu procurador. Os freires conventuais podiam também solicitar uma certidão do livro da matrícula, depositado no cartório do convento respectivo, onde constasse os anos que tinham de hábito e de profissão²⁹⁰. Para além destes cartórios, os dos juízos das Ordens das comarcas, onde se recorria para obter, por certidão, o termo do auto da posse dos benefícios e igrejas, extraído do livro competente. Eram os designados livros de actos de posse de priorados e benefícios curados das igrejas paroquiais da Ordem da comarca²⁹¹.

Para granjear a carta das igrejas e benefícios os providos eram obrigados a apresentar o recibo do tesoureiro das despesas como prova de terem liquidado os exames. No acto deste pagamento, satisfaziam também, para além de outras despesas, as propinas dos cursores. Em 1788, os contínuos pediram que os oficiais das secretarias não passassem as cartas do provimento sem o recibo da satisfação dos seus emolumentos. Deveria constar por bilhete do porteiro do tribunal esse pagamento. Os valores destinados aos cursores eram de 480 réis por cada provimento de igreja e 240 réis por cada provimento de benefício, pelo trabalho que tinham em preparar os concursos e exames. Quando os providos derivavam de propostas dos bispos ou por decretos em igrejas e benefícios, que não tinham exames para os concursos no tribunal, nada tinham a pagar aos cursores²⁹². Quanto aos provimentos das igrejas de Ultramar, pertencentes à esfera da secretaria da Ordem de Cristo:

É bem certo que estes têm o trabalho, se há concurso de exames, levarem os avisos aos Examinadores, as consultas à Secretaria de Estado, e depois de

²⁸⁸ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

²⁸⁹ Recebeu de volta a carta de ordens, a carta de colação, a certidão de profissão, a sentença de habilitação nas ordens, a licença para pregar, a prova dos cursos da Universidade, entre outros documentos. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

²⁹⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 242, mç. 12.

²⁹¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 436, mç. 189.

²⁹² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 2, docs. 14 e 19.

despachadas, as cartas para a Real Assinatura; se são Propostas dos Reverendos Bispos, que se consultam sobre os provimentos das Igrejas e Benefícios, sempre levam as Consultas e depois as cartas; se são provimentos por Decretos sempre levam as cartas para a Assinatura de modo que uma ou duas vezes vão à secretaria de Estado em serviço das partes, ainda que não hajam exames.

Debrucemo-nos sobre os que eram providos e não tomavam posse dos benefícios. Entretanto podiam passar vários anos. Eram notificados para que, num prazo determinado de alguns dias, servirem o benefício, sob pena deste voltar a ser colocado como vago e a concurso para eventuais interessados²⁹³. Podia ocorrer por desistência de quem fosse provido e não chegasse a tomar posse²⁹⁴. Por circunstâncias familiares, para ficar mais perto da sua *pátria*. Em 1728, frei Miguel Rodrigues Largo, freire professo da Ordem de Avis, beneficiado numa futura sucessão da igreja de Santo Agostinho da vila de Moura, opôs-se ao priorado da igreja de Noudar e fora o único opositor. Três meses mais tarde, pondo-se vago um benefício curado da igreja de São João da vila de Moura, fez também oposição por questões de conveniência e proximidade da sua *pátria*. Por este motivo desistiu do referido priorado, visto na oposição do benefício ter sido também o único opositor²⁹⁵. Assim ocorrera, igualmente, com o padre José Nunes de Andrade, presbítero do hábito de S. Pedro, nomeado para um benefício curado e com obrigação de coro da Ordem de Santiago, na igreja matriz de Loulé. Não chegou a tomar posse. O despacho dado na sua petição data de 1802. Oriundo de uma família pobre, desistiu em razão de falecer um cunhado que até aí amparava toda a sua família, nomeadamente os seus pais que já tinham uma idade avançada, três irmãs donzelas e outra viúva com três

²⁹³ Cf. ANTT, MCO, liv. 59. O padre João Baptista, natural de S. Bartolomeu de Messines, foi notificado por ordem do juiz geral das Ordens para que fosse servir a futura sucessão de um benefício da matriz de Albufeira, no termo de oito dias, com cominação de se lhe pôr vago por haver três para quatro anos que fora provido dele e não estar colado, nem ter tomado posse. Refira-se que foi o padre António Rodrigues Vieira, natural de Albufeira, que apresentou uma petição à Mesa da Consciência a requerer que o juiz geral das Ordens mandasse notificar o padre João Baptista. Disso fazia prova a certidão da notificação passada pelo padre Manuel Guerreiro Camacho, pároco da igreja de Santa Ana, termo da vila de Ourique, datada de 12 de Julho de 1720. Existia outra certidão do prior da referida igreja de Albufeira, frei Francisco da Rosa Machado, passada a 20 de Agosto de 1719.

²⁹⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 6, mct. 1.

²⁹⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 59.

filhos menores. Estava distante da sua terra e prelazia de Tomar em 64 léguas. Por este motivo interessou-lhe o benefício com obrigação de coro na colegiada de Santiago da vila de Santarém, pertencente à jurisdição quase episcopal do seu mesmo Prelado de Tomar e da Ordem de Cristo²⁹⁶. Era necessário publicar novo edital²⁹⁷.

Quando já se era provido em outra igreja, teria de haver desistência desta para assumir a nova nomeação²⁹⁸.

O mesmo sucedia aos que faleciam antes de tomar posse ou de tirar as provisões. Em 1633, numa destas situações, a Mesa considerou que a igreja devia ser provida pela mesma consulta que selecionara o provido que, entretanto, falecera. Era uma forma de evitar atrasos no processo e novos exames e novas diligências. Até porque nela constavam os sujeitos mais idôneos e suficientes para o serviço e administração da igreja. Mas, não era esse o entendimento de dois deputados, cujos votos foram aceites pelo monarca²⁹⁹. Em episódios de falecimento e quando o provido não chegava a tomar posse, os familiares apresentavam um requerimento a solicitar a restituição dos três quartos, para o caso da Ordem de Cristo³⁰⁰.

Os recém-empossados apresentavam uma petição na secretaria para que lhes fosse lavrada uma certidão de quanto tinham de pagar. Os procedimentos relativos à tomada de posse impunham a existência das cartas de apresentação e de quitação dos três quartos para a respectiva posse e colação³⁰¹. Em 1802, o padre José Nunes de Andrade foi provido no benefício vago, na colegiada de Santiago da vila de Santarém, da Ordem de Cristo, tendo pedido que a secretaria lhe passasse a certidão de quanto havia de pagar. Para o clérigo, *esta parece se lhe deve mandar passar dos ditos 6.000 réis costumados com os mais Beneficiados*. No seu discurso, referiu que estes benefícios eram *de muito ténue rendimento, e não tem cóngrua alguma certa, e tudo o que lhe pertence receber são alguns limitados dízimos, ofertas dos fiéis, e foros; e isto muito mal pago, e sempre atrasado, e muitas vezes cobrado à força de demandas*. O suplicante

²⁹⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 4, n.º 1

²⁹⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 6, mct. 1.

²⁹⁸ Cf. ANTT, MR, liv. 369, fls. 142-142v.

²⁹⁹ ANTT, MCO, liv. 60, fl. 128.

³⁰⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 1 a).

³⁰¹ Cf. *ibidem*.

sentia-se prejudicado por não tomar posse do benefício e professar a sua Ordem pelo embaraço da certidão, visto que tinha sido provido já havia cinco para seis meses³⁰².

Quanto ao pagamento dos três quartos ou da meia anata, havia os seus trâmites. Vejamos o caso da meia anata à Ordem de Avis, que cumpria trâmites e regras. Correspondia a metade da renda de um ano. Os que entravam de novo, pagavam-na por inteiro, e os que se achavam providos em outros benefícios, que desistiam pela nova mercê, abatia-se na conta o valor que já tinham pago pelo outro. António Velez Zuzarte de Sousa Tavares, freire conventual da Ordem de Avis, prior da igreja matriz de Santiago da Vargea de Moruge, pagou de meia anata 145.600 réis. Mostrou já ter estipendiado 54.400 réis pelo priorado que largou, perfazendo os 200.000 réis que dizia pagar de meia anata pelo priorado³⁰³. Em 1762, o padre fr. Francisco Ribeiro Fernandes entregou 12.000 réis da meia anata do priorado da igreja de Veiros que, com os 18.000 que já tinha pago quando entrou na Ordem num benefício de Albufeira, perfazendo os 30.000 que devia pelo dito priorado³⁰⁴. Fazia-se a conta pela certidão dos preços que tinham os frutos nas terras em que estavam situados os benefícios, no ano em que os indivíduos eram providos. A conta era feita pelo recebedor das meias anatas com base no rendimento do benefício e certidão que o provido apresentava. Feito o pagamento, o recibo era produzido pelo recebedor sobre o valor que recebia o provido e era apresentado ao secretário da Mesa para ser lançado em receita. Era extraído um conhecimento que se juntava à consulta do provido para que fosse expedida a carta do empossado³⁰⁵. Efectuado o pagamento, expediam-se assim as cartas. Cabia depois ao provido remeter a certidão de ter tomado posse do benefício. Estava obrigado a colar-se e a tomar posse dentro de dois meses, sob pena de se pôr novamente a concurso, palavras que eram expressas no edital. Pelo menos era assim no final do século XVIII e início do século XIX. Foi o que aconteceu com o padre Pedro António de Oliveira da Silva Lamim, provido no benefício curado de Albufeira, passados quatro anos não apresentou a certidão da sua posse³⁰⁶. Em 1791, fr. João

³⁰² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 4, mct. 1.

³⁰³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 417, mç. 170.

³⁰⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 342, mç. 98.

³⁰⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 406, mç. 161.

³⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 417, mç. 170.

Ferreira Valente de Andrade foi notificado e intimado de que se achava privado do benefício que servia na igreja, noticiando-se, ao mesmo tempo, que estava provido em outro benefício. Era necessário que fosse tirar a sua carta e tratasse da colação no termo de dois meses, sob pena de ficar vago o benefício e ser privado do hábito da Ordem. Entretanto, mandou-se logo afixar o edital para o outro benefício que servira³⁰⁷. Em 1800, ordenou-se que o juiz da Ordem da comarca notificasse o padre fr. António Veles Juzarte para se colar e remeter a certidão da posse, no termo de quinze dias, dando conta da execução desta diligência³⁰⁸.

Em suma, as igrejas e os benefícios deviam ser sempre providos nos sujeitos mais dignos, capazes e suficientes e que melhor pudessem servir a Igreja, instruindo os fiéis com as suas doutrinas e exemplos. Os estatutos da Ordem de Cristo, à semelhança do Concílio Tridentino, mandavam que se preferisse o mais digno na ciência, não descurando em absoluto os outros requisitos, *mas quando o mais sábio mostrar papéis de sua abonação, vida, e costumes, e nele concorrerem as partes que se requerem; e é de notar que entre os requisitos prescritos pelo dito Concílio, até segundo a Ordem da Letra precedem o da idade, ou antiguidade, e costumes ao da doutrina, ou ciência, e prudência além de outros, e pelos Estatutos da Ordem só é preferível o da ciência quando a ela se unem os mais requisitos.*

Os critérios de selecção eram rigorosos, desde as habilitações de vida e costumes, exames de suficiência e ciência moral, a apreciação de uma série de documentos sobre o procedimento que deveria ser exemplar e sobre a carreira dos opositores. Não era tarefa simples. Era difícil de pesar na *balança da Justiça os merecimentos dos opositores em o Concurso de Igrejas Paroquiais, se não são bem reguladas as prévias diligências, com que os concorrentes legitimam as suas pessoas, e seus requisitos.* Os concursos não se pautavam pelo livre arbítrio dos deputados, mas *pelos sagrados e verdadeiros Cânones, Concílios, e praxe ordinária da Igreja.* Reputava-se o mais idóneo, não o mais sábio, *mas sim o que com suficiente literatura se adorna demais requisitos conducentes para o ofício de Pároco: são estes o exercício de pregar, confessar e servir uma ou muitas Igrejas com abonação de vida e costumes, devendo na igualdade destes*

³⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 390, mç. 145.

³⁰⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 405, mç. 160.

*requisitos ser preferido o mais antigo, porque na prioridade de tempo e maior exercício leva vantagem aos que o igualam nos mesmos requisitos*³⁰⁹. Foram muitas as inquirições feitas nos juízos das Ordens que acusaram defeitos dos opositores. De acordo com os definitórios, as dispensações não se concediam senão em casos que os opositores tivessem tantas partes e merecimentos que assim se devesse atender. A resolução régia de 4 de Fevereiro de 1641 determinava que os benefícios das Ordens Militares se provessem em pessoas que tivessem as qualidades que os estatutos delas requeriam.

Eram processos que envolviam vários procedimentos administrativos e diferentes intervenientes, tanto do centro como da periferia. Alguns concursos terão conhecido um grande volume de documentos produzido ao longo da tramitação destes. Sem contar, por vezes, com tipologias como petições e consultas extensas, onde se marcavam acérrimas defesas e avaliações³¹⁰. O provimento podia ser resoluto num segundo concurso, por força da inabilidade dos candidatos, de não serem achados suficientes nos exames ou dos embargos que se colocavam em qualquer fase do processo. Por vezes, na chancelaria, quando se autenticavam as provisões³¹¹.

A uma escala local eram clérigos com forte enraizamento nas comunidades onde se inseriam. Estreitavam-se vínculos com as populações que, em alguns casos, intervinham nos processos de provimento. Tratava-se de concursos destinados a clérigos pertencentes a escalões baixos e intermédios dentro do seu grupo social. Grande parte dos benefícios vagos era de ténues rendimentos e muitos dos clérigos assumiam-se retoricamente como pobres. Não é de estranhar o volume de documentos relativos a pedidos de aumento de côngruas. Os opositores sabiam quais eram as igrejas mais *pingues* e de maior *lotação* que as Ordens tinham. Não escondiam a sua preferência pelas de maior lote. Note-se que eram processos que acarretavam gastos relativos a deslocações e estadas em hospedagens em Lisboa. Foram muitos os clérigos que, com poucos meios para se poderem sustentar e condicionados pela demora dos trâmites administrativos, investiram a muito custo num provimento que abonasse a sua condição económica.

³⁰⁹ ANTT, MNEJ, mç. 5, mct. 1.

³¹⁰ Cf. ANTT, MCO, liv. 187.

³¹¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 120.

O soberano, como Governador e perpétuo Administrador das Ordens, mandava vagar por concurso. Tentava-se a todo custo que, nas igrejas que se houvesse de prover, não faltassem os sacerdotes que as servissem o quanto antes. Nem que os concursos ficassem suspensos muito tempo por ocasião de alguma dificuldade. Algumas igrejas ficavam vagas durante meses e anos sem haver freires nem clérigos que as pretendessem pelo seu limitado rendimento. Talvez por isso se preferissem os naturais das localidades de provimento. Evitavam-se as vacaturas em função das tentativas de proximidade geográfica dos opositores às suas *pátrias*. Para obter um despacho favorável dependia, muitas vezes, das necessidades de opositores às igrejas das Ordens. Estas eram providas por via do regimento e das regras, não obstante as inúmeras dispensações praticadas para contornar esses diplomas normativos. Os impedimentos não ofereciam uma excessiva preocupação desde que o candidato tivesse capacidade necessária para servir de pároco, capelão ou beneficiado, consoante o caso.

Para muitos clérigos era também o momento para se alistarem nas Ordens Militares. Habilitavam-se pelos juízos das Ordens para tomar o hábito de um dos três mestrados para fazer oposição nas respectivas igrejas e benefícios. Os mais ávidos aproveitavam as oportunidades para ascender dentro do seu grupo social. Ao longo das suas carreiras, somavam oposições na busca de provimentos vantajosos, quer pela remuneração, quer pela proximidade das suas *pátrias*. Podia ocorrer com uma encomendação ou uma futura sucessão como maior garantia para ocupar um lugar. Neste caso, servia-se interinamente por carta de encomendação³¹². Podia-se estar nessa condição até vários anos, vencendo toda a cômputa, e embora não assegurasse o acesso ao provimento. Bastava candidatar-se alguém em vantagem para competir na oposição desse mesmo lugar.

Como se denota, boa parte da actividade quotidiana das secretarias era passada com tramitações desta natureza. Não só os benefícios eclesiásticos eram muitos, como a versatilidade de situações e, por conseguinte, de papéis era grande.

³¹² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 427, mç. 180.

5. Análise tipológica e diplomática

São numerosas as tipologias documentais que tramitam nos processos das Ordens Militares. Não podendo expor, neste capítulo, todas elas, optou-se por apresentar as que foram mais representativas nos procedimentos estudados. Dá-se a este capítulo um cariz inventariativo e pragmático, sem com isso se descurar os contextos de produção dos documentos e as linguagens técnico-formais usadas na época. Por vezes, no âmbito de uma tipologia, descrevem-se outras que a integravam ou a materialidade gráfica das espécies tratadas.

Viaja-se, assim, por múltiplas fórmulas retórico-processuais tendo em vista possibilitar um melhor conhecimento da validade dos documentos, do grau de especialização exigido aos escrivães e agentes e contribuir para estudos comparados inter-instituições. Pretende-se dar achegas para a questão: haveria muitas tipologias documentais específicas nas Ordens Militares portuguesas?

Auto: relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão ou a um infrator a uma sanção¹. *Conjunto de peças de um processo forense*². Nas Ordens Militares e no Santo Ofício o auto de habilitação é composto pelo termo de apresentação, juramento, assentada, sumário das testemunhas, termo de encerramento, termo de contas e faz-se acompanhar de uma informação resultante desse mesmo auto.

O **termo de apresentação** expunha, de modo introdutório, a provisão, a atribuição do ofício de escrivão à figura eclesiástica, na inquirição. Por vezes, detalhava a proveniência da provisão e o nome dos deputados que a assinaram. Este termo podia ser lavrado em conjunto com o de juramento³ e enunciar logo o que iria constar nos fólios seguintes.

¹ Cf. Heloísa Liberalli Belloto, *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 49. Segundo a autora, *usa-se a palavra autos como sinónimo de processo, isto é, como o conjunto de todos os documentos de diferentes espécies que compõem um processo administrativo ou judicial*.

² Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do livro. Da escrita ao livro electrónico*, Coimbra, Edições Almedina, 2008, *sub voce* “auto”.

³ Foi o que se passou num auto de habilitação de Nicolau Xavier de Figueiredo e Bulhões Castelo Branco, tendo-se intitulado de Apresentação da provisão de Sua Majestade Fidelíssima e auto de juramento recíproco. – ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 10.

O **termo de juramento** materializa uma prática obrigatória, no acto da inquirição, em que se jurava aos Santos Evangelhos. O comissário e o freire davam-no, mutuamente, um ao outro, no início dos procedimentos, como compromisso de realizarem a diligência na forma ordenada e de guardarem segredo sobre tudo o que, a partir daquele momento, se iria processar. Deste acto lavrava-se o respectivo “auto” ou termo. O mesmo sucedia às testemunhas que juravam, advertindo-se as mesmas que dissessem a verdade nos seus depoimentos, sem que soubessem o porquê de serem questionadas. Inicia sempre com a fórmula *Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo* e termina com a menção de quem lavrou o texto com as palavras *o escrevi e assinei*, constando por baixo as assinaturas dos que realizaram a diligência. No formulário faz-se menção ao documento que lhe está na origem, a quem o assinou e a ordem que fora dada. Também denominado de auto de juramento recíproco⁴.

A **assentada** é o termo que antecipa o depoimento propriamente dito, com uma breve apresentação do inquirido quanto ao nome, idade, ocupação, naturalidade, onde foi baptizado e era morador. E referia-se também que o cavaleiro deu o juramento dos Santos Evangelhos ao depoente para dizer a verdade e guardar segredo, prometendo assim cumprir.

A provisão e os interrogatórios marcavam a estrutura do **sumário das testemunhas**, fixando a sequência pela qual estas eram questionadas e davam as respostas em cada depoimento. É de realçar que, neste sumário, sempre que se iniciava o testemunho de cada indivíduo colocava-se no princípio, à margem esquerda, o número correspondente a cada um dos depoentes, pelo mesmo escrivão que redigia os depoimentos. Os fólios eram numerados e rubricados no canto superior direito. Obviamente que nem sempre se cumpria esta ordem de expor a informação, assim como nem sempre se lavravam alguns destes *itens* e até poderiam ser acrescentados outros. Por vezes, inquiria-se um elevado número de testemunhas, mas nem todos os depoimentos passavam à *pública forma*.

⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 10.

Seleccionavam-se os que oferecessem melhores *notícias*⁵. O mesmo acontecia no Santo Ofício e noutras instituições que recorriam a este meio de prova.

O **termo de encerramento** marcava o fim da inquirição, em que o comissário e o escrivão juravam aos Santos Evangelhos de como não se apropriavam de qualquer documento pertencente à diligência. Era o comissário que determinava o fim do interrogatório e ordenava ao escrivão a feitura do respectivo termo. Um dos indicadores para tomar a inquirição como concluída era o número de depoimentos já reunidos. Outro seria a prova que se fazia das informações, a partir do momento em que se pensava já estar apurada a verdade dos factos, sendo escusado interrogarem-se mais testemunhas. Declarava-se o número de depoentes e o de folhas que compunham o auto de habilitação. Também era designado de **termo de conclusão**. No caso das habilitações do Santo Ofício, o termo em apreço era obrigatoriamente lavrado pelo punho do comissário que efectuava a diligência. Por aqui se nota a importância processual deste documento.

Termina com a menção de quem lavrou o texto com a fórmula *o escrevi e assinei*, constando por baixo as assinaturas dos que realizaram a diligência.

No fim da inquirição elaborava-se o **termo de contas**, em que o cavaleiro comissário e o freire assinavam, jurando sobre os Santos Evangelhos de como as despesas eram verdadeiras. Neste documento constavam o número de dias empregues na diligência, a estada, as localidades calcorreadas e os respectivos valores a receber por cada um, de acordo com a tabela de salários. Esta informação destinava-se ao tesoureiro dos depósitos. Era-lhes exigido igualmente que declarassem, no termo, o nome do habilitando. Num dos autos de habilitação de Brás Álvares Couceiro, lavrado por Manuel da Fonseca, beneficiado na Colegiada da igreja de São Martinho, da vila de Pombal, este intitulou o documento de **conta do salário**⁶. O mesmo sucedeu no processo de António do Couto Machado, em que o cavaleiro Fr. Henrique Freire de Andrade refere não ter feito *conta de salários* por se escrever de dia e de noite na diligência. Neste caso não se apresentaram os valores a fruir⁷.

⁵ Em uma das diligências do processo de Nicolau Rodrigues Moura registaram-se vinte e sete testemunhas de entre as muitas que não deram cabal notícia. – Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 2.

⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra B, mç. 1, n.º 4.

⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 35, n.º 9.

Cavaleiro e secretário lavravam juntamente um documento neste termo de contas, em espécie de recibo, designado de **certidão**, na qual assinavam, para constar a cobrança das quantias, mediante conhecimento, por parte do tesoureiro dos depósitos, também chamado de *depositário dos depósitos*. A este ou a quem estivesse a servir o seu cargo entregavam, uma outra certidão com o mesmo teor da anterior, para a *sua guarda*. E os que não assistissem na Corte representar-se-ia o tesoureiro por procurações aos seus correspondentes, figura que pagaria as despesas por conta de outrem em localidade distinta.

A **informação** é aquilo que ajuda à tomada de decisão, o que reduz a incerteza. *Conjunto de factos, de noções, etc., que existem em determinado momento sobre um determinado assunto, susceptíveis de serem comunicados, interpretados ou tratados*⁸. Neste particular, trata-se do remate da diligência. A partir das informações obtidas pelas inquirições comissário e escrivão corroboravam com o seu parecer, demonstrando que a decisão dependia do soberano, e *determinará o que for servido*. Em boa verdade, estes agentes nem sempre exprimiram a sua opinião neste documento, limitavam-se a fazer o resumo a partir do sumário das testemunhas, destacando as situações mais relevantes para o processo. Esta tipologia acaba por ser a confirmação dos dados que constam das provisões que, por via da inquirição, se confrontaram no sentido de apurar se correspondiam à verdade e no intuito de recolher mais informações que tivessem pertinência para o processo. Este documento também servia de espaço onde se apreciavam os depoentes após o interrogatório. É provável que esta busca de informação sobre as testemunhas também se efectuasse antes do interrogatório, na selecção das mesmas, quando não se dominava o conhecimento sobre o território, tal como no Santo Ofício.

Os agentes mais aplicados nesta matéria indicavam, no documento, de forma metódica, o número da testemunha e do fólio onde constavam as referidas situações, de forma a agilizar a pesquisa da informação. Nem sempre o escrivão participava nesta tipologia, a avaliar pela ausência da sua assinatura no documento.

Para Heloísa Liberalli Belloto, o registo dos depoentes é o *ato judicial que, no processo, contém os depoimentos das testemunhas*⁹. Nas Ordens Militares e

⁸ Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Op. cit.*, sub voce “informação”.

⁹ *Op. cit.*, p. 69.

no Santo Ofício designamos por **sumário das testemunhas**, como muitas vezes se apelidava na época¹⁰.

Alvará para ser armado cavaleiro: inicia com a intitulação régia completa ou encurtada com recurso à abreviatura da locução *et cetera*. Esta tipologia documental tinha como destinatário um qualquer cavaleiro professo na Ordem respectiva, a quem o rei, enquanto governador e administrador das Ordens, mandava armar o recém habilitado como cavaleiro e o instruía acerca dos procedimentos a tomar. O alvará dava lugar a uma certidão que deveria ser lavrada no verso daquele documento.

Na Ordem de Cristo muitos eram armados cavaleiros na Igreja da Conceição em Lisboa ou na capela Real. Podia ser também no Convento de Tomar ou em qualquer outro local.

No final, o alvará apresenta a data tópica e cronológica e a assinatura do rei.

Aviso: curto ofício em que os *secretários de Estado transmitem a outros secretários ou a presidentes de tribunais ordens régias, expedidas em nome do soberano*¹¹. Era expedido pelos ministros e secretários de Estado, intermediários do rei, que a seu mando e fazendo menção disso através da fórmula *Sua Majestade é servido*, contactavam com o tribunal das Ordens ou com outras entidades. Encerravam o diploma com o local, a data e a assinatura.

Carta de profissão: também designada de certidão ou alvará de profissão. Confirmava o juramento prestado no acto da profissão do cavaleiro e, por isso, o discurso retórico utilizado era sempre idêntico. O documento era dirigido aos superiores do cenóbio (como representantes do rei enquanto governador e administrador das Ordens), lavrado na primeira pessoa do singular, tendo no início o pronome pessoal “eu”. Nesta carta, o cavaleiro prometia cumprir os votos de obediência, de castidade e de pobreza, assinando no final do formulário.

¹⁰ Sobre estes testemunhos, *vide* Fernanda Olival, Leonor Dias Garcia, Bruno Lopes *et al.*, “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII)”, in *Honra e sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares (séculos XVI-XIX)* (coords. Ana Isabel López-Salazar, Fernanda Olival e João Figueirôa-Rêgo), Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013, pp. 315-349.

¹¹ Heloísa Liberalli Belloto, *Op. cit.*, p. 49.

Quando o documento passou a ser impresso, como aconteceu no início do século XVIII, apenas se preenchiam os espaços em branco com algumas informações.

Conhecimento: constitui a prova de um depósito, a favor da receita do tribunal das Ordens, passado pelo escrivão da câmara da Mesa e assinado pelo tesoureiro dos depósitos a quem se entregava o numerário estipulado no despacho que o antecedia. *Significa não menos o bilhete, pelo qual se mostra a entrega de fazenda, ou de dinheiro, a bordo de algum Navio, ou em alguma Repartição pública*¹². **Bilhete,** pelo qual se declara haver recebido (...) dinheiro¹³. Nas habilitações para a concessão de hábitos, o conhecimento fazia referência ao número do livro de receita do tesoureiro dos depósitos para os hábitos das Ordens em que ficavam carregadas as quantias em causa. Inicia sempre com as palavras *A fl.* respeitante a um livro de receita. Faz-se menção ao nome do depositante, que poderia ser o interessado ou um procurador e para que efeitos se destinava o montante. O documento tem a data de produção. Na maioria das vezes, em processos de habilitação, o conhecimento era lavrado no verso da petição.

Pode-se apresentar rasgado no topo, por força das práticas administrativas.

Consulta: parecer¹⁴ produzido pelos deputados. Aparece com a introdução do sistema polissinodial. Na Mesa da Consciência resultava do exame e da discussão protagonizados pelo presidente e deputados, em regime de assessoria, que se reuniam para esclarecer ou deliberar sobre algum *negócio* da competência do tribunal das Ordens, em resposta ou não a um pedido de parecer emanado directamente do rei (mediante um **decreto**) ou através de um aviso do secretário de Estado¹⁵. Nas Ordens Militares, o destinatário é sempre o rei ou a

¹² Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*, Tomo primeiro, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1827, *sub voce* “conhecimento”.

¹³ Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza*, vol. I, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, *sub voce* “conhecimento”.

¹⁴ Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Op. cit.*, *sub voce* “consulta”.

¹⁵ Cf. José Joaquim Sintra Martinheira, *Catálogo dos Códices do fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio de Janeiro/Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 38. *Vide* Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Op. cit.*, *sub voce* “consulta”.

rainha empossados no governo, intitulados como *Senhor* ou *Senhora*, *respectivamente*¹⁶. A consulta refere *todas as indicações relativas ao processo burocrático ou [ao] circuito do documento. Faz menção do decreto, aviso ou portaria que manda consultar, ou do documento que lhe está na origem*¹⁷. Assim sendo, faz o histórico do processo, citando outros documentos anteriores, de forma a contextualizar o seu discurso. Utilizava-se a retórica *E por Vossa Majestade mandar por Aviso (...) se veja neste Tribunal para se deferir ou consultar o que parecesse*. De que forma os deputados se inteiravam dos assuntos aquando da produção das consultas? Segundo Pedro Luis Lorenzo Cadarso, *el secretario, para los asuntos de trámite – que eran la inmensa mayoría -, llevaba un memorial de relaciones, con varias decenas de asientos, cada uno con el resumen de un asunto en trámite. Sólo para cuestiones de gran transcendencia se llevaban las peticiones u otros documentos originales*¹⁸.

A consulta era um documento não vinculativo, que também era elaborado por outras instituições da administração central, tanto em Portugal como no resto da Península Ibérica¹⁹.

A palavra-chave desta tipologia é o verbo parecer que inicia a exposição dos votos dos deputados, demarcando-se do restante formulário, *Pareceu a esta Mesa que Vossa Majestade*. O início do parecer dos deputados era precedido da fórmula *E sendo tudo visto*.

Neste documento eram expostas as opiniões e sugestões dos ministros da Mesa, de forma autónoma, demarcadas dos juízos do soberano, em forma de

¹⁶ Vide as semelhanças com o caso castelhano em Pedro Luis Lorenzo Cadarso, *Estudio diplomático de la evolución del expediente administrativo en el Edad Moderna: el ejemplo del nombramiento de corregidores de Badajoz*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2009, p. 197. Do mesmo autor, “Los fondos archivísticos y tipología documental de la Edad Moderna”, in *Lecciones de Archivística General y Documentación del Patrimonio Histórico* (dirs. Pedro Luis Lorenzo Cadarso e Agustín Vivas Moreno), Badajoz, Instituto de Ciencias de la Educación/Abecedario, 2004, pp. 179-181.

¹⁷ José Joaquim Sintra Martinheira, “Os documentos d’El Rei”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.º 2, 2006, p. 143.

¹⁸ *Op. cit.*, p. 17.

¹⁹ Vide, por exemplo, Fernanda Olival, Leonor Dias Garcia, Bruno Lopes *et al.*, “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII)”, in *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares – séculos XVI-XIX* (coords. Ana Isabel López-Salazar, Fernanda Olival e João Figueirôa-Rêgo), Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013, pp. 315-349; José Manuel Louzada Lopes Subtil, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S.A., 2011, pp. 53-54; Pedro López Gómez, “La documentación de la administración central en la Edad Moderna”, in *El patrimonio documental: fuentes documentales y archivos* (coords. María de la Almudena Serrano Mota e Mariano García Ruipérez), Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1999, p. 62.

votos ou pareceres. Discrimina também os pareceres sempre que estes se distinguem entre eles. Nalgumas conjunturas aparecia mesmo o nome de quem opinava de determinada maneira na Mesa; noutras apenas: *pareceu a um voto que (...)*.

Na contingência de existir a consulta de conta nos procedimentos do processo esta antecedia sempre a outra consulta, utilizando a fórmula *do que se dá conta a Vossa Majestade como Governador e perpétuo Administrador*.

Era com base na consulta que o monarca, eventualmente, poderia tomar as suas decisões, dando lugar à resolução, que era redigida na margem esquerda do texto grafado (em geral, a mancha gráfica do corpo da consulta só se iniciava a 25% da largura da folha). Face ao que era exposto, a sentença ficava à consideração superior, utilizando-se a fórmula *Vossa Majestade porém mandará o que for servido*. Era reconhecida a liberdade do monarca para decidir segundo os seus critérios²⁰. Para António Manuel Hespanha a consulta materializa o ponto de vista do “tribunal” ou “conselho” e autonomiza-o em relação à vontade do soberano. Nela o tribunal objectiva os pontos de vista “técnicos” (ou os seus pontos de vista políticos), que assim ganham autonomia em relação aos pontos de vista “políticos” do soberano; através dela, e da sua fundamentação, o “tribunal” pressiona o soberano no sentido de uma certa decisão; e com ela, constitui-se uma “memória burocrática” que se imporá ao tribunal e ao próprio monarca²¹.

Para José J. Real Díaz, a consulta é *el acto por el cual una institución o individuo, en cumplimiento de un precepto genérico o específico del soberano, lo asesora en un asunto determinado. Por extensión recibió el nombre de consulta el documento en que la institución o individuo transmitía al soberano su consejo en el negocio que le había sido encomendado*²². Segundo Antonia

²⁰ Pedro Luís Lorenzo Cadarso, “La correspondência administrativa en el Estado Absoluto Castellano (ss. XVI-XVII)”, *Tiempos Modernos: Revista electrónica de História Moderna*, Madrid, n.º 5, 2002, p. 14.

²¹ *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, p. 353. *Idem*, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Sobre a consulta vide também António Manuel Hespanha, “O governo dos Áustria e a ‘modernização’ da Constituição política portuguesa”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, n.º 2, 1989, pp. 49-73.

²² *Estudio diplomático del documento indiano*, Sevilla, EEHA, 1970, pp. 91-92 *apud* Antonia Heredia Herrera, *Catalogo de las consultas del Consejo de Indias*, vol I, Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972, pp. 3-4. Vide também Margarita Gómez Gómez, *Forma*

Heredia Herrera, no seu estudo sobre o Consejo de Indias, el negocio juridico contenido en la consulta no es más que un consejo o proposición de los consejeros de Indias al rey, que no engendra derechos, ni obligaciones; sólo aporta al monarca elementos de juicio para que de ellos emane la decision soberana sobre el asunto - reflejada en la resolucion marginal o dorsal - que será en definitiva de donde surja el documento dispositivo sobre la materia²³.

No final, o documento apresenta o local, a data da sua produção e é assinado pelos deputados. No verso do último fólio consta essa data, a proveniência (neste caso, a Mesa da Consciência e Ordens) e o assunto (sempre a iniciar com a preposição *Sobre*). Tratando-se de processos que envolvessem colónias, mencionava-se também a unidade territorial a que respeitava: *Índia, Brasil*.

É de salientar que em geral havia uma prévia minuta da consulta que era assinada com a rubrica, o que não acontecia na versão final. Apenas o despacho régio tinha sempre a rubrica do monarca.

Decreto: *Em especial se diz Decreto à resolução primária do Rei só por ele assinada com a sua Rubrica*²⁴. *Disposição do soberano sobre requerimento particular ou consulta de algum tribunal, precedendo informação, a qual depois fica tendo força, e vigor de lei geral*²⁵. Consiste num curto texto, pouco formal, contendo uma ordem expressa do soberano ao tribunal da Mesa da Consciência e Ordens (ou a outra entidade) para que deste se expedissem as disposições para a sua execução²⁶. Para tal, é comum a fórmula *A Mesa da Consciência o tenha assim entendido e o faça executar*. Para Heloísa Liberalli Belloto *pode acrescentar, modificar ou revogar alguma lei, estabelecer um direito novo ou algo*

y expedición del documento en la Secretaria de Estado y del Despacho de Indias, Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1993, pp. 240-242.

²³ *Catálogo de las consultas del Consejo de Indias*, vol I, Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972, p. 7.

²⁴ Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Op. cit.*, sub voce “decreto”.

²⁵ Antonio de Moraes Silva, *Op. cit.*, sub voce “decreto”.

²⁶ Pedro Luis Lorenzo Cadarso refere: *El rey (o quien actuase en su nombre) resolvía el asunto mediante un Real Decreto, dirigido usualmente al Secretario, el cual procedía entonces a ejecutar lo dispuesto y, en su caso, a elaborar los documentos pertinentes, normalmente cédulas o provisiones, para comunicar la resolución.* — *Op. cit.*, pp. 17-18. Do mesmo autor, vide *La documentación judicial en la época de los Austrias: estudio archivístico y diplomático*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1999, pp. 103-104 e 278.

a respeito de uma pessoa, uma instituição ou um negócio particular²⁷. Segundo Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão é aquilo que ficava julgado ou sentenciado pelo príncipe, que tinha tomado conhecimento da causa²⁸.

São textos geralmente manuscritos e usados com frequência, entregues aos vários conselhos da administração central. Para Fernanda Olival, às vezes, *o mesmo diploma, porque enviado a outro tribunal no dia seguinte, apresentava essa pequena variante na data, embora o corpo do texto fosse idêntico. (...) Com frequência, o pendor destes decretos e os motivos pelos quais foram elaborados, eram fortemente conjunturais e até micro-conjunturais. Esta situação tornou-se muito notória durante as incertezas da Guerra da Restauração*²⁹.

Os decretos a conceder mercês, entre outros contextos, podiam surgir na sequência de petições. Nestes casos era usual a fórmula retórica: *Atendendo ao que o suplicante representa: Hei por bem*³⁰. Podia assumir, igualmente, a modalidade de pedido de consulta: *Veja-se na Mesa da Consciência e Ordens e com efeito se me consulte o que parecer*. Esta última situação era recorrente e estava longe de ser exclusiva da solicitação de mercês.

Para Pedro Luis Lorenzo Cadarso, o decreto constitui uma das novidades da diplomática no século XVII espanhol. *El término decreto, como otras muchas palabras del lenguaje administrativo de la época, tenía un origen judicial, pero en su uso en los expedientes se empleaba como sinónimo de orden o resolución (...). La historia de este documento, llamado a perdurar hasta nuestros días, corre pareja a la implantación de la burocracia moderna y de los procedimientos que le son propios*³¹.

Encerra com o local (Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, por exemplo), data de produção e a rubrica régia. Poderia ter uma nota, que lhe fora acrescentada, de que havia sido registado.

²⁷ *Op. cit.*, p. 63.

²⁸ *Op. cit.*, sub voce “decreto”.

²⁹ Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, [D.L. 2001], p. 118.

³⁰ *Vide* José Joaquim Sintra Martinheira, art. cit., p. 138.

³¹ “El documento real en el siglo XVII. Algunas novedades diplomáticas”, in *V Jornadas Científicas sobre Documentación de Castilla e Indias en el siglo XVII*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2006, p. 232. *Vide* igualmente Margarita Gómez Gómez, “La documentación real en la época moderna. Metodología para su estudio”, *Historia. Instituciones. Documentos*, Sevilla, n.º 29, 2002, pp. 147-161.

Despacho: *resposta do magistrado a algum requerimento por petição, ou em autos*³².

O despacho podia assumir o carácter de resolução quando era decisório ou de opinião quando era interlocutório³³. O **despacho interlocutório** era aposto nos documentos ainda em tramitação e o **despacho decisório**, no final do processo. Muitas vezes assumido como ordem, com o seguinte discurso: *Cumpra-se, passando-se as ordens necessárias* ou como uma sugestão: *Parece à Mesa que Vossa Majestade*. Assim era nos processos de habilitação. Encerrava com o local (a Mesa), a data de produção e as rubricas dos deputados. Destinava-se a dar origem a uma acção intermédia em relação ao objectivo pretendido. Ou seja, por exemplo, pedir mais diligências de interrogatórios, pois a matéria de prova acumulada não era suficiente para gerar uma decisão fundamentada.

O despacho decisório era lavrado no final do processo, rubricado pelos deputados da Mesa da Consciência e Ordens num discurso breve quando este se apresentava vantajoso para o habilitando. Neste documento, referia-se a aprovação do justificante nos requisitos exigidos pelos definitórios dos mestrados quanto às partes pessoais, qualidade e limpeza de sangue, pela parte paterna e materna. O despacho era produzido, primeiramente, em fólio único, solto, em jeito de rascunho e sem estar assinado. Quase sempre apresentava-se rasurado pelas emendas que se efectuariam até aprimorar o texto para depois ser transcrito.

Petição: *o acto de pedir, pedimento, requerimento vocal, ou por escrito de alguma coisa devida por justiça, ou que é de mercê e graça*³⁴. Expressa a partir dos dados fornecidos por um ou mais suplicantes e lavrada, provavelmente, por oficiais entendidos em procedimentos jurídicos e administrativos, onde os requisitos do formulário e da retórica eram cumpridos à risca. Geralmente, quem escrevia a petição sabia dos meandros processuais, solicitando, em concreto, a boa prossecução das fases que se seguiam.

³² Antonio de Moraes Silva, *Op. cit.*, *sub voce* “despacho”.

³³ Cf. Heloísa Liberalli Belloto, *Op. cit.*, pp. 64-65.

³⁴ Antonio de Moraes Silva, *Op. cit.*, *sub voce* “petição”.

A redacção do documento, individual ou colectivo³⁵, partia da iniciativa dos interessados, em que o discurso era redigido na terceira pessoa do singular ou plural com o uso dos verbos conjugados *Diz* ou *Dizem* seguido dos nomes dos suplicantes ou do peticionário. Neste particular, o destinatário era o rei ou a rainha, enquanto autoridade suprema, intitulado-se, conforme as formas de tratamento de cortesia, como *Senhor* ou *Senhora*. No Santo Ofício, o documento era dirigido ao Inquisidor Geral como *Ilustríssimo, Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor*³⁶. No tecido eclesiástico, o tratamento era *Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor*. Para Eduardo Sierra Valenti, a petição *es una instancia que se dirige a la autoridad en el caso en que la ley asista al sujeto emisor de ella*³⁷.

No texto, declarava-se, de forma sucinta, os dados pessoais como, por exemplo, a naturalidade, o domicílio, o baptismo e a filiação do peticionário. Acrescentavam-se, ainda, quando necessário em determinados processos, os dados relativos aos pais e avós quanto aos locais de baptismo, recebimento e morada. Por vezes, também a ocupação do suplicante e dos seus ascendentes, mas apenas os do género masculino, talvez por fragilidades neste campo, sempre que se registavam ocupações mecânicas ou consideradas como de segunda condição.

Para Pedro López Gómez e Olga Gallego Domínguez, a petição é um documento produzido *cuando un particular solicita de um órgano una resolución cuya concesión no está prevista en la ley, o depende exclusivamente del órgano, sin que sea obligado responder*³⁸.

O peticionário fundamentava o solicitado, iniciando a sua exposição com a fórmula *Pede a Vossa Majestade, Pede a Vossa mercê*, em conformidade com o que alegava.

³⁵ Ivone Alves, Margarida Maria Ortigão Ramos, Maria Madalena Garcia *et al.*, *Dicionário de Terminologia Arquivística*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, *sub voce* “petição”.

³⁶ Cf. Nelson Vaquinhas, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2010, pp. 22-23.

³⁷ “El expediente administrativo. Esbozo de tipología documental”, *Boletín de la ANABAD*, Madrid, XXIX, n.º 2, 1979, p. 66. Vide também María del Mar García Miraz, Pedro López Gómez, Blanca Picabea Elexpuru *et al.*, “Una aportación al estudio tipológico de la documentación judicial del Antiguo Régimen: los pedimentos”, in *Actas de las Primeras Jornadas sobre Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales de las administraciones públicas – Actas*, Madrid, Dirección de los Archivos Estatales, 1992, p. 141.

³⁸ *El documento de archivo. Un estudio*, A Coruña, Universidade da Coruña, 2007, p. 43.

Na maioria das vezes, finalizava com a sigla ERM, ou seja, *E Receberá Mercê*. Nas petições das Ordens Militares pode constar a assinatura do suplicante ou do seu procurador, o que não ocorria nas do Santo Ofício. *Nas petições feitas ao Trono devem ser assinadas com o nome inteiro ou pessoas, que nelas requererem, ou de seus legítimos Procuradores*³⁹. Em ambas as situações, quer nas Ordens Militares, quer no Santo Ofício, as petições não estão datadas. Após a sigla pode declarar-se, ainda, mais elementos necessários ao processo, quer lavrados no momento, quer aquando da sua solicitação *a posteriori*.

Sobre esta tipologia documental recaíam os despachos dos tribunais ou conselhos⁴⁰. Em pedidos de certidões, estas podiam ser lavradas na própria petição, em baixo ou no verso, e ainda certificadas pelos tabeliães quanto aos sinais. Também poderia ter uma nota de que havia sido registada.

É ainda de salientar que em matéria de mancha gráfica, frequentemente o pedido era resumido no final e que este texto era redigido mais a dentro, isto é, a partir de 40 a 50 % da largura da linha.

Portaria: consiste numa ordem régia, expedida em nome do monarca pelos secretários de Estado e *que contém instruções sobre a aplicação de leis, normas de serviço, nomeações, demissões ou punições. Assemelha-se ao aviso, porém, ao contrário deste, não explicita o destinatário*⁴¹. O verbo *mandar* determina a ordem.

No início do formulário expunha *El Rei Nosso Senhor há por bem, A Rainha Nossa Senhora há por bem* ou *O Príncipe Nosso Senhor*. Na cópia da portaria passaria a constar *El Rei Nosso Senhor tendo respeito*.

Nas habilitações para a concessão de um hábito, a portaria firmava a mercê concedida e legitimava as pretensões do requerente na petição. Apresentava-se em dois modelos distintos, um que se encurtava o despacho régio e o outro que o descrevia com minúcia, indicando o tipo de mercê, os serviços prestados e a duração dos mesmos. O documento produzido pelos

³⁹ Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Op. cit.*, Tomo segundo, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1827, *sub voce* "petição".

⁴⁰ José Joaquim Sintra Martinheira, *Op. cit.*, p. 38.

⁴¹ Heloísa Liberalli Belloto, *Op. cit.*, p. 79. *Vide* também José Joaquim Sintra Martinheira, *art. cit.*, p. 143.

oficiais da Secretaria das Mercês, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Secretaria de Estado e da Marinha ou escrivão do Conselho da Fazenda informava que o rei ou a rainha ordenavam o lançamento do hábito ao seu titular e para que este o recebesse determinava a realização das respectivas provanças, em conformidade com os Estatutos e Definições das Ordens Militares.

Rematava com a data e a assinatura de quem lavrara o documento, um secretário de Estado.

No canto inferior esquerdo, colocava-se: *A Mesa da Consciência e Ordens*.

Procuração: encargo ou obrigação dado a outrem e aceite por ele para que se trate de determinados assuntos⁴². Constituía a prova de que alguém conferia poderes à pessoa que nomeava, de sua confiança, como seu procurador, para que este o representasse e agisse em seu nome. É um documento informativo, notarial⁴³.

Provisão: *documento oficial, civil ou eclesiástico, em que se confere cargo ou autoridade a uma determinada pessoa, ou se expedem instruções*⁴⁴. *Acto pelo qual o rei confere algum benefício ou cargo a alguém ou emite ordem baseada em dispositivos anteriores*⁴⁵. *Carta pela qual se confere algum ofício, ou mercê, ou dá providência de expediente de algum tribunal*⁴⁶. O documento era produzido com base nas informações prestadas na petição, declarando os nomes e as naturalidades.

Las cláusulas que fundamentalmente distinguen a la provisión de otros tipos documentales son la intitulación y la validación. La intitulación está formada por el nombre del soberano en primer lugar, precedido del tratamiento de don; la fórmula de derecho divino (por la gracia de Dios); el cargo (rey, reina o emperador); y la enumeración de los dominios sobre los que ejercía su poder, aunque en algunos de ellos sólo lo hiciera de manera honorífica. Los dominios

⁴² Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Op. cit.*, sub voce “procuração”.

⁴³ Heloísa Liberalli Belloto, *Op. cit.*, p. 81.

⁴⁴ Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Op. cit.*, sub voce “provisão”.

⁴⁵ Heloísa Liberalli Belloto, *Op. cit.*, p. 82.

⁴⁶ Antonio de Moraes Silva, *Op. cit.*, sub voce “provisão”.

siempre se enumeraban siguiendo el mismo orden y su fórmula varió muy poco en toda su historia. A resaltar la eliminación de Portugal después de su independencia y la inclusión de Inglaterra durante el periodo en que Felipe II estuvo casado con María I Tudor (1554-1558). Normalmente sólo aparecen algunos de los dominios, utilizándose etcétera de manera abreviada para no alargar excesivamente esta cláusula. En los documentos expedidos en el Consejo de Órdenes figura sempre la fórmula “administrador perpetuo de la Horden de la cavallería de Santiago por autoridad apostólica” al final de la intitulación⁴⁷.

No caso português, a intitulação era, por exemplo, *Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor da Guiné, etc.* Deste modo, apresentava-se o autor do acto jurídico⁴⁸. Tinha a fórmula de devoção, mencionando *por graça de Deus* como invocação divina⁴⁹, que representava a forma de legitimação do poder.

Nas habilitações, a provisão era dirigida, em particular, a um comissário informante, redigida em nome do rei, expedida pela Mesa da Consciência e Ordens, subscrita pelo escrivão desse mesmo tribunal e assinada pelos deputados deste. O tribunal emitia a provisão em nome do rei pelo poder que dele recebia nas matérias que soberanamente lhe eram delegadas. Por vezes, a provisão também é denominada de comissão⁵⁰, tal como se designava no Santo Ofício⁵¹. Nesse documento o destinatário tinha acesso às informações sobre a diligência pretendida e ao nome de quem o iria secretariar. A partir do início do século XVII (talvez depois de 1614) incumbia-se ao comissário a nomeação do escrivão, que podia ser cavaleiro ou eclesiástico, mas dava-se preferência ao primeiro. O documento ditava, escrupulosamente, o plano de acção.

A notificação expressava-se na forma verbal do imperativo *faço saber a vós*, seguindo-se o teor da exposição. O dispositivo traduzia-se num verbo

⁴⁷ Ángel Hernández García, “Clasificación diplomática de los documentos reales en la Edad Moderna”, *Norba. Revista de Historia*, Cáceres, n.º 15, 2001, p. 171.

⁴⁸ Cf. Saul Lopes Gomes, “Anotações de Diplomática Eclesiástica”, *Humanitas*, tomo I, n.º 50, Coimbra, 1998, p. 635. Vide Irene Martín Rodríguez, *La documentación real del Archivo Municipal de Ezcaray* (ss. XV-XVIII), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2014, pp.155-161.

⁴⁹ Vide Ana Regina Berwanger e João Eurípides Franklin Leal, *Noções de Paleografia e de Diplomática*, 3.ª ed. revista e ampliada, Santa Maria, Editora da UFSM, 2008, p. 30.

⁵⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 35, n.º 9.

⁵¹ Cf. Nelson Vaquinhas, *Op. cit.*, pp. 39-40.

imperativo que carregava a expressão da autoridade consignada no acto escrito *vos mando*.

Em minuta impressa, preenchiam-se os espaços em branco deste formulário que era utilizado pelas três milícias. Note-se que nem sempre os mestrados utilizavam o formulário impresso, podendo ser manuscrito. Completava-se a provisão com as seguintes informações: nome do monarca, da Ordem Militar, do comissário responsável pela diligência, dos envolvidos na diligência, das localidades onde a inquirição se realizava e dos deputados.

Quanto ao escatocolo, este documento tem datação tópica e crónica e, por vezes, fazia-se referência, no verso do último fólio do processo, à sua data de emissão.

Nas habilitações das Ordens Militares, a provisão tinha o objectivo de aferir com todo o segredo a naturalidade, a qualidade, a limpeza de sangue e os procedimentos do pretendente, dos seus pais e avós por via dos **interrogatórios**, em que se inquiriam, pelo menos seis testemunhas, afastadas de qualquer suspeita, que deveriam ser das pessoas mais velhas, dignas de fé, crédito e confiança. Notificavam-se as pessoas como testemunhas do processo, para serem inquiridas sob juramento dos Santos Evangelhos, cada uma delas, individualmente, pelos interrogatórios que lhes eram lidos. A partir da década de 70 do século XVIII, com a eliminação oficial da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos em Portugal, registou-se uma alteração neste formulário e passou a constar também a **instrução**. O quesito da limpeza de sangue é substituído pelo bom procedimento; não constando de forma impressa que quem colaborava com o cavaleiro fosse freire professo da mesma Ordem; que as testemunhas não poderiam ter raça de mouro, nem judeu, nem cristãos-novos; também já não contemplava, relativamente, ao local da diligência: “dessa Comarca, ou em lugar que fique mais perto dela, que desta Cidade de Lisboa”.

A instrução consistia num conjunto de regras estabelecidas sobre a forma de proceder, relativamente a algumas situações pontuais, na execução das diligências.

Provisão de lançamento de hábito: também designada de carta de lançamento de hábito. Documento em que o monarca mandava lançar o hábito de freire noviço ou de cavaleiro de uma das Ordens Militares. Inicia com a intitulação régia

completa ou encurtada com recurso à abreviatura da locução *et cetera*. Esta provisão normalmente era dirigida às instâncias superiores dos conventos, com recurso à fórmula *Faço saber a vós* na notificação. Quando o pretendente alcançara dispensa para receber o hábito em outro local, era quase sempre dirigida a “qualquer dignidade eclesiástica a quem for apresentada” no local preciso (nome da cidade ou região dentro ou fora do Portugal Metropolitano). No século XVIII, a provisão também revelava que o recém habilitado reunia os requisitos exigidos para receber o hábito, apurados pela Mesa da Consciência e Ordens. Nos casos de dispensa de defeitos, estes apareciam referidos de forma sub-reptícia, com a fórmula: "E por Sua Majestade assim o ordenar por suas resoluções", quando equivalente a mecânica ou ilegitimidade; os problemas como maioridade/menoridade ou falta de informação eram explicitamente enunciados na provisão⁵². Este documento manifestava uma ordem de execução, conferindo poder para o lançamento do hábito, em que o soberano-mestre utilizava a forma verbal *vos mando*.

No final, a provisão apresenta a data tópica e cronológica e a assinatura do rei. Na sua estrutura global, este documento manteve esta estrutura desde pelo menos o tempo do D. Jorge de Lencastre (†1550). O modo de enunciar a dispensa é que variou ao longo do tempo.

A cópia deste documento ficava registada na Chancelaria da Ordem. Normalmente era antecedita da provisão para o candidato ser armado cavaleiro e a seguir aparecia a provisão para o pretendente professar, excepto se fosse menor. Neste caso, só teria esta última provisão quando chegasse pelo menos aos 18 anos.

Provisão para a profissão: também designada de alvará para a profissão. Inicia com a intitulação régia completa ou encurtada com recurso à abreviatura da locução *et cetera*. O alvará era dirigido aos superiores dos conventos para que se admitisse o recém habilitado à profissão. A notificação expressava-se na forma verbal do imperativo *faço saber a vós*, seguindo-se o teor da exposição. O monarca, enquanto governador e administrador das Ordens, ordenava que se recebesse o cavaleiro noviço ou freire clérigo no cenóbio, que se lavrasse a

⁵² Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, [D.L. 2001], pp. 184-185.

certidão de profissão, feita pelo escrivão da matrícula, assinada e autenticada com o selo do convento e se colocasse, no livro da matrícula, uma verba no seu título com o dia da profissão. O alvará era guardado no cofre das profissões existente no convento respectivo, ficando uma cópia na chancelaria da Ordem.

No final, a provisão apresenta a data tópica e cronológica e a assinatura do rei.

Resolução: *última determinação tomada com conselho, e prévia deliberação*⁵³. Traduz-se na decisão, determinação tomada pelo soberano, por exemplo nas consultas⁵⁴. Podia limitar-se à expressão: Como parece ou como parece ao voto x, seguida da rubrica régia. *A fórmula das resoluções varia consoante o parecer do tribunal, ou mesmo quando se aparta do parecer dado na consulta. (...) Quando o tribunal ou conselho não dá parecer, a resolução é dada à maneira de despacho, ou de portaria*⁵⁵. Resolução é quando o monarca *Resolve*⁵⁶.

Para Pedro López Gómez e Olga Gallego Domínguez, a resolução consiste numa decisão do órgão competente que põe fim a um procedimento, resolvendo todas as questões patentes neste. Encerra o expediente. Pode ser positiva ou negativa⁵⁷.

Percorridas todas estas tipologias, um dado conclusivo é imediato: num quadro macro, não há especificidades documentais nas Ordens Militares. Encontramos as mesmas tipologias em várias outras instituições da Península Ibérica. Afinal, a Mesa da Consciência não passava de um conselho da Monarquia Portuguesa, a par de outros. O rei-mestre reforçou certamente esta convergência. Muitos deputados antes de chegar à Mesa tinham, aliás, passado por outros conselhos ou saíam da Mesa para prosseguir a carreira noutra entidade da administração central.

⁵³ Antonio de Moraes Silva, *Op. cit.*, *sub voce* “resolução”.

⁵⁴ Cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino*, vol. II, Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1720, *sub voce* “consulta”.

⁵⁵ José Joaquim Sintra Martinheira, art. cit., p. 142. *Resoluções Regias se podem dizer em geral todas as Determinações do Soberano: mas em especial, e em sentido exacto se dá este nome àquelas Determinações do Príncipe, em que elle resolve deferindo ás Consultas, que lhe fazem os Tribunaes.* - Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Op.cit.*, Tomo terceiro, Lisboa, Impressão Régia, 1827, *sub voce* “resolução”.

⁵⁶ Vide ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 65.

⁵⁷ *Op. cit.*, p. 48.

Na realidade, a forma discursiva e gráfica dos documentos não é independente dos códigos jurídicos e da jurisprudência consolidada pelo tempo e até do sistema de informação que os tramita. Neste sentido, integram-se em quadros mais amplos. Por que motivo a gestão das Ordens, fortemente inseridas na economia da mercê da Coroa, haveria de requerer especificidades? Em parte, existiriam, mas em sectores muito pontuais. Citem-se as cartas de hábito, o alvará para ser armado cavaleiro ou a provisão para professar, por exemplo. No entanto, a larga maioria do volume gerado nas Ordens seguia os formulários adoptados pela administração central. As tipologias mais frequentes são até comuns à vizinha unidade política da Península Ibérica.

Parte III
Sistema de Informação

1. Sistemas de informação

O tribunal das Ordens constituía uma organização que produzia “bens” e serviços abundantemente solicitados pelo forte impacto que os mesmos detinham na sociedade. Em muitos casos, por questões de legitimação da honra e por uma cobiçada oportunidade de inserção social, a título particular e também a uma dimensão familiar, extravasando gerações pretéritas e futuras. Tratou-se de um “mercado” que gozou de índices de enorme procura pelo interesse que despertou a oferta proporcionada pelas Ordens Militares. As habilitações, por exemplo, representavam um instrumento de elevado apreço na sociedade da época. Os processos de concessão de hábitos foram o reflexo disso. Para estas insígnias existiam clientes com anseio de as granjear. O número de candidaturas submetidas ao rei, enquanto mestre das Ordens, assim o demonstra. A envolvente contextual onde a organização actuava explica este fenómeno¹. Por um lado, a honra constituía um capital sobrevalorizado na época Moderna. Os cânones vigentes exigiam a sua certificação. O inverso, a desonra ou um leve rumor de mácula no sangue marcaria negativamente uma série de vidas com um rasto que perduraria durante séculos. Este cenário era apetecível para os que se serviam dos rumores para difamarem os implicados. Por vezes, dava azo à violência verbal, física e a sentimentos de furor e frustração sobre os representantes das instituições que agenciavam as inquirições². Por outro lado, a imagem da Mesa da Consciência e Ordens era fulcral para o êxito da sua actividade. A reputação e a credibilidade acrescentavam valor à organização e aos seus processos. Por isso, exigia-se qualidade no produto solicitado. A somar a este capital simbólico, também a sua posição perante outras organizações, cujos sistemas com ela interagiam. A responsabilidade social desta organização

¹ Tomando como referência uma dada organização designamos por «envolvente contextual» o conjunto de características que definem o exterior, em sentido lato, da organização e que condicionam o campo das possibilidades da sua actuação, ao mesmo tempo que lhe concedem o essencial da sua razão de ser. – António de Sousa, *Introdução à Gestão. Uma abordagem sistémica*, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 2007, p. 19.

² Cf. João de Figueirôa-Rêgo, “A violência no contexto dos processos de limpeza de sangue (séculos XVII e XVIII)”, in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. II: *Conflictividad y violencia en la Edad Moderna*, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 408-409.

foi determinante para a sua longevidade. O tribunal das Ordens estava assim inserido no ambiente e relacionava-se com o mesmo³.

Pese embora que a Mesa da Consciência e Ordens era o tribunal que “conferia” a mercê do hábito concedida pelo poder régio aos seus servidores ou a quem lhe era renunciada aquela graça. Melhor dito: atribuía um quadro de legitimidade que permitia efectivar o hábito e não exactamente a mercê e, como tal, posicionava-se como intermediária no processo de habilitação. À Mesa da Consciência e Ordens pediam-se as insígnias prometidas ou as informações constantes nos processos à sua guarda, mesmo após vários anos já decorridos⁴.

A envolvente transaccional⁵ implicou uma relação de interesses mútuos, uma troca, entre a Mesa da Consciência, enquanto detentora de bens e serviços, e os indivíduos que a procuravam para os obter. Nesse contexto, estabeleceu-se uma teia de relações, numa constante interacção com o exterior, quer pelos indivíduos que a ela aderiram, quer pelas outras organizações. Por sua vez, obrigou o tribunal das Ordens a estar capacitado e munido internamente de recursos humanos e a estabelecer relações externas que permitiram desenvolver a sua actividade, satisfazendo as necessidades dos indivíduos que a ela recorriam.

Esta organização actuava por todo o país e em territórios da coroa portuguesa, angariando recursos humanos. E não só, também financeiros. Em alguns momentos, o tribunal das Ordens fez-se valer das contribuições para o pagamento de despesas. Desta forma, alimentava a máquina da organização, mantendo a sua dinâmica e, por outro lado, marcava a necessidade da sua existência.

O tribunal das Ordens, enquanto organização, teve de se adaptar, por vezes, às mutações da sociedade, ceder em alguns momentos no programa rígido que incorporava nas suas definições. Contudo, neste âmbito, existia uma

³ Cf. Ricardo Simm Costa, Henrique Freitas e Fernando Kuhn Andriotti, “Uma reflexão sobre o uso da teoria sistémica para a compreensão do fluxo da informação nas organizações”, *Revista Eletrônica GIAN TI*, Porto Alegre, 2007.

⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 21.

⁵ Assim designamos por «envolvente transaccional» de uma dada organização o conjunto de entidades, indivíduos ou organizações que entram em contacto directo com essa organização geral através de uma relação de troca – transacção – que pode ser imediata troca directa entre a organização e uma dessas entidades, ou mediata, em que a troca entre a organização e essa entidade é feita através de terceiros (mediata por outras entidades). – António de Sousa, *Op. cit.*, p. 21.

distância que ia das palavras aos actos. A permeabilidade nos impedimentos apresentados nas habilitações revela uma organização pesada na regulamentação, mas flexível na tomada de decisões. Muitas vezes, a reboque dos precedentes encetados pelo poder régio, enquanto mestre ou grão-mestre como se passou a designar depois de 1789.

Em 1619, apontavam-se as razões para a Mesa da Consciência *preceder* aos outros tribunais, nomeadamente ao do Desembargo do Paço:

Este tribunal é juntamente conselho de Ordens e assim é secular e eclesiástico, supremo, em tudo, é imediato somente a Vossa Majestade como o Rei e Mestre das Ordens Militares. (...) é Tribunal Real, como o é o Desembargo do Paço no que lhe toca que são matérias mui inferiores às da consciência de Vossa Majestade (...) A outra razão de muita consideração que não pode entrar nenhum Ministro neste Conselho da Mesa da Consciência, ainda que haja servido em qualquer outro Tribunal, sem primeiro se fazer mui rigoroso exame se tem limpeza de sangue e até das mulheres dos Conselheiros casados se tiram inquirições, o que não há nos outros Tribunais e esta limpeza de sangue se há-de preferir até contra a antiguidade⁶.

O sistema da Mesa da Consciência interagiu com o meio envolvente para recolher o que a fazia mover, subsistir e afirmar-se: a informação. Enquanto detentor deste capital, produziu os bens e serviços que, por sua vez, forneceu a outros sistemas. Os fluxos de informação foram de extrema importância para esta organização. Partindo do pressuposto que um dos factores determinantes para o correcto funcionamento de uma organização é a forma como esta trata a informação⁷, parece que o tribunal das Ordens tinha especial atenção nesse ponto. Segundo Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, num organismo a informação está ao mesmo nível dos recursos humanos, materiais e financeiros⁸. Ao longo dos séculos, produziram-se e conservaram-se os documentos para

⁶ BN, *Colecção Pombalina*, liv. 478, fls. 4-5.

⁷ Cf. Luís Borges Gouveia e João Ranito, *Sistemas de informação de apoio à gestão*, Porto, SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004, p. 10.

⁸ *Os fundamentos da disciplina arquivística*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998, p. 62.

efeitos de gestão administrativa, enquanto apoio informativo para a tomada de decisões⁹.

O arquivo das Ordens Militares consistia num sistema aberto de informação, cujas actividades e decisões eram influenciadas por variáveis externas¹⁰. Isto é, havia uma abertura para a existência de inter-relações tecidas com outros sistemas no plano informacional. A interacção era necessária para a recolha de informações e para a produção dos bens e serviços procurados pelos indivíduos e por outras instituições¹¹. Deste modo, o sistema de informação da Mesa da Consciência e Ordens participava no ambiente em que estava inserida como um sistema social.

O sistema de informação das Ordens Militares era constituído por várias componentes, os seus subsistemas, que operavam em conjunto para atingirem finalidades específicas ou comuns. Deste modo, interagiam uns com os outros, trocando elementos entre si. A máxima de Aristóteles aplica-se na perfeição neste contexto, de que *o todo é maior que a soma das suas partes*¹². Fruto da dinâmica institucional e do reflexo da sua actividade resultou a proliferação de arquivos¹³. É desse conjunto formado pelo sistema de informação das Ordens Militares, cuja vigência teve uma duração de três séculos e outros sistemas, que

⁹ Cf. Ramón Alberch Fugueras e José Ramón Cruz Mundet, *¡ Archívese! Los documentos del poder: el poder de los documentos*, Madrid, Alianza Editorial, [3.ª reimpr. 2008], p. 12.

¹⁰ Cf. Ludwig von Bertalanffy, *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*, 7.ª ed., Petrópolis, Editora Vozes, 2013, p. 186. Segundo Idalberto Chiavenato, os sistemas abertos *são caracterizados por um processo de intercâmbio infinito com seu ambiente, que são os outros sistemas. Quando o intercâmbio cessa, o sistema se desintegra, isto é, perde suas fontes de energia.* – *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 3.ª ed., São Paulo, McGraw-Hill, 1983, p. 513. Vide Garcia Santos Simão, *O sistema de informação arquivística: caso do Museu Regional da Huila*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa [Edição policopiada], 2015.

¹¹ Cf. José Rascão, *Novos desafios da gestão da informação*, Lisboa, Edições Sílabo, 2008, p. 31.

¹² José Luís Mota Pereira, *Sistemas de informação para o novo paradigma organizacional: o contributo dos sistemas de informação cooperativos*, Braga, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Edição policopiada], 2004, p. 11. *Um “sistema” não é propriamente a soma das partes, mas antes, a emergência das partes, num todo organizado, sendo este, algo mais complexo do que a simples soma daquelas.* – Maria Cristina Vieira de Freitas e Daniela Assis Alves Ferreira, “Aspectos e reflexões conceituais sobre informação, sistemas e teoria de sistemas”, in *CINFORM*, UFBA, 2007, p. 5.

¹³ *En términos generales, la necesidad que la institución tiene del archivo emana directamente de la necesidad de justificar su propia existencia. El archivo representa, por un lado, la prueba fehaciente de que sus funciones quedaron cumplidas, y, por el otro, el instrumento que posibilita que las mismas se puedan cumplir. Desde esta perspectiva, es el archivo un servicio más de la administración.* – Mari Paz Martín-Pozuelo, *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 1996, apud Diego Navarro Bonilla, *La imagen del archivo: representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*, Gijón, Ediciones TREA, 2003, p. 26.

mereceu especial atenção neste estudo. Trata-se de um sistema que, por inerência da sua actividade, no vasto conjunto de *negócios*, necessitou de armazenar e gerir informação¹⁴. O plano de acção e o poder decisório dependiam desse recurso¹⁵. Aliás, a informação alicerçava a estrutura da autoridade institucional, integrando os seus vários subsistemas na mesma lógica de funcionamento.

1.1. A Mesa e as secretarias

Os *Arquivos das Ordens Militares*, o *Cartório das Três Ordens Militares*, os *Cartórios das Ordens* como eram usualmente conhecidos, na época, formavam o respectivo sistema de informação¹⁶.

O cartório da casa do despacho, situado no tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, constituía, provavelmente, a estrutura nuclear. É possível que não existisse, em termos arquitectónicos, a casa do cartório. Em 1797, relatava-se que *não havendo o cómodo preciso para a Casa do Cartório, que o Regimento determinava*¹⁷. Talvez não tenha chegado a haver, comparando com o Santo Ofício em que existia um compartimento denominado “secreto”, com um só acesso pela casa do despacho. A planta do tribunal da Inquisição de Évora

¹⁴ Para Francisco Ledesma Gámez os arquivos constituem um dos registos de memória colectiva mais completos que existem. Para além de apoiarem a gestão das estruturas de poder são responsáveis por salvaguardar a memória histórica. – “El valor de los documentos. Cinco siglos en el Archivo Histórico de Osuna”, in *Del arca de las tres llaves al fichero digital. Quinientos años del Archivo de Osuna*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 2009, p. 22.

¹⁵ Para Bráulio Alturas, *a informação no negócio é qualquer facto, rumor ou especulação que possa ser armazenado na organização e usado por alguém para tomar decisões que melhorem o desempenho da sua função (e da organização)* – *Introdução aos Sistemas de Informação Organizacionais*, Lisboa, Edições Sílabo, 2013, p. 17.

¹⁶ Cf. ANTT, MNEJ, cx. 241, mç. 140, ANTT, CG, *Habilitações do Santo Ofício*, Paulo, Mç. 5, Dil. 85, ANTT, MCO, liv. 100, fl. 46 e ANTT, MCO, cx. 642, fl. 27. Numa petição da vigária e mais religiosas do Real Mosteiro de Santos da Ordem de Santiago mencionou-se que, *no Cartório das Três Ordens Militares existe um muito considerável número de processos que respeitam às suplicantes e dão luz para as demandas actuais*. Este trecho de cerca de 1791 é elucidativo quanto à quantidade de documentação existente respeitante ao mosteiro. Cf. ANTT, MNEJ, mç. 4, mct. 3. Para a definição de sistema de informação, tomou-se o exemplo formulado por Armando Malheiro da Silva de que “uma empresa gera (produz, recebe e acumula) informação ao longo do tempo, o que significa que alimenta a existência de um sistema de informação, cuja estrutura é a dita empresa (com a sua organização interna e agentes ou funcionários), que, por sua vez, constitui um ou mais sistemas específicos.” – *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, Porto, Edições Afrontamento/CETAC, 2006, p. 162.

¹⁷ ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

assim o demonstra¹⁸. Na Mesa da Consciência o arquivo estava localizado dentro da casa do despacho¹⁹. Era a dependência destinada ao expediente do tribunal e que *servia de cofre de três chaves e secreto das habilitações dos cavaleiros*. Outrora havia sido uma capela com invocação a São Tomé, segundo se noticiava em 1796. *Este sagrado depósito é o Arquivo Régio, de que o Tribunal não é senhor, mas depositário*²⁰. Contudo, nos dias que se seguiram ao terramoto, alguns documentos, que foram produzidos por ocasião do desentulho, mencionavam a existência de uma “casa dos cofres” contígua à do despacho do tribunal²¹. Em outro testemunho, referenciou-se, por duas vezes, não uma casa

¹⁸ Vide Nelson Vaquinhas, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UE, 2010, p. 190.

¹⁹ No Regimento da Mesa da Consciência de 1608 referem-se os documentos que estavam na casa do despacho: (...) *assim convém que, para conhecimento e bom despacho delas, haja na Casa do despacho todos os Regimentos, Provisões e alvarás e mais documentos de cada uma delas, para que, quando se oferecer alguma dúvida, ou negócio, para cuja decisão seja necessário verem-se, se achem nela – e assim aí também estarão mais conservados, como em Cartório próprio da dita Mesa. Pelo que, hei por bem e mando que nela estejam todos os papéis e documentos seguintes: os Estatutos, Regras, Definições, Capítulos gerais e particulares de todas as três Ordens Militares, com declaração de todos os Bispados e suas ereções, das terras delas, e das Dignidades, Conezias, e mais Benefícios das Sés Catedrais dos ditos Bispados, e dos ordenados que eles e os Prelados têm, e com declaração dos Mosteiros, assim dos homens, como de mulheres, e de todas as Igrejas que são do meu Padroado, como perpétuo Governador das ditas Ordens, assim nestes Reinos, como fora deles – declarando quantos Beneficiados há em cada uma delas, e ordenados que cada um tem, e suas obrigações, quais são as que se provêm com o hábito, e quais sem ele: E assim mesmo com declaração das Comendas de cada uma das ditas Ordens, e seu rendimento, Bulas, Breves, graças e concessões Apostólicas, concedidas às ditas Ordens, Mestres, Governadores, Freires e Cavaleiros delas, e as que ao diante se concederem, ou seus traslados autênticos: E assim as das outras Ordens Militares de fora deste Reino, de que as ditas Ordens e pessoas delas podem participar e comunicar. Para o que o Presidente e Deputados mandarão ordenar três Livros, um para cada uma das ditas Ordens, em que bem se possa escrever o sobredito, com todas suas declarações, por seus títulos, ordenados, e o mais que pelo tempo em diante crescer, e parecer que se lhes deve acrescentar. E assim haverá três Livros grandes, em que estejam trasladados todas as Bulas de todos os três Conventos das três Ordens Militares.* – Cap. XXVII.

²⁰ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

²¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 119 e ANTT, MCO, liv. 328. Existiam instituições como o *Consejo Madrileño* que utilizou uma dependência do edifício para a função de arquivo, cujos documentos eram guardados em arquivos móveis (arcas, armários). Cf. Leonor Zozaya Montes, “Archivos al servicio del poder, archivos al servicio de su propietario. El caso de los archivos del Consejo Madrileño ante las enajenaciones regias”, in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. I: *El Estado Absoluto y la Monarquía*, Granada, Universidad de Granada, 2012, p. 901. Para Pedro López Gómez *la vida administrativa vuelve insuficiente el arcón, que tras convertirse en arcones, derivará a formas más sofisticadas, como armarios, estanterías, y otros muebles, dentro de un local determinado, que será el archivo. El archivo-arca como elemento necesario de la administración, adquiere una plasmación pétrea, como vemos en las ordenanzas del Hospital de Santiago en 1523, en donde se lee “Item mandamos que se haga en lugar conbiniente en una pared de la casa un arco grande de piedra donde se ponga un cofre grande de fierro e tenga una puerta de fierro muy recio con que se cierre, en que estén los previllegios e bulas e scripturas importantes (...)* – “La Arquitectura y el archivo: tipologías simbólicas”, in *La utilidad de los archivos: estudios en homenaje a Manuel Vaquerizo Gil* (coords.

contígua à do despacho, mas uma casa contígua ao tribunal, onde estavam os cofres dos contadores e tesoureiros²². Terá sido um erro de quem se expressou? Talvez não. O tribunal não tinha um edifício próprio. Ocupava umas salas no Palácio da Ribeira.

Não existindo o local pretendido e apropriado para a casa do cartório, foram destinadas outras divisões para o arquivo do tribunal das Ordens, mais especificamente para a guarda dos documentos de cada repartição²³. Não estariam incluídos no conjunto documental os processos para obtenção de hábitos das Ordens Militares. Estes documentos estariam num espaço à parte, no cofre. A designada secretaria da Mesa da Consciência e Ordens tinha-os quando se encontravam em fase de tramitação, aguardando uma resposta. Para efeitos de controlo, existia, em 1781, o mapa, também designado de *alfabeto das habilitações*, que ficava na secretaria. Neste instrumento, os processos encontravam-se divididos em classes. A primeira incluía as habilitações que estavam ainda por julgar, pelos motivos nelas conteúdos, sendo a maior parte delas muito antigas. Da segunda faziam parte as que se tinha feito consulta de conta ao mestre ou por ele lhe fora consultada dispensa. Alguns dos maços tinham a referência ao cofre. Seria, provavelmente, uma nota acerca do destino que estas unidades já teriam alcançado²⁴.

As casas que reuniam as condições exigidas ao nível do inviolável segredo, guarda e depósito da documentação dos mestrados eram as secretarias, consideradas já na altura, *porções essenciais e inerentes da Casa do Despacho do Tribunal, e o Cartório próprio dele*. Era o *Real Arquivo das Secretarias das Ordens*²⁵. Nestas, as gavetas sobressaem como pontos de armazenamento de papéis²⁶. A avaliar pela descrição de Lázaro Leitão Aranha, era elevado o número de *negócios* tratados nas secretarias²⁷. Era comum o uso

Carmen Galván Rivero e Juan Baró Pazos), Santander, PUBLICAN-Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2011, p. 88.

²² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 15, doc. 119. Para Jesús Gaité Pastor, na época Moderna, *los documentos debían conservarse, pero en lugar distinto de los despachos; tampoco muy lejos de ellos, pues serían necesarios para hacer consultas*. “El Sistema de Archivos de la Administración Central Española”, *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, vol. 9, n.º 2, 1999, p. 128.

²³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 453, mç. 206.

²⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 204.

²⁵ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

²⁶ Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 10.

²⁷ Cf. BA, 51.VI.52, fls. 11-13.

da fórmula, no despacho dos deputados da Mesa, para que se cumprisse, se registasse e se guardasse na secretaria respectiva²⁸. Os *negócios* eram o objecto do seu expediente. Guardavam-se os documentos nas secretarias, juntando-se aos mais papéis já existentes e aos que, ainda, haveriam de vir²⁹. *Nesta Secretaria não consta que em tempo algum* existisse qualquer prova de um facto - parece ser um indicador de que a secretaria tinha documentação à sua guarda com alguma antiguidade, cópias³⁰, registos dos papéis tramitados nessa unidade orgânica ou até lembranças³¹. Parece legítimo julgar que o arquivo localizava-se em cada uma das secretarias das Ordens Militares³². Em 1831, António Maria Gentil referiu que a secretaria de Avis ainda guardava o segundo tomo da visitação de 1605, mas que não encontrara o primeiro³³. A documentação antiga, como as visitas, estava depositada nas secretarias competentes³⁴. Em 1817, efectuaram-se averiguações na secretaria da Ordem de Avis para localizar uma apostila de 1582 ao alvará de 1581. As buscas foram infrutíferas³⁵. Ainda no século XIX, em 1830, acerca dos bens que se achavam subnegados à Ordem de Avis, relativamente às igrejas, era possível encontrar nos livros da secretaria algumas consultas antigas sobre o provimento de várias capelas que, à época desses documentos, apresentavam-se, ainda, pelo mesmo mestrado³⁶. Os elementos que se reportavam, quando se faziam buscas, são fundamentais para o conhecimento do arquivo.

Às repartições das Ordens pediam-se provas autênticas para fins de legitimação de direitos e deveres e para esclarecimento em situações que pudessem colocar dúvidas³⁷. Recorria-se às secretarias para pedir também informações sobre o estado em que se encontravam os processos em curso e sobre os que estavam arquivados após o seu término administrativo³⁸.

²⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 31, n.º 105.

²⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 401, mç. 156.

³⁰ Cf. BGUC, cód. 479, fls. 63 e 67v.

³¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 446, mç. 199.

³² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 392, mç. 147. Vide também ANTT, MCO, OA, cx. 393, mç. 148, ANTT, MCO, OA, cx. 388, mç. 143 e ANTT, MCO, OA, cx. 454, mç. 207.

³³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 453, mç. 206. Noutro documento, António Maria Gentil mencionou que examinara 5 livros de visitas, os que tratavam da igreja de Mora. ANTT, MCO, OA, cx. 455, mç. 208.

³⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 419, mç. 172.

³⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 425, mç. 178.

³⁶ Cf. BN, cód. 10323.

³⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 286, n.º 1 e ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2.

³⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 404, mç. 159 e ANTT, MCO, OA, cx. 409, mç. 162.

Era vasto o conjunto de *negócios* tratados nas secretarias. Nelas *corriam*³⁹ várias pretensões, assuntos e documentos. As secretarias constituíam os centros nevrálgicos da tramitação da actividade administrativa das Ordens Militares, mediando intervenientes centrais e periféricos. Formavam o elo entre outras unidades orgânicas, como o juízo geral das três Ordens Militares e os juízos da Ordem de cada comarca, onde o escrivão daquela unidade podia levantar, na secretaria, a documentação vinda da periferia⁴⁰. Quando não se encontravam informações nos cartórios dos conventos indicavam-se as buscas nas secretarias competentes⁴¹.

Para a repartição da Ordem de Cristo foi elaborada, cerca de 1787, uma relação dos processos e respectivos procedimentos:

*(...) concursos de igrejas e benefícios da Ordem no Reino, concursos de igrejas e canonicatos do Ultramar (daqueles bispados em que não há bispos residentes, ou estes não têm ainda a faculdade de fazerem propostas), propostas dos bispos de Ultramar para o provimento das igrejas, e canonicatos das suas catedrais, mercês de comendas, e alcaidarias mores, mercês de hábito, requerimentos de obras que são frequentes, aumento de côngruas, criações de curas, e pensões de cera, azeite, e estabelecimento de sacrário, mercês de ofícios, mercês de igrejas, benefícios e canonicatos do Reino, ou Ultramar por decretos, seguem o mesmo já referido em seus títulos excepto as consultas, tesourarias das igrejas da Ordem, cartas de privilégios, confirmações de compromissos, apresentações de curatos anuais e serventias de ofícios, empenhos de bens de prazo, licenças para venda destes, e outras quaisquer licenças, subenfiteuticações, e aforamentos, patrimónios em prazos, Para fazer Tombo, assentamentos de côngruas, terceiras instâncias (...)*⁴².

Um inventário de documentação entregue no Tesouro Público, em 1833, revela-nos o conjunto existente na época e que foi alvo de uma remessa. De entre o espólio arquivístico faziam parte os assentamentos, os registos de cartas,

³⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 445, mç. 198.

⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 399, mç. 154.

⁴¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 442, mç. 195.

⁴² ANTT, MNEJ, cx. 179, mç. 98 (2.^a incorporação).

as provisões, os alvarás, as consultas, as folhas, os avisos e as portarias. Dominavam os registos comparativamente aos originais⁴³.

Existia uma proximidade física e funcional entre as secretarias, ocasionando até, em alguns momentos, uma entreajuda por parte dos escrivães. Em 1641, por decisão régia, Marcos Rodrigues Tinoco teve de assistir na Secretaria de Estado e, por isso, não podia continuar na assistência diária do despacho na Mesa da Consciência a que estava obrigado por ser o seu ofício. Por sua vez, o presidente do mesmo tribunal teve de ordenar aos escrivães da câmara dos mestrados que acudissem à Mesa⁴⁴.

No entanto, nem sempre esta convivência foi bem aceite. Em 1647, o monarca decretou que os escrivães da câmara despachassem os *negócios* que lhes tocassem e não outros que não fossem das suas repartições. Assim mandou executar inviolavelmente⁴⁵. Após uma centúria, um decreto de 1747 estipulou que os escrivães da câmara dos mestrados das Ordens não servissem uns pelos outros, como outrora praticavam, mas que, no impedimento ou ausência de algum, servisse o supranumerário⁴⁶. Sabe-se que, em determinados períodos, o oficial assumia sozinho o expediente da sua *secretaria, chancelaria e registo*. Em 1790, António Firmo Barbosa de Carvalho, escriturário da Torre do Tombo, pediu para ser nomeado escrivão ou oficial da chancelaria do mestrado da Ordem de Avis, sem ordenado, com acesso à secretaria. O suplicante alegou haver aí apenas um funcionário⁴⁷.

Em algumas ocasiões, um escrivão podia assumir duas repartições de mestrados. Por exemplo, em 1663, esta acumulação ocorria com as secretarias das câmaras de Santiago e de Avis⁴⁸. Também podia acontecer o ofício de

⁴³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 83, n.º 1.

⁴⁴ Cf. BN, cód. 6504.

⁴⁵ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 32, mct. 8, doc. 189. Encontra-se também em ANTT, MCO, liv. 91, fl. 54, BN, cód. 6504, fls. 15-15v. e ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1, fl. sem numeração. Noutro documento aponta-se o ano de 1646. Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

⁴⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fl. 177v. Encontra-se também em ANTT, MCO, cx. 642, fl. 55v. e em BN, mss.3, n.º 28, fl. 8.

⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 384, mç. 139. A *atestação* do guarda-mor da Torre do Tombo, datada de Novembro de 1789, cujo traslado foi produzido em Fevereiro de 1791, refere que é *Escriturário do dito Real Archivo, sendo um dos que bem lê as letras antigas, tendo o seu exercício na conferência dos Monumentos antigos, e mais coisas de que é incumbido, o que satisfaz com a maior exacção, zelo, e actividade, sendo juntamente de exemplar procedimento, além do que, tem sido encarregado de vários papéis particulares do Real Serviço*. ANTT, MCO, Ofícios, mç. 10.

⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 302, fl. 46v. Encontra-se também em ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1.

escrivão da chancelaria estar anexo ao de escrivão da secretaria do mestrado da mesma Ordem⁴⁹. Agostinho José, oficial da secretaria da Ordem de Santiago, em que principiou a assistir no ano de 1756, servia de escrivão da chancelaria da mesma Ordem, pelo impedimento do secretário. Assim se manteve até idade muito avançada, padecendo muitas moléstias e achaques no exercício das suas funções⁵⁰. Em 1659, Bernardino de Sousa era escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Avis e da chancelaria⁵¹. Em 1690, permanecia nestes dois ofícios⁵². Em 1663, uma resolução régia determinava que os oficiais das secretarias de Avis e Santiago servissem de escrivães da chancelaria respectiva, nas ocasiões em que faltassem secretários⁵³. Em 1783, o oficial maior da repartição da Ordem de Avis servia de escrivão da chancelaria da mesma Ordem⁵⁴.

As secretarias eram unidades orgânicas que partilhavam, entre si, sempre que necessário, os seus recursos informacionais. O termo de abertura seguinte, cerca de 1821, revela a interligação entre as secretarias no plano da transversalidade informacional, numa série de actividades, em cujos processos eram intervenientes: *Este livro há-de servir para o registo das Informações que se exigem desta Secretaria de Avis sobre objectos de alguma das outras ou de todas em geral*⁵⁵. Esta ligação advinha da afinidade nas actividades realizadas, comungando dos mesmos objetivos realizados no cumprimento da missão da Mesa da Consciência e Ordens. Neste sentido, existia uma correlação entre a unidade e as partes que a compunham, mas por outro lado, as secretarias, perdiam a sua individualidade, enquanto partes essenciais na formação da unidade⁵⁶. Note-se que desde a agregação dos mestrados à Coroa que a semelhança entre as três ordens aumentara a um ritmo galopante. Os riscos eram sobretudo para as mais pequenas (Avis e Santiago).

⁴⁹ Cf. ANTT, MCO, cx. 644 (provisória).

⁵⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 2.

⁵¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 259, mç. 25.

⁵² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 240, mç. 10.

⁵³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 370, mç. 125.

⁵⁵ Cf. BN, cód. 10323.

⁵⁶ Cf. Daniela Teixeira Fernandes, *Pedra a pedra. Estudo sistémico de um arquivo empresarial*, Lisboa, Gabinete de Estudos a&b, 2004, p. 39.

Para além da comunicação estabelecida entre as repartições dos mestrados, existia entre estas também com outras secretarias das Ordens Militares como a das Arrematações das Comendas vagas⁵⁷.

No que respeita ao tribunal das Ordens, também existia uma relação administrativa estreita com as suas repartições. A Mesa ordenava que os escrivães das câmaras dos mestrados lhe levassem os papéis quando um assunto ia à discussão dos deputados⁵⁸. Em 1732, na petição de Manuel de Oliveira de Abreu e Lima, o despacho ordenava que o *Escrivão da Câmara da Mesa junte estes papéis ao negócio do suplicante que o trará a este Tribunal*⁵⁹. Até mesmo os peticionários pediam para os secretários trazerem ao tribunal a documentação que exigiam⁶⁰. Os deputados da Mesa solicitavam, regularmente, que localizassem os papéis, nas secretarias, em ocasiões de pedidos de informação e tomadas de decisão⁶¹. Por sua vez, também era um espaço aberto para o “atendimento ao público”. Os interessados dirigiam-se às secretarias para tratar de questões administrativas⁶²: apresentavam requerimentos, solicitavam certidões, provisões, tomavam conhecimento da evolução e da tramitação dos seus processos ou reclamavam os seus papéis⁶³. As partes sabiam, muitas vezes, que os seus documentos estavam nas repartições, em poder dos respectivos secretários⁶⁴. Aqui, suplicantes ou procuradores recebiam de volta a documentação requerida⁶⁵. Às vezes, as partes iam directamente à casa de

⁵⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 407, mç. 161.

⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 242, mç. 12.

⁵⁹ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 9, n.º 6.

⁶⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 367, mç. 122 e ANTT, MCO, OA, cx. 240, mç. 10.

⁶¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 422, mç. 175.

⁶² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 344, mç. 100.

⁶³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 380, mç. 135. Em 1789, o padre Manuel José de Brito, da freguesia de Santa Bárbara, termo da cidade de Faro, recebeu da mão do secretário da Ordem de Avis, Januário António, todos os seus papéis relativos à futura sucessão do benefício curado da igreja matriz de Albufeira. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 383, mç. 138. Quanto ao pedido de certidões, *vide*, por exemplo, a petição do bacharel Francisco Xavier Mendes. Este pediu, em 1739, uma certidão para a sua residência, *se lhe tem passado pelas Secretarias da Ordem de Cristo e Santiago e Executória deste Tribunal por não ter dúvidas nestas Repartições e somente pela Secretaria da Ordem de Avis se lhe duvida passar a dita Certidão*. Igualmente interessante um outro documento que se encontra junto à petição e que foi lavrado para desbloquear o impasse: *Meu amigo e senhor, faça-me Vossa Mercê favor de passar essa Certidão e se tiver alguma dúvida feche os olhos, porque não há-de se[r] coisa de encargo de consciência*. ANTT, MCO, OA, cx. 310, mç. 73. *Vide* também ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 70 e ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra V, mç. 6 (2ª Parte), n.º 7.

⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 346, mç. 102, ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124, ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146 e ANTT, MCO, OA, cx. 407, mç. 161.

⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 396, mç. 151, ANTT, MCO, OA, cx. 367, mç. 122, ANTT, MCO, OA, cx. 389, mç. 144 e ANTT, MCO, OA, cx. 391, mç. 146.

morada dos escrivães. Na realidade, a instituição estendia-se para além das suas salas.

Nas chancelarias das Ordens, também se pediam certidões dos respectivos livros de registo aos escrivães, mediante o pagamento dos dispêndios (feito, busca e cartório)⁶⁶. Extraía-se a informação desde que não fosse sigilosa⁶⁷. Os documentos só tinham valor legal com a devida chancela. Contudo, havia quem desconhecesse que um documento assinado pelos ministros da Mesa não era suficiente, era necessário passar pela chancelaria e ser registado nela. Caso contrário, por força legal, não se dava cumprimento ao seu conteúdo⁶⁸. Os diplomas eram certificados e registados pelas secretarias e chancelarias das Ordens⁶⁹.

As contadorias dos mestrados também tinham os seus arquivos⁷⁰. Nestes cartórios actuavam os escrivães que assumiam algum protagonismo ao ponto de se tomarem, por vezes, os seus nomes para designar estes arquivos, numa ligação de pertença aos papéis que detinham. Por exemplo, o cartório do escrivão Manique da contadoria da Ordem de Cristo⁷¹.

Nas repartições dos mestrados, quando vagava o ofício de escrivão da câmara de uma das milícias, intervinha o juiz geral das ordens com o seu escrivão para proceder ao inventário. Era a rotina para que fossem entregues os documentos ao recém-provido na propriedade daquele ofício⁷². Também podia ser o escrivão do meirinho a fazê-lo. Em 1774, Amaro José Evangelista da Silva, escrivão do meirinho do tribunal da Mesa da Consciência, elaborou a relação dos papéis que se acharam na casa do Doutor Francisco Raimundo de Moraes Pereira, entretanto excluído, pelo mestre, da serventia do ofício de contador do mestrado da Ordem de Avis. A Mesa mandou entregar os autos, que estavam em seu poder, ao escrivão da contadoria por pertencerem ao seu cartório. Os documentos que constavam na relação foram entregues, no tribunal, pelo

⁶⁶ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra J, mç. 5, n.º 131.

⁶⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 365, mç. 120, ANTT, MCO, OA, cx. 416, mç. 169 e ANTT, MCO, OA, cx. 253, mç. 22.

⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 179, fls. 196-196v.

⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12, fls. 46v.-47.

⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 385, mç. 140.

⁷¹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, cx. 36-A, mç. 37.

⁷² ANTT, MCO, liv. 100, fl. 74v. Também se encontra em ANTT, MCO, liv. 302, fl. 45v. e ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1.

meirinho geral⁷³. Também existia o ofício de porteiro do despacho das contadorias dos mestrados⁷⁴. Em 1744, na contadoria da Ordem de Cristo e de Santiago coexistiam porteiro e caminheiro; na da Ordem de Avis não havia esses ofícios, estando a contadoria em Avis, no Alentejo. Nesta, esses ofícios eram servidos pelo medidor do celeiro do convento⁷⁵. Em 1685, o tribunal ordenou que João Soares Galhardo, escrivão proprietário da contadoria da Ordem de Avis, fosse buscar o cartório da contadoria à vila de Avis, em virtude da unidade orgânica passar para a Corte⁷⁶.

Os escrivães das contadorias dos mestrados lavravam as certidões que lhes eram solicitadas⁷⁷. Os arrendamentos e a avaliação das comendas eram actividades pelas quais se necessitava consultar os livros e os termos de arrematações a pedido de requerentes. As secretarias comunicavam com as contadorias. Pelo expediente das secretarias das Ordens tratava-se da confirmação dos prazos novos ou renovados e à respectiva contadoria competia a escritura desses contratos quando a comenda estava vaga ou o comendador não tinha provisão para os mesmos contratos⁷⁸.

Aquando da feitura de um tombo de uma comenda, a fim de cumprir as formalidades exigidas e as confrontações das terras pertencentes à mesma comenda, requeria-se a entrega do existente, na posse do contador do mestrado. O suplicante garantia restituir o documento, logo que terminasse o tombo, e, no acto da entrega, na contadoria, o comendador ou o procurador assinava o recibo⁷⁹.

⁷³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 353, mç. 109. Para além dos papéis, também se pediu a Francisco Raimundo de Moraes Pereira a chave do cofre da Ordem. Dentro estavam papéis de despesa pertencentes à sua conta e livros de receita e despesa; juntamente entregou a quantia de 354.070 réis em moeda corrente. Por não ainda haver um contador nomeado para a mesma serventia, a Mesa mandou meter o dinheiro no cofre de três chaves do tribunal. As chaves do cofre da contadoria, entregues pelo Doutor Francisco Raimundo, ficaram dentro do referido cofre de três chaves.

⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 346, mç. 102.

⁷⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 315, mç. 78.

⁷⁶ Do rol dos gastos, apresentado pelo escrivão, pela transferência do cartório da contadoria da Ordem de Avis consta: duas cavalgaduras (3.000 réis); do frete da barca (200 réis); de carroto para casa (200 réis); de cordas (240 réis); de canastras (1.200 réis); dias/pessoa, o escrivão por nove dias (2.700); da guarda (100 réis). O total dos custos foi de 7.640 réis. O valor das despesas foi pago pelo contador do mestrado da Ordem de Avis com o dinheiro do cofre das comendas vagas. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 253, mç. 22.

⁷⁷ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 24, mct. 1858, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 27, mct. 2144 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 31, mct. 2552.

⁷⁸ Cf. BN, cód. 10323.

⁷⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, cx. 36-A, mç. 37.

Em 1685, o contador do mestrado de Avis pediu quatro livros para registo, na sua contadoria: um para as comendas, um para os alvarás de administração, um para as provisões do tribunal e outro para os forais⁸⁰. Estas necessidades, exprimem bem as tipologias abarcadas por esta unidade.

A secretaria da fazenda das comendas das três Ordens Militares⁸¹, secretaria da fazenda das comendas vagas das três Ordens Militares⁸² ou secretaria da fazenda das comendas vagas, repartição dos tombos e comendas vagas⁸³ era designada, muitas vezes, apenas por “secretaria da fazenda”⁸⁴. O escrivão da real câmara e fazenda das comendas vagas era a figura proeminente desta repartição no atendimento aos pedidos que lhe eram dirigidos⁸⁵. Também encontramos a designação de escrivão geral dos tombos e arrematações das comendas⁸⁶. Por alvará, de 2 de Junho de 1774, foram extintos os contadores dos mestrados com os seus escrivães, passando a jurisdição daqueles para a Mesa. Foi criado o ofício de escrivão geral das arrematações, tombos das comendas, cartórios e mais papéis, o qual escrevia nas arrematações no tribunal da Mesa, expedindo todos os despachos, termos e papéis relativos às arrematações⁸⁷. Cerca de 1779, o desembargador Diogo Inácio de Pina Manique era *proprietário do ofício de escrivão das arrematações e tombos das comendas, cartórios e mais papéis a elas e a eles pertencentes*⁸⁸. Também se designava o ofício, simplesmente, de escrivão das arrematações⁸⁹. António Cristóvão da Silva era oficial da secretaria das arrematações e tombos das comendas vagas e queria auferir um ordenado equiparado ao de segundo oficial daquela secretaria. Nesta apenas existia um oficial com ordenado, o que não compatibilizava com o expediente dela, já que os *negócios eram muitos e iam crescendo todos os dias*⁹⁰.

⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 253, mç. 22.

⁸¹ Vide ANTT, MCO, OC, liv. 341, fl. 14v e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 39, mct. 3295.

⁸² Vide ANTT, MCO, OST, CP, mç. 35, mct. 2842 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 36, mct. 2898.

⁸³ Vide ANTT, MCO, OA, cx. 358, mç. 114.

⁸⁴ Vide ANTT, MCO, OA, cx. 434, mç. 187 e ANTT, MCO, OA, cx. 442, mç. 195.

⁸⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 442, mç. 195, ANTT, MCO, OA, cx. 448, mç. 201 e ANTT, MCO, OA, cx. 456, mç. 209.

⁸⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 3.

⁸⁷ Cf. Alvará de 2 de Junho de 1774. Disponível em:

http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=113&id_obra=74&pagina=537

⁸⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 364, mç. 119. Vide também ANTT, MNEJ, mç. 286, n.º 1.

⁸⁹ Vide ANTT, MR, mç. 452, cx. 566.

⁹⁰ Cf. ANTT, MR, liv. 370, fl. 74.

1.2. Conventos das Ordens Militares

As secretarias comunicavam, por sua vez, com os conventos competentes. Entre estes estabeleciam-se circuitos documentais relativos aos processos de que eram intervenientes ou através dos pedidos de certidões⁹¹. Veja-se o exemplo do concurso à tesouraria de Santo André de Estremoz que envolveu o requerente, o prior mor do convento de Avis e o escrivão da secretaria do respectivo mestrado. Outras personagens participaram, igualmente, neste episódio, como o rei enquanto mestre, o procurador-geral das Ordens e os deputados da Mesa. Mas fixemo-nos nos primeiros. Em 1781, Rodrigo António de Andrade candidatou-se à propriedade daquela tesouraria e, para tal efeito, entregou a documentação necessária: a petição, a certidão da sua matrícula no convento de Avis e outra do alvará régio quanto à preferência dos moços fidalgos do mesmo convento. Pelo facto de não ser nomeado e lhe serem precisos para outra oposição pediu a devolução dos papéis originais, mas foi confrontado com a dificuldade de os reaver. Na secretaria, onde foi apresentada a petição, o oficial informou-o que não os possuía e que os mesmos estavam em poder do prior mor. Tinham sido remetidos ao convento para que o eclesiástico produzisse uma informação acerca da sua oposição e dos restantes candidatos. Por diversas vezes recorreu à Mesa da Consciência com o mesmo intuito. Seguiram-se outros requerimentos a exigir de volta a documentação. Chegou ao ponto de a Mesa indeferir um dos seus requerimentos e sugerir que apresentasse petição para solicitar os documentos ao prior mor, dado que os mesmos não se encontravam na secretaria. Pelo que apurou, o prior mor retinha os seus papéis numa gaveta e só lhos entregava pessoalmente. Para Rodrigo António de Andrade, esta postura não fazia sentido, isto é, ter de se deslocar ao convento de Avis com as implicações que tal jornada acarretava. Tinha a certeza da inimizade do religioso para consigo e de um provável castigo que lhe queria aplicar. Também duvidava das intenções do escrivão Januário António da Silva Castro, na informação que produzira, que lhe parecia ser cúmplice na escolha do nomeado, um criado do prior mor⁹². O enredo descrito permite ver a tramitação documental implicada.

⁹¹ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 41, mct. 3676, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 37, mct. 3019 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 39, mct. 3295.

⁹² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124.

Em 1638, uma carta régia ordenava que não se cumprissem as ordens da Mesa da Consciência que fossem em prejuízo da jurisdição do prior mor e contra a sua primeira instância sem que primeiro dessem conta ao rei. Este havia sido informado que o tribunal tratava de prover um lugar de moço de coro do convento de Palmela e que se intrometia em outros assuntos⁹³.

O sistema de informação era fundamental no planeamento e na organização das Ordens Militares. Por exemplo, a informação dos tombos das comendas era importante na organização e na administração das Ordens Militares em territórios distantes da sede do tribunal. Uma simples petição a pedir que o secretário do convento passasse, a partir daquele papel, uma certidão, com o número de capelas curadas, anexadas à matriz, demonstra o apoio dos conventos na estrutura organizacional das Ordens Militares. Os locais mais longínquos e recônditos seriam controlados graças a um sistema de informação descentralizado e próximo dos seus agentes periféricos. Graças à articulação entre os vários subsistemas e o sistema a que faziam parte⁹⁴. Numa petição, o frei Pedro Rocha da Costa Maldonado, freire conventual de Avis e reitor presidente da igreja e colegiada de S. João Baptista da vila de Coruche, destacou a importância do arquivo. Nas palavras daquele religioso, *sendo um dos mais importantes cuidados da Administração Económica a guarda e conservação dos títulos que constituem o Arquivo da Casa e sendo o costume louvável de todas as Igrejas da Ordem tratar muito cuidadosamente da conservação destes Títulos, porque deles depende também a conservação dos bens, e Direitos da Igreja*⁹⁵. Note-se que esta colegiada mantinha, de longa data, uma relação conflitual com várias instâncias e, por isso mesmo, o seu arquivo era fundamental. Provava direitos.

No âmbito das suas funções, a Mesa da Consciência interagiu não só com os seus subsistemas, mas também com outros sistemas inseridos no mesmo meio. O tribunal das Ordens teve uma importância assinalável na sociedade do período Moderno. Reflexo desta época, da sua política e da ideologia vigente, foi uma organização que, por sua vez, moldou e influenciou a forma de pensar e agir na sua contemporaneidade. Foi um instrumento ao serviço da monarquia.

⁹³ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 19.

⁹⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 401, mç. 156.

⁹⁵ ANTT, MCO, OA, cx. 418, mç. 171.

No entanto, o regime político também foi atinente à causa das Ordens Militares. Para além do rei, enquanto governador e administrador das Ordens, no conjunto de relações estabelecidas entre o tribunal, incluem-se outras organizações. Algumas delas com afinidades de actuação como o Santo Ofício e o Desembargo do Paço. Registaram-se actos de cooperação, mas também contendidas inter-institucionais⁹⁶. Outras ligações estavam instituídas, como a da Secretaria das Mercês e Estado.

1.3. Secretaria das Mercês

O cartório da Secretaria das Mercês forneceu um manancial de informações às Ordens Militares. Nele constavam os serviços dignos de serem agraciados com mercês. Atente-se que, desde os meados de quinhentos, a Coroa portuguesa foi obrigada a actuar de acordo com regras estabelecidas sobre a avaliação dos serviços e suas remunerações. Por outro lado, fixou-se um quadro legal para a solicitação de mercês e respectivos circuitos documentais⁹⁷. Estamos perante um arquivo que necessitou de gerir informação para usufruto de contrapartidas que seriam demandadas em função da economia da mercê. Neste âmbito, os serviços prestados pelos súbditos à Coroa constituíam a matéria-prima dominante para a obtenção de recompensas. Na Mesa da Consciência os desempenhos realizados em contextos bélicos ou na ocupação de cargos constituíam os *inputs* exigidos nos processos de habilitação, em determinadas circunstâncias. No acto de candidatura para a obtenção de um hábito de uma das milícias submetiam-se as portarias como comprovativo dos desempenhos realizados e incluídos no *curriculum* do pretendente ou de outrem que os renunciaria a seu favor. O suplicante requeria uma certidão dos serviços ou até mesmo a *cópia de uma certidão que juntou na Secretaria das Mercês aos mais serviços*⁹⁸. Os pedidos de informação dirigidos a esta secretaria não se restringiam ao momento inicial do processo. Decorridas as *provanças*, podia ser

⁹⁶ Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609.

⁹⁷ Cf. Fernanda Olival, "Mercês, Serviços e Circuitos Documentais no Império Português", in *O Domínio da Distância: Comunicação e Cartografia*. (coords. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 59.

⁹⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 53.

necessário ver de novo, na Secretaria das Mercês, os serviços dos habilitandos, para efeitos de confirmação e esclarecimento de dúvidas⁹⁹ ou para decidir sobre a pertinência de uma dispensa.

A reivindicação de uma mercê por parte do titular podia ocorrer após vários anos de lhe ser atribuída. Durante esse período podia *alterar-se ou mudar-se a mercê em outra com que esta cessasse*. Por isso, cabia ao suplicante *mostrar clareza de estar em seu vigor, o que não será tão legal como tirar outra portaria recorrendo à Secretaria das Mercês*¹⁰⁰.

Nem sempre se encontrava, nos livros de registo das mercês, a informação sobre uma graça eventualmente concedida ao candidato ou a outra pessoa pelos serviços cumpridos até à data das pesquisas. No processo de Manuel Esteves da Cruz constam duas certidões emitidas em Março de 1742 e Setembro de 1743, assinadas por Paulo Nogueira de Andrade. Em ambas referia-se não haver qualquer registo de uma mercê em nome do habilitando ou de outra pessoa que nele renunciasse os seus serviços. Contudo, no último fólio de uma consulta, datada de Novembro de 1743, mencionou-se a existência da portaria¹⁰¹.

Em 1670, Isabel Pereira, viúva do capitão Lourenço Gonçalves Pereira, relatou o que lhe sucedera, dois anos e meio antes, quando reivindicou a mercê concedida pelos serviços do seu marido, correspondente a um hábito de Avis com 30.000 réis de tença em bens da mesma Ordem para o seu casamento. Para o efeito, apresentou o alvará de mercê e outros papéis na formalização do pedido ao rei, por via da Secretaria das Mercês. No entanto, extraviaram-se os documentos, na referida unidade orgânica, sem que fosse possível recuperá-los. Para obter a informação de que se havia passado o dito alvará foi necessário pedir uma certidão extraída a partir do livro da chancelaria da Ordem. Tendo na sua posse a certidão, a viúva solicitou um alvará com salva, isto é, uma espécie de segunda via¹⁰².

⁹⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 66 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 4, n.º 69.

¹⁰⁰ ANTT, MCO, OA, cx. 244, mç. 14.

¹⁰¹ ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 41, n.º 3. A título de exemplo, outros processos que também possuem a referida certidão: ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 42, n.º 65, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 25 e ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 50.

¹⁰² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 245, mç. 15.

Quando havia necessidade de dispensa de algum defeito, como uma mecânica, também se reapreciavam na Mesa da Consciência os serviços que tinham dado origem à mercê para ver se mereciam a abertura de uma excepção. Ou seja, para ver se eram suficientes para a dispensa.

Em 1681, D. Afonso VI determinou que o porteiro da Mesa da Consciência fosse, diariamente, às *Secretarias das Mercês e Estado* para buscar *maços*. Até àquela data não havia uma pessoa certa para essa função. A entrega desses papéis era feita mediante uma lista que declarava os papéis que o porteiro levava, o qual assinava como protocolo¹⁰³. Esta resolução reflecte a comunicação tida entre o tribunal das Ordens e as referidas secretarias. Seria quotidiana. Estes fluxos documentais representam as relações institucionais entre os dois sistemas de informação.

Note-se que, em 1681, abateu-se o infortúnio sobre os livros de registo das mercês existentes na casa de Diogo Soares. O incêndio deflagrado causou a perda deste conjunto documental. O decreto de 10 de Outubro sobre a re formação dos livros esclareceu qual a solução para remediar o dano causado através da recuperação dos *registos dos livros das Secretarias de Estado, Mercês e expediente da Matrícula do Conselho Ultramarino, das Chancelarias do Reino e das Ordens, da Torre do Tombo e das Contas da Chancelaria que estão nos Contos*. Veja-se a metodologia delineada:

(...) se tirem logo listas com seus alfabetos de todas as mercês que nos ditos livros se acharem registadas com os nomes das pessoas a que se fizeram e relação dos serviços e acções de cada uma para que conferidas todas se entreguem a Licenciado Taveira escrivão do dito registo e ele as reduzir o livro, e título de cada pessoa na forma que até agora se usava, começando pela maior antiguidade de anos que se puder descobrir, e que o dito Licenciado Taveira forme logo livro para o registo das mercês que eu daqui em diante fizer para que as partes tenham todo o expediente.

As instituições em causa foram contactadas no sentido de cooperarem nas diligências. No caso da Mesa da Consciência, para que os seus oficiais

¹⁰³ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 52. Encontra-se também em BN, cód. 6504, fl. 76v.

tirassem as listas de todas as mercês registadas nos livros das chancelarias das Ordens¹⁰⁴. Ainda hoje, os 14 livros resultantes deste esforço constituem na Torre do Tombo a série *Ordens Militares* do Fundo *Registo Geral de Mercês*. Mais não são do que cópia de documentos dos livros de Chancelaria das Ordens Militares.

Ainda em 1681, o Procurador-Geral da Ordem de Cristo requereu a cópia de uma resolução datada de 1650, lavrada numa consulta da Mesa das Ordens, sobre a renúncia de Dom prior fr. Paulo de Vasconcelos do seu cargo. Na Secretaria do despacho de Mercês e Expediente existia o livro de registo das consultas do tribunal da Mesa da Consciência. A informação pretendida encontrava-se no livro que ia de 1643 a 1650¹⁰⁵. Este exemplo demonstra que os fluxos informacionais tidos com esta secretaria não se esgotavam nas mercês.

1.4. Santo Ofício

As Ordens Militares recorriam também ao sistema de informação do Santo Ofício, nos processos de habilitação. Em nome do pretendente a um hábito de uma milícia lavrava-se a petição dirigida aos deputados do Conselho Geral. Era o secretário do secreto que, por conseguinte, lavrava a certidão. Este procedimento ocorria para confirmar dados ou na falta destes sobre o habilitando e seus parentes, aprovados pela Inquisição. Incluíam-se também as mulheres habilitadas pelo tribunal do Santo Ofício¹⁰⁶.

No processo de Manuel de Meireles Rebelo, para a obtenção de um hábito da Ordem de Cristo, extraiu-se a informação nas suas habilitações ao Santo Ofício e nas do seu irmão, André Pereira de Meireles, ambos familiares do tribunal da Inquisição. Tratou-se de um processo peculiar pela proveniência da informação que o sustentou, quer de Portugal, quer do Brasil. Do Auditório Eclesiástico e Resíduos da Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, Bispado de Mariana, veio a certidão de idade de Manuel de Meireles Rebelo¹⁰⁷.

¹⁰⁴ ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 32, mct. 2, doc. 9, ANTT, MCO, liv. 100, fls. 65v.-66, BN, cód. 6504, fls. 79v.-80.

¹⁰⁵ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

¹⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 20, n.º 3.

¹⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 35, n.º 9.

Manuel Joaquim de Sousa necessitou de uma certidão do Santo Ofício, onde constasse as naturalidades dos seus tios, as dos pais e avós. Foi possível facultar essa informação a partir das diligências realizadas nas habilitações dos tios para familiares¹⁰⁸.

À semelhança destes dois casos, efectuaram-se imensos pedidos de informação ao secreto do Conselho Geral do Santo Ofício. Existia, desta forma, credibilidade naqueles dados depositados no arquivo inquisitorial. Registou-se, ao longo de séculos, uma cooperação activa e permanente entre estes dois tribunais régios. Todavia, estar habilitado no Santo Ofício ou ter parentelas habilitadas, não significava um acesso facilitado às Ordens Militares. A informação por si só não constituía uma garantia de sucesso. Mas, reforçava a candidatura, essencialmente pelas questões de limpeza de sangue. Contudo, os contactos estabelecidos com o Santo Ofício também se faziam para obter outros informes, como os da mecânica e outros dados pessoais, como nascimentos e recebimentos em certidões anexas aos processos. Até a cópia de petições, aquando do início do processo de habilitação, entregues ao Santo Ofício. Nicolau da Costa Guimarães, familiar nesse tribunal, assim o fez. A sua petição para ingressar na Inquisição estava recheada de informações sobre familiaturas por parte da sua estirpe e da de sua consorte¹⁰⁹.

Refira-se que as informações do Santo Ofício podiam advir, igualmente, dos tribunais de distrito. Em 1756, Francisco de Sousa, secretário da Inquisição de Lisboa, emitiu uma certidão, por despacho dos inquisidores no requerimento, a partir de um dos livros das criações dos ministros e oficiais, onde se achava a cópia de uma provisão do Conselho Geral lavrada em 1754. Este documento confirmava que Manuel da Costa Pinto tomara o juramento do cargo de familiar. Esta era uma informação que à partida favoreceria a sua pretensão no tribunal das Ordens enquanto detentor da mercê do hábito da Ordem de Cristo¹¹⁰.

Os fluxos informacionais entre estes sistemas viriam a ficar obstruídos no ano seguinte com o terramoto que cobriu uma extensa área geográfica, nomeadamente onde se localizavam as sedes dos tribunais da administração central, em Lisboa. Temos notícias de que o fogo, consequente da trepidação,

¹⁰⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 3, n.º 1.

¹⁰⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 1, n.º 17.

¹¹⁰ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 1, n.º 11.

consumiu o cofre das três chaves da Mesa da Consciência. Por sua vez, também o Conselho Geral do Santo Ofício viu-se inibido de passar quaisquer certidões *por se acharem os livros e papéis antigos embaraçados por causa do Terramoto sucedido, e se necessitar de largo tempo para se dividirem na ordem necessária*. Doravante, instalou-se um período de interregno que condicionou as relações institucionais ao nível dos pedidos de informação, emergente de uma perda e de uma desorganização fatal dos seus cartórios. Este infortúnio viria a marcar a história dos arquivos custodiados por estas instituições que sofreram danos irreversíveis nos seus documentos, perdendo, muitos destes que sobreerrestaram a sua ordem original. Os processos-crime e de habilitação constituíam os documentos mais procurados para averiguação de penitências e ingressos na máquina inquisitorial. Os indivíduos que necessitavam de informes para os seus processos viram-se, assim, impedidos de provar o que alegavam nas suas petições. Para alguns, ainda sobravam alternativas, recorrendo a outras instâncias organizacionais, onde era possível recuperar as almejadas informações. O capitão Manuel José de Lima, natural e morador no reino de Angola, apresentou uma certidão tirada dos livros da Câmara Eclesiástica a que pertencia, onde constavam os nomes e naturalidades dos seus pais e avós, por dois dos seus irmãos se terem habilitado às ordens menores e sacras. Expôs, ainda, pela mesma via, que o seu pai e um outro irmão eram cavaleiros da Ordem de Cristo¹¹¹.

Note-se que o acesso à informação, por parte de algumas organizações, era mais permissível ao Santo Ofício. Na década de 40 do século XVIII, no âmbito de um processo de habilitação, o cavaleiro comissário foi ao cartório da irmandade de Nossa Senhora do Rosário para ver se nos livros dela encontrava o assento do avô paterno do justificante. Tomou-se conhecimento de que, alguns dos livros, tinham ido para o tribunal da Inquisição de Coimbra para averiguação de algumas diligências. Para este caso, o comissário das Ordens Militares dirigiu-se até ao cartório, mas para o Santo Ofício os livros deslocaram-se até ao tribunal¹¹². Assim também acontecia com os livros de registo paroquial.

¹¹¹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 1, n.º 15.

¹¹² Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Santiago*, letra M, mç. 1, n.º 6.

1.5. Desembargo do Paço

O Desembargo do Paço era outro dos tribunais da administração central que facultava o seu recurso informacional ao da Mesa da Consciência. As relações entre estes dois tribunais incidiram também ao nível do expediente, no plano administrativo de muitos *negócios* que tramitaram nas suas secretarias.

Entre o Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência existia um grau de fiabilidade que incluía a requisição de documentos originais¹¹³. No processo de Manuel Caetano Bravo da Silva Brito, os deputados do tribunal da Mesa ordenaram a feitura de uma consulta ao mestre para que este mandasse remeter ao Desembargo do Paço as inquirições do pai, bacharel, e que depois de analisadas fossem restituídas¹¹⁴. Note-se que o empréstimo de papéis originais ou a devolução de documentos insertos em processos às respectivas partes constituíam procedimentos consentidos em alguns sistemas de informação. A Mesa da Consciência também chegou a fazê-lo¹¹⁵. No entanto, esta particularidade não se aplicava ao Santo Ofício¹¹⁶. O mesmo ocorreu no processo de Manuel de Oliveira de Abreu e Lima para tomar o hábito da Ordem de Cristo, quanto aos documentos porque foi admitido o seu avô paterno a servir os lugares de letras. O tribunal das Ordens pediu, em 1730, que o Desembargo do Paço entregasse aos comissários da Mesa, com ordem desta, os documentos originais (inquirições, decretos ou resoluções), que depois seriam devolvidos ou o traslado dos mesmos. A Mesa da Consciência precisava de ver essa documentação, por isso pediu ao rei que assim ordenasse ao Desembargo do Paço. Ainda, em 1731, Manuel de Oliveira de Abreu e Lima referiu que lhe

¹¹³ Cf. ANTT, MR, mç. 406, cx. 509.

¹¹⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 20. Contudo, não foi a única documentação original pedida para que fosse entregue no tribunal das Ordens: *e se passe outrossim ordem para os comissários desta Corte procurarem uns autos de desobediência, ou injúria que fez Manuel Bravo, sendo Juiz ordinário na Vila de Alcobaça, contra Manuel Machado, oleiro, que se diz vieram por agravo para esta Corte, de que fora Escrivão Jacinto Gomes de Lima, morador no Paraíso, e os pedirão ao Escrivão dando-lhe recibo deles e os remeterão a este Tribunal que, sendo vistos, se restituirão.*

¹¹⁵ Em 1754, Pedro da Mota e Silva, secretário de Estado do Reino, restituiu as habilitações, que pedira com autorização do mestre das Ordens, ao marquês de Valença, tendo sido repostas no arquivo da Mesa da Consciência, donde foram retiradas. Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, letra F, mç. 4, n.º 70.

¹¹⁶ Ainda que se colocasse essa hipótese, nas petições, ao Santo Ofício (...) *se lhe passe também* [a certidão de baptismo do habilitando] *por Certidão ou se lhe dê a própria, ficando o traslado* (...). ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 34, n.º 5.

pediram que juntasse todos os documentos que comprovassem a limpeza de sangue do seu avô paterno. Para tal buscou, no tribunal do Desembargo do Paço, as *provanças* do avô e, na Secretaria das Mercês, o decreto por onde foi feito corregedor do cível da cidade. Neste caso foi o suplicante que recolheu a informação junto dessas instituições. Na Secretaria do Expediente e Mercês consultou-se o livro de registo das consultas que se fizeram no tribunal do Desembargo do Paço do ano de 1665 até ao de 1669. A resolução da consulta foi lavrada em 1667¹¹⁷.

No processo de Nicolau Joaquim de Miranda Silva e Alarcão, para a obtenção do hábito da Ordem de Cristo, o comissário fr. João de Anveres Pacheco consultou, na Secretaria das Justiças, o sumário que se havia feito ao processo daquele quando se habilitou para ler no Desembargo do Paço. O objectivo era extrair os nomes das testemunhas que depuseram outrora para serem inquiridas de novo. Isto porque nem todos os depoentes que indagou lhe confirmaram as naturalidades do habilitando, pais e avós, nem conseguiu encontrar pessoas daquele tempo que depusessem sobre esses dados. Assim se lavrou o termo, o qual se juntou ao processo das Ordens Militares com os nomes das testemunhas, as suas ocupações, assistências e idades. Não teve sorte na metodologia delineada, dado que as pessoas em vista já tinham falecido. Na realidade, o espaço temporal que separava os dois processos era de três décadas. Por essa razão viu-se forçado a consultar, novamente, o referido sumário, mas agora, reconheceu, que o faria *completamente*. A Mesa do Desembargo do Paço havia cometido a diligência daquela habilitação ao corregedor do cível, Caetano Pereira de Castro Padrão, o qual perguntara a sete testemunhas sobre as naturalidades, os procedimentos, a limpeza de sangue, a nobreza, o trato e a reputação do habilitando, dos seus pais e avós. Desta diligência deu conta o ministro, no tribunal do Desembargo do Paço. Desse segundo exame, feito pelo cavaleiro comissário, lavrou-se termo com a declaração dos depoimentos das testemunhas e com a cópia da conta dada pelo corregedor. Concluiu que os ditos das suas testemunhas em nada diferiram dos das inquiridas pelo corregedor. Curioso o procedimento deste comissário em procurar na documentação do Desembargo do Paço e não se dar por satisfeito

¹¹⁷ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 9, n.º 6.

com a mesma. Será que os seus depoimentos, no sumário dessas diligências, levadas a cabo pelo Desembargo do Paço, não correspondiam totalmente à informação que se desejava captar ou porque não tinham tais inquirições crédito suficiente e daí preferir ser o comissário das Ordens a inquiri-las?¹¹⁸

Entre estas organizações registava-se um fluxo documental que falta apurar. Existiam processos que envolviam os dois tribunais, exigindo uma intervenção dos mesmos. Em 1778, o tribunal do Desembargo do Paço ordenou que Francisco de Azevedo Coutinho recolhesse os documentos existentes na casa do desembargador João Fernandes de Oliveira. A informação encontrava-se acondicionada em dois caixotes e em uma arca e teria de ser entregue ao desembargador procurador da Coroa. Eram documentos em tramitação processual, para vista daquele ministro. Aquando da elaboração do inventário, encontrou alguns emanados pela Mesa da Consciência e Ordens que separou dos restantes, aguardando instruções da rainha sobre o destino a dar aos mesmos. Procedimento já praticado, outrora, relativamente aos primeiros, nas palavras de Francisco de Azevedo Coutinho¹¹⁹.

Em algumas circunstâncias, as funções desempenhadas por estes dois tribunais estariam muito próximas, ao ponto dos trâmites processuais não serem do conhecimento dos respectivos intervenientes, daí ocasionarem-se alguns *quiproquós* de natureza administrativa. Encontraram-se documentos que acusavam as contravenções cometidas e até algumas contendas institucionais. Em 1627, registou-se o desentendimento instigado por uma carta dos ofícios de repartidor e avaliador dos órfãos. O escrivão da câmara da Ordem de Cristo emitiu a carta em nome do rei, como governador e perpétuo administrador, e indo a assinar pelos desembargadores do Paço a duvidaram, mandando que se fizesse somente como rei e senhor. O escrivão da câmara da Ordem recusou-se a fazê-la naqueles moldes, fora do estipulado em regimento. Este episódio deu azo a controvérsias ao ponto de se pedir a anulação das cartas ou provisões passadas pelo Desembargo do Paço, suspendendo, assim, os que, nas terras das Ordens, serviam ofícios de justiça¹²⁰.

¹¹⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra N, mç. 3, n.º 15. Vide também ANTT, DP, *Habilitações de leitura de bacharéis*, letra N, mç. 1, n.º 26.

¹¹⁹ Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 35, mct. 12, doc. 76.

¹²⁰ Cf. ANTT, MNEJ, cx. 178, mç. 98 (2.ª incorporação).

Em 1679, uma resolução denunciou as polémicas existentes entre tribunais envolvendo matéria de jurisdição¹²¹. Em 1703, o rei decretou à Mesa do Desembargo do Paço que visse uma consulta da Mesa da Consciência e Ordens. O documento tratava da petição patenteada pelo licenciado Domingos Duarte Ribeiro para o lugar de conservador da Universidade de Coimbra. Do parecer lavrado pelo Desembargo do Paço referiu-se que aquela consulta era da sua competência e não do tribunal das Ordens. Tratando-se de um impedimento de um lugar de letras era ao Desembargo do Paço que competia consultar, assim como mandar informar ao reformador¹²². Na realidade, algumas consultas do tribunal da Mesa da Consciência eram apresentadas ao Desembargo do Paço. Os assuntos eram diversos, tais como propriedade de ofícios (escrivão dos resíduos), perdões de degredo, devassas, entre outros¹²³.

Por força de uma separação ténue de competências entre organizações, ocasionaram-se alguns desentendimentos entre o tribunal das Ordens e o do Desembargo do Paço, exigindo a intervenção do rei para os colmatar. Geralmente, por questões de devassa. Em 1624, o monarca alertou o Desembargo do Paço que não podia passar provisões para se devassar de cavaleiros, mas só a Mesa da Consciência, assinadas pelo rei como grão-mestre. As que tinham sido emitidas foram anuladas. Outros casos sucederam, relacionados com devassas¹²⁴.

Face às contendas entre tribunais em áreas de jurisdição e que chegavam ao conhecimento do rei, este determinou, em 1679, que havendo um que se sentisse ofendido lhe desse conta para que resolvesse a divergência¹²⁵.

¹²¹ Cf. ANTT, MCO, liv. 315, fl. 51. Também se encontra em BN, cód. 6504, fl. 74v. e em ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1, fl. sem numeração.

¹²² Cf. ANTT, DP, Repartição das Justiças, mç. 804.

¹²³ Vide ANTT, DP, Repartição das Justiças, mç. 880.

¹²⁴ Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609. Também em ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1.

¹²⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 315. Também em BN, cód. 6504, fl. 74v., ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória). Também contendas das Ordens com os juizes seculares. Vide, por exemplo, BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609.

1.6. Ordinários e párocos

O Santo Ofício e a Igreja terão sido as organizações mais contactadas pelas Ordens Militares no plano da recolha de informação. O tribunal das Ordens, à semelhança do sistema inquisitorial, interagiu com os bispados e com o patriarcado¹²⁶ nos processos de concessão de hábitos. Necessitava de provas que, eventualmente, se encontrassem no sistema de informação das Câmaras Eclesiásticas. As Ordens Militares solicitavam aos comissários que se dirigissem à Câmara Eclesiástica e ao Patriarcado para copiar os documentos necessários e remetessem os traslados à Mesa para serem examinados¹²⁷. De entre estes, as inquirições de *genere* e outros documentos que constassem nos respectivos processos. Nestes, encontrar-se-iam certidões e estas também podiam ser solicitadas para atestar nascimentos, casamentos e óbitos¹²⁸. No entanto, nem sempre a cooperação foi fácil entre estas organizações. Em 1708, o bispo do Algarve duvidou apresentar os documentos que se pediram à Câmara Eclesiástica de Faro. No seu entendimento não o faria sem que o rei lhe ordenasse¹²⁹. O mesmo parece ter sucedido, em 1772, na de Braga, pelos obstáculos que colocava nas diligências, levando a prejuízos, em demoras e em despesas inerentes, por parte dos habilitandos¹³⁰. Porém, nem sempre foi possível encontrar a informação pretendida nas Câmaras Eclesiásticas¹³¹.

¹²⁶ Em 1753, para a habilitação de Manuel Caetano, foi necessário ver as inquirições do seu pai para ordens no Patriarcado, realizadas havia 51 anos. Fez-se o pedido ao Cardeal Patriarca para que autorizasse a cópia das ditas inquirições pelos comissários nomeados pela Mesa da Consciência para aquela diligência. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 20.

¹²⁷ Veja-se ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 32, n.º 4. Em 1753, os deputados da Mesa da Consciência mandaram que se pedisse ao cardeal patriarca que deixasse trasladar as inquirições que se fizeram, em 1702, ao pai de Manuel Caetano Bravo da Silva Brito. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 2, n.º 20.

¹²⁸ Domingos Martins, casado com Isabel Gomes de Azevedo, pediu uma certidão do recebimento do seu avô Bento Lopes, casado com Isabel Gomes, recebido na freguesia da Sé da cidade do Porto, a certidão de baptismo do dito Bento Lopes e uma certidão de baptismo de Miguel Lopes, filho legítimo do dito Bento Lopes e de sua mulher Isabel Gomes. Cf. ANTT, CG, mç. 6, n.º 19.

¹²⁹ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 45, n.º 58.

¹³⁰ Cf. ANTT, MR, mç. 409, cx. 512.

¹³¹ A título de exemplo, na Câmara Eclesiástica do Porto, não se encontraram as inquirições do padre António de Gouveia, avô do habilitando. Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 36, n.º 6. O mesmo sucedeu na Câmara Eclesiástica de Braga, embora se tratasse de um processo de habilitação do Santo Ofício, em que não se encontraram as habilitações do padre Afonso Gomes *ou por serem tiradas pela Congregação, ou por antigas, como me persuado; porque na petição, que o dito Padre Crespião Gomes fez para ser admitido a justificar a fraternidade, faz menção da sentença de genere junta de seu irmão, o Padre Afonso Gomes,*

Destaque-se o empréstimo de documentos originais. Nas palavras dos deputados da Mesa, em 1707, *isto se tem praticado repetidas vezes*. Os ministros das Ordens referiam-se aos livros paroquiais, mencionando o arcebispo de Braga como exemplo dessa cooperação, na medida em que enviava os documentos para o tribunal das Ordens e que eram, depois, restituídos. Mas nem todos os prelados concordavam com esta prática em virtude do perigo que oferecia. O bispo da Guarda apresentou os riscos desse empréstimo quando lhe mandaram entregar o livro de baptismos da paróquia do Fundão a uma pessoa de sua confiança para que o trouxesse até ao tribunal e por ela se voltasse a remeter até à sua origem. O Ordinário alegou que naquela *terra há quantidade de cristãos-novos e se o livro corresse algum descaminho se podiam ordenar muitos, e juntamente cavaleiros do hábito de Cristo*. Preferia que o rei mandasse um dos ministros daquela comarca para ver os livros, em sua presença, e assim tirar a certidão, para que não houvesse perigo ao serviço de Deus e ao crédito de milhares de pessoas¹³².

As relações tecidas entre as Ordens Militares e o Ordinário tiveram alguns piques¹³³. Nos anos de 1712 e 1713 ocorreram algumas dessas agruras. O episódio do bispo do Algarve que prendeu uns freires, tendo a Mesa passado uma provisão ao ouvidor de Faro para que se deslocasse até à cadeia com a finalidade de os soltar. Note-se que o tribunal das Ordens pediu ao rei que reprovasse o acto praticado pelo Ordinário, considerado excessivo. Sabe-se que fê-lo por escrito¹³⁴. No ano seguinte, o monarca escreveu ao bispo do Algarve para que *desistisse da força e não perturbasse a Ordem*. Desta vez, porque o Ordinário pretendia conservar um ecónomo do hábito de S. Pedro apresentado por ele, recusando admitir um freire apresentado pelo D. Prior no benefício simples de Santa Maria de Tavira¹³⁵.

Também foram exemplo dessas relações conturbadas as pelejas, que se estabeleceram devido aos livros findos de baptismos, casamentos e óbitos. Em algumas situações registaram-se, inclusivamente, actos de violência. Era

e no cartório desta Câmara de 70 anos para trás acham-se poucas habilitações; porque (segundo dizem) se entregavam aos mesmos habilitandos, em lugar das sentenças de genere, que agora se lhe dão. ANTT, Santo Ofício, *Habilitações Incompletas*, doc. 1738.

¹³² Cf. ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 21, doc. 106.

¹³³ Vide ANTT, MCO, liv. 302, fl. 42.

¹³⁴ Cf. ANTT, MCO, liv. 302, fl. 99.

¹³⁵ Cf. *ibidem*.

comum ignorar-se a linha que separava as competências das igrejas pertencentes aos bispados das que faziam parte do padroado das Ordens Militares no tocante a essa jurisdição administrativa. Na altura de se recolherem os livros para as Câmaras Eclesiásticas, os que correspondessem à alçada dos bispados, incluíam-se no mesmo conjunto dos das Ordens Militares. Forçavam-se os párocos a entregar os documentos. Em 1767, agudizaram-se os ânimos, pedindo-se mesmo a prisão do escrivão do cartório dos livros findos do bispado de Coimbra e o resgate dos que haviam sido retirados à igreja de Torrocelo, filial da matriz de *Varzea de Muruge*, visitada pela Ordem de Avis. Para além da ilegalidade cometida no procedimento emanado pelo bispo de Coimbra, alegaram-se as dificuldades causadas por aquele acto nos pedidos de certidões. Isso agravaria os transtornos, quer na distância a percorrer até Coimbra, quer na dilação do processo e nos custos do mesmo¹³⁶. Era antiga a disputa que envolvia os ditos livros. Do seu histórico, apontava-se o ano de 1743 como o da primeira contenda movida pelo bispo de Coimbra. A segunda, em 1760, pelo bispo de Elvas¹³⁷, e a terceira, pelo bispo de Beja, cerca de 1777. Neste mesmo ano, os párocos da Ordem de Avis pediram à rainha a devolução dos livros. Nos argumentos apresentados, em petição, fizeram-se valer do Concílio Tridentino, das Constituições dos bispados e da prática antiga das paróquias. Nas ocorrências anteriores, os monarcas ordenaram a restituição dos documentos à proveniência. A justificação para se arrecadarem os livros à guarda dos clérigos prendia-se com a salvaguarda dos mesmos. Porém, os párocos não a aceitavam de bom grado. Para estes, tanto se desencaminhavam os livros na sua posse como na das Câmaras e a existir incúria mais seria da parte dos oficiais papelistas. Isto porque, os párocos teriam todo o interesse em conservá-los pelo desempenho das suas obrigações e pelos emolumentos que deles auferiam. Tratava-se do seu sustento em igrejas pouco frutuosas (as maiores, sem os ditos emolumentos, apenas chegavam a três moios de trigo, dois de cevada e 20.000 réis em dinheiro, segundo alegavam). Aliás, neste processo, apontava-se a obtenção de lucros pelos emolumentos como principal interesse das Câmaras

¹³⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 346, mç. 102.

¹³⁷ Veja-se o parecer do tribunal da Mesa da Consciência para que o rei pedisse ao bispo de Elvas a suspensão do processo até à resolução do monarca. Cf. ANTT, MR, liv. 365. O tribunal das Ordens voltaria a pedir o mesmo em 1768. Cf. ANTT, MR, liv. 366.

Eclesiásticas para reunirem esses documentos. Uma prática que nunca fora das Câmaras Eclesiásticas e que afectava economicamente os párocos e os que pediam as certidões. Antes, os solicitantes dirigiam-se à respectiva paróquia. Para além dos 240 réis que pagavam pelo documento, passariam a somar as despesas da jornada, de acordo com as distâncias. A indignação dos párocos da Ordem de Avis ficou explícita na petição da qual se retirou a seguinte frase, que resumia o jogo de interesses: *Quem faz os assentos nos livros são os Párocos e seria caso bem alheio da razão fazerem eles a cultura e colherem outros o fruto*¹³⁸.

Podemos considerar a questão dos emolumentos como uma área delicada para os párocos¹³⁹. Até entre si não abriam mão desse rendimento. Fr. Manuel Martins, beneficiado na igreja da Ordem de Avis, em Safara, termo da vila de Moura, substituíu o seu prior nas suas muitas e largas ausências daquela igreja. Contudo, sem lhe deixar os livros de baptismos, casamentos e óbitos, o beneficiado estava impossibilitado de passar as certidões que lhe solicitavam. De nada valeram as suas súplicas para lhe deixar os ditos livros, respondendo o prior que não lhos queria dar. Em despacho da Mesa da Consciência, em 1697, na petição do fr. Manuel Martins, enviou-se uma provisão dirigida ao prior para que este se justificasse ao tribunal, em carta cerrada¹⁴⁰.

Em 1655, assentou-se que, na ausência do prior de Sousel, era o beneficiado mais antigo que passava as certidões. Quanto aos documentos, chamou-se a atenção para que se fizesse um *caixão*, a colocar na sacristia, em que estivessem todos os livros de baptismos, casamentos e óbitos. A chave do *caixão* passava a estar na posse do prior e quando este estivesse fora ficaria a mesma com o beneficiado mais antigo. O mesmo se applicava às chaves do sacrário¹⁴¹.

Por carta do juiz da comarca de Estremoz, em 1714, é dado a conhecer que lhe havia sido dirigida uma provisão para que notificasse os freires da sua área de actuação. O que estava em causa eram as certidões dos livros paroquiais. Pediu-se para que não as lavrassem em despacho do Ordinário, mas

¹³⁸ ANTT, MCO, OA, cx. 361, mç. 117.

¹³⁹ Cf. ANTT, MR, mç. 452, cx. 566.

¹⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 263, mç. 28.

¹⁴¹ Cf. BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609.

apenas o fizessem por autorização do juiz da Ordem da comarca. Assim determinava o documento exarado em nome do rei. No entanto, esta ordem foi muito mal recebida pelo arcebispo de Évora, D. Simão da Gama, que a tomou como uma ofensa à sua jurisdição ordinária e ao seu poder enquanto entidade máxima, tido como responsável por aquela comunidade religiosa e por tudo o que era relativo aos actos paroquiais¹⁴².

Este era um problema que persistia também à margem das Ordens Militares. Em 1771, o bispo de Beja, D. Fr. Manuel do Cenáculo afirmava-se conhecedor dos malefícios resultantes dos livros findos, conservados na posse dos párocos por muitos anos, sujeitos a dilacerações de folhas, introdução de outras e até extravios de livros inteiros. Por estas razões considerou necessária a guarda e a conservação desses livros no arquivo da Câmara Eclesiástica, expondo essa matéria ao rei. Em resolução tomada em 1772, autorizou-se o Ordinário a determinar o número de anos que considerasse convenientes para os párocos conservarem, em seu poder, os livros findos, a fim de tirarem o produto das certidões. D. Fr. Manuel do Cenáculo estabeleceu o prazo de dez anos depois de findos os livros, e, passado esse prazo, os párocos eram obrigados a remetê-los para o arquivo do bispado. Contudo, esta discussão não ficou totalmente resolvida. Em 1826, o prior da igreja matriz da vila de Ferreira, requereu a restituição dos livros findos de baptismos, casamentos e óbitos, guardados no cartório da diocese, para a sua igreja ou para a sua casa¹⁴³.

Certamente estes conflitos custodiais também marcaram o conteúdo destes livros e os investigadores devem tê-lo presente.

1.7. Torre do Tombo

O Arquivo Real era outra das organizações com a qual a Mesa da Consciência estabelecia relações. Estes contactos deviam-se, principalmente, às incorporações de documentos findos das Ordens Militares na Torre do

¹⁴² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 282, mç. 46.

¹⁴³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 581, mct. 7.

Tombo. O objectivo era a guarda, a segurança e a conservação dos mesmos¹⁴⁴. Por exemplo, as bulas das Ordens Militares¹⁴⁵. A apresentação de igrejas constituía também uma matéria pesquisada e extraída nos papéis depositados na Torre do Tombo¹⁴⁶, assim como a cópia de leis¹⁴⁷.

A partir do momento em que eram depositados na Torre do Tombo qualquer pesquisa com base naqueles escritos exigia uma autorização para o efeito. Em 1614, redigiram-se diplomas que versavam sobre a reprodução desses papéis. O guarda-mor da Torre do Tombo era obrigado a facultar as cópias solicitadas pela Mesa da Consciência¹⁴⁸. O decreto de 1641 determinou que o guarda-mor da Torre do Tombo não tinha ordens para emprestar livros ou outros documentos para leitura ou cópia, nem mesmo dentro da Torre sem uma licença do rei. Para além desta observância, estipulou-se que o guarda referido havia de recolher todos os documentos que estivessem na posse de ministros ou de particulares, apresentando-lhes a ordem régia¹⁴⁹. Cerca de 1752, sobre o regimento da Torre do Tombo, que se mandou fazer pelo guarda mor, refere-se que não podia *pessoa alguma levar do dito Arquivo para fora quaisquer papéis, ou livros pertencentes a ele*¹⁵⁰.

Os trâmites para a consulta e cópia dos papéis à guarda do Arquivo Real careciam de um alvará ou provisão para que o guarda-mor respondesse ao solicitado. Perante o documento régio, o guarda-mor era obrigado a permitir a comunicação dos documentos¹⁵¹. O pedido podia ter início através de uma

¹⁴⁴ Em 1795, a provisão de D. Maria I que atendeu ao pedido da condessa de Vimieiro, comendadeira do Mosteiro de Santos, demonstra que a incorporação dos títulos e documentos originais do cartório do cenóbio para a Torre do Tombo era em *benefício da segurança e guarda dos Títulos e Papéis do Mosteiro, que com muito zelo tem ordenado, tirando-os da confusão a que os reduziu o decurso dos tempos*. ANTT, AA, Avisos e Ordens, mç. 4, doc. 50. No relatório do licenciado Cristóvão de Benavente, em 1583, dirigido a D. Filipe I de Portugal, o escrivão da Torre do Tombo referiu: *Muitas cousas sam da esençia e obriguação desta Torre que a alla, por jnaduertençia, nam sam trazidas, como sam os tombos das heranças das Ordens, que ha nos conventos de Tomar, Palmela e Auis, que os anos passados se fizeram, que tocam a coroa e sam da mesa mestral; ao menos os trallados deles, pera mor segurança, se auião de lançar nesta casa, porque se podem peruerter e cauillar, o que se nam pode ffazer no Archiuo Real*. – António J. Dias Dinis, “Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Anais [da Academia Portuguesa de História]*, 2ª série, vol. 17, 1968, pp. 156-157.

¹⁴⁵ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. XXI.

¹⁴⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

¹⁴⁷ Cf. ANTT, AA, Avisos e Ordens, mç. 1, doc. 18.

¹⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

¹⁴⁹ Cf. ANTT, AA, Avisos e Ordens, mç. 1, doc. 3.

¹⁵⁰ ANTT, DP, Repartição das Justiças, liv. 70.

¹⁵¹ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

petição de um indivíduo¹⁵², desencadeando uma provisão régia¹⁵³, passada pela chancelaria mor do reino ou através de uma portaria da Mesa da Consciência e Ordens¹⁵⁴. Em 1707, o guarda-mor duvidou dar o traslado do testamento da rainha D. Leonor por não ser por provisão do Desembargo do Paço. Foi necessário apresentar a portaria, a consulta e os capítulos do regimento do tribunal das Ordens¹⁵⁵.

Em 1694, D. Pedro II decretou o envio dos livros dos registos das chancelarias das três ordens, datados desde o falecimento de D. Afonso VI. Consistia num procedimento há muito praticado, embora nem sempre se executasse com regularidade. Incumbiu o chanceler Luís Matoso Soares desta tarefa, ordenando que seguisse os procedimentos aplicados pelas chancelarias da Coroa em remessas de documentos para a Torre do Tombo¹⁵⁶. Cabia depois ao escrivão de cada uma das chancelarias preparar e encaminhar a documentação até ao Arquivo Real. O decreto de 1 de Setembro de 1694 serviu de base aos seguintes para a execução das incorporações de livros, os que se deixavam de preencher. No entanto, a prática utilizada e recomendada pelo rei, em 1694, a das chancelarias da Coroa, não se coadunava com a instrução exigida, a de remeter os livros logo após o seu término. Nas chancelarias não se expediam os livros, logo que eram findos, mas no término de cada reinado. Em 1791, em provisão da rainha D. Maria II, ainda se exigia a incorporação dos documentos das chancelarias das Ordens de Santiago da Espada e de São Bento de Avis. Quanto à da Ordem de Cristo, já se tinha dado cumprimento ao exigido¹⁵⁷.

O envio de documentação para a Torre do Tombo não se fazia sempre em grandes remessas. O tribunal das Ordens também o podia fazer quando entendesse que um determinado documento deveria ficar à guarda daquele arquivo. Para esse efeito, era emitida uma ordem do tribunal dirigida ao guarda-mor da Torre do Tombo¹⁵⁸.

¹⁵² Cf. ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 11.

¹⁵³ Cf. ANTT, AA, *Avisos e Ordens*, mç. 3, doc. 77.

¹⁵⁴ Cf. ANTT, AA, *Avisos e Ordens*, mç. 1, doc. 17.

¹⁵⁵ Cf. *ibidem*.

¹⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fls. 70v.-71. Noutro documento aponta o ano de 1695. Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

¹⁵⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 97, fls. 39v.-40v., ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 e ANTT, MCO, cx. 642, fl. 69v.-70.

¹⁵⁸ Cf. ANTT, AA, *Avisos e Ordens*, mç. 2, doc. 58.

Nem sempre foi vantajoso e funcional para as Ordens Militares desprenderem-se dos documentos e, por inerência, também da sua informação, mesmo que os argumentos e os valores mais altos fossem a guarda e a conservação dos mesmos. Em pleno labor administrativo, era necessário consultar a sua documentação, no momento à guarda da Torre do Tombo. Foi o que aconteceu com Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil que, em 1801, no seu discurso refere que *se não tivessem ido para o Real Arquivo da Torre do Tombo os Livros do Registo de todas as Cartas, Alvarás e mais papéis, que faziam trânsito pela Chancelaria, os quais se achavam nesta Secretaria, na qual não havia outro registo, informaria com mais individuação acerca do provimento destes Offícios*. Valeram-lhe as lembranças que ainda se conservavam para recuperar a informação que pretendia, os registos do alvará e carta de mercê de ofícios, em dois livros¹⁵⁹. Parece ser da autoria do mesmo escrivão da Câmara da Mesa da Consciência e Ordens um outro documento em que menciona não ter encontrado qualquer registo sobre uma carta de doação porque os livros da secretaria estavam na Torre do Tombo¹⁶⁰.

António José Guião relatou a pesquisa que efectuou na Torre do Tombo, em 1811, com o auxílio do guarda-mor, o Visconde de Balsemão, e do desembargador de agravos, João Pedro Ribeiro, lente da cadeira de diplomática. Em função da portaria que recebera, quis saber se a provisão do rei D. João IV, datada de 8 de Abril de 1642, passara pela chancelaria de Avis. Este documento confirmava os estatutos do convento de Nossa Senhora da Encarnação, pertencente à Ordem de Avis. Como no livro da chancelaria de Junho de 1638 a Maio de 1661 não encontrou nada do que se pretendia averiguar, passou a examinar as denominadas gavetas do arquivo, onde estavam vários títulos relativos à Ordem de Avis. Porém, nada se encontrou na gaveta 4, maço 1, na gaveta 11, maço 11, e depois na gaveta 14, maço 4. A rematar a pesquisa, pediu o índice geral da chancelaria do rei D. João IV, mas também esta se mostrou infrutífera¹⁶¹.

Por vezes, as pesquisas alastravam-se por vários arquivos. Bem sucedidas ou não. Veja-se o caso de D. João, comendador das comendas de

¹⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 407, mç. 161.

¹⁶⁰ Cf. ANTT, MNEJ, cx. 178, mç. 98 (2.^a incorporação).

¹⁶¹ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 286, n.º 1, fls. 62-62v.

Sesimbra e de Santa Maria da Arrábida. No âmbito do Decreto de 21 de Janeiro de 1775, que o obrigou a tombar as referidas comendas, apresentou uma petição. Pediu que o juiz dos tombos daquelas comendas compreendesse, na demarcação destas, os vários bens que constavam nos documentos que apresentou. O juiz dos tombos deu conta ao rei *que entrando no plano de averiguar o Património e fundo, com que na era de 1365 instituía em Capítulo Geral o Mestre Dom Pedro Escacha as Comendas de Sesimbra, e de Santa Maria da Arrábida, incluídas nos termos velhos, e novos daquela vila de Sesimbra, doada à Ordem de Santiago pelo Senhor Rei Dom Sancho segundo, na era de 1274, e pelo Senhor Dom Afonso terceiro, na de 1293, para efeito de as tombar, em execução do Decreto de 21 de Janeiro de 1775, e as demarcar pelos seus próprios e verdadeiros confins; e achara por títulos autênticos, extraídos do Real Arquivo da Torre do Tombo, do Convento de Palmela, da Câmara daquela vila, que alguns bens próprios das ditas Comendas se achavam incorporados na Real Coroa, pelo expediente do Juízo da Inconfidência, desde o ano de 1758*¹⁶².

1.8. Os cartórios de outras instituições em casas de morada

No decurso de alguns processos era necessário recorrer a arquivos que se encontravam na custódia de particulares que eram proprietários ou serventuários de ofícios, cujas funções proporcionavam a guarda de papéis de cariz administrativo nas suas próprias residências. A informação estava literalmente em poder destes indivíduos. Em 1733, no processo de habilitação de Manuel de Oliveira de Abreu e Lima, os comissários recorreram aos escrivães das apelações cíveis da Casa da Suplicação no intuito de obterem informações nos respectivos autos. Ao longo das diligências foi possível apurar que os documentos seiscentistas do antigo escrivão, Pedro Correia, procurados pelos comissários, não se encontravam no cartório em casas de morada do escrivão serventuário, Luís de Oliveira Valadares. Essa documentação estava no cartório antigo do ofício, na posse do proprietário daquela ocupação, Manuel Sardinha.

¹⁶² ANTT, MR, liv. 368, fls. 48v.-54v.

Estava em sua casa¹⁶³. Este caso demonstra que, nem sempre, os documentos se encontravam reunidos no mesmo local.

Em 1759, uma das testemunhas inquiridas no processo de Manuel António Carneiro Delgado disse que, no seu cartório, conservava o caderno das fintas que se fez a Francisco Fernandes, bisavô do justificante. A Mesa pediu que se emitisse uma comissão ao fr. José Luís Carneiro, responsável pela inquirição, ordenando que procurasse de novo aquela testemunha. Era necessário pedir-lhe o caderno que estava em seu poder e remetê-lo ao tribunal das Ordens. Havendo dificuldade em vir o original, poderia vir uma cópia¹⁶⁴.

Os cartórios dos tabeliães também eram muito solicitados, quer para reconhecer as *letras* e as assinaturas insertas em documentos, quer para procurar informações¹⁶⁵.

A Mesa da Consciência não se coibiu de usar apenas a informação produzida por si, valeu-se também das relações externas para atingir os seus fins. O tribunal das Ordens recorreu a outros sistemas, num ambiente de partilha do recurso informacional, que alimentaram as suas actividades de cariz administrativo.

As organizações do período Moderno, nomeadamente as da administração central, não se limitavam a recolher e a armazenar as informações dos seus processos para uso exclusivo, permitiam a sua comunicação sempre que necessário. Não obstante, carecia de autorização superior para o devido acesso. O consumo de diferentes fontes de informação devia-se, em grande parte, às afinidades de actuação que estreitavam os contactos entre as organizações e à proximidade física das suas sedes, em Lisboa¹⁶⁶. Para lugares longínquos, distantes do centro político, incumbiam-se os agentes de recolher os dados, consultando os originais. As necessidades de informação para suportar as acções e a tomada de decisões compeliavam o acesso e a comunicação extrainstitucionais.

¹⁶³ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 9, n.º 6.

¹⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 32, n.º 4.

¹⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 310, mç. 73.

¹⁶⁶ Vide José Subtil, *O terramoto político (1755-1759) – Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL-Universidade Autónoma Editora, [D.L. 2007], p. 24.

A troca de informações fazia-se por cópias redigidas, *in loco*, nos arquivos de origem, pelos seus oficiais ou pelos agentes provindos dos sistemas solicitantes. Em situações muito restritas, requisitavam-se os documentos originais, deslocando-os até aos sistemas de destino. Na segunda opção, para além dos custos inerentes, existiam riscos envolvidos como o acesso indevido à informação sigilosa e ao descaminho dos documentos. Por este motivo, o empréstimo não era permitido na larga maioria das vezes. Atente-se que, a gestão da informação, por exemplo, nas habilitações, era particularmente sensível e exigente, uma vez que incidia sobre informação confidencial e que requeria uma gestão e um controlo assaz rigoroso.

2. Subsistemas de informação

2.1. Os conventos

Os conventos faziam parte do sistema de informação das Ordens Militares. Eram considerados a *cabeça e balia* do respectivo mestrado a que pertenciam. Acerca disso fazia-se menção nos documentos, empregando expressões como *O Convento de Avis é cabeça desta Ordem e Igreja matriz de todos os Comendadores, Cavaleiros e Freires dela*¹. *O Real Convento de Tomar, Cabeça e Balia da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo*². Estamos perante um sistema profundamente organizado e marcado pela subordinação hierárquica, numa estrutura de organização vertical, onde o convento era encarado como cabeça e o mosteiro (ou outro convento, como o da Encarnação, em Lisboa) um *membro seu*³. As constituições ordenavam que o convento de Tomar fosse cabeça da Ordem e tivesse sempre o primeiro lugar, o mosteiro de Nossa Senhora da Luz o segundo e o colégio de Coimbra o terceiro⁴.

Os tentáculos das Ordens Militares consubstanciavam-se num sistema que se projectava em várias unidades orgânicas que sustentavam o fluxo de informação entre as secretarias, os conventos / mosteiros, os juízos e as igrejas. Estabelecia-se uma teia de relações entre si, uma partilha de serviços e de informações na prossecução de actividades transversais. A cultura organizacional assentava num modelo de gestão de informação caracterizado por um sistema de arquivo descentralizado. Contudo, as suas unidades orgânicas não se pautavam pelos mesmos cânones, no tocante à gestão da informação, apesar de alguns dos seus actores estarem alheios a esses procedimentos. A prova disso foi a actuação do prior da matriz de Santa Maria

¹ Cf. *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis* / [por Dom Carlos de Noronha], Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, Tít. IV, Cap. I.

² ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória). Para a Ordem de Santiago vide ANTT, MCO, OST, CP, mç.45, mct. 4404.

³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 2.

⁴ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34. No mapa dos freires conventuais e rendas do mestrado de Cristo, possivelmente dos finais do século XVIII, assumia-se a existência de três casas pertencentes a esta Ordem: o convento de Tomar, o convento de Nossa Senhora da Luz e o colégio de Nossa Senhora da Conceição de Coimbra. Cf. ANTT, MR, mç. 451, cx. 565.

da Feira, da cidade de Beja, frei Joaquim José de Almeida, sobre o definitório da Ordem de Avis. Ao abrigo deste documento negou passar uma certidão que lhe foi solicitada, em 1814. O sacerdote interpretou de forma errónea aquele diploma normativo, julgando-o também aplicável às igrejas da Ordem. Seguindo à letra, não poderia facultar qualquer papel sem uma provisão emanada pelo mestre ou pela Mesa da Consciência. Perante este episódio, foi emitido um mandado do juiz da Ordem da comarca, Manuel José Correia da Serra, para que o prior se justificasse num prazo de três dias. Na sua advocação fez uso das definições da regra: *Estas Determinações pertencem aos papéis que se conservam no Arquivo da minha Igreja, que por serem da Ordem devem seguir a mesma natureza e as mesmas Determinações*. A isto retorquiu o juiz da Ordem da comarca *que a Definição sobre o Cartório da Ordem que é a 46 do título 5º fl. 129 não tem relação alguma com os Cartórios particulares das Igrejas da Ordem, porque além de serem Definições particulares para economia do Convento, o conteúdo do Cartório do Convento é muito diferente dos Cartórios das Igrejas da Ordem*. No parecer do procurador geral das Ordens, ao prior bastava o despacho do juiz da Ordem da comarca para passar a certidão. Acrescentou ainda que os cartórios das igrejas particulares não se deviam confundir com o do convento que era cabeça da Ordem⁵.

Existia uma relação estreita entre a sede do tribunal e os conventos. Os processos de habilitação espelhavam essa ligação por inerência das suas actividades. Os trâmites encetavam-se no tribunal e, muitas vezes, tinham o seu término nos conventos. Não finalizavam no acto da decisão. Era nos cenóbios que se tomava o hábito, se professava nas respectivas ordens e se remetiam os documentos competentes para se guardarem nos seus cartórios. Assim ordenavam as definições e a avaliar pelo universo das habilitações para cavaleiros e freires clérigos. Computemos também as habilitações dos sacerdotes seculares. Ao todo, foram muitos os que se dirigiram aos conventos acompanhados das suas provisões. Também os procuradores, em nome dos seus constituintes para os matricular⁶. Embora uma boa parte dos que alcançaram a concessão do hábito o tivessem recebido fora dos conventos das Ordens Militares, por dispensa do rei. Mesmo assim a informação produzida no

⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 421, mç. 174.

⁶ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 19.

âmbito da profissão deveria constar, imperiosamente, nestes conventos⁷. O que nem sempre acontecia. Na Ordem de Cristo, muitas cartas, alvarás e títulos de profissão desencaminhavam-se, e não eram remetidos para o arquivo de Tomar, para que se matriculassem os cavaleiros no respectivo livro do registo. Situação que, manifestamente, prejudicava os cavaleiros e que advinha da falta de articulação entre o mosteiro de Nossa Senhora da Luz e o convento de Cristo⁸. Os pedidos de certidão testemunham que os conventos conservavam o capital informacional que, em alguns trâmites processuais, era de extrema utilidade. Muitos cavaleiros e freires clérigos requeriam a certidão do dia e do ano do acto da sua profissão⁹.

Os tombos das comendas e as visitas também aproximavam as estruturas organizacionais das Ordens Militares. Procuravam-se os tombos em diversos cartórios para que os comendadores e os rendeiros obtivessem informações sobre os seus bens. O que nem sempre era fácil¹⁰. Os monarcas solicitavam, por provisão, a *cópia legal* dos tombos das comendas aos priores mores dos conventos¹¹, até mesmo dos forais¹². Os livros das visitas relatavam a análise e a avaliação do estado das igrejas e dos conventos em várias áreas. Recorria-se a esta informação, mesmo ancestral, com alguma frequência pela sua utilidade administrativa e pelo seu valor probatório. Também se requeria a

⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 60.

⁸ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36, fls. 21-22. Na provisão do prior mor da Ordem de Cristo era explícito o procedimento: *Hei por bem mandar aos nossos súbditos Freires residentes no extinto Convento de Nossa Senhora da Luz e que lançam o hábito, e receber ali a profissão da Ordem àquelas pessoas a quem sua Alteza Real determina que no acto da profissão distribuem a Dimissória impressa e por nós assinada a cada um dos professos. A qual Dimissória o Freire Servente, digo o Freire Secretário do nosso Convento de Tomar terá cuidado de mandar pôr na mão dos ditos Freires residentes no dito Convento da Lei para eles entregarem: Assim como os mesmos serão obrigados a remeterem à Procuradoria geral desta cidade de Lisboa todas as Cartas, alvarás, e Título de profissão que lhes deixarem os Cavaleiros, a fim de o Freire Procurador geral, os mandar ao Arquivo de Tomar, e receber a Certidão competente da matrícula para a entregar às partes (...)*

⁹ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 606, mct. 1.

¹⁰ Nos cartórios dos conventos, das contadorias dos mestrados, dos tabeliães, em casas particulares. Os tombos eram essenciais para a gestão e o conhecimento das comendas. Em 1786, José Ventura do Couto era o então rendeiro da comenda vaga de Oriz de Avis que se achava *em desordem deplorável por falta de Tombo de sorte que por uma parte deixam os Enfiteutas de reconhecer, e de fazer os devidos empenhamentos, e por outra parte pertencendo-lhe muitas terras e propriedades nelas estão intrusas muitas pessoas das quais pagam as mais conhecidas e as que querem além das mais desordens que estão praticando a que o suplicante per si não pode dar nem pedir providência por falta de clareza de Títulos e de tomo próprio da dita Comenda a qual certamente consta de prazos inumeráveis*. ANTT, MCO, OA, cx. 376, mç. 131.

¹¹ Cf. BN, mss. 92, n.º 1.

¹² Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 4, doc. 268.

certidão do assento de óbito de freires e fâmulos do convento, em que existia um livro de registo para o devido efeito¹³. Estes são alguns exemplos. Na falta de alguma informação nas repartições, pedia-se aos cartórios dos conventos *mais alguns dados pelos quais se encontre na competente Secretaria*¹⁴. O sistema era descentralizado, mas articulado.

Nos conventos existiam os *livros das Secretarias que servem neste Convento se lhe costuma dar tão inteiro crédito*. Os freires que serviam de celeireiro no convento tinham cada um o seu livro, no qual se assentavam os nomes dos freires e na respectiva folha lançava-se o que o celeireiro lhe dava por conta das suas rações¹⁵. Em 1603, fez-se o rol dos livros dos celeireiros que não estavam no cartório do convento de Palmela¹⁶.

O cartório do convento de Avis era considerado o *arquivo universal de todas as causas e direito da Ordem*. Eram expressões utilizadas igualmente nos escritos das outras milícias¹⁷. Curiosa também a fórmula utilizada, nos documentos da ordem tomarense, para o cartório do convento de Cristo, o *Arquivo do Real Convento de Tomar que serve de Torre do Tombo de toda a dita Ordem*. Quando se denominava arquivo da Ordem aludia-se ao cartório do convento¹⁸. O arquivo do cenóbio de Tomar também era conhecido como o arquivo da Ordem de Cristo. Até alguns instrumentos de descrição da época intitulavam-se desse modo, no entanto, as séries reportavam-se, na totalidade ou na sua maioria, a documentos do convento¹⁹. Em outros escritos era chamado de arquivo de Tomar²⁰. Depreende-se a importância dos cartórios monásticos no sistema, pelo uso daquela terminologia. Neste sentido, parece que o arquivo existente em sede de tribunal estava num segundo plano. Talvez assim fosse.

¹³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 572, mct. 6.

¹⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 442, mç. 195.

¹⁵ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 26, mct. 2111.

¹⁶ *Falta no Cartório o livro do ano de 82 de que foi celeireiro Fernão Cota Prior de Alcochete.*

O livro do ano de 85. Celeireiro Miguel Velho Prior de Sesimbra.

O livro do ano de 89. Celeireiro o mesmo Miguel Velho.

O livro de 92. Celeireiro Paulo de Castro Prior de Santa Maria de Setúbal

O livro de 93 Celeireiro Simão da Costa Prior de Aldeia Galega.

O livro de 94. Celeireiro Gonçalo Barradas.

O livro de 95. Celeireiro o Padre Francisco da Guarda. O livro de 96 Celeireiro Gonçalo Barradas.

O livro de 600. Celeireiro Bernardos Cristo Prior de Alhos Vedros. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 11, doc. 912.

¹⁷ Para o caso da Ordem de Avis *vide* ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 2.

¹⁸ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36, fls. 28v.-29.

¹⁹ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186 e ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 6.

²⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 5, mct. 1.

Os arquivos centrais eram conservados na cabeça mestral, lugar onde estava o convento²¹. Encontramos nos escritos, ainda que, incomumente, numa mesma frase, os substantivos *Arquivo* e *Cartório* como se tratassem de estruturas distintas²². De igual forma, a denominação: *Arquivo do Cartório do dito Convento*²³. Eram designações *sui generis*. O cartório do convento de Palmela tinha o arquivo geral da Ordem de Santiago. Fazia-se a distinção dos assuntos que eram do convento e os que eram da Ordem em geral²⁴.

A articulação entre os arquivos do sistema era necessária pelos fluxos e pelas trocas informacionais, assim como a definição de um planeamento e de um controlo sobre a sua informação. No século XIX, parece ter sido evidente. Em 1826, uma provisão da infanta regente, emitida pela Mesa da Consciência, dirigida ao superior do convento de Tomar, mandava que se enviasse, semanalmente àquele tribunal o índice, por ordem cronológica, do que constava no cartório daquele convento²⁵. Nesse mesmo ano, foi pedido, por provisão, a várias unidades orgânicas das Ordens Militares que extraíssem toda a legislação

²¹ Maria Teresa Lopes Pereira, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal (século XII a fins do século XV)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015, p. 207.

²² Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 10, ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36, fls. 28v.-29 e ANTT, MCO, OST, CP, mc. 4, doc. 268.

²³ Cf. BA, 54.XI.15 (72).

²⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mc. 248, n.º 1.

²⁵ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 10, fl. 72. Em nome do rei, a infanta Isabel Maria tomou algumas medidas que podemos considerar como estruturantes. Ainda no final de 1826, mandou remeter ao tribunal das Ordens o decreto de 1 de Dezembro. *Constando-Me que alguns Magistrados, a quem se exigem informações pelas Secretarias de Estado, ou pelos diversos Tribunais, e Repartições subalternas, ora seja a bem do Serviço, ora a requerimento de Partes, sobre demorem o cumprimento das Ordens, que a tal respeito lhes são dirigidas, não acusam a recepção delas, nem alegam motivo que os justifique dessa falta; conhecendo que sem o cumprimento exacto de tais Ordens padece gravemente o Serviço, e jamais se poderá conseguir a pronta administração da Justiça: E Querendo Eu de uma vez obviar os males emergentes de uma omissão tão criminosa, Hei por bem, em Nome d'El Rei decretar o seguinte:*

Art. 1.º Logo que qualquer Ministro receba Ordem para proceder a alguma informação, participará a recepção da mesma Ordem à Estação de onde ela emanou.

Art. 2.º No caso que se ofereça algum embaraço à pronta execução da Ordem, o Magistrado que a recebeu o representará logo à Estação competente, para por ela se conhecer se merece atenção à dúvida, ou embaraço ponderado.

Art. 3.º À margem do registo das Ordens, que a este respeito se expedirem pelas Secretarias d'Estado, e mais Repartições, se averbará o cumprimento do disposto no Artigo primeiro, assim como se fará declaração das informações que vierem, e data da recepção.

Art. 4.º A todo o Ministro que não satisfizer ao que assim vai ordenado, se não passará Certidão de corrente, nem lhe será sentenciada a sua residência.

Art. 5.º Os Ministros territoriais ficam obrigados a tirar, além das Certidões de corrente, que até agora lhes eram exigidas, iguais Certidões pelas diferentes Secretarias de Estado.

O Conselheiro de Estado, Pedro de Melo Breyner, Ministro Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palácio da Ajuda em o primeiro de Dezembro de mil oitocentos vinte e seis.

que tivessem à sua guarda, desde o ano de 1603. Foram produzidos, detalhadamente, vários instrumentos com os vários diplomas, por ordem cronológica, a partir de livros de registo e de originais existentes nos conventos, no colégio das três Ordens Militares, nas chancelarias, na provedoria dos résíduos e cativos e no juízo das justificações ultramarinas. Os documentos apresentados foram cosidos entre si²⁶.

Para além dos arquivos dos conventos de Avis, Tomar e Palmela, também faziam parte do sistema os dos conventos de Santos, Nossa Senhora da Encarnação e de Nossa Senhora da Luz²⁷.

2.1.1. Recursos humanos

Associado ao sistema de informação dos conventos encontrava-se um conjunto de agentes, cuja idoneidade estava na base dos seus requisitos. A estes actores atribuía-se-lhes o ónus da confidencialidade e da acessibilidade da informação, mediante autorização superior. Num primeiro plano, estava a figura do guarda-mor para o convento tomarense, também conhecido como cartório nos mestrados de Cristo, Avis e Santiago. Ambas as denominações eram usadas, na Ordem de Cristo, para se referir ao indivíduo adstrito ao arquivo. Sempre que se nomeava para esse cargo utilizava-se ou uma ou outra expressão. Na ausência dos guarda-mores do convento de Cristo podiam servir os escrivães do arquivo²⁸. Os freires conventuais podiam servir de escrivães do cartório por impedimento do seu proprietário²⁹. Havia, ainda, o termo de escriturário do arquivo³⁰. Sabe-se que sabia ler as *letras antigas, tendo o seu exercício na conferência dos Monumentos antigos*³¹.

²⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

²⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 233, n.º 2.

²⁸ O frei Manuel de São Francisco de Assis era freire servente conventual da Ordem de Cristo e escrivão do arquivo do convento de Tomar e fazia as vezes do freire guarda-mor quando este estava ausente. Também o frei António da Encarnação, freire servente conventual e escrivão do arquivo da mesma Ordem substituíu o guarda-mor. Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

²⁹ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 31, mct. 2575.

³⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

³¹ ANTT, MCO, OA, cx. 384, mç. 139.

Quanto ao secretário, constituía igualmente um elemento fundamental no sistema, agregado à secretaria do cenóbio³². Contudo, também ele podia acumular a função de guarda-mor no convento de Tomar. Eram ofícios que podiam ser assumidos, em simultâneo, pela mesma pessoa, por nomeação do prior mor, sob confirmação régia através de uma provisão³³. Frei João Cipriano Xavier de Sousa era, em 1829, freire capitular, secretário e guarda-mor do arquivo do convento de Cristo³⁴. Vejamos outro exemplo. O lugar de secretário do convento com o de cartorário, escrivão da matrícula dos cavaleiros, da fábrica e dos três quartos que vagaram, em 1806, no convento de Tomar, com a promoção do frei Dionísio Miguel Leitão Coutinho a coadjutor e futuro sucessor do priorado da igreja de Alvaiázere. Foi nomeado para os referidos lugares o freire conventual, o reverendo frei Bento Luís Botelho³⁵. Também o lugar de escrivão do cartório podia ser acumulado com outro ofício. Em 1787, o freire capitular do convento de Palmela, António Bento Ferraz Porchile, foi nomeado para os ofícios de escrivão do cartório e matrícula³⁶. João Pais de Lima Leal Castelo Branco, freire capitular, era lente de casos, cartorário, sacristão mor e escrivão dos cofres da fábrica, décimas, terços e meias anatas do convento de Palmela³⁷. Em 1781, no alvará assinado pelo prior mor do convento de Avis, fr. Simão Almeida e Meira é mencionado como secretário, escrivão do cartório. Em resposta à solicitude que lhe fora confiada, fr. Simão Almeida e Meira assinou apenas como secretário³⁸. Nas Ordens de Avis e Santiago, o cargo de secretário teria equivalência ao de cartorário, que corresponderia ao agente de destaque no arquivo. Em algumas ocasiões era o escrivão do cartório que assumia o comando do sistema³⁹. Em alguns documentos, o cargo de cartorário confunde-

³² Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36, fls. 21-22. A secretaria seria o local de expediente e onde era colocado o selo do convento.

³³ As provisões passavam pela chancelaria da respectiva Ordem e valiam como carta. Seguir-se-ia o juramento dado pelo prior mor como promessa de cumprir as obrigações que lhe eram confiadas.

³⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186.

³⁵ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36.

³⁶ Cf. BN, mss. 91, n.º 8. No verso da provisão, o prior mor referiu que o freire capitular do convento foi nomeado cartorário. O freire capitular Clemente Monteiro Bravo apresentou-se, numa certidão que lavrou, como escrivão do cartório e rematou a dizer que era cartorário. Alguma confusão na terminologia dos cargos ou, na prática, representavam a mesma ocupação? Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 2, doc. 57.

³⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 732, mct. 7.

³⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 368, mç. 123.

³⁹ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 11, doc. 905 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 11, doc. 906.

se com o do escrivão do cartório⁴⁰. Na Ordem de Cristo, o representante máximo do arquivo em matéria de segurança da memória e organização do seu espólio era o guarda-mor, à semelhança do Arquivo Real, Torre do Tombo.

Sabe-se que o desempenho das tarefas destes actores era sobejamente valorizado⁴¹. No século XVI, encontram-se elogios tecidos ao fr. Roberto de Araújo, religioso do convento tomarense, *que con mucho cuydado guarda el dicho archivo y con gran facilidad da lo que se pide por dificultoso que sea*⁴². Tal se devia, em grande parte, por realizarem um trabalho árduo que exigia uma enorme entrega, mas também por ser reconhecida a utilidade dessas mesmas tarefas no sistema de informação. O exemplo de Jerónimo Joaquim de Sequeira Pinto, freire capitular e secretário do arquivo do convento de Palmela, é elucidativo nesta matéria. Pode dizer-se que se destacou nesta área. Foi um profissional exímio. Em 1813, requereu o aumento do seu salário. No parecer da Mesa, a sua súplica merecia a real contemplação, *devendo-se animar quem com tanto trabalho e assiduidade se emprega em um serviço tão útil à Ordem, e no mesmo tempo tão duro e fatigante, e de tanto precisa esta Mesa*. A gratificação não se ficou por aqui. Ainda, conceder-lhe também, a título de recompensa, o primeiro benefício simples que vagasse na Ordem, não excedendo este o rendimento de 60.000 réis. Contudo, era assente que o dito benefício não fosse anexo perpetuamente ao lugar de *cartorário* do convento porque o prémio só se destinava a quem o granjeasse. Tal como ocorrera com o suplicante. Assim como este também os que lhe sucedessem no cargo deveriam, como desígnio, tentar alcançar a mesma graça, pelo merecimento e trabalho. Constituíra, portanto, um exemplo e um incentivo aos que se seguissem em tais funções com o mesmo empenho e esforço. Ainda no ónus da valorização das funções do cartorário, o discurso da Mesa era denunciador da mesma numa outra consulta. Nesta, reformada, os deputados Joaquim José Guião e Francisco Franco Pereira entenderam que o rei já podia premiar o suplicante. Porém, atentavam que o

⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 41, mct. 3693.

⁴¹ Num documento da Ordem de Avis, em resposta ao rei, o prior do convento exaltou o freire que servia de secretário, adjectivando-o *de zeloso no serviço de Vossa Majestade, e desejando mais que tudo mostrar-se exacto na execução das Reais Ordens deu-se ao trabalho (aliás impertinente) de relacionar os Nomes de todos os Cavaleiros que têm pertencido à Ordem de Avis desde dos mais remotos tempos*. Cf. ANTT, MCO, OOMM, Papéis diversos, mç. 12.

⁴² Cf. Fr. Jeronimo Román, “Libro de la yncrita caualleria de cristo en la corona de Portugal”, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Lisboa, vol. I, tomo I, 1936, p. 154.

prémio nem era extraordinário para quem como aquele freire se havia distinguido no laborioso emprego que exercia. Para o efeito, o benefício simples de Tavira, apreciado com uma lotação muito módica, como eram quase todos os benefícios simples da Ordem de Santiago – nas palavras daqueles ministros –, já se encontrava vago, pelo falecimento do Padre Francisco de Almeida⁴³.

Em 1791, o convento de Palmela padecia de falta de um *bom cartorário*, *por todos os motivos*. No arquivo do convento guardavam-se as *Bulas, Doações, Graças, Privilégios, Visitas, Comendas, Alvarás, Transações, Aforamentos e o mais que há em toda a Ordem*. O acesso à informação era tido como essencial. Por isso, o cartorário disponibilizava-a, conforme os procedimentos tidos como obrigatórios, *quando o Rei que é hoje Mestre quer saber alguma destas coisas e igualmente a Mesa da Consciência, Procurador Geral e o Procurador Geral do Convento, Comendadores e todos aqueles interessados por algum princípio que pretendem Certidões, e o mesmo Prior Mor quando quer saber alguma coisa é certo que se faz muito preciso, e de primeira necessidade que haja um bom Cartorário*. Seria condição *sine qua non* um bom cartorário ser bem remunerado. O discurso de quem conhecia a realidade assim o demonstra, *porque primeiramente as letras são infames, diga o eu, que tanto me tem cegado, mas como tenho tido muitos benefícios estou bem pago, e basta que tenha de Ordenado seis mil réis cada ano, além disto como quer Vossa Senhoria que um pobre cartorário que tem cinquenta anos de Hábito, carregado de tantos anos, obrigado ao coro e a todas as mais obrigações, passando Certidões e o mais que tudo caem sobre mim, como é possível que eu possa dar razão do meu ofício*⁴⁴.

Frei Bento Luís Botelho foi guarda-mor do cartório do convento tomarense até inícios de 1808. Deixou de o ser, por sua iniciativa, ao pedir que o dispensassem daquele *penoso emprego*. A verdade é que, pelo menos, nos inícios do século XIX, quem tinha aquela ocupação mantinha-se nela por escasso tempo. Pediam a demissão⁴⁵. Noutros casos, os lugares vagavam por

⁴³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 184, n.º 2.

⁴⁴ ANTT, MCO, OST, CP, mç. 39, mct. 3299.

⁴⁵ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36, fl. 39. Por exemplo, frei Jerónimo Osório do Amaral Sarmento e Vasconcelos terá pedido mais do que uma vez a sua demissão dos cargos de guarda-mor do arquivo, secretário do convento, escrivão dos três quartos dos freires e da matrícula dos Cavaleiros. Em resposta ao pedido, o prior mor deu *por aliviado* o demissionário.

promoção dos seus anteriores detentores. Estes podiam, por exemplo, assumir o lugar de coadjutor e futuro sucessor de um priorado⁴⁶. Seguia-se o provimento do lugar por outro sujeito através de um alvará de nomeação⁴⁷.

As Constituições dos Religiosos da Ordem de Cristo, feitas em Capítulo de 1680, estabeleciam que o padre guarda-mor do cartório fosse de *idade e disposição que possa com o trabalho*. Assim como, ainda, *muito solícito e inteligente* acerca dos *negócios* e causas respeitantes ao cartório. A seu cargo estava a organização do arquivo. Dir-se-ia, actualmente, a gestão da informação. Competia ao guarda-mor *pôr em tal ordem a clareza dos lugares em que estão as coisas dele, que com facilidade se achem quando se buscarem, e para este fim fará um Caderno em que ponha por ordem todas as coisas que sirva de índice de todo o Cartório*. Em suma, produzir instrumentos de descrição como ferramenta elementar, tendo em vista a fácil retoma da informação⁴⁸.

Outra das figuras que revela o quotidiano conventual, no que respeita à matriz orgânica e funcional do seu arquivo, é o religioso que ocupava o lugar de escrivão da matrícula dos cavaleiros. A sua importância residia nas funções de elevada responsabilidade que desempenhava. O facto de lhe ser confiada uma das três chaves do cartório demonstra por si só o grau de responsabilidade nas funções a seu cargo. Para o exercício das tarefas incumbidas exigia-se-lhe que fosse expedito e diligente para matricular com cuidado as provisões e os *papéis* dos cavaleiros. Impunha-se, nestes preceitos, o estrito cumprimento, sem dilação, *pelo grande risco que corre em haver qualquer descuido, demora, ou negligência*⁴⁹.

As directrizes das constituições dos religiosos da Ordem de Cristo determinavam que, no cartório dos cavaleiros, estivessem os documentos *com todo o resguardo e segurança*⁵⁰. Na prática, para que assim fosse exequível a reserva e a confidencialidade, o acesso restrito ao arquivo fazia-se por três chaves. Destas, uma encontrava-se na posse do escrivão da matrícula, outra na do padre Dom prior e a terceira na do padre superior. Cabia ao escrivão, sob

⁴⁶ *Vide ibidem*.

⁴⁷ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36, fls. 50v.-51.

⁴⁸ ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Constituições dos Religiosos da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo feitas em Capítulo Geral que em o Convento de tomar Cabeça da Ordem se celebrou o ano de 1680. – Ibidem.*

pena de ser excomungado, matricular o cavaleiro num prazo de três dias. Para o efeito dispunha de um livro em que se registava o nome do cavaleiro, os dias em que este tomara o hábito e professara. Declarava-se no mesmo livro se o hábito tinha tença ou comenda, e *da esmola que deu fará um rol para conferir com o do Padre Sacristão, nos quais dois se porá o nome do Cavaleiro, dia, mês e ano em que tomou o hábito e se se armou, a qual esmola, assim de armar Cavaleiro como da oferta, excepto os papéis, lançará o Padre Sacristão no Cofre, o qual levará a Casa das Contas todas as vezes que o Prelado lhe mandar, de que não gastará coisa alguma, sem ordem do mesmo prelado, o que tudo acima dito e conteúdo neste parágrafo mandamos assim no padre escrivão da matrícula como ao Padre Sacristão mor em virtude de santa obediência, e sob pena da excumunhão ipso facto*⁵¹.

Também era incumbência do escrivão, em cada seis meses, a entrega dos documentos por rol, conferido com o livro da matrícula, para os mesmos serem depositados no arquivo.

As certidões lavradas pelo escrivão da matrícula também faziam parte do conjunto de tarefas mais solicitadas àquele subordinado, sob despacho do prior geral. Em 1680, ordenou-se que o dito escrivão não levasse mais que oito vinténs por cada certidão⁵². Abrir-se-iam pontualmente e, ao longo do tempo, algumas excepções. O convento de Tomar recebeu, em 1803, um aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda para que do seu cartório se extraíssem, gratuitamente, as certidões necessárias requeridas pelos procuradores da Real Fazenda⁵³.

2.2. Os juízos das Ordens

Os juizados eram estruturas pertencentes ao sistema das Ordens Militares situadas nas periferias. Estavam mais próximos das comunidades locais, nas comarcas, onde em cada uma dessas divisões territoriais havia um

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

⁵³ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 10, fls. 8-8v.

freire que era juiz da Ordem e vigário da vara⁵⁴. Constituíam unidades orgânicas com expediente, onde as partes se dirigiam para tratar dos seus *negócios*. A nível superior existia o juízo geral das Ordens que recebia das repartições dos mestrados os autos de apelação dos juizados da Ordem⁵⁵. Intermediavam junto das populações, a nível administrativo, comunicando com as secretarias competentes. Os juizes das Ordens das comarcas eram os interlocutores periféricos, a quem o monarca, por provisão, expedia as ordens e pedia informações⁵⁶. No entanto, a sua jurisdição era muito limitada⁵⁷. No caso de Avis, o superior do convento assumia o cargo de juiz da Ordem da comarca, onde o escrivão da Ordem seria o seu operacional no juizado⁵⁸.

Aquando da vacatura de um juizado, por morte do seu juiz da Ordem ou rendeiro pelo provimento do mesmo em outra igreja, o tribunal passava uma provisão para que o superior do convento ou quem o seu cargo ocupasse, na qualidade de juiz da Ordem, servisse o juizado enquanto este permanecesse vacante e não fosse nomeado um juiz por concurso. Por diversas ocasiões se praticara dessa forma no juízo da Ordem da comarca de Estremoz. Apontaram-se duas razões para essa prática. Primeira, para que não parasse o expediente, nem as causas correntes daquele juízo e, segunda, pela comodidade das partes que se dirigiam com os seus requerimentos à vila de Avis, por lhes ficar muito próxima, *tem para ela frequentes portadores, e um Estafeta três vezes na semana*. As outras comarcas da Ordem ficavam mais distantes e, por isso, acarretava mais despesas e demoras aos requerentes. Porém, desde Setembro de 1810 até Fevereiro do ano seguinte, ainda não tinha sido colocado um novo juiz, em virtude da tradicionalmente designada 3.^a invasão francesa, sob o comando de André Massèna. Aquele que tomara posse do priorado de Benavente e juizado da Ordem anexo, último prior e juiz de Ordem da comarca, encontrava-se suspenso. Para o presidente do convento que servia de juiz da Ordem da comarca, fr. Simão de Serpa e Almeida, por ausência e moléstia do superior daquele cenóbio e juiz da Ordem, considerava que daquela situação

⁵⁴ Cf. Regra da Ordem de Cristo, Parte III, Título XI, § II, *in Definições, e Estatutos dos Cavalleiros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo: com a historia da origem, & principio della*, Lisboa, Officina de Joam da Costa, 1671.

⁵⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 399, mç. 154.

⁵⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 366, mç. 121 e ANTT, MCO, OA, cx. 316, mç. 79.

⁵⁷ Cf. Regra da Ordem de Cristo, Parte III, Título XI, § II, *in Op. cit.*

⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 442, mç. 195.

poderia resultar à Ordem *muitas quebras e perdas em seus privilégios e regalias*. Isto porque, naquele momento, o juízo de Estremoz não tinha quem nele despachasse o expediente, nem desse providência nos casos ocorridos. Para fr. Simão de Serpa e Almeida, caso o monarca quisesse que o superior do convento, juiz da Ordem da comarca de Avis, fosse também da comarca de Estremoz, enquanto durasse a sua vacância, deveria mandar passar a respectiva provisão para o efeito, como se fizera anteriormente⁵⁹.

Os juízos também possuíam os seus cartórios e ao que parece, munidos de um espólio documental relevante, quer pela quantidade, quer pela sua antiguidade. Obviamente que os papéis que tinham seriam idênticos aos dos seus congêneres por comungarem das mesmas competências. As actividades desenvolvidas eram semelhantes. Disso nos testemunha o sucedido no juizado de Moura, em 1830, em que se questionaram outros juízos sobre os documentos que possuíam. O juiz da Ordem interino da comarca de Moura, fr. Carlos Cristóvão Genez Pereira, descreveu o cartório do juizado daquela localidade. Desalentado com o que observara apresentou um cenário alarmante. Apenas encontrou, naquele arquivo, um livro de registo, com início a 3 de Abril de 1815, que se achava escrito até uma terça parte das suas folhas. Contudo, eram poucos os registos de provisões, em menor número os dos seus aviamentos e a maior parte relativa a matérias de pouco interesse. *Achei mais alguns papéis pertencentes ao Expediente das Diligências Matrimoniais do Isento, e trinta e cinco Provisões do Régio Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens todas de data moderna, pois que a mais antiga é de nove de Dezembro de mil oitocentos e vinte e seis. Achei mais uns dez ou doze papéis avulsos de insignificante natureza, sendo tudo quanto continha o Cartório do antiquíssimo Juizado da Ordem de Moura.* Para além dos problemas enunciados, somava a falta de meios humanos. Quando fr. Carlos Pereira teria que conhecer o arquivo, o seu funcionamento, o seu historial, como se formou e como se encontraria organizado, não dispunha desses mesmos dados. Uma difícil realidade com que se confrontou. Primeiro, porque encontrara o *Juiz da Ordem Fr. Manuel José Correia da Serra no maior grau de abatimento e entorpecimento de suas faculdades, assim físicas como morais, de modo que dele não pude colher*

⁵⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 418, mç. 171.

esclarecimento algum sobre o estado do Cartório, cumprimento de ordens e mais dependências do mesmo. Em segundo lugar, deparara-se com a ausência de um meirinho do juízo. Apenas havia um escrivão sem o devido provimento e este tratou logo de o informar que não tencionava continuar a servir. Se bem o disse, melhor o fez. De nada valeram os muitos pedidos para o demover a não cessar a sua actividade naquele juízo. Contudo, poder-se-á dizer que fr. Carlos Pereira “arregaçou as mangas” para reerguer o cartório do juizado de Moura. Tomou-se como primeira medida as nomeações de um escrivão e de um meirinho. Estes foram rebuscados naquela vila. Seguidamente, a definição das várias instruções de trabalho para estes funcionários⁶⁰.

Os cartórios dos juízos das Ordens eram pesquisados, por exemplo, nas oposições de igrejas e benefícios. Era necessário correr folha para demonstrar que não tinham culpas naqueles juízos⁶¹. Pedia-se ao juiz que mandasse os escrivães da Ordem passarem o alvará de folha corrida, declarando a existência ou não de culpas naquele juízo⁶². Este procedimento podia envolver vários escrivães de uma comarca que procuravam, nos seus cartórios, em livros e róis de culpados. No final, resultava uma certidão lavrada pelo escrivão da Ordem. Também eram procurados por aqueles que queriam atestar os seus provimentos em benefícios, priorados e igrejas. Pedia-se que os escrivães dos juizados elaborassem certidões dos termos das respectivas posses, a partir dos seus livros de actos. Os procedimentos exigiam a apresentação daquele documento no tribunal da Mesa da Consciência, após a tomada de posse. As certidões só eram passadas com a autorização do juiz da Ordem da comarca, a quem se dirigia a petição⁶³. O mesmo ocorria quando se solicitava aos juizados uma

⁶⁰ *Trouxe comigo as Provisões que achei no Cartório e de que deixei um recibo para aparecer no Inventário, e entrega do mesmo ao novo Escrivão nomeado, e por ele se lançarem as sobreditas Provisões no referido Inventário, sendo agora o que me dá maior cuidado, saber quais são as Provisões que estão cumpridas e executadas, e quais não. Entretanto nada omitirei para conseguir de tudo cabal notícia, e exacto cumprimento, apesar de reputar este serviço superior as minhas forças, não só pela sua natureza, mas ainda pela falta de esclarecimentos precisos, assim como por uma carência absoluta de norma certa e adoptada para todos os actos do Juízo, pelo que considero que para se pôr esta Repartição em regular andamento tem que se criar como de novo este lugar, ou emprego solicitando dos outros Juizados da Ordem, e mais Estações análogas, os Esclarecimentos, e Documentos que aqui absolutamente faltam. Sobre o que tenho feito e projecto fazer Vossa Majestade sendo preciso.* - ANTT, MCO, OA, cx. 450, mç. 203.

⁶¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 264, mç. 29.

⁶² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 13, n.º 1.

⁶³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 436, mç. 189.

certidão da provisão da mercê de uma tesouraria de uma igreja, que se havia registado em livro próprio⁶⁴. Em 1826, o escrivão do juízo da Ordem de Avis encontrou o registo de um alvará de mantimento do tesoureiro da matriz da vila de Cabeção, em um livro de registo de Fevereiro de 1751 a Novembro de 1785, existente no seu cartório. Deu, assim, cumprimento à provisão régia⁶⁵.

Os juízes gerais das Ordens, assessorados pelos seus escrivães, elaboravam o inventário dos papéis do ofício de escrivão da câmara dos mestrados das Ordens Militares, aquando da vacatura do mesmo, para que o documento fosse entregue ao proprietário do dito ofício. Era a conduta para efeitos de entrega do cartório das repartições, por inventário, aos indivíduos que fossem providos naquele ofício⁶⁶.

Os livros dos celeiros dos dízimos das comendas deviam ser remetidos e apresentados, todos anos, ao juiz, para serem numerados, rubricados e examinados por si, os que fossem relativos à sua comarca. O que nem sempre se praticava⁶⁷. Também os priores, vigários, beneficiados, tesoureiros e ecónomos que fossem servir os benefícios ou ofícios da sua comarca deviam apresentar-lhe primeiro as provisões do tribunal das Ordens para que as mandasse cumprir e lhes desse posse. Estas cartas de mercê e provisões deviam ser registadas nos juízos das Ordens para que tivessem conhecimento quais e quantos eram os seus súbditos, na área da sua jurisdição. O mesmo acontecia com os ministros seculares nos ofícios da sua comarca⁶⁸.

A circulação de documentos também se verificava com as irmandades. Em 1791, o juiz da Ordem da Comarca de Benavente pediu ao meirinho que trouxesse o livro da receita e despesa da irmandade das Almas, mas sem sucesso na primeira abordagem. Quem deveria entregar recusou-se a fazê-lo por *vocal ordem do Juiz do Mestrado por entender lhe não tocava o conhecimento ou contas da Irmandade das Almas sujeita ao Ordinário*. O desimpeço foi possível através de uma provisão régia, dando lugar ao recibo de

⁶⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 440, mç. 193.

⁶⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 442, mç. 195.

⁶⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 100, fl. 74v.

⁶⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 456, mç. 209.

⁶⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 407, mç. 161.

entrega, tendo o corregedor ouvidor da comarca feito chegar o livro ao juiz pelas mãos do seu escrivão⁶⁹.

Todo o possível volume informacional produzido neste âmbito do juiz das Ordens terá desaparecido, sem deixar rasto nos actuais arquivos com documentação histórica.

2.3. As igrejas

As igrejas estavam incluídas no sistema de informação das Ordens Militares. Naquelas encontravam-se, por exemplo, os tombos das capelas, a que se recorria para solicitar certidões sobre as instituições das mesmas⁷⁰. Os livros que continham os capítulos das visitas eram frequentemente consultados sempre que surgiam dúvidas quanto à administração das igrejas e capelas, às vezes, na falta de informação no cartório do convento⁷¹.

Para fr. Pedro Rocha da Costa Maldonado, freire conventual de Avis e reitor presidente da igreja e colegiada de S. João Baptista, um dos mais importantes cuidados da administração económica era *a guarda e conservação dos títulos que constituem o Arquivo da Casa, e sendo o costume louvável de todas as Igrejas da Ordem tratar muito cuidadosamente da conservação destes Títulos, porque deles depende também a conservação dos bens e Direitos da Igreja, conservando-se em arca fechada e com três chaves*⁷².

Em 1600, D. Filipe II acedeu ao pedido de Sebastião Gonçalves e de sua mulher Beatriz Álvares para que, na ermida de Nossa Senhora dos Mártires, sita na vila de Castro Marim, pudessem fazer uma capela da invocação a Nossa Senhora da Anunciação. A licença foi concedida para que administrassem a capela, *obrigados a fabricar e ornamentar para sempre a dita capela de todo o necessário às suas próprias custas e despesa dos trinta mil réis da fábrica dela (...) e antes de se fazer a dita capela e se abrir para ela a parede da dita Ermida dando fiança diante o Juiz da escritura da doação acima referida, e traslado*

⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 386, mç. 141.

⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 252, mç. 21.

⁷¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 450, mç. 203.

⁷² ANTT, MCO, OA, cx. 418, mç. 171.

*deste Alvará se porá primeiro que a dita obra se principie no cartório do Convento de Palmela da dita Ordem de que o escrivão dele passará sua certidão nas costas deste Alvará e outrossim se porá no cartório da matriz da dita vila o traslado da dita escritura e deste meu Alvará*⁷³.

Em 1718, vários párocos redigiram uma certidão de como lhes foram apresentadas duas cartas. Uma, do rei que mandou escrever ao prior mor do convento de Palmela para a celebração da festa de Nossa Senhora da Conceição. A outra, que o prior mor escreveu ao juiz da Ordem para que nas terras da repartição da sua comarca as fizesse trasladar nos livros de cada uma das igrejas da sua comarca. Após serem transcritas no livro das visitas da Ordem, entregaram os originais ao juiz da Ordem. Assim fizeram os beneficiados da igreja matriz da vila de Castro Verde e da igreja matriz da vila de Entradas, entre outros⁷⁴.

Cerca de 1787, o pároco da freguesia de S. Giraldo, do termo de Montemor-o-Novo, pediu que o prior da igreja matriz de Nossa Senhora da Purificação da Represa lhe passasse, por certidão, todas as declarações, provisões ou termos por onde constasse que a sua freguesia fora, outrora, da apresentação da Ordem de Santiago. Este requerimento exigiu a pesquisa em *livros antigos da mesma Igreja e em um que serve de lançar os bens e mais alfaías dela nele a fl. 34v. estão várias declarações feitas pela letra do Doutor Brás Ferreira Duarte, Prior que nela foi, e atrás apontado achei outras Provisões e visitas que por muitos anos antecedem ao Mestre Dom Jorge, mas de umas e outras estavam somente uns tais fragmentos tão truncados e mutilados que apenas alguns se podiam ler, e também de se encadernarem ou reduzirem por traslado a pública forma*. Uma dessas provisões remontava ao reinado de D. João I, ano de 1416. Não havia dúvida que a dita igreja tivera sempre o estatuto de matriz desde a sua criação. O mesmo constava no cartório da Câmara Eclesiástica de Évora donde saíam as cartas de colação. O prior, na igreja matriz de Nossa Senhora da Purificação da Represa, socorreu-se ainda do livro de visitas da Ordem. Nele constava que, nos anos de 1569 e de 1577, os visitantes designavam a igreja de matriz. Este é um exemplo de que a informação

⁷³ ANTT, MCO, OST, CP, mç. 11, doc. 891.

⁷⁴ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 24, mct. 1861 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 24, mct. 1862.

preservada nas igrejas era sempre, probatoriamente, pesquisada e útil à organização⁷⁵.

As igrejas comunicavam com o tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Por ocasião da quaresma, emitiam anualmente uma certidão de como tinham satisfeito os preceitos exigidos, os da confissão e da comunhão, cumprindo escrupulosamente os definitórios e as ordens dos visitantes. Tratava-se de uma actividade que envolvia vários sacerdotes, cujos nomes eram mencionados nas certidões⁷⁶.

Um ponto sensível nas relações entre as igrejas das Ordens e os bispados centrava-se nas visitas do Ordinário e outros poderes locais, quanto ao seu objecto. Estas insistiam na análise da documentação à guarda daquelas igrejas, nomeadamente, observar as contas das fábricas e os livros das capelas. A resistência fazia-se sentir por parte dos párocos e dos juizes da Ordem da comarca que se recusavam a obedecer aos ditames a que não estavam abrangidos. Apenas nas visitas efectuadas por elementos das Ordens Militares⁷⁷. Ao prior da igreja de Santiago da vila de Sesimbra fez-se o aviso de não ler, nem publicar qualquer visitação do Ordinário, sob pena de ser preso e privado do seu priorado. Eram considerados excessivos os actos cometidos pelos visitantes dos Ordinários que se intrometiam nas visitas da Ordem de Santiago *em tomar as contas da fábrica em algumas igrejas e capelas aonde lhe não vão à mão, e fazem outras coisas que não podem, nem podendo fazer mais que visitar povo e clérigos seculares*. Assim impunha o capítulo de um alvará do rei que ordenava os priores do mestrado de Santiago a verificarem em cada igreja e capela as visitas existentes e riscar o que não fosse da Ordem, caso contrário poderiam ser presos e castigados. *E porque não possam alegar ignorância, deixareis em cada visitação o traslado deste capítulo*, a mando do prior mor, em 1590⁷⁸.

Em 1830, o juiz da Ordem interino da comarca de Moura relatou o que se passara na visita de Beja, na igreja de Santa Maria da Feira que tinha uma capela dos Mártires S. Crispim com sua irmandade. Ao pedir para ver os livros da

⁷⁵ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 39, mct. 3295.

⁷⁶ Cf. por exemplo ANTT, MCO, OST, CP, mç. 29, mct. 2256, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 30, mct. 2322 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 30, mct. 2457. São casos referentes a Tavira e Aljezur.

⁷⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 314, mç. 77.

⁷⁸ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 10, doc. 834.

irmandade para tomar as suas contas e prover o que achasse necessário, deparou-se com o livro rubricado pelo corregedor daquela cidade. A provisão de 31 de Janeiro de 1780 dirigida ao juiz da Ordem de Moura era clara quanto a *numerar, e rubricar todos os Livros das Confrarias, Fábricas, Distribuições, Capelas, e dos Provimentos das visitas, ainda os das Irmandades ou Confrarias em cujos compromissos se determina que sejam rubricados pelos Juizes das mesmas, ou pelos Priores das Igrejas respectivas*⁷⁹. Ninguém mais estava autorizado a fazê-lo.

As colegiadas tinham nichos de documentação. Os seus cartórios eram procurados pelo seu capital informacional.

Fixemo-nos no caso do padre Manuel de Melo, beneficiado na colegiada de São João Baptista da vila de Coruche. Decorria o ano de 1788, quando o religioso tencionava *conhecer melhor a natureza do seu benefício*. Para tal precisava examinar as bulas da criação dos benefícios daquela colegiada e as verbas da instituição de algumas capelas, parte integrante dos mesmos benefícios. Solicitou uma provisão à rainha, de forma a poder nomear alguém, o *seu ecónomo ou qualquer pessoa inteligente*, para extrair do cartório da colegiada as cópias que pretendia⁸⁰. Sabe-se que, em 1773, o cartório desta colegiada *se achava em grande confusão*, no entender do juiz da Ordem da comarca de Santarém⁸¹, que sinalizou a situação aquando da sua visita à vila. Deu conhecimento ao rei, pelo tribunal da Mesa da Consciência. O juiz entendeu que deveria colocar em ordem aquele arquivo e, para isso, produzir um inventário. Por tal, não se livrou das imputações dos beneficiados da colegiada que o acusaram de se aproveitar de um trabalho que não era seu. Assim agiu para evitar descaminhos a que poderia, futuramente, estar sujeito o cartório, pelo estado em que se apresentava. Por isso, ocorreu a inventariá-lo sem autorização. Nem viria a tê-la. Entretanto, o rei incumbira essa tarefa ao reitor da colegiada, fr. Francisco Serrão de Frias Homem da Costa, freire conventual da Ordem de Avis e comissário do Santo Ofício. Mas, de nada serviu. Nem mesmo quando o reitor lhe apresentou a ordem do rei o juiz parou de fazer o que não

⁷⁹ ANTT, MCO, OA, cx. 450, mç. 203.

⁸⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 380, mç. 135.

⁸¹ Em um outro documento do processo, lavrado pelo reitor presidente Fr. Francisco Serrão de Frias Homem da Costa, menciona ser juiz da Ordem da comarca de Benavente.

lhe tinha sido pedido⁸². Temos notícias desse cartório em 1809. Aquando da sua nomeação para juiz do tombo dos bens e prédios pertencentes à colegiada de S. João Baptista, Francisco Xavier de Assis foi incumbido igualmente do *arranjo e regulamento de todos os papéis que existissem no Cartório* daquela colegiada. Por isso, foi-lhe entregue a documentação, sem inventário da mesma. Aos pedidos que lhe faziam de documentos, Francisco Xavier de Assis correspondia, ciente que o principal motivo para o extravio de documentação advinha de o arquivo não possuir o dito inventário *exacto e curial*. Também sabia que não havendo controlo do que saía, poderia nunca se efectivar a sua restituição. Nem dispunha de meios para obrigar os requisitantes a devolverem o que pertencia ao arquivo. Por este motivo pediu esclarecimentos quanto a esta matéria ao Governador e Administrador das Ordens, para que lhe ordenasse a forma como deveria fazer a entrega dos documentos. Daqui se conclui que os actos eram praticados à margem de qualquer procedimento instituído. Ainda que insistisse para o proverem de uma metodologia de trabalho, não chegou a ser satisfeito. Isto porque, foi nomeado para uma das auditorias de brigada do exército em Espanha, deixando os documentos na posse do capitão António Teodoro de Sousa, da vila de Coruche⁸³.

Em 1811, registou-se o caso mais alarmante, *o abuso mais desgraçado deste importante objecto*. Em Agosto desse mesmo ano, numa petição de fr. Pedro Rocha da Costa Maldonado, freire conventual de Avis e reitor presidente da igreja e colegiada de S. João Baptista, este denunciou o padre da igreja de Coruche, Joaquim Facamelo, que levava para o seu domicílio o arquivo desta instituição. Uma conduta que lesou irreversivelmente o seu sistema de informação. Não bastou retirar os documentos do espaço que, única e obrigatoriamente, estavam confinados, como ainda causar a dispersão dos mesmos, em mãos de quem não tinha autorização para os consultar. *Livros, Escrituras, e muitos outros Títulos* passaram a estar disponíveis a quem jamais os podia alcançar. Em Abril daquele ano faleceu o referido padre. O arquivo, aberto, acessível a qualquer um, ficou na posse e poder da sua mãe e irmão, *que não têm o mais pequeno interesse na sua guarda e conservação*. Perante a ocorrência, o frei Pedro Rocha da Costa Maldonado tentou recuperar, o quanto

⁸² Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 353, mç. 109.

⁸³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 418, mç. 171.

antes, o cartório junto do irmão do falecido. Na sua petição é visível o receio de se perderem os documentos, *ao perigo que os ameaça*. Mas a entrega carecia de uma provisão do mestre das Ordens, no entender do irmão do defunto. Só assim aceitava colaborar. A provisão foi expedida ao juiz da Ordem, em Outubro daquele ano. Refira-se o despacho dos deputados da Mesa, solicitando que qualquer oposição quanto à entrega dos documentos lhe fosse comunicada. Pela preocupação impregnada nas suas palavras, transcreve-se um excerto da petição. *É por isso que o suplicante desejando restituir à sua Igreja o sistema e organização que uma desgraçada Anarquia desterrou e confundiu em todos os artigos da sua administração e que reduziu aquela infeliz Igreja à maior perturbação, Recorre a Vossa Alteza Real para que se digne proteger os esforços e desejos do suplicante na reparação e correcção de tantos abusos, ordenando enquanto a este que o Juiz da Ordem da Comarca receba da mão dos suplicados, Herdeiros do Padre Facamelo, todos os livros e papéis que se acharem pelo seu inventário de receita, para se restituir à Igreja, aonde deve ser conservado em arca fechada, de três chaves, que devem distribuir-se na forma de Direito, e estilo de todas as Igrejas da Ordem, por ser este o único e mais seguro meio de evitar a continuação das desordens e firmar neste artigo a reorganização desejada, e tão necessária em todos os outros e Autorizando-o outrossim, para pedir e recolher todos os papéis que se acharem dispersos por estranhas mãos, dando conta a Vossa Alteza Real dos que achar rebeldes na sua entrega, para Vossa Alteza Real proceder como lhe parecer justo*⁸⁴.

2.4. As visitas

O visitador do convento era visto como o garante do cumprimento das regras estabelecidas. *Depois dos prelados de nossa Ordem o cargo mais principal é o dos padres visitadores*⁸⁵. A sua importância era reconhecida no sistema. A seu cargo tinha a responsabilidade de conservar a religião e ampliá-la em reformação e bons costumes. Representava para a época a figura incumbida de reformar a comunidade. Sem condescendências. Não consentia

⁸⁴ ANTT, MCO, OA, cx. 418, mç. 171.

⁸⁵ ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

faltas de observância à regra. Algumas destas eram reincidências de erros cometidos e sinalizados anteriormente com medidas correctivas⁸⁶. O longo espaçamento temporal balizado entre visitas era visto como algo que propiciava a *relaxação*, os inconvenientes e as desordens. Daí as visitas serem encaradas como imprescindíveis.

As visitas funcionavam como auditorias aos sistemas, marcados pela distância, onde se impunha um acompanhamento próximo e um reforço institucional⁸⁷. Não eram exclusivas dos conventos de Avis, Cristo e Palmela. Tinham igualmente lugar em cenóbios das Ordens como o da Encarnação, Santos, entre outros⁸⁸. Também eram realizadas nas igrejas, capelas e comendas⁸⁹. As Ordens e as respectivas igrejas deviam ser visitadas a cada três anos⁹⁰. Na prática, era o poder exercido quer na acção, quer na vivência das Ordens. As visitas operavam como um instrumento de controlo e de vigilância. Tratava-se de um processo realizado por profissionais tidos como capacitados, nomeados para o efeito através de uma provisão. Na regra de Avis, o convento, o seu prior mor e os respectivos freires deviam ser visitados a cada três anos pelo presidente da Mesa da Consciência. Este executava as ordens que lhe eram delegadas por provisão, *em nome do Mestre, e por ele assinada*. Esta função apenas era cometida ao presidente, pela sua autoridade, pelo conhecimento que tinha acerca da Ordem e dos processos que ante si se despachavam. Também era conhecedor dos problemas e das necessidades da milícia e do convento, porque a ele se reportavam as queixas e, por conseguinte, cabia-lhe responder com a maior brevidade. Desnecessário será dizer que devia ser pessoa de confiança porque também o deveriam ser os que eram visitados. Para o assistir, na diligência, fazia-se acompanhar do escrivão da mesma. Este, prior, que fosse

⁸⁶ O objectivo imediato das visitas era identificar bens patrimoniais e hábitos comportamentais, sobretudo de natureza religiosa, no sentido de corrigir procedimentos e gerir bens e direitos de forma mais eficiente no quadro das suas complexas estruturas orgânicas. – Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, “As visitas: as Ordens Militares Portuguesas entre poderes?”, in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes), vol. I, Palmela, GEsOS / Município de Palmela, 2012, p. 407.

⁸⁷ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

⁸⁸ BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609, fl. 15.

⁸⁹ Para o caso castelhano, vide Isabel María Ortiz Rico, “Los libros de visitas de Órdenes Militares como fuentes historiográficas. La Orden de Santiago en Castilla-La Mancha”, in *La investigación y las fuentes documentales de los archivos*, Guadalajara, ANABAD Castilla-La Mancha/Asociación de Amigos del Archivo Histórico Provincial, 1996, pp. 1101-1111.

⁹⁰ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. XXIII.

conventual, deslocava-se com o visitador até ao cenóbio. E quando o presidente não pudesse participar na visita, cabia ao mestre nomear um deputado da Mesa da Consciência ou outra pessoa da Ordem⁹¹. Os visitadores deslocavam-se ao convento e apresentavam ao prior mor o alvará assinado pelo rei, produzido na Mesa da Consciência⁹². A visita pressupunha um cerimonial que respeitava um protocolo definido para a realização desta actividade⁹³. No que respeita às visitas às igrejas, capelas e comendas, sucedia o mesmo⁹⁴. Também se visitava o Real

⁹¹ Cf. *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis* / [por Dom Carlos de Noronha], Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, Tít. V, Def. XXXVI.

⁹² Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mc. 12, doc. 1039.

⁹³ *Quando o Visitador chegar ao Convento sairão os Freires Clérigos até à porta da Igreja a recebê-lo em procissão, mas sem Cruz, porque ainda que representa a pessoa do Mestre, em cujo nome vai, contudo ao Mestre somente devem sair com ela, e beijar-lhe a mão: e fora disto farão ao Visitador a cortesia devida e costumada. Sendo dois Visitadores, o Prior mor irá no meio deles, como mandam as Constituições antigas: mas quando for só o Presidente como aqui se ordena, o Prior mor o levará à mão direita, e primeiro o saudará, dando-lhe a boa vinda: e desta maneira o levará à Capela mor: onde estarão duas cadeiras de estado, em que se sentarão o Prior mor e o Visitador, e os mais Freires em seus lugares. Logo diante de todos em alta e inteligível voz mandará o Visitador ao Escrivão da visitação que leia os poderes que tem, e lidos entregará ao Prior mor o qual os beijará, e porá sobre sua cabeça, e os aceitará em seu nome, e de todo o Convento: e todos os Religiosos dirão que os aceitam, e lhes obedecem, e o Escrivão fará disto termo, e porá o Prior mor em primeiro lugar, e depois o Superior, e logo o Sacristão, e os mais Freires da Casa por seus nomes, e cargos, antiguidades.*

*O Prior mor no mesmo lugar lhe entregará logo as chaves do Convento. O Visitador dirá como ao outro dia há-de fazer Capítulo e que se apercebam para isto. Esta entrada se deve fazer sempre à tarde, e ao outro dia pela manhã visitará ao Santíssimo Sacramento, estando todos vestidos com seus mantos brancos, na forma que se costuma: e achando que não está em vaso de ouro, ou prata, mandará que se faça logo, para se pôr nele, e que se renove ao mais tardar, dentro de dez dias, como nos estatutos se dispõem, e depois ouvirá Missa, e se dirá a Pratiada, e o Prior mor lançará a bênção, como está declarado no c.II do 2 tit. dos Capítulos Gerais e particulares. Farão todos os Freires vénia ao Visitador como se costuma, e no fim dirá ele o que lhe parecer do mal, ou bem que nas oficinas da casa tiver visto. E logo dirá ao Prior mor, e se saia, e fará as perguntas seguintes aos que lhe parecer que têm razão de saber das coisas da Casa, dando-lhes primeiro juramento na forma de direito. Cf. *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis* / [por Dom Carlos de Noronha], Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, Tít. VI, Regimento I.*

⁹⁴ *Primeiro que o Visitador chegue ao lugar que há-de visitar mandará avisar ao Prior, ou a quem tiver suas vezes, de como em tal dia será com ele, porque «le» repiquem os sinos, e tenham tempo de avisar a todos os Priores, Reitores, e Capelães das anexas, e ao Comendador, se estiver no lugar, para que todos se juntem na Igreja Matriz, e o recebam, e para o outro dia se acharem presentes ao Capítulo com seus mantos, e fazerem vénia, como os estatutos dispõem. Chegando o Visitador à vila, ou lugar, irá logo «direitamente» à Igreja a fazer oração; e ali o saudarão as pessoas da Ordem que se acharem presentes; e logo fará ler o Escrivão o poder que leva; e lido, e aceitado pelas pessoas a que toca, se recolherá.*

*Esta vinda do Visitador será sempre à tarde, e ao outro dia pela manhã irá à Igreja, e tanto que ouvir Missa (à qual estarão todos com seus mantos brancos, e havendo Clérigos seculares, com suas sobrepelizes) andará sobre os defuntos, e depois com capas, havendo-as, e com tochas, ou círios acesos, irão visitar o Sacrário se houver; e não o havendo, se a povoação for de vinte vizinhos juntos, e daí para cima o mandará fazer. O Visitador abrirá o Sacrário, e porá no altar o vaso em que estiver o Santíssimo Sacramento, e verá se está tudo com a limpeza e decência que convém, e se no Sacrário ou vaso está pedra de ara, sobre que estejam os Corporais com o Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo. - Cf. *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis* / [por Dom Carlos de Noronha], Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, Tít. VI, Regimento II.*

Colégio de Coimbra⁹⁵. O visitador geral da Ordem efectuava a visita às igrejas, capelas e comendas com a mesma regularidade, de três em três anos. Era o prior mor que teoricamente assumia esta função, a partir da provisão emitida no tribunal das Ordens.

Pretendia-se com as visitas examinar e avaliar as condições existentes, de forma a conferir se o sistema cumpria as normativas estabelecidas na Ordem. Desta forma, verificava-se a aplicabilidade dos seus procedimentos, a eficácia dos mesmos e a correcta utilização dos recursos existentes. Nomeadamente os meios humanos, como o prior mor, o superior e os freires. Nestas visitas averiguavam-se os contratempos que perturbassem o funcionamento institucional. Depois de identificados, apontavam-se as deficiências e as irregularidades que pudessem comprometer o desempenho da organização. Davam-se as devidas recomendações para corrigir as situações consideradas anómalas, as oportunidades de melhoria, dir-se-ia hoje. As advertências eram captadas nas visitas seguintes, no sentido de apurar se as mesmas haviam sido tomadas em conta e rectificadas.

As visitas serviam igualmente para assessorar a administração do sistema, auxiliando na gestão e no controlo dos vários subsistemas. Contribuíam, assim, para atingir a excelência no desempenho das actividades, de acordo com as atribuições e as competências adstritas à organização. Deviam corrigir os desvios, possibilitando o regresso à ordem primitiva. Só assim era possível o tribunal receber os devidos ecos. As visitas eram encaradas como uma actividade de suporte nas Ordens Militares, actuando de forma preventiva, de forma a evitar os vícios e a *relaxação*. Era a experiência que se tinha nestas andanças. Sem esta supervisão os problemas encaminhados ao presidente das Ordens seriam bem mais numerosos por não serem acautelados. Em 1614, os deputados da Mesa manifestaram alguma preocupação com a Ordem de Avis, por esta não ser visitada há muitos anos. Como consequência, os freires não cumpriam a regra da referida milícia, na sua vida e costumes. A visita apresentava-se útil para se precaverem esses descaminhos. Para tal e conforme o procedimento, os deputados sugeriram, em parecer, três nomes para visitantes, numa escala ordinal. Cabia depois ao rei nomear. Neste processo,

⁹⁵ Cf. ANTT, MR, mç. 451, cx. 565.

a escolha recaiu no frei António de Manselos, proposto em primeiro lugar pelo tribunal das Ordens⁹⁶.

A supervisão aos conventos era crucial para avaliar o cumprimento dos ditames das Ordens Militares. Na realidade, serviam, mesmo que não a amiúde, para a monitorização e observância das disposições emanadas pelo tribunal da Mesa da Consciência. Mesmo corridos séculos, valiam-se dos escritos que delas resultavam⁹⁷. Em 1820, o secretário do convento de Avis, frei José Maria da Silva, certificou não existir, no cenóbio, qualquer documento que provasse a visita de 1587. Apenas constava nos autos da visita de 1603, não que estes a descrevessem, mas por uma provisão, na qual se mandava cumprir certos capítulos de 1587, ordenados pelo bispo de Targa, que realizara a diligência. Havia também, no cartório, a visita que o mesmo bispo fizera na igreja de Galveias, em Janeiro de 1588⁹⁸.

Em finais de 1640, planeou-se aquela que seria a próxima visita ao convento de Avis e que coincidiu com a recém eleição do prior mor. A estratégia delineada foi reformar o convento com alguma premência, antes da sua ida para esse cenóbio. Unicamente para arrumar a casa. Para os deputados, o invés despontaria piques na relação entre prior e freires, o confronto entre estes e, por sua vez, como certo, abeirariam essas querelas ao tribunal. O objectivo era que a figura máxima do convento chegasse com tudo reformado, sem qualquer vulnerabilidade. Os ministros do tribunal sugeriram a nomeação do deputado Simão Torresão Coelho, por nele concorrerem os requisitos como a prudência, as letras e as virtudes. A visita anterior havia sido conduzida pelo bispo da Guarda⁹⁹.

As visitas incluíam a observância do sistema de informação. Os cartórios dos conventos eram objecto de exame pelos visitantes. Os objectivos estratégicos da organização incluíam os cartórios no cerne das suas preocupações. Tal se devia à importância atribuída aos arquivos, nomeadamente à informação. No cartório de Avis, em 1609, *estavam muitas*

⁹⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 60.

⁹⁷ Sabe-se que a documentação das visitas às igrejas e comendas pertencentes aos respectivos mestrados era encadernada em livro e depositada no cartório do convento. O mesmo se aplicaria quase seguramente aos testemunhos das visitas aos conventos. – Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

⁹⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 434, mç. 187.

⁹⁹ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

*Bulas e Privilégios Apostólicos, e assim muitas provisões e outros muitos papéis passados e concedidos em favor da dita Ordem, à qual resultava grande proveito da guarda e conservação deles, e porque muitos eram antigos e parte deles gastados (temporis di uturnitate)*¹⁰⁰. Porquanto as escrituras que há no cartório desse convento relevam muito à ordem¹⁰¹. Interessante também o valor atribuído ao recurso informacional para a *regulação da Administração*¹⁰².

A complexidade e a importância do sistema de informação na organização das Ordens Militares implicavam um controlo sobre a informação e sobre os sistemas que a suportavam. Desde a estrutura física, em que se acondicionavam os documentos, à confidencialidade da informação.

A visita de 1658 foi realizada por Martim Afonso de Melo, deputado da Mesa da Consciência e da Inquisição de Lisboa. A casa do cartório, denominado pelo dito ministro, era o espaço de arquivo. Segundo aquele, era onde se guardavam os livros do convento, privilégios, bulas, breves, provisões e doações dos reis e mestres da Ordem e os livros da Câmara. Pela sua descrição, encontrava-se o arquivo tão desorganizado e confuso que não fora tarefa fácil localizar os *papéis* que se buscaram. A recuperação dos documentos, particularmente a sua informação, era de tal forma valorizada que disso se fez referência no relatório da visita: *esta matéria é de tanta importância ao Convento em particular e a toda a ordens em comum, é necessário que haja nela muita Reformação pelo que ordeno que logo se Reforme o dito Cartório em muito boa ordem e se ponham os livros e papéis com seus rótulos e em estantes e caixões apartados para que se achem com facilidade, e se não percam com livros e papéis do dito Cartório, prejudicando-se ao Convento e à Ordem*¹⁰³.

Em 1673, a visita ao mesmo convento foi protagonizada pelo deputado D. José de Meneses. Desta resultaram alguns reparos graves, quanto à boa ordem do convento e à confidencialidade do capital informacional. “Confusão” foi o termo usado mais uma vez para descrever o estado em que se encontrava o cartório. O vocábulo “confusão” era empregue com regularidade para descrever

¹⁰⁰ ANTT, MCO, OA, liv. 301.

¹⁰¹ ANTT, MCO, OA, liv. 9, fl. 2.

¹⁰² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 286, n.º 1.

¹⁰³ ANTT, MCO, OA, liv. 9, fls. 107-107v.

a desordem em que se encontravam os arquivos¹⁰⁴. Nas palavras do deputado, *que vem a ser o mesmo estar desta sorte que não o haver*. Ao que parece não se cumpriu o capítulo da última visita que, outrora, já se debruçara sobre aquele arquivo. Reiterou-se a necessidade de inverter o quanto antes esta situação já sinalizada anteriormente. A ordem expressa foi de encarregar dois freires, considerados mais inteligentes, para cumprir o determinado. O acesso à informação inquietara D. José de Meneses. Pela sua descrição, estariam perante um risco eminente, colocando em causa o sigilo tão apregoado nas definições da Ordem, numa matéria tão resguardada. Não seria exagero da sua parte. As provanças e as habilitações dos freires estavam abertas e muito facilmente as conseguiam ver os cartorários ou outras pessoas que a elas alcançassem. Era documentação a cargo do escrivão das matrículas. Determinou-se que as habilitações dos pretendentes fossem devidamente lacradas e depositadas no cofre, *pondo-se só título por fora de aprovadas ou reprovadas*. O relato da visita enfatizara também as muitas definições da Ordem, impressas, encontradas no cartório¹⁰⁵. Sabe-se que estas, muito procuradas, chegaram a escassear em alguns momentos¹⁰⁶. Um paradoxo com o cenário de desperdício encontrado, em 1673, pelo deputado que relatou ter visto muitas daquelas por encadernar, algumas danificadas, mas outras ainda passíveis de se aproveitarem. Para fazer face ao que fora descrito e para utilidade do convento ordenou-se a encadernação de todas as definições da Ordem que estivessem em condições. O fim seria a sua venda e, por conseguinte, poder-se-ia colmatar a grande falta que se fazia registar na altura. Também foram feitos alguns reparos ao estado

¹⁰⁴ Em 1722, o Prior Mor do convento de Palmela descreveu não ter sido fácil realizar a diligência incumbida pelo rei, pela grande confusão em que estavam os papéis do cartório do seu cenóbio. Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 24, mct. 1913.

¹⁰⁵ Cf. ANTT, MCO, liv. 62, fls. 224v.-226v.

¹⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, OA, liv. 9, fls. 114-114v. Sabe-se que tal ocorreu, por exemplo, em 1569, no convento de Avis: *Carta d'El Rei D. Sebastião = Reverendo P. D. Prior do Convento d'Avis. Porquanto os livros da Regra, que se dão aos Cavaleiros e Freires da dita Ordem, são já gastados e os não há; encomendo-vos logo mandeis imprimir duzentos livros da Regra, e se pagará a impressão deles do dinheiro da fábrica desse Convento e por este com certidão vossa do que se levou por se imprimirem, mando que se leve em conta o que nisso montar ao recebedor da dita fábrica que o pagar; os quais livros fareis carregar em receita sobre o dito recebedor para deles dar conta; e assim do prêmio que de cada um se paga, para a mesma fábrica conforme ao costume e regimento do Convento = Francisco Coelho a fez em Lisboa a vinte e dois dias de Junho de mil e quinhentos e sessenta e nove = Rei.* - ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória). Em 1768, o prior mor e visitador geral do mestrado de Avis, pediu autorização para contrair um empréstimo no valor de 1:150.000 réis a aplicar na reimpressão das definições da sua Ordem que eram raras. A fábrica deparava-se com falta de meios para fazer face às despesas de impressão. Cf. ANTT, MR, liv. 366, fls. 142v.-143.

em que se encontrava a livraria do convento. O visitador achou-a muito desordenada. Era necessário voltar a organizá-la pelo *índex* dos livros que existia no convento¹⁰⁷.

As visitas também serviam para analisar as contas e as demonstrações financeiras. Era ponto assente que os *todos os livros porque se dá contas no Convento* se guardassem no cartório deste. Isto na teoria, porque na prática pouco se levaria à letra por omissão. Dos livros consultados pelo deputado D. José de Meneses, no convento de Avis, muitos encontravam-se nas mãos de particulares. A falta de uniformização de procedimentos e de boas práticas, inclusive nas contas, também foi anotada na visita. Ao que parece os livros tocantes às contas das comendas, meias anatas e mais rendas do convento encontravam-se numa grande confusão¹⁰⁸.

Os visitantes reportavam a sua actuação, providenciando os testemunhos para procedimento corrente¹⁰⁹ e memória futura¹¹⁰. Tarefa executada pelos escrevães que os assistiam. Os protagonistas da próxima visita solicitar-lhos-iam. Lançavam-se os resultados, em jeito de relatório, num livro próprio para o efeito¹¹¹. O registo prendia-se também com a leitura em comunidade a ser feita pelo padre superior no Capítulo. Após a visita, o tribunal dava conta ao monarca da conclusão da mesma, numa consulta. Nada de estranho quando havia sido o mesmo a ordenar a sua realização e a destacar o respectivo visitador. Ao dar conhecimento, os deputados solicitavam a devida provisão para que se guardassem, no convento, os capítulos deixados pelo visitador. Em despacho, em forma de resolução, o rei pedia que lhe remetessem os referidos capítulos. Era a forma de se inteirar do resultado da visita.

¹⁰⁷ Cf. ANTT, MCO, liv. 62, fl. 224 ou ANTT, MCO, OA, liv. 9, fls. 114-114v.

¹⁰⁸ Cf. *ibidem*.

¹⁰⁹ Os freires passariam a ter de cumprir o que ficasse disposto na visita. Ao invés, o prelado tinha ordem para os castigar. Na primeira e na segunda vez com penas pecuniárias e na terceira com reclusão de cárcere. – Cf. ANTT, MCO, OA, liv. 9.

¹¹⁰ Quer fossem aplicadas em conventos, igrejas ou capelas. O registo dessas visitas podia ser útil para provar situações. Vejamos um exemplo. Em 1812, Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil informou que, na secretaria da Ordem de Avis, encontrava-se, pela visita feita à ermida de Santo André, em 1579, a conta dos confrades e fregueses que com as suas esmolas repararam a dita ermida. - ANTT, MCO, OA, cx. 419, mç. 172.

¹¹¹ Cf. ANTT, MCO, OA, liv. 9. Vide Marta Monterroso López, María de las Mercedes Pato Calleja, Patricia Pesqueira López *et al.*, “Aproximación metodológica para la identificación de series documentales en el fondo del Consejo de Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1420-1421.

Enviavam-se ao mestre, num fólio à parte, os capítulos, ordenados numericamente¹¹². Seguir-se-ia a emissão do alvará de confirmação, em nome do monarca. Esta tipologia confirmava os capítulos e impunha o registo dos mesmos. Arquivava-se o alvará no convento e dele ficava uma cópia no livro das visitas¹¹³. As secretarias dispunham desses livros relativos à sua jurisdição¹¹⁴. As igrejas também os tinham¹¹⁵. Eram estes os procedimentos.

As visitas aos conventos também se proporcionavam, a título extraordinário, aquando da existência de problemas internos. O monarca nomeava alguém para se dirigir ao convento e tirar devassa do sucedido. O objectivo era sanar o quanto antes qualquer perturbação. Assim se registou no convento de Palmela, em 1642, uma contenda entre dois freires conventuais que se envolveram em agressões. A solução passava por uma actuação célere, visitar e reformar aquele convento. Para o efeito, em consulta, os deputados da Mesa da Consciência sugeriram para a visita o nome do seu congénere, D. Leão de Noronha. Por sua vez, este deputado do tribunal das Ordens propôs para a referida diligência André Franco, desembargador da Casa da Suplicação, freire conventual de Palmela e juiz geral das Ordens que já havia sido. A decisão régia recaiu na nomeação de André Franco, dada a inconveniência de D. Leão de Noronha em se retirar, em função das responsabilidades a seu cargo junto do monarca e que, das quais, não se podia afastar. Contudo, estava longe de cessar este episódio. Na deslocação do nomeado ao tribunal, apurou-se que era suspeito por parte de um dos culpados, o que invalidou a sua visita ao cenóbio¹¹⁶.

No convento de Cristo, em 1644, também se registou uma visita a título extraordinário. Foram vários os religiosos desta Ordem que expressaram as suas queixas, numa petição, contra o Dom prior do convento de Tomar, fundamentada com diversas inquietações. Este era um quadro demasiado cinzento, pelas

¹¹² A consulta, na qual era aposta a resolução régia, recebia ainda a informação dos deputados sobre o envio dos capítulos. Em 1673, a consulta relativa à visita ao convento de Avis foi lavrada a 6 de Maio, a resolução a 9 e a informação que acompanhou os capítulos a 26 do mesmo mês. - ANTT, MCO, liv. 62, fls. 223-226v.

¹¹³ Cf. ANTT, MCO, OA, liv. 9.

¹¹⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 259, mç. 25. Em 1807, o escrivão da câmara da repartição de Santiago esclareceu que a igreja de S. Pedro de Solis pertencia àquele mestrado. Informou que o templo fora visitado pela Ordem e que o seu capelão curado recebia mantimento e pagara a meia anata. O escrivão recorreu ao livro das visitas, cuja informação considerou como prova autêntica. Cf. ANTT, MNEJ, mç. 286, n.º 1.

¹¹⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 424, mç. 177.

¹¹⁶ Cf. ANTT, MCO, liv. 59.

querelas e desacatos apresentados, que se agravaria caso não se tomassem algumas medidas. Exigia-se a quietação, de novo, naquele convento. Os religiosos reforçaram a necessidade de que o rei ajustasse soluções para tal. Na altura de os visitantes da Ordem aparecerem no convento tomarense, conforme ditavam as constituições, não quis o Dom prior marcar presença. Esta era uma obrigação a que não lhe assistia retirar-se. De nada serviu o apelo dos religiosos aos visitantes para que o chamassem. Nem deste modo o dissuadiram. Sem complacência, na tomada de conhecimento dos episódios relatados, a Mesa exigiu ao prior uma resposta à petição. Deveria fazê-lo no termo de três dias, juntamente com aquele documento que o devolvesse, para se dar conta ao rei¹¹⁷. Fica demonstrado que a prática instituída das visitas, cuja finalidade era relevante para o funcionamento da organização, não era estimada por alguns. Pelo menos para os que se descartavam das suas responsabilidades. Na falta deste procedimento encobriam-se situações de entropia no sistema. Alienavam-se práticas e costumes, desenquadravam-se preceitos, vivendo à margem das convenções das Ordens. Calar era consentir, ser conivente com as incorrecções praticadas.

As visitas fora da calendarização também se efectuavam nas igrejas. Em 1688, o prior da igreja de Santo André de Estremoz deu conta, por carta, ao tribunal da Mesa da Consciência, dos diferendos entre os beneficiados daquela igreja. Tal a dimensão das discórdias que o povo estava escandalizado com as mesmas. Urgia travar aquele ruído tão prejudicial ao sistema e aplicar o castigo adequado. O nome do juiz da Ordem da comarca de Estremoz estava fora de questão para a visita, por ser amigo particular de uma das partes e ser suspeito ao prior daquela igreja. Foi escolhido o prior da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa¹¹⁸.

2.5. Acesso e comunicação dos documentos

O cuidado para com a informação não se limitava ao seu uso interno, mas também às solicitações externas. Neste âmbito, a sua comunicação também e

¹¹⁷ Cf. BA, 54.VIII.29 (n.º 173).

¹¹⁸ Cf. ANTT, MCO, liv. 60.

apenas era consentida mediante anuência superior. Em 1503, o rei D. Manuel, enquanto governador e perpétuo administrador da Ordem de Cristo, autorizou, por alvará, a entrega de cópias autênticas de documentos, existentes no cartório do convento de Tomar, a quem as solicitasse. Tal como anteriormente se executava, mas nesse tempo apenas mediante provisão e mandado especial do monarca. O referido alvará dispensara assim a apresentação desses documentos, revogando a instrução anterior. Ordenou, deste modo, o novo procedimento ao D. Prior e *a todas as outras pessoas que tiverem as chaves e Guarda do Cartório do dito Convento, e ao Escrivão do dito Cartório*. Os interessados por essa documentação eram os comendadores, cavaleiros, vigários e freires que pagavam as despesas inerentes ao escrivão do cartório¹¹⁹.

Em 1545, por provisão de 2 de Março, expediu-se a ordem para que não se entregasse do cartório do convento de Avis *Escritura alguma, nem por traslado, sem licença especial do Mestre*¹²⁰. Este documento também designado de carta do mestre D. Jorge, dirigida ao D. Prior, para que, sem especial provisão, não se tirassem papéis do cartório, nem se mostrassem *senão com muito recado e vistas e examinadas muito bem as coisas*. A instrução era para não mostrar, nem consentir que mostrassem qualquer documento, nem tirar cópia dos mesmos, sem que lhe fosse apresentada uma provisão, ou seja, sem licença do mestre¹²¹.

A definição 46 da regra de Avis, sobre os papéis do cartório do convento, determinava que aos mesmos se devia dar inteira fé e crédito. E, por isso, depositados em bom resguardo. Categoricamente, o prior-mor não podia dar nenhum deles em cópia ou mostrar para consulta, sem provisão do mestre ou do tribunal das Ordens, *consideradas primeiro as causas que houver para se mandarem dar*. Tratava-se de um imperativo de obediência. Agir à revelia desta ordem, retirar documentos do arquivo sem autorização do prior-mor ou de quem o substituísse, dava cadeia. A definição dirigia-se ao escrivão do cartório, que

¹¹⁹ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória) ou ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória). Vide também, por exemplo, ANTT, MCO, OC, liv. 341. Corresponde ao tombo da comenda de S. Mamede do Mogadouro da Ordem de Cristo. Consta a referência à cópia do tombo da comenda, a pedido do comendador da mesma, João Manuel Pais de Sande e Castro. Foi lavrada pelo escrivão, frei Manuel de Sousa, subscrita pelo guarda-mor do cartório, frei Felix de Queirós. A certidão era composta de 68 folhas de papel.

¹²⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

¹²¹ Cf. ANTT, MCO, OA, liv. 9, fl. 2. Vide também *Provisão para se não bulir no Cartório nem se dar algum papel dele sem licença del Rei* em ANTT, MCO, OA, liv. 301, fls. 163-163v.

também ficaria privado da razão. O cartório estava sempre fechado. Qualquer pedido de consulta que obrigasse à saída de documentos desse espaço pressupunha a autorização do prior mor, *com pena de excomunhão ipso facto incorrenda*. Os *papéis* só podiam sair do arquivo para outro espaço do edifício, nada mais. Para fora do convento não era permitido. Nem com qualquer provisão ou licença do prior-mor¹²². Apenas se consentiam os traslados autênticos dos documentos quando fosse apresentada a provisão do mestre ou do tribunal das Ordens.

Em 1680, nas constituições feitas em capítulo geral, determinou-se ao escrivão da matrícula e a todos os religiosos da Ordem de Cristo que não passassem certidão alguma sem o despacho do Dom prior geral, aposto na petição e *nas outras Casas, sem nelas estarem assinados os seus prelados, e será obrigado o que passar a tal Certidão com o dito despacho, a conferi-la com os papéis de que lhe passou*. O mesmo se exigia ao guarda-mor do cartório. Este tinha instruções para não tirar qualquer documento do arquivo, quer originais, quer cópias, assim como passar certidões sem licença do prelado. A desobediência sairia bem cara a este religioso caso não cumprisse a constituição que lhe competia, a excomunhão maior e a privação do seu ofício¹²³. A provisão de 24 de Janeiro de 1693 era explícita quanto a esta matéria. Do cartório do convento de Palmela não era permitida a saída de qualquer documento senão por cópia, sob pena do cartorário perder o seu ofício¹²⁴.

Em 1802, o prior geral do convento de Tomar, D. José de Castro, fez saber àquela comunidade que, na livraria do convento, era proibida a extração dos livros, manuscritos e impressos. O mesmo se aplicava à chave da porta da livraria, para não confiarem a *qualquer familiar do Convento ou Pessoa estranha Eclesiástica ou Secular, nem indo com Hóspedes a ela, deixá-los sem a sua actual companhia*¹²⁵.

Os pedidos de certidões de documentos eram concretizados através da apresentação de uma petição. Esta era redigida no convento pelas mãos dos seus funcionários, com os dados facultados. Destinavam-se aos priores mores.

¹²² *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis* / [por Dom Carlos de Noronha], Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, Tít. V, Def. XXXXVI.

¹²³ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

¹²⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

¹²⁵ ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36.

Eram estes que autorizavam ou não a cópia dos *papéis*. Fazia-se menção no requerimento de que o escrivão não poderia emitir as certidões sem o devido despacho¹²⁶. As certidões eram lavradas pelo escrivão do cartório, a mando do guarda-mor que as subescrevia e assinava. Nos conventos de Avis e Palmela a figura do escrivão do cartório era preeminente¹²⁷. Redigiam as cópias e o prior mor assinava, colocando o selo do convento¹²⁸. Por vezes, chegavam os pedidos aos conventos sem referência ao nome de quem solicitava a certidão, dado essencial para se redigir a petição interna¹²⁹. Nos casos de requerimentos em nome do D. Prior para assuntos do convento era o superior que autorizava em despacho. Assim foi, em 1724, quando o prior-mor do convento de Palmela pediu a certidão com o traslado de um título de uma herdade foreira que se encontrava no livro do tombo dos bens e rendas pertencentes ao convento e à sua fábrica¹³⁰. Em algumas circunstâncias, procuravam-se provas muito antigas. No século XVIII, o padre procurador da fazenda do convento de Tomar requereu uma certidão com o teor da carta em que o rei D. Dinis mandou entregar ao primeiro mestre da Ordem todos os bens que eram do Templo e quatro cartas do rei D. João I¹³¹. Em 1817, Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas, comendador da comenda de Santa Maria de Mirandela da Ordem de Cristo, solicitou o teor da carta que o rei havia passado sobre aquela em 1579¹³². Um outro exemplo foi o pedido de certidão, por Alberto José, homem de negócio da cidade de Lisboa, em 1769, do tombo da comenda de S. Vicente de Vila Franca de Xira, também da Ordem de Cristo, feito em 1611¹³³. Nicolau Pereira de Castro e Sande, comendador da comenda de São Mamede do Mogadouro e suas anexas, pediu, em 1734, uma certidão com a cópia do tombo, depositado no convento de Cristo. Havia sido feito no ano de 1603. O requerente necessitava do documento para tombar a referida comenda, onde constava a medição, dízimos e direitos da mesma¹³⁴. Tal como atestam estes exemplos, o intervalo de tempo que

¹²⁶ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 606, mct. 1.

¹²⁷ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 4, doc. 324, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 11, doc. 908 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 9, doc. 758.

¹²⁸ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 12, doc. 1052.

¹²⁹ Cf. ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória).

¹³⁰ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 24, mct. 1939.

¹³¹ Cf. ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória).

¹³² Cf. ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória).

¹³³ Cf. ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória).

¹³⁴ Cf. ANTT, MCO, OC, liv. 341.

mediava entre a necessidade e o documento que se invocava como prova podia ser muito grande. Podia ser de mais de um século.

No caso das comendas, os respectivos tombos apenas eram transferidos para os conventos após aprovação da Mesa da Consciência¹³⁵, por despacho deste tribunal ou por sentença do juiz geral das Ordens¹³⁶. Mas, nos seus cartórios acabavam por se reunir também os não ratificados. Contudo, nem mesmo para quem geria aquela informação era tarefa fácil ou possível determinar se um tombo havia sido aprovado quando este não apresentasse todos os seus fólhos. Era normativa que os comendadores fizessem tombos das suas comendas no tempo limitado, mandando-os para os arquivos dos conventos¹³⁷. As provisões vindas do tribunal das Ordens assim informavam os responsáveis incumbidos pelos tombos¹³⁸. Podia existir, no cartório, mais do que um tombo da mesma comenda. Tratava-se de uma matéria que exigia uma actualização ao nível dos seus documentos. Não se eliminavam os anteriores¹³⁹. Ficavam os antigos e os mais *modernos*. Inclusivamente podia dar-se o caso de um tombo incorporar, na mesma unidade, um outro anterior. Por vezes, pediam-se informações que constavam nos tombos mais antigos¹⁴⁰. Em outras, uma certidão dos últimos tombos, por lhes interessar a informação mais recente¹⁴¹. A prova e certificações eram tudo.

¹³⁵ Cf. ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória).

¹³⁶ Grande parte dos registos que se encontram no mapa das comendas da Ordem de Cristo, datado de 1780, refere que era o juiz geral das Ordens que mandava remeter os tombos para o arquivo do convento. – Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 286.

¹³⁷ Na regra da Ordem de Avis, os comendadores eram obrigados a fazer o tombo das rendas, direitos e propriedades, no período de dois anos, após tomarem posse das comendas e o mesmo ocorria nas outras Ordens Militares portuguesas. Os visitantes deviam perguntar pelos tombos. Eram feitos dois tombos, um que era entregue pelo contador ao cartório do convento, cujo escrivão passava uma certidão a comprovar a entrega, o outro ficava com o comendador.

¹³⁸ A título de exemplo, a provisão de 25 de Outubro de 1619. Sobre as declarações e títulos com que se deviam fazer os tombos, uma outra provisão, datada de 4 de Fevereiro de 1775. - Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 4. Sobre esta matéria o Regimento de 1608 refere que os tombos e demarcações de bens e propriedades das Ordens Militares cometiam-se aos provedores, juizes de fora ou a pessoas que estivessem aprovadas na Mesa do Paço. Cf. Cap. CI.

¹³⁹ Em 1786, o prior mor de Avis pediu ao seu cartorário que o informasse da existência, no arquivo do convento, do tombo da comenda de Oriz. Em resposta, soube que se achavam dois tombos da referida comenda. *Um feito no ano de 1505 de uma letra miúda e custosa de se ler que terá o volume ainda maior que um missal ordinário: o outro é feito no ano de 1580 e posto que seja mais moderno ainda é menos legível por lhe ter entrado muita humidade, e ter a letra em algumas partes apagada além de ser muito pior que a do primeiro.* Refira-se que, antes da provisão dirigida ao prior mor, indagou-se ao escrivão das arrematações se na contadoria existia o referido tombo. - Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 376, mç. 131.

¹⁴⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 442, mç. 195.

¹⁴¹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 440, mç. 193.

A regra de Avis ordenava ao comendador que, na sua última disposição, mandasse os seus herdeiros entregarem o livro da regra, escrituras e papéis que pertencessem à Ordem e comendas para se depositar no cartório do convento. Quando o contador fosse tomar posse da comenda vaga solicitaria essa documentação¹⁴².

Em 1823, no arquivo geral da Ordem de Santiago, no convento de Palmela, existiam 899 livros antigos. Pela quantidade, presume-se que estariam incluídos os tombos das comendas¹⁴³. É uma mera suspeita.

Na produção dos tombos estava assente, na provisão, que os originais, os *próprios*, fossem expedidos para o convento e as cópias ficassem para os comendadores. Era obrigatório. Mas nem sempre se cumpria esta determinação, procedendo-se de forma inversa. Ao comendador imputava-se a tarefa de entregar o original ao convento. Chegavam a existir traslados de traslados. Estes não tinham valor jurídico, pela inautenticidade. Para quem lidava com este assunto era fácil distinguir os traslados dos originais, até porque as cópias eram muito simples, por vezes, nem eram numeradas, rubricadas, nem encadernadas. Enquanto nos originais havia os que se investia numa boa encadernação, como por exemplo o da comenda de Santa Maria do lugar de Izeda, em tábuas cobertas de veludo carmesim com dois fechos de prata. Mas também havia os que não eram encadernados, formando um todo em cadernos cosidos com linhas, sem mais resguardo. Quer os originais, quer as cópias, que não fossem devidamente encadernados, corriam maior risco de se deteriorarem e desagregarem. Tudo isto devia-se ao facto de serem documentos muito manuseados, em busca das propriedades, rendas e direitos pertencentes às comendas. Até para pesquisar o número de capelas curadas anexas a uma igreja matriz¹⁴⁴. No mapa dos tombos das comendas da Ordem de Cristo são feitas algumas referências quanto ao estado de conservação de alguns destes

¹⁴² Cf. *Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis* / [por Dom Carlos de Noronha], Lisboa, por Yorge Roijz, 1631, Tít. V, Def. XI.

¹⁴³ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 248, n.º 1. Para além dos 899 livros, o cartório do convento de Palmela tinha *trinta e quatro números sucessivos de tinta encarnada gravados em trinta e quatro livros rubricados no frontispício e nas costas (...) setenta maços de papéis antigos pertencentes a vários objectos tanto do Convento como da Ordem em geral*. Esta relação corresponde ao inventário geral do convento de Palmela, na parte respeitante ao cartório, elaborado em 1823 para todos os bens. Nessa data o convento encontrava-se em grande ruína.

¹⁴⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 401, mç. 156.

documentos¹⁴⁵. Até mesmo quando se passavam as certidões mencionava-se como se encontravam os fólhos, a dificuldade em extrair a informação¹⁴⁶. Alguns tombos eram muito volumosos, compostos por milhares de fólhos. Exigia-se a numeração dos documentos para que nas certidões se declarassem as folhas onde se achava a informação requerida¹⁴⁷.

O que sucedia, por vezes, é que, desconhecendo-se o local onde se encontrava esta documentação, os requerentes pediam as certidões na porta errada. Nos conventos, quando da impossibilidade de atender aos pedidos, por não estarem à sua guarda esses mesmos tombos, encaminhavam-se os interessados no sentido de o fazerem em Lisboa, no tribunal das Ordens, para obterem a devida resposta. Ainda assim, quando sobre o mesmo objecto que se requeria encontrava-se outra documentação, avulsa ou em processos, no cartório, até de anos distintos ao pretendido, indagava-se sobre um eventual interesse na sua informação. Esta poderia corresponder também ao solicitado e ir ao encontro do que era necessário em termos de conteúdo informacional. Poderiam também encontrar em tombos mais antigos. Evitavam-se, portanto, mais equívocos e, por conseguinte, algum incómodo para o requerente¹⁴⁸. O mesmo sucedia quando os suplicantes se dirigiam num primeiro momento à secretaria das arrematações das comendas vagas¹⁴⁹. Quando os tombos não se encontravam nesta unidade orgânica, passava-se uma certidão lavrada pelo escrivão geral dos tombos e arrematações das comendas. Assim o fez, em 1789, o dito funcionário para o reitor de Santiago de Mourilhe e aos párocos das suas anexas, comprovando não ter na sua posse o tombo da comenda de Mourilhe e *dos autos da posse dela não constar dos seus Encargos*. O tombo encontrava-

¹⁴⁵ O tombo da comenda de Santa Maria da vila da Golegã: *Parte dele se acha em evidentíssimo perigo de se corromper por magnidade da Tinta de sorte que já custa bem a ler*. O da comenda de São Miguel do lugar de Fornos concelho de Azurara da Beira: *Não se sabe se foi aprovado porque como veio em papel faltam-lhe algumas folhas no fim e no princípio tem outras mal tratadas*. O da comenda de S. João de Rio Frio: *tinha 1273 fólhos e do fólho 670 em diante nada se podia ler por estar toda a escrita em moinha por causa da tinta, e as antecedentes vão se pondo no mesmo estado*. O da comenda de Paul e Cem soldos: *não estava nem encadernado, mas em papel avulso, cosido com linhas, em perigo de arruinar-se*. - ANTT, MCO, OC, CT, liv. 286.

¹⁴⁶ (...) e não se podia ler mais por se achar um bocado roto da mesma folha tendo só os finais das regras sem se poderem ler os seus princípios até donde se acha o sinal régio. ANTT, MCO, OC, liv. 341, fl. 57.

¹⁴⁷ BA, 54.XI.15 (72).

¹⁴⁸ Cf. ANTT, MCO, cx. 642, mç. 2 (provisória).

¹⁴⁹ ANTT, MCO, OA, cx. 440, mç. 193.

se no convento de Tomar, onde poderiam extrair a certidão, segundo indicação prestada¹⁵⁰.

Em 1831, o secretário do convento de Avis consultou o tombo da comenda de Pernes, datado de 1676, uma visitação de 1505 e outros documentos¹⁵¹. A própria provisão determinava ao prior mor que o informasse com base em qualquer *monumento*. A tipologia documental era indiferente. Tudo isto para obter informações sobre a existência da alcaidaria mor de Pernes, *cuja Portagem se acha declarada, como pertencente à Alcaidaria Mor de Alcanede, pela Provisão de 30 de Junho de 1794 e quais são os rendimentos que nesse caso a constituem*. Esta seria uma matéria, a das alcaidarias mores, a que se requeria provas naquele cartório. Mas sem resultados, porque o próprio secretário admitia que nada existia a esse respeito no convento. Até ele próprio se questionava sobre a razão desse vazio: *é de notar as poucas memórias que delas se encontra muito principalmente havendo Visitações de quais todas as terras da Ordem e Tombos das suas Comendas*¹⁵².

Em 1691, quando o juiz de fora de Benavente foi incumbido pelo rei, por via do tribunal das Ordens, para tombar as terras da comenda do almoxarifado daquela vila, decidiu consultar o tombo antigo. Esta era a rotina de quem necessitava de conhecer o processo. Para aquele seria necessário o anterior documento *para achar maior clareza*. Pediu ao rei que passasse ordem, ou seja, uma provisão, ao prior mor do convento de Avis para que este remetesse uma cópia daquele tombo. As custas do traslado ficariam por conta da fazenda real, a pagar a quem o tivesse feito¹⁵³. Nem sempre estes eram os procedimentos para obter os tombos e nem sempre se sabia com exactidão onde os mesmos se encontravam¹⁵⁴.

O que o juiz de fora de Pinhel classificara, em 1825, como obstáculo ao seu trabalho de tombar as comendas prendia-se com o acesso aos documentos

¹⁵⁰ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 8, mct. 3.

¹⁵¹ Refira-se que também foi examinado, infrutiferamente, o tombo da comenda de Alcanede, mas este na Secretaria da Ordem de Avis, o qual foi logo restituído. Naquela unidade orgânica existiam apenas os livros das comendas daquela Ordem, assim como na Secretaria das Arrematações. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 457, mç. 210.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 258, mç. 25. Os juízos das Ordens reportavam a situação ao tribunal que, por sua vez, emitia provisão ao respectivo convento. Essa seria a tramitação para que houvesse uma ordem superior.

¹⁵⁴ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 448, mç. 201.

de que necessitava. Pelo menos, quanto à forma de obter a informação. Àquele juiz, à semelhança dos seus congéneres, encarregou-se-lhe a feitura de três tombos de comendas da Ordem de Cristo. Contudo, era expressamente proibida a saída dos tombos do arquivo do convento de Tomar. A consulta dos originais e a emissão de cópias apenas eram permitidas por mão do seu cartorário. A provisão do Conselho da Fazenda, de 21 de Janeiro de 1825, não deixava dúvidas quanto a isso. Para desagrado daquele juiz que considerava as medidas contraproducentes para aquele trabalho, cujas consequências far-se-iam sentir em longas demoras, despesas e incómodos. A consulta dos tombos antigos era indispensável para as *clarezas*, como a da instituição, a anexação ao mestrado, a natureza e a qualidade dos bens incluídos nas comendas. Dependere de outrem e do tempo que este despenderia no seu trabalho não cabia na compreensão daquele juiz de fora que defendia a ideia de uma providência deliberada pelo rei para contrariar as formalidades impostas. Esta situação teve o seu enquadramento nas ordens emanadas pelo rei, em decreto de 16 de Junho de 1825, por via do tribunal das Ordens, seguido de provisões, para que os juizes de fora fizessem os tombos das comendas vagas. Pretendia-se conhecer, em concreto, o que às mesmas pertencia e o que delas se tinha alienado por algum motivo.

Ao que parece e por norma, na secretaria da fazenda, quando as provisões eram encaminhadas aos juizes de fora, acompanhavam-nas os tombos antigos. Prática distinta da dos conventos. Por algumas provisões não se apresentarem com os ditos tombos, por não constarem na referida Secretaria, ordenava-se que se pedissem os mesmos ou quaisquer esclarecimentos necessários aos cartórios da cabeça da Ordem.

Era visível a importância do trabalho em causa, do serviço que se estava a prestar, mobilizando recursos humanos e financeiros, num projecto que investia tanto zelo e dedicação de muitos que se viam a braços com entraves que poderiam ser dispensados temporariamente. Desta feita, suspender as consideradas *formalidades que forem incompatíveis com a exacção de tão útil tarefa*.

Em Julho de 1826, o tribunal das Ordens participou ao do Conselho da Fazenda já ter mandado fazer os tombos de todas as comendas das três Ordens Militares. Do resultado desse trabalho resultaria uma relação exacta dos bens

pertencentes às comendas, a oferecer ao Conselho da Fazenda. Entretanto, tal ainda não fora possível por *se haverem remetido os Tombos antigos aos Juizes encarregados dos novos para se regularem nestes por aqueles*.

Aquele diferendo foi causado pela incompatibilidade entre a provisão de 21 de Janeiro, obtida sob protesto do convento de Tomar, a seu favor, junto do Conselho da Fazenda, e a observância do decreto, colocando assim em causa o seu cumprimento. Estariam na base daquela decisão as dúvidas relativas ao correio geral sobre o transporte dos tombos. Problema sanado quando se ordenou que estes fossem aceites no respectivo seguro e remetidos para os seus destinos¹⁵⁵.

O processo de localização e pesquisa dos tombos seguiria, muitas vezes, a tramitação apontada pelo contador do mestrado de Avis: *porque não o havendo nesta Corte se há-de buscar nos Cartórios dos Tabeliães do distrito da Comenda, nos livros dos próprios, nos herdeiros do último Comendador, e ultimamente no Cartório de Avis*¹⁵⁶. Quando se procurava infrutiferamente, numa primeira ocasião, na secretaria do tribunal, enviava-se o pedido de seguida para o convento competente. Em 1797, Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil informou a rainha de que não existia, na secretaria da Mesa, o tombo da comenda de Alpedriz pertencente à Ordem de Avis. Segundo aquele escrivão, só poderia estar no cartório do convento da respectiva Ordem. Em despacho, os deputados da Mesa ordenaram o envio de uma provisão para o prior mor mandar extrair a certidão pretendida. A informação sobre o prazo sito em Malpique. Neste caso, o mandado não fora prontamente atendido, o que obrigou a expedir novas ordens¹⁵⁷.

Em 1772, o convento de Tomar foi o destinatário de um aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. O documento comunicava a autorização dada pelo mestre para que o cronista da Ordem, frei Bernardo da Costa, tivesse acesso à informação que o mesmo necessitasse. Desta forma, não lhe seriam vedados os *arquivos e os documentos* que solicitasse para a sua

¹⁵⁵ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 458, mç. 211.

¹⁵⁶ ANTT, MCO, OA, cx. 310, mç. 73.

¹⁵⁷ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 404, mç. 159. Foram expedidas várias provisões para o prior mor datadas, por exemplo, de 29 de Novembro de 1797, 12 de Junho de 1798, 23 de Novembro de 1799. Esta é uma prova de que as ordens vindas do rei não tiveram o devido cumprimento.

investigação¹⁵⁸. Este não fora o único entrave ao trabalho deste cronista. Em 1778, queixara-se de que tinha, há anos, alguns livros na Mesa Censória e que a religião não cooperava na diligência de os extrair¹⁵⁹.

As obras sobre as Ordens Militares tinham por base as fontes documentais existentes nos conventos. A *Demonstração histórica e jurídica da Reforma da Ordem de Cristo do frei António de Lisboa* referenciou diversos documentos, originais e cópias, do cartório do convento de Tomar, mencionando até manuscritos antigos como fontes do seu trabalho¹⁶⁰. Frei Caetano José da Rocha fora escrivão do cartório do convento de Avis e nele tivera *grande trabalho em extrair as notícias mais particulares da ordem, e coordená-las, que foram as que se remeteram para a Academia Real*¹⁶¹.

Em 1803, procurou-se, no arquivo do convento de Palmela, uma provisão em que tivesse sido nomeado o padre Francisco Luís da Costa, cronista geral da Ordem. Não se encontrou o documento, mas algumas informações em *papéis avulsos sem autenticidade* dos quais se constatou que a Mesa da Consciência lhe dirigiu duas provisões. Uma, datada de 1735, *para que entrasse na averiguação e arrançamento do Cartório* e, a outra de 1740, para que concluísse a composição do bulário da Ordem. Pela descrição da busca, sabe-se que aquelas provisões não existiam, nem em originais, nem registadas nos livros competentes, e só se achavam apontadas na cópia de uma certidão. Também se fez a pesquisa no livro da matrícula dos freires e cavaleiros e na margem esquerda do assento de Francisco Luís da Costa encontrou-se o seguinte: *O Primeiro Cronista Geral da nossa Ordem, Examinador das três Ordens Militares, e Beneficiado na Igreja de Torrão, em Santa Maria de Palmela, na de Santiago de Alcácer e na de S. Pedro de Faro, teólogo, examinador da nunciatura de Espanha, Protonotário Apostólico de S. Santidade, e Secretário do Ilustríssimo e Exmo. Senhor Doutor Embaixador de Portugal em sua embaixada*

¹⁵⁸ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12.

¹⁵⁹ Cf. ANTT, MR, mç. 451, cx. 565.

¹⁶⁰ “Demonstração histórica e jurídica da Reforma que na Militar Ordem de Cristo fez o Padre Frei António de Lisboa Monge de S. Jerónimo por comissão especial do Senhor Rei D. João 3º do Cardeal Infante D. Afonso como Comendatário de Alcobaça e do Colector D. Martinho de Portugal, da nulidade com que a formou, e dos terríveis efeitos que dela se seguiram até se mostrar com evidência destruída por ele a mesma Ordem e aniquilando o amplo e limitado poder que nela tinham os Senhores Reis deste Reino, como seus Mestres e Supremos Prelados”. Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

¹⁶¹ ANTT, MCO, liv. 61, fls. 69-70v.

*extraordinária aos Reis Católicos*¹⁶². Encontravam-se no mesmo cartório alguns escritos de Francisco Luís da Costa, onde constava que, em 1743, pedira ao rei a graça de ser nomeado cronista geral da Ordem. Talvez esse requerimento fosse atendido, nas palavras do escrivão do cartório. Buscaram-se informações em outros documentos do cenóbio, nos livros da fábrica e de registo de provisões e alvarás para encontrar despesas com os seus honorários e os benefícios eclesiásticos. O reconhecimento e o contributo do labor de Francisco Luís da Costa no arquivo do convento de Palmela estão patentes na informação do escrivão do cartório: *trabalhou com infatigável zelo e claro conhecimento no dito Cartório, e posto que não exista tudo quanto ele fez, contudo ainda hoje se conservam muitos escritos seus, e cadernos muito úteis, nos quais pela série dos tempos descreve não só os Alvarás, Provisões e Estabelecimento, mas também a série dos Senhores Reis deste Reino e Mestres da Ordem e dos Pontífices que até àquele tempo presidiram na Igreja de Deus*. Faleceu em Espanha, na Corte de Madrid¹⁶³.

Em 1824, em resposta a uma provisão expedida pela Mesa da Consciência e Ordens, o secretário do convento de Avis teve a incumbência de passar uma certidão. Esta devia comprovar qualquer concordata celebrada entre aquela Ordem e o Ordinário e Cabido do Algarve, para se apurar quem tinha a responsabilidade de reparar e guisar a capela curada de Nossa Senhora da Esperança, situada no lugar de Paderne, termo de Albufeira. Após pesquisa no cartório do convento, constatou-se não existir a referida concordata, nem mesmo um registo sobre a mesma. Porém, num livro onde se encadernaram as visitas poder-se-ia obter a informação que se pretendia. Em 1540, fora visitada a igreja e comenda de Albufeira, de que se registara a matéria específica sobre a capela de Paderne. Este episódio como os anteriores são representativos de como a informação poderia ser recuperada nos arquivos, em documentos distintos dos que inicialmente se julgaria obter os dados necessários. Nesta situação, a partir de duas visitas¹⁶⁴.

¹⁶² ANTT, MCO, OST, CP, mç. 41, mct. 3693.

¹⁶³ Cf. *ibidem*.

¹⁶⁴ *Visitamos a Capela de Nossa Senhora do Castelo de Paderne, termo desta Vila, a qual é de Pedra e Cal, e telhada de telha vã; em ela se dizem Missas aos Domingos, e Dias de Festa aos moradores da Aldeia de Paderne, e eles pagam às suas custas ao Capelão, o qual lhes ministra os Eclesiásticos Sacramentos; e o Prior da Igreja Matriz leva o pé d'altar da dita Capela; e os ditos moradores são obrigados aos Ornamentos e Fábrica da dita Capela. De outra Visitação,*

O conteúdo das visitas também podia ser consultado por via do escrivão da câmara do respectivo mestrado ou do clérigo da igreja observada que detinha os livros. Destes lavravam-se os capítulos das visitas, por certidão, com o consentimento dos deputados do tribunal das Ordens.

Para além das visitas e dos tombos das comendas, já referidos, as matrículas eram igualmente muito procuradas nos cartórios dos conventos. Os pedidos de certidão relativos aos termos dos livros de matrícula dos moços fidalgos das hospedarias e coro, cavaleiros e dos ofícios¹⁶⁵ eram muito comuns. Era necessário saber-se como cada cavaleiro era professo, local e data da profissão. Ditava a regra da cavalaria e Ordem Militar de São Bento de Avis a existência de um *livro encadernado, em que a carta de Profissão se faça*: o livro de profissão e matrícula¹⁶⁶. Os candidatos à concessão de um hábito requeriam uma certidão do teor de uma matrícula sempre que necessitavam provar a sua habilitação ou a de um parente nas Ordens Militares¹⁶⁷. Também havia quem

que em mil quinhentos e setenta e oito fez na mesma Capela curada o Prior Mor Dom Frei António Barreiros, consta que já então o Capelão era pago pela Comenda d'Albufeira, aonde a dita Capela é situada: e que a Fábrica consistia em certas rendas de Pão, e dinheiro, que alguns Fregueses lhe haviam doado (...) - ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória).

¹⁶⁵ Em 1780, José da Costa Ramos, moço fidalgo das hospedarias e do coro de São Bento de Avis, apresentou uma petição ao Dom Prior para que o secretário do convento lhe passasse, por certidão, o teor do dia, mês e ano em que foi matriculado. O secretário do convento encontrou o solicitado no livro dos assentos das matrículas dos moços das hospedarias e coro. Para além dessa informação, pediu um atestado sobre o seu desempenho, o seu *bom crédito com que tem servido a sua ocupação*. A certidão e o atestado foram redigidos no mesmo suporte, em documentos à parte, ambos pelo secretário, em 1780. - Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 369, mç. 124. Também Joaquim José Leão, moço fidalgo das hospedarias e coro do convento de Cristo, pediu, em 1829, uma certidão com o teor da sua matrícula. Estas provas eram frequentemente solicitadas aquando das vacaturas nas tesourarias das igrejas. Nestes processos de provimento existia direito de preferência nos moços das hospedarias dos conventos. Dava-se prioridade a estes, aos que pretendessem concorrer. - Cf. ANTT, MNEJ, mç. 186. Segundo o regulamento para os moços fidalgos, o hospedeiro tinha um livro em que matriculava os moços fidalgos, *lançando por extenso todo o Nosso despacho dos seus aceites, seus nomes, Pátria e País, as Desobrigas das Quaresmas e as suas aprovações de todos os anos, assim pelo que diz respeito aos votos de vita e moribus, como dos exames das Disciplinas que têm aprendido. Deste livro que será rubricado pelo Secretário do Convento tirarão as suas certidões os mesmos Moços Fidalgos logo que pretenderem ordenar-se, e o Freire Hospedeiro lhas passará gratuitamente, precedendo despacho Nosso, ou do Nosso Reverendo Superior que as mande passar*. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 36, fl. 12v.

¹⁶⁶ *E por ser este livro feito e ordenado para se saber e dar fé como ou quando algum Cavaleiro fez profissão; e para que conste de sua ancianidade, convém ser bem guardado, e não se trazer fora do Convento. E além deste ordenamos que haja nele outro livro em que se escreva logo como o Fulano fez Profissão em tal dia, mês e ano, assinado pelo Dom Prior e pelo Escrivão do cartório: os quais livros estarão bem guardados nele para que haja notícia de todas as coisas da Ordem. Assim haverá mais dois livros, um em que se assente o dia em que se receber o hábito, e outro em que se faça menção dos que falecerem, assim no Convento, como fora dele. Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis / [por Dom Carlos de Noronha], Lisboa, por Jorge Roijz, 1631, Tít. V, Def. XXXV.*

¹⁶⁷ Ver, por exemplo, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra T, mç. 6, n.º 5.

pedisse para demonstrar que ainda não se tinha tomado o hábito ou professado na Ordem¹⁶⁸. Nos casos de expulsão de uma das Ordens Militares, os conventos recebiam instruções para riscar e averbar, o quanto antes, a carta de noviço, o alvará, a fórmula de profissão do cavaleiro e o assento ou assentos lavrados no livro da matrícula. Aconteceu com o já referido médico João Francisco de Oliveira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Foi julgado pelo tribunal da Mesa da Consciência. A sentença ditou a expulsão da milícia tomarense, exautorado e privado de todas as honras, privilégios e acções que por aquela Ordem lhe pertencessem e relaxado à justiça secular para receber o respectivo castigo. Em virtude desta sentença ordenou-se ao prior mor, em 1803, que mandasse riscar e averbar todos os assentos que o réu tivesse na Ordem, *extinta até a Memória de haver sido cavaleiro dela*¹⁶⁹.

Em 1829, apontava-se a necessidade de se partilharem os dados relativos aos cavaleiros entre os conventos e a secretaria da Mesa. Nesta, para seu conhecimento, devia existir um livro alfabético, *no qual se declare os nomes dos Cavaleiros professos, para o que deverão estes ser intimados para apresentarem a Certidão da sua profissão logo que ela se verifique, podendo também oficial-se aos respectivos Piores Mores para que comuniquem a esta Mesa quando lá nos seus Conventos tiver lugar a mesma profissão*. Esta prática era poucas vezes acolhida pelos cavaleiros, por obterem autorização para professar em outros locais, *onde eles desejam*. Para colmatar esta falha, seguiu uma provisão dirigida a cada um dos priores mores. Neste documento, o rei ordenou que estes prelados enviassem ao tribunal uma relação dos cavaleiros que professaram em cada Ordem, a partir dos livros de matrícula. Assentou-se que procederiam desse modo, daqui em diante, todos os anos, pelo Natal, nos termos do parágrafo único, título 22, parte 1.^a dos Estatutos da Ordem de Cristo. Assim o fizeram, de imediato, os cartorários e secretários dos conventos de Palmela, Cristo e Avis, por despacho dos seus priores mores. Veja-se o fluxo resultante desta medida. Estabeleceu-se uma comunicação entre o rei e o prior,

¹⁶⁸ Ver, por exemplo, ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 41, n.º 5. O habilitando alegou, em 1757, que a carta e alvarás de cavaleiro e de profissão se desencaminharam e, por isso, não recebeu nem professou no hábito da Ordem de Cristo. Segundo os deputados, a carta, o alvará de cavaleiro e de profissão foram emitidas a 26 de Julho de 1719. Curioso este caso em que pede segundas vias dos documentos após decorridos 38 anos.

¹⁶⁹ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 10.

por intermédio do secretário de Estado, e entre o prior, por sua vez, com o cartorário através do despacho e este com o escrivão do cartório. Na resposta, o sentido inverso da distribuição da correspondência, até ao monarca, grão-mestre das Ordens. As petições eram dirigidas ao *ilustríssimo* Dom prior geral para que o cartorário passasse as certidões. Porém, quem as lavrava, efectivamente, do seu próprio punho, era o escrivão do cartório. Ao cartorário cabia *dar inteira fé e crédito* à cópia, certificando o documento. A este se apunhava o selo do convento.

A Ordem de Santiago remeteu a relação dos cavaleiros, respeitantes aos últimos 40 anos, de 1789 a 1829. Copiaram-se os que tinham assento no livro da matrícula. Opção tomada pelo cartorário que alegou *não há no Arquivo deste Real Convento notícia alguma dos Cavaleiros da Ordem de Santiago existentes*. A Ordem de Cristo também fez chegar a sua relação, mas desde logo admitindo a falta de exactidão nos dados. Estes foram extraídos de um único livro, com início em 1802, por duas razões. Uma, porque os anteriores foram destruídos pelo “ataque” dos franceses¹⁷⁰ ao convento. A segunda, por muitos cavaleiros professarem fora do reino, os quais não estavam matriculados. A Ordem de Avis também forneceu os nomes dos cavaleiros *que têm pertencido à Ordem de Avis desde dos mais remotos tempos*. Recolheram-se os nomes em cinco livros de matrícula, num período entre 1512 e século XIX¹⁷¹. *Só do primeiro livro vão alguns professos anteriormente no começo do mesmo livro e matriculados unicamente pelos seus Depoimentos*. Os nomes foram meticulosamente apresentados, fazendo correspondência com os livros, nos quais estavam assentes¹⁷².

Estes eram pedidos que forçavam, provavelmente, a maiores esforços nas buscas, por parte do cartorário. Pela abrangência do corte cronológico da pesquisa. Em 1749, o procurador geral da Ordem de Cristo solicitou que o

¹⁷⁰ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 237. Sobre o ataque dos franceses ver: Manuel da Silva Castelo Branco, "Inventário dos prejuízos causados no Convento de Cristo, em Tomar, durante a III invasão francesa", *Boletim Cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, Tomar, n.º 13, 1989, pp. 31-44.

¹⁷¹ Os dados a que se reportaram foram extraídos dos seguintes livros: o primeiro teve o seu início em 1512, o segundo em 1586, o terceiro em 1657, o quarto em 1782 e o quinto em 1829.

¹⁷² Cf. ANTT, MCO, OOMM, Papéis diversos, mç. 12.

guarda-mor do cartório passasse, por certidão, todas as confirmações que o rei havia feito dos priores da mesma ordem do ano de 1640 até àquela data¹⁷³.

Do arquivo do mosteiro de Santos não podiam sair os originais para o tribunal das Ordens *que é só o que tem inspecção sobre este Mosteiro*, sem ser conduzido pelo confessor que era o prior. Também era este que o devia tornar a restituir quando lhe fosse entregue. Assim o afirmou a religiosa D. Mariana José Mouzinho de Albuquerque, num sumário de testemunhas. Contudo, existiam contradições nos vários depoimentos. Na mesma inquirição, D. Francisca de Sande e Castro, freira naquele mosteiro, depôs ser usual o procurador do mesmo ter os documentos e os selos em sua casa. Uma versão também defendida por Maria Henriqueta Salema, empregada naquele instituto, que declarou ser costume os procuradores do mosteiro terem sempre documentos, pertencentes ao mesmo, em suas casas. Pelo menos, ouvira dizer isso. E quanto aos selos, o procurador teve-os em sua casa, mas por iniciativa da comendadeira que lhos entregara, assim declarou D. Maria do Carmo de Lencastre, freira e sacristã mor¹⁷⁴. O regimento do mosteiro de Santos não autorizava a saída de documentos originais, salvo quando os mesmos tinham de ser vistos no Conselho das Ordens. Competia ao confessor do mosteiro levá-los e, por conseguinte, registar a sua entrega. À comendadeira concorria mandar recolhê-los ao cartório e à secretária de lhe lembrar¹⁷⁵. Quer cópias, quer outro *papel*, não se concediam sem provisão do mestre. Caso contrário, como castigo, a vigária e a secretária pagariam 2.000 réis para a sacristã do mosteiro e mais o que na visitação parecesse. As cópias autenticadas eram lavradas por um notário à grade, em presença da vigária e da secretária. Na parte de fora, com este, estava o confessor do mosteiro¹⁷⁶. De acordo com o regimento do mosteiro *nenhum papel se dê para fora do Cartório sem que se observe a escrupulosa cautela, de o levar o seu Prior e cobrar este, da pessoa a quem o entrega o competente recibo*¹⁷⁷.

¹⁷³ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

¹⁷⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 4, mct. 3.

¹⁷⁵ As lembranças eram muito comuns no que tocava à restituição dos documentos nos cartórios dos conventos, servindo de prova e de memória que os mesmos deviam voltar à sua precedência.

¹⁷⁶ ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 2.

¹⁷⁷ ANTT, MNEJ, mç. 4, mct. 3.

O cartório era trancado com chaves. Uma destas estava na posse da secretária que era eleita entre as freiras, por saber escrever bem, pela capacidade e pela inteligência em cumprir as obrigações do seu ofício.

Em 1620, no âmbito de uma consulta sobre a *renda que o Mosteiro de Santos tem celebrado de umas casas junto à Igreja de Santos o Velho Ihe é necessário juntar o traslado da doação que El Rei Dom Sancho fez à Ordem de Santiago dos ditos bens e a confirmação da dita doação que está no convento de Palmela e outrossim Ihe é necessário o traslado da doação que o Mestre fez ao dito Mosteiro de Santos*. Para os devidos efeitos lavrou-se a provisão para que o escrivão do cartório satisfizesse o pedido¹⁷⁸.

Os conventos também passavam certidões relativas a culpas. Pesquisava-se, no cartório, se os freires conventuais tinham culpas¹⁷⁹. Também as visitas serviam para esse efeito. Em processos de provimentos em igrejas e benefícios eclesiásticos, os candidatos pediam para correr folha nos juízos correspondentes. O alvará de folha corrida podia favorecer a oposição ao lugar pretendido, quando não se tivessem registado culpas nas visitas efectuadas¹⁸⁰.

A comunicação estabelecia-se, igualmente, intra e entre conventos. O procurador geral do convento podia requerer ao seu prior mor para que o escrivão do cartório do cenóbio lavrasse uma certidão¹⁸¹. Em 1782, o padre superior do convento de Tomar, autorizado pelo seu prior geral, remeteu pelo correio, em pública forma, a carta régia de 8 de Abril desse mesmo ano sobre as profissões dos freires serventes. O destinatário foi o prior do convento de Nossa Senhora da Luz, que acusou a boa recepção do documento. Aproveitou ainda para tecer rasgados elogios à comunidade tomarense: *este correio me chega a carta régia das vossas profissões, a qual não tinha ainda visto, está muito autorizada, e estimo infinito a conclusão deste negócio e te dou os parabéns e os darás da minha parte a todos os Irmãos que a todos amo muito*. Depois de

¹⁷⁸ ANTT, MCO, OST, CP, mç. 12, doc. 1012.

¹⁷⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 368, mç. 123.

¹⁸⁰ Em 1711, fr. Francisco da Rosa, freire professo da Ordem de S. Bento de Avis, beneficiado curado na matriz da vila de Albufeira, requereu um alvará de folha corrida para fazer a oposição ao priorado daquela igreja. O juiz da Ordem, o licenciado Gaspar Luís Taborda, freire professo da Ordem de Santiago da Espada e prior da igreja de Santa Maria da cidade de Tavira, apresentou o alvará de folha ao escrivão do seu juízo, para que se dissessem as culpas que tivessem do requerente. Acabou por ser o tabelião do judicial que o escreveu, por impedimento do escrivão do juízo. Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 264, mç. 29.

¹⁸¹ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 35, mct. 2856 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 39, mct. 3332.

lida e registada a carta, foi guardada no cartório. Esta seria a prática convencionada na gestão da informação¹⁸².

Os pedidos de certidão podiam, de igual modo, advir dos conventos. Era comum o prior mor, procurador geral, os freires conventuais e até mesmo os recebedores dos rendimentos da fábrica do cenóbio, enquanto suplicantes, solicitarem uma certidão aos escrivães da câmara do mestrado e aos das contadorias das respectivas Ordens. Quando não se detinham os originais sobre a gestão de determinados processos, como cartas régias, era necessário obter a reprodução desses mesmos documentos¹⁸³. A avaliação e os rendimentos das comendas podiam dar mote a estes contactos, assim como questões internas do convento¹⁸⁴. De igual modo, os procuradores gerais dos cenóbios e os escrivães dos cartórios conventuais estabeleciam contactos com as secretarias dos mestrados e da Mesa e Comum das Ordens para pedidos de informação¹⁸⁵. Encontramos, igualmente, requerimentos do procurador geral do convento a solicitar certidões a outros sistemas de informação, como a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Em 1827, o procurador geral do convento de Palmela expressou, na sua petição, que precisava do decreto de 6 de Fevereiro de 1826 para registar no livro das cartas, alvarás e decretos das mercês dos grão-mestres, feitos à Ordem de Santiago. O documento em falta, no cartório do convento de Palmela, existia na da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e, por isso, solicitou que lhe passassem uma certidão com o seu teor. O documento emanado por D. João VI fazia mercê aos 12 freires capitulares que compunham o cabido do dito Convento de poderem usar da insígnia de comendadores da referida Ordem¹⁸⁶.

¹⁸² Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.

¹⁸³ O prior mor da Ordem de Santiago pediu o traslado da carta do rei D. Filipe III, datada de 1634, sobre as informações dos freires que se opunham aos benefícios da Ordem, a qual estava em poder do escrivão da câmara do mestrado da Ordem de Santiago, Francisco Coelho de Castro. Cf. ANTT, MCO, liv. 62, fls. 89-89v.

¹⁸⁴ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 27, mct. 2144, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 31, mct. 2552, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 33, mct. 2683 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 40, mct. 3427.

¹⁸⁵ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 30, mct. 2420, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 34, mct. 2719, ANTT, MCO, OST, CP, mç. 41, mct. 3676 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 37, mct. 3019.

¹⁸⁶ ANTT, MCO, OST, CP, mç. 42, mct. 3969.

2.6. Organização dos cartórios

O sigilo era exigido na produção e na gestão da informação. Exercia-se o controlo sobre os procedimentos. As chaves das arcas e das portas encontravam-se em mãos distintas. Existia uma política de acessos para garantir um sistema seguro e fiável para a confidencialidade exigida. A escolha dos depositários das chaves seguia as normativas. Por exemplo, as diferentes chaves do cartório do tribunal das Ordens estavam distribuídas pelo presidente, deputado mais antigo e pelo escrivão da Mesa¹⁸⁷.

Os papéis considerados de maior valor estariam na dependência e custódia directa do arquivo do tribunal, tais como as habilitações. Organizar, conservar e recuperar informação justificava o cuidado perante uma panóplia de factos e direitos que se queriam garantir e provar. Daí preceituarem-se os procedimentos relativos à consulta e à cópia dos escritos. Estes deviam estar dispostos em armários fechados. Ao escrivão cabia a organização do arquivo da Mesa da Consciência e Ordens. Sabia-se que a recuperação do capital informacional dependia da organização do respectivo cartório.

No caso castelhano, nos conventos pertencentes às milícias militares, existiam dois arquivos, o das “provas” ou habilitações e o geral da Ordem. O primeiro estava à responsabilidade directa e exclusiva do *Consejo de Ordenes*, cujas chaves estavam em seu poder, na posse do presidente, depositadas no *Consejo*, no Arquivo Secreto. O segundo, à guarda do prior. Eram os conventos de Santiago (Uclés), de Calatrava, de Alcántara e de Montesa. As habilitações tramitadas, cerradas e seladas eram transferidas, periodicamente, para os arquivos das provas dos conventos¹⁸⁸.

No século XVI, já no período da governação filipina, o arquivo do convento de Tomar possuía sete caixões e um armário grande, onde estavam todos os

¹⁸⁷ Cf. Regimento de 23 de Agosto de 1608, Cap. XXXVI.

¹⁸⁸ Cf. María Jesús Álvarez-Coca González, “El Consejo de las Ordenes Militares”, *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n.º 15, 1994, p. 319 e *idem*, “El Consejo de las Órdenes y el Archivo Histórico Nacional. Historia de una excepción al sistema archivístico de la Administración”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. II, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha – Cortes de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1241-1242 e 1247.

privilégios originais da Ordem do Templo e de Cristo. O arquivo tinha outros armários onde se guardavam, com muita distinção, todos os originais antigos¹⁸⁹.

O domínio do que se tinha em arquivo dependia dos instrumentos de descrição documental. Nos cartórios dos conventos, pelo menos no de Cristo e no de Palmela, existiam os livros ou cadernos que serviam de *índex*, *inventários* e *catálogos*. Fruto de uma necessidade de localizar e recuperar, no espaço físico, a documentação existente. Em 1638, fr. Jacinto de Azevedo, escrivão do cartório do convento de Tomar, numerou as 114 folhas que compunham o livro que servia de *índex*. O objectivo era descrever o que se encontrava guardado em *dois escritórios que estão numerados por suas gavetas como em as Gavetas dos Armários grandes e as mais coisas que andam fora destes lugares*. Do conjunto documental descrito no referido livro, entre originais e cópias, em papel e pergaminho, faziam parte cartas de doações, muitas destas com selos pendentes, provisões, padrões, certidões, alvarás, aforamentos, escrituras, fianças, conhecimentos, processos de indulgências, cartas de arrematação, cadernos de condenações, petições, portarias, reclamações, cartas de nomeação, cartas do rei, pareceres, arrendamentos, regimentos, inventários, obrigações, notificações, bulas, sentenças, agravos, procurações, breves, habilitações, comissões, sumários de testemunhas e autos de correcção. Uma parte do espólio era relativo às igrejas e às capelas que o convento administrava, assim como aforamentos de casas que lhe pertenciam. Note-se um papel avulso dentro do livro com o texto *Damos licença ao P. Fr. Fernando Baltazar para tirar do nosso Cartório o Instrumento de genere do P. Fr. Diogo da Silveira*. Seria uma marca para sinalizar uma falta no cartório. Os documentos encontravam-se acondicionados em maços e *maçozinhos*, dispostos em gavetas devidamente identificadas por número. Em algumas destas existia uma organização temática dos documentos¹⁹⁰. Formavam-se as cotas a partir do número atribuído aos escritórios, papelarias ou armários, às gavetas e ao documento. Por vezes,

¹⁸⁹ Cf. Fr. Jeronimo Román, “Libro de la yncrita caualleria de cristo en la corona de Portugal”, *Op. cit.*, pp. 148 e 154.

¹⁹⁰ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 256. Em outro documento podemos confirmar esta organização das gavetas por temas. Neste caso, a correspondência com o rei. *Fr. Dionísio Barreiros, e Guarda-mor do Cartório do dito Convento, que vendo a gaveta em que se costumam depositar as cartas que este Real Convento costuma escrever a Sua Majestade para lhe confirmar pela sua Real mão os Dons Priores, e mais Prelados da dita Ordem na ocasião em que fazem o seu Capítulo geral (...) - ANTT, MCO, OC, CT, mç. 34.*

também surge na cota o elemento *casa* (prateleira) seguido do numeral ordinal¹⁹¹. Neste caso, aparece sempre *casa primeira* no *índex*¹⁹². A cota constituía o elemento essencial na recuperação da informação.

Fig. 5 - Inventário do cartório do convento de Palmela¹⁹³

Primeira estante

4 casas	38 maços de papéis
4 casas	35 maços de papéis
4 casas	172 livros de capas de pergaminho
4 casas	144 livros de capas de pergaminho e de couro
4 casas	165 livros de diferentes capas e 6 maços de papéis avulsos
4 gavetas	cheias de papéis avulsos e sem ordem
4 casas	150 livros, parte dos quais são tombos dos bens da Ordem

Segunda estante (várias casas)

222 livros de capas de pergaminho
612 livros de diferentes capas, sendo a maior parte de couro
46 livros estragados
1 cofre com cartas régias

Outro instrumento de descrição documental, pertencente ao convento tomarense, ordena por ordem cronológica uma listagem de documentos que seriam pertinentes para o funcionamento administrativo do cenóbio. Encontravam-se provisões, alvarás, decretos, resoluções, ordens e avisos. Muitos destes estabeleciam os procedimentos burocráticos pertencentes a processos de que os conventos eram gestores. O rei, a Mesa da Consciência e

¹⁹¹ Casa da estante. Cf. ANTT, MCO, OS, CP, liv. 276.

¹⁹² Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 5.

¹⁹³ Cf. ANTT, MF, CP, cx. 2242.

a Secretaria de Estado fariam parte das organizações que estabeleciam fluxos de correspondência com os conventos das Ordens Militares¹⁹⁴.

Existia também um índice das capelas. Os documentos, acondicionados em 13 maços, estavam guardados no seguinte esquema de organização, por armário, gaveta e número de documento¹⁹⁵.

Em um outro *índex*, designado como abreviado, também este, à semelhança dos outros, apresenta a organização topográfica dos documentos por armário ou papelerias, gavetas e documento. O *índex* está organizado temática e alfabeticamente com as entradas, por exemplo, Abadia, Adegas, Águas, Almojarifados, Bens livres, Cadeiras, Capelas, por aí adiante. Assim como em outros instrumentos de descrição, também este menciona os *papéis* antigos e modernos, distinguindo-os. É interessante ver a noção que tinham de documento original e cópia, e de colecção¹⁹⁶. Não seria a contragosto que se guardava a documentação de menor importância, mas por questões de memória¹⁹⁷: *Um maço de papéis sobre diversas coisas mais ou menos antigas de pouco préstimo segundo parece, mas sempre se conservam para memória*¹⁹⁸. Destaque-se o livro dos copos que consistiu numa iniciativa de D. João II tendo em vista trasladar os pergaminhos para a preservação do cartório e da memória da Ordem de Santiago¹⁹⁹.

Ainda um outro inventário constituído essencialmente por alvarás, cartas de lei, escrituras, sentenças e autos cíveis. Os documentos, manuscritos e impressos, concentravam-se num único armário que os reunia em 16 gavetas²⁰⁰. No reportório das doações, privilégios e sentenças do convento de Cristo constata-se que ocuparam até 18 gavetas do armário 1, 18 gavetas do armário 2 e 18 gavetas do armário 3. A partir da gaveta 18 do armário 3 passa a constar,

¹⁹⁴ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 4.

¹⁹⁵ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 8.

¹⁹⁶ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 5. *Vide* outro *índex* abreviado em ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 2. Podemos ainda encontrar cosido a este documento outro sobre os tombos das comendas que se achavam naquele arquivo.

¹⁹⁷ Para Jean-Yves Rousseau e Carol Couture *ao longo das épocas e dos regimes, os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registo da memória e para a sua utilização futura*. - *Os fundamentos da disciplina arquivística*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998, p. 32. Título, aliás, do livro de Ramón Alberch Fugueras e José Ramón Cruz Mundet, *Archívese! Los documentos del poder. El poder de los documentos*, Madrid, Alianza Editorial, 2008.

¹⁹⁸ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 5.

¹⁹⁹ Cf. ANTT, MCO, OS, CP, liv. 276 e Maria Teresa Lopes Pereira, *Op. cit.*, p. 209.

²⁰⁰ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 6.

em vez de armário, a designação de papelreira com as recopilações, reformas da Ordem, relíquias. Utilizaram-se até três gavetas da papelreira 1, três gavetas da papelreira 2 e duas gavetas da papelreira 3²⁰¹.

O convento tomarense também dispunha de um *catálogo dos manuscritos que se restauraram e se puseram em boa letra*, datado de 1803. Este instrumento é composto de 326 *itens*²⁰².

Sabemos que, no convento de Tomar, existia o mapa dos tombos das comendas da Ordem de Cristo, feito em 1780. Por este sabia-se que documentos se encontravam no cartório, assim como os que faltavam naquele arquivo²⁰³. Mas nem sempre era possível fazer a correspondência entre os documentos do mapa e os do *tombo dos visitadores*, dado que, por vezes, não os identificavam com o mesmo nome. Note-se que já existiam mapas dos tombos das comendas, guardados no cartório do convento de Tomar, anteriormente a essa data. Por exemplo, cerca de 1756, existia um inventário dos tombos das comendas organizado geograficamente²⁰⁴.

Fig. 6 - Número total de comendas por cada uma das dioceses

Braga	88
Miranda	27
Viseu	43
Lamego	27
Guarda	33
Coimbra	35
Porto	20
Lisboa	23
Alentejo	17
Tomar	18
	331

²⁰¹ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 10.

²⁰² Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 11.

²⁰³ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 286. Numa análise comparativa entre este mapa e o inventário da Mesa da Consciência e Ordens, encontramos neste alguns daqueles tombos referenciados no instrumento oitocentista e que chegaram aos nossos dias, actualmente, à guarda do ANTT. Cf. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, IAN/TT, 1997.

²⁰⁴ Cf. BA, 54.XI.15 (72).

O regimento do mosteiro de Santos determinava que neste existisse um inventário dos documentos que compunham o seu cartório. Este instrumento de acesso à informação apresentar-se-ia depois nas visitas da Ordem. Assim como também um inventário de todas as *Bulas, Doações, e Privilégios, Escrituras e mais papéis que tocarem e pertencerem ao Mosteiro*. Também um *caderno que sirva de Alfabeto para por ele se saber em que caixão está cada coisa*²⁰⁵.

Para além das papelarias, armários e gavetas a que se faz menção nos inventários, também existiam as arcas, os cofres e os caixões. No convento da Ordem de Cristo, a arca serviria *para nela se meterem os Instrumentos dos Noviços*²⁰⁶. Nas cartas de hábito era sempre indicado que nelas se guardassem. Disso constituem bons exemplo as dos freires clérigos²⁰⁷. Cabia ao prior geral ou, na sua ausência, ao padre superior, confirmar que o escrivão havia colocado a verba no livro das matrículas com a declaração da data em que o indivíduo recebeu o hábito e que a carta se havia guardado na arca, conforme as instruções emanadas pelo rei²⁰⁸. No convento de Cristo, também se denominava como o *arquivo dos cavaleiros*, onde ficava depositado o maço das referidas cartas²⁰⁹.

As arcas ou cofres têm uma existência ancestral²¹⁰. Marcaram o passado de muitas instituições²¹¹. Na história do mobiliário figuram como peças que,

²⁰⁵ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 2.

²⁰⁶ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 6, fls. 20-20v.

²⁰⁷ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 13, n.º 1. O alvará do padre Alberto Guedes de Valadares consta no processo e não menciona arca mas sim cofre: *Eu El Rei como Governador e perpétuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo (...) e de como assim o receberes à profissão lhe passareis Certidão na forma costumada, e no livro da matrícula em seu título se porá a verba necessária, e o seu assinado dela mandareis guardar no Cofre das profissões dos Freires clérigos que está no dito Convento, e este se cumprirá sendo passado pela Chancelaria da Ordem (...)*

²⁰⁸ Cf. ANTT, MCO, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra M, mç. 44, n.º 71. Fr. Manuel Fernandes Montais recebeu o hábito dos cavaleiros da Ordem de Cristo, no convento Tomar, em Junho de 1674.

²⁰⁹ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 10.

²¹⁰ Vide Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos *et al.*, *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, 2.ª ed., vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 2002, pp. 72-74.

²¹¹ A título de exemplo, o tribunal do Desembargo do Paço também possuía um cofre de três chaves no seu arquivo. Cf. ANTT, *Armário Jesuítico*, liv. 1. Para outras realidades vide, por exemplo, Hermínia Vasconcelos Vilar, “Os arquivos capitulares. Formas de representação e preservação da memória documental: o caso de Évora no início de Trezentos”, in *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens* (coords. Anísio Miguel de Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 501-515; Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto

desde muito cedo, eram necessárias, utilizadas para diversos fins. De entre estes, para se depositarem testemunhos escritos. Trancados através de fechadura. Segundo Maria Teresa Lopes Pereira, ainda no tempo da Ordem de Santiago, no convento em Alcácer, guardava-se nelas uma panóplia de documentos como *súplicas e bulas papais, doações, escambos, encampações, cartas de avença, de mercê, privilégios e liberdades que, ao longo dos tempos, os papas e os reis haviam concedido aos Espartários e muitos outros documentos que os próprios santiaguistas tinham outorgado perante um tabelião. Eram nomeações para cargos, confirmações, aforamentos, emprazamentos, demandas, actas de demarcação de termos concelhios e de propriedades. Havia ainda os livros de visitação e os que registavam as tomadas de hábito, as profissões dos freires cavaleiros, bem como as cartas declarando a aceitação que as suas mulheres faziam à entrada na Ordem dos seus maridos*²¹².

Também se encontra em outras tipologias documentais a referência aos cofres, de que era exemplo o *Cofre das profissões dos Freires clérigos*, no convento de Cristo. Similarmente aqui, o cofre de três chaves, onde se mandou guardar, em 1765, vários *papéis* pertencentes aos padres da Companhia de Jesus, em cumprimento do alvará de 3 de Setembro de 1759²¹³. O cofre representava, na época, o elemento de protecção e segurança, o mais secreto e resguardado do arquivo. Em outro documento, dirigido à câmara de uma vila, também se mandou *guardar e perpetuar a dita Colecção*, no cofre de três chaves²¹⁴. Da mesma forma, quando D. José mandou compilar todos os papéis

Roldão, *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa [Edição policopiada], 2011; Leonor Zozaya Montes, “Las arcas de tres llaves en la Edad Moderna: ¿arcas municipales de archivo o de dinero?”, in *XIV congreso Nacional de Numismática: ars metallica: monedas y medallas*, Madrid, Sociedad Iberoamericana de Estudios Numismáticos, 2011, pp. 997-1012; *idem*, “Archivos al servicio del poder, archivos al servicio de su propietario. El caso de los archivos del Consejo Madrileño ante las enajenaciones regias”, in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. I: El Estado Absoluto y la Monarquía, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 899-910; Pedro López Gómez, “La Arquitectura y el archivo: tipologías simbólicas”, in *La utilidad de los archivos: estudios en homenaje a Manuel Vaquerizo Gil* (coords. Carmen Galván Rivero e Juan Baró Pazos), Santander, PUBLICAN-Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2011, pp. 83-110.

²¹² *Op. cit.*, p. 208.

²¹³ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12, fls. 50v.-51. Consta no *índex* do convento de Cristo o aviso da Secretaria de Estado, datado de 20 de Maio de 1765, sobre esta matéria. – Cf. ANTT, MCO, OC, CT, mç. 74, n.º 4. Também registado num outro *índex*. – Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 1.

²¹⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 92, n.º 2.

que saíram da Secretaria de Estado sobre os *insultos* da Companhia de Jesus, nos anos de 1757 a 1759. Tratava-se da colecção dos Breves Pontíficos, Leis Régias e Instruções. O monarca ordenou que os exemplares fossem remetidos *à Torre do Tombo, a todos os Tribunais e Cabeças de Comarcas, e câmaras de todas as cidades, e vilas destes Reinos, e seus Domínios, para em todos os referidos lugares serem guardados os sobreditos Exemplares em Cofres de três chaves*²¹⁵. Em 1767, o rei mandou o administrador da jurisdição eclesiástica de Tomar deslocar-se até ao convento de Cristo, onde se registavam algumas desordens. Era necessário que o administrador rubricasse todas as folhas dos livros da receita e despesa e os fizesse recolher *em um seguro Cofre*, do qual ficaria a chave em seu poder²¹⁶.

No convento de Palmela achava-se um cofre, onde se acondicionava uma grande porção de cartas régias²¹⁷. No de Avis existia para guardar, por exemplo, a receita da fábrica do convento. A *casa do tesouro* do convento, onde se guardavam os cofres das fábricas, local de *melhor recato e mais seguro, pois das portas tem as chaves o secretário do Convento, e do Cofre que tem duas, uma tem o fabriqueiro e outra está na mão do escrivão da Ordem que serve também da fábrica*²¹⁸.

O tribunal da Mesa da Consciência e Ordens também o tinha, o das três chaves, onde se guardavam as provanças para se tomar o hábito.

Sabe-se que a igreja e colegiada de S. João Baptista da vila de Coruche tinha uma arca de três chaves. Destas uma tinha o prior, outra o beneficiado mais velho e a outra o secretário, quando alguém ocupava este cargo²¹⁹.

Em 1655, por resolução régia, determinou-se que se fizesse um caixão para a igreja de Sousel, para nele se guardarem todos os livros de baptismos, casamentos e óbitos. Seria colocado na sacristia, a sua chave entregue ao prior e, na sua ausência, ao beneficiado mais antigo²²⁰. Em suma, a arca ou cofre, frequentemente de três chaves, era comum em muitas instituições como equivalente a arquivo.

²¹⁵ ANTT, *Armário Jesuítico*, liv. 1, n.º 20.

²¹⁶ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12, fls. 52-52v.

²¹⁷ Cf. ANTT, MF, CP, cx. 2242.

²¹⁸ ANTT, MCO, OA, cx. 263, mç. 28.

²¹⁹ Cf. ANTT, MCO, OA, cx. 418, mç. 171.

²²⁰ BN, *Colecção Pombalina*, liv. 609, fl. 72.

O cartório do mosteiro de Santos tinha a porta fechada com três chaves diferentes. Em 1822, estava situado no cimo do edifício, num corredor cheio de ruínas que denunciavam uma demolição que havia sido feita há muitos anos. Era um espaço húmido e sem abóbada. Guarneceada de armários que guardavam livros e maços²²¹. Das três chaves da *casa do cartório*, uma ficava na posse da comendadeira, outra na da vigária e a terceira na da secretária. Aquando da abertura do cartório, se a comendadeira não pudesse marcar presença, esta poderia dar a sua chave a uma freira anciã para que se juntasse às outras duas religiosas²²².

O cartório do convento de Cristo podia despertar a curiosidade pelo seu espólio. Só por isso, as restrições ao seu acesso eram imprescindíveis. Destacavam-se, por exemplo, os livros dos cavaleiros que tomavam o hábito. No século XVI, o cartório detinha registos desde 1503. Era a prova que se dava cumprimento às ordens de D. Manuel para que todos os que obtivessem o hábito fossem matriculados, indicando-se a data em que o tomaram e professaram. O arquivo estava localizado no claustro da portaria interior, no alto. Não se tratava de um compartimento de grandes dimensões, mas era forte e seguro²²³. Em 1781, o prior mor da Ordem de Santiago informou que o convento de Palmela estava incompleto desde o seu início. Tinha falta de um dormitório, não tinha casa de capítulo, de cartório, para aulas, para livraria, entre outras divisões consideradas essenciais para a regularidade, governo e cómoda habitação dos seus freires. Numa primeira planta, que se delineou, contemplava-se o cartório e a livraria²²⁴. O regimento do convento de 1547 menciona o cartório. Pelas plantas de Manuel Caetano de Sousa constata-se que, no piso superior, estavam

²²¹ Armários que continham cento e quinze Maços, e que incluíam papéis todos avultados. Contém mais sete livros de cópias passadas na Torre do Tombo pelos Originais do Convento que lá existem na conformidade do Aviso de vinte e quatro de Abril de mil setecentos noventa e dois. Contém mais outro livro de cópias extraídas na Torre do Tombo na mesma forma, o qual contém o Tombo do mesmo Convento, outro livro dos Próprios do conteúdo, doze livros de Escrituras legalmente passadas pelo Tabelião do Convento, um livro de aditamento ao Cartório do Convento mandado fazer pela Comendadeira Dona Paula de Meneses, quatro livros do Tombo do Convento, um livro do resumo das Escrituras mandado fazer pela Comendadeira Condessa de Vimieiro, um index dos Pergaminhos do Convento, outro index dos papéis do mesmo Cartório que estão nos Maços. Além destes bastantes papéis avulsos e Pergaminhos os quais bem como os livros e Maços não foram examinados por falta de tempo. - ANTT, MNEJ, mç. 4, mct. 3.

²²² Cf. ANTT, MNEJ, mç. 10, mct. 2.

²²³ Cf. Fr. Jeronimo Román, "Libro de la yncrita caualleria de cristo en la corona de Portugal", *Op. cit.*, pp. 147-148 e 153-154.

²²⁴ Cf. ANTT, MR, mç. 412, cx. 516 e ANTT, MCO, OST, CP, mç. 45, mct. 4404.

as celas, as três salas de hospedaria, a livraria, a casa do cárcere, o cartório e a casa do capítulo²²⁵.

Sabemos pelo sacerdote Luís de Brito Melo Pacheco que, em 1823, no convento de Palmela, *não havia Livraria alguma comum, além de alguns poucos livros que se achavam confundidos com os do Cartório, porquanto os que cada um dos Freires tinha eram seus particulares*²²⁶.

Conservavam-se os documentos para provar direitos, reivindicar privilégios, exigir o cumprimento de obrigações e conduzir as actividades de uma organização²²⁷. Em alternativa, copiava-se a informação para os livros. No regimento dos freires e do convento de Avis de 1546, estipulou-se a existência de um livro para que se trasladassem todos os alvarás e provisões²²⁸.

Recorria-se à informação para confirmar direitos. Prova disso foi o pedido do padre Gaspar Gonçalves, cerca de 1608, que afirmava ter recebido a mercê do priorado da vila de Alcoutim, pertencente à Ordem de Santiago, o qual andava usurpado ao dito mestrado há muitos anos. Para bem de sua justiça necessitava da cópia de alguns papéis que estavam no cartório do convento de Palmela. Pediu ao rei que passasse uma provisão para obter os documentos que legitimassem os seus direitos²²⁹. Outro exemplo é o do padre superior e dos freires conventuais de Avis. Em 1609, requereram a elaboração de um tomo autêntico com a cópia de todos os *papéis*, escrituras, bulas apostólicas e provisões. Obtiveram a devida licença do prior mor e foram acautelados de que os originais não saíam do cartório. Receavam, provavelmente, perder a informação contida nos documentos que estavam em mau estado, *muito velhos*. Em muitas ocasiões não eram usados por não se saber deles. O estado de

²²⁵ Cf. Isabel Cristina F. Fernandes, "Os conventos da Ordem de Santiago em Palmela", in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), Palmela, GEsOS/Câmara Municipal de Palmela, 2009, p. 610.

²²⁶ ANTT, MNEJ, mç. 248, n.º 1.

²²⁷ Segundo Leonor Zozaya Montes, *un archivo servía a su propietario, tal como un archivo señorial servía a su señor, como un archivo municipal servía a sua concejo. Ambos usaban su archivo para defenderse, para proteger sus derechos y propiedades ante cualquier usurpación.* - "Archivos al servicio del poder, archivos al servicio de su propietario. El caso de los archivos del Consejo Madrileño ante las enajenaciones regias", in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. I: El Estado Absoluto y la Monarquía, Granada, Universidad de Granada, 2012, p. 902.

²²⁸ Cf. ANTT, MCO, OA, liv. 9, fls. 9v.-10.

²²⁹ Cf. ANTT, MCO, OST, CP, mç. 11, doc. 895.

conservação dos mesmos era preocupante e colocava em causa a boa administração daquele convento. Esta situação resultava num enorme prejuízo e incómodo à Ordem e em inquietações aos freires e ministros que necessitavam desses documentos para a gestão da informação. Eram papéis com privilégios do convento. Isto porque, desconhecia-se a sua informação e o estado em que se encontravam limitava a sua consulta ao ponto de não serem úteis na organização e funcionamento daquela comunidade. Este empreendimento ficaria a cargo de um notário apostólico, na forma do concílio tridentino, em articulação com um outro oficial²³⁰. Tratava-se do livro dourado que se mandou encadernar de novo em 1689²³¹. Diga-se que, nos séculos XVIII e XIX, ainda se faz menção ao livro dourado que servia de *Traslado do Cartório de Avis*, nas pesquisas efectuadas, em busca dos seus registos sobre conteúdos antigos. O livro encontrava-se no tribunal da Mesa da Consciência. Até mesmo o prior mor e os freires conventuais da Ordem de Avis solicitavam cópias de documentação desse mesmo livro²³².

Por provisão de D. José, datada de 1767, dirigida ao convento de Tomar, também se ordenou que se copiassem todas as *bulas, alvarás, privilégios e todos os mais papéis conducentes ao bom governo da mesma Ordem*. Tudo o que existisse no cartório do convento para que fosse remetido, tudo encadernado num ou mais livros, para o tribunal da Mesa da Consciência. Em 1771, ainda não se tinha dado cumprimento à provisão²³³.

Em 1823, uma queixa apresentada pelo fabriqueiro da igreja paroquial de Santa Maria Madalena contra os comendadores das comendas de Cem Soldos e de Marmeleiro foi exemplo disso. Estes recusaram pagar o que deviam à fábrica da mesma igreja. Pediu-se ao escrivão da Câmara Eclesiástica que passasse uma certidão com base nos livros de receita e despesa do fabricário a confirmar o débito dos comendadores. Também que averiguasse se, no cartório da Câmara Eclesiástica ou no da igreja de Santa Maria Madalena, existiam títulos em que constasse a obrigação dos comendadores ao referido pagamento.

²³⁰ Cf. ANTT, MCO, OA, liv. 301, fls. 1v.-2.

²³¹ Cf. ANTT, MCO, cx. 641, mç. 1 (provisória). O facto de ser conhecido como livro dourado deve-se ao facto de ter as folhas douradas. Após a nova encadernação, em 1689, passaram a ser vermelhas.

²³² Cf. ANTT, MR, mç. 409, cx. 512 e ANTT, MCO, OA, cx. 453, mç. 206.

²³³ Cf. ANTT, MCO, OC, CT, liv. 12.

O procurador das Ordens respondeu que se devia *informar novamente examinando no arquivo do convento existe algum documento por onde se mostre e prove a existência dessa imposição, e no caso de existir, remeta cópia legal do mesmo*²³⁴. O arquivo era, no todo ou em parte, elemento que garantia direitos e permitia a sua ratificação.

O sistema de informação das Ordens Militares era, assim, formado por vários componentes. Por estes tramitaram imensos processos. A estrutura organizacional das Ordens Militares proporcionava os mecanismos para o fluxo de dados e de informação relativos aos *negócios* que superentendia. Tal não seria possível sem a coordenação e a comunicação entre essas várias unidades. Para além dos cartórios mencionados, existiam outros como o do juízo dos cativos²³⁵. As Ordens Militares formavam o todo, composto pelas diferentes partes que se interligavam.

Os arquivos eram vistos como um suporte imprescindível à administração das Ordens Militares. Detinham o encargo da preservação e da disponibilização da informação aos respectivos interessados. Esta organização tinha a consciência do valor probatório e da utilidade dos documentos. Sem a gestão do recurso informacional, encarado como um capital tido como sigiloso, não seria possível sustentar uma estrutura como a das Ordens Militares. O tribunal da Mesa da Consciência reconhecia a importância da informação para o apoio às tomadas de decisão²³⁶. Prestava-se a devida cautela aos vários cartórios distribuídos em conventos, juízos, igrejas, nomeadamente à sua guarda, aos acessos e aos níveis de confidencialidade. Os conteúdos funcionais dos cartórios denunciavam as suas responsabilidades na salvaguarda, organização e comunicação dos documentos. No convento de Cristo era o guarda-mor. Assemelhavam-se ao Arquivo Real da Torre do Tombo. Os arquivos dispunham de ferramentas para gerir e localizar a informação. Assim ao guarda-mor e aos cartórios pedia-se que guardassem e velassem pela segurança da memória

²³⁴ Cf. ANTT, MNEJ, mç. 5, mct. 1.

²³⁵ Vide ANTT, MCO, *Ofícios*, mç. 18.

²³⁶ Tal como Ramón Alberch Fugueras e José Ramón Cruz Mundet respondem à questão de se produzirem e conservarem documentos. Para estes autores a gestão administrativa dos assuntos correntes são o apoio informativo para a tomada de decisões e pelo valor probatório que lhes concede a lei. – *Op. cit.*, p. 12.

de que eram responsáveis, mas igualmente que providenciassem a sua organização, de forma a poder ser evocada sempre que necessário.

No período Moderno, o protagonismo da Mesa da Consciência e Ordens não ofuscava a relevância dos arquivos dos conventos e de outros cartórios; ao invés, estavam todos teoricamente articulados e a todos eles se apelava com alguma frequência.

Conclusão

A Mesa da Consciência e Ordens, como pólo nuclear gestor das Ordens Militares, ocupou um espaço próprio no sistema polissinodial pela singularidade das suas funções, necessárias no meio em que se inseria, e pelo produto, resultante das suas actividades, com forte aceitação social. O seu desempenho foi preponderante na assessoria do poder régio sobretudo enquanto governador e perpétuo administrador das três milícias. Da comunicação político-administrativa estabelecida entre o tribunal e o rei ou entre o tribunal e o rei/mestre resultou o desfecho de inúmeros *negócios* que passaram pelo expediente das Ordens Militares. A tipologia documental “consulta” representou um dos veículos dessa constante comunicação, como seria de esperar.

O contexto organizacional de um tribunal com uma dupla dimensão: Mesa da Consciência e Mesa das Ordens acarretou, inevitavelmente, um grau de complexidade que é patenteado na sua estrutura orgânico-funcional. De igual modo, esta bidimensionalidade teve reflexos no sistema de informação das Ordens Militares. Esta macro-estrutura articulava diversos e diferentes elementos que a compunham, numa mesma lógica de funcionamento, a uma extensão que abarcou várias repartições administrativas, conventos, juízos e igrejas que desempenhavam actividades específicas. Assim sendo, era um sistema descentralizado com arquivos dispersos à guarda dessas unidades, em que a Mesa da Consciência assumia um papel relevante como pólo vital que accionava o sistema. Deste modo, o sistema encontrava-se estruturado em acções e interacções. Por estas unidades tramitaram processos conduzidos pela Mesa da Consciência e Ordens, como seu pólo fulcral no século XVIII. Para além do *cofre de três chaves e secreto das habilitações dos cavaleiros*, sito no tribunal, as secretarias eram reconhecidas, não só pelo seu labor administrativo, mas também pela guarda de documentação definitiva. Neste sentido, estabeleceram-se redes de informação entre os vários pólos, em que operavam vários intervenientes: deputados, escrivães, oficiais de secretaria, juízes gerais das Ordens, procuradores gerais das Ordens, comissários, entre outros.

A Mesa da Consciência e Ordens terá seguido a experiência castelhana, o funcionamento do *Consejo de Órdenes*, a avaliar pelas semelhanças nos

procedimentos, tipologias e intervenientes. No entanto, o tribunal português assumiu a particularidade de ter sob sua jurisdição os *negócios* respeitantes à matéria da consciência do centro político, o que o distinguia da sua congénere castelhana. A composição social do seu “aparato burocrático” era também diferente. Em Portugal, tinha mais clérigos na sua formação orgânica¹. Na castelhana os cavaleiros tinham maior peso como deputados.

As actividades do tribunal das Ordens, em interacção com o meio envolvente, geraram fluxos informacionais permanentes com outros sistemas. Os circuitos de informação mantiveram activas as inter-relações institucionais. A Mesa da Consciência e Ordens necessitava de recolher informação junto de outros sistemas, no âmbito dos processos que agenciava.

Esta instituição soube acrescentar valor ao recurso que dispunha: a informação. O capital informacional depositado tinha de ser bem gerido e acautelado. Era reconhecida a utilidade da informação para o cumprimento dos objectivos do tribunal, enquanto garante da sua existência e do seu poder. Tal como hoje, no século XVIII, a informação constituía a base do processo de tomada de decisão. Na verdade, o recurso informacional alimentava o conhecimento da Mesa da Consciência e alicerçava as suas acções e decisões.

O tribunal das Ordens demonstrou capacidade para gerir informação complexa proveniente de todo o território e até do Império colonial ou destinada a estes espaços. Uniformizaram-se procedimentos e instruíram-se os agentes que lidavam com a informação sob pena de colherem punições severas. Após 1551, as diferenças nos procedimentos entre os três mestrados (Avis, Cristo e Santiago) tenderam a esbater-se. O sigilo era a trave mestra dessa gestão, à semelhança do que ocorria com outros organismos na época Moderna, como o Santo Ofício ou outros conselhos da administração polissinodal. Não somente na sede do tribunal, mas em todos os procedimentos tocantes aos processos administrativos que tramitavam até aos locais mais recônditos, em que era possível fazer chegar um documento das Ordens Militares. O exercício das funções do tribunal dependia dos elevados padrões de confidencialidade da informação, especialmente em matéria de habilitações para a entrada nas Ordens. Por isso, os processos de limpeza de sangue mereceram uma atenção

¹ Vide Giuseppe Marcocci, *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

particular neste projecto. Não era para menos, estavam depositadas informações genealógicas de enorme valor e carga social que comprometiam os indivíduos. Os processos que envolviam as habilitações marcavam a honra dos visados e dos seus elos familiares. A honra era o capital vigente e dominante na sociedade do período Moderno. A informação “legitimada” pelas inquirições tinha um forte impacto na vida das pessoas e projectava-se para o futuro, condicionando as oportunidades sociais das gerações seguintes. Além dos processos de concessão de hábitos, o tribunal das Ordens geriu todo o fluxo informativo resultante das nomeações feitas muitas vezes através de procedimentos concursais. Competia às repartições das Ordens a gestão de todos os negócios relativos à nomeação de comissários e escrivães, aos provimentos de oficiais e das igrejas e comendas dos mestrados. A Mesa geria toda essa informação. Até nós chegou uma ínfima parte do expediente documental produzido ao nível desses processos, sendo que os de habilitação e provimentos em igrejas e em benefícios terá representado o maior volume de informação no sistema das Ordens Militares. É também sobre estas tramitações que sobreviveu maior volume documental.

As tipologias documentais usadas pelo tribunal das Ordens eram, na sua larga maioria, comuns às de outros organismos portugueses, inclusivamente, da restante Península Ibérica. Do conjunto de inúmeros documentos produzidos na Mesa da Consciência e nas instâncias que com ela interagem, destacam-se, por exemplo, a carta de profissão e a provisão de lançamento de hábito como tipologias específicas das Ordens Militares, mas outras eram inventariáveis. Estes dois documentos particularizam as funções e as actividades que eram exclusivas da Mesa da Consciência e Ordens e dos conventos das Ordens Militares.

Importa realçar que os conventos já tinham o seu sistema de informação antes da anexação das Ordens Militares à Coroa. Poder-se-ia definir como um sistema mais singelo, sem os trâmites, intervenientes e muitas tipologias documentais que vieram a conhecer depois de 1551. Passaram a estar longe do poder de decisão e, por isso, adequaram-se e foram assimilados numa outra lógica de funcionamento administrativo que lhes foi exigida, tendo em conta as hierarquias e os circuitos implementados. Por inerência desta mudança, os seus

cartórios também terão sofrido alterações ao nível da gestão da informação com o aumento do seu conjunto documental.

O que se conhece hoje do arquivo da Mesa da Consciência e Ordens, o que sobreviveu às adversidades do tempo, denuncia um sistema de informação até a 1.^a metade do século XVIII com um volume informacional incomensurável. Até ao momento desconhecem-se as dimensões que poderá ter atingido o arquivo durante toda a sua actividade. O terramoto de 1755 e, ainda, de maior embate o incêndio que se seguiu, assolaram, manifestamente, uma enorme parte do cartório em falta. No entanto, outros reveses de menores proporções (mas com efeitos fatídicos) foram, igualmente, decisivos para delapidar o conjunto documental e obstar à reconstituição do sistema de informação. Destaquem-se as invasões das tropas francesas e o incêndio de 1836, no Palácio do Rossio, que reduziu a cinzas o cartório da secretaria da Ordem de Santiago. Extinta a Mesa da Consciência pelo decreto de 16 de Agosto de 1833, o seu arquivo foi desmembrado e enviado para a Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e Direcção Geral dos Próprios Nacionais. A história custodial deste arquivo está marcada pelas várias deambulações a que o mesmo esteve sujeito durante o século XIX. As incorporações na Torre do Tombo, onde se concentra a maior parte do cartório, foram efectuadas, faseadamente, alongando-se até à centúria seguinte.

De tudo isto resultou a acumulação de informação altamente fragmentada e incompleta, que não é fácil trabalhar, não obstante o inventário disponível para a “documentação” da Torre do Tombo.

Fontes

1. Manuscritas

Archivo Histórico Nacional [Madrid] (AHN)

Órdenes Militares

Consultas del Consejo de Órdenes

liv. 931; leg. 215, doc. 23, 25

Ordenes generales, consultas resueltas y acuerdos del Consejo

liv. 1199

Registro de Asiento de Expedientes de la Orden de Santiago

liv. 271; liv. 272; liv. 273; liv. 274; liv. 275

Registro de consultas del Consejo y Junta de Cavallaria de las Órdenes

liv. 921

Registro de Despachos de la Orden de Santiago

liv. 146; liv. 147

Registro de Despachos de las Ordenes de Calatrava y Alcantara

liv. 228; liv. 232

Registro de Mercedes de Avito [y encomiendas]

liv. 1055

Registro de Órdenes generales

liv. 1374

Expedientes reprobados de Alcantara

13

Expedientes reprobados de Calatrava

1, 5, 8, 26-27, 29-30

Expedientes reprobados de Santiago

2, 8-12, 17, 19-20, 23, 26-27, 34 BIS-35, 38, 40-41

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC)

Contos do Reino e Casa

Relações de Rendimentos dos oficiais das Repartições Públicas Centrais

liv. 42

Arquivo Nacional/Torre do Tombo (ANTT)

Armário Jesuítico

liv. 1

Chancelaria da Ordem de Cristo

liv. 99, 116, 293

Chancelaria de D. Pedro II

liv. 37

Conselho da Fazenda

Repartição do Reino

Lembretes de consultas

mç. 3, cx. 3; mç. 5, cx. 5

Consultas originais

mç. 2, cx. 51; mç. 3, cx. 52

Conselho de Guerra

MCO/Junta do Tabaco

mç. 244, cx. 918

Conselho Geral do Santo Ofício

Habilitações do Santo Ofício

Agostinho, mç. 6, doc. 82; António, mç. 88, doc. 1665; João, mç. 71, doc. 1317; Domingos, mç. 24, doc. 462; mç. 24, doc. 468; Manuel, mç. 3, doc. 80; mç. 78, doc. 1505

Séries incompletas

Processo 1738, 4920, 5298

mç. 5, nº 20, 61; mç. 6, nº 19; mç. 29, nº 4

Desembargo do Paço

mç. 596; mç. 804; mç. 812; mç. 818; mç. 880; mç. 1038

Leitura de bacharéis

letra A, mç. 25, nº 29; mç. 30, nº 2; mç. 31, nº 17; **letra D**, mç. 2, nº 1; **letra J**, mç. 8; nº 28; **letra M**, mç. 28, nº 19; **letra N**, mç. 1, nº 26; **letra F**, mç. 6, nº 30; **letra S**, mç. 2, nº 9; **letra T**, mç. 2, nº 13

Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas

mç. 2073, doc. 16

Repartição das Justiças e Despacho da Mesa

Avisos e despachos

Mç. 518

Consultas

liv. 70; mç. 1003-1004; mç. 1019; mç. 1025; mç. 1038; mç. 1049-1050; mç. 1121; mç. 1135; mç. 1155

Intendência das Obras Públicas

liv. 2

Inventários Orfanológicos

Letra D, mç. 4, doc. 4;

Mesa da Consciência e Ordens

cx. 641, mç. 1 (provisória); cx. 642, mç. 2 (provisória); cx. 644 (provisória)

Alfabeto das inquirições

liv. 238

Assentos

liv. 108

Assentos de posse dos deputados e ministros

liv. 109

Avisos

liv. 117

Colectânea de bulas, decretos, consultas e resoluções relativas à Mesa da Consciência e Ordens

liv. 302-303; liv. 305

Consultas

liv. 59-61; liv. 120-121; liv. 143; liv. 179; liv. 183-184; liv. 187-190

Decretos originais

liv. 91

Habilitações da Ordem de Avis

letra A, mç. 1, doc. 1, 3, 30; mç. 2, doc. 3, 5-9, 15, 18, 21, 29; mç. 3, doc. 16; **letra D**, mç. 1, doc. 43; **letra F**, mç. 3, doc. 11; **letra J**, mç. 1, doc. 15, 23, 29; mç. 2, doc. 41; **letra L**, mç. 1, doc. 37, 43, 51; **letra M**, mç. 1, doc. 2, 50, 101; **letra N**, mç. 1, doc. 5; **letra P**, mç. 1, doc. 23; **letra R**, mç. 1, doc. 9, 17

Habilitações da Ordem de Cristo

letra A, mç. 7, doc. 9; mç. 35, doc. 4, 9; mç. 36, doc. 47; mç. 41, doc. 1, 6, 9, 20; mç. 47, doc. 28; mç. 49, doc. 34, 39, 44, 56, 88, 92, 99; mç. 52, doc. 62; mç. 53, doc. 3-4, 47, 56; **letra B**, mç. 1, doc. 1-7; mç. 3, doc. 16; mç. 7, doc. 6; mç. 11, doc. 1-2; **letra C**, mç. 12, doc. 103; **letra D**, mç. 4, doc. 11; mç. 6, doc. 1; mç. 7, doc. 4; mç. 10, doc. 73; **letra F**, mç. 10, doc. 7; mç. 34, doc. 123; mç. 38, doc. 58; **letra J**, mç. 28, doc. 11; mç. 44, doc. 4; mç. 46, doc. 14; mç. 64, doc. 25, 44; mç. 87, doc. 62; mç. 88, doc. 41; mç. 96, doc. 45; **letra L**, mç. 10, doc. 11; mç. 15, doc. 3; **letra M**, mç. 1, doc. 1, 3-4, 11, 15; mç. 2, doc. 1, 3, 6, 9, 13-14, 16-18, 20; mç. 3, doc. 1-2, 10-14, 16-17, 19, 21-22, 24-27; mç. 4, doc. 2-5, 7, 9-10, 13, 15-17, 19; mç. 5, doc. 2, 4, 6-7; mç. 6, doc. 2, 4-5, 7, 9; mç. 7, doc. 1, 3, 5, 8, 13, 17; mç. 8, doc. 8, 10-11, 13-15; mç. 9, doc. 2-6; mç. 10, doc. 4-7, 9-10, 12; mç. 11, doc. 1-5; mç. 12, doc. 2-4; mç. 13, doc. 2; mç. 14, doc. 1, 4, 9, 11; mç. 15, doc. 10-11, 13; mç. 16, doc. 4, 7-8, 10, 12; mç. 17, doc. 1-2, 5-6, 9, 12; mç. 18, doc. 1-3, 6-7, 10-12; mç. 19, doc. 5, 7, 9-12, 14; mç. 20, doc. 1-5, 7; mç. 21, doc. 2, 10, 14; mç. 22, doc. 1, 3; mç. 23, doc. 2, 5-6, 9-10, 12, 14-17; mç. 24, doc. 1, 5, 6, 12; mç. 25, doc. 8-9, 16; mç. 26, doc. 11-12, 15-16; mç. 27, doc. 4-5, 7; mç. 28, doc. 3, 29, 31, 34, 37, 44, 46; mç. 29, doc. 1, 4, 22, 26, 34, 39, 58; mç. 30, doc. 3, 23, 35, 46, 56, 62; mç. 31, doc. 1-2, 22, 59, 89, 100, 105, 108, 112-114, 122; mç. 32, doc. 4-5, 9, 11; mç. 33, doc. 8; mç. 34, doc. 4-5; mç. 35, doc. 2, 5-6, 9; mç. 36, doc. 6, 8, 10, 12; mç. 37, doc. 1, 3, 11; mç. 38, doc. 12, 15; mç. 39, doc. 4, 9, 32, 48, 50, 58, 71, 73, 77-78, 80, 85-86, 89; mç. 40, doc. 2, 5, 9-10, 17, 24-25, 33, 42, 44-46, 51, 62-64, 69-70, 72, 75, 78, 81; mç. 41, doc. 3, 5, 8, 10, 17, 24, 27, 30, 34; mç. 42, doc. 14, 17-18, 24, 30-31, 37, 49-51, 59, 67; mç. 43, doc. 1, 10, 22, 62, 83-84, 86, 93, 100; mç. 44, doc. 6, 10, 14, 22-23, 26, 31, 37, 40-41, 44-45, 59-61, 66, 71; mç. 45, doc. 17, 28-30, 38, 42, 46, 48, 52-53, 58, 64-65, 70; mç. 46, doc. 4-5, 9-10, 14-15, 17, 19-20, 23, 30, 34, 36, 39, 41-42, 44, 49-50, 52, 55, 61, 64-65, 69; **letra N**, mç. 1, doc. 1-2, 4, 6, 8-10, 12-13, 15-18; mç. 2, doc. 1-4; mç. 3, doc. 1-2, 5-7, 9-13, 15, 17, 19, 22-23; mç. 4,

doc. 2, 4, 7-21, 24, 26-33; **letra P**, mç. 9, doc. 18; **letra T**, mç. 1, doc. 1-6, 8-9; mç. 2, doc. 2, 4-9, 11; mç. 3, doc. 1-2, 5-7; mç. 4, doc. 1-2, 6; mç. 5, doc. 1-2, 5, 7, 9-11, 14-15, 17, 22-24, 31; mç. 6, doc. 1, 3, 5-6, 8, 10, 16, 18, 20-21, 23-25, 42, 48, 56, 59, 61, 67, 70, 74-75

Habilitações da Ordem de Santiago

Letra A, mç. 6, doc. 55; **letra F**, mç. 2, doc. 32; **letra J**, mç. 10, doc. 6; **letra M**, mç. 1, doc. 1, 5-6, 9; mç. 3, doc. 3, 14, 22-23, 29-30, 42, 45, 47, 50, 64, 68-69, 72, 77, 79; mç. 4, doc. 9-10, 18, 20, 23-24, 31-35, 37, 41-42, 44, 47, 49-50, 54-56, 58, 61-63, 65-67, 69, 72-73, 77-78, 81-82, 95-97, 99-100, 103, 105-106; mç. 5, doc. 1-2, 6, 15, 20; mç. 6, doc. 31

Despesas

liv. 258

Exames para as Igrejas das Ordens

liv. 205

Índice

liv. 204

Livros de distribuição

liv. 196

Livro de porta de consultas da repartição do escrivão Manuel Coelho Veloso

liv. 10

Livros de vistas ao fiscal

liv. 174

Ordens Militares / Papéis diversos

mç. 1; mç. 2; mç. 3; mç. 4; mç. 5; mç. 6; mç. 12; mç. 21; mç. 26; mç. 27; mç. 28; mç. 29; mç. 30; mç. 31; mç. 32; mç. 35; mç. 37

Portarias

liv. 101

Processos de nomeação para ofícios

mç. 10; mç. 11; mç. 12; mç. 13; mç. 14; mç. 15; mç. 16; mç. 17; mç. 18; mç. 19;

Registo de cartas régias

liv. 34

Registo de consultas

liv. 38; liv. 39; liv. 40; liv. 56

Registo de consultas relativas a impedimentos e dispensas dos habilitandos para cavaleiros e freires das Ordens

liv. 54

Registo de contribuições e donativos

liv. 240; liv. 241; liv. 242; liv. 243; liv. 244; liv. 245

Registo de decretos

liv. 96; liv. 98; liv. 99; liv. 100; liv. 110; liv. 311

Registo de diplomas que sobem à Real Assinatura

liv. 219; liv. 220

Registo de editais para as Igrejas postas a concurso

liv. 207

Registo de portarias

liv. 101

Registo de provimentos

liv. 148

Registo de provisões e ordens que não passam pela Chancelaria

liv. 63; liv. 64

Registo de Provisões sobre hábitos

liv. 79

Registo de resoluções régias

liv. 315

Mestrado da Ordem de Avis

Consultas

liv. 62

Livro dourado do cartório de Avis

liv. 301

Papéis diversos

mç. 8

Registo de consultas

liv. 9; liv. 11; liv. 12; liv. 13; liv. 15; liv. 333

Registo de decretos e avisos

liv. 97

Registos gerais/Registo de Provisões

liv. 9

Requerimentos para ofícios e benefícios eclesiásticos

cx. 228, mç. 1; cx. 229, mç. 2; cx. 233, mç. 4; cx. 234, mç. 5; cx. 242, mç. 12; cx. 235, mç. 6; cx. 240, mç. 10; cx. 241, mç. 11; cx. 244, mç. 14; cx. 245, mç. 15; cx. 248, mç. 17; cx. 249, mç. 18; cx. 252, mç. 21; cx. 253, mç. 22; cx. 254, mç. 22; cx. 255, mç. 23; cx. 256, mç. 23; cx. 257, mç. 24; cx. 259, mç. 25; cx. 260, mç. 26; cx. 261, mç. 27; cx. 262, mç. 28; cx. 263, mç. 28; cx. 264, mç. 29; cx. 270, mç. 35; cx. 273, mç. 38; cx. 275, mç. 40; cx. 278, mç. 42; cx. 279, mç. 43; cx. 280, mç. 44; cx. 281, mç. 45; cx. 282, mç. 46; cx. 300, mç. 64; cx. 301, mç. 65; cx. 310, mç. 73; cx. 313, mç. 76; cx. 314, mç. 77; cx. 315, mç. 78; cx. 316, mç. 79; cx. 317, mç. 80; cx. 342, mç. 98; cx. 343, mç. 99; cx. 344, mç. 100; cx. 345, mç. 101; cx. 346, mç. 102; cx. 353, mç. 109; cx. 354, mç. 110; cx. 355, mç. 111; cx. 358, mç. 114; cx. 359, mç. 115; cx. 360, mç. 116; cx. 361, mç. 117; cx. 362, mç. 117; cx. 363, mç. 118; cx. 364, mç. 119; cx. 365, mç. 120; cx. 366, mç. 121; cx. 367, mç. 122; cx. 368, mç. 123; cx. 369, mç. 124; cx. 370, mç. 125; cx. 371, mç. 126; cx. 372, mç. 127; cx. 374, mç. 129; cx. 375, mç. 130; cx. 376, mç. 131; cx. 377, mç. 132; cx. 379, mç. 134; cx. 380, mç. 135; cx. 382, mç. 137; cx. 383, mç. 138; cx. 384, mç. 139; cx. 385, mç. 140; cx. 386, mç. 141; cx. 388, mç. 143; cx. 389, mç. 144; cx. 390, mç. 145; cx. 391, mç. 146; cx. 392, mç. 147; cx. 393, mç. 148; cx. 394, mç. 149; cx. 395, mç. 150; cx. 396, mç. 151; cx. 397, mç. 152; cx. 398, mç. 153; cx. 399, mç. 154; cx. 400, mç. 155; cx. 401, mç. 156; cx. 402, mç. 157; cx. 403, mç. 158; cx. 404, mç. 159; cx. 405, mç. 160; cx. 406, mç. 161; cx. 407, mç. 161; cx. 408, mç. 162; cx. 409, mç. 162; cx. 410, mç. 163; cx. 411, mç. 164; cx. 412, mç. 165; cx. 413, mç. 166; cx. 415, mç. 168; cx. 416, mç. 169; cx. 417, mç. 170; cx. 418, mç. 171; cx. 419, mç. 172; cx. 421, mç. 174; cx. 422, mç. 175; cx. 423, mç. 176; cx. 424, mç. 177; cx. 425, mç. 178; cx. 426, mç. 179; cx. 427, mç. 180; cx. 428, mç. 181; cx. 429, mç. 182; cx. 431, mç. 184; cx. 432, mç. 185; cx. 433, mç. 186; cx. 434, mç. 187; cx. 436, mç. 189; cx. 437, mç. 190; cx. 438, mç. 191; cx. 439, mç. 192; cx. 440, mç. 193; cx. 441, mç. 194; cx. 442, mç. 195; cx. 444, mç. 197; cx. 445, mç. 198; cx. 446, mç. 199; cx. 447, mç. 200; cx. 448, mç. 201; cx. 449, mç. 202; cx. 450, mç. 203; cx. 451, mç. 204; cx. 452, mç. 205; cx. 453, mç. 206; cx. 454, mç. 207; cx. 455, mç. 208; cx. 456, mç. 209; cx. 457, mç. 210; cx. 458, mç. 211

Mestrado da Ordem de Cristo

Chancelaria

liv. 90; liv. 96

Convento de Tomar

Catálogo de manuscritos

mç. 74, nº 11

Index

mç. 74, nº 2; mç. 74, nº 4; mç. 74, nº 5;

Índice de capelas

Mç. 74, nº 8

Índice topográfico do Cartório

mç. 74, nº 3

Inventário do Cartório

liv. 256; mç. 74, nº 6

Inventário do Cartório do Juízo das Ordens

mç. 74, nº 1

Mapa do Tombo das Comendas

liv. 286

Matrículas

liv. 237

mç. 34

Papéis diversos

mç. 32

Registo geral do Arquivo

liv. 10; liv. 12; 36

Reportório das Doações, Privilégios, e Sentenças do Real Convento de Tomar

mç. 74, nº 10

Tombos das Comendas

liv. 341

Mestrado da Ordem de Santiago

Chancelaria

liv. 13

Convento de Palmela

liv. 276

Matrículas

liv. 73-74

mç. 1-4; mç. 9-12; mç. 19; mç. 24; mç. 26-27; mç. 29-37; mç. 39-42; mç. 45

Registo de cartas demissórias e de economia

liv. 31

Ministério das Finanças

Processos de extinção de instituições religiosas

cx. 2197; cx. 2242; cx. 2255

Ministério do Reino

liv. 362; liv. 365-370

mç. 406, cx. 509; mç. 408, cx. 511; mç. 408, cx. 512; mç. 409, cx. 512; mç. 410, cx. 513; mç. 410, cx. 514; mç. 411, cx. 515; mç. 412, cx. 516; mç. 414, cx. 519; mç. 415, cx. 520; mç. 418, cx. 523; mç. 451, cx. 564; mç. 451, cx. 565; mç. 452, cx. 566

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça

mç. 3; mç. 4; mç. 5; mç. 6; mç. 7; mç. 8; mç. 9; mç. 10; mç. 13; mç. 15; mç. 23; mç. 33; mç. 38; mç. 46; mç. 70; mç. 75; mç. 80; mç. 83; mç. 91; mç. 92; mç. 94; mç. 112; mç. 121; mç. 122; mç. 123; mç. 126; mç. 133; mç. 158; mç. 164; mç. 166; mç. 168; mç. 184; mç. 186; mç. 195; mç. 196; mç. 233; mç. 234; mç. 240; mç. 248; mç. 249; mç. 250; mç. 263; mç. 286; mç. 295; mç. 349; mç. 410; mç. 516; mç. 527; mç. 559; mç. 570; mç. 572; mç. 581; mç. 592; mç. 606; mç. 620; mç. 634; mç. 647; mç. 670; mç. 693; mç. 716; mç. 732

2ª incorporação

cx. 145, mç. 73; cx. 178, mç. 98; cx. 179, mç. 98; cx. 241, mç. 140

Registo de nomeação de ministros para vários tribunais

liv. 7; liv. 8

Registo Geral de Mercês

D. João V, liv. 4; liv. 14; liv. 19; liv. 29; liv. 34; D. José I, liv. 1; liv. 17; liv. 21; liv. 24; liv. 25; D. Maria I, liv. 1; liv. 3; liv. 25; liv. 26; liv. 27; liv. 29; Ordens Militares, liv. 11; liv. 12; liv. 13; liv. 14

Biblioteca da Ajuda (BA)

44.XII.17; 49.II.21; 50.V.32; 50.V.39; 51.VI.52; 51.IX.30; 52.IX.4; 52.IX.5; 52.IX.7; 52.IX.10; 54.VIII.23 (nº 307); 54.VIII.26 (nº 227); 54.VIII.29 (nº 173); 54.IX.24 (nº 247); 54.IX.28 (nº 19); 54.IX.48 (nº 30); 54.X.7 (nº 145); 54.XI.15 (nº 72); 54.XIII.4 (nº 48)

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

Códice 479

Códice 621

Ms. 1100

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

VELOSO, Manuel Coelho - Noticia Historica da Meza da Consciencia e Ordens. [Manuscrita]. 1732. - Códice 10887.

Decretos, avisos e outra legislação dos reinados de D. João V e D. Maria I - mss. 3, nº 28

Decretos e outras determinações Régias desde 1641 até 1732 - Códice 6504

Códice 917

Códice 9450

Códice 10323

Códice 13216

Colecção Pombalina, liv. 156; liv. 478; liv. 498; liv. 500; liv. 609; liv. 686

mss. 91, nº 8

mss. 92, nº 1

mss. 220, nº 34

Library of Congress (LC)

Portuguese Manuscripts

mss. 204; mss. 379-380; 418

2. Impressas

- ROMÁN, Fr. Jeronimo, “Libro de la ynclita caualleria de cristo en la corona de Portugal”, *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Lisboa, vol. I, tomo I, 1936, pp. 25-37, 109-120, 132-136, 147-148, 153-154.
- CONCEIÇÃO, Fr. Claudio da, *Gabinete historico: que a Sua Magestade fidelissima o Senhor rei D. Miguel I em o dia dos seus felicíssimos anos*, Tomo XIII, Lisboa, Impressão Régia, 1829.
- Definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de Cristo*, Lisboa, na *Officina de Miguel Manescal da Costa*, Impressor do Santo Ofício, 1746.
- Definiçoens, e Estatutos dos Cavalleiros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo: com a historia da origem, & principio della*, Lisboa, Officina de Joam da Costa, 1671.
- DINIS, António J. Dias, “Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Anais [da Academia Portuguesa de História]*, 2ª série, vol. 17, 1968, pp. 152-158.
- FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam corografica do reyno de Portugal*, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.
- Regra da cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis*, Lisboa, por Yorge Roijs, 1631.
- VASCONCELOS, José Máximo de Castro Neto Leite e, *Colecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863.
- VEIGA, A. Botelho da Costa, *Ementas de habilitações de Ordens Militares nos princípios do século XVII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1931.

Bibliografia

Informação/Arquivística

- ALBERCH FUGUERAS, Ramón e CRUZ MUNDET, José Ramón, *¡ Archívese! Los documentos del poder: el poder de los documentos*, Madrid, Alianza Editorial, [3.^a reimpr. 2008].
- IDEM, *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*, Barcelona, Editorial UOC, 2003.
- ALTURAS, Bráulio, *Introdução aos Sistemas de Informação Organizacionais*, Lisboa, Edições Sílabo, 2013.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato, *Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais*, São Paulo, Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2015.
- AZEVEDO, Pedro A. d' e BAIÃO, António, *O Archivo da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Commercial, 1905.
- BAIÃO, António, *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional [Edição policopiada], 1929.
- BERTALANFFY, Ludwig von, *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*, 7.^a ed., Petrópolis, Editora Vozes, 2013.
- BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípides Franklin, *Noções de Paleografia e de Diplomática*, 3.^a ed. revista e ampliada, Santa Maria, Editora da UFSM, 2008.
- CARUCCI, Paola, "Génesis del documento: redacción, clasificación y valor jurídico", in *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*, Carmona, Universidad Internacional Menéndez Pelayo – S&C ediciones, 1994, pp. 61-78.
- CASADO ALONSO, Hilário, "Los flujos de información en las redes comerciales castellanas de los siglos XV y XVI", *Investigaciones de historia económica: revista de la Asociación Española de Historia Económica*, n.º 10, 2008, pp. 35-68.
- CHIAVENATO, Idalberto, *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 3.^a ed., São Paulo, McGraw-Hill, 1983.
- CHOO, Chun Wei, *Gestão de Informação para a Organização Inteligente. A arte de explorar o meio ambiente*, Lisboa, Editorial Caminho, 2003.
- CONTRERAS CONTRERAS, Jaime, "El archivo de la Inquisición de Cuenca", in *La investigación y las fuentes documentales de los archivos*, Guadalajara, ANABAD Castilla-La Mancha/Asociación de Amigos del Archivo Histórico Provincial, 1996, pp. 917-928.
- COOK, Terry, "The Concept of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era: Theory, Problems and Solutions", *Archivaria*, Ontario, n.º 35, 1993, pp. 24-37.
- COSTA, Ricardo Simm, FREITAS, Henrique e ANDRIOTTI, Fernando Kuhn, "Uma reflexão sobre o uso da teoria sistêmica para a compreensão do fluxo da informação nas organizações", *Revista Eletrônica GIAN TI*, Porto Alegre, 2007.

- CUNHA, Ana Cannas da, “Salvaguardar direitos, defender uma memória: o Real Arquivo e as invasões francesas”, in *A Torre do Tombo na viragem do milénio*, 3.^a ed., Lisboa, Direcção Geral de Arquivos/Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2001, pp. 75-77.
- DOMINGUES, Ângela, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais de Setecentos”, in *História, Ciências e Saúde*, vol. VIII, 2001, pp. 823-838 (suplemento).
- FARRICA, Fátima, “Fontes históricas para o estudo de sistemas de informação de âmbito diocesano: o bispo e o cabido de Évora entre os séculos XIV e XIX”, in *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades* (dirs. Nelson Vaquinhas, Marisa Caixas e Helena Vinagre), Évora, Publicações do CIDEHUS, 2017, pp. 8-32.
- FERNÁNDEZ-PACHECO, Juan Ramón Romero, “Los archivos medievales de las órdenes militares en el Archivo Histórico Nacional”, in *Ordenes militares y construcción de la sociedad occidental (siglos XII-XV)* (eds. Raquel Torres Jiménez e Francisco Ruiz Gómez), s.l., Sílex, 2016, pp. 31-71.
- FERREIRA, Helena Margarida da Silveira Lopes, *Estudo sistémico do Arquivo da Câmara Municipal de Penela*, Coimbra, Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Coimbra [Edição policopiada], 2012.
- FREITAS, Maria Cristina Vieira de e FERREIRA, Daniela Assis Alves, “Aspectos e reflexões conceituais sobre informação, sistemas e teoria de sistemas”, in *CINFORM*, UFBA, 2007, pp. 1-18.
- FUSTER RUIZ, Francisco, “Archivística, archivo, documento de archivo...Necesidad de clarificar los conceptos”, *Anales de Documentación*, Murcia, vol. 2, 1999, pp. 103-120.
- GAITE PASTOR, Jesús, “El Sistema de Archivos de la Administración Central Española”, *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, vol. 9, n.º 2, 1999, pp. 127-136.
- GOUVEIA, Luís Borges e RANITO, João, *Sistemas de informação de apoio à gestão*, Porto, SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.
- HEAD, Randolph C., “Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe”, *Archival Science*, vol. 7, n.º 4, 2007, pp. 317-329.
- IDEM, “Preface: Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave”, *Archival Science*, vol. 10, n.º 3, 2010, pp. 191-194.
- HEREDIA HERRERA, Antonia, *Archivística general. Teoría y Práctica*, 5.^a ed. actualizada e aumentada, Sevilla, Diputación Provincial, 1991.
- IDEM, *Qué es un archivo?*, Gijón, Ediciones Trea, 2007.
- LEDESMA GÁMEZ, Francisco, “El valor de los documentos. Cinco siglos en el Archivo Histórico de Osuna”, in *Del arca de las tres llaves al fichero digital. Quinientos años del Archivo de Osuna*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 2009, pp. 21-88.
- LÓPEZ GÓMEZ, Pedro, “La Arquitectura y el archivo: tipologías simbólicas”, in *La utilidad de los archivos: estudios en homenaje a Manuel Vaquerizo Gil* (coords. Carmen Galván Rivero e Juan Baró Pazos), Santander, PUBLICAN-Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2011, pp. 83-110.
- IDEM, “La documentación de la administración central en la Edad Moderna”, in *El patrimonio documental: fuentes documentales y archivos* (coords.

- María de la Almudena Serrano Mota e Mariano García Ruipérez), Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1999, pp.51-92.
- IDEM, *El documento de archivo. Un estúdio*, A Coruña, Universidade da Coruña, 2007.
- IDEM, "Política archivística y concentraciones de archivos en España, en el siglo XVIII", in *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades* (dirs. Nelson Vaquinhos, Marisa Caixas e Helena Vinagre), Évora, Publicações do CIDEHUS, 2017, pp. 56-76.
- MARTINS, Ana Canas Delgado, *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*, [Lisboa], Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, [D. L. 2007].
- MASTROPIERRO, María del Carmen, *Archivos públicos*, Buenos Aires, Alfagrama Ediciones, 2008.
- MELO, Josemar Henrique de, *A ideia de arquivo: a Secretaria do Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809)*, Porto, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Edição policopiada], 2006.
- MONTERROSO LÓPEZ, Marta, PATO CALLEJA, María de las Mercedes, PESQUEIRA LÓPEZ, Patricia *et al.*, "Aproximación metodológica para la identificación de series documentales en el fondo del Consejo de Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1407-1427.
- NAVARRO BONILLA, Diego, *La imagen del archivo: representación y funciones en España (siglos XVI y XVII)*, Gijón, Ediciones TREA, 2003.
- Octavas jornadas archivísticas: "la validación de los documentos: pasado, presente y futuro"*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva. Archivo., [D.L. 2007]. – Jornadas realizadas em Sanlúcar de Guadiana – Alcoutim, nos dias 7 a 10 de Março de 2006.
- PÁSCOA, Marta, "O Arquivo Histórico da Casa de Bragança: construções e reconstruções de um arquivo relevante", in *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades* (dirs. Nelson Vaquinhos, Marisa Caixas e Helena Vinagre), Évora, Publicações do CIDEHUS, 2017, pp. 42-55.
- PENTEADO, Pedro, "A Investigação em sistemas de arquivo organizacionais: algumas reflexões sobre o caso das Misericórdias de Portugal", in *Homenagem ao Professor Doutor José Marques - Actas do colóquio Do Documento à Informação e da jornada sobre sistemas de informação municipal*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 141-163.
- PEREIRA, José Luís Mota, *Sistemas de informação para o novo paradigma organizacional: o contributo dos sistemas de informação cooperativos*, Braga, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Edição policopiada], 2004.
- PESTANA, Manuel Inácio, *A reforma setecentista do cartório da Casa de Bragança*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1985.
- RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

- IDEM, "A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação", *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, vol. 1, n.º 1, 2011, pp. 59-73.
- IDEM, "Como seria a estrutura primitiva do arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?", in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Universidade do Porto, 2003, pp. 1401-1414.
- IDEM, "Os Instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica", in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Porto, Universidade do Porto, 2006, pp. 307-320.
- RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luis, "Archivos del Poder, archivos de la Administración, archivos de la Historia (s. XVI-XVII)", in *Historia de los archivos y de la archivística en España* (coord. Juan José Generelo e Ángeles Moreno López), Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico de la Universidad de Valladolid, 1998, pp. 29-42.
- IDEM, "Evolución histórica del expediente", *Anuario de historia del derecho español*, tomo LXVIII, 1998, pp. 475-490.
- ROS GARCIA, Juan, "Gestión de la Información y la Documentación en las Organizaciones", *Revista de la Información y Documentación*, Madrid, vol. 3, n.º 1, 1993, pp. 127-134.
- ROSA, Maria de Lurdes, "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, n.º 9, 2009, pp. 9-42.
- IDEM, "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. 30, 2017, pp. 547-586.
- ROUSSEAU, Jean-Yves e COUTURE, Carol, *Os fundamentos da disciplina arquivística*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos, *A Arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos*, Salvador, 9Bravos, 2015.
- SIERRA VALENTI, Eduardo, "El expediente administrativo. Esbozo de tipología documental", *Boletín de la ANABAD*, Madrid, XXIX, n.º 2, 1979, pp. 61-72.
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio *et al.*, *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, 2ª ed., vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- IDEM e RIBEIRO, Fernanda, *Das «ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- IDEM, *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, Edições Afrontamento/CETAC, 2006.
- SILVA, Sandra Cristina Patrício da, "A produção documental da Câmara Municipal de Sines na primeira metade do século XVIII", in *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades* (dirs. Nelson Vaquinhas, Marisa Caixas e Helena Vinagre), Évora, Publicações do CIDEHUS, 2017, pp. 77-126.

- SIMÃO, Garcia Santos, *O sistema de informação arquivística: caso do Museu Regional da Huila*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa [Edição policopiada], 2015.
- SOUSA, António de, *Introdução à Gestão. Uma abordagem sistémica*, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 2007.
- TAMAYO, Alberto, *Archivística, Diplomática y Sigilografía*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1996.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini, *A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2014.
- A Torre do Tombo na viragem do milénio*, 3.^a ed., Lisboa, Direcção Geral de Arquivos/Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2001.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, “Os arquivos capitulares. Formas de representação e preservação da memória documental: o caso de Évora no início de Trezentos”, in *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens* (coords. Anísio Miguel de Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2014, pp. 501-515.
- VIVAS MORENO, Agustín e MARTOS GARCÍA, Aitana, “La percepción de los archivos en el Antiguo Régimen hispano a través de fuentes indirectas”, *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, n.º 29, 2006, pp. 237-257.
- VIVO, Filippo de, GUIDI, Andrea e SILVESTRI, Alessandro, “Archival transformations in Early Modern European History”, *European History Quarterly*, Thousand Oaks, vol. 46(3), 2016, 421-434.
- ZORRINHO, José Carlos das Dores, *Estrutura da empresa e sistema de informação: referencial metodológico para desenvolvimento interactivo*, Évora, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora [Edição policopiada], 2009.
- ZOZAYA MONTES, Leonor, “Las arcas de tres llaves en la Edad Moderna: ¿arcas municipales de archivo o de dinero?”, in *XIV congreso Nacional de Numismática: ars metallica: monedas y medallas*, Madrid, Sociedad Iberoamericana de Estudios Numismáticos, 2011, pp 997-1012.
- IDEM*, “Archivos al servicio del poder, archivos al servicio de su propietario. El caso de los archivos del Consejo Madrileño ante las enajenaciones regias”, in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. I: El Estado Absoluto y la Monarquía, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 899-910.
- IDEM*, “El Monasterio de Santo Domingo el Real de Madrid como custodio de un arca del Archivo de la Villa durante la época de Felipe II (1561-1572)”, in *Iglesia y Religiosidad en España. Historia y Archivos – Actas de las V Jornadas de Castilla-La Mancha sobre investigación en archivos*, Guadalajara, ANABAD/Asociación de Amigos del Archivo Histórico Provincial de Guadalajara, 2002, pp. 1513-1526.
- IDEM*, “Una revisión sobre las periodizaciones archivísticas en la Edad Moderna Española”, *Documenta & Instrumenta*, Madrid, n.º 6, 2008, pp. 119-145.

Ordens Militares/Limpeza de sangue

- ÁLVAREZ-COCA GONZÁLEZ, María Jesús, "La concesión de hábitos de caballeros de las Órdenes Militares: procedimiento y reflejo documental (s. XVI-XIX)", *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n.º 14, 1993, pp. 277-298.
- IDEM, "El Consejo de las Ordenes Militares", *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, n.º 15, 1994, pp. 297-323.
- IDEM, "El Consejo de las Órdenes y el Archivo Histórico Nacional. Historia de una excepción al sistema archivístico de la Administración", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1235-1268.
- IDEM, "Los fondos de las Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional. Aportaciones a la historia de los archivos", *Boletín de la ANABAD*, Madrid, t. XLVI, n.º 1, 1996, pp. 95-118.
- IDEM, "La Orden de Montesa: una jurisdicción especial en el Antiguo Régimen. Aproximación a la organización de la documentación judicial del Archivo Histórico Nacional", in *La administración de justicia en la historia de España - Actas de las III Jornadas de Castilla-La Mancha sobre investigación en archivos*, Guadalajara, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999, pp. 457-491.
- IDEM, "La Orden de San Juan de Jerusalén en el Archivo Histórico Nacional: aproximación general a sus fuentes. El archivo del Gran Priorato de Navarra", *Huarte de San Juan. Geografía e Historia*, Pamplona, n.º 17, 2010, pp. 97-118.
- ARANDA PÉREZ, Francisco José, "Caballeros de hábito y oligarquías urbanas", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica-Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 2049-2088.
- BURGOS ESTEBAN, Francisco Marcos, "Las pruebas de limpieza y honor en los siglos XVI y XVII: fuentes para el estudio prosopográfico de las élites locales de poder", *Cuadernos de investigación histórica*, La Rioja, n.º 15, 1994, pp. 193-204.
- CANABAL RODRÍGUEZ, Laura, "La Orden Militar de Santiago en Toledo. Una visita al convento de Santa Fe en 1566", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 2279-2291.
- CARTAYA BAÑOS, Juan, "Que no concurran las calidades de limpieza: algunos expedientes sevillanos para las órdenes militares españolas en los siglos XVI-XVII", *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, Madrid, n.º 23, 2011/2, pp. 1-24.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, "Inventário dos prejuízos causados no Convento de Cristo, em Tomar, durante a III invasão francesa", *Boletim*

- Cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, Tomar, n.º 13, 1989, pp. 31-44.
- IDEM, "Os trabalhos de D. Lázaro Leitão Aranha sobre as três ordens militares de Avis, Cristo e Santiago", in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 63-78.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, "As visitas: as Ordens Militares Portuguesas entre poderes?", in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes), vol. I, Palmela, GEsOS / Município de Palmela, 2012, pp. 407-428.
- CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. II, [Lisboa], Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.
- DAUPIÁS, Nuno, "À margem do Processo de Habilitação de um Cavaleiro de Cristo", *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Tomar, vol. III, 1959.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, "Valoración social de los hábitos de las Órdenes Militares", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1157-1176.
- FANTONI Y BENEDI, Rafael e SANZ CAMAÑES, Porfirio, "Caballeros aragoneses en la Orden Militar de Calatrava a través de los expedientes de pruebas de ingreso, entre 1530 y 1702", *Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*, Zaragoza, n.º 5, 1999, pp. 173-194.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias e JARA, Anabela Azevedo, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Direcção de Serviços de Arquivística, 1997.
- FERNANDES, Isabel Cristina F., "Os conventos da Ordem de Santiago em Palmela", in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente - Actas do V Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), Palmela, GEsOS/Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 583-633.
- FERNÁNDEZ IZQUIERDO, Francisco, "De las historias de las Órdenes a las Órdenes en la Historia: historias generales de España durante la edad moderna publicadas en los últimos cien años y Órdenes Militares", in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1181-1233.
- IDEM, "Honra y prestigio por la gracia del rey de España: los caballeros de hábito militar en el inicio del reinado del tercer Felipe", in *La Monarquía Hispánica en tiempos del Quijote* (coord. Porfirio Sanz Camañes), Madrid, Silex, 2005, pp. 189-230.
- IDEM, "Las órdenes militares en la Edad Moderna en la historiografía española desde 1995: notas para un balance", *Studia Histórica: Historia Moderna*, Salamanca, vol. 24, 2002, pp. 73-95.
- FIGUEIRÔA-RÊGO, João, "The Holy Office and the Mesa da Consciência e ordens: social networks and the granting of offices (seventeenth and

- eighteenth centuries)", *Portuguese Studies Review*, Peterborough, vol. 18, n.º 2, 2010, pp. 9-28.
- IDEM, «A honra alheia por um fio». Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII), Braga, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Edição policopiada], 2009.
- IDEM, "A violência no contexto dos processos de limpeza de sangue (séculos XVII e XVIII)", in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. II: Conflictividad y violencia en la Edad Moderna, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 408-415.
- GIMÉNEZ CARRILLO, Domingo Marcos, "Los caballeros de las Órdenes Militares. Nuevas perspectivas de investigación", in *De la tierra al cielo. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna – Actas I Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Moderna* (coord. Eliseo Serrano Martín), Zaragoza, Institución «Fernando el Católico» y Universidad de Zaragoza, 2013, pp. 745-756.
- IDEM, "El oficio de linajudo. Extorsión en torno a hábitos de Órdenes Militares en Sevilla en el siglo XVII", *Chronica Nova*, Granada, n.º 37, 2011, pp. 331-348.
- IDEM, *Las Órdenes Militares Castellanas en el siglo XVIII. Caballeros, pretendientes y mediadores*, Almería, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Almería [Edição policopiada], 2014.
- IDEM, "Las pruebas de hábito de las Órdenes Militares castellanas: intermediários y corrupción", in *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares – séculos XVI-XIX* (coords. Ana Isabel López-Salazar, Fernanda Olival e João Figueirôa-Rêgo), Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013, pp. 229-245.
- IDEM, "La venta de hábitos de las Órdenes Militares en el siglo XVII. Entre la ocultación y el delito de simonía", in *El poder del dinero: ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen* (eds. Francisco Andújar Castillo e María del Mar Felices de la Fuente), Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 301-313.
- GLESENER, Thomas, "Poder y sociabilidad: las élites flamencas en España a través de los expedientes de las Órdenes Militares (siglo XVIII)", in *España y las 17 provincias de los Países Bajos: una revisión historiográfica (XVI-XVIII)* (coords. Manuel Herrero Sánchez e Ana Crespo Solana), vol. I, Córdoba, Universidad de Córdoba - Serv. de Publicaciones, 2002, pp. 167-188.
- GÓMEZ RIVERO, Ricardo, "Consejeros de Órdenes. Procedimiento de designación (1598-1700)", *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXIII/2, n.º 214, 2003.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel Fernando e GARCÍA HERNÁN, David, "La burocracia del honor. Los trámites para las concesiones de encomiendas de las Órdenes Militares a fines del Antiguo Régimen", *Campo de Calatrava. Revista de Estudios de Puertollano y Comarca*, Puertollano, n.º 3, 2001, pp. 117-146.
- GUERRA, Luiz de Bivar, "Facilidades na habilitação para a Ordem de Cristo no Século XVII", *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. II, Tomar, s.d..

- HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, “Permanencia de la ideología nobiliaria y reserva del honor a través de los estatutos de limpieza de sangre en la España Moderna”, in *Mentalidad e Ideología en el Antiguo Régimen - Actas de la II Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna* (eds. León Carlos Álvarez Santaló e Carmen M^a Cremades Griñán), vol. II: *Mentalidad e ideología en el Antiguo Régimen*, Universidad de Murcia, 1992, pp. 73-91.
- IRIGOYEN LÓPEZ, Antonio, “Sociedad murciana y Órdenes Militares (siglos XVII-XVIII): Ceremonias de toma de hábito”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: *Edad Moderna*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1971-1985.
- JAVIER FORTUN, Luis e IDOATE, Carlos, *Guía de la Sección de Tribunales Reales del Archivo General de Navarra*, Pamplona, Gobierno de Navarra/Institución Príncipe de Viana, 1986.
- JIMÉNEZ MORENO, Agustín, “Honos a cambio de soldados, la concesión de hábitos de las órdenes militares en una coyuntura crítica: la Junta de Hábitos (1635-1642)”, in *Las élites en la época moderna: La Monarquía Española* (eds. Enrique Soria Mesa e José Miguel Delgado Barrado), vol. 3: *Economía y Poder*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2009, pp. 155-172.
- KRAUSE, Thiago Nascimento, *Em busca da Honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*, Niterói, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense [Edição policopiada], 2010.
- LENCART, Joana, “Libros de Pedro Álvares Seco sobre la Orden de Cristo (1530-1580)”, in *Ordenes militares y construcción de la sociedad occidental (siglos XII-XV)* (eds. Raquel Torres Jiménez e Francisco Ruiz Gómez), s.l., Sílex, 2016, pp. 73-100.
- LIRA MONTT, Luis, “El estatuto de limpieza de sangre en el derecho indiano”, in *XI Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano – Actas y Estudios*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997, pp. 31-47.
- LÓPEZ VELA, Roberto, “Antijudaísmo, pruebas de limpieza y la pragmática de actos positivos de 1623”, in *Nobleza hispana, Nobleza cristiana: La Orden de San Juan* (coord. Manuel Rivero Rodríguez), vol. I, Madrid, Ediciones Polifemo, 2009, pp. 795-828.
- MARCOCCI, Giuseppe, *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- NEVES, Guilherme Pereira das, *E Receberá Mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o Clero Secular no Brasil – 1808-1828*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.
- OLIVAL, Fernanda, “O Brasil, as companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de Setecentos”, in *Anais da Universidade de Évora*, n.ºs 8-9, 1998-1999 [2001], pp. 73-97.
- IDEM, “Cavaleiros que eram «crianças»; cavaleiros que eram «velhos»: questões etárias no acesso às Ordens Militares portuguesas (séc. XVI-XVIII)”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente – Actas do V Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel

- Cristina F. Fernandes), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/GEsOS, 2009, pp. 333-353.
- IDEM*, "O clero da Ordem de Avis na região alentejana (1680-1689): concursos e provimentos", in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura - Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 187-221.
- IDEM*, "Comissários das Ordens Militares e Comissários do Santo Ofício: dois modelos de actuação", in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros - Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), vol. I, Palmela, GEsOS/Município de Palmela, 2012, pp. 477-490.
- IDEM*, "Os concursos destinados às capelanias da Ordem de Avis a sul do Tejo (1680-1689)", in *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do distrito de Portalegre*, Lisboa, Associação de Professores de História, 1996, pp. 232-239.
- IDEM*, "Em torno da religiosidade dos freires cavaleiros (séculos XVI-XVIII)", in *Ordens Militares e religiosidade: homenagem ao Professor José Mattoso* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/GEsOS, 2010, pp. 51-72.
- IDEM*, "La historiografía sobre Órdenes Militares portuguesas en el periodo moderno: balance y tendencias (1970-2002)", *Studia Historica Historia Moderna*, Salamanca, vol. 24, 2002, pp. 193-206.
- IDEM*, "Inquiring about Honour in the Portuguese Military Orders (sixteenth to eighteenth centuries)", in *The Military Orders: politics and power* (ed. Peter W. Edbury), Surrey, Ashgate, 2012, pp. 427-436.
- IDEM*, "Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)", *Análise social*, vol. XXXVIII (168), 2003.
- IDEM*, "Mercês, Serviços e Circuitos Documentais no Império Português", in *O Domínio da Distância: Comunicação e Cartografia* (coords. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, pp. 59-70.
- IDEM*, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, [D.L. 2001].
- IDEM*, "As Ordens Militares e o poder local: problemas e perspectivas de estudo", in *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2005, pp. 109-126.
- IDEM*, "As Ordens Militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII): notas de balanço", *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Lisboa, n.º 17, 1997, pp. 97-108.
- IDEM*, "As Ordens Militares Portuguesas sob os Áustrias: as mudanças e as continuidades", in *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e de conflito* (orgs. Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha), Lisboa, CHAM, CIDEHUS, CHES, RED COLUMNARIA, 2013, pp. 167-185.
- IDEM*, "Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos-novos na Ordem de Cristo (1581-1621)", in *As Ordens Militares em Portugal - Actas do I Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1991, pp. 233-244.
- IDEM*, "Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, n.º 4, 2004.

- IDEM, “«Sob o jugo da dispensa de sangue». Alguns elementos sobre a reprovação nas Ordens Militares portuguesas (séculos XVII-XVIII)”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 2021-2048.
- IDEM, GARCIA, Leonor Dias, LOPES, Bruno *et al.*, “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII)”, in *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares – séculos XVI-XIX* (coords. Ana Isabel López-Salazar, Fernanda Olival e João Figueirôa-Rêgo), Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013, pp. 315-349.
- OLIVEIRA, Fábio Fidelis de, “A Mesa da Consciência e Ordens e o “Universalismo Europeu”. Uma abordagem institucional da Segunda Escolástica Peninsular em Portugal”, *Lusíada. Direito*, Lisboa, n.º 14, 2015, pp. 23-42.
- ORTIZ RICO, Isabel María, “Los libros de visitas de Órdenes Militares como fuentes historiográficas. La Orden de Santiago en Castilla-La Mancha”, in *La investigación y las fuentes documentales de los archivos*, Guadalajara, ANABAD Castilla-La Mancha/Asociación de Amigos del Archivo Histórico Provincial, 1996, pp. 1101-1111.
- ORTIZ DE ZÁRATE, Yolanda Aranburuzabala, “Caballeros de las Órdenes militares en Álava, Bizkaia, Gipuzkoa y Navarra en el siglo XVIII: Procedencia geográfica y aproximación social”, *Sancho el Sabio: Revista de cultura e investigación vasca*, Vitoria-Gasteiz, n.º 30, 2009, pp. 11-47.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal (século XII a fins do século XV)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015.
- PÉREZ MARCOS, Regina María, “El ocaso de la administración consultiva: validos y ministros”, in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. I: El Estado Absoluto y la Monarquía, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 852-863.
- PÉREZ GARCÍA, Manuel, *Armas, limpieza de sangre y linaje. Reproducción social de familias poderosas de Murcia (siglos XVI-XIX)*, Murcia, Real Academia Alfonso X el Sabio, [D.L. 2006].
- POSTIGO CASTELLANOS, Elena, *Honor y privilegio en la Corona de Castilla. El Consejo de las Ordenes y los Caballeros de hábito en el siglo XVII*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1988.
- QUEVEDO SÁNCHEZ, Francisco I., “La limpieza de sangre como conflicto en la España Moderna. Los Recio Aragonés de Lucena (Córdoba), de judíos a marqueses”, in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. II: Conflictividad y violencia en la Edad Moderna, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 557-569.
- RAMOS, Demetrio, “La tramitación de los hábitos de las Órdenes Militares de los vecinos de América”, in *XI Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano – Actas y Estudios*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997, pp. 461-484.

- RODRIGUES, Aldair Carlos, “Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro”, *Revista de fontes*, São Paulo, n.º 1, 2014, pp. 28-40.
- IDEM, “Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras, câmaras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais, século XVIII)”, *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.
- RUIZ RODRÍGUEZ, José Ignacio, “Órdenes Militares, Administración y Corona en la época de los Austrias”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1703-1717.
- SAAVEDRA ALÍAS, Immaculada Arias de, “Órdenes Militares y Maestranzas de Cavallería: Dos corporaciones nobiliarias a finales del Antiguo Régimen”, in *Nobleza hispana, Nobleza cristiana: La Orden de San Juan* (coord. Manuel Rivero Rodríguez), vol. II, Madrid, Ediciones Polifemo, 2009, pp. 1045-1077.
- STUMPF, Roberta, *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das Ordens Militares nas Minas Setecentistas*, Brasília, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Brasília [Edição policopiada], 2009.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, vol. I, Porto, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Edição policopiada], 2008.
- VAQUINHAS, Nelson, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2010.
- IDEM, “A escrita, a informação e a honra: as provas de limpeza de sangue no Algarve setecentista”, in *Promontoria Monográfica*, n.º 3: Apontamentos para a História das Culturas de Escrita: da Idade do Ferro à Era Digital, Faro, Universidade do Algarve, 2016, pp. 135-151.
- VERSOS, Inês e OLIVAL, Fernanda, “Modelos de Nobreza: A Ordem de Malta e as três Ordens Militares portuguesas. Uma perspectiva comparada (séc. XVII-XVIII)”, in *Nobleza hispana, Nobleza cristiana: La Orden de San Juan* (coord. Manuel Rivero Rodríguez), vol. II, Madrid, Polifemo, 2009, pp. 1127-1158.
- ZAPATA ALARCÓN, Juan, “La biblioteca de Calatrava la Nueva: 1526-1803”, in *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica - Actas del Congreso Internacional de las Órdenes Militares en la Península Ibérica* (coord. Jerónimo López-Salazar Pérez), vol. II: Edad Moderna, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, pp. 1389-1405.

Outros estudos

- ALMEIDA, Joana Estorninho de, *A cultura burocrática ministerial: repartições, empregados e quotidiano das Secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa [Edição policopiada], 2008.
- ANDÚJAR CASTILLO, Francisco, "Servicios para la guerra, mercedes para las oligarquias. Las recompensas de la guerra de sucesión en Andalucía", in *La sucesión de la monarquía hispánica, 1665-1725*, vol. I: Lucha política en las Cortes y fragilidad económica-fiscal en los Reinos, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba/Caja Sur Publicaciones, 2006, pp. 43-74.
- IDEM, "Vender cargos y honores. Un recurso extraordinario para la financiación de la corte de Felipe V", in *Homenaje a Antonio Domínguez Ortiz* (coord. por Juan Luis Castellano e Miguel Luis López-Guadalupe Muñoz), vol. III, Granada, Universidad de Granada, 2008, pp. 89-110.
- BARRIOS, Feliciano, *Los Reales Consejos. El gobierno central de la Monarquía en los escritores sobre Madrid del siglo XVII*, Madrid, Sección de Publicaciones de la Universidad Complutense - Facultad de Derecho, 1988.
- BENEYTO, Juan, *El pomo de la espada: la sociedad, las letras y los hombres de ley*, Madrid, Editora Nacional, 1961.
- BICALHO, Maria Fernanda, "Entre a teoria e a prática: dinâmicas políticoadministrativas em Portugal e na América Portuguesa (séculos XVII e XVIII)", *Revista de História*, São Paulo, n.º 167, 2012, pp. 75-98.
- BRAGA, Maria Luísa, "O terramoto de 1755: sua repercussão, a nível ideológico, em Portugal e no estrangeiro", in *História de Portugal* (dir. João Medina), vol. VII, Amadora, EDICLUBE, [D.L. 1995], pp. 347-370.
- CALLEJA PUERTA, Miguel, "Libros para la administración. Estado de la cuestión y perspectivas de la investigación", *La escritura de la memoria: libros para la administración - IX Jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas* (coord. José Antonio Munita Loinaz e José Ángel Lema Pueyo), Bilbao, Universidad del País Vasco, 2012, pp. 17-39.
- CAMARINHAS, Nuno, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.
- CASTELLANO CASTELLANO, Juan Luis, *Sociedad, conflicto y poder en el Antiguo Régimen*, Granada, Universidad de Granada, 2013.
- Correspondências: usos da carta no século XVIII* (coord. Vanda Anastácio), Lisboa, Edições Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005.
- COSTA, André da Silva, *Os secretários e o Estado do rei: luta de corte e poder político. Sécs. XVI-XVII*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa [Edição policopiada], 2008.
- DEDIEU, Jean Pierre, "Acercarse a la «venalidad»", in *El poder del dinero: ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen* (eds. Francisco Andújar Castillo e María del Mar Felices de la Fuente), Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 19-28.
- IDEM, "Procesos y redes. La historia de las instituciones administrativas de la época Moderna, hoy", in *La pluma, la mitra y la espada. Estudios de*

- Historia Institucional en la Edad Moderna* (eds. Juan Luis Castellano Castellano, Jean Pierre Dedieu e María Victoria López-Cordón Cortezo), Madrid-Barcelona, Universidad de Burdeos, 2000, pp. 13-30.
- IDEM e ARTOLA RENEDO, Andoni, "Venalidad en contexto. Venalidad y convenciones políticas en la España moderna", in *El poder del dinero: ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen* (eds. Francisco Andújar Castillo e María del Mar Felices de la Fuente), Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 29-45.
- DIAS, Cristina, "Real Praça do Comércio: momentos de construção e ocupação de D. José a D. João VI", in *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de um Espaço Urbano* (coord. Miguel Figueira de Faria), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, pp. 271-301.
- ESCUADERO, José Antonio, *Administración y Estado en la España Moderna*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2002.
- IDEM, *Felipe II: El Rey en el despacho*, Madrid, Editorial Complutense, 2002.
- FRANCO RUBIO, Gloria A., "La Secretaría de Estado y del Despacho de Guerra en la primera mitad del siglo XVIII", in *I Simposium Internacional del Grupo P.A.P.E.: Sociedad, Administración y poder en la España del Antiguo Régimen. Hacia una nueva Historia Institucional*, Granada: Universidad, 1996, pp. 131-156.
- FELICES DE LA FUENTE, María del Mar, "Recompensar servicios con honores: el crecimiento de la nobleza titulada en los reinados de Felipe IV e Carlos II", *Studia Histórica: Historia Moderna*, Salamanca, vol. 35, 2013, pp. 409-435.
- GÓMEZ GONZÁLEZ, Inés, "Sobre venalidad y movilidad social en el seno de los tribunales reales", in *El poder del dinero: ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen* (eds. Francisco Andújar Castillo e María del Mar Felices de la Fuente), Madrid, Biblioteca Nueva, 2011, pp. 210-222.
- GONZÁLEZ BELTRÁN, Jesús Manuel, "Un ejército armado de pluma y papel sellado. Una aproximación a la burocracia del siglo XVIII", in *Letrados, Juristas y Burócratas en la España Moderna* (coord. Francisco José Aranda Pérez), Cuenca, Ediciones de la Universidad, 2005, pp. 435-478.
- GUILLAMON ALVAREZ, Javier, *Honor y honra en la España del siglo XVIII*, Madrid, Universidad Complutense, 1981.
- HERMOSA ESPESO, Cristina, "En torno a la secretaría de Estado de Felipe IV (1661-1665): un bosquejo de los secretarios", *Cuadernos de investigación histórica*, Madrid, n.º 26, 2009, pp. 159-191.
- HERNÁNDEZ BENÍTEZ, Mauro, "Cuando el poder se vende: venta de oficios y poder local en Castilla. Siglos XVII y XVIII" in *Poder, economía, clientelismo* (coord. Javier Alvarado), Madrid, Marcial Pons, Ediciones jurídicas y sociales, 1997, pp. 71-95.
- HESPANHA, António Manuel, "O Governo dos Áustrias e a «Modernização» da Constituição Política Portuguesa", *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Lisboa, n.º 2, 1989, pp. 49-74.
- IDEM, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.
- IDEM, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

- IDEM, *As vésperas do Leviathan - Instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.
- KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)*, 2 vols., Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Edição policopiada], 2011.
- LÉAL, Bruno, *La crosse et le bâton: visites pastorales et recherche des pêcheurs publics dans le diocèse d'Algarve 1630-1750*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004.
- LOPES, Bruno, "Punição e controlo social: jogo e Inquisição em Lisboa nos séculos XVI a XVIII", in *Jogos em perspectiva: de Lisboa a Macau - 3.^{as} Jornadas de História dos Jogos em Portugal* (orgs. Fernanda Frazão, Jorge Nuno Silva e Lúcia Fernandes), Lisboa, Apenas Livros, 2014, pp. 89-105.
- LÓPEZ-CORDÓN CORTEZO, María Victoria, "Cambio social y poder administrativo en la España del siglo XVIII: las Secretarías de Estado y del Despacho", in *Sociedad, Administración y Poder en la España del Antiguo Régimen. Hacia una nueva historia institucional*, Granada, Universidad de Granada y Diputación Provincial de Granada, 1996, pp.111-130.
- IDEM, "Secretarios y Secretarías en la Edad Moderna: de las manos del príncipe a relojeros de la monarquía", *Studia Histórica: Historia Moderna*, Salamanca, vol. 15, 1996, pp. 107-131.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico: 1600-1773*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- MARCADÉ, Jacques, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora (1770-1814)*, Paris, Centro Cultural Português, 1978.
- MARQUES, Maria da Graça Maia (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.
- MARTÍN GALÁN, Manuel M., "La Administración Central de la Monarquía Hispánica en la Época de los Austrias", in *El patrimonio documental: fuentes documentales y archivos* (coords. María de la Almudena Serrano Mota e Mariano García Ruipérez), Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1999, pp. 25-50.
- MARTÍNEZ MILLAN, José, "Las investigaciones sobre patronazgo y clientelismo en la administración de la Monarquía Hispana durante la Edad Moderna", *Studia Histórica: Historia Moderna*, Salamanca, vol. 15, 1996, pp. 83-106.
- MARTINS, João Furtado, *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2015.
- MENDES, António Rosa, *Cultura e Política no Algarve Setecentista: Damião Faria e Castro (1715-1789)*, Olhão, Gente Singular Editora, 2007.
- MOITA, Susana da Nóbrega Brites, *O Conselho Ultramarino e o Brasil (1750-1777): Contributo para o estudo do sistema administrativo no Brasil Colonial*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa [Edição policopiada], 2002.
- MOLESKY, Mark, "The great fire of Lisbon, 1755", in *Flammable Cities: Urban Conflagration and the Making of the Modern World* (eds. Greg Bankoff, Uwe Lübken e Jordan Sand), Madison, University Of Wisconsin Press, 2012, pp. 147-169.

- IDEM, "The Vicar and the Earthquake: Conflict, Controversy, and a Christening during the Great Lisbon Disaster of 1755", *E-Journal of Portuguese History*; vol. 10, n.º 2, 2012, pp. 76-94.
- MOLINA PUCHE, Sebastián, "De noble a notable: las distintas vías de acceso a la élite en Castilla (siglos XVI-XIX)", in *Las élites en la época moderna: La Monarquía Española* (eds. Enrique Soria Mesa e José Miguel Delgado Barrado), vol. 3: Economía y Poder, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2009, pp. 223-229.
- NUEVO ÁBALOS, José Luis, *Régimen jurídico y progreso papelerero en España y en Indias (1580-1791)*, Carmona, S&C ediciones, 2004.
- OLIVAL, Fernanda, "Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios", in *História da Vida Privada em Portugal* (dir. José Mattoso), vol. II, [Lisboa], Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 244-275.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, "Dos documentos à História e aos Arquivos", in *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (orgs. Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 315-327.
- Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- PIRES, Maria do Carmo, *Juízes e Infratores: o tribunal eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*, São Paulo/Belo Horizonte, Annablume/PPGH/UFGM/Fapemig, 2008.
- REIS, Pedro José da Fonseca Pinto dos, *Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra [Edição policopiada], 1987.
- ROJAS GARCÍA, Reyes, "La práctica diaria de los escribanos públicos de Sevilla: el manual de Pedro de Castellanos", in *El notariado andaluz: institución, práctica notarial y archivos: siglo XVI* (eds. María Amparo Moreno Trujillo, Juan María de la Obra Sierra e María José Osorio Pérez), Granada, Universidad de Granada, 2011, pp. 183-207.
- ROLDÃO, Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto, *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Edição policopiada], 2011.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Dolores del Mar, "Las Juntas en la Edad Moderna ¿uso o abuso de la práctica consultiva?", in *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (eds. Antonio Jiménez Estrella e Julián J. Lozano Navarro), vol. I: El Estado Absoluto y la Monarquía, Granada, Universidad de Granada, 2012, pp. 864-876.
- SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén, "La administración real bajo los Austrias y la expedición de títulos nobiliarios", in *IV Jornadas Científicas sobre Documentación de Castilla e Indias en el siglo XVI* (dir. Juan Carlos Galende Díaz), Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 379-407.
- SANZ CAMAÑES, Porfirio, "Burocracia, Corte y Diplomacia: el Conde de Gondomar, Embajador de España", in *Letrados, Juristas y Burócratas en la España Moderna* (coord. Francisco José Aranda Pérez), Cuenca, Ediciones de la Universidad, 2005, pp. 397-434.

- SERRÃO, José Vicente, “Os impactos económicos do terramoto”, in *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos* (orgs. Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro *et al.*), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 141-163.
- SORIA MESA, Enrique, “Burocracia y conversos. La real Chancillería de Granada en los siglos XVI y XVII”, in *Letrados, Juristas y Burócratas en la España Moderna* (coord. Francisco José Aranda Pérez), Cuenca, Ediciones de la Universidad, 2005, pp. 107-144.
- IDEM, “Genealogía y poder. Invención de la memoria y ascenso social en la España Moderna”, *Estudis: Revista de historia moderna*, Valencia, n.º 30, 2004, pp. 21-55.
- IDEM, “Los linajudos. Honor y conflicto social en la Granada del siglo de oro”, in *Violencia y conflictividad en el universo barroco*, Granada, Editorial Comares, 2010, pp. 401-427.
- STUMPF, Roberta, “Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII”, in *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)* (orgs. Roberta Stumpf e Nandini Chaturvedula), Lisboa, Centro de História de Além-Mar. Universidade de Lisboa - Universidade dos Açores, 2012, pp. 279-298.
- SUBTIL, José, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, EDIUAL-Universidade Autónoma Editora, S.A., 2011.
- IDEM, “Governo e Administração”, in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. IV, [Lisboa], Círculo de Leitores, [D.L. 1993], pp. 157-193.
- IDEM, “As mudanças em curso na segunda metade do século XVIII: a ciência de polícia e o novo perfil dos funcionários régios”, in *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII-XVIII)* (orgs. Roberta Stumpf e Nandini Chaturvedula), Lisboa, Centro de História de Além-Mar. Universidade de Lisboa - Universidade dos Açores, 2012, pp. 65-80.
- IDEM, *O terramoto político (1755-1759)-Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL-Universidade Autónoma Editora, S.A., [D.L. 2007].
- ZOZAYA MONTES, Leonor, “Escribanías del concejo: ocupación y sucesión en el oficio según los Libros de Acuerdos (Madrid, 1557-1610). Una propuesta metodológica”, *Estudios de Historia de España*, Buenos Aires, vol. 19, 2017, pp. 123-147.
- IDEM, *De papeles, escribanías y archivos: escribanos del Consejo de Madrid (1557-1610)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2011.

Instrumentos auxiliares

- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *Habilitações nas Ordens Militares: séculos XVII a XIX – Ordem de Cristo*, 3 vols., Lisboa, Guarda-Mor, [D.L. 2008].
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário português e latino*, vols. IV e VII, Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713-1720.
- SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza*, vol. I, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, *Esboço de hum diccionario jurídico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas e extravagantes*, 3 tomos, Lisboa, na Typographia Rollandiana/Impressão Régia, 1825-1827.

Tipologias documentais e diplomática

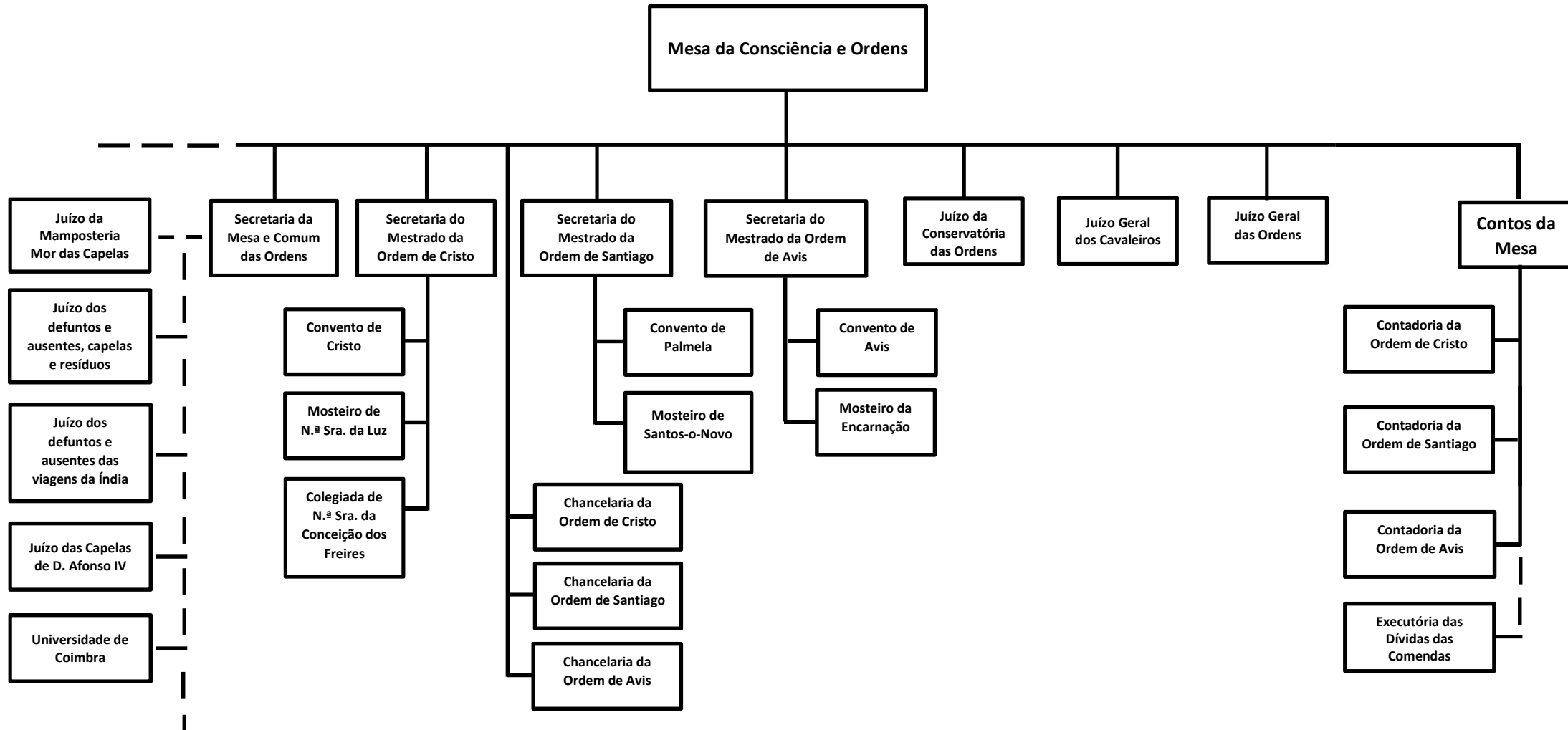
- ALVES, Ivone, RAMOS, Margarida Maria Ortigão, GARCIA, Maria Madalena *et al.*, *Dicionário de Terminologia Arquivística*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz, ACIOLI, Vera Lúcia Costa e ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de, *Fontes repatriadas: anotações de História Colonial, referenciais para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli, *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, SANTOS, Maria José Azevedo, GOMES, Saul António *et al.*, *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça, *Dicionário do livro. Da escrita ao livro electrónico*, Coimbra, Edições Almedina, 2008.
- GARCÍA MIRAZ, María del Mar, LÓPEZ GÓMEZ, Pedro, PICABEA ELEXPURU, Blanca *et al.*, “Una aportación al estudio tipológico de la documentación judicial del Antiguo Régimen: los pedimentos”, in *Actas de las Primeras Jornadas sobre Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales de las administraciones públicas*, Madrid, Dirección de los Archivos Estatales, 1992, pp. 139-152.
- GOMES, Saul Lopes, “Anotações de Diplomática Eclesiástica”, *Humanitas*, tomo I, n.º 50, Coimbra, 1998, pp. 625-646.
- GÓMEZ GÓMEZ, Margarita, “La documentación real en la época moderna. Metodología para su estudio”, *Historia. Instituciones. Documentos*, Sevilla, n.º 29, 2002, pp. 147-161.
- IDEM*, *Forma y expedición del documento en la Secretaría de Estado y del Despacho de Indias*, Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1993.
- GÓMEZ-MONEDERO, Francisco Antonio Chacón, *Colección diplomática del Consejo de Cuenca: 1190-1417*, Cuenca, Diputación de Cuenca – Sección de Publicaciones, [D.L. 1998].
- GÓMEZ NAVARRO, Soledad, “La letra y el espíritu le la letra: notario, formulario notarial e historia. Edad Moderna”, *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, Madrid, n.º 4, 2001, pp. 1-37.
- HEREDIA HERRERA, Antonia, *Catálogo de las consultas del Consejo de Indias*, Tomo I, Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1972.
- IDEM*, *Recopilación de Estudios de Diplomática Indiana*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1985.
- IDEM*, “La serie de Consultas del Consejo de Indias, en un proyecto del 92”, *Boletín de la ANABAD*, Madrid, Tomo 44, n.º 4, 1994, pp. 39-54.

- HERNÁNDEZ GARCÍA, Ángel, "Clasificación diplomática de los documentos reales en la Edad Moderna", *Norba. Revista de Historia*, Cáceres, n.º 15, 2001, pp. 169-186.
- LORENZO CADARSO, Pedro Luis, "La correspondência administrativa en el Estado Absoluto Castellano (ss. XVI-XVII)", *Tiempos Modernos: Revista electrónica de História Moderna*, Madrid, n.º 5, 2002, pp. 1-29.
- IDEM, *La documentación judicial en la época de los Austrias: estudio archivístico y diplomático*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1999.
- IDEM, *El documento real en la época de los Austrias (1516-1700)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001.
- IDEM, "El documento real en el siglo XVII. Algunas novedades diplomáticas", in *V Jornadas Científicas sobre Documentación de Castilla e Indias en el siglo XVII*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2006, pp. 225-238.
- IDEM, *Estudio diplomático de la evolución del expediente administrativo en el Edad Moderna: el ejemplo del nombramiento de corregidores de Badajoz*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2009.
- IDEM, "Los fondos archivísticos y tipología documental de la Edad Moderna", in *Lecciones de Archivística General y Documentación del Patrimonio Histórico* (dirs. Pedro Luis Lorenzo Cadarso e Agustín Vivas Moreno), Badajoz, Instituto de Ciencias de la Educación/Abecedario, 2004, pp. 175-205.
- IDEM, "Los tribunales castellanos en los siglos XVI y XVII: un acercamiento diplomático", *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, vol. 8, n.º 1, 1998, pp. 141-169.
- MARTÍN RODRÍGUEZ, Irene, *La documentación real del Archivo Municipal de Ezcaray (ss. XV-XVIII)*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2014.
- MARTINHEIRA, José Joaquim Sintra, *Catálogo dos Códices do fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio de Janeiro/Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- IDEM, "Os documentos d'El Rei", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.º 2, 2006, pp. 130-145.
- NAVARRO BONILLA, Diego, "La naturaleza del informe como tipología documental: documento gris, documento jurídico y documento de archivo", *Anales de Documentación*, Murcia, n.º 5, 2002, pp. 287-302.
- REAL DIAZ, Jose Joaquin, *Estudio diplomático del documento indiano*, Madrid, Direccion de Archivos Estatales, 1991 [1ª ed. 1970].
- RIESCO TERRERO, *Vocabulario científico-técnico de Paleografía, Diplomática y ciencias afines*, Madrid, Barrero&Azedo Ediciones, [D.L. 2003].
- ROMERO MARTÍNEZ, Adelina, "El padrón, documento diplomático", *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, Alcalá, n.º 6, 1999, pp. 9-39.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel, "Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos", in *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*, Carmona, Universidad Internacional Menéndez Pelayo – S&C ediciones, 1994, pp. 11-49.
- SOUZA, Erica Cristina Camarotto, *Apointamentos Diplomáticos sobre Consultas do Conselho Ultramarino referentes à Capitania de São Paulo*, São Paulo, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo [Edição policopiada], 2007.

Vocabulaire international de la Diplomatie (ed. María Milagros Cárcel Ortí),
Valencia, Commission Internationale de Diplomatie/Comité
International des Sciences Historiques, 1994.

APÊNDICES

Fig. 7 - Organograma da Mesa da Consciência e Ordens, no século XVIII



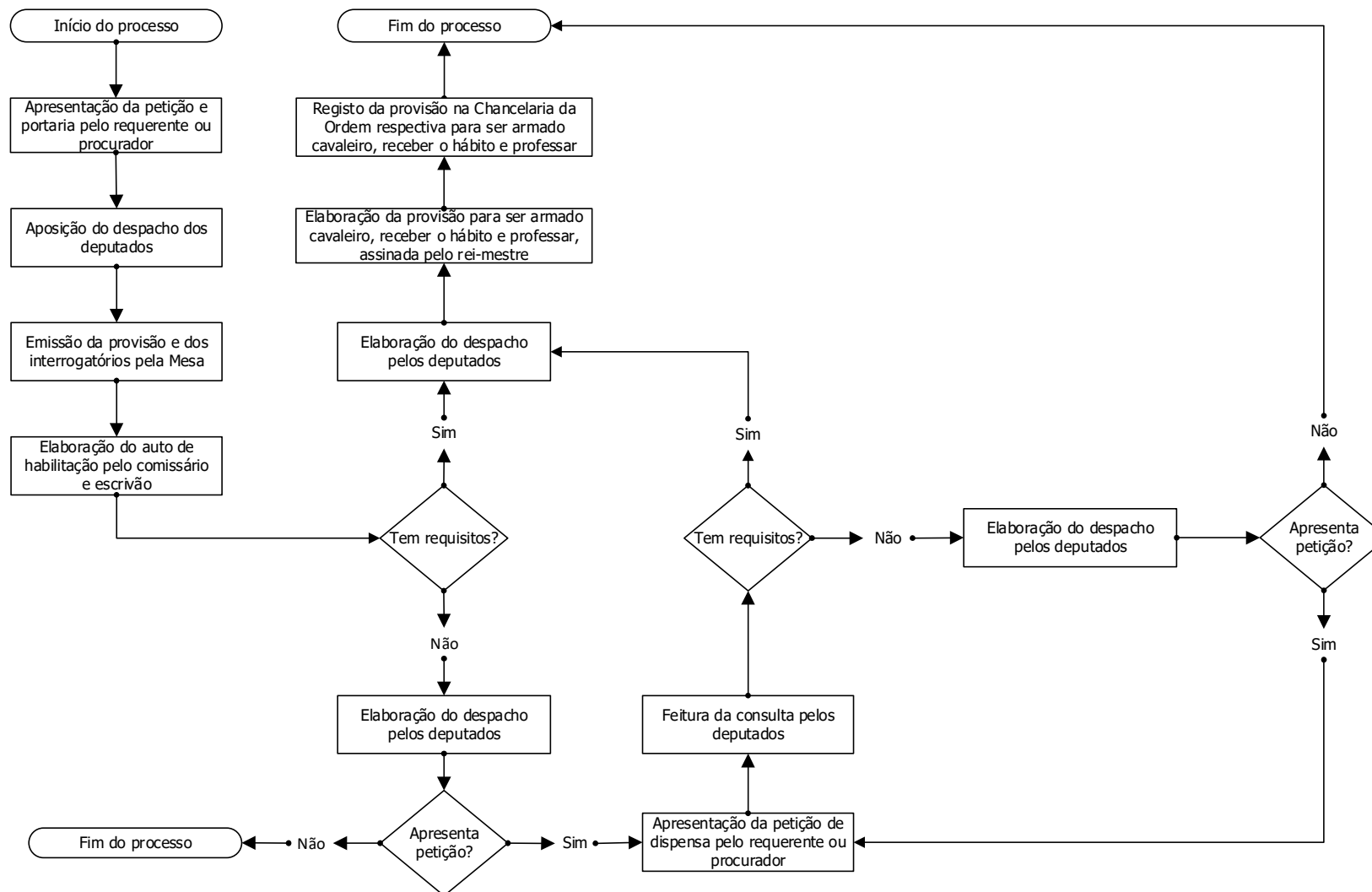
Principais fontes:

Regimento dos ordenados de 23 de Março de 1754; ANTT, MCO, OOMM, *Papéis diversos*, mç. 29, mct. 4, doc. 61; BN, cód. 10887. Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Anabela Azevedo Jara, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Direcção de Serviços de Arquivística, 1997.

Legenda:

— reconstituição bem documentada
 - - - tendencialmente provável

Fig. 8 - Circuitos e tipologias documentais respeitantes às habilitações das Ordens Militares



Índice das figuras

Fig. 1 - Repartições da Mesa da Consciência e Ordens	33
Fig. 2 - Repartições/Oficiais e respectivas despesas com ordenados	39
Fig. 3 - Composição da Mesa da Consciência e Ordens, em 1754	59
Fig. 4 - Número de exames para provimento de benefícios e igrejas	295
Fig. 5 - Inventário do cartório do convento de Palmela	422
Fig. 6 - Número total de comendas por cada uma das dioceses	424
Fig. 7 - Organograma da Mesa da Consciência e Ordens, no século XVIII	472
Fig. 8 - Circuitos e tipologias documentais respeitantes às habilitações das Ordens Militares	473